UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas

VANDERLÉIA DE SOUZA DA SILVA

GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL: UMA ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

LIMEIRA
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas

VANDERLÉIA DE SOUZA DA SILVA

GESTÃO DOS GASTOS PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL: UMA ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

MANAGING PUBLIC SPENDING TO PROMOTE SOCIAL WELFARE: AN ANALYSIS OF EFFICIENCY OF BRAZILIAN MUNICIPALITIES

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Johan Hendrik Poker Junior.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA VANDERLÉIA DE SOUZA DA SILVA, E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOHAN HENDRIK POKER JUNIOR.

LIMEIRA
2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Ana Luiza Clemente de Abreu Valério - CRB 8/10669

Si38g

Silva, Vanderléia de Souza da, 1984-
Gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social : uma análise de eficiência dos municípios brasileiros / Vanderléia de Souza da Silva. – Limeira, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Johan Hendrik Poker Junior.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Eficiência. 2. Despesa pública - Política governamental - Brasil. 3. Análise envoltória de dados. I. Poker, Johan Hendrik, 1974-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Managing public spending to promote social welfare : an analysis of efficiency of brazilian municipalities
Palavras-chave em inglês:
Efficiency
Expenditures, Public - Public policy - Brazil
Data envelopment analysis
Área de concentração: Gestão e Sustentabilidade
Titulação: Doutora em Administração
Banca examinadora:
Johan Hendrik Poker Junior [Orientador]
Amália Neide Covic
Francisco de Sousa Ramos
Luiz Eduardo Gaio
Márcio Marcelo Belli
Data de defesa: 15-12-2023
Programa de Pós-Graduação: Administração

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: 0000-0003-0525-9137
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/5934886248528604

Folha de Aprovação

Autora: Vanderléia de Souza da Silva
Título: Gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social: uma análise de eficiência dos municípios brasileiros
Natureza: Tese
Área de concentração: Gestão e Sustentabilidade
Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/UNICAMP
Data da defesa: Limeira-SP, 15 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Prof. Dr. Johan Hendrik Poker Junior (Orientador)
Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/UNICAMP

_____
Profa. Dra. Amália Neide Covic (Membro)
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

_____
Prof. Dr. Francisco de Sousa Ramos (Membro)
Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

_____
Prof. Dr. Luiz Eduardo Gaio (Membro)
Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/UNICAMP

_____
Prof. Dr. Márcio Marcelo Belli (Membro)
Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/UNICAMP

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade

Dedico essa tese a todos aqueles que doam sua vida ao ensino e aprendizagem, especialmente a minha mãe (professora da minha vida) e aos meus professores: Mariane Silva (in memoriam), que me ensinou a gostar de pesquisa e história; Marlene Silva, que me ensinou a adorar geografia; Solange Limberger, que me fez conhecer sobre processos; Sinvales Roberto, que me apresentou às políticas públicas; e Johan Poker, que me fez encantar pela estatística e pela pesquisa acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui com saúde e não desistir, pois sem suas bênçãos essa tese não seria possível!

À minha família, especialmente aos meus pais, esposo e filho, pelo amor, pelo apoio, pela compreensão nos momentos de ausência, e pelo cuidado, pois sem os alimentos que vocês prepararam essa tese não seria escrita!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Johan Hendrik Poker Junior, por todo aprendizado, pela paciência e pelo incentivo nas questões pessoais e profissionais, sem sua ajuda essa tese não seria possível!

Aos Profs. Dr. Johan Hendrik Poker Junior e Dr. Otávio Gomes Cabello, pela oportunidade de realizar o Estágio Docente (PED) nas disciplinas de graduação e pelo compartilhamento da experiência profissional.

Aos Prof. Dr. André Sica e Prof. Dr. Francisco Sousa Ramos pelas contribuições, pelas sugestões e pelas reflexões trazidas na banca de qualificação, que foram essenciais para delimitar esse estudo.

À Profa. Profa. Dra. Amália Neide Covic e aos Profs. Dr. Francisco de Sousa Ramos, Dr. Luiz Eduardo Gaio e Dr. Márcio Marcelo Belli pelo aceite em participar da minha banca de defesa e contribuir com a qualidade do estudo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pelo ensino e pelas oportunidades de pesquisas junto a vocês.

A todos os colaboradores da FCA e UNICAMP que nos auxiliam e dão suporte de excelência, principalmente na secretaria acadêmica e na biblioteca, presencialmente ou online.

À Universidade Estadual de Campinas pela oportunidade de formação acadêmica e profissional, em uma das melhores universidades do mundo.

A todos os colegas de curso da FCA, que tive o prazer de dividir o conhecimento e convivência ao longo do mestrado e doutorado, dentro e fora da academia.

A todas as instituições de ensino técnico e superior que me oportunizaram iniciar na carreira docente e me incentivaram a continuar na academia.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

"*The object of government is the welfare of the people. The material progress and prosperity of a nation are desirable chiefly so far as they lead to the moral and material welfare of all good citizens*".
Theodore Roosevelt (1913).

RESUMO

O debate sobre a promoção do bem-estar social é relevante, atual e cabe a todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, pois as necessidades dos cidadãos são diferentes em meio aos tipos de necessidades, desenvolvimento humano e exclusão social. A eficiência da gestão pública e o fornecimento de serviços são de interesse de todos, pois afetam o modo de vida dos cidadãos. Ademais, o gestor público tem como dever legal e social realizar a boa gestão do recurso público, fazendo com que os gastos sejam bem geridos para promover o bem-estar social, principalmente no âmbito municipal, uma vez que se encontra na esfera mais próxima aos cidadãos. Logo, essa gestão pode ser impactada por fatores exógenos e endógenos, que influenciam em maior ou menor grau na eficiência dos gastos públicos. A ausência de um indicador consolidado para mensurar a eficiência da gestão pública municipal na promoção do bem-estar social aos seus munícipes é o que motiva a elaboração desse estudo. Nesse sentido, o objetivo geral da tese é analisar a eficiência dos municípios brasileiros quanto à gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social nas décadas de 1990 e 2000, em seus respectivos estados, e identificar o impacto de fatores exógenos e endógenos, que são determinantes da eficiência nos municípios paulistas. Para analisar a eficiência dos municípios brasileiros foi aplicada a metodologia de Análise Envoltória de Dados (DEA), sendo o modelo de retornos variáveis de escala com orientação aos outputs. A variável de input foi o gasto público per capita decenal e as variáveis de output, que corresponde ao bem-estar social, foram: variação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), população e infraestrutura. Para identificação da relação entre as variáveis de input e output foram aplicadas correlações e regressões lineares simples, e para a identificação dos fatores endógenos e exógenos foram aplicadas regressões lineares múltiplas, e pesquisa qualitativa. Os dados secundários foram coletados em bases públicas para o período de 1990 a 2010. Os resultados indicaram 184 municípios eficientes na década de 1990 e 204 municípios eficientes na década de 2000, sendo a maioria deles, proporcionalmente, de grande porte e metrópole, sucessivamente. As aplicações das regressões lineares múltiplas indicaram a existência de variáveis que impactam positiva e negativamente à eficiência resultada nos municípios paulistas em todos os grupos estudados, demonstrando significância estatística abaixo de 5%. Essas regressões apresentaram coeficientes de determinação entre 1,2% e 50,4%. Quanto aos fatores endógenos, também foram identificadas variáveis em todos os grupos com impacto positivo ou negativo, com significância estatística abaixo de 5%. Essas regressões apresentaram coeficientes de determinação entre 1,7% e 28,5%. Com isso, conclui-se que os gestores públicos municipais, ao identificar as interveniências das variáveis exógenas e endógenas à eficiência no estado de São Paulo, podem criar ações, por meio de políticas públicas, melhoria de processos ou melhoria da alocação dos recursos públicos, visando o aumento da promoção do bem-estar social.

Palavras-chave: Eficiência; Despesa pública - Política governamental - Brasil; Análise envoltória de dados.

ABSTRACT

The debate on the promotion of social welfare is relevant, topical and incumbent on all countries, developed or developing, as the needs of citizens differ across types of need, human development and social exclusion. The efficiency of public management and the provision of services are in everyone's interest, as they affect citizens' way of life. Furthermore, public managers have a legal and social duty to manage public resources well, ensuring that spending is well managed to promote social well-being, especially at municipal level, since it is the closest to citizens. Therefore, this management can be impacted by exogenous and endogenous factors, which influence the efficiency of public spending to a greater or lesser degree. The lack of a consolidated indicator to measure the efficiency of municipal public management in promoting the social well-being of its citizens is what motivated this study. In this sense, the general objective of this thesis is to analyze the efficiency of Brazilian municipalities in terms of managing public spending to promote social welfare in the 1990s and 2000s, in their respective states, and to identify the impact of exogenous and endogenous factors that determine efficiency in São Paulo municipalities. In order to analyze the efficiency of Brazilian municipalities, the Data Envelopment Analysis (DEA) methodology was applied, using a variable returns to scale model with an output orientation. The input variable was ten-year public spending per capita and the output variables, which correspond to social well-being, were: variation in the Human Development Index (HDI), population and infrastructure. Correlations and simple linear regressions were used to identify the relationship between the input and output variables, and multiple linear regressions and qualitative research were used to identify the endogenous and exogenous factors. Secondary data was collected from public databases for the period from 1990 to 2010. The results indicated 184 efficient municipalities in the 1990s and 204 efficient municipalities in the 2000s, with the majority of them being, proportionally, large and metropolitan, successively. Applications of multiple linear regressions indicate the existence of variables that have a positive and negative impact on the efficiency results of São Paulo municipalities in all groups studied, demonstrating statistical significance of less than 5%. These regressions present coefficients of determination between 1.2% and 50.4%. As for endogenous factors, they are also identified as variables in all groups with a positive or negative impact, with a statistical significance of less than 5%. These regressions present coefficients of determination between 1.7% and 28.5%. It can therefore be concluded that by identifying the impact of exogenous and endogenous variables on efficiency in the state of São Paulo, municipal public managers can take action through public policies, process improvement or better allocation of public resources, with a view to increasing the promotion of social welfare.

Keywords: Efficiency; Expenditures, Public - Public policy - Brazil; Data envelopment analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo produtivo do setor público 63
Figura 2 – Principais métodos de mensuração da eficiência 64
Figura 3 - Estudos nacionais: Modelo DEA e orientação 69
Figura 4 - Estudos internacionais: Modelo DEA e orientação 74
Figura 5 – Enquadramento metodológico da pesquisa 86
Figura 6 – Diagrama da pesquisa 89
Figura 7 – Número de municípios com dados faltantes por ano (1990-2009) 103
Figura 8 – Eficiência dos municípios do Acre: 1990-1999 119
Figura 9 – Eficiência dos municípios do Acre: 2000-2009 121
Figura 10 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Amapá: 2000-2009 125
Figura 11 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Amazonas: 2000-2009 128
Figura 12 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Pará: 1990-1999 132
Figura 13 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Pará: 2000-2009 135
Figura 14 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Rondônia: 2000-2009 139
Figura 15 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Roraima: 2000-2009 .. 142
Figura 16 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Tocantins: 2000-2009 146
Figura 17 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Alagoas: 1990-1999 .. 150
Figura 18 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Alagoas: 2000-2009 .. 153
Figura 19 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Bahia: 1990-1999 156
Figura 20 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios da Bahia: 2000-2009 159
Figura 21 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Ceará: 1990-1999 163
Figura 22 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Ceará: 2000-2009 165
Figura 23 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Maranhão: 1990-1999 169
Figura 24 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Maranhão: 2000-2009 172
Figura 25 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios da Paraíba (1999-1999) .. 176
Figura 26 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios da Paraíba: 2000-2009 178
Figura 27 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Pernambuco: 1990-1999 182

Figura 28 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Pernambuco: 2000-2009 185
Figura 29 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Piauí: 1990-1999 189
Figura 30 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Piauí: 2000-2009 192
Figura 31 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 1990-1999 196
Figura 32 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 2000-2009 199
Figura 33 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Sergipe: 1990-1999 ... 203
Figura 34 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Sergipe: 2000-2009.... 206
Figura 35 –Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Goiás: 1990-1999 210
Figura 36 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Goiás: 2000-2009 213
Figura 37 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso: 1990-1999 217
Figura 38 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso: 2000-2009 220
Figura 39 –Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 1990-1999 224
Figura 40 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 2000-2009 227
Figura 41 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Espírito Santo: 1990-1999 231
Figura 42 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Espírito Santo: 2000-2009 234
Figura 43 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Minas Gerais: 1990-1999 239
Figura 44 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Minas Gerais: 2000-2009 242
Figura 45 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 1990-1999 247
Figura 46 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 2000-2009 249

Figura 47 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de São Paulo: 1990-1999. 254
Figura 48 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de São Paulo: 2000-2009 257
Figura 49 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Paraná: 1990-1999.....262
Figura 50 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Paraná: 2000-2009.....264
Figura 51 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 1990-1999 268
Figura 52 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 2000-2009 271
Figura 53 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Santa Catarina: 1990-1999 275
Figura 54 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Santa Catarina: 2000-2009 278
Figura 55 – Comparação da eficiência do município de Limeira com os *benchmarks* na década de 1990 286
Figura 56 – Comparação da eficiência do município de Limeira com os *benchmarks* na década de 2000 287

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Criação de municípios e dados completos disponíveis para as décadas de 1990 a 2000 101
Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis DEA dos municípios com dados completos: 1990-1999 104
Tabela 3 – Estatística descritiva das variáves DEA dos municípios com dados completos: 2000-2009 104
Tabela 4 – Coeficiente de Correlação de Pearson aplicado aos dados estaduais nas décadas de 1990 e 2000 107
Tabela 5 – Resultados da Regressão Linear Simples aplicada às variáveis DEA (1990-1999) 108
Tabela 6 – Resultados da Regressão Linear Simples aplicada às variáveis DEA (2000-2009) 110
Tabela 7 – Estatísticas da eficiência nacional e regional..... 113
Tabela 8 – Análise das eficiências por porte do município nas décadas de 1990 e 2000 280
Tabela 9 - Limeira eficiente: *benchmarks* na década de 1990 286
Tabela 10 – Limeira eficiente: *benchmarks* na década de 2000..... 288
Tabela 11 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Agricultura..... 290
Tabela 12 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Geografia 291
Tabela 13 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo População 294
Tabela 14 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Renda..... 296
Tabela 15 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Ocupação 298
Tabela 16 - Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Segurança..... 299
Tabela 17 – Identificação de fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Educação..... 303

Tabela 18 – Identificação de fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Infraestrutura 306
Tabela 19 – Identificação de fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Saúde 307

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis explicativas do IDH 58
Quadro 2 – Características dos 21 estudos nacionais 67
Quadro 3 – Características dos 46 estudos selecionados na literatura internacionais 70
Quadro 4 – Estatísticas das variáveis de *input*, *output* e regressão dos 67 estudos selecionados 75
Quadro 5 - Impacto das variáveis exógenas na eficiência* 81
Quadro 6 – Descrição das variáveis de input e output selecionadas 93
Quadro 7 – Variáveis utilizadas para identificação dos fatores exógenos nos municípios paulistas 97
Quadro 8 – Variáveis utilizadas para identificação dos fatores endógenos nos municípios paulistas 98
Quadro 9 – Dados e eficiências dos municípios do Acre: 1990-1999 118
Quadro 10 – Municípios menos eficientes do Acre: 1990-1999 119
Quadro 11 – Dados e eficiências dos municípios do Acre: 2000-2009 120
Quadro 12 – Municípios menos eficientes do Acre: 2000-2009 121
Quadro 13 – Dados e eficiências dos municípios do Amapá: 2000-2009 123
Quadro 14 – Municípios menos eficientes do Amapá: 2000-2009 125
Quadro 15 – Dados e eficiências dos municípios do Amazonas: 2000-2009 127
Quadro 16 – Municípios menos eficientes do Amazonas: 2000-2009 129
Quadro 17 – Dados e eficiências dos municípios do Pará: 1990-1999 131
Quadro 18 – Municípios menos eficientes do Pará: 1990-1999 133
Quadro 19 – Dados e eficiências dos municípios do Pará: 2000-2009 133
Quadro 20 – Municípios menos eficientes do Pará: 2000-2009 135
Quadro 21 – Dados e eficiências dos municípios de Rondônia: 2000-2009 138
Quadro 22 – Municípios menos eficientes do Rondônia: 2000-2009 139
Quadro 23 – Dados e eficiências dos municípios de Roraima: 2000-2009 141
Quadro 24 – Municípios menos eficientes do Roraima: 2000-2009 143
Quadro 25 – Dados e eficiências dos municípios do Tocantins: 2000-2009 145
Quadro 26 – Municípios menos eficientes do Tocantins: 2000-2009 146
Quadro 27 – Dados e eficiências dos municípios do Alagoas: 1990-1999 148

Quadro 28 – Municípios menos eficientes do Alagoas: 1990-1999 150
Quadro 29 – Dados e eficiências dos municípios do Alagoas: 2000-2009 151
Quadro 30 – Municípios menos eficientes do Alagoas: 2000-2009 153
Quadro 31 – Dados e eficiências dos municípios do Bahia: 1990-1999 154
Quadro 32 – Municípios menos eficientes do Bahia: 1990-1999 157
Quadro 33 – Dados e eficiências dos municípios da Bahia: 2000-2009 157
Quadro 34 – Municípios menos eficientes do Bahia: 2000-2009 159
Quadro 35 – Dados e eficiências dos municípios do Ceará: 1990-1999 161
Quadro 36 – Municípios menos eficientes do Ceará: 1990-1999 163
Quadro 37 – Dados e eficiências dos municípios do Ceará: 2000-2009 163
Quadro 38 – Municípios menos eficientes do Ceará: 2000-2009 165
Quadro 39 – Dados e eficiências dos municípios do Maranhão: 1990-1999 168
Quadro 40 – Municípios menos eficientes do Maranhão: 1990-1999 169
Quadro 41 – Dados e eficiências dos municípios do Maranhão: 2000-2009 170
Quadro 42 – Municípios menos eficientes do Maranhão: 2000-2009 172
Quadro 43 – Dados e eficiências dos municípios da Paraíba: 1999-1999 174
Quadro 44 – Municípios menos eficientes da Paraíba: 1990-1999 176
Quadro 45 – Dados e eficiências dos municípios da Paraíba: 2000-2009 177
Quadro 46 – Municípios menos eficientes Da Paraíba: 2000-2009 179
Quadro 47 – Dados e eficiências dos municípios de Pernambuco: 1990-1999 180
Quadro 48 – Municípios menos eficientes de Pernambuco: 1990-1999 182
Quadro 49 – Dados e eficiências dos municípios de Pernambuco: 2000-2009 183
Quadro 50 – Municípios menos eficientes de Pernambuco: 2000-2009 185
Quadro 51 – Dados e eficiências dos municípios do Piauí: 1990-1999 187
Quadro 52 – Municípios menos eficientes do Piauí: 1990-1999 189
Quadro 53 – Dados e eficiências dos municípios do Piauí: 2000-2009 190
Quadro 54 – Municípios menos eficientes do Piauí: 2000-2009 192
Quadro 55 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 1990-1999 194
Quadro 56 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Norte: 1990-1999 196
Quadro 57 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 2000-2009 197
Quadro 58 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Norte: 2000-2009 199
Quadro 59 – Dados e eficiências dos municípios do Sergipe: 1990-1999 201

Quadro 60 – Municípios menos eficientes de Sergipe: 1990-1999 203
Quadro 61 – Dados e eficiências dos municípios de Sergipe: 2000-2009 204
Quadro 62 – Municípios menos eficientes de Sergipe: 2000-2009 206
Quadro 63 – Dados e eficiências dos municípios de Goiás: 1990-1999 208
Quadro 64 – Municípios menos eficientes de Goiás: 1990-1999 210
Quadro 65 – Dados e eficiências dos municípios de Goiás: 2000-2009 211
Quadro 66 – Municípios menos eficientes de Goiás: 2000-2009 213
Quadro 67 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso: 1990-1999 215
Quadro 68 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso: 1990-1999 217
Quadro 69 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso: 2000-2009 218
Quadro 70 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso: 2000-2009 220
Quadro 71 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 1990-1999 222
Quadro 72 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso do Sul: 1990-1999 224
Quadro 73 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 2000-2009 225
Quadro 74 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso do Sul: 2000-2009 227
Quadro 75 – Dados e eficiências dos municípios do Espírito Santo: 1990-1999 229
Quadro 76 – Municípios menos eficientes do Espírito Santo: 1990-1999 231
Quadro 77 – Dados e eficiências dos municípios do Espírito Santo: 2000-2009 232
Quadro 78 – Municípios menos eficientes do Espírito Santo: 2000-2009 234
Quadro 79 – Dados e eficiências dos municípios de Minas Gerais: 1990-1999 237
Quadro 80 – Municípios menos eficientes do Minas Gerais: 1990-1999 239
Quadro 81 – Dados e eficiências dos municípios de Minas Gerais: 2000-2009 240
Quadro 82 – Municípios menos eficientes de Minas Gerais: 2000-2009 242
Quadro 83 – Dados e eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 1990-1999 245
Quadro 84 – Municípios menos eficientes do Rio de Janeiro: 1990-1999 247
Quadro 85 – Dados e eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 2000-2009 248
Quadro 86 – Municípios menos eficientes do Rio de Janeiro: 2000-2009 250
Quadro 87 – Dados e eficiências dos municípios de São Paulo: 1990-1999 252
Quadro 88 – Municípios menos eficientes de São Paulo: 1990-1999 254
Quadro 89 – Dados e eficiências dos municípios do São Paulo: 2000-2009 255
Quadro 90 – Municípios menos eficientes de São Paulo: 2000-2009 257
Quadro 91 – Dados e eficiências dos municípios do Paraná: 1990-1999 260

Quadro 92 – Municípios menos eficientes do Paraná: 1990-1999 262
Quadro 93 – Dados e eficiências dos municípios do Paraná: 2000-2009 263
Quadro 94 – Municípios menos eficientes do Paraná: 2000-2009 265
Quadro 95 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 1990-1999 267
Quadro 96 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Sul: 1990-1999 269
Quadro 97 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 2000-2009 269
Quadro 98 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Sul: 2000-2009 271
Quadro 99 – Dados e eficiências dos municípios de Santa Catarina: 1990-1999 273
Quadro 100 – Municípios menos eficientes de Santa Catarina: 1990-1999 275
Quadro 101 – Dados e eficiências dos municípios de Santa Catarina: 2000-2009 276
Quadro 102 – Municípios menos eficientes de Santa Catarina: 2000-2009 278
Quadro 104 – Resumo da identificação dos fatores exógenos à eficiência nos municípios paulistas 301
Quadro 105 – Resumo da identificação dos fatores endógenos à eficiência nos municípios paulistas 309

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES **10**
LISTA DE TABELAS 13
LISTA DE QUADROS **15**
1 INTRODUÇÃO 23
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO 23
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA 27
1.2.1 Problema de pesquisa 27
1.3 OBJETIVOS 29
1.4 JUSTIFICATIVA 29
1.5 CONTRIBUIÇÕES 31
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO 33
2 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL (EBES) 35
2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO EBES 35
2.1.1 O Estado de Bem-estar Social no Brasil 44
2.2 INDICADORES DO EBES 51
2.2.1. Relação dos gastos públicos com IDH, população e infraestrutura 57
3 ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA 61
3.1 EFICIÊNCIA 61
3.2.1. Eficiência no setor público 61
3.2 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE EFICIÊNCIA 64
3.3 ESTUDOS PRECURSORES 66
3.3.1 Estudos precursores nacionais 66
3.3.2 Estudos precursores internacionais 70
3.3.2.1 Variáveis e métodos regressivos aplicados 75
3.3.2.2 Comparação dos resultados da eficiência na literatura 78
3.3.2.3 Fatores exógenos identificados como determinantes da eficiência 81
3.4 HIPÓTESES DA PESQUISA 84
4 METODOLOGIA 86
4.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO 86
4.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA 88

4.2.1 Etapa 1: Revisão bibliográfica 89
4.2.2 Etapa 2: Análise de eficiência 91
4.2.2.1 Análise Envoltória de Dados (DEA) 91
4.2.2.2 Variáveis do modelo DEA 92
4.2.3 Etapa 3: Identificação dos fatores exógenos 96
4.2.4 Etapa 4: identificação dos fatores endógenos 98
4.2.5 Etapa 5: Análise e interpretação dos resultados 99
5 ANÁLISE DOS DADOS E DAS EFICIÊNCIAS MUNICIPAIS 100
5.1 DISPONIBILIDADE DOS DADOS NOS ESTADOS 100
5.1.1. Estatística descritiva das variáveis do modelo DEA 103
5.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO: GASTO PÚBLICO E BEM-ESTAR SOCIAL 106
5.3 ANÁLISE DAS EFICIÊNCIAS MUNICIPAIS 112
5.3.1 Região Norte 117
5.3.1.1 Acre 117
5.3.1.2 Amapá 123
5.3.1.3 Amazonas 126
5.3.1.4 Pará 130
5.3.1.5 Rondônia 137
5.3.1.6 Roraima 140
5.3.1.7 Tocantins 144
5.3.2 Região Nordeste 147
5.3.2.1 Alagoas 147
5.3.2.2 Bahia 154
5.3.2.3 Ceará 160
5.3.2.4 Maranhão 167
5.3.2.5 Paraíba 173
5.3.2.6 Pernambuco 179
5.3.2.7 Piauí 186
5.3.2.8 Rio Grande do Norte 193
5.3.2.9 Sergipe 200
5.3.3 Centro-Oeste 207
5.3.3.1 Goiás 208

5.3.3.2 Mato Grosso 214
5.3.3.3 Mato Grosso do Sul 221
5.3.4 Região Sudeste 228
5.3.4.1 Espírito Santo 228
5.3.4.2 Minas Gerais 236
5.3.4.3 Rio de Janeiro 244
5.3.4.4 São Paulo 251
5.3.5 Região Sul 259
5.3.5.1 Paraná 259
5.3.5.2 Rio Grande do Sul 266
5.3.5.3 Santa Catarina 272
5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS EFICIÊNCIAS 279
5.4.1. Análise das eficiências do município de Limeira/SP: *benchmarks* 284
6 DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA: IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXÓGENOS E ENDÓGENOS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO 289
6.1 IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXÓGENOS À EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS 289
6.2 IDENTIFICAÇÃO DE FATORES ENDÓGENOS À EFICIENCIA DOS MUNICIÍPIOS PAULISTAS 303
7 CONCLUSÕES 311
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO 315
APENDICÊS 335
APÊNDICE A – AGRUPAMENTO DAS VARIÁVEIS DE *INPUT*, *OUTPUT* E REGRESSÃO 335
APÊNDICE B – FATORES DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA 335
APÊNDICE C – MUNICÍPIOS COM DADOS FALTANTES OU INEXISTENTES ENTRE 1990 A 2009 335
APÊNDICE D – DADOS E EFICIÊNCIA POR ESTADO (1990-2009) 335
APÊNDICE E – VARIÁVEIS EXÓGENAS E ENDÓGENAS 335
APÊNDICE A – AGRUPAMENTO DAS VARIÁVEIS DE *INPUT*, *OUTPUT* E REGRESSÃO 336
APÊNDICE B – FATORES DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA 338

APÊNDICE C – MUNICÍPIOS COM DADOS FALTANTES OU INEXISTENTES ENTRE 1990 A 2009 340
APÊNDICE D – DADOS E EFICIÊNCIA POR ESTADO (1990-2009) 378
APÊNDICE E – VARIÁVEIS ENDÓGENAS E EXÓGENAS 552
ANEXO ÚNICO 569
ANEXO ÚNICO – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS: 1872-2010 569

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado de Bem-Estar Social (EBES) tem por princípio a garantia de renda mínima, segurança social e a prestação de serviços públicos (BRIGGS, 1961). É responsabilidade do Estado garantir pelo menos o bem-estar básico para os cidadãos, mas seria oportuno também atender às necessidades secundárias da comunidade (ESPING-ANDERSEN, 1990; GIMÉNEZ; AYVAR-CAMPOS; NAVARRO-CHÁVEZ, 2017).

O EBES assumiu importância a partir do século XVI, com singelos auxílios do governo britânico aos cidadãos vulneráveis, amparados pela denominada Leis dos Pobres, sendo considerado o marco inicial do assistencialismo no mundo (DANELLI JR, 2013; FIORI, 1997; HENNOCK, 2001; KERSTENETZKY, 2012). Mas, o termo *Welfare State* ou EBES foi utilizado somente no final do século XIX, na Alemanha e Grã-Bretanha, estruturando-se após a Segunda Guerra Mundial (DANELLI JR, 2013; DELGADO; PORTO, 2019; FAY, 1950; GOUGH, 1989).

A constituição do EBES nos países europeus e nos Estados Unidos se baseou na instituição de legislações trabalhistas e na Declaração dos Direitos Humanos (DUDH)[1] (BRIGGS, 1961; GOUGH, 1989; HENNOCK, 2001). Essa declaração, em seu Art. 25, preconiza o direito às condições dignas de vida, ou seja, ao bem-estar (saúde, alimentação, moradia, assistência médica, serviços sociais e emprego) (ONU BRASIL, 1948). O EBES avançava, transformando o conceito de trabalhador contributivo em trabalhador cidadão, com a universalidade de serviços públicos e com o estabelecimento da linha da pobreza, que nenhum cidadão deveria estar. Essas mudanças se devem às políticas públicas elaboradas pelos países que adotaram o regime social-democrata e a luta incessante da classe operária pela ampliação de direitos (SILVA, 2011).

O Brasil, um dos primeiros países signatários da DUDH, marcou o início da construção do EBES com a instituição de leis trabalhistas em 1919. Entretanto, o cenário de instabilidade democrática, que gerou a promulgação de diversas Constituições Federais (CF),

[1] A DUDH inclui a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras.

levou o país ao atraso no desenvolvimento do bem-estar social, que ainda buscava o universalismo básico em saúde e educação (AURELIANO; DRAIBE, 1989; GRIN, 2013; KERSTENETZKY, 2012). Enquanto isso, os países europeus garantiam transporte em massa, cultura e lazer aos cidadãos (DELGADO; PORTO, 2019).

Em 1988, a nova CF foi promulgada e abarcou os direitos fundamentais, garantias individuais, gratuidade e universalidade, sendo considerada a mais importante de todas (BONAVIDES, 2002). O Art. 6º dispunha sobre os direitos sociais à "educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, garantido a todos os cidadãos brasileiros" (BRASIL, 1988).

A CF-88 concedeu aos municípios autonomia e obrigatoriedade da provisão coletividade e eficiência administrativa na alocação dos recursos, sejam eles humanos, materiais ou institucionais, satisfazendo assim, de forma igualitária, às necessidades dos cidadãos (MARTINO JÚNIOR, 2011). Em contrapartida, a descentralização não veio acompanhada dos recursos necessários às novas responsabilidades assumidas, visto que há heterogeneidade regional na distribuição destes e, também, dependência financeira das transferências estaduais e federais (REIS; DA COSTA; SILVEIRA, 2013).

Ademais, estas transferências podem minimizar as disparidades regionais entre os municípios e possibilitar o uso eficiente dos recursos (SUZART; ZUCCOLOTTO; ROCHA, 2018). Esse modelo descentralizador permite também a proximidade do gestor público com os cidadãos do município faz com que os serviços necessários a estes sejam priorizados, e consequentemente promovam progresso econômico-social (SODRÉ, 2019), e a eficiência na ação governamental (SUZART; ZUCCOLOTTO; ROCHA, 2018).

O setor público pode ser eficiente e pequeno, desde que o direcionamento dos gastos seja alocado nos bens públicos genuínos, nas externalidades significativas, na criação de instituições sociais e no estado de direito, para proteger os cidadãos e seus bens (AFONSO; SCHUKNECHT; TANZI, 2010). Mas, se os recursos forem alocados em áreas alheias às supracitadas e forem realizados a altos custos, certamente não haverá eficiência.

Assim, para equilibrar as demandas e a limitação de recursos no município, é necessária a melhoria da gestão dos recursos públicos, isto é, buscar, cada vez mais, a eficiência do gasto público, possibilitando mais ações com a utilização do mesmo volume de recursos financeiros (MAIA et al., 2009). Uma abordagem mais ampla sobre os gastos públicos tem a capacidade de levar em conta os custos de oportunidade em decidir a alocação

dos recursos nos diferentes serviços que pode oferecer para melhoria do bem-estar dos munícipes, podendo gerar ainda, a economia de recursos (D'INVERNO; CAROSI; RAVAGLI, 2017). Além disso, "a eficiência dos gastos públicos pode ser usada como um indicador para avaliar a eficácia da implementação de políticas governamentais" (CHAN; KARIM, 2012, p. 8).

Mesmo que a eficiência não seja prioridade em alguma esfera da gestão pública ou haja dificuldade em sua mensuração, ainda assim há necessidade de analisar se os objetivos foram atingidos (FOX, 2002). Pois são os esforços dos estudos que se debruçam sobre a temática que trazem diferentes formas de avaliação e acompanhamento dos impactos e efeitos sobre os padrões de vida, contribuindo para mudanças nas políticas de bem-estar (VAN DEN WALLE, 1995).

Dentre os métodos utilizados para a análise de eficiência da gestão pública estão os métodos não-paramétricos, do qual a Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis* – DEA) se sobressai aos demais. Até 2016, já haviam sido publicados pouco mais de dez mil estudos com aplicação da DEA, e os setores que se concentraram as publicações entre 2015-2016 foram: agricultura, bancário, cadeia de suprimentos, transportes e políticas públicas (EMROUZNEJAD; YANG, 2018).

O constante e crescente uso da metodologia DEA em políticas públicas pode ser justificado por sua primeira aplicação ter sido na avaliação de programas de ensino público infantil nos Estados Unidos. O artigo, publicado em 1981, foi baseado na tese de Edward Rhodes, que teve orientação de Willian W. Cooper (1914-2012). O estudo elaborou uma análise para a eficiência da gestão e uma para a eficiência dos programas, e o resultado indicou a combinação dos programas, uma vez que são superiores quando aplicados em conjunto, salvo as devidas adaptações necessárias (CHARNES; COOPER; RHODES, 1981). Além disso, este artigo forneceu um conjunto geral de conceitos e métodos que poderiam ser aplicados a uma variedade de programas públicos, mantendo a quantidade de recursos investidos e aumentando a produção (BANKER; KAPLAN, 2016, p. 125).

Outro motivo para o impulsionamento da utilização deste método pode estar relacionado à atuação de Cooper no setor público – principalmente nas áreas de contabilidade e estatística no *U.S. Bureau of Budget* e no Plano Marshall –, além da longa experiência como professor universitário, que oportunizou o desenvolvimento de estudos com programação

linear junto a indústrias, como a de aviação, petróleo e veículos (BANKER; KAPLAN, 2016, p. 118-120).

Em 70 anos de atuação, o professor Cooper publicou mais de 500 obras entre livros e artigos abrangendo contabilidade, matemática, pesquisa operacional, administração, engenharia, economia, estatística, política pública e ciências humanas[2] (BANKER; KAPLAN, 2016, p. 121). As publicações voltadas para a contabilidade tinham como assuntos principais: relatórios sociais e governamentais, planejamento e controle de gestão, e auditoria [3] (BANKER; KAPLAN, 2016). Depois de 1980, alguns de seus estudos foram complementados com a metodologia DEA [4] e outros utilizaram somente a DEA. Como exemplo, tem-se o estudo de Charnes, Cooper e Li (1989), que aplicaram DEA para avaliar o desempenho econômico de 28 cidades industriais da China nos anos de 1983 e 1984.

O levantamento do estado da arte sobre eficiência e gasto público na promoção do bem-estar, demonstrou uma preponderância de aplicação da DEA nos estudos com métodos não-paramétricos. Dos 67 estudos selecionados, quase 50% deles aplicaram métodos regressivos após a análise de eficiência, com intuito de identificar fatores determinantes da eficiência. Dentre os fatores encontrados, destacam-se as variáveis relacionadas às características da população, geografia, renda, educação, saúde e política, principalmente.

Com o breve histórico da origem da DEA e a revisão bibliográfica realizada, percebe-se que o método é amplamente aplicável para analisar a eficiência da gestão pública na alocação dos gastos na promoção do bem-estar social nos municípios brasileiros. Uma vez que, o EBES é um processo, concebido da interação com a sociedade, política, economia e cultura, e não apenas um resultado (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2006). Ou seja, há uma constante necessidade de retroalimentação do sistema produtivo, para que a eficiência seja mantida.

Esta tese tem como propósito uma análise em três estágios. Primeiramente a eficiência dos municípios brasileiros será mensurada no âmbito estadual com a metodologia

---

[2] Em Charnes, Cooper e Kozmetsky (1973) foi realizada uma análise sobre os métodos de pesquisas objetivas e subjetivas da qualidade de vida dos cidadãos americanos.

[3] O estudo de Churchill e Cooper (1979) abordou a responsabilidade das empresas e do governo para abranger a eficácia, eficiência e propriedade das ações gerenciais e suas consequências (recrutamento e treinamento para funcionários, poluição e qualidade de vida) para o desempenho social e econômico, aumentando as funções da auditoria no setor privado e público nas três esferas de governo (BANKER; KAPLAN, 2016, p. 125-126).

[4] Charnes e Cooper (1980) apresentam novas formas de controle social e gerencial, argumentando que o *benchmarking* da DEA fornecia uma alternativa superior para auditorias de eficiência (BANKER; KAPLAN, 2016, p. 126).

DEA, tendo uma análise de *benchmark* para o municípios de Limeira/SP. Depois serão aplicados métodos regressivos para identificação de fatores exógenos (externos) à eficiência, contando com seis grupos de variáveis: agricultura, geografia, população, renda, ocupação e segurança**.** E, por fim, serão aplicadas regressões para identificar fatores endógenos (internos), correspondendo a três grupos de variáveis: educação, infraestrutura e saúde. O intuito da identificação dos fatores exógenos e endógenos é conhecer as características da gestão pública dos municípios brasileiros eficientes, para que eles possam servir de modelo para os demais ineficientes, ou identificar fatores/ações que não permitiram que o município se tornasse eficiente, podendo, assim, a gestão pública implementar medidas corretivas.

Desta forma, acredita-se que com municípios fortes é que o desenvolvimento nacional terá raízes sólidas, e com governos locais autônomos, independentes e atuantes o progresso do país poderá ser orientado no sentido de se atender às reais necessidades de toda a população (MONTORO, 1976). Visto que, o EBES é a efetivação da democracia, controla o "capitalismo individualista e possessivo", e pode ser o contentor das "distorções socioeconômicas mais antissociais e anti-humanistas" (DELGADO; PORTO, 2019, p. 24).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

1.2.1 Problema de pesquisa

O debate sobre a promoção do bem-estar social cabe a todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, pois as necessidades dos cidadãos são diferentes em meio aos tipos de pobreza, como a de renda, a definida pelo desenvolvimento humano e a de exclusão social (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2006). Além disso, "o bem-estar está longe de ser um conceito irrelevante no estudo do desenvolvimento internacional" (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2006, p. 3). A eficiência da gestão pública e o fornecimento de serviços são de interesse de todos, pois afetam o modo de vida dos cidadãos (FOX, 2002).

No Brasil, há um consenso na literatura nacional sobre a existência e permanência de um EBES após a promulgação da CF-88 (AURELIANO; DRAIBE, 1989; BENEVIDES, 2011; GRIN, 2013; KERSTENETZKY, 2012; LOBATO, 2016; SÁTYRO, 2014). A nova Carta Magna trouxe a descentralização fiscal e administrativa, que tinha como perspectiva uma aproximação da gestão pública municipal a identificação das necessidades dos cidadãos,

promovendo assim serviços públicos mais eficientes (SUZART; ZUCCOLOTTO; ROCHA, 2018).

O processo de descentralização trouxe a transferência de encargos e responsabilidades das outras esferas sem que os recursos viessem juntos, fazendo com que os gestores públicos dependessem das transferências negociadas (posição política, prestígio e vinculação partidária dos prefeitos e parlamentares) (TEIXEIRA, 2002). Essas transferências, na maioria das vezes vinculadas – devem ser aplicadas em um serviço específico, em determinada obra de infraestrutura, em campanhas nacionais ou estaduais, e outros –, também limitam a aplicação dos recursos aos interesses dos municípios. Porém, se as transferências não forem vinculadas, e os governos locais puderem gastar esta receita livremente, seu nível de gastos torna-se independente de sua base própria (HILLBRECHT, 1997). A autonomia municipal pode causar ineficiências na promoção do bem-estar social, através do direcionamento de recursos para os interesses de grupos específicos em detrimento a outros (MACIEL; PIZA; PENOFF, 2009).

Logo, percebe-se que a eficiência da gestão pública na promoção do bem-estar não se deve apenas às entradas e saídas do processo produtivo, mas também às diversas variáveis externas existentes, que não podem ser controladas no curto prazo e que afetam os resultados (BIKIS, 2011). Como, por exemplo, a taxa de urbanização, renda, nível educacional, Produto Interno Bruto (PIB), distância da capital, localização, entre outros (ver Apêndice B).

Entretanto, desenvolver métricas de avaliação da gestão pública que compreendam questões quantitativas e qualitativas é um desafio (CURRISTINE; LONTI; JOUMARD, 2007; JUBRAN, 2006). Mesmo assim, as avaliações de desempenho são importantes na identificação dos pontos fortes e fracos da gestão pública, para que haja controle social, melhoria dos serviços prestados e redução de custos (VARELA, 2008). Igualmente, a mensuração da eficiência pública pode auxiliar governantes na avaliação do progresso, na identificação de lacunas e na promoção de aprendizado com as melhores práticas mundiais (MORENO-ENGUIX; BAYONA, 2017).

Com base nestes pressupostos e na revisão bibliográfica realizada identificou-se que os estudos disponíveis na literatura, nacional e internacional, sobre a análise da eficiência na promoção do EBES e que buscam identificar fatores endógenos e exógenos, ainda são singulares. E também foi constatada ausência de estudos longitudinais e que buscassem a

identificação de fatores determinantes, em grande volume de variáveis, e fatores endógenos para os municípios brasileiros sobre temática de bem-estar social. Nesse sentido, a tese busca responder às seguintes questões: **Quais são os municípios brasileiros que promoveram o bem-estar social por meio da gestão eficiente dos gastos públicos entre 1990-2010? E quais são os fatores exógenos e endógenos determinantes da eficiência nos municípios paulistas?**

1.3 OBJETIVOS

De acordo com a questão de pesquisa e as hipóteses levantadas, o objetivo geral da tese é analisar a eficiência dos municípios brasileiros quanto à gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social entre 1990-2010 e identificar fatores exógenos e endógenos, que são determinantes da eficiência nos municípios paulistas. E, tem como objetivos específicos:

a) Mensurar a eficiência dos municípios brasileiros na gestão dos gastos públicos para promoção do bem-estar social, em seus respectivos estados, e identificar os municípios *benchmarks* de Limeira/SP, ambos nos dois decênios;
b) Identificar fatores exógenos que são determinantes da eficiência dos municípios paulistas, nas duas décadas;
c) Identificar fatores endógenos que são influenciadores da eficiência dos municípios paulistas, nas duas décadas;
d) Comparar os resultados das eficiências municipais, por década, em seus respectivos estados, na região geográfica e nacionalmente;
e) Relacionar os resultados das eficiências, fatores exógenos e endógenos com os achados da literatura nacional e internacional.

1.4 JUSTIFICATIVA

A elaboração da tese tem por motivação inicial os estudos anteriormente elaborados, nos quais foram analisadas as eficiências da gestão dos gastos públicos em saúde e saneamento, gestão ambiental e serviços hospitalares (SILVA et al., 2017, 2019; SILVA, 2017). O intuito maior é demonstrar a existência de ações dos gestores públicos que

complementam a boa gestão do gasto frente às necessidades dos seus munícipes. E que a identificação dessas ações possa auxiliar os demais gestores na realização de mudanças nos municípios ineficientes.

A tese traz cinco diferenciais, que residem a) na ampliação do escopo, que incorpora todas as pastas dos gastos públicos; b) na abordagem longitudinal, que compreende vinte anos analisados; c) na expansão geográfica, que engloba todos os municípios brasileiros; d) nos grupos de variáveis exógenas, que representam dez categorias e mais de 1000 variáveis; e) na busca por fatores endógenos, que, muitas vezes, não estão disponíveis em bases de dados. Com isso, espera-se um aperfeiçoamento do debate do impacto dos fatores quantitativos e qualitativos sobre a eficiência da gestão dos gastos públicos municipais para a promoção do bem-estar social nos municípios paulistas.

Sabe-se da importância da economicidade, devido à necessidade de reduzir as gastos e aumentar a eficiência dos recursos públicos, cada vez mais escassos (AFONSO; VENÂNCIO, 2016), e que a Administração Pública não possui indicadores consolidados[5] de gestão ou de eficiência da alocação dos gastos públicos. Dessa forma, os resultados da aplicação dos métodos não-paramétricos e paramétricos podem incentivar os gestores públicos a "melhorar suas políticas de gestão dos gastos públicos, prestando atenção especial aos custos em que a ineficiência é maior" (MORENO-ENGUIX; LORENTE-BAYONA, 2017, p. 125).

A revisão bibliográfica realizada proporcionou a identificação de quatro estudos que analisaram a eficiência de todos os municípios brasileiros, que coincidentemente selecionaram somente o ano 2000 (GASPARINI; MIRANDA, 2011; PEREIRA; SOUZA; CRIBARI-NETO, 2014; SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005; SANTOS; CRIBARI-NETO; SAMPAIO DE SOUSA, 2007). Os estudos precursores longitudinais identificados na revisão bibliográfica nacional apresentaram análises de 4, 7, 9 ou 10 anos, com dados entre 1991 a 2013, sendo somente para os municípios dos estados: Ceará (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019), Goiás (DI NIZO NETO; KUWAHARA; PINTO, 2015), Minas Gerais (COSTA et al., 2015) e São Paulo (SILVA; KUWAHARA; MACIEL, 2012).

[5] como os indicadores sociais (IDH, Censo Demográfico), educacionais (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB), de desigualdade (Coeficiente de Gini), por exemplo.

A importância dos estudos longitudinais na esfera pública se dá pela existência da defasagem temporal. Uma vez que, os gastos públicos não geram efeitos imediatos[6], havendo um descompasso entre a destinação, liberação e aplicação do recurso até o uso efetivo dos serviços públicos pelo cidadão. Assim, a ausência de estudos longitudinais para todos os municípios brasileiros justifica, também, a elaboração do estudo, pois a mensuração da promoção do bem-estar social para apenas um período não contempla os potenciais de evolução cenário[7].

E, por fim, a identificação dos fatores determinantes da eficiência (fatores exógenos e endógenos) nos municípios estudados pode gerar medidas de controle destas variáveis interventoras. Isso permitirá a instituição ou mudança de políticas públicas, economicidade de recursos, ampliação da cobertura de serviços públicos, entre outras ações. Ademais, o município que identifica e trata as variáveis interventoras pode servir de modelo para outros, principalmente aos mais próximos. E, como resultado disso, promover bem-estar social a um número maior de cidadãos.

1.5 CONTRIBUIÇÕES

A contribuição da tese concentra-se no aprimoramento do debate na literatura de Administração Pública, especificamente na gestão do gasto para promover o bem-estar social, contemplando cinco pontos principais.

O primeiro ponto é a elaboração de medidas de acompanhamento da gestão pública para avaliar e comparar as eficiências, apontando pontos fortes e fracos de cada município ou região. Pois, com isso é possível demonstrar "as direções que o gestor público municipal deve tomar para um melhoramento da eficiência nos gastos públicos e, consequentemente, um aumento dos bens e serviços básicos fornecidos à população" (SODRÉ, 2019, p. 35). Além de servir como "ferramenta de reflexão sobre a qualidade da gestão pública, visando à melhoria no bem-estar social" (SILVA et al., 2012, p. 111).

A busca na identificação de fatores exógenos da eficiência é o segundo ponto, pois pode permitir o controle ou a criação de ações que reduzam o impacto de fatores que

[6] Em relação aos gastos em saúde (LINDEN; RAY, 2017), crescimento econômico (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001), PIB (MARIANO, 2012), desenvolvimento humano (MATTEI; BEZERRA; MELLO, 2018), e outros.

[7] Devido às legislações orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA), ao mandato político e a burocracia dos atos da Administração Pública.

podem reduzir a eficiência, tais como: nível instrucional baixo, falta de serviços públicos de saúde, violência, desemprego, renda per capita baixa, entre outros. Ou, proporcionar o aumento da eficiência com ações que promovam o fator positivo, como, por exemplo, variáveis relacionadas à saúde, educação, ocupação, infraestrutura, segurança e outras que tragam melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Como terceiro ponto tem-se a possibilidade de identificação dos fatores endógenos, que compreendem ações de governança, projetos específicos, políticas públicas e assim por diante. Por exemplo, a criação de uma área industrial no município pode gerar novos empregos; a construção de uma creche pode oportunizar as mulheres com filhos um emprego; a disponibilização de cursos (xadrez, judô, futebol, natação, e outros) no contra turno escolar que pode melhorar o rendimento escolar e ocupar o tempo ocioso.

No quarto ponto propõe-se a comparação entre as eficiências e fatores exógenos e endógenos identificados, que permitem o planejamento de melhorias. Com isso, os gestores públicos podem realizar ações de promoção de uma maior eficiência no município. Podendo "servir como um instrumento orientador no planejamento de metas sociais" (JUBRAN, 2006, p. 5). E ainda, se forem identificados fatores que impactam positiva ou negativamente, diversos municípios brasileiros, pode-se cobrar medidas de outras esferas ou buscar auxílio financeiro, ambos mediante a criação de projetos, instituição de novas legislações, repasse de recursos e outros.

O quinto ponto relaciona os achados da tese com aqueles dos estudos nacionais e internacionais, apresentados na revisão bibliográfica, para identificar similaridades e discrepâncias. Isso pode prover novas ações da gestão pública, corroboração com o arcabouço teórico, e reflexões sobre a temática, conduzindo ao aumento do bem-estar social da população em seus municípios.

Além disso, pode ainda demonstrar os benefícios dos serviços públicos (JUBRAN, 2006), que proporcionam equidade de acesso a serviços básicos de saúde, educação, moradia, transporte, segurança, e outros. E, também, promover a transparência e cidadania (GUERREIRO, 2019), que estimulam a credibilidade da esfera pública e a participação da população, por exemplo, nos conselhos municipais.

Enfim, espera-se contribuir com a tomada de decisão da gestão dos municípios estudados e, também, provocar novas indagações na academia quanto à eficiência do gasto

público, gestão pública e suas variáveis interventoras, para que os laços entre a gestão pública e ciência se estreitam, buscando cada vez mais a promoção o bem-estar social.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em sete capítulos, os quais se subdividem em seções que tratam dos temas necessários para fundamentar a pesquisa teoricamente, descrever as metodologias aplicadas e relatar os desempenhos alcançados pelos municípios na promoção do bem-estar social.

O Capítulo 1 – Introdução aborda o problema estudado, formula a pergunta de pesquisa e enuncia a tese sobre a promoção do bem-estar social e eficiência municipal, delineia as hipóteses a serem verificadas, estabelece os objetivos gerais e específicos, justifica a relevância do tema e descreve a estrutura do trabalho.

No Capítulo 2 – O Estado De Bem-Estar Social (EBES) está descrito a origem e a evolução histórica do EBES nos contextos globais e locais, concomitantemente com suas características, indicadores, comparações e discussões sobre a promoção do bem-estar social pelos governos a sua população.

A Análise de eficiência da gestão pública é abordada no Capítulo 3, sendo composta pela descrição dos principais métodos aplicados para mensuração de eficiência e pela revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional.

No Capítulo 4 – Metodologia são apresentadas as etapas do estudo; as técnicas, métodos e procedimentos empregados na pesquisa; bem como a seleção da amostra e o processo de coleta de dados.

O Capítulo 5 – Análise dos dados e eficiências municipais expõe os dados disponíveis para os municípios; traz comparações a nível estadual, regional e nacional; e análise das eficiências dos municípios em relação ao bem-estar social.

A Identificação dos fatores endógenos e exógenos para o estado de São Paulo é apresentada no Capítulo 6, demonstrando os fatores que possivelmente impactam na gestão pública municipal, reduzindo ou aumentando a promoção do bem-estar social local.

No Capítulo 7 – Conclusões são expostas as conclusões do estudo, juntamente com as sugestões para futuras pesquisas.

Ao concluir este trabalho, são disponibilizadas as referências bibliográficas, apêndices e anexos, fornecendo assim um suporte amplo e detalhado ao conteúdo apresentado ao longo da tese.

2 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL (EBES)

Este capítulo tem por objetivo apresentar a origem e a evolução histórica do EBES no mundo, na América Latina e mais especificamente no Brasil, sendo considerados fatores econômicos, políticos e legais a respeito de cada região. Na sequência, há uma exposição de quais indicadores a literatura considera representantes do EBES, seguido de comparações e discussões destes em nível global e local.

2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO EBES

Os primeiros olhares às necessidades dos cidadãos não surgiram em conjunto de deveres e obrigações dos Estados (saúde, educação, moradia, lazer, segurança, e outros), como está instituído nas legislações dos últimos 100 anos. A legislação abarcando deveres e obrigações surgiu aos poucos, com pequenos amparos aos cidadãos incapacitados, como previsto na *Poor Law* (Lei dos Pobres), elaborada na Grã-Bretanha a partir de 1536 (FIORI, 1997). Essa norma foi o marco inicial do assistencialismo no mundo, e estabelecia que as paróquias locais promoveriam assistência aos mais vulneráveis (DANELLI JR., 2013; HENNOCK, 2001; KERSTENETZKY, 2012).

Entretanto, esta preocupação do Estado não surgiu da aspiração em sanar as carências dos mais pobres, e sim para reprimir a "mendicância e compulsão ao trabalho dos fisicamente capazes, e de seletividade e condicionalidades na provisão de assistência pública aos incapacitados" (KERSTENETZKY, 2012, p.7). Mesmo que esse modelo tenha se propagado rapidamente em outros países da Europa Ocidental, os governos perceberam uma nova necessidade: a de proteção social para os operários e artesãos, devido ao sentimento de liberdade e igualdade, advindo com a Revolução Industrial e o período pós-guerra (DANELLI JR., 2013; DELGADO; PORTO, 2019).

O *Welfare State*[8] originou na Europa Ocidental, na Alemanha e Grã-Bretanha inicialmente, no final do século XIX, mas estruturou-se após a Segunda Grande Guerra

[8]Estado de Bem-Estar Social (EBES), em português. Esse termo é o adotado na tese com base em estudos precursores (ARRETCHE, 1995; ANDERSEN, 2012; BENEVIDES, 2011; BRIGGS, 1961; DELGADO; PORTO, 2019; DRAIBE; RIESCO, 2011; ESPING-ANDERSEN, 1990; FIORI, 1997; FLEURY, 2018; GERSCHMAN; VIANNA, 1997; GOUGH, 1989; HENNOCK, 2001; KERSTENETZKY, 2012; LOBATO, 2016).

Mundial (1939-1945) (DELGADO; PORTO, 2019). Nos anos de 1880, a Alemanha foi a pioneira na elaboração de legislações acerca dos direitos de proteção social: Lei do Seguro Doença (1883), Lei do Seguro contra Acidente de Trabalho (1884) e a Lei do Seguro Invalidez e Velhice (1889) (DANELLI JR., 2013; FAY, 1950; GOUGH, 1989). Essas legislações, criadas no governo do príncipe Otto von Bismarck, impulsionaram a legislação social em outros países – com destaque para a introdução do seguro social na Grã-Bretanha em 1911, pelo primeiro ministro Lloyd-George (FAY, 1950).

Mesmo com avanços nas legislações, o termo *Wohlfahrtsstaat (Welfare State)* foi utilizado pela primeira vez na Alemanha em 1920, e amplamente associado ao Plano Beveridge (1942), que tratava da responsabilidade do estado pelo bem-estar do nascimento até a morte do cidadão (GOUGH, 1989). Enquanto isso, na Grã-Bretanha, a expressão "estado de bem-estar" (*Welfare State*) foi cunhada pelo arcebispo de York, William Temple, na obra *Citizen and Churchman* (1941), para contrastar com o "Estado de poder" ou "Estado de Guerra" (HENNOCK, 2001; KERSTENETZKY, 2012). A partir de 1945, a frase "bem-estar social" passa a ser utilizada para descrever a Grã-Bretanha trabalhista e torna-se comum ao redor do mundo, principalmente por historiadores para reescrever as "origens" e o "desenvolvimento" de um "estado de bem-estar" (BRIGGS, 1961).

Embora houvesse amplo conhecimento do termo, os modelos iniciais de bem-estar constituídos pelos alemães e ingleses eram distintos. O modelo de contrato alemão possuía uma relação com o valor que o segurado tinha no mercado (contribuições e benefícios baseados no nível de renda). Já o modelo de status inglês preconizava a igualdade entre os segurados (taxa fixa para todos), mesmo que não houvesse contribuição (DANELLI JR., 2013; HENNOCK, 2001; KERSTENETZKY, 2012). O sentido de bem-estar na Grã-Bretanha era alusivo à caridade, tendo o governo como figura paternalista. Devido a isso, na década de 1940, o governo da Alemanha substituiu o termo *Wohlfahrtsstaat* por *Sozialstaat*, por causa da conotação pejorativa recebida durante uma crise política no país (HENNOCK, 2001).

Neste mesmo período, a Suécia, a França e os Estados Unidos também avançaram na elaboração de leis para a assistência social, principalmente da classe trabalhadora, mas deixaram de se basear nos modelos alemão e inglês. A Suécia, inicialmente, tinha um modelo mais parecido com o da Grã-Bretanha, focado na igualdade, entretanto, quem financiava as pensões e o seguro doença eram os impostos (HENNOCK, 2001). Na França, o sistema de seguridade social surgiu pela luta do trabalhador, em 1871 durante a Comuna de Paris (*la*

sociale), que em 1945 foi apropriado e substituído pelo governo. Os benefícios (doença, acidente de trabalho, velhice, e outros) foram reunidos pelo governo francês em um único fundo, que incluía todas as classes trabalhadoras de todos os setores. Mas esses fundos eram gerenciados por trabalhadores e representantes sindicais (VAHABI; BATIFOULIER; DA SILVA, 2020).

O cenário inicial de bem-estar social nos Estados Unidos compreendeu os anos de 1890 a 1920 (Era Progressista), em que os governos federais e estaduais implementaram políticas para redução de desigualdade e proteção dos vulneráveis. Após a crise de 1929, foi instituído o programa *New Deal*[9], que, principalmente, garantiu a negociação de direitos coletivos pelos sindicatos, criou sistema de aposentadoria, benefícios de desemprego e salários (EMEJULU; SCANLON, 2016).

Apesar disso, o contexto do estado de bem-estar americano diferia do inglês. A concepção americana era voltada para a previdência social e despesas com assistência social pública (subsídios e saúde). Em contrapartida, o conceito inglês, também, abrangia programas de reciclagem no mercado de trabalho e moradia (VAHABI; BATIFOULIER; DA SILVA, 2020). O termo igualdade, tão preconizado na Grã-Bretanha, não abarcava o sistema americano, uma vez que, nos Estados Unidos, não havia elegibilidade universal, pois excluía grande parte dos afrodescendentes e faltava adequação, ou seja, profundidade de cobertura (EMEJULU; SCANLON, 2016; HENNOCK, 2001).

Ademais, a primeira metade do século XX foi marcada pela criação e ampliação de normas e programas para cobrir as necessidades de novos grupos sociais, principalmente nos países supracitados e também na Europa Ocidental e países colonizados por estes. Consequentemente, outros países, além dos europeus e americanos, passam a incorporar o estado de bem-estar, mesmo que nos mais diferentes usos (KERSTENETZKY, 2012).

Com base nas diferentes formas de instituição do bem-estar social nos países desenvolvidos e em desenvolvimento supracitados e, até mesmo, na evolução da definição do termo, há um consenso na literatura sobre a dificuldade em definir a expressão bem-estar social (BENEVIDES, 2011; GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2006; KERSTENETZKY, 2012; POPOVA, 2017). Para Esping-Andersen (1990, p. 18), as preocupações teóricas acerca do conceito do *Welfare State* estiveram voltadas a "outros

[9] Foi instituído em 1935, no governo F. D. Roosevelt, sendo considerado o início do estado de bem-estar norte-americano (KERSTENETZKY, 2012, p. 17).

fenômenos, como poder, industrialização ou contradições capitalistas", afirmando que, em sua visão, "o próprio estado de bem-estar geralmente recebe pouca atenção conceitual". Além disso, esse termo pode ter uma definição subjetiva ou objetiva, pois "o bem-estar ainda é uma categoria nova nas ciências sociais aplicadas, de modo que ainda não emergiu um consenso estabelecido sobre seu significado" (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2006, p. 4).

O bem-estar subjetivo [10] é sinônimo de felicidade ou qualidade de vida na perspectiva de cada indivíduo (DIENER, 1984). É considerado "o estudo científico da felicidade: o que a causa, o que a destrói e quem a tem" (ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004, p. 154), estando relacionada a outros contextos, como o da saúde: bem-estar físico, mental, no trabalho e outros. Para Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009, p. 16) o bem-estar subjetivo "abrange diferentes aspectos (avaliações cognitivas da vida, felicidade, satisfação, emoções positivas, como alegria e orgulho, e emoções negativas, como dor e preocupação)", que devem ser mensurados e analisados individualmente para possibilitar a identificação de determinantes da qualidade de vida.

Com significado distinto de bem-estar subjetivo, o bem-estar objetivo [11] tem conceito alinhado com as ações realizadas pelos governos da Europa Ocidental, quando criaram legislações iniciais para garantia da proteção individual. Da mesma forma que as legislações continuaram a aprimorar e abranger mais garantias individuais e coletivas, o conceito de bem-estar objetivo também evoluiu. Segundo Gough, McGregor e Camfield (2006, p. 5), essa evolução passou de felicidade para avaliação e promoção das necessidades no EBES até o desenvolvimento de indicadores, a partir do século XX.

A definição elaborada por Asa Briggs em 1961 é considerada a mais comum até os dias atuais.

> Um "Estado de Bem-estar"' é um estado em que o poder organizado é deliberadamente usado (por meio de políticas e administração) em um esforço para modificar o jogo das forças do mercado em pelo menos três direções - primeiro, garantindo aos indivíduos e famílias uma renda mínima, independentemente do valor de mercado de sua propriedade; segundo, estreitando a extensão da insegurança, permitindo que indivíduos e famílias atendam a certas "contingências sociais" (por exemplo, doença, velhice e desemprego) que levam a crises individuais e familiares; e terceiro, garantindo que todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, ofereçam os melhores padrões disponíveis em relação a certo conjunto de serviços sociais acordados (BRIGGS, 1961, p. 228, tradução nossa).

[10] Dos termos em inglês: *Subjective Well-being* (SWB) (ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004; DIENER, 1984) e *wellbeing* (WHITE, 2010).

[11] Além de Welfare State ou EBES, o termo pode ser encontrado na literatura como *objective wellbeing* (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2006) ou *social welfare* (EMEJULU; SCANLON, 2016; VAHABI; BATIFOULIER; DA SILVA, 2020).

De encontro com a definição de Briggs, Gough (1989, p. 276) afirma que “o termo se refere tanto a objetivos (a ideia de responsabilidade do Estado pelo bem-estar) quanto a meios (as instituições e práticas através das quais a ideia é efetivada)”. E, presume que exista uma aceitação sobre o estado de bem-estar representar a responsabilidade do estado de todos os indivíduos com base nos direitos dos cidadãos. Com definição similar, Benevides (2011, p. 85) conceitua que o bem-estar social “pressupõe a ação estatal na articulação e implementação de políticas e instituições com o fim de prover bem-estar aos indivíduos, em todas as esferas de governo, com a redução da exposição da população aos riscos sociais, com base nos direitos sociais”. Kerstenetzky e Guedes (2018, p. 2096) compreendem o estado de bem-estar “como o arranjo que dá corpo ao pacto social cujo intuito é fixar o conjunto de bens primários sociais a ser provido publicamente e garantido por financiamento solidário”.

Esping-Andersen (1990, p. 18-19) afirma que a definição teórica de EBES é “envolve a responsabilidade do estado de garantir um mínimo de bem-estar básico para seus cidadãos”, e pode ser encontrada em livros didáticos. Mas, o autor questiona se “não seria mais apropriado exigir de um estado de bem-estar que satisfaça mais do que nossas necessidades básicas ou mínimas”. Neste sentido, Gyménez, Ayvar-Campos e Navarro-Chávez (2017) dizem que de maneira resumida, o bem-estar social é a satisfação das necessidades básicas e secundárias dos indivíduos na comunidade (GIMÉNEZ; AYVAR-CAMPOS; NAVARRO-CHÁVEZ, 2017).

Segundo Delgado e Porto (2019, p. 14), o EBES na Europa Ocidental tinha características que abrangiam nove aspectos correlacionados: democracia multidimensional, liberdade, igualdade, solidariedade, centralidade da pessoa humana na ordem jurídica e na vida socioeconômica, valorização do trabalho e do emprego, justiça social e bem-estar. Essas características trouxeram um novo significado ao Estado Democrático de Direito, agora institucionalizado pelos direitos civis e políticos, que antes tinha “sua concepção restrita, excludente e discriminatória inerente ao liberalismo originário” (DELGADO; PORTO, 2019, p. 14).

Neste cenário de definições, constituição ou aprimoramento do EBES, as Ciências Políticas e Econômicas disputavam a dominação do conhecimento sobre o tema através da literatura, mesmo que estivessem entrelaçadas (GERSCHMAN; VIANNA, 1997). Então,

ficou a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU)[12] a retomada e disseminação do argumento de que "a política social constitui condição do desenvolvimento econômico" (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 220).

Assim, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)[13] em 1948 elaborada pela ONU e a forte influência normativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[14] houve grande expansão e adesão de outros países, além da Europa Ocidental, às políticas do EBES (KERSTENETZKY, 2012). Nessa declaração da ONU foram inseridos objetivos similares aos disposto no Plano Beveridge, que orientaram à promoção do bem-estar social nos novos sistemas, contemplando direito social e cidadania (BENEVIDES, 2011). Esse período é denominado na literatura internacional como *golden age*[15], devido à ampla oferta de emprego, tanto no setor público quanto no privado, e à complementação de benefícios de assistência por parte do mercado de trabalho e dos governos (GOUGH, 2005).

Contudo, a partir da década de 1970 o EBES inicia uma nova fase: a crise do *Welfare State*, denominada pelos economistas como encolhimento do EBES, devido à globalização da economia e ao aumento de impostos (GERSCHMAN; VIANNA, 1997). Logo, o fim do EBES não se concretizou, mas considera-se que existiram evidências de crise, causada por fatores econômicos[16], e não por questões sociais ou políticas (KERSTENETZKY, 2012, p. 62-63). Para demonstrar que a crise do EBES não ocorreu, Kerstenetzky (2012, p. 66-71), realizou uma análise dos gastos sociais públicos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre 1980 a 2007, que demonstrou aumento em relação ao PIB no mesmo período. E, também que, a hipótese de crise foi testada em outros diversos estudos qualitativos e quantitativos antecedentes a este, mostrando-se contrária à redução do gasto social público.

---

[12] A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, sendo formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais, logo após a Segunda Guerra.

[13] Foi elaborada após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, fortemente influenciada pelas emissões de bombas atômicas e pelo holocausto, e preconizava a dignidade humana, vindo a reconhecer direitos inerentes como a liberdade, justiça e paz. O Art. 23 trata dos direitos ao trabalho, sendo em condições adequadas de proteção, igualdade salarial, formação de sindicatos e outros (ONU BRASIL, 1948).

[14] Criada em 1919, foi a primeira instituição internacional a elaborar e divulgar normas trabalhistas. Seu papel é considerado de grande impacto naquela época, devido aos grandes números de convenções e recomendações internacionais do trabalho, sendo 120 documentos pactuados em 20 anos (DELGADO; PORTO, 2019, p. 8).

[15] É o período considerado de maior expansão do *Welfare State*: de 1950-1970 (pós-guerra) (FIORI, 1997; KERSTENETZKY, 2012).

[16] Podem-se destacar os choques do petróleo, mudança nas relações econômicas, o fim das taxas de câmbio fixas, redução da receita pública, que causou déficits e dívidas públicas, e o desemprego (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 23).

Esping-Andersen (1990, p. 19) já ressaltava no final do século XX que estudos direcionados ao montante gasto para a manutenção do EBES pelos governos podem ser enganosos, principalmente sobre países da OCDE, pois "os gastos são epifenomenais[17] em relação às substâncias teóricas dos "welfares *states*". Ou seja, os gastos não são efetuados da mesma forma em todos os países, como, por exemplo, os realizados na Áustria, que são direcionados em grande parte a benefícios de funcionários públicos. Esse gasto não pode ser considerado exemplo de compromisso com a solidariedade e cidadania social. Na sequência, outros exemplos são tratados pelo autor para enfatizar a necessidade de conceituar a estrutura do Estado, em que cada país deve direcionar suas ações e gastos para as necessidades de bem-estar das famílias (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 19-20).

Similarmente, Arretche (1995, p. 9-10) afirma que um estudo entre gasto em programas sociais e indicadores econômicos e demográficos que utilize apenas métodos estatísticos "está fadado a obter conclusões a partir das regularidades encontradas na correlação destas variáveis, estabelecendo como fator mais importante aquele que apresenta maior correlação positiva e assim por diante". Ademais, "as análises mais recentes do *welfare state* exigirão indicadores e tratamento analíticos mais sofisticados" (ARRETCHE, 1995, p. 9-10).

O estudo de Esping-Andersen, verificou que na análise de 18 países existia divergência quanto "às características institucionais sob as quais prestam serviços sociais" (ARRETCHE, 1995, p. 28). Para o autor, "o *welfare state* não pode ser entendido apenas como direitos e garantias, mas que as atividades realizadas pelo Estado se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social" (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 21). Com base nisso, ele realizou pesquisas referentes às variações internacionais em direitos sociais e a estratificação do *Welfare State*. E, encontrou características diferentes nos países pesquisados, como: Estado, mercado e família, agrupando-as em três regimes[18] de *Welfare State*: liberal, conservador e social-democrata (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 26-27).

O modelo liberal priorizava a assistência aos pobres, e o mercado regulava as relações entre o trabalho, com pouca interferência do Estado, como exemplo: Estados Unidos,

---

[17] Epifenômeno: Fenômeno acidental que acompanha outro, sobre o qual não tem influência (MICHAELIS, 2019).

[18] Esses regimes foram baseados nos estudos de: Polanyi (1944), Marshall (1950), Titmuss (1958) e Therborn (1983), ver Esping-Andersen (1990).

Canadá e Austrália. Já o modelo conservador-corporativo tem a intervenção do Estado autoritário e há diferenciação de classes, sem políticas de redistribuição, como exemplo: países da Europa Ocidental (Áustria, França, Alemanha e Itália). No modelo social-democrata há um sistema de proteção social abrangente e universal, em que o trabalhador tem seus direitos assegurados, como exemplo de alguns países escandinavos (ARRETCHE, 1995; ESPING-ANDERSEN, 1990; FIORI, 1997; VIEIRA et al., 2018).

Os três regimes elaborados na metodologia de Esping-Andersen (1990) são detalhadamente contemplados com observações, críticas e comparações por Kerstenetzky (2012, p. 95-134), juntamente com outros estudos do mesmo autor de 1999 e 2009 e da literatura internacional. Em síntese, a autora afirma a legitimidade da tipologia feita por Esping-Andersen (1990), lembrando que alguns países podem justificar uma mudança de classificação caso possuam mudanças em sua composição, principalmente relacionadas ao afastamento do universalismo (KERSTENETZKY, 2012, p. 132).

Inicialmente os regimes de *Welfare State* classificavam somente países desenvolvidos. Logo, os países da América Latina ainda não eram foco de estudo dos pesquisadores daquela época. Mas outra tipologia classificou os regimes nos países latino-americanos, de acordo com o provedor de proteção social, em: Estado-produtivista, Estado-protecionista e família (FILGUEIRA; LUNA, 2009 *apud* FLEURY, 2017). O primeiro regime compreende a expansão do capital humano e a inclusão da força de trabalho no mercado, como no Chile e Argentina. O segundo visa proteger contra riscos de mercado, como na Costa Rica, Uruguai, Brasil e México. E o terceiro, é aquele em que as pessoas dependem dos parentes, como na Guatemala e Nicarágua. Entretanto, esse último não pode ser considerado como regime de bem-estar social, uma vez que, repassa a responsabilidade do Estado para a sociedade ou para parentes (FLEURY, 2017).

Os países da América Latina possuíam disparidades significativas na distribuição de riqueza e renda, sendo considerados, em sua maioria, pobres até os anos 1990. As instituições de proteção social iniciaram mediante pacto social (Estado, empresas privadas e sindicatos) com direitos aos trabalhadores formais e informais, seguidos de reformas nas pensões e na saúde, afirma Laurell (1998, p.187-199). Draibe e Riesco (2011) reconhecem essa complexidade e heterogeneidade socioeconômica dos países latino-americanos, e

classificaram esses como uma estrutura de proteção social de Estado Desenvolvimentista[19] (1930-1980). Os autores subdividem os países dessa região em quatro padrões de desenvolvimento social com base em suas características históricas e dos caminhos seguidos em direção à modernidade capitalista (DRAIBE; RIESCO, 2007, *apud* DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 237):

- Colonial clássico sobre os antigos impérios (Padrão I): México, Peru, e alguns países da América Central;
- Modernidade precoce com base na imigração tardia (Padrão II): Argentina, Uruguai, regiões como São Paulo, Patagônia chilena;
- Colonos pobres às margens dos antigos impérios (Padrão III): Costa Rica, Chile, regiões dos países maiores;
- Sociedades escravistas e de *plantations* (Padrão IV): Brasil, Cuba e outros países do Caribe.

O Estado Desenvolvimentista passou pelo período de ascensão e auge (1930-1980) e crise (a partir dos anos 1980), devido à rápida transformação sócio-econômica local e a estagnação da economia, o protecionismo, o corporativismo, além de outros fatores, consequentemente (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 238-244). Os autores destacam fatos positivos que ocorreram nesse período, como: o estabelecimento de programas públicos de saúde e educação (em alguns países universalmente), a industrialização, a modernização agrícola, a redução da pobreza, os programas de transferência de renda, o crescimento dos gastos sociais, os regimes democráticos e a expansão de direitos políticos e sociais.

Sobre a evolução do EBES na América Latina, Fleury (2017, p. 7-8) observa que apesar das transformações estruturais no final do século XX e a cobertura universal no início do século XXI, ainda há um cenário que retrata "a existência de benefícios sem direitos (transferências monetárias) e direitos sem benefícios (saúde e educação)". E, que essa evolução parcial compromete o progresso do EBES, ainda mais se houver corte de benefícios, que reduz a democracia, "a menos que o núcleo interno da cidadania expandida seja restaurado como parte de um compromisso público de garantir igualdade de direitos e oportunidades a todos" (FLEURY, 2017, p. 8).

[19] Denominado pelos autores como: Estado Latino-Americano de Desenvolvimentista de Bem-Estar (ELADBES), considerando os países da América Latina e Caribe, ver Draibe e Riesco (2011, p. 234-238). Os autores destacam a dificuldade de classificação, devido às diversidades de padrões em um mesmo país.

Após estudar as origens e evoluções do EBES ao redor do globo, e brevemente sobre suas características na América Latina, cabe agora uma análise mais aprofundada sobre a evolução do EBES no Brasil, que é o foco do estudo.

2.1.1 O Estado de Bem-estar Social no Brasil

Como visto anteriormente, há uma mistura histórica da formação dos Estados desenvolvidos, em meio ao cenário de guerras, que levaram, principalmente, a classe operária a buscar os direitos sociais, juntamente com ações governamentais para estabelecimento do EBES. A ascensão dos modelos de *Welfare State* na Alemanha e na Grã-Bretanha respingou em atitudes iniciais de promoção do EBES, a partir do século XX, na América Latina, com maior força após 1930 (FIORI, 1997).

Na literatura não há um consenso sobre o período inicial do EBES no Brasil, variando entre 1889 a 1985 (AURELIANO; DRAIBE, 1989; GRIN, 2013; KERSTENETZKY, 2012; OLIVEIRA, 2020; SÁTYRO, 2014). Diante da contradição temporal, serão considerados quatro períodos: República Velha (1889-1930), bem-estar corporativo (1930-1964), universalismo básico (1964-1985) e universalismo estendido (pós 1985) (GRIN, 2013; KERSTENETZKY, 2012).

Após quase quatrocentos anos de monarquia, em 1889 foi instalado o primeiro governo republicano no Brasil (República Velha), recém-marcado pela abolição da escravatura (Lei Áurea, 1888). Em um cenário exportador agrícola e ausente de medidas para a inclusão do povo liberto, houve a promulgação da primeira Constituição Federal (CF) republicana e a figura do presidencialismo (BONAVIDES, 2000; KERSTENETZKY, 2012). Na contramão da tendência internacional, que beneficiava trabalhadores em profissões de risco, no Brasil criavam-se decretos para regular a aposentadoria, fundos de pensão e montepio para trabalhadores profissionais ligados a serviços públicos[20] (AURELIANO; DRAIBE, 1989; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Com isso, em 1919 foi instituída a primeira legislação para regulamentar o acidente de trabalho (Decreto nº 3.724) (AURELIANO; DRAIBE, 1989; MINISTÉRIO DA

[20] Categorias: Correios e Estradas de Ferro do Império (1888), Oficinas de Imprensa Nacional (1889), Estrada de Ferro Central do Brasil e do Estado e Ministério da Fazenda (1890), Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (1892), Operários da Casa da Moeda (1911), Capatazias da Alfândega do Rio de Janeiro (1912) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

ECONOMIA, 2019). Em decorrência das greves operárias em São Paulo entre 1917 e 1920, foi aprovada em janeiro de 1923 a Lei Eloy Chaves, que obrigava a criação de fundos de aposentadoria, pensão e assistência médica (Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAP), com contribuições das empresas ferroviárias e de seus empregados (KERSTENETZKY, 2012, p. 187).

Mesmo que a Lei Eloy Chaves seja considerada o marco histórico da criação da previdência social no país, ainda não havia de fato uma legislação para regular os direitos do trabalho ou sociais da população em geral. Apenas havia a possibilidade constitucional de pactuar contratos voluntários entre patrão e empregado (direito privado), o reconhecimento das categorias profissionais da agricultura e indústrias rurais (1903) e a livre sindicalização (1907) (KERSTENETZKY, 2012, p. 185-187).

Em relação a saúde e a educação na República Velha, de um lado havia a incidência de doenças pestilenciais (febre amarela, varíola, peste) e doenças de massa (tuberculose, sífilis, endemias rurais) sem um sistema integrado, único e gratuito de saúde (PAIM et al., 2011), e, de outro, havia o dualismo de competência entre a União e o Estado, de modo tradicional e disperso, ou seja, um sistema que não contemplava os menos favorecidos (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 121).

Passadas diversas gestões federais, somente a partir de 1930, na era do bem-estar corporativo[21], que diversas legislações ampliam a cobertura de saúde, educação e direitos do trabalho. Neste mesmo ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde, que tinha como característica um modelo sanitarista de intervenção federal na área de saúde, vindo a assumir a gestão dos departamentos estaduais de saúde anos mais tarde. Em 1953, há divisão ministerial, e ao Ministério da Saúde cabe agora o atendimento da saúde coletiva e aumento da medicina previdenciária (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 129-131).

A pasta educação, na década de 1930, ainda estava direcionada ao modelo de classe econômica e social, dando origem à reestruturação do ensino técnico para instrução aos trabalhadores urbanos (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 122). Já a Constituição de 1934 instituía o direito ao ensino primário gratuito e obrigatório (KERSTENETZKY, 2012, p. 191). Em 1953, foi criado o Ministério da Educação e Cultura, que com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (1961) e a instituição da CF (1964), houve expansão da obrigatoriedade escolar até os oito anos. Mas o ensino precário, de baixo investimento público, pouca

[21] "incorporação social por meio do mercado de trabalho" (KERSTENETZKY, 2012, p. 180).

qualidade, evasão escolar e fatores de clientela, deram espaço às instituições privadas de ensino (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 122-125).

A partir da criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio em 1930 há integração de legislações e fiscalizações relativas às relações do trabalho e da previdência (KERSTENETZKY, 2012, 192). Os Institutos de Aposentadoria (IAP) substituíram as CAPs, em 1933, compreendiam as aposentadorias, pensões, auxílio-doença e serviços médicos, com contribuição tripartite (Estado, empregado e empregador) (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 125-126). Já as legislações trabalhistas e previdenciárias foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 (KERSTENETZKY, 2012, p. 191). Os IAP foram integrados pela Lei Orgânica da Previdência Social (1961) no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que introduziu o salário família (1963), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e incorporou o regime de acidente de trabalho (1967), e o salário-maternidade (1974), com exclusividade para trabalhadores urbanos. E também em 1974, foi criada a renda mensal vitalícia para idosos com mais de 70 anos e a inválidos. Em 1971 foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), depois em 1972 e 1973 realizou-se a incorporação de empregadas domésticas, trabalhadores autônomos, religiosos e outros ao INPS. A unificação do sistema de previdência social se deu com a implantação do Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS) em 1977 (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 125-128).

Como visto nas diversas mudanças supracitadas, percebe-se que as ações do fim do período de bem-estar corporativo ou Era Vargas se misturam com as do início do período não democrático (universalismo básico) quando tratamos dos direitos relacionados à previdência e ao trabalho. Cabe, ainda, destacar que as ações desta era foram superiores ao período da República Velha, tanto em reformas sociais quanto em esforços para a industrialização e modernização econômica, social e administrativa do país (KERSTENETZKY, 2012, p. 194-195).

Estas ações relacionadas à ampliação dos direitos trabalhistas também estiveram vinculadas às de saúde, uma vez que a medicina previdenciária que efetivou, a partir de 1960, a política de saúde levou a universalização da atenção e a expansão da cobertura (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 131). Por outro lado, na gestão do período não democrático, mesmo havendo aumento em consultas médicas e odontológicas, atendimentos e internamentos, o gasto público não foi proporcional (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 132;

GRIN, 2013). O baixo investimento também foi percebido na educação até o início de 1980, ainda que com "notável expansão quantitativa global do sistema, praticamente em seus três níveis[22], configurando um padrão de educação bastante acentuado" (AURELIANO; DRAIBE, 1989, p. 124).

Os investimentos são considerados baixos, mesmo que os gastos sociais tenham quase triplicado entre 1960 e 1980, quando comparado com o resultado do PIB que teve um crescimento de quase 600%, no período similar (1957-1986) (KERSTENETZKY, 2012, p. 206-207). "O modelo econômico concentrador de renda e a desigualdade social foram marcas centrais, apesar da expansão das políticas sociais" afirma Grin (2013, p. 201) sobre a década de 1970.

Com o fim do governo autoritário em 1985, o advento da CF de 1988, o sufrágio universal e a eleição presidencial em 1989, uma nova fase inicia no Brasil: a do universalismo estendido (KERSTENETZKY, 2012, p. 211). Para Bonavides (2000, p. 174) esta Carta Magna foi soberana às demais, vindo a atuar "como constituição dos direitos fundamentais e da proteção jurídica da Sociedade, combinando assim defesa do corpo social e tutela dos direitos subjetivos, ela fez nesse prisma judicial do regime significativo avanço". Logo, "o regime de bem-estar social passou a se pautar por valores mais compreensivos em defesa dos direitos e da cidadania, com um sistema mais generoso de políticas sociais" (GRIN, 2013, p. 202).

Lobato (2016, p. 90) complementa que esta Constituição além de demarcar um novo cenário dos direitos sociais[23], "a seguridade social institucionaliza um modelo ampliado de proteção social, nos moldes dos estados de bem-estar social, com universalização do acesso, responsabilidade estatal, orçamento próprio e exclusivo e dinâmica política inovadora". Sendo universalizada aos trabalhadores rurais em 1991 e implementada em 1992, com piso do salário mínimo, mesmo que sem contribuição direta (KERSTENETZKY, 2012, p. 218).

A nova CF trouxe também a descentralização da administração pública, para garantir a promoção do bem-estar no novo Estado democrático de direito, com destaque para

[22] A CF de 1967 trouxe a obrigatoriedade e gratuidade do ensino para a faixa etária de 7 a 14 anos. Foram concedidas bolsas de estudo no segundo grau devido à falta de vagas e crédito educativo universitário (KERSTENETZKY, 2012, p. 204).

[23] Preconizados, principalmente, no Art. 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição", alterado pela Emenda Constitucional nº 90/2015 (BRASIL, 1988).

a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do seguro-desemprego. Entretanto, não havia definição legal das fontes estáveis de financiamento, principalmente para a área da saúde, apenas as transferências automáticas entre os entes federados, que não eram proporcionais à descentralização efetuada. Vindo a ser solucionada em parte com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS-1996), para a previdência, e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF-1996) e a Emenda Constitucional nº29, vinculando recursos da União, estados e municípios, ambas para investimento em saúde (KERSTENETZKY, 2012, p. 218).

Entretanto, é importante pontuar que neste período "havia instabilidade econômica, durante a qual os movimentos sociais se retraíam, a ideologia neoliberal proliferava e os trabalhadores perdiam poder de compra" (FLEURY, 2011, p.19). Além disso, existia um baixo crescimento da economia, frente ao alto endividamento público, aumento da carga tributária e a hiperinflação (KERSTENETZKY, 2012, p. 213). Em meio a isso, o país passa pela experiência de um primeiro *impeachment* presidencial por improbidade administrativa deixando o cenário econômico com: "queda no crescimento, uma crise generalizada, índices inflacionários dos mais altos do mundo, uma moeda instável e desvalorizada e um acúmulo de sete planos de estabilização fracassados" (SÁTYRO, 2014, p. 239).

Com a entrada do novo presidente e a implantação do Plano Real em 1994 a inflação foi controlada e trouxe estabilidade econômica, que geraram efeitos positivos para as políticas redistributivas, causando redução da pobreza e desigualdade social, mesmo não sendo o intuito deste plano (GRIN, 2013, p. 195; SÁTYRO, 2014, p. 239). Este governo, que durou dois mandatos, esteve direcionado tanto à manutenção da estabilidade econômica quanto ao reajuste fiscal, através de redução dos gastos públicos e privatizações (KERSTENETZKY, 2012). Ademais, essa estabilidade levou ao "início de uma nova fase em nossa história", pois promoveu "a ampliação dos direitos sociais por meio do acesso de boa parte população antes excluída" (SÁTYRO, 2014, p. 248).

Como exemplo disso, temos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 1996, a reforma da previdência social em 1997; o programa Bolsa Escola em 1998 (KERSTENETZKY, 2012; SÁTYRO, 2014). E, ainda, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e Valorização do magistério (FUNDEF), para vincular e redistribuir recursos para o ensino fundamental nos estados e municípios, e a implementação da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que vieram para promover capacitação e aumento de remuneração para professores, mais vagas e melhoria da gestão com apoio de associações (DA COSTA, 2010, p. 253).

A década de 1990 também foi marcada pela abertura de mercados, endividamento externo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e diversas privatizações advindas do Plano Nacional de Desestatização (PND). Houve baixa evolução do PIB e a participação da agricultura, indústria e serviços oscilou, com destaque para o setor de serviços que teve queda de 8% na comparação de 1991 a 2000 (LACERDA et. al, 2006, p. 243). De outro lado, esta década e fim deste governo encerram-se com "maior participação relativa e absoluta dos gastos em assistência e saúde" (KERSTENETZKY, 2012, p. 227). Em que foram implantados os Programa Saúde na Família, Lei dos Medicamentos Genéricos (1999), ampliação do salário-família e o assentamento de 600 mil famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Bolsa Alimentação (2001) e Auxílio gás (2002) (KERSTENETZKY, 2012).

Em 2003, assume o novo presidente que "manteve alguns aspectos da política econômica de seu antecessor, mas suspendeu as privatizações e, em seu segundo mandato, promoveu um programa desenvolvimentista" (FLEURY, 2011, 19). Iniciam-se então diversos programas para aceleração do crescimento através da expansão das políticas e dos gastos sociais (redistribuição de recursos) e priorização da estabilidade econômica com o controle da inflação (KERSTENETZKY, 2012, p. 2321-232).

Quanto às políticas sociais o foco estava direcionado ao combate à pobreza, primeiramente com o Programa Fome Zero (distribuição de cestas básicas) e depois com ampliação deste para o Bolsa Família (2004), que unificou as bolsas em dinheiro existentes em governos anteriores, sendo este mais efetivo que o primeiro (BRESSER-PEREIRA, 2010). Já a estabilidade econômica, pode ser resultado do cumprimento do Plano Plurianual de 2004-2007, pois a melhora da condição social eleva o crescimento do consumo em massa, ou, ainda, pela quitação da dívida pública externa junto ao FMI, aponta Kerstenetzky (2012, p.233-234).

No entanto, o excesso de transferências e de medidas proativas, meio à crise financeira global em 2008, culminou na "expansão da cobertura de riscos sociais como envelhecimento, invalidez, desemprego, viuvez, doença, acidente de trabalho, maternidade, pobreza e pobreza extrema" (KERSTENETZKY, 2012, p. 240), devido a falta de adequação à

universalização realizada. Logo, ao tratar dos serviços públicos é notória a ampliação no acesso à educação, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2007 para a educação básica. A educação profissional e tecnológica teve o advento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). E o ensino superior foi o que recebeu mais reformulação, tendo a concessão de mais bolsas para o programa Ciências sem Fronteiras, ampliação do Financiamento Estudantil (FIES-1999), implementação Programa Universidade para Todos (PROUNI-2004) e um programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI-2007) (TESOURO NACIONAL, 2016, p. 21-23).

Estas políticas educacionais representaram uma elevação no gasto social em Educação e Cultura de 1,7% para 2,1% do PIB, quando comparado o final do governo anterior (2002) com o final do segundo mandato deste governo (2010). Já a área da saúde não teve um aumento significativo, passou de 1,8% em 2002 para 1,9% do PIB em 2010, em que esta estabilidade pode decorrer da limitação da Emenda Constitucional nº29 (TESOURO NACIONAL, 2016, p. 10). Apesar disso, a cobertura teve aumento em mais de 50% nos programas já existentes na atenção básica (familiar, comunitário e bucal) e o acesso a medicamentos também melhorou com a criação do Programa Nacional de Medicamentos (2002) e com o Programa da Farmácia Popular (2004) (KERSTENETZKY, 2012, p. 244).

Dado o fim do mandato deste governo em 2010, as novas eleições resultaram na posse da primeira presidente do país em 2011, que foi reeleita em 2014, e posteriormente deposta pelo *impeachment* em 2016, quem tomou o cargo foi seu vice-presidente até 2018. A proposta da presidente seguia a mesma do governo anterior: luta contra a pobreza. E, diversos indicadores demonstram a continuidade das políticas públicas do governo antecessor, como a inclusão dos vulneráveis, aumento do poder de compra e acesso a bens e serviços públicos, apesar da desigualdade elevada no período (DE CASTRO, 2019). Como contrapeso, havia os contratos superfaturados com intuito de destinar parte ao financiamento de campanhas eleitorais e as diversas operações deflagradas, marcaram o cenário dos governos petistas (VIEIRA et al., 2018).

De outro lado, há um consenso na literatura nacional sobre a existência e permanência de um EBES no país após a promulgação da CF-88 (AURELIANO; DRAIBE, 1989; BENEVIDES, 2011; GRIN, 2013; KERSTENETZKY, 2012; LOBATO, 2016; SÁTYRO, 2014). Mesmo que “de maneira claudicante e não homogênea”

(KERSTENETZKY, 2012, p. 245), ou pelas “distinções e similaridades tanto com o caso europeu como com o latino-americano” (LOBATO, 2016, p. 89), ou ainda por ser tardio quando comparado aos países latino-americanos (BENEVIDES, 2011; DRAIBE; RIESCO, 2011; KERSTENETZKY, 2012). E quanto ao modelo de EBES, as características dos três modelos de Esping-Andersen (1990) podem ser encontradas, uma vez que depende do momento histórico-político que se considera a existência de um *Welfare State* no Brasil (BENEVIDES, 2011; KERSTENETZKY, 2012).

O contexto sobre o EBES trazido até aqui engloba as ações da gestão pública em elaborar e implementar políticas públicas de criação e manutenção de bem-estar, até o ano de 2010. Devido ao período pesquisado nesta tese, entre as décadas de 1990 e 2000, optou-se por concluir a contextualização do EBES até o mandato presidencial que corresponde ao fim da década de 2000. Logo, cabe destacar a importância dos mandatos seguintes na oferta do EBES, em nível nacional e local, além do impacto da pandemia do coronavírus, a partir de 2020, na gestão pública. Entretanto, por delimitação de pesquisa a temática encerra o contexto no período citado, uma vez que não será possível mensurar impactos ou influências de períodos posteriores aos estudados em períodos anteriores, somente o inverso.

2.2 INDICADORES DO EBES

Para avaliar o nível de bem-estar de uma localidade seria necessário considerar uma quantidade significativa de fatores, que vão além de sua origem econômica. Desse modo, essa tarefa é complexa, senão impraticável. Seja pela necessidade de criar medidas confiáveis para entender o conceito de interesse e ser sensível às discrepâncias entre seus elementos, visando alcançar medidas fidedignas. Ademais, estatisticamente há desafios como o viés de seleção dos dados coletados, a identificação de fontes de incerteza e a mensuração dos seus efeitos, assim como a elaboração de uma medida global ou indicadores diferentes para contemplar diversas características do bem-estar social, em escalas distintas. Apesar dessa complexidade, devido à importância do tema e sua contínua presença nas discussões sobre os resultados das políticas públicas, desenvolvimento econômico e estrutura institucional, tem-se buscado alcançar essa tarefa por meio de sintetizações que permitam a estimação do bem-estar social, mesmo que isso implique em desconsiderar alguns fatores (RAMOS; ÁVILA, 2000; DÓRIA, 2022).

Na literatura, ainda há uma falta de consenso na definição do conceito de bem-estar social e na adoção de um método padronizado de medição do mesmo, principalmente quanto à utilização de variáveis puramente econômicas, como renda ou PIB, por exemplo. Entretanto, a forma distributiva da renda é um elemento crucial na determinação do bem-estar social, mas quando a riqueza perpassa o patamar de sobrevivência, sua capacidade de gerar bem-estar reduz, segundo o paradoxo de Easterlin. Por isso, fatores econômicos, sociais e de desenvolvimento devem ser considerados na constituição de um indicador de bem-estar social. Logo, diversos métodos estatísticos já foram adotados para criar medidas agregadas, como um índice ou indicador, tendo por base estruturas teóricas distintas. Dentre eles, tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a evolução de uma localidade em três dimensões, sendo um dos mais utilizados para determinar o bem-estar social (ANGELO et al., 2009; DÓRIA, 2022; PREARO; MARACCINI; ROMEIRO, 2015).

O IDH foi o indicador selecionado para representar o bem-estar social nos municípios brasileiros quanto à eficiência em sua promoção por meio da gestão dos gastos públicos nesta tese. Pois, o IDH "tem se mostrado um importante indicador para apoiar o direcionamento de políticas públicas capazes de promover o progresso e aumentar a qualidade de vida das populações" (SAAB et al., 2021, p 210).

Mas é importante retratar a existência de outros indicadores existentes e relacionados ao tema de pesquisa, tanto em nível global como local. Nesse sentido, foi elaborada uma breve revisão sobre os principais índices e indicadores de bem-estar social, além do IDH: *Index of Sustainable Economic Welfare* (ISEW), *Social Progress Index* (SPI), *World Happiness Report*, Felicidade Interna Bruta, Índice de Gini, Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e Índice de Bem-estar Urbano (IBEU).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB consiste na soma de "todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano"[24]. Com o objetivo de oferecer um contraponto a esse índice que utiliza apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por Mahbub ul Haq e Amartya Sen (Prêmio Nobel de Economia – 1998) em 1990 e, aos poucos, tornou-se um índice de referência mundial[25].

[24] PIB. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 26 set. 2020.
[25] IDH. PNUD. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh>. Acesso em: 26 set. 2020.

O IDH é calculado anualmente e almeja ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Os três pilares que constituem o índice são: saúde, educação e renda, sendo medidos dessa maneira:

> - Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
> - O acesso ao conhecimento (educação) é medido por:
>   1. média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e
>   2. a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
> - E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2020).

O IDH permite ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento econômico, mas não consegue abranger todos os seus aspectos. Porém, é um índice que serve de referência para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ONU) e, no Brasil, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) apresenta-se como um índice-chave para o governo federal e as administrações regionais. O IDH não representa todos os aspectos do desenvolvimento humano, como, por exemplo: felicidade, melhor local para viver, democracia, equidade ou sustentabilidade, mas "amplia a perspectiva sobre o desenvolvimento humano" (PNUD, 2020).

O IDH Municipal (IDH-M) é fruto de um ajuste metodológico do IDH Global, tendo sido publicado desde 1998, que é abrangentemente utilizado por governos locais. Para medir esse índice municipal foi criado o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, produto de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP). Além do índice, o Atlas disponibiliza mais de 330 indicadores[26].

O *Index of Sustainable Economic Welfare* (ISEW)[27] foi criado a partir da parceria do economista Herman Daly e do teólogo John Cobb, que publicaram um livro, em 1989, intitulado "*For the common good: redirecting the economy towards community, the environment, and a sustainable future*". O objetivo dos criadores do índice era de ajustar o PIB e propor uma medida mais precisa do bem-estar econômico. O ISEW integra as medidas

[26] IDH. IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9941-atlas-do->. Acesso em: 26 set. 2020.
[27] Em uma tradução livre "Índice de Bem-estar Econômico Sustentável".

tradicionais de desempenho econômico com informações sobre a gestão da terra e o comportamento populacional e seus impactos no meio ambiente e na sustentabilidade (PULSELLI *et. al.*, 2005).

Esse índice é construído a partir de três etapas principais: (1) a contabilização do consumo de imóveis residenciais, levando em consideração a desigualdade de renda; (2) a inclusão dos benefícios decorrentes do trabalho não remunerado; e (3) a dedução de despesas defensivas e a compensação de danos ambientais (LIU, ZHU, WANG, 2023). Algumas contribuições do ISEW como ajustes do PIB são: o consumo pessoal é ajustado para considerar as desigualdades sociais; adiciona a saúde e a educação nos gastos públicos; trabalho doméstico e voluntariado também são considerados; e ele é ajustável para o fluxo de serviço dos bens de consumo duráveis. Adicionalmente, o índice diminui do valor final os custos de emissão ambiental; despesas de deslocamento; despesas defensivas; acidentes de carro; controle de poluição pessoal; custos sociais; depreciação do capital natural; e custos de alterações climáticas no longo prazo (CHELLI, CIOMMI, GIGLIARANO, 2013).

A organização não governamental *Social Progress Imperative*[28] tem como missão, conforme divulgado em seu site institucional, "utilizar dados para influenciar políticas e investimentos para servir melhor a toda a humanidade". A ONG realiza parcerias com líderes de todos os setores (governo, empresas e sociedade civil), para que eles possam ser munidos de informações certas que possam auxiliar a atender as necessidades mais urgentes das comunidades. Com base nessa parceria, foi possível criar ferramentas baseadas em dados em nível global, nacional e local, que permitem identificar se as pessoas têm o que precisam para prosperar; considerando-se desde a necessidade de abrigo até tratamento igualitário, independente de gênero, raça ou orientação sexual.

Neste contexto, a *Social Progress Imperative* publica o *Social Progress Index* (SPI) desde 2013, tendo sido criado na *Harvard Business School*, por uma equipe comandada por Michael Porter. Este índice foi elaborado em escala global para avaliar o desenvolvimento social de 132 países. Ele é independente de indicadores econômicos e ajuda a traduzir os ganhos econômicos em melhor desempenho social e ambiental (SILVA; LADVOCAT, 2022).

Segundo o resumo metodológico do *Social Progress Index* de 2019, publicado por Stern e Epner (2019), o índice é composto das seguintes dimensões: necessidades básicas; fundamentos de bem-estar; e oportunidades. Essas dimensões são subdivididas em quatro

[28] SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE. Disponível em: <https://www.socialprogress.org/mission/>. Acesso em: 27 set. 2020.

subcategorias da seguinte forma: necessidades básicas são subcategorizadas em nutrição e cuidados médicos básicos; água e saneamento; moradia; e segurança pessoal; fundamentos de bem-estar são subdivididos em acesso ao conhecimento básico; acesso à informação e comunicação; saúde e bem-estar; qualidade ambiental; e oportunidades, subcategorizada em direitos individuais; liberdades individuais e de escolha, tolerância e inclusão, acesso à educação superior.

Com dados fornecidos pela pesquisa mundial da Gallup, o *World Happiness Report*[29] ou Relatório Mundial da Felicidade, em uma tradução livre, é uma publicação da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável. O relatório é um reflexo de uma demanda mundial de maior atenção das políticas governamentais à felicidade e bem-estar das pessoas. Ele mostra como a ciência da felicidade explica as variações pessoais e nacionais na felicidade e analisa o estado de felicidade no mundo hoje.

O instituto de pesquisa Gallup fornece dados mundiais de avaliações de vida dos próprios indivíduos que fornecem a base para as classificações anuais de felicidade. As variações entre os países são explicadas a partir de seis variáveis que incluem: PIB per capita; apoio social; esperança de vida saudável; liberdade; generosidade; e corrupção. Porém, as classificações não são baseadas em nenhum índice desses seis fatores, pois levam em consideração as avaliações apenas dos próprios indivíduos sobre suas vidas em resposta à Escada de Cantril de item único. Essa escada solicita aos entrevistados que pensem em suas vidas como uma escada, sendo a melhor vida possível classificada como 10 e a pior vida possível classificada como zero. Eles, então, avaliam suas próprias vidas atuais nesta escala que varia de 0 a 10. Os rankings classificatórios são provenientes de amostras nacionais representativas ao longo de três anos (WORLD HAPPINESS REPORT, 2020).

Para acompanhar os progressos do desenvolvimento, a Felicidade Interna Bruta (FIB)[30], novo índice da ONU, procura demonstrar cientificamente a felicidade e o bem-estar geral da população. O índice traz importantes informações para a política governamental sobre os atuais níveis de satisfação humana. O FIB foi desenvolvido pelo Centro de Estudos do Butão (localizado entre a China e a Índia), tendo sido adotado oficialmente no país em 2008, quando ocorreu a coroação do rei Jigme Khesar Namgyel Wangchuck. No Butão, o FIB

[29] WORLD HAPPINESS REPORT. Disponível em: <https://worldhappiness.report/about/>. Acesso em: 27 set. 2020.
[30] FELICIDADE INTERNA BRUTA. Disponível em: <https://www.fib2030.com.br/sobre-o-fib>. Acesso em: 29 set. 2020.

é considerado um indicador de referência para as políticas públicas, previsto em sua constituição para uso do Estado e do Governo. A partir dos principais componentes que compõem a felicidade e o bem-estar no Butão foram desenvolvidos 72 indicadores que cobrem nove dimensões: bem-estar psicológico; uso do tempo; vitalidade da comunidade; cultura; saúde; educação; diversidade do meio ambiente; padrão de vida; e governança.

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, em 1912, o Índice de Gini, mede o grau de concentração de renda em um determinado grupo, apontando as diferenças de rendimento existentes entre os mais pobres e os mais ricos. Esse índice varia de 0 a 1, sendo 0 uma situação de igualdade e 1 uma situação de extrema desigualdade, onde só uma pessoa detém toda a riqueza. A comparação do Índice de Gini costuma levar em consideração os 20% mais ricos e os 20% mais pobres de determinada população[31].

Criado em 2008 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo que acompanha o desenvolvimento socioeconômico anual dos mais de 5 mil municípios do Brasil. Elaborado com base, exclusivamente, nas estatísticas oficiais que são disponibilizadas pelos ministérios da Saúde, Educação e Trabalho, o índice aborda três áreas de atuação: emprego e renda; educação; e saúde.

A metodologia adotada pelo IFDM permite determinar se uma melhoria relativa em determinado município é resultado de políticas adotadas ou se ocorre somente porque houve queda dos demais municípios. O índice foi aprimorado desde 2014 e passou a situar o Brasil em relação ao mundo. Deste modo, a nova metodologia utilizou como referência para os indicadores municipais padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados. Além disso, houve atualização das metas e parâmetros nacionais, que passaram a considerar o ano de 2010 como referência[32].

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU)[33] mede as condições urbanas para vivências em cidades brasileiras, sendo dividido em três níveis de abrangência: global (compara as 15 principais metrópoles brasileiras), local (compara bairros de regiões metropolitanas) e municipal (compara os municípios brasileiros). O IBEU utiliza dados do

---

[31] ÍNDICE DE GINI. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 29 set. 2020.

[32] ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 29 set. 2020.

[33] ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO. Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/sobre/>. Acesso em: 29 set. 2020.

Censo Demográfico do IBGE para sua composição, compreendendo 20 indicadores, que organizados em cinco dimensões urbanas: mobilidade; condições ambientais; condições habitacionais; atendimento de serviços coletivos e infraestrutura. Esse índice é elaborado pelo Observatório das Metrópoles, que é um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT)[34].

Mesmo que haja dificuldades para formular índices ou indicadores de bem-estar social, a literatura e as instituições apresentaram um avanço significativo nas últimas três décadas, demonstrando aplicação na tentativa de tratar a multiplicidade de dimensões em torno da mensuração do bem-estar social (MACIEL; PIZZA; PENOFF, 2009), conforme apresentado nesta seção, por meio dos diversos indicadores e índices descritos. Ademais, existem outros possíveis indicadores de bem-estar social global ou local, que podem não ter sido contemplados nesta breve contextualização.

2.2.1. Relação dos gastos públicos com IDH, população e infraestrutura

Os indicadores socioeconômicos, elaborados pelas instituições citadas na seção anterior, mostram a imprescindibilidade de informações e métodos que identifiquem o nível de desenvolvimento social e humano. Em meio a isso, verifica-se que estes indicadores não contemplam resultados específicos sobre o desempenho da gestão pública e do impacto dos gastos públicos. Por exemplo, o IDH mede a longevidade, o nível instrucional e a renda em municípios, estados e países. Mas não avalia o volume de gastos e não identifica as políticas públicas executadas que promovem o aumento no IDH, em relação à medição anterior deste indicador (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Nesse sentido, alguns estudos se propuseram na identificação de fatores condicionantes do IDH, população e infraestrutura, que nesta tese é denominado bem-estar social.

Saab et al. (2021) investigaram quais fatores explicam o IDH em 1292 municípios brasileiros, com dados de 2010, e identificaram, com aplicação de regressão, que as condições de energia elétrica, tamanho populacional, localização, renda e saneamento são fatores explicativos do IDH. Por meio de levantamento bibliográfico, Saab et al. (2021)

[34] O programa tem sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo conduzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

descreveram variáveis que explicam o IDH, dentre elas estão as despesas com: saúde, educação, corrente total, capital total, planejamento, indústria e comércio, habitação e urbanismo, judiciárias, saneamento, assistência social, cultura e urbanismo.

Prearo, Maraccini e Romeiro (2015) realizaram um levantamento bibliográfico, entre 1997 e 2013, para identificar as variáveis determinantes do IDH. Ao classificar as variáveis das 11 publicações encontradas, os autores verificaram que as variáveis explicativas do IDH são: despesas públicas, PIB per capita e receitas públicas. O resultado desse levantamento vai de encontro com os achados na aplicação do estudo: despesas com saneamento, assistência social, cultura, educação e urbanismo.

Tendo por base os estudos supracitados foi elaborado o Quadro 1, que apresenta as variáveis explicativas do IDH dispostas na literatura. Verifica-se que diversas variáveis explicam o IDH nas localidades estudadas. Dentre elas estão, principalmente, variáveis que se encaixam em categorias de: despesas (gasto público), infraestrutura, renda e educação (Quadro 1).

Quadro 1 – Variáveis explicativas do IDH

Estudo	Local	Variáveis explicativas
Ramirez, Ranis e Stewart (1997)	35 a 76 países em desenvolvimento	PIB per capita, despesas sociais (despesa pública com educação e saúde), expectativa de vida; nível de alfabetização de adultos e Investimento Interno Bruto
Rezende, Slomski e Corrar (2005)		despesa corrente total e despesa de capital total
Scarpin e Slomski (2007)	Brasil	altitude, densidade demográfica, saneamento, distância à capital e população
Ângelo et al. (2009)	Brasil	localização, eletricidade, população, população economicamente ativa, renda, transporte, saneamento e violência
Bispo (2009)	Brasil	direitos de propriedade e infraestrutura (água encanada, energia elétrica e telecomunicações)
Santos, Dias e Fernandes (2010)	Brasil	despesas com planejamento, despesas com indústria e comércio, despesas com educação e cultura, despesas com habitação e urbanismo e despesas judiciárias
Razmi, Abbasian e Mohammadi (2012)	Irã	despesas de saúde
Prearo, Maraccini e Romeiro (2015)	Brasil	despesas com saneamento, assistência social, cultura, educação e urbanismo
Matta et al. (2016)	Brasil	atenção primária à saúde, emprego, população urbana, envelhecimento (longevidade), renda, óbitos por causa mal definidas
Ijaz (2018)	26 países em desenvolvimento	renda, infraestrutura, instalações de saúde, sistema educacional, liberdade e saneamento
Fadilah et al. (2018)	Indonésia	infraestrutura
Jalil e Kamaruddin (2018)	15 países em desenvolvimento	tempo de estudo, expectativa de vida e PIB per capita
Lestari e Sanar (208)	Indonésia	tempo de estudo, expectativa de vida e PIB

Mattei et al. (2018)	Brasil	despesas com saúde e educação
Saab et al. (2021)	Brasil	condições de energia elétrica, tamanho populacional, localização, renda e saneamento

Fonte: Adaptado de Prearo, Maraccini e Romeiro (2015) e Saab et al. (2021).

O aumento e variação do gasto público podem ser explicados pelas alterações demográficas. Isso se deve ao fato de que o crescimento populacional e a distribuição etária elevam o montante de gastos públicos (PEREIRA LEAL et al., 2022).

Ferreira (2017) buscou identificar fatores que expliquem o aumento do bem-estar social nos municípios brasileiros, entre 1991 a 2010, considerando as dimensões de: renda, desigualdade e infraestrutura. Como resultado, foi destacado que, mesmo com um aumento significativo na renda e acesso aos serviços de saneamento na década de 2000, há municípios na amostra que não houve acompanhamento da renda e ampliação da infraestrutura pública (FERREIRA, 2017).

Além disso, até mesmo estudos que identificam efeitos positivos e significância estatística dos gastos em variáveis diversas, ressaltam-se sobre os rendimentos marginais decrescentes. Uma vez que, "esse efeito não é linear, pois incremento da despesa apresenta rendimentos marginais decrescentes até chegar a um ponto de máximo impacto, a partir do qual aumentos da despesa reduzem o bem-estar" (PETRY, 2023, p. 27). Devido a isso, alguns estudos tem como resultado: "há falta de relacionamento linear" e que "os gastos públicos dos municípios não são suficientes para geração de bem-estar social" (SILVA et al., 2015, p. 15). Porque, "o fato de um município receber grande volume de transferências ou apresentar um volume elevado de arrecadação não necessariamente se traduz em elevados níveis de bem-estar" (SHIKIDA, MILTON; ARAÚJO JR., 2007, p. 109). Pode ser que um governo esteja além do tamanho ótimo, desestimulando o setor privado local.

Com base nos estudos apresentados, é possível afirmar que há na literatura pesquisas que contemplam a busca por variáveis condicionantes do IDH, população e infraestrutura, sendo que ambos foram explicados pelos gastos públicos. Além disso, cabe citar o estudo de Scarpin e Slomski (2007), que buscaram identificar se as informações da contabilidade pública poderiam ser preditivas na determinação do IDH-M em 370 municípios paranaenses, no ano 2000. Este estudo utilizou como hipótese de pesquisa uma negação: "H0 – as informações provenientes das finanças públicas não possuem valor preditivo na determinação do IDH do município" (SCARPIN; SLOMSKI, 2007, p. 922). Após testarem 87 variáveis em modelos de regressão, identificaram que o IDH-M dos municípios paranaenses

são impactados por receitas e despesas públicas, e que a boa gestão das contas pública pode promover o aumento do IDH com o passar tempo.

Ao negar a hipótese verdadeira, Scarpin e Slomski (2007) conseguiram demonstrar significância estatística para afirmar que as informações provenientes das finanças públicas possuem valor preditivo na determinação do IDH do município. Em alguns estudos não foi encontrado associação sistemática ou relação linear entre o gasto público e aumento da variação do IDH, população e infraestrutura. Como, por exemplo, no estudo de Rezende, Slomski e Corrar (2005), que não diagnosticaram relação entre gasto público e IDH. Entretanto, citam que uma justificativa para que os municípios que tenham melhores índices não sejam eficientes é o fato de que pode haver outros fatores, além do gasto público, para aumentar o IDH.

Nesse sentido, reside a importância da identificação de fatores exógenos e endógenos à eficiência do gasto público na promoção do bem-estar social. Pois é um dever do gestor público gerenciar as contas públicas para maximizar o desenvolvimento, “visto que os gastos públicos possuem relação com desenvolvimento, seja na questão da redução de externalidades negativas, seja na questão dos bens públicos” (SCARPIN; SLOMSKI, 2007, p. 921).

3 ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Neste capítulo é abordado sobre a contextualização de eficiência e a eficiência do setor público, como uma das premissas constitucionais, e são apresentados os três principais métodos utilizados para analisar essa eficiência. Posteriormente são expostos os estudos precursores, advindos da revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional, acerca dos métodos e variáveis utilizadas para mensuração da eficiência dos gastos públicos para promoção do bem-estar social.

3.1 EFICIÊNCIA

3.2.1. Eficiência no setor público

O princípio da eficiência passou a fazer parte da regulamentação da Administração Pública brasileira a partir da Emenda Constitucional nº 19 (1998), que alterou o caput do artigo 37 da CF-88. Esse princípio estava implicitamente disposto em outras legislações nacionais, mas o Brasil seguiu a vertente americana e europeia, deixando explícito em seu ordenamento jurídico após 1980 (MORAIS, 2004). O conceito de eficiência foi instituído para assegurar rapidez e eficácia da gestão pública e reduzir a burocracia, satisfazendo as necessidades da população. A partir disso, ficou estabelecido como a gestão pública atingiria os objetivos, cabendo ao gestor público somente fazer o que a lei autorizasse (CAMARGO; GUIMARÃES, 2013).

A eficiência administrativa tende a maximização do recurso público, ou seja, para ser considerada uma gestão pública eficiente deve dispor de serviços coletivos correspondentes aos gastos efetuados (MORAIS, 2004). É fundamental que a gestão pública seja eficiente, pois há necessidade de restringir os custos e aprimorar os serviços para a população (CAMARGO, GUIMARÃES, 2013). A eficiência dos gastos públicos “é definida como a capacidade do governo de maximizar suas atividades econômicas, dado um nível de gasto, ou a capacidade do governo de minimizar seus gastos, dado um nível de atividade econômica”, segundo Chan e Karim (2012, p. 8).

A busca pela eficiência e a redução dos gastos públicos locais é uma questão amplamente discutida em finanças públicas e na economia regional (AFONSO; VENÂNCIO, 2016). A análise da eficiência municipal também é extensamente tratada no ambiente político, acadêmico e nas literaturas de Administração, Administração Pública e outras, além da temática ser considerada relevante e recorrente na melhoria da gestão pública em todas as esferas (D'INVERNO; CAROSI; RAVAGLI, 2018).

O interesse no desempenho do setor público tem a mesma importância que em uma empresa privada, visto que em ambos ambientes, público e privado, são consideradas as questões da gestão dos recursos até a qualidade dos serviços ou produtos gerados (FOX, 2002). Entretanto, a mensuração da eficiência dos gastos públicos é considerada um desafio conceitual, apesar das evoluções dos métodos e ampla aplicação, devido às características específicas da gestão pública, que tem diversos objetivos, não vendem produtos e muitas vezes a quantidade destes não pode ser medida (MANDL; DIERX; ILZKOVITZ, 2008).

Devido ao Estado ser "um ente, criado pela sociedade, com a finalidade de suprir, de acordo com os recursos públicos disponibilizados para a coletividade, as carências mais prioritárias desta" (MORAIS; 2004, p. 166), pode ser visto como um gerador de diversos produtos combinados aos insumos utilizados (GUPTA; VERHOEVEN, 2001). Logo, a mensuração da eficiência é realizada pela comparação dos recursos (entradas-*inputs*) utilizados com os resultados gerados (saídas-*outputs*), sendo que a eficiência é atingida quando não há possibilidade de dispor de mais serviços com o mesmo montante gasto (SLIJEPCEVIC, 2019).

As entradas do processo produtivo público referem-se aos insumos legislativos ou dispêndio de recursos, seja monetário ou de mão-de-obra (GOUGH, 2005), como, por exemplo, as receitas, os gastos, as pessoas, instalações, infraestrutura, e outras variáveis, dependendo do objetivo do estudo elaborado (ver item 3.2.1). O processo de transformação compreende a conversão das entradas em saídas, que é realizada pela gestão pública municipal. As saídas correspondem aos serviços prestados à população, visando o atendimento das necessidades dos munícipes. Logo, a eficiência deste processo é relativa às entradas e saídas, e o produto da gestão municipal é o resultado das políticas públicas implementadas (AFONSO; FERNANDES, 2006). Assim, a análise de eficiência dos gastos públicos mede o quão bem os recursos foram transformados em serviços municipais, sendo o

resultado final as melhorias no bem-estar (BORGER; KERSTENS, 2000). O processo produtivo dos gastos públicos está ilustrado na Figura 1.

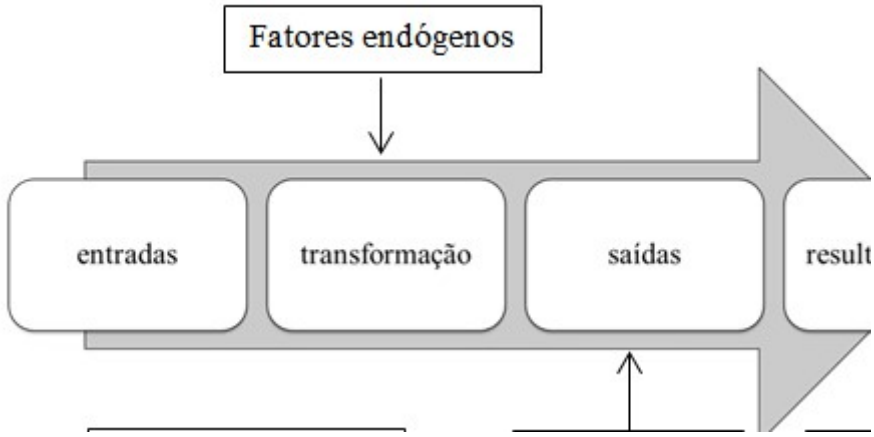


Figura 1 – **Processo produtivo do setor público**

Fonte: Baseado em Afonso e Fernandes (2006), Costa et al. (2015) e Mandl, Dierx e Ilzkovitz (2008).

A efetividade está relacionada ao alcance dos resultados finais (*outcomes*) com base nas entradas e saídas, ou seja, se os resultados relacionados aos objetivos primários tiveram o efeito na sociedade ao qual foram destinados (MANDL; DIERX; ILZKOVITZ, 2008). Entretanto, a eficiência ou a ineficiência pode ser impactada por variáveis endógenas e exógenas (CHAOUK; PAGLIARI; MOXON, 2020).

Os fatores endógenos[35] estão relacionados à tomada de decisão da gestão pública, ou seja, que podem ser controlados, como, por exemplo, recursos, colaboração, liderança (DE VOOGT; PATTERSON, 2019). Esses fatores podem ser utilizados para analisar a associação com a eficiência, se estiverem disponíveis, e assim permitem a identificação das boas práticas de gestão (CASU; SHAW; THANASSOULIS, 2005).

Os fatores exógenos[36] são aqueles que não estão sob controle da gestão pública, podendo impactar na eficiência e efetividade (BARRIOS; SCHAECHTER, 2008), mas os gestores podem "no máximo, administrar seus efeitos na eficiência" (VARELA; MARTINS; FÁVERO, 2010, p. 9).

[35] Também são denominados na literatura como internos ou controláveis (CHAOUK; PAGLIARI; MOXON, 2020; DE VOOGT; PATTERSON, 2019; YANUSHEVSKY; YANUSHEVSKY, 2018).

[36] Também são denominados na literatura como variáveis ambientais ou não-controláveis (BARRIOS; SCHAECHTER, 2008; DE VOOGT; PATTERSON, 2019; VARELA; MARTINS; FÁVERO, 2010, 2012; YANUSHEVSKY; YANUSHEVSKY, 2018).

A aplicação de métodos para identificar os impactos dos fatores exógenos na eficiência da gestão pública é tradicional na literatura (ver BRUECKNER, 1982; BORGER; KERSTENS, 1996a; SAMPAIO DE SOUSA; STOSIC, 2005). Contando com centenas de estudos publicados, as estatísticas mais utilizadas para essa identificação são as regressões de Tobit e Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) (BANKER; NATARAJAN; ZHANG, 2018). Já os estudos que buscam identificar fatores endógenos não são numerosos, mas os que o fazem, são de forma qualitativa, conforme descritos na seção 4.2.4.

3.2 MÉTODOS DE MENSURAÇÃO DE EFICIÊNCIA

Os métodos de mensuração de eficiência predominantemente utilizados nas literaturas nacional e internacional para analisar o setor público são: *Data Envelopment Analysis* (DEA), *Free Disposal Hull* (FDH) e *Stochastic Frontier Analysis* (SFA) (SANT´ANA et al., 2019). Os dois primeiros métodos são não-paramétricos e o terceiro é paramétrico, mas ambos medem a eficiência como a distância até uma fronteira de possibilidade de produção (BARRIOS; SCHAECHTER, 2008), conforme mostra a Figura 2.

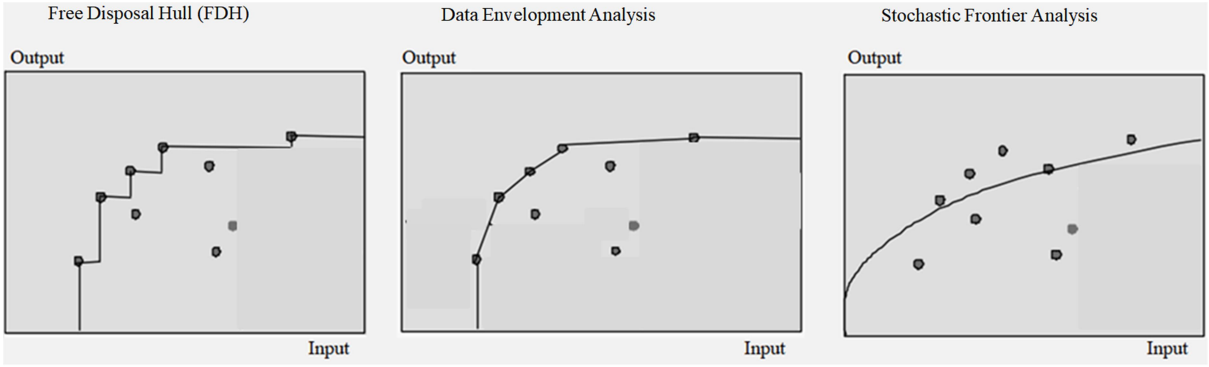


Figura 2 – Principais métodos de mensuração da eficiência
Fonte: Adaptado de Barrios e Schaechter (2008, p. 17).

Em 1978, Charnes, Cooper e Rhodes elaboraram o primeiro modelo da metodologia DEA denominado Retornos Constantes de Escala (*Constant Returns to Scale* – CRS). Esse modelo teve por base a revisão dos estudos de Farrell (1957), que compreendia uma medida de eficiência com múltiplos *inputs* e apenas um *output* (CHARNES; COOPER; RHODES, 1978). O processo de transformação dos *inputs* em *outputs* é realizado pela Unidade Tomadora de Decisão (*Decision Making Unit*-DMU). O modelo envelope de dados

da DEA tem a capacidade de estimar as alterações necessárias para aumentar o índice de eficiência de cada uma das DMUs ineficientes (OZCAN, 2008). Assim, o ponto que toca a curva da fronteira indica a DMU eficiente (Figura 2).

O modelo DEA pode ser orientado aos *inputs* ou *outputs*. A orientação à entrada busca a minimização, ou seja, utilizar a menor quantidade possível de recursos para a produção da mesma quantidade de saída. Adversamente, a orientação à saída visa à produção da maior quantidade de produtos possível com a mesma quantidade de recursos utilizados. Esses modelos são resolvidos pela programação linear, em que o valor 1 representa a DMU eficiente, servindo como *benchmarking* para as demais ineficientes, que são representadas por valores entre 0 a 0,99.

Posteriormente foi elaborado o modelo de Retornos Variáveis de Escala (*Variable Returns to Scale - VRS*), por Banker, Charnes e Cooper. Esse modelo assume o axioma da convexidade (BANKER; CHARNES; COOPER, 1984), ou seja, um aumento nos *inputs* não gera um aumento proporcional nos *outputs* como acontecia no DEA-CRS (OZCAN, 2008).

O método FDH, elaborado por Deprins, Simar e Tulkens em 1984, "assume a livre disponibilidade de recursos no processo de produção" (AFONSO; ROMERO; MONSALVE, 2013, p. 5), ou seja, descarta a suposição de convexidade existente na DEA (BORGER; KERSTENS, 1996a, p. 149). A não-convexidade é demonstrada pela fronteira em formato de escada no espaço entre o *input* e *output* (Figura 2). Esse método também é aplicado por programação linear, aceita múltiplos *inputs* e *outputs*, e os resultados apresentam valores entre 0 e 1 (BARRIOS; SCHAECHTER, 2008). O FDH pode declarar um grande número de observações eficiente por padrão, produzindo assim um poder discriminatório limitado, quando não houver a comparabilidade dos dados (SAMPAIO DE SOUSA; STOSIC, 2005, p. 161).

O método SFA foi desenvolvido por Aigner, Lovell e Schmidt em 1977 e tem abordagem paramétrica para mensuração da eficiência (GEYS; MOESEN, 2009). Compreende um "modelo de regressão com uma perturbação assimétrica não normal, motivados pela ideia de que desvios da fronteira de produção podem não estar inteiramente sob o controle das DMUs" (MARINHO; CARDOSO; ALMEIDA, 2011, p. 44). A utilização simultânea de vários *inputs* e *outputs* não é permitida (DUTU; SICARI, 2016). Há suposição de que saída de cada DMU deve estar na fronteira ou abaixo dela para demonstrar a ineficiência (COOPER et al., 2011, p. 223), assim, a eficiência é demonstrada graficamente

pelos pontos acima da curva (Figura 2). É estimada, geralmente, por métodos econométricos (GASPARINI; RAMOS, 2003). A SFA tem como vantagens: lidar com o ruído estatístico, incorporar variáveis ambientais diretamente nas estimativas de eficiência, e permitir testes estatísticos padrão (BARRIOS; SCHAECHTER, 2008).

Nesta tese foi selecionada a metodologia DEA para mensurar a eficiência dos municípios brasileiros quanto ao gasto público realizado para a promoção do bem-estar. Assim, o tópico subsequente traz uma revisão bibliográfica sobre o estado da arte desta temática para embasar a seleção das variáveis da tese, e posteriormente comparar os resultados com os achados dos estudos nacionais e internacionais.

3.3 ESTUDOS PRECURSORES

A revisão bibliográfica realizada, com base nos critérios disposto no Capítulo 4, permitiu a seleção de 21 estudos na literatura nacional e 46 estudos na literatura internacional. As caraterísticas destes estudos, quanto ao período e à localidade estudados e aos métodos empregados para analisar a eficiência dos gastos públicos na promoção do bem-estar social são discutidos nos próximos tópicos. E, na sequência, são apresentadas as características das regressões aplicadas para identificação dos fatores determinantes da eficiência.

3.3.1 Estudos precursores nacionais

Com a revisão bibliográfica realizada foram identificados os estudos iniciais no Brasil quanto à temática dos gastos públicos, no qual foi identificada a origem de estudos pela mesma autoria. Assim, estes estudos e autores foram reunidos em três agrupamentos principais.

Dentre os 21 estudos selecionados, apresentados no Quadro 1, o trabalho de Sampaio de Sousa e Ramos (1999) é o marco inicial da literatura nacional desta revisão. Este estudo direcionou dois dos três agrupamentos realizados, sendo computado nos dois primeiros grupos. O primeiro grupo compreende 5 estudos: Sampaio de Sousa e Ramos (1999); Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005); Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007); Cribari-Neto e Pereira (2013); e Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014). Neste grupo

predominam estudos que compreendem todos os municípios brasileiros com dados do ano de 2000.

Quadro 2 - Características dos 21 estudos nacionais

Autor (es)	Período	Localidade	Métodos
Sampaio de Sousa e Ramos (1999)	1991	2763 municípios das Regiões Nordeste e Sudeste	D, F
Gasparini e Ramos (2003)	1996	170 municípios de Pernambuco	D, F, R, C
Gasparini e Ramos (2004)	1996	623 municípios de São Paulo	D
Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005)	2000	4796 municípios do Brasil	D, R
Souza Jr. e Gasparini (2006)[1]	2002	26 estados e Distrito Federal	D, A
Jubran (2006) [2]	2000	104 municípios da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo e as 26 capitais estaduais	D, C, A
Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007)	2000	4755 municípios do Brasil	D, R
Shikida, Milton e Araújo Jr. (2007)	2000	835 municípios de Minas Gerais	D, C
Maciel, Piza e Penoff (2009)	1991-2000	26 estados e Distrito Federal	D, I
Kuwahara et al. (2010)	2000	39 municípios de São Paulo	D, R, C
Machado Jr., Irffi e Benegas (2011)	2005	67 municípios do Ceará	D
Gasparini e Miranda (2011)[2]	2000	4728 municípios do Brasil	D
Silva et al. (2012)	2004	404 municípios de Minas Gerais	D
Silva, Kuwahara e Maciel (2012)	1996-1999	39 municípios de São Paulo	D, R
Cribari-Neto e Pereira (2013)	2000	427 municípios de São Paulo	D, R
Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014)	2000	4755 municípios do Brasil (5 regiões)	D, R
Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015)	2002-2010	246 municípios de Goiás	D
Costa et. al (2015)	2006-2009	831 municípios de Minas Gerais	D, R
Silva e Crisóstomo (2019)	2007-2013	184 municípios do Ceará	D, R
Guerreiro (2019)[3]	2010	59 municípios do Amazonas	D
Sodré (2019)[4]	2012	872 municípios de Pernambuco	D, F, R, C

Fonte: Elaboração própria com base nos estudos listados. [1]Foi considerado somente o modelo 2 (eficiência em custo/gasto público) do artigo. [2]Foram considerados somente os modelos 1 e 2 da análise de eficiência da tese. [3]Foi considerado somente o modelo do terceiro capítulo da tese. [4]Foi considerado somente o modelo do segundo capítulo da tese.
Notas: D: DEA. F: FDH. S: SFA. R: Regressão. A: Análise de Componentes Principais (ACP). C: Correlação. I: Índice de Malmquist.

O segundo grupo tem seis estudos publicados: Sampaio de Sousa e Ramos (1999); Gasparini e Ramos (2003); Gasparini e Ramos (2004); Souza Jr. e Gasparini (2006); Gasparini e Miranda (2011); e Sodré (2019). Este grupo tem como principal característica a diversidade de período e localidade.

O último grupo é composto por quatro artigos: Maciel, Piza e Penoff (2009); Kuwahara et al. (2010); Silva, Kuwahara e Maciel (2012); e Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto

(2015). A principal característica do terceiro grupo também é a diversidade dos períodos estudos, com destaque para 3 deles que realizaram análises longitudinais dos gastos públicos.

Os outros dois estudos que elaboraram análises longitudinais, mas não fazem parte dos agrupamentos, foram: Costa et al. (2015) e Silva e Crisóstomo (2019). Este último estudo aplicou o modelo do primeiro para analisar os gastos públicos dos municípios cearenses, sendo o estudo que utilizou dados mais recentes dentre os 21 selecionados. O estudo de Maciel, Piza e Penoff (2009) teve por base as variáveis de *input* do artigo de Shikida, Milton e Araújo Jr. (2007). Os cinco estudos restantes (GUERREIRO, 2019; JUBRAN, 2006; MACHADO JUNIOR; IRFFI; BENEGAS, 2011; SHIKIDA; MILTON; ARAÚJO JR, 2007; SILVA et al., 2012) não tem relação de autoria ou modelo aplicado de outros autores, mas fazem citações dos estudos dos grupos citados.

A análise de eficiência do gasto público por municípios foi considerada em 19 estudos nacionais, que abrangeram todos os municípios do país (GASPARINI; MIRANDA, 2011; GASPARINI; RAMOS, 2004; PEREIRA; SOUZA; CRIBARI-NETO, 2014; SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005; SANTOS; CRIBARI-NETO; SAMPAIO DE SOUZA, 2007), municípios de regiões ou estados selecionados (JUBRAN, 2006; SAMPAIO DE SOUSA; RAMOS, 1999), ou municípios de um estado (COSTA et al., 2015; CRIBARI-NETO; PEREIRA, 2013; DI NIZO NETO; KUWAHARA; PINTO, 2015; GASPARINI; RAMOS, 2003; GUERREIRO, 2019; KUWAHARA et al., 2010; MACHADO JR.; IRFFI; BENEGAS, 2011; SHIKIDA; MILTON; ARAÚJO JR, 2007; SILVA et al., 2012; SILVA; CRISÓSTOMO, 2019; SILVA; KUWAHARA; MACIEL, 2012b; SODRÉ, 2019). E, dois estudos analisaram a eficiência dos gastos públicos por estados (MACIEL; PIZA; PENOFF, 2009a; SOUZA JÚNIOR; GASPARINI, 2006) e capitais brasileiras (JUBRAN, 2006).

Sobre os métodos aplicados pelos estudos nacionais destaca-se que todos aplicaram a metodologia DEA, sendo que em 86% deles foi aplicado somente a DEA, e concomitantemente os trabalhos de Sampaio de Sousa e Ramos (1999), Gasparini e Ramos (2003) e Sodré (2019) aplicaram o FDH (14%). Em 66% dos estudos foram realizadas análises estatísticas complementares, antes da aplicação do método de análise de eficiência ou após o resultado deste. A regressão foi aplicada em 47% dos estudos, a correlação em 19%, a Análise dos Componentes Principais (ACP) em 9,5%, e o Índice de Malmquist em 5%. Os

estudos de Jubran (2016), Kuwahara et al. (2010) e Sodré (2019) aplicaram dois métodos estatísticos.

Referente ao modelo DEA utilizado nos estudos citados, quase 47,5% aplicaram a escala variável (VRS), 24% a escala constante (CRS) e 28,5% as duas escalas (Figura 3). Os autores Maciel, Piza e Penoff, 2009 (p. 299) selecionaram o modelo VRS devido aos estados brasileiros sofrerem restrições orçamentárias, assim "não estão em uma escala ótima de operação". Silva e Crisóstomo (2019, p. 794) argumentam que o modelo VRS "permite variação na máxima eficiência, considerando a economia de escala; esse fato fornece uma melhor comparação entre DMUs de diferentes tamanhos". Em contrapartida, Silva et al. (2012, p. 104) optaram pelo CRS porque é "mais restritivo, diminuindo o número de unidades consideradas eficientes". Para Costa et al. (2015, p. 1397) "a maioria dos setores produtivos se encontra operando com retornos constantes de escalas" e "segundo a teoria microeconômica, esse modelo é mais usual quando são considerados prazos mais longos" (2007-2013).

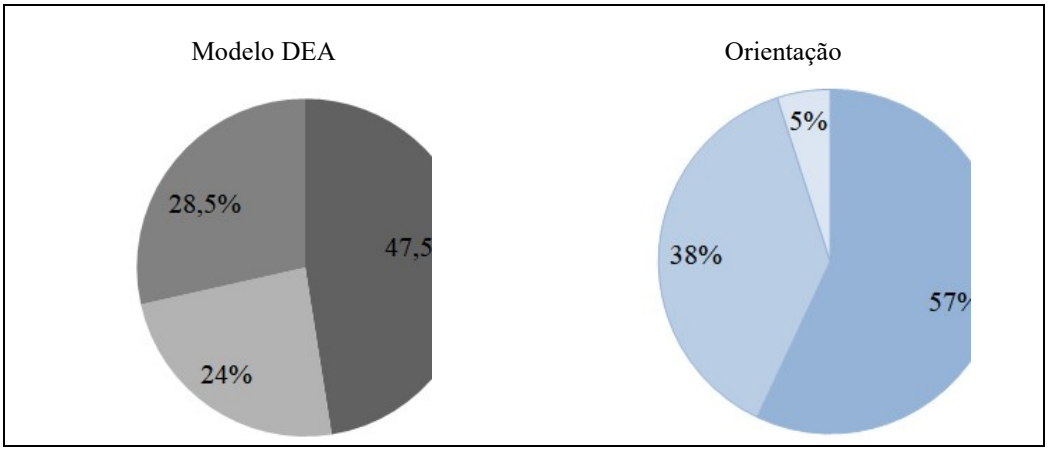


Figura 3 - Estudos nacionais: Modelo DEA e orientação

Fonte: Elaboração própria com base nos estudos listados no Quadro 2.

A orientação do modelo DEA aplicada nos 21 estudos foi 57% aos *outputs*, 38% aos *inputs* e 5% aos *inputs* e *outputs* (Figura 3). Silva e Crisóstomo (2019, p. 794) selecionaram o DEA orientado aos *outputs* "observando o papel do gestor público na alocação de recursos disponíveis, com o objetivo de expandir a oferta de serviços públicos". Sobre a seleção da orientação aos *outputs*, Costa et al. (2015, p. 1397) afirmam que o município tem como função promover o desenvolvimento socioeconômico, e tem "o objetivo primaz da sociedade de maximizar o bem-estar e o nível de desenvolvimento a partir dos recursos

utilizados". De outro lado, Gasparini e Ramos (2003, p. 292) defendem que a orientação aos *inputs* se deve "à obrigação de disponibilizar os serviços seja qual for a demanda por eles", que não há controle na oferta de serviços pelos municípios, restando "otimizar o seu requerimento de insumos". Machado Jr, Irffi e Benegas (2011, p. 89) apontam que a orientação aos *inputs* é aplicada quando "se pretende obter resultados voltados para diminuir o gasto público (insumo), mas manter o nível de eficiência na prestação dos serviços (produtos)".

Assim, afirma-se que não há unanimidade de aplicação do modelo DEA (CRS-VRS) e de orientação (*input-output*) nos estudos apresentados. Até mesmo nos estudos sequenciais ou que utilizem a mesma base de dados, ou parte dela, não são aplicados os mesmos métodos. Analisando o agrupamento dos 14 estudos nos três grupos citados anteriormente, verifica-se a existência de similaridade nos modelos e orientação aplicados nos estudos dos três grupos. Todos os estudos do primeiro grupo aplicaram, pelo menos, o modelo CRS, e a orientação aos *outputs* foi em 60% deles. No segundo grupo todos os estudos aplicaram, pelo menos, o modelo VRS e apenas um estudo não aplicou a orientação aos *inputs*: Sodré (2019). A aplicação do modelo VRS foi unânime no terceiro grupo, e somente o artigo de Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015) optou pela orientação aos *inputs*. Nos outros 7 estudos, sem grupo, há variação dos modelos e orientação, correspondendo a 50% cada.

3.3.2 Estudos precursores internacionais

Com os 46 estudos selecionados na literatura internacional, mostrados no Quadro 2, também foram criados três agrupamentos principais, buscando demonstrar as características do intergrupo. O primeiro estudo que tratou da eficiência do gasto público com método não-paramétrico buscando identificar os benchmarking da gestão pública foi o de Van den Eeckaut et al. (1993 *apud* AFONSO; FERNANDES, 2008), para municípios da Bélgica.

Quadro 3 – Características dos 46 estudos selecionados na literatura internacionais

Autor (es)	Período	Localidade	Métodos
Van den Eeckaut et al. (1993)[1]	1986	235 municípios da Bélgica	D, F, R
Borger e Kerstens (1996a)	1985	589 municípios da Bélgica	D, F, S, R
Borger e Kerstens (1996b)	1985	589 municípios da Bélgica	F, C, R
Athanassoupoulos e Triantis (1998)[1]	1986	178 municípios da Grécia	D, R
Worthington (2000)[1]	1993	177 governos locais da Austrália	D, S

Balaguer-Coll et al. (2002)[1]	1992-1995	258 municípios da Espanha	D, R
Afonso, Schuknecht e Tanzi (2003)	1990-2000	23 países industrializados da OCDE	F
Sampaio de Sousa e Stosic (2005)	2001	4796 municípios do Brasil	D, F
Loikkanen e Susiluoto (2005)[1]	1994-2002	353 municípios da Finlândia	D, R
Arcelus, Sharma e Srinivasan (2005)	2003	80 países	D, C
Afonso, Schuknecht e Tanzi (2005)	1990-2000	23 países industrializados da OCDE	F
Geys e Moesen (2006)[2]	2000	304 municípios da Bélgica	S
Afonso e Fernandes (2006)	2001	51 municípios de Portugal	D
Balaguer-Coll et al. (2007)[1]	1995	414 governos locais da Espanha	D, F, R
Rayp e van de Sijpe (2007)	1985-1989	52 países em desenvolvimento	D, R
Afonso e Fernandes (2008)	2001	278 municípios de Portugal	D, R
Viloria-Silva, Vasquez-Stanescu e Núñez-Bottini (2009)	1996-2006	Venezuela	D, I
Geys e Moesen (2009a)[2]	2000	304 municípios da Bélgica	S
Geys e Moesen (2009b)	2000	304 municípios da Bélgica	D, F, S
Balaguer-Coll e Prior (2009)[2]	1992-1995	258 governos locais da Espanha	D
Benito, Bastida e García (2010)[2]	2002	31 governos locais da Espanha	D
Afonso, Schuknecht e Tanzi (2010)	1999-2003	23 países	D, R
Adam, Delis e Kammas (2011)	1980-2000	19 países da OCDE	D, R
Bikis (2011)	2004-2011	137 países	D
Chan e Karim (2012)	2000-2007	8 países do Leste Asiático	D, R
Kalb, Geys e Heinemann (2012)	2004	1015 municípios da Alemanha	F
Afonso, Romero-Barrutieta e Monsalve (2013)	2001-2010	23 países da América Latina e Caribe	D, R
Afonso e Venâncio (2013)	2001	278 municípios de Portugal	D, H
Seifert e Nieswand (2014)	2008	96 departamentos da França	D, R
Baciu e Botezat (2014)	2000-2009	27 países da OCDE	D
Monkam (2014)	2007	231 municípios da África do Sul	D, R
Stastná e Gregor (2015)	1995-1998 2005-2008	202 governos locais da República Checa	S, A, R
Dutu e Sicari (2016)	2012	30 países da OCDE	D
Dinca, Dinca e Andronic (2016)	2011	41 condados da Romênia e o município de Bucareste	D
Afonso e Venâncio (2016)	2011	278 municípios de Portugal	D, R, H
Storto (2016)	2013	108 municípios da Itália	D, R
Giménez, Ayvar-Campos e Navarro-Chávez (2017)	1990-2010	32 estados do México	D
Mericková et al. (2017)	2010-2013	30 países desenvolvidos	D, I
Moreno-Enguix e Lorente-Bayona (2017)	2012	35 países	D, F, C, R
Kyriacou, Muinelo-Gallo e Roca-Sagalés (2018)	1995-2010	28 países	D, R
Ouertani et al. (2018)	1998-2013	Arábia Saudita	D, R
D'Inverno, Carossi e Ravagli (2018)	2011	282 municípios da Itália	D, R
Slijepcevic (2019)	2011	20 municípios da Croácia	D
Yadava e Neog (2019)	2006-2015	19 estados da Índia	D
Buljan, Deskar-Skrbic e Simovic (2019)	2005-2009	15 países europeus	D, R
Antonelli e De Bonis (2019)	2013	22 países europeus	D, F, R

Fonte: Elaboração própria com base nos estudos listados. [1]Citado por Afonso e Fernandes (2008, p. 1951). [2]Citado por Kalb, Geys e Heinemann (2012, 204-207).
Notas: D: DEA. F: FDH. S: SFA. R: Regressão. A: Análise dos Componentes Principais (ACP). C: Correlação. I: Índice de Malmquist. H: Análise Hierárquica de Clusters.

Adverso à pesquisa nacional, esse primeiro estudo não faz parte de um grupo de pesquisadores em comum, mas faz parte de um dos três principais grupos de estudos identificados na literatura internacional. Este estudo pode ter sido o estímulo para elaboração dos artigos que analisam a eficiência de municípios belgas: Borger e Kerstens (1996a, 1996b), e posteriormente os de Geys e Moesen (2006 *apud* AFONSO; FERNANDES, 2008), Geys e Moesen (2009a *apud* AFONSO; FERNANDES, 2008) e Geys e Moesen (2009b); e alemães: Kalb, Geys e Heinemann (2012). As similaridades deste primeiro grupo são as análises por municípios belgas e a concentração em dois anos (1985 e 2000).

O segundo grupo da literatura internacional compreende os oito estudos elaborados em co-autoria com António Afonso (AFONSO; FERNANDES, 2006, 2008; AFONSO; ROMERO; MONSALVE, 2013; AFONSO; SCHUKNECHT; TANZI, 2003, 2005, 2010; AFONSO; VENÂNCIO, 2013, 2016). Metade dos estudos deste grupo está voltada para análise de eficiência dos gastos públicos em municípios portugueses no ano de 2001 (em sua maioria), e a outra metade, para análise de países, principalmente os membros da OCDE, entre as décadas de 1990 e 2000.

O terceiro grupo compreende os quatro estudos espanhóis, sendo três em co-autoria com Maria Tereza Balaguer-Coll: Balaguer-Coll et al. (2002, 2007 *apud* AFONSO; FERNANDES, 2008), Balaguer-Coll e Prior (2009 *apud* KALB; GEYS; HEINEMANN, 2012) e Benito, Bastida e García (2010 *apud* KALB; GEYS; HEINEMANN, 2012). A análise de eficiência dos governos locais da Espanha e o período comum estudado entre 1992-1995, são as similaridades deste grupo.

Os outros 27 estudos não possuem autoria em comum, mas possuem análises geográficas similares. Há cinco estudos com países membros da OCDE (ADAM; DELIS; KAMMAS, 2011; ANTONELLI; DE BONIS, 2019; BACIU; BOTEZAT, 2014; BULJAN; DESKAR-SKRBIC; SIMOVIC, 2019; DUTU; SICARI, 2016), sete estudos com diversos países (ARCELUS; SHARMA; SRINIVASAN, 2005; BIKIS, 2011; CHAN; KARIM, 2012; KYRIACOU et al., 2018; MERICKOVÁ et al., 2017; MORENO-ENGUIX; LORENTE-BAYONA, 2017; RAYP; VAN DE SIJPE, 2007), e 15 estudos em um único país: Arábia Saudita (OUERTANI et al., 2018), África do Sul (MONKAM, 2014b), Austrália (WORTHINGTON, 2000 *apud* AFONSO; FERNANDES, 2008), Brasil (SAMPAIO DE

SOUSA; STOSIC, 2005), Croácia (SLIJEPCEVIC, 2019), Finlândia (LOIKKANEN; SUSILUOTO, 2005 *apud* AFONSO; FERNANDES, 2008), Grécia (ATHANASSOUPOULOS; TRIANTIS, 1998 *apud* AFONSO; FERNANDES, 2008), Índia (YADAVA; NEOG, 2019), Itália (D'INVERNO; CAROSI; RAVAGLI, 2018; STORTO, 2016a), México (GIMÉNEZ; AYVAR-CAMPOS; NAVARRO-CHÁVEZ, 2017), República Checa (STASTNÁ; GREGOR, 2015), Romênia (DINCA; DINCA; ANDRONIC, 2016) e Venezuela (VILORIA SILVA; VASQUEZ STANESCU; NÚÑEZ BOTTINI, 2009).

No Quadro 2, visualiza-se que 20 estudos (43%) realizaram análises longitudinais, tendo destaque quatro trabalhos que utilizaram dados para um período maior que 10 anos: Adam, Delis e Kammas (2011) entre 1980-2000, Giménez, Ayvar-Campos e Navarro-Chávez (2017) entre 1990-2010, Kyriacou et al. (2018) entre 1995-2010, e Ouertani et al. (2018) entre 1998-2013. Quanto aos métodos de mensuração da eficiência, 85% dos estudos aplicaram somente um método para mensurar a eficiência e 15% aplicaram dois métodos. A metodologia DEA foi aplicada em 85% dos estudos internacionais, FDH em 24% e SFA em 13%. As análises estatísticas complementares, antes ou após a aplicação do método de mensuração de eficiência foram utilizadas em 62% dos estudos. A regressão foi aplicada em 54% dos estudos, a correlação em 6,5%, o Índice de Malmquist e a Análise Hierárquica de Clusters em 4,5% cada, e Análise de Componentes Principais (ACP) em 2%. Os estudos de Afonso e Venâncio (2016), Borger e Kertens (1996b) e Moreno-Enguix e Lorente-Bayona (2017) aplicaram dois métodos estatísticos.

O retorno de escala selecionado nos 39 estudos que utilizaram DEA representa: 5% escala constante (CRS), 56,5% escala variável (VRS), 18% CRS e VRS, e 20,5% não informaram (Figura 4).

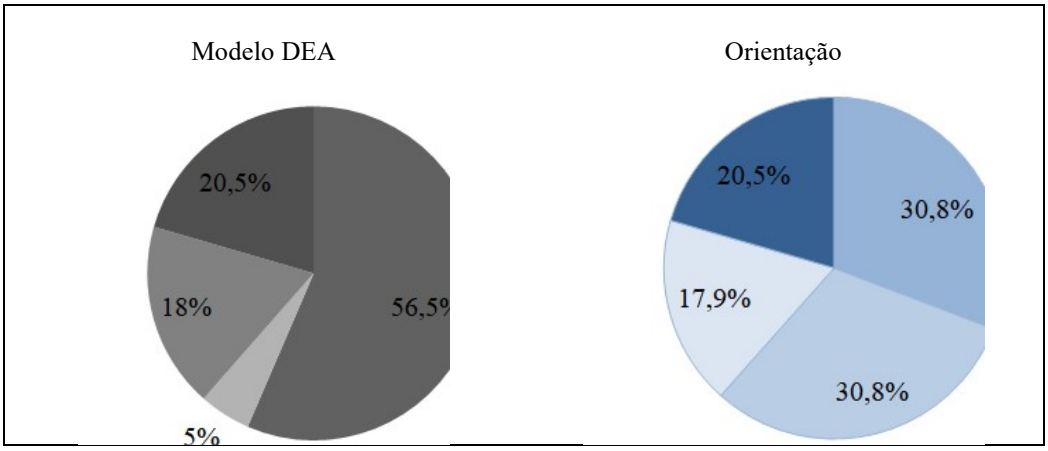


Figura 4 - Estudos internacionais: Modelo DEA e orientação
Fonte: Elaboração própria com base nos estudos listados no Quadro 3.
Nota: NI: Não informado.

Seifert e Nieswand (2014, p. 775) escolheram o modelo VRS porque "garante que os governos locais sejam comparados com unidades semelhantes". D'Inverno, Carossi e Ravagli (2018, p. 104) explicam que "as particularidades das atividades municipais sugerem o uso do modelo DEA orientado a insumos com retornos variáveis de escala". Porém, Slijecevic (2019, p. 683) selecionou o modelo CRS fundamentando que "é usado para avaliar a eficiência comparativa de unidades organizacionais homogêneas", e permite comparar a eficiência relativa de vários municípios. Dutu e Sicari (2016, p. 6) assumem retornos constantes em sua análise, pois "a distância vertical da fronteira de eficiência mostra até que ponto a saída pode ser expandida enquanto mantém as entradas constantes".

Sobre a orientação dos modelos DEA aplicados, dos 39 estudos internacionais, 17,9% selecionaram a orientação aos *inputs*, 30,8% aos *outputs*, 30,8% aos *inputs* e *outputs*, e 20,5% não informaram (Figura 4). Afonso e Fernandes (2006, p. 42) avaliaram a eficiência orientada aos *inputs* e *outputs*, evidenciando que os modelos orientados em ambas "identificarão o mesmo conjunto de produtores eficientes/ineficientes". Ainda, segundo Afonso e Fernandes (2006, p. 51), "a escolha entre orientações de entrada e saída não é crucial, pois apenas as duas medidas associadas às unidades ineficientes podem ser diferentes entre as duas metodologias". Bikis (2011, p. 28) buscou identificar os países que utilizam menos recursos públicos mantendo os níveis existentes de provisões em seus programas de bem-estar, por isso aplicou o modelo orientado aos *inputs*. Já Chan e Karim (2012, p. 11) argumentam que a seleção da orientação aos *outputs* partiu do princípio de que "o governo maximiza o produto em cada setor econômico, considerando uma quantidade fixa de gastos".

Incongruente com a literatura nacional, os modelos DEA e as orientações aplicadas nos estudos internacionais não apresentaram uniformidade. O primeiro e o terceiro grupo da literatura global realizaram aplicações variadas das metodologias DEA, FDH ou SFA, e também das orientações. Entretanto, no segundo grupo, com oito estudos, é possível identificar a similaridade entre a aplicação dos métodos DEA-VRS, em cinco deles, e FDH, sendo que em todos eles a orientação é aos *inputs* e *outputs*. Nos estudos não agrupados observa-se a predominância de aplicação do modelo VRS, mas a orientação aos *inputs* ou *outputs* corresponde à utilização de 50% cada.

3.3.2.1 Variáveis e métodos regressivos aplicados

As variáveis dos métodos não-paramétricos e paramétricos utilizados pelos estudos e as variáveis independentes das regressões foram tabuladas, totalizando 794 variáveis. Estas foram agrupadas em 18 categorias[37], sendo nove relacionadas ao tipo de gasto público e receita pública e nove relacionadas às características da gestão pública ou exógenas, sejam de resultado das ações ou não-controláveis (monetárias ou não-monetárias). O agrupamento resumido em categorias está disposto no Quadro 4.

Quadro 4 – Estatísticas das variáveis de *input*, *output* e regressão dos 67 estudos selecionados

Grupo da Variável[1]	Literatura Nacional			Literatura Internacional		
	INP	OUT	REG[2]	INP	OUT	REG[3]
Gasto público	11	-	-	36	-	5
Gasto público em Administração e pessoal	1	-	-	7	-	4
Gasto público em Assistência Social	1	-	-	5	-	4
Gasto público em Educação e Cultura	7	-	2	11	-	-
Gasto público em Habitação e Urbanismo	3	-	2	-	-	-
Gasto público em Infraestrutura e Ambiente	4	-	2	5	-	-
Gasto público em Saúde e Saneamento	6	-	2	10	-	-
Gasto público em Segurança e polícia	-	-	1	2	-	-
Receitas e transferências	5	3	6	3	-	1
Assistência Social e Governança Pública	-	4	-	-	20	7
Educação e Cultura	4	17	1	4	35	13
Emprego e renda	-	5	5	3	13	12
Finanças e economia	-	8	2	6	14	9
Infraestrutura e Meio Ambiente	-	14	5	2	34	2
Justiça, política e corrupção	-	-	4	1	10	13
Populacional e Geográfica	-	5	6	-	21	15
Saúde	4	9	1	4	18	1
Violência e polícia	-	2	1	-	3	1

Fonte: Elaboração própria baseada nos estudos citados nos Quadro 1 e Quadro 2. [1]Relação das variáveis em grupo disposto no Apêndice A. [2]Dez estudos nacionais aplicaram regressão. [3]Vinte e quatro estudos internacionais aplicaram regressão. Nota: INP: *input*. OUT: *output*. REG: regressão.

Os três grupos mais utilizados para representar a variável de *input* como gastos públicos foram: gasto público, gasto público em educação e cultura e gasto público em saúde e saneamento, ambos tanto âmbito internacional como no nacional (Quadro 4). Os grupos de variáveis de *output* mais utilizados pelos estudos internacionais foram: Educação e Cultura, Infraestrutura e Meio Ambiente, e Saúde. Os estudos nacionais seguem os estudos

[37] Ver o Apêndice A.

internacionais no primeiro e segundo lugar, diferenciando-se no terceiro grupo mais utilizado: Populacional e Geográfica.

Quanto à utilização de variáveis para as regressões, predominam nos estudos internacionais as variáveis nos grupos: Populacional e Geográfica, Receitas e transferências, Infraestrutura e Meio Ambiente. Para os estudos nacionais, os grupos predominantes foram: Populacional e Geográfica; Educação e Cultura, e Justiça, política e corrupção.

A revisão de literatura permitiu também a identificação de outras metodologias aplicadas nos 67 estudos selecionados (Quadro 3 e Quadro 4). Isto posto, além de mensurar a eficiência, alguns estudos buscam "identificar quais fatores afetam a eficiência do gasto público municipal e quais são os seus efeitos sobre a melhoria da qualidade de vida nos municípios" (CRIBARI-NETO; PEREIRA, 2013, p. 271), estados, regiões ou países.

Os escores de eficiência resultados podem sofrer influências de fatores internos e externos, principalmente, de várias características socioeconômicas (BULJAN; DESKAR-SKRBIC; SIMOVIC, 2019, p. 545; COSTA et al., 2015, p. 1335) ou "que não podem ser alterados em um curto espaço de tempo pela administração pública" (COSTA et al., 2015, 1321). Logo, "para capturar os efeitos desses determinantes de eficiência e obter comparabilidade" entre as DMU´s da amostra, aplica-se a regressão (BULJAN; DESKAR-SKRBIC; SIMOVIC, 2019, p. 545).

A regressão foi o método estatístico mais aplicado nestas obras, principalmente, para a detecção dos determinantes[38] da eficiência – representando 48% da literatura nacional[39] e 54% da literatura internacional[40]. Devido à importância da identificação dos fatores exógenos à eficiência e a ampla aplicação da regressão para analisar a relação entre as variáveis utilizadas nos métodos de mensuração da eficiência, será apresentado um breve

[38] Com exceção do estudo de Silva e Crisóstomo (2019), que aplicou regressão para identificar se a eficiência da gestão pública municipal (variável independente) influencia no desenvolvimento socioeconômico municipal (variável dependente).

[39] Dez estudos nacionais (COSTA et al., 2015; CRIBARI-NETO; PEREIRA, 2013; GASPARINI; RAMOS, 2003; KUWAHARA et al., 2010; PEREIRA; SOUZA; CRIBARI-NETO, 2014; SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005; SANTOS; CRIBARI-NETO; SAMPAIO DE SOUZA, 2007; SILVA; CRISÓSTOMO, 2019; SILVA; KUWAHARA; MACIEL, 2012; SODRÉ, 2019).

[40] Vinte e cinco estudos internacionais, sendo dezenove dentre os 36 lidos integralmente (ADAM; DELIS; KAMMAS, 2011; AFONSO et al., 2010; AFONSO; FERNANDES, 2008; AFONSO; ROMERO-BARRUTIETA; MONSALVE, 2013; AFONSO; VENÂNCIO, 2013, 2016; ANTONELLI; DE BONIS, 2019; BULJAN; DESKAR-SKRBIC; SIMOVIC, 2019; CHAN; KARIM, 2012; D'INVERNO; CAROSI; RAVAGLI, 2018; BORGER; KERSTENS, 1996a, 1996b; KYRIACOU; MUINELO-GALLO; ROCA-SAGALÉS, 2018; MONKAM, 2014; MORENO-ENGUIX; LORENTE-BAYONA, 2017; OUERTANI et al., 2018; RAYP; VAN DE SIJPE, 2007; SEIFERT; NIESWAND, 2014; STASTNÁ; GREGOR, 2015; STORTO, 2016) e seis citados por Afonso e Fernandes (2008, p. 1951) conforme mostrados no Quadro 2.

relato sobre os principais modelos regressivos aplicados. Na literatura nacional os modelos de regressão mais aplicados foram: Regressão Linear Múltipla (RLM) ou Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) (40%), e Regressão Quantílica, Beta ou Beta Inflacionada (60%).

Nos estudos da literatura internacional as Regressões de Tobit e MQO foram os modelos regressivos mais aplicados, representando 84%. A predominância de aplicação destas técnicas para identificar fatores exógenos à eficiência de governos locais também é confirmada por Seifert e Nieswand (2014). Mesmo assim, estes autores aplicaram a regressão truncada com *bootstrap* proposta por Simar e Wilson (2007), pois consideram que a regressão de Tobit é responsável "pela limitação das pontuações de eficiência na unidade, impondo fortes pressupostos estatísticos e requer uma especificação correta do modelo" (SEIFERT; NIESWAND, 2014, p. 776). Mas, Buljan, Deskar-Skrbic e Simovic (2019, p. 545) afirmam que a regressão de Tobit é apropriada quando uma variável dependente é censurada, como no caso da eficiência.

Nos estudos de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005), Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) e Costa et al. (2015) foi aplicada a Regressão Quantílica, dos quais os dois primeiros também aplicaram MQO. Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007, p. 22) explicam que para aplicação da Regressão de Tobit é "necessário assumir a normalidade e homocedasticidade, pois, caso contrário, as estimativas dos parâmetros seriam inconsistentes". E, que isso também pode ocorrer se a MQO for aplicada em modelos lineares de regressão com variável dependente censurada, como a eficiência, se utilizadas grandes amostras. Para resolver a inconsistência dos estimadores de MQO, os autores sugerem a transformação logarítmica na variável dependente. Para Costa et al. (2015, p. 1328) os modelos de análise censurada, como o de Tobit, "não consideram o fato de que as variáveis relacionadas ao sistema de produção podem não influenciar igualmente as unidades observadas". Assim, os autores afirmam que a aplicação da regressão quantílica pode solucionar este problema, possibilitando a verificação das diferenças associativas das variáveis nos quantis de suas distribuições.

Os estudos de Cribari-Neto e Pereira (2013), Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) e Sodré (2019) aplicaram a Regressão Beta e Beta Inflacionada para identificar fatores exógenos à eficiência, sendo que o primeiro também aplicou o modelo linear generalizado e o terceiro também utilizou a MQO. Sodré (2019, p. 23) justifica o uso deste modelo por ser a

mais apropriada com uma variável dependente (eficiência) limitada a determinado intervalo (0,1).

Os demais estudos internacionais (12%) utilizaram: Regressão de Dados em Painel (KYRIACO et al., 2018; STASTNÁ; GREGOR, 2015), justificando adequação deste modelo para análises temporais, e regressão abordagem do geral para o específico (GETS) (RAYP; VAN DE SIJPE, 2007), alegando que esta supera a análise de robustez das demais, pois exclui variáveis não significativas a cada iteração.

Com base nas aplicações das metodologias supracitadas e suas características, conclui-se que não há um consenso na literatura nacional e internacional quanto às variáveis de *input* e *output* para mensurar a eficiência e quanto às variáveis independentes dos modelos de regressão. Ou seja, em geral não há um padrão, salvo alguns estudos sequenciais apresentados nos agrupamentos da literatura nacional e internacional. Todavia, as disparidades e similaridades na seleção das variáveis podem estar relacionadas a cinco fatores identificados: objetivo do estudo[41], orientação do modelo não-paramétrico ao (s) *input(s)* ou *output(s)*, correlação estimada ou agrupamento determinado por métodos estatísticos, multicolinearidade entre as variáveis regressivas e indisponibilidade de dados.

Apesar disso, é possível encontrar resultados coincidentes na literatura nacional e internacional, seja nos modelos não-paramétricos, paramétricos ou nas regressões, como serão discutidos nos tópicos a seguir.

3.3.2.2 Comparação dos resultados da eficiência na literatura

Os estudos nacionais que analisaram a eficiência no país, sejam por municípios, estados ou regiões, resultaram em eficiências acima de 50% em média. Os estados da Região Sul foram considerados mais eficientes no estudo de Souza Jr. e Gasparini (2006) e Maciel, Piza e Penoff (2009), e menos eficientes nos estudos de: Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005), Gasparini e Miranda (2011) e Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014). A Região Sudeste resultou nos estados mais eficientes em: Souza Jr. e Gasparini (2006) (com exceção

[41] Ou seja, se avaliou a gestão pública totalmente (gasto público total) ou parcialmente (gasto público em mais de duas funções) – como pode ser visto em: Arcelus, Sharma e Srinivasan (2005), Bikis (2011), Buljan, Deskar-Skrbic e Simovic (2019), Chan e Karim (2012), Costa et al. (2015), Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015), Dutu e Sicari (2016), Kuwahara et al. (2010), Storto (2016), Machado Jr., Irffi e Benegas (2011), Mericková et al. (2017), Ouertani et al. (2018), Silva e Crisóstomo (2019), Silva et al. (2012), Silva, Kuwahara e Maciel (2012) e Sodré (2019).

do Espírito Santo), Gasparini e Miranda (2011) e Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014). Os estados das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentaram eficiências semelhantes na maioria dos estudos, com exceção de Gasparini e Miranda (2011) em que a Região Centro-Oeste é a menos eficiente, e Maciel, Piza e Penoff (2009) que os estados da Região Nordeste e o Tocantins foram os menos eficientes. Sampaio de Sousa e Ramos (1999) identificaram que os municípios do Nordeste foram menos eficientes que os da Região Sudeste.

As análises de eficiência por municípios em um, dois ou três estados brasileiros também resultaram em médias acima de 50%. Nos municípios do estado de Minas Gerais a eficiência média observada esteve entre 51 a 95% (COSTA et al., 2015; JUBRAN, 2006; SHIKIDA; MILTON; ARAÚJO JR., 2007; SILVA et al., 2012). Os municípios do estado de São Paulo apresentaram eficiência média entre 50 a 90% (CRIBARI-NETO; PEREIRA, 2013; GASPARINI; RAMOS, 2004; KUWAHARA et al., 2010; SILVA; KUWAHARA; MACIEL, 2012). A eficiência dos municípios pernambucanos resultou entre 82 a 91% (GASPARINI; RAMOS, 2003; SODRÉ, 2019). E nos municípios do Ceará (MACHADO JR; IRFFI; BENEGAS, 2011), Bahia e Espírito Santo (JUBRAN, 2016), Amazonas (GUERREIRO, 2019) e Goiás (DI NIZO NETO; KUWAHARA; PINTO, 2015) as eficiências médias estiveram entre 79 a 89%.

Alguns estudos nacionais observaram que municípios localizados próximo às regiões metropolitanas dos estados destacam-se sobre os demais, sendo mais eficientes (DI NIZO NETO; KUWAHARA; PINTO, 2015; GASPARINI; RAMOS, 2003; GASPARINI; RAMOS, 2004; GUERREIRO, 2019; SODRÉ, 2019). Na literatura, essas eficiências geográficas próximas podem ser explicadas pelo efeito transbordamento (*spillover*) e o problema do carona (*free-rider*). O *spillover* "assume que os benefícios de bens ou os serviços públicos locais oferecidos por um governo transbordam para os governos vizinhos" (LEONEL, 2022). O *free-rider* "ocorre quando os serviços públicos oferecidos à população de determinado município são custeados pelos impostos pagos pela população de outro que não usufrui do que paga" (MOREIRA; KILSON; SOUZA, 2022), comprometendo a gestão local e central (GASPARINI; MIRANDA, 2011), uma vez que, "não será possível limitar ou excluir seu consumo por outros indivíduos" (DANIEL, 2011).

Na literatura internacional, os estudos que analisaram a eficiência em países apresentaram valores discrepantes, sendo entre 5 a 96% em média. O resultado dos estudos com países membros da OCDE e países europeus foi de médias entre 54 a 95% (ADAM;

DELIS; KAMMAS, 2011; AFONSO; SCHUKNECHT; TANZI, 2003, 2005, 2010; ANTONELLI; DE BONIS, 2019; BACIU; BOTEZAT, 2014; BULJAN; DESKAR-SKRBIC; SIMOVIC, 2019; DUTU; SICARI, 2016). Os outros oito estudos que selecionaram países para análise resultaram em eficiência média entre 5 a 96% (AFONSO; ROMERO-BARRUTIETA; MONSALVE, 2013; ARCELUS; SHARMA; SRINIVASAN, 2005; BIKIS, 2011; CHAN; KARIM, 2012; KYRIACOU et al., 2018; MERICKOVÁ et al., 2017; MORENO-ENGUIX; LORENTE-BAYONA, 2017; RAYP; VAN DE SIJPE, 2007). Os países eficientes em mais de um destes estudos foram: Austrália, Canadá, Cingapura, Chile, China, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, Irlanda, Noruega, Japão, Letônia, Luxemburgo, Polônia, República Checa, República da Coréia, Suécia e Suíça. A eficiência média do Brasil resultou entre 29 a 75% (AFONSO; ROMERO-BARRUTIETA; MONSALVE, 2013; BIKIS, 2011; CHAN; KARIM, 2012), sendo eficiente nos três modelos do estudo de Arcelus, Sharma e Srinivasan (2005).

A análise de eficiência em regiões, departamentos, estados ou municípios em um único país resultou entre 20 a 98% nos estudos que aplicaram DEA e entre 114 a 140% nos que aplicaram SFA ou FDH. A eficiência média dos municípios da Bélgica foi de 50 a 97%. Os governos locais espanhóis obtiveram em média 32 a 84% de eficiência. Em Portugal, os governos locais resultaram entre 22 a 70% e os municípios entre 20 a 73%. A eficiência média dos municípios italianos foi de 32 a 82%. A análise por condados, estados ou governos locais na Austrália, França, Índia e República Checa apresentou eficiência média entre 21 a 96%. Os estudos que analisaram a eficiência por municípios na África do Sul, no Brasil e na Croácia resultaram em médias entre 20 a 92%. Já nos estudos sobre a Alemanha e México a eficiência média foi de 114 a 140%. Os estudos que analisaram a eficiência do país em diversos anos apresentaram eficiência média entre 78 a 97% para a Venezuela e entre 51 a 98% para a Arábia Saudita.

Além das similaridades e discrepâncias resultadas nos valores da eficiência dos estudos supracitados, identificou-se que o desempenho da administração pública pode aumentar sem necessariamente aumentar o gasto público, uma vez que otimizem a gestão dos recursos, estes podem até ser reduzidos (AFONSO; FERNANDES, 2006, 2008; AFONSO, SCHUKNECHT; TANZI, 2003, 2010; BACIU; BOTEZAT, 2014; DINCA; DINCA; ANDRONIC, 2016; GASPARINI; RAMOS, 2003; KYRIACOU et al., 2018; MACHADO JR.; IRFFI; BENEGAS, 2011; MONKAM, 2014; SEIFERT; NIESWAND, 2014; YADAVA;

NEOG, 2019). Entretanto, deve haver cautela na interpretação dos resultados, devido à mensuração relativa dos métodos (ADAM; DELIS; KAMMAS, 2011; AFONSO; FERNANDES, 2006; AFONSO; ROMERO-BARRUTIETA; MONSALVE, 2013; GEYS; MOESEN, 2009), e que a eficiência não isenta a administração pública da realização de melhorias (AFONSO; ROMERO-BARRUTIETA; MONSALVE, 2013).

3.3.2.3 Fatores exógenos identificados como determinantes da eficiência

A aplicação de métodos regressivos para identificar fatores exógenos que impactam positiva e negativamente na eficiência resultada demonstraram algumas similaridades nos grupos das variáveis encontradas na literatura nacional e internacional (Quadro 5). Os grupos das variáveis que mais impactaram positivamente na eficiência dos estudos nacionais foram: Populacional e geográfica; Justiça, política e corrupção; e Emprego e Renda empatada com Infraestrutura e Meio Ambiente. Na literatura internacional, os grupos das variáveis com o mesmo efeito foram: Educação e Cultura; Justiça, política e corrupção; e Populacional e geográfica.

Quadro 5 - Impacto das variáveis exógenas na eficiência*

Grupo da variável	Impacto positivo		Impacto negativo	
	Literatura nacional	Literatura Internacional	Literatura nacional	Literatura Internacional
Gasto público (todas as categorias)	2	4	3	1
Receitas e transferências	-	5	4	6
Assistência Social	-	1	-	7
Educação e Cultura	1	10	1	4
Emprego e renda	3	2	3	10
Finanças e economia	2	7	1	2
Infraestrutura e Meio ambiente	4	1	-	3
Justiça, política e corrupção	4	10	3	8
Populacional e geográfica	6	8	2	11
Saúde	1	-	1	-
Violência e polícia	1	1	-	-

Fonte: Elaboração própria. *Número de estudos com variáveis significativas estatisticamente, conforme disposto no Apêndice B.

Visualiza-se, também no Quadro 5, que os grupos das variáveis que mais impactaram negativamente na eficiência resultada nos estudos nacionais foram: Receitas e transferências; Emprego e Renda e Justiça, política e corrupção; e Gasto público. Na literatura

internacional foram: Populacional e geográfica; Emprego e Renda; e Justiça, política e corrupção. Os três grupos de variáveis que mais impactaram tanto positivamente quanto negativamente os estudos nacionais e internacionais foram: Populacional e geográfica (27 estudos); Justiça, política e corrupção (25 estudos); e Emprego e Renda (18 estudos).

No grupo das variáveis Populacional e geográfica, a maioria dos estudos utilizou-se de variáveis categóricas (*dummy*) para representar: a distância da capital, se o país fazia parte da Ásia, se a região era turística, se a localização era no Polígono das Secas, se a localização era nas montanhas, e outros. Entretanto, percebeu-se um esforço maior de alguns autores da literatura nacional e internacional, quando comparado a outros grupos de variáveis, para identificar o impacto positivo ou negativo da localização do município, departamento, estado, região ou país. Para isso, os estudos de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005), Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007), Cribari-Neto e Pereira (2013), Afonso e Venâncio (2013, 2016) e D'Inverno, Carosi e Ravagli (2018) aplicaram outras técnicas antes ou após o cálculo da eficiência para identificar ou diferenciar a localização (geografia) da esfera pública estudada. Já Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015) e Guerreiro (2019) fizeram comparações entre os escores de eficiência.

Para mensurar o efeito vizinhança (variável do grupo Populacional e Geográfica) na eficiência os estudos de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) e Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) analisaram a distância entre os municípios. Estes estudos criaram variáveis que se representadas por zero indicavam distâncias menores que 50 quilômetros entre municípios (W_1) e se o quociente das distâncias resultasse acima de 50 quilômetros e a distância máxima encontrada, teria valores entre 0 e 1 (W_2)[42]. O efeito de vizinhança em W_1 foi estatisticamente significativo em todos os modelos regressivos analisados, tendo efeito positivo sobre a eficiência, nos dois estudos (SANTOS; CRIBARI-NETO; SAMPAIO DE SOUSA, 2007, p. 53; SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005, p. 301). Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005, p. 301) explicam que "níveis mais altos de eficiência tendem a se espalhar, pelo menos parcialmente, para as localidades vizinhas, em algum tipo de efeito de demonstração".

[42] Modelo matemático disponível em: Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005, p. 298-299) e Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007, p. 23-24).

No estudo de Cribari-Neto e Pereira (2013) a associação espacial foi verificada através do Índice Global de Moran[43], considerando a hipótese nula de independência. Esta foi rejeitada, e os autores concluíram que "áreas próximas tendem a apresentar valores similares, ou seja, a presença de um município eficiente em uma região influencia positivamente as municipalidades próximas" (CRIBARI-NETO; PEREIRA, 2013, p. 280-281).

Afonso e Venâncio (2013, 2016) aplicaram a Análise Hierárquica de Clusters (AHC) para definir novas unidades geográficas dos 278 municípios portugueses estudados, sendo agrupados em: zonas pendulares (grupos de municípios em que a maioria dos habitantes vive, trabalha ou estuda), distância geográfica entre as capitais dos municípios em 20 e 30 km. Utilizando dados de 2001, Afonso e Venâncio (2013, p. 10) concluíram que os agrupamentos municipais melhoram os gastos dos governos locais e que há aumento dos escores de eficiência entre 85 a 97%. Corolariamente, a análise para 2011 apresentou aumento dos escores de eficiência entre 83 a 98%, e a aplicação de regressão mostrou que a variável explicativa população[44] tem maior significância estatística em municípios agrupados pela distância geográfica entre as capitais dos municípios em 20 e 30 km (AFONSO; VENÂNCIO, 2016, p. 872).

D'Inverno, Carosi e Ravagli (2018) criaram quatro classes para diferenciar características dos municípios, sendo: tamanho (número de habitantes residentes), geografia (pertence à região de montanha), nível de turismo (quatro níveis) e estrutura socioeconômica (classificação do sistema de trabalho). Os municípios em região de montanha apresentaram impacto negativo, pois estes são menores e as eficiências foram observadas em municípios maiores (D'INVERNO; CAROSI; RAVAGLI, 2018, p. 111).

Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015) compararam os escores de eficiência dos municípios através de representação em mapas, e concluíram que há influência de Goiânia na região metropolitana na análise de eficiência em educação, devido à concentração de universidades e urbanização da capital. E também, que os municípios ineficientes em infraestrutura e meio ambiente que tem como vizinhos municípios eficientes podem "trocar experiências e realizar *benchmarking* sobre os processos a serem adotados e sobre as decisões a serem tomadas pelos gestores públicos" (DI NIZO NETO; KUWAHARA; PINTO, 2015, p. 70). Guerreiro (2019) comparou os índices de eficiência com a localização dos municípios

[43] Modelo matemático disponível em: Cribari-Neto e Pereira (2013, p. 276).

[44] A variável foi medida como "a mudança nos logaritmos do número de residentes na região aglomerada e do número inicial de residentes" (AFONSO; VENÂNCIO, 2016, p. 871).

amazonenses na mesorregião, na microrregião e distância da capital, e os resultados apontaram que eficiência da gestão dos recursos públicos não foi impactada pelo fator localização.

Uma justificativa para as similaridades e discrepâncias mostradas nos grupos de variáveis que impactam ou não nas eficiências resultadas pode estar relacionada às diferentes condições ambientais em que se encontra a gestão pública (COSTA et al., 2015, p. 1321). Assim, mudanças no cenário econômico, político ou legal podem alterar os escores de eficiência e possibilitar a identificação de novos determinantes.

Por fim, os estudos indicam a realização de análises de eficiência em outros períodos, ampliação da amostra e uso de novas variáveis para identificação de determinantes, como, por exemplo, fatores culturais e climáticos (MORENO-ENGUIX; BAYONA, 2017).

A elaboração da revisão permitiu a identificação das variáveis de *input* e *output* utilizadas nos modelos de não-paramétricos e paramétrico de eficiência e das variáveis independentes nos modelos de regressão, ambas no país e ao redor do globo. Além de servir de base para a escolha das variáveis desta tese, os resultados dos estudos nacionais e internacionais serão comparados com os achados que aqui resultarem.

3.4 HIPÓTESES DA PESQUISA

O gestor público tem como dever legal e social realizar a boa gestão do recurso público, fazendo com que os gastos sejam bem geridos para promover o bem-estar social, principalmente no âmbito municipal, uma vez que se encontra na esfera mais próxima aos cidadãos. Logo, essa gestão pode ser impactada por fatores exógenos e endógenos, que influenciam em maior ou menor grau na eficiência dos gastos públicos.

Tendo em vista a ausência de estudos que mensuram a eficiência da gestão pública municipal quanto aos recursos alocados na promoção do bem-estar social entre 1990 a 2010 e a identificação de fatores que interferem na eficiência resultada, essa tese testou três hipóteses.

A Hipótese 1 buscou identificar se: Os gastos públicos municipais promovem o bem-estar social. Nas literaturas apresentadas na seção 2.2.1, foi demonstrada a relação dos gastos públicos com IDH, população e infraestrutura, que são as variáveis aplicadas nessa tese como indicadores de promoção do bem-estar social. Nesse sentido, essa hipótese foi testada

em cada estado, tendo por base as variáveis aplicadas no modelo DEA, dispostos no Quadro 6 (Capítulo 4 Metodologia).

Com a revisão dos 21 estudos nacionais e 46 internacionais, dispostos nos Quadro 1 e 2 (Seções 3.3.1 e 3.3.2), foram tabuladas 794 variáveis, sendo essas agrupadas em 18 categorias dispostas no Apêndice A. Esse levantamento embasou a elaboração das Hipóteses 2 e 3:

- Hipótese 2: A eficiência da gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas é impactada por fatores exógenos de:
    - Hipótese 2.1 (H2.1): Agricultura;
    - Hipótese 2.2 (H2.2): Geografia;
    - Hipótese 2.3 (H2.3): População;
    - Hipótese 2.4 (H2.4): Renda;
    - Hipótese 2.5 (H2.5): Ocupação, e;
    - Hipótese 2.6 (H2.6): Segurança.
- Hipótese 3: A eficiência da gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas é influenciada por fatores endógenos de:
    - Hipótese 3.1 (H3.1): Educação;
    - Hipótese 3.2 (H3.2): Infraestrutura e;
    - Hipótese 3.3 (H3.3): Saúde.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os métodos adotados, sendo composto pelo enquadramento metodológico e os procedimentos de pesquisa realizados para atingir os objetivos da tese. O enquadramento metodológico visa classificar a pesquisa quanto à natureza, objetivo, abordagem, coleta de dados, procedimentos técnicos e instrumentos utilizados. Os procedimentos de pesquisa contemplam cinco etapas para realizar os testes das hipóteses elaboradas, buscando responder às questões de pesquisa.

4.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A estrutura metodológica tratada na tese busca classificar aspectos da pesquisa quanto à natureza, à lógica, ao objetivo, à abordagem, à coleta de dados, aos procedimentos técnicos e aos instrumentos utilizados, conforme mostrado na Figura 5.

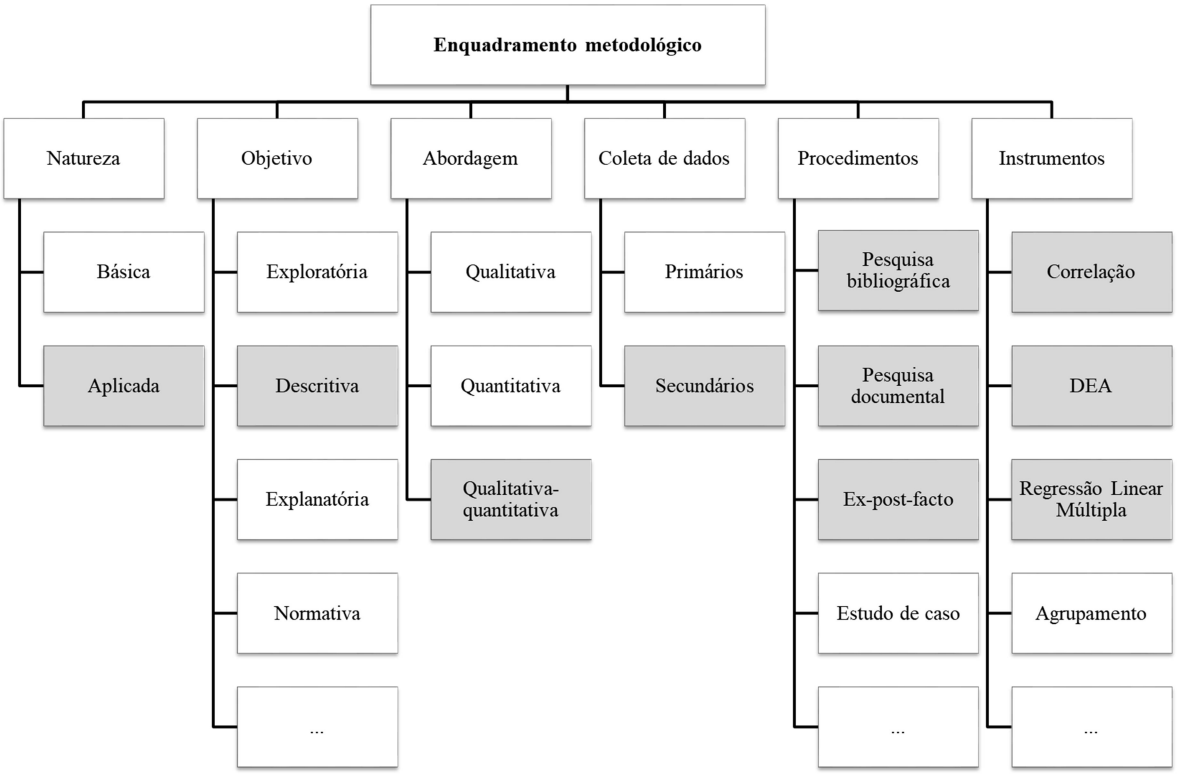


Figura 5 – Enquadramento metodológico da pesquisa
Fonte: Elaboração própria.

A natureza da pesquisa é aplicada, uma vez que, “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, e envolve verdades e interesses locais” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Assim, os resultados das eficiências municipais e a identificação de fatores exógenos e endógenos auxiliará o processo de tomada de decisão do gestor público, para dirimir as influências ou continuar a boa gestão, com intuito de maximizar o uso dos gastos públicos ampliando, consequentemente, o bem-estar social da população local. E para a academia também, pois contribui para a reformulação e ampliação das teorias.

O objetivo da pesquisa é descritivo e tem o propósito de descrever as características de uma população ou acontecimento específico, ou ainda, determinar associação de variáveis e a natureza dessa relação. Como, por exemplo, “estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra, etc.” (GIL, 2002, p. 42).

A abordagem é quantitativa quando “requer o uso de recursos e técnicas de estatística, procurando traduzir em números os conhecimentos gerados pelos pesquisadores”, afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 128). Já a abordagem é qualitativa quando o “ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 128). As duas abordagens são utilizadas na tese, pois a primeira compreende a mensuração da eficiência e a identificação dos fatores exógenos, e a segunda ocorre quando se busca a identificação dos fatores exógenos. Pois estes não estão delimitados e muitas vezes quantificados, podendo estar baseados em fatores subjetivos de gestão pública.

A coleta de dados baseia-se nos secundários, que compreendem “aqueles já disponíveis, acessíveis mediante pesquisa bibliográfica e/ou documental” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 102). No caso desta tese, estes se encontram disponíveis e confiáveis nas bases de dados públicas, como por exemplo, nos endereços eletrônicos do IBGE, Finanças do Brasil (FINBRA) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

Os procedimentos técnicos referem-se à forma escolhida para a coleta de dados, que neste estudo foram a pesquisa bibliográfica, documental e *ex-post-facto*. A pesquisa bibliográfica compreende as fontes consultadas, que podem ser livros, publicações periódicas e impressos diversos (GIL, 2002, p. 44). Os livros consultados foram de leitura corrente

(obras literárias) e de referência informativa (dicionários e anuários), em versões físicas e virtuais. As publicações periódicas (jornais e revistas) foram consultadas somente em plataformas virtuais.

As fontes que compreendem a pesquisa documental são aquelas que não receberam tratamento aprofundado ou que já receberam algum tratamento, e diversificam as fontes bibliográficas pela sua variedade, como, por exemplo, “os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas” (GIL, 2002, p. 46). Estes podem ser de primeira mão (regulamentos, boletins, ofícios, e outros) e de segunda mão (relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas e outros), como os utilizados neste estudo.

O procedimento é *ex-post-facto* fatos do passado, buscando identificar relações entre as variáveis (GIL, 2002, p. 49). Esse tipo de pesquisa “é muito utilizada nas ciências sociais, pois permite a investigação de determinantes econômicos e sociais do comportamento da sociedade em geral”, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 65). A tese analisa a eficiência da gestão pública com base em dados de 1990 a 2010. Na sequência busca a identificação dos fatores exógenos e endógenos que possam estar relacionados à eficiência resultada.

Para isso, utiliza-se de métodos matemático-estatísticos variados como instrumentos da pesquisa, sendo a correlação, a DEA e os métodos diversos de Regressão Linear Múltipla, que estão descritos nos próximos tópicos.

4.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada seguindo nove processos, conforme mostra o diagrama disposto na Figura 6. Esses processos foram executados em cinco etapas. A Etapa 1 compreende os seis primeiros processos: formulação do problema, construção das hipóteses, operacionalização das variáveis, elaboração dos instrumentos de coleta de dados, coleta e tratamento dos dados e seleção da amostra. Para elaborar esses processos, a Etapa 1 teve por base a revisão bibliográfica sobre o EBES disposto no Capítulo 2 e os estudos precursores apresentados e discutidos no Capítulo 3.

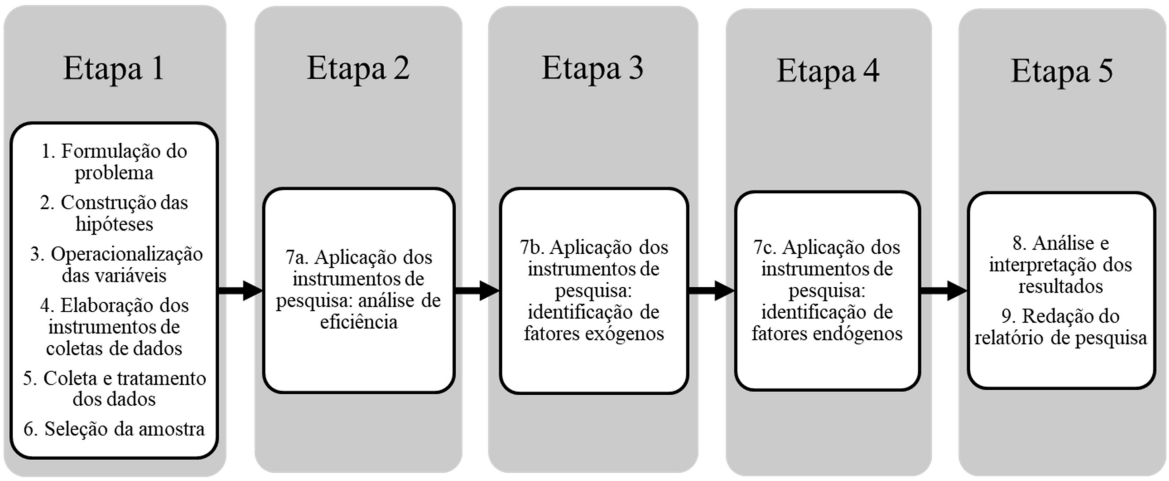


Figura 6 – Diagrama da pesquisa
Fonte: Elaboração própria.

O sétimo processo da Figura 6 – Aplicação dos instrumentos de pesquisa (7a, 7b, e 7c) compreende as Etapas 2, 3 e 4, em que ocorre a aplicação dos instrumentos de pesquisa. E a Etapa 5 corresponde aos demais processos, análise e interpretação dos resultados e redação do relatório de pesquisa, concluindo assim o estudo. Essas cinco etapas são descritas detalhadamente nos tópicos a seguir.

4.2.1 Etapa 1: Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica sobre o EBES buscou abordar a evolução histórica e desenvolvimento teórico até à década de 2000, pois é o período estudado na tese. Assim, as literaturas consultadas foram direcionadas à temática, desconsiderando os estudos com viés político-partidário. Buscou-se, ainda, definir o EBES e relatar sobre seus acontecimentos no Brasil, e as influências internacionais no seu desenvolvimento local.

Já a revisão bibliográfica sobre a gestão do gasto público para promover EBES mostrou-se mais complexa, devido à existência do modesto número de estudos sobre a temática na literatura nacional e internacional. Isso foi constatado em um levantamento prévio para a elaboração do projeto desta tese. Assim, optou-se pela ampliação do escopo da pesquisa, que anteriormente tinha somente o termo bem-estar social (*social welfare*) e sinônimos relacionados à eficiência.

Então, foram incluídos todos os estudos que abordassem a análise de eficiência dos recursos públicos, sendo receitas ou gastos públicos, mesmo que não indicassem

explicitamente que o propósito era em detrimento do bem-estar social dos cidadãos nos municípios, estados ou países.

Os estudos que tratam da relação entre gasto público e crescimento econômico (PIB) ou contextualizam eficiência social com riqueza não foram incluídos na pesquisa, devido a dois motivos principais: evolução do conceito de bem-estar e a relação entre gasto e crescimento econômico. A concepção de bem-estar, no período pós Segunda Guerra Mundial, estava atrelada aos fatores econômicos, sendo modificada nas últimas décadas para interação com os processos sociais, políticos, econômicos e culturais do ser humano social (GOUGH, 2005). A conexão entre o gasto público e o crescimento econômico é amplamente abordada na literatura teoricamente ou estatisticamente. Mas essa relação "não é constante e linear ao longo do tempo, existem limites a partir dos quais os acréscimos não são produtivos, além da endogeneidade observável" (QUEIROZ; POKER JR., 2012, p. 114).

Dessa forma, os critérios de busca seguiram a ordem de inclusão:

- 1º critério: Ter nas palavras-chave, no título ou no resumo umas das palavras: gasto/despesa/recurso/investimento/transferência/receita pública;
- 2º critério: Ter aplicação de um dos métodos: DEA, FDH ou SFA;
- 3º critério: Ter como variável de *input* do método a representação monetária ou percentual do (a) gasto/despesa/recurso/investimento/transferência/receita pública em mais de duas funções da administração pública;
- 4º critério: Ter como objetivo, explícito ou implícito, a gestão do gasto público para a promoção do bem-estar social;
- 5º critério: Ser artigo, *report*, *working paper* ou tese.

Para sintetizar e, também, permitir uma comparação nacional e internacional do tema, a pesquisa foi separada por local da publicação em dois grupos: nacional, se foi publicada em periódicos do Brasil, e internacional, se foi publicada em periódicos de outros países, se publicada nos idiomas português, inglês ou espanhol. As consultas nacionais foram realizadas nas bases da Scielo, Spell e Google Acadêmico, e as consultas internacionais tiveram por base a Scopus. A busca dos termos indicados no 1º critério foi feita em português e inglês, sendo lidos estudos em português, inglês e espanhol. As publicações foram consideradas até 31 de dezembro de 2019.

A inclusão ou exclusão foi realizada somente após a leitura do resumo e, em alguns casos, da metodologia, devido ao resumo não descrever o método ou as variáveis

utilizadas. Em seguida, o estudo selecionado foi lido integralmente e adicionado à base. As referências dos estudos selecionados também foram analisadas para aumentar o número de inclusões, desde que cumprissem os cinco critérios. Além de realizar uma revisão sobre o estado da arte, a determinação destes critérios foi tomada para que os estudos precursores sirvam de base para a escolha das variáveis do modelo DEA e da regressão, e os resultados destas técnicas possam ser comparados com os estudos levantados.

A pesquisa foi iniciada em âmbito nacional, resultando em 254 trabalhos nas três bases, sendo selecionados 21 estudos (Quadro 1 – Capítulo 3) que cumpriam os cinco critérios de inclusão, destes 18 são artigos e três são teses (GUERREIRO, 2019; JUBRAN, 2006; SODRÉ, 2019). No âmbito internacional foram identificados 977 trabalhos, sendo admitidos 36 estudos. Também foram acrescentados 10 artigos de citações, que resumidamente estavam apresentados nos estudos de Afonso e Fernandes (2008) e Kalb, Geys e Heinemann (2012). Destes 46 estudos, 45 são artigos e um é tese (Quadro 2 – Capítulo 3).

Alguns estudos não foram adicionados às estatísticas relatadas anteriormente sobre eficiência para promoção do bem-estar social, devido aos critérios de inclusão determinados. Dentre os diversos estudos disposto na literatura, foram considerados relevantes para o debate: a dissertação Araújo Neto (2016), o artigo do XVIII Congresso Brasileiro de Custos (2011) elaborado por de Reis, Drumond e Silveira (2011), e a revisão de literatura desenvolvida por Narbón-Perpiñá e De Witte (2018a,b), que corresponde a dois artigos.

4.2.2 Etapa 2: Análise de eficiência

4.2.2.1 Análise Envoltória de Dados (DEA)

A Análise Envoltória de Dados (DEA) é o método não-paramétrico mais utilizado em estudos de análise de eficiência, demonstrado pelo expressivo número de publicações em inglês, que passaram de 10 mil entre 1978-2016 (EMROUZNEJAD; YANG, 2018). Da mesma forma que a aplicação da DEA aumentou com o passar dos anos, os modelos matemáticos também foram melhorados, adaptados e complementados, variando em mais de 200 tipos (LIU et al., 2013).

Entretanto, a revisão dos estudos precursores apontou que a maioria dos estudos que analisaram a eficiência do gasto público aplicaram os modelos básicos iniciais da DEA (CRS e VRS). Assim, o modelo aplicado na tese será o VRS orientado aos *outputs*, de Banker, Charnes e Cooper (1984), que segue o modelo matemático apresentado nas equações 4.1, 4.2 e 4.3.

$$\sum_{r=1}^{s} u_r y_{r0} - u_0 \tag{4.1}$$

Sujeito a:

$$\sum_{r=1}^{s} u_r y_{rj} - \sum_{i=1}^{m} v_i x_{ij} - u_0 \leq 0\,, \qquad j = 1, \dots, n, \tag{4.2}$$

$$\sum_{i=1}^{m} v_i x_{i0} = 1\,, \qquad u_r, v_i \geq 0, \tag{4.3}$$

Onde: v_i: pesos dos *inputs*; u_r: pesos dos *outputs*; x_{ij}: *inputs* j da DMU_j; y_{rj}: *outputs* j da DMU_j; e u_0: fator de escala.

O modelo de retornos variáveis é adequado às análises do setor público, pois o gasto público não gera efeitos proporcionais ao ser aplicado, como no setor privado, não operando em uma escala ótima (MACIEL; PIZA; PENOFF, 2009). Isso pode ser justificado por questões legais e pelo efeito dos gastos no tempo (defasagem). Ademais, não é sabida a quantidade de produtos e serviços que serão gerados pela gestão pública.

A seleção da orientação aos *outputs* se deve ao fato de que a administração pública possui o controle do valor a ser gasto, mas não controla a quantidade de bens e serviços que pode produzir com determinados recursos (CHAN; KARIN, 2012). Assim, busca maximizar a produção com a quantidade de recursos existentes. Além disso, a gestão pública tem por objetivo a expansão da oferta de serviços públicos (SILVA; CRISÓSTOMO, 2019) e a maximização do bem-estar (COSTA et al., 2015).

Os pressupostos básicos da metodologia relacionados à homogeneidade, número de unidades analisadas (municípios) e tipos de dados, citados por Silva (2017, p. 50-51), são seguidos nesta tese.

4.2.2.2 Variáveis do modelo DEA

As variáveis selecionadas para o modelo DEA-VRS orientado aos *outputs* foram: um *input* e três *outputs*, conforme mostra o Quadro 6. A variável de *input* contempla todos os gastos públicos efetuados pelo município no período de dez anos dividido pelo número de habitantes no final da década (per capita), trazidos a preços correntes[45] do final da década. Essa variável demonstra a aplicação dos recursos públicos na promoção do bem-estar social. As três variáveis de *output* compreendem a variação decenal do IDH-Global, do número de habitantes e da infraestrutura básica (água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e esgoto). A variação das variáveis utilizadas corresponde à diferença do valor da mesma no final da década (2000 ou 2010) subtraída do seu valor no início da década (1990 ou 2000), com a finalidade de mensurar evolução ou não da mesma no período especificado. Para a variável da infraestrutura básica será aplicada a média simples na variação decenal do acesso à água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e esgoto. Essas variáveis demonstram as ações públicas realizadas com os recursos para a promoção do bem-estar social.

Quadro 6 – Descrição das variáveis de input e output selecionadas

Variável	Dados	Estudos referências
Input 1: Gasto público total per capita (GPT)[1], denominadas por GPT_99 e GPT_09.	1990 a 2009	Afonso e Fernandes (2006, 2008), Afonso e Venâncio (2013, 2016), Antonelli e De Bonis (2019), Dinca, Dinca e Andronic (2016), Guerreiro (2019), Jubran (2006), Rayp e van de Sijpe (2007), e Slijepcevic (2019)
Output 1: variação do IDH-Global (IDHG) [2], denominadas por IDHG_99 e IDHG_09.	1990, 2000 e 2010	Bikis (2011)*, Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015), Guerreiro (2019), Jubran (2006), Kuwahara et al. (2010)*, Maciel, Piza e Penoff (2009)*, Mericková et al. (2017)*, Shikida, Milton e Araújo Jr. (2007)*, e Silva, Kuwahara e Maciel (2012).
Output 2: variação do número de habitantes (POP)[3], denominadas por POP_99 e POP_09.	1990, 2000 e 2010	Afonso e Fernandes (2006, 2008), Afonso e Venâncio (2013, 2016), Dinca, Dinca e Andronic (2016), Guerreiro (2019), e Slijepcevic (2019).
Output 3: variação taxa de infraestrutura básica: cobertura urbana de domicílios com acesso a água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e esgoto em média (INFRA)[3], denominadas por INFRA_99 e INFRA_09.	1990, 2000 e 2010	Afonso e Fernandes (2006, 2008), Afonso e Venâncio (2013, 2016), Balaguer-Coll et al. (2002), Benito et al. (2010), Bikis (2011), Cribari-Neto e Pereira (2014), Dinca, Dinca e Andronic (2016), Gasparini e Miranda (2011), Guerreiro (2019), Jubran (2006), Machado, Irffi e Benegas (2011), Monkam (2014), Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014), Sampaio de Sousa e Ramos (1999), Silva et al. (2012), Stastná e Gregor (2015), Worthinngton (2000).

Fonte: Dados coletados nas bases do [1]FINBRA (2020), [2]ATLAS BRASIL (2010) e [3]IPEADATA (2020).
*Utilizou o IDH Global.

[45] Deflacionado com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível no site do Portal Brasil (2017), seguindo as orientações de conversão do IPEA: Histórico das alterações da moeda nacional.

O período de coleta de dados compreende os anos de 1990 a 2010, entretanto as análises de eficiência serão aplicadas por década, sendo assim, serão aplicados dois modelos DEA, um para a década 1990 e outro para a de 2000. Os resultados das eficiências serão comparados, buscando identificar evolução nos períodos estudados. Esta análise longitudinal é um dos diferenciais da tese, haja visto que, com base nos estudos nacionais mostrados no Capítulo 3 sobre a análise de eficiência não contemplam tal período.

A população selecionada compreende os 5.565 municípios brasileiros instalados até 2010. Estes municípios serão analisados no modelo DEA em conjunto nos seus estados, devido a estarem subordinados às legislações estaduais e aos critérios de transferências. Com a análise por estados busca-se, também, agrupar as características sociais, econômicas, geográficas e culturais de cada município em seu estado. Sendo assim, serão aplicados 26 modelos DEA, um para cada estado, em dois períodos (1990-2000), totalizando 47 modelos aplicados[46]. Os resultados da eficiência serão apresentados em tabelas e representados em mapas temáticos por estados, sendo um para cada década. O resultado da eficiência do modelo DEA será denominado pela variável de eficiência em cada década: EFI_99, para os dados de 1990 e 1999, e EFI_09, para os dados de 2000 a 2009.

Além de justificar a escolha das variáveis do modelo DEA com os estudos referenciais apresentados no Quadro 5, foi aplicado o Coeficiente de Correlação de Pearson e a Regressão Linear Simples (RLS) nas variáveis de *input* (independente) e *outputs* (dependentes). Foram aplicadas 141 regressões, sendo uma para cada estado estudado, em cada década e para as três variáveis, correspondendo a 63 aplicações para o primeiro decênio (21 estados x 3 variáveis dependentes) e 78 aplicações para o segundo decênio (26 estados x 3 variáveis dependentes). Destaca-se que, não foram aplicadas RLS para os estados com dados faltantes: Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Estes testes estatísticos indicarão a relação linear positiva ou negativa ou a associação sistemática das variáveis utilizadas. Essa aplicação auxiliará na resposta da H1, para demonstrar se os gastos públicos promovem o bem-estar social nos municípios estudados. A conclusão desta etapa cumpre o primeiro objetivo da tese quanto à mensuração

[46] Devido à ausência de dados para cinco estados (Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins) na década de 1990, não foram aplicados 52 modelos DEA. Esta ausência de informações está relacionada à criação de novos municípios, demora da instalação do município após seus desmembramentos do município-mãe, falta de declaração dos valores, ou até mesmo, falta de divulgação pelos órgãos públicos competentes (SAMPAIO DE SOUSA; RAMOS, 1999).

de eficiência dos municípios brasileiros na gestão dos gastos públicos para promoção do bem-estar social.

A Regressão Linear Múltipla (RLM) será aplicada com o percentual de eficiência DEA resultada (dependente) e as variáveis exógenas (independentes) para determinar a existência de associação sistemática entre elas. Ou seja, será aplicada para identificar as variáveis externas à gestão pública que podem impactar na promoção do bem-estar social, testando assim a H2. A RLM (KELEJIAN; OATES, 1978) é representada pela equação 4.4.

$$Y_i = \alpha + \beta x_i + u_i \quad (4.4)$$

Onde: x: variável independente (i = 1, 2,..., n); Y: variável dependente (i = 1, 2,..., n); α: constante; β: coeficiente de regressão; e u: erro aleatório.

O sinal dos coeficientes na regressão indica a relação positiva ou negativa entre a variável dependente e independente. Entretanto, há necessidade de que o nível de significância estatística (*P-value*) seja menor que 10% no valor do coeficiente para que a variável independente apresente impacto na dependente. O percentual de significância determinado neste estudo foi para seleção de variáveis que resultarem valor menor que 5% (*P-value*<0,05), devido à quantidade de variáveis aplicadas da RLM. Para isso, foi aplicada a estimação gradual (*stepwise*) na RLM, com seleção restritiva a 5%: *stepwise, pr(.05)*. O coeficiente com sinal positivo e significância estatística indica que se houver um aumento na variável independente, causará um aumento na dependente. Caso o coeficiente tenha um sinal negativo e significância estatística, o contrário ocorre. A identificação de multicolinearidade foi testada pelo fator de inflação da variância (*Variance Inflation Factor – VIF*), sendo considerado neste estudo o valor abaixo de dois (VIF<2) para cada variável.

Os dados das variáveis serão tratados em planilhas eletrônicas. As análises das estatísticas descritivas, a correlação, a RLM e a aplicação da DEA serão realizadas no software estatístico STATA® 14.1, mediante o uso dos comandos: *summarize*, *correl, stepwise, pr, regress, vif* e *dea* (JI; LEE, 2010).

A divisão territorial estadual (dados geoespaciais de referência: malha municipal) aplicada nas cartografias para disposição dos percentuais de eficiência municipais resultados nas duas décadas estudadas, corresponde aos dados do IBGE referentes a 2021. Essa disposição dos dados na divisão territorial de 2021 foi realizada com intuito de padronizar as

imagens e facilitar a comparação das eficiências por meio da cartografia, mesmo que o conjunto amostral não seja o mesmo. Devido à instituição de novos municípios, em quase todos os estados, nas décadas de 1990 e 2000, as figuras que apresentam os percentuais de eficiência para a década de 1990 vão mostrar mais municípios com ausência de dados.

Ademais, com essa padronização é possível dar continuidade aos estudos futuros, focando na análise de eficiência municipal da década seguinte (2010), tendo por base os municípios com dados disponíveis. Possibilitando, assim, o acompanhamento da evolução das eficiências quanto à promoção do bem-estar social municipal. Os mapas temáticos foram elaborados no programa de cartomática Philcarto.

4.2.3 Etapa 3: Identificação dos fatores exógenos

A identificação dos fatores exógenos à eficiência tem por intuito encontrar variáveis que expliquem os resultados gerados pela DEA nos municípios, correspondendo ao segundo objetivo da tese. Com isso, o gestor público pode utilizar a informação resultada para tomada de decisão, ou seja, tentar tratar os fatores determinantes. Considerando um novo cenário, seja com impacto positivo, implicando em continuação da aplicação do gasto ou política pública, ou impacto negativo, o gestor público pode criar formas para dirimir as ações da variável no município.

Essa hipótese da existência de fatores externos à gestão pública, que não podem ser controlados diretamente pelos gestores públicos, que influenciam na eficiência dos municípios, não é recente, pois já foi testada pelos estudos iniciais de Borger e Kerstens (1996b) e Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005).

Alicerçando-se nos 67 estudos precursores, com suas 794 variáveis de *input*, *output* e regressão (18 grupos apresentados no Capítulo 3), e outras variáveis identificadas em estudos na área de eficiência da gestão do gasto público[47], foi elaborada a Hipótese 2 (H2): A

[47] O estudo prévio de Silva et al. (2018) motivou a seleção de variáveis do Grupo Agrícola, que não foram aplicadas nos 67 estudos selecionados na revisão elaborada no Capítulo 3. Estas variáveis representam a produção agrícola e assentamento, realizados nas décadas de 1990 e 2000. A utilização destas variáveis justifica-se pela importância econômica, gerada pela instituição de políticas públicas instituídas e pela modernização do setor agrícola brasileiro na década de 1970, que juntamente com a abundância de recursos naturais, promoveu o Brasil ao patamar de maiores produtores do mundo nos últimos 40 anos, conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (2018). Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 08 dez. 2020.

eficiência da gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas é impactada por fatores exógenos de:

- Hipótese 2.1 (H2.1): Agricultura;
- Hipótese 2.2 (H2.2): Geografia;
- Hipótese 2.3 (H2.3): População;
- Hipótese 2.4 (H2.4): Renda;
- Hipótese 2.5 (H2.5): Ocupação, e;
- Hipótese 2.6 (H2.6): Segurança.

Os grupos das variáveis possuem diversos fatores e cada um foi testado individualmente, pela Regressão Linear Múltipla, somente nos municípios do estado de São Paulo. Então, foram aplicadas 12 regressões no estado, sendo seis para cada década estudada. No Quadro 7, estão dispostas as variáveis selecionadas para identificação dos fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas e as quantidades de variáveis por década estudada, contemplando pouco mais de 600 variáveis.

Quadro 7 – Variáveis utilizadas para identificação dos fatores exógenos nos municípios paulistas

Grupo	Quantidade (década)	Descrição geral*
Agricultura	18 (1990) 36 (2000)	Número de famílias assentadas; capacidade de assentamentos; área para assentamento em hectare; número de projetos de assentamentos; área colhida (em hectare) de: algodão arbóreo, amendoim, banana, cacau, café, cana-de-açúcar, batata inglesa, feijão, milho, soja, tomate, trigo, uva e pimenta do reino.
Geografia	12 (1990) 12 (2000)	Porte do município (pequeno I, pequeno II, médio, grande e metrópole); capital estadual; distância da capital; e área geográfica em quilômetros quadrados (Km^2), por ano de alteração.
População	124 (1990) 146 (2000)	População feminina e masculina por faixa etária; população rural, urbana e total; população total em domicílios particulares permanentes e exceto com renda nula.
Renda	70 (1990) 146 (2000)	Renda per capita por faixas; Índice de Gini e Theil; percentuais de pobreza, vulnerabilidade, renda apropriada pelos mais ricos e pobres, média, renda proveniente do trabalho, ambos por faixa; razão de riqueza e pobreza, ambos por faixa.
Ocupação	18 (1990) 36 (2000)	Grau de formalização do trabalho de pessoas ocupadas; percentual dos ocupados por nível de escolaridade, idade e setor de atuação; e taxa de atividade por idade.
Segurança	12 (1990) 12 (2000)	Número de homicídios de jovens, feminino, masculino; número de homicídios e vítimas de acidente de trânsito.

Fonte: Dados coletados nas bases do IPEA (2020), DATASUS (2020) e IBGE (2020).
Nota: *ver Apêndice E para descrição detalhada das variáveis e nomenclatura específica de cada uma delas.

O segundo decênio estudado possui mais variáveis analisadas, devido à utilização de variáveis do decênio anterior, para cálculo da variação de cada variável em cada década,

com intuito de identificar a existência de influência destas na promoção do bem-estar social na década seguinte.

4.2.4 Etapa 4: identificação dos fatores endógenos

A identificação dos fatores endógenos à eficiência tem por intuito encontrar variáveis que expliquem os resultados gerados pela DEA nos municípios paulistas, correspondendo ao terceiro objetivo da tese. Essa busca pela identificação dos fatores endógenos compreende uma etapa quantitativa e uma qualitativa, sendo a primeira para testar as hipóteses levantadas e, a segunda, para coletar informações sobre ações relacionadas à gestão municipal. Dessa forma, foi levantada a Hipótese 3 (H3): A eficiência da gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas é influenciada por fatores endógenos de:

- Hipótese 3.1 (H3.1): Educação;
- Hipótese 3.2 (H3.2): Infraestrutura, e;
- Hipótese 3.3 (H3.3): Saúde.

Os grupos que correspondem às variáveis das três primeiras sub-hipóteses possuem diversos fatores a serem estudados, então cada grupo foi testado individualmente, pela Regressão Linear Múltipla, e somente nos municípios do estado de São Paulo. Então, foram aplicadas seis regressões, sendo duas para cada década estudada. No Quadro 8, estão dispostas as variáveis selecionadas para identificação dos fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas e as quantidades de variáveis por década estudada, contemplando 600 variáveis.

Quadro 8 – Variáveis utilizadas para identificação dos fatores endógenos nos municípios paulistas

Grupo	Quantidade (década)	Descrição geral*
Educação**	112 (1990) 124 (2000)	Expectativa de anos de estudos; taxas de analfabetismo e frequência à escola, por idade e ano de ensino; percentual por idade e ano de ensino em atraso; percentual de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo e de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos.
Infraestrutura	14 (1990) 14 (2000)	Percentual da população em domicílios com água encanada, com banheiro e água encanada, com densidade > 2, com coleta de lixo, com energia elétrica, com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, e sem energia elétrica.
Saúde**	168 (1990) 168 (2000)	Esperança de vida; taxa de mortalidade, fecundidade e envelhecimento, probabilidade de sobrevivência; número de internações, óbitos e taxa de

		mortalidade, por capítulo da Classificação Internacional de Doenças (CID); número de estabelecimentos, leitos e pessoas atendidas, em hospitais municipais, estaduais e federais; número de profissionais em atendimento (médicos, técnicos, enfermeiros, auxiliares, e outros).

Fonte: Dados coletados nas bases do IPEA (2020), DATASUS (2020) e IBGE (2020).
Nota: *ver Apêndice E para descrição detalhada das variáveis e nomenclatura específica de cada uma delas. **Algumas variáveis destes grupos não são exclusivamente gerenciadas pelo poder público municipal, tendo parcerias/atuação em conjunto com as esferas estaduais e municipais, mas foram consideradas como variáveis endógenas neste estudo.

O segundo decênio estudado possui mais variáveis analisadas, devido à utilização de variáveis do decênio anterior, para cálculo da variação de cada variável em cada década, com intuito de identificar a existência de influência destas na promoção.

A conclusão desta etapa cumpre o terceiro objetivo da tese quanto à identificação de fatores endógenos.

4.2.5 Etapa 5: Análise e interpretação dos resultados

Esta etapa compreende a análise e interpretação dos dados e resultados gerados nas Etapas 2, 3 e 4, buscando atingir o quarto objetivo da tese: comparar os resultados das eficiências municipais e os fatores exógenos e endógenos identificados, em cada década, e em seus respectivos estados, região geográfica, nacionalmente ou no estado de São Paulo.

Na sequência, foi elaborada a redação do relatório da pesquisa com os achados das etapas anteriores e a discussão com os achados dos estudos da literatura nacional e internacional, apresentados nos Capítulo 3. Ao fazer essa relação, cumpre-se o último objetivo da tese.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DAS EFICIÊNCIAS MUNICIPAIS

Neste capítulo são apresentados os dados coletados para cada município, sendo analisados em seus respectivos estados, buscando atender as premissas da metodologia DEA. A descrição dos dados inicia com a apresentação daqueles disponíveis para os municípios de cada estado e as estatísticas descritivas dos mesmos, sendo comparados regional e nacionalmente. Na sequência, são descritos os dados e as eficiências dos municípios que promovem bem-estar social e daqueles resultaram em menores taxas de eficiência, quando comparados em seus estados. Os resultados foram separados por estados, sendo apresentados em suas respectivas regiões geográficas e comparados os achados da tese com a literatura.

5.1 DISPONIBILIDADE DOS DADOS NOS ESTADOS

Os resultados tabelados, nas seções a seguir sobre cada estado, correspondem aos municípios eficientes, que serão comparados com os ineficientes por meio de cartografia. Os municípios com dados faltantes foram listados no Apêndice C, relacionado ao seu estado e ao seu período de ausência de dados. Os dados e as eficiências resultantes para todos os municípios participantes do estudo foram disposto no Apêndice D, compreendendo somente os municípios com dados completos para todas as variáveis.

O primeiro recenseamento que abrangeu todo o território brasileiro foi em 1872, contabilizando 642 municípios inicialmente, até a evolução das emancipações chegarem a 5565 em 2010 (ver ANEXO 1). A partir dos registros, foi possível acompanhar as mudanças acerca dos limite territoriais, alterações de nomes e grafias dos municípios, expansão do território nacional, e a criação de novos estados e municípios. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela expansão significativa do número de municípios, fomentada por mudanças no sistema de tributos partilhados, que direcionaram recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) àqueles mais pobres (IBGE, 2011).

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, foi concedida aos estados a competência para legislar sobre os critérios de emancipação municipal (número de habitantes, número de eleitores, arrecadação, infraestrutura básica, aprovação em plebiscito, entre outros) e, também, foi garantida a autonomia aos municípios brasileiros (IBGE, 2011). Com isso, houve um aumento significativo no número de municípios criados no país na

primeira década após o advento da nova constituição, de 4.491 (1991) para 5.507 (2000), conforme disposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Criação de municípios e dados completos disponíveis para as décadas de 1990 a 2000

R*	Estado	Número de municípios existentes			Número de municípios criados		Número de municípios com dados completos	
		1991	2000	2010	1991- 99	2000-10	1991- 99	2000-10
Norte	Acre	12	22	22	10	0	9	17
	Amapá	9	16	16	7	0	0	7
	Amazonas	62	62	62	0	0	0	38
	Pará	105	143	143	38	0	11	68
	Rondônia	23	52	52	29	0	0	42
	Roraima	8	15	15	7	0	0	10
	Tocantins	79	139	139	60	0	0	94
Nordeste	Alagoas	97	101	102	4	1	54	83
	Bahia	415	415	417	0	2	254	307
	Ceará	178	184	184	6	0	74	154
	Maranhão	136	217	217	81	0	19	98
	Paraíba	171	223	223	52	0	98	190
	Pernambuco	168	185	185	17	0	45	167
	Piauí	118	221	224	103	3	32	137
	Rio Grande do Norte	152	166	167	14	1	53	126
	Sergipe	74	75	75	1	0	52	66
Centro-Oeste	Goiás	211	242	246	31	4	114	212
	Mato Grosso	95	126	141	31	15	65	101
	Mato Grosso do Sul	72	77	78	5	1	36	76
Sudeste	Espírito Santo	67	77	78	10	1	53	69
	Minas Gerais	723	853	853	130	0	580	771
	Rio de Janeiro	70	91	92	21	1	53	71
	São Paulo	572	645	645	73	0	519	588
Sul	Paraná	323	399	399	76	0	299	373
	Rio Grande do Sul	333	467	496	134	29	281	443
	Santa Catarina	217	293	293	76	0	148	278
	Total	**4.491**	**5.507**	**5.565**	**1.016**	**58**	**2.849**	**4.586**

Fonte: Adaptado de IBGE (2010)[48]. R*: Região Geográfica.

Na década de 1990, 1.016 novos municípios foram instituídos, em sua maioria (acima de 50 novos municípios), nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e Paraíba. Na década seguinte, a

[48] IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html>. Acesso em: 12 ago. 2019.

quantidade de novos municípios criados foi pequena quando comparada à década anterior. Os 58 novos municípios brasileiros foram instituídos, principalmente, nos estados do Rio Grande do Sul (29) e Mato Grosso (15). O estado do Amazonas foi o único que não criou novos municípios nestes períodos.

Devido à instituição dos novos municípios nas duas décadas supracitadas, há ausência de informações contábeis e fiscais disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para todos os anos analisados neste estudo, conforme listados na Tabela 1. Ademais, diversos municípios, mesmo tendo sido instituídos antes da década de 1990, não repassaram suas informações contábeis e fiscais em determinados anos. Assim, o número de municípios com dados completos disponíveis na base do STN é insatisfatório para atender a população estudada em cada década. Assim, o número de municípios com dados completos foi de 2.849 (1990-1999) e 4.586 (2000-2009), representando 63% e 83%, respectivamente e proporcionalmente, ao número de municípios existentes no início de cada década (4.491 e 5.507). Desta forma, os estados do Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins não foram analisados quanto à eficiência para a década de 1990 (ver Apêndice C).

A ausência de dados contábeis para os municípios brasileiros em cada ano está representada na Figura 7. O número de dados contábeis faltantes totais foi 10.284 (entre 1990-1999) para 1.642 municípios (37%) e de 1.510 (entre 2000-2009) para 921 municípios (17%). Demonstrando, assim, que na primeira década, o número de municípios com dados faltantes é maior do que na segunda década. Isso pode ser justificado pelo número de municípios criados em cada década, que passou de 1.016 para 58, que acompanha proporcionalmente as ausências de dados municipais apresentadas.

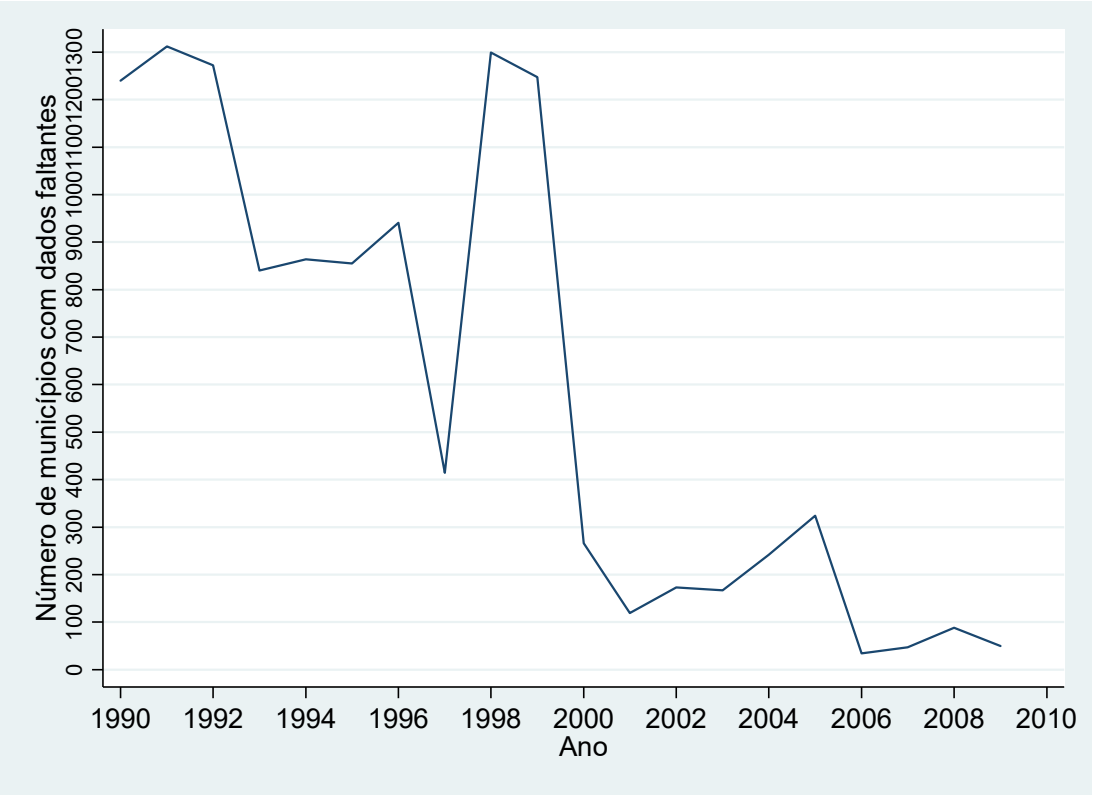


Figura 7 – Número de municípios com dados faltantes por ano (1990-2009)
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados no FINBRA (2020).

Os dados contábeis anuais faltantes representam uma quantidade significativa de municípios nos decênios estudados. Mas, não foi realizado qualquer tipo de complementação destes dados faltantes municipais para utilização da população. Ou seja, não foi aplicada média, maior ou menor valor do período, em qualquer ano faltante para validar a utilização de mais municípios no estudo.

Os estados do Paraná e São Paulo tinham a maior disponibilidade de dados nos dois períodos estudados, sendo 91% e 93%, consecutivamente. Mas não correspondem aos mesmos municípios em cada amostra. Sendo assim, para estes estados e os demais, há uma limitação de análise, devido à ausência de dados para os mesmos municípios, não permitindo assim uma comparação fidedigna em uma amostra heterogênea. Entretanto, nas seções 5.3.1 a 5.3.5, as eficiências estaduais foram analisadas e comparadas em cada período, exceto, aqueles que dispunham de dados para os dois decênios (Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins).

5.1.1. Estatística descritiva das variáveis do modelo DEA

Na década de 1990, havia 2.849 municípios com dados disponíveis para análise de eficiência DEA em seus respectivos estados (Tabela 1). Essa amostra apresentou valor mínimo de gasto público per capita (GPT_99) de R$ 18.741,33 (Nossa Senhora do Socorro/SE) e máximo de R$ 1.325.536,62 (Guarani D'Oeste/SP), conforme dados disposto na Tabela 2. Na década de 2000, os valores mínimo e máximo do GPT_09 foram de: R$ 14.794,65 (Paço do Lumiar/MA) e R$ 804.877,35 (Ipueiras/TO), respectivamente (Tabela 3). A primeira década apresentou gastos maiores do que na segunda. Essa variação pode ser justificada pelo desgaste econômico (hiperinflação) ocorrido no país no final da década de 1980, que promoveu a implementação de medidas de controle das altas taxas de inflação, a transição de moedas. E, também, pela descentralização e redistribuição de tributos aos municípios, pelo aumento dos gastos em áreas sociais e pelas necessidades de financiamento operacional do setor público (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999; REZENDE, SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis DEA dos municípios com dados completos: 1990-1999

Estatística	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99
Mínimo	R$ 18.741,33	0,04	0	0,00
Média	R$ 106.791,19	0,14	4.354	14,08
Desvio-padrão	R$ 67.857,82	0,03	13.183	10,99
Máximo	R$ 1.325.536,62	0,26	285.977	71,78

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3 – Estatística descritiva das variáveis DEA dos municípios com dados completos: 2000-2009

Estatística	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09
Mínimo	R$ 14.794,65	0,03	0	0,00
Média	R$ 56.511,96	0,13	4.213	12,90
Desvio-padrão	R$ 30.224,11	0,04	19.947	13,66
Máximo	R$ 804.877,35	0,33	816.300	76,89

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos dados de variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura, é possível visualizar uma proximidade entre os valores das estatísticas mínimo e média, nas duas décadas, conforme disposto nas

Tabela 2 e Tabela 3. Os valores do desvio-padrão e máximo apresentam distanciamento, principalmente na variação da população, que teve uma diferença significativa no valor máximo, na década de 2000. Os municípios que tiveram a menor

variação de IDH-Global nas décadas foram Divina Pastora (SE) e Maravilha (AL) em 1990 e Balbinos (SP) em 2000, e os maiores valores foram alcançados pelos municípios de Santa Fé de Minas (MG) em 1990 e Mateiros (TO) em 2000.

A variação da população teve valor máximo de 285.977 (Guarulhos/SP) na década de 1990, e de 816.300 (São Paulo/SP) na década de 2000, devido á diversas capitais e regiões metropolitanas não terem feiro parte da amostra, principalmente no primeiro decênio (ver Apêndice C). Na primeira década, nenhuma capital estadual teve aumento de mais de 100 mil habitantes, somente os municípios de: Betim, Uberlândia e Ribeirão das Neves (MG); Jaboatão dos Guararapes (PE); Nova Iguaçu, São Gonçalo e Duque De Caxias (RJ); e Guarulhos, São Bernardo Do Campo, Campinas, Sorocaba e Itaquaquecetuba (SP). Já na segunda década, 17 capitais apresentaram uma variação acima de 100 mil habitantes: Maceió (AL), Manaus (AM), Macapá (AP), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), São Luís (MA), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Belém (PA), João Pessoa (PB), Recife (PE), Teresina (PI), Curitiba (PR), Aracaju (SE), Rio De Janeiro (RJ), e São Paulo (SP). Além desses municípios, aqueles que não são capitais, mas também apresentaram variação populacional acima de 100 mil habitantes: Aparecida de Goiânia (GO), Uberlândia (MG), São Gonçalo (RJ), Guarulhos e Campinas (SP). Os municípios que tiveram aumento populacional acima de 100 mil habitantes nas duas décadas foram Uberlândia (MG), São Gonçalo (RJ), e Campinas e Guarulhos (SP).

Os valores mínimos para a variação da população foram iguais à zero nas duas décadas, sendo identificados 800 municípios na primeira década e 1.254 municípios na segunda década com esse valor. A maioria dos municípios com esses valores está localizada nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, em ambas as décadas. Os valores iguais a zero representam os municípios que não tiveram aumento no número de habitantes na década atual quando comparado com a anterior. Entretanto, os municípios que apresentaram redução desse número, tiveram seus dados zerados, devido ao modelo DEA aplicado nesse estudo não aceitar valores negativos.

Os dados de infraestrutura (INFRA) mostram valor mínimo de zero para as duas décadas (Tabela 2 e Tabela 3), compreendendo 59 municípios na década de 1990 e 42 municípios na década de 2000. Em ambas as décadas, a maioria dos municípios com valores zero pertenciam ao estado de São Paulo, representando 58% e 64%. Os municípios paulistas de Poloni e Águas de São Pedro foram os únicos que não apresentaram variação nos dados de

infraestrutura para as duas décadas. A maioria dos municípios com dados de infraestrutura zerados tem menos de 10 mil habitantes, podendo não ter alta arrecadação, e, devido à insuficiência financeira, não conseguiram investir os recursos públicos em cobertura urbana de domicílios com acesso a água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e esgoto.

O município de Santo Antônio do Rio Abaixo (MG) e Vale do Anari (RO) foram os que apresentaram o valor máximo de variação na infraestrutura: 71,78 e 76,89; na década de 1990 e 2000, consecutivamente. Os altos valores da variação de infraestrutura podem ser justificados pela ausência de dados em anos anteriores, devido à falta de envio/coleta de dados por algum órgão, para os municípios que já existiam, fazendo com que o indicador ficasse alto quando o dado fosse registrado. Ou, ainda, pode ser que o município não tinha sido instituído na década anterior, registrando, assim, um alto valor de variação de infraestrutura disposta a sua população quando comparado à década anterior, como, por exemplo, o município de Vale do Anari (RO) que foi instituído em 1994.

Nas amostras de municípios estudados, nas duas décadas, foram identificados valores extremos (*outliers*) para todas as variáveis. A metodologia DEA orienta quanto à utilização de *outliers*, recomendando a remoção quando afetam, de forma significativa, os percentuais de eficiência (DYSON et al., 2001). Como, por exemplo, fazendo com que algum município resulte em eficiência ou deixe de ser eficiente por causa da presença do *outlier.* Entretanto, foi optado pela manutenção dos mesmos no conjunto amostral, pois os percentuais de eficiência DEA não foram afetados significativamente pela sua remoção dos *outliers.*

5.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO: GASTO PÚBLICO E BEM-ESTAR SOCIAL

O governo transforma os gastos públicos (*inputs*) em serviços de educação, saúde, auxílios, e outros (*outputs*) (BIKIS, 2011). O gasto público é o instrumento governamental mais importante na política fiscal, pois é por seu intermédio que o gestor público determina a execução de serviços públicos prioritários. Entretanto, há obstáculos em relacionar os resultados com a alocação do montante gasto. Assim, se for analisada somente a quantidade gasta a maior ou a menor faixa de dispêndios, não é possível determinar se o resultado alcançado foi devido a sua alocação ou a outros fatores (SILVA; CRUZ; IRFFI, 2013). Nesse sentido, há diversos fatores podem impactar na proporção do gasto público de forma direta ou indireta, como, por exemplo: “a renda nacional, a capacidade do governo em obter receitas,

problemas sociais, mudanças políticas, desenvolvimento tecnológico, gastos públicos em períodos anteriores, entre outros" (ARAÚJO; MONTEIRO; CAVALCANTE, 2010, p. 3).

Ademais, os *inputs* e *outputs* desse processo de gestão pública não são tão explícitos e idênticos para todos modelos de estado de bem-estar social. Assim, a seleção destas variáveis pode divergir entre os estudos, pois dependem da conjectura investigada e do conhecimento do estado de bem-estar social do pesquisador (BIKIS, 2011). Por isso que, ao aplicar metodologias de análise da gestão dos gastos públicos municipais é possível identificar se os mesmos promovem o bem-estar social, levando a uma possível cobrança social, caso sejam negativos, e a utilização como *benchmark*, caso seja positivo.

A seleção das variáveis aplicadas nos modelos DEA para análise das eficiências em cada estado brasileiro nas duas décadas estudadas teve por base a literatura nacional e internacional, em que os estudos utilizam como variáveis de *input* os gastos públicos e variáveis de *output* a variação do IDHG, da população populacionais e de infraestrutura, representando o bem-estar social, conforme disposto no Quadro 6 (seção 4.2.2.2).

O modelo DEA-VRS orientado aos *outputs* resultou naqueles municípios que melhor geriram seus recursos (GPT), promovendo um resultado maior possível de variação no IDHG, população e infraestrutura, ou seja, de bem-estar social, em cada estado brasileiro e em cada década estudada, considerando o conjunto amostral de municípios disponíveis. Além disso, este estudo buscou identificar a relação linear e a associação sistemática das variáveis de *input* e *output*, por meio da aplicação do Coeficiente de Correlação de Pearson e RLS, para atender H1.

A relação linear positiva entre a variável de *input* (GPT) e duas variáveis de *output* (IDHG e INFRA) foi identificada nas duas décadas estudadas para alguns estados (Tabela 4). Na década de 1990, os dados dos estados do Acre e Pará apresentaram correlação positiva entre o GPT e INFRA, sendo moderada (0,6672) para o primeiro e forte (0,8742) para o segundo. Os dados do estado do Pará demonstram correlação positiva alta (0,7497) entre as variáveis de GPT e IDHG. Na década de 2000, apenas o estado do Acre resultou em relação linear positiva, sendo alta (0,6807) entre as variáveis de GPT e INFRA. Os demais estados não apresentaram relação linear positiva moderada ou alta.

Tabela 4 – Coeficiente de Correlação de Pearson aplicado aos dados estaduais nas décadas de 1990 e 2000

Estado	Década 1990		Década 2000	
	Coeficiente	Variáveis	Coeficiente	Variáveis
Acre	0,6672	GPT/INFRA	0,6807	GPT/INFRA

Pará	0,7497	GPT/IDHG
	0,8742	GPT/INFRA

Fonte: Elaborado pela autora.

A Regressão Linear Simples foi aplicada 141 vezes às variáveis de *input* (independente: GPT) e *outputs* (dependentes: IDHG, POP e INFRA), sendo 63 para o primeiro decênio e 78 para o segundo, visando identificar a existência de associação sistemática entre elas. Os resultados indicam o *P-value*, o coeficiente angular e o coeficiente de determinação (R^2) para cada RLS aplicada em cada estado e decênio.

Os resultados das aplicações das RLS para a década de 1990 foram disposto na Tabela 5. O gasto público (GPT) influencia positivamente a variação do Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDHG) em 19 estados (90%); as exceções são dos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe (10%). O Pará se destaca nesse período, pois 56,2% da variação do IDHG podem estar vinculadas diretamente com a quantidade do gasto público realizado, com um aumento de 0,21% para cada R$1.000,00 investidos a mais. O Paraná (R^2 = 0,02%), São Paulo (R^2 = 0,026%) e Paraíba (R^2 = 0,033%) são os estados onde há a menor correspondência dessa interação. Entre os valores positivos do coeficiente, o estado de São Paulo (4,1E-09) é o que menos converte o GPT em IDHG, e o Pará (1,2E-06), é o maior (Tabela 5).

Tabela 5 – Resultados da Regressão Linear Simples aplicada às variáveis DEA (1990-1999)

R*	Estado	IDHG_99 ~ GPT_99		POP_99 ~ GPT_99		INFRA_99 ~ GPT_99		N
		P-Value (Coeficiente)	R^2	*P-Value* (Coeficiente)	R^2	*P-Value* (Coeficiente)	R^2	
Norte	Acre	0,4118 (3,9E-07)	9,81%	0,0374** (-0,1115)	48,39%	0,0496** (1,05E-04)	44,51%	9
	Amapá	-	-	-	-	-	-	-
	Amazonas	-	-	-	-	-	-	-
	Pará	0,00789*** (1,2E-06)	56,20%	0,1750 (-0,2088)	19,41%	0,0004*** (3,39E-04)	76,43%	11
	Rondônia	-	-	-	-	-	-	-
	Roraima	-	-	-	-	-	-	-
	Tocantins	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	Alagoas	0,8377 (3,8E-08)	0,08%	0,0299** (-0,0503)	8,75%	0,0882* (9,89E-05)	5,49%	54
	Bahia	0,4923 (4,9E-08)	0,19%	0,1314 (-0,0339)	0,90%	0,9894 (3,09E-07)	0,00%	254
	Ceará	0,3265 (1,5E-07)	1,34%	0,1095 (-0,1468)	3,52%	0,2753 (-7,31E-05)	1,65%	74
	Maranhão	0,1150 (7,3E-07)	13,97%	0,0084*** (-0,2375)	34,33%	0,0286*** (-2,93E-04)	25,17%	19

	Paraíba	0,8594	0,03%	0,0312**	4,74%	0,0025***	9,16%	98
		(1,3E-08)		(-0,0135)		(1,07E-04)		
	Pernambuco	0,7798	0,18%	0,6989	0,35%	0,9180	0,02%	45
		(5,6E-08)		(-0,0660)		(-1,23E-05)		
	Piauí	0,7653	0,30%	0,0011***	30,31%	0,1708	6,16%	32
		(5,8E-08)		(-0,0246)		(7,91E-05)		
	Rio Grande do	0,0516*	7,23%	0,1845	3,43%	0,9367	0,01%	53
	Norte	(-1,7E-07)		(-0,0172)		(-2,91E-06)		
	Sergipe	0,1507	4,09%	0,0578*	7,01%	0,8630	0,06%	52
		(-1,3E-07)		(-0,0532)		(-5,20E-06)		
Centro-Oeste	Goiás	0,3579	0,76%	0,0044***	7,01%	0,5323	0,35%	114
		(4,6E-08)		(-0,0345)		(-9,13E-06)		
	Mato Grosso	0,2440	2,15%	0,0611*	5,46%	0,3284	1,52%	65
		(7,8E-08)		(-0,0339)		(1,90E-05)		
	Mato Grosso do Sul	0,5315	1,16%	0,0306**	13,02%	0,5313	1,16%	36
		(7,0E-08)		(-0,0184)		(1,77E-05)		
Sudeste	Espírito Santo	0,1780	3,53%	0,0820*	5,81%	0,9947	0,00%	53
		(2,1E-07)		(-0,1457)		(2,73E-07)		
	Minas Gerais	0,4507	0,10%	0,4516	0,10%	0,3387	0,16%	580
		(1,7E-08)		(-0,0070)		(-8,16E-06)		
	Rio de Janeiro	0,0220**	9,87%	0,0443**	7,70%	0,0067***	13,56%	53
		(1,1E-07)		(-0,1279)		(4,06E-05)		
	São Paulo	0,7160	0,03%	0,0258**	0,96%	0,3385	0,18%	519
		(4,1E-09)		(-0,0211)		(2,21E-06)		
Sul	Paraná	0,8321	0,02%	0,0011***	3,52%	0,0099***	2,22%	299
		(6,9E-09)		(-0,0424)		(-2,86E-05)		
	Rio Grande do Sul	0,0004***	4,33%	5,6E-07***	8,60%	0,1766	0,65%	281
		(9,8E-08)		(-0,0395)		(1,19E-05)		
	Santa Catarina	0,0024***	6,15%	0,0015***	6,71%	0,2624	0,86%	148
		(1,5E-07)		(-0,0594)		(1,34E-05)		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: N: Número de municípios. R*: Região Geográfica. ***significativo a 1%. **significativo a 5%. *significativo a 10%.

Em todos os estados brasileiros, o GPT influenciou negativamente a variação do número de habitantes (POP), conforme disposto na Tabela 5. Aparentemente, quanto mais investimento municipal, menor será a variação da população local. Essa relação é mais visível no estado do Maranhão (-0,2375) e Pará (-0,2088), e a menor em Minas Gerais (-0,0070) e na Paraíba (-0,0135). No entanto, no estado do Acre a redução da população é a mais bem explicada pelo gasto público (R^2 = 48,39%).

Ao analisar os resultados da regressão INFRA_99~GPT_99 (Tabela 5), nota-se que o estado do Pará (3,39-04) é o que melhor converte o GPT em INFRA, aumentando em 0,34 a taxa de infraestrutura para um aumento de R$1.000,00 investidos; a variação do aumento em infraestrutura é explicada em 76,73% pelo gasto público neste estado. O estado do Maranhão (-2,93E-04) possui o pior índice deste indicador, ou seja, o GPT piora a variação da disposição de infraestrutura.

Então, em 13 estados (62%) é possível melhorar a variação da infraestrutura com o aumento do GPT, e em oito estados (38%), aparentemente pioram a variação da infraestrutura com o aumento do GPT (Tabela 5). Isso pode estar relacionado à má gestão dos gastos públicos. A Região Nordeste é onde o GPT é menos convertido em INFRA, mas na Região Norte esse recurso é mais bem aproveitado. Também nessa região, é notado como a que mais consegue associar o gasto público em IDH e INFRA, afetando diretamente a variação da população. Destacam-se os estados do Pará, Acre e Maranhão. A Região Sudeste é a que menos associa GPT em IDH, INFRA e POP, principalmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Os resultados das aplicações das RLS para a década de 2000 foram disposto na Tabela 6. O gasto público (GPT) influencia positivamente no Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDHG) em 20 estados (77%) e, em seis deles (23%) a influência é negativa. O Acre se destaca nesse período, pois 46,34% da variação do IDH podem estar vinculadas diretamente com a quantidade do gasto público realizado, com um aumento de 0,12% para cada R$1.000,00 investidos a mais. Os estados de Sergipe (R^2 = 0,01%), de Goiás (R^2 = 0,06%) e do Paraná (R^2 = 0,08%) são os que resultaram em uma menor correspondência dessa interação. Entre os valores positivos do coeficiente, o estado de Sergipe (7,0E-06) é o que menos converte o GPT em IDH e o Acre (2,1E-06), é o maior (Tabela 6).

Tabela 6 – Resultados da Regressão Linear Simples aplicada às variáveis DEA (2000-2009)

R*	Estado	IDHG_09~GPT_09		POP_09~GPT_09		INFRA_09~GPT_09		N
		P-Value (Coeficiente)	R^2	*P-Value* (Coeficiente)	R^2	*P-Value* (Coeficiente)	R^2	
Norte	Acre	0,0026*** (2,1E-06)	46,34%	0,6279 (-0,2071)	1,61%	0,5670 (-1,67E-04)	2,23%	17
	Amapá	0,5731 (4,2E-07)	6,77%	0,3746 (-1,5796)	15,96%	0,8840 (-6,48E-05)	0,47%	7
	Amazonas	0,4794 (-2,2E-07)	1,40%	0,7754 (-0,2089)	0,23%	0,1390 (-1,56E-04)	5,98%	38
	Pará	0,2445 (2,7E-07)	2,05%	0,8563 (0,0368)	0,05%	0,2128 (1,51E-04)	2,34%	68
	Rondônia	0,2158 (3,7E-07)	3,80%	0,1540 (-0,2048)	5,01%	0,6508 (6,53E-05)	0,52%	42
	Roraima	0,2295 (-1,3E-06)	17,46%	0,4204 (0,6096)	8,27%	0,4462 (-2,30E-04)	7,43%	10
	Tocantins	0,0168** (9,9E-08)	6,06%	0,6253 (-0,0058)	0,26%	0,4597 (1,20E-05)	0,60%	94
Nordeste	Alagoas	0,7177 (7,9E-08)	0,16%	0,3117 (-0,1362)	1,26%	0,7529 (2,13E-05)	0,12%	83
	Bahia	0,3446 (1,0E-07)	0,29%	0,9373 (-0,0049)	0,00%	0,2755 (-4,01E-05)	0,39%	307

	Ceará	0,3390	0,60%	0,3258	0,64%	0,3933	0,48%	154
		(2,4E-07)		(-0,2542)		(6,92E-05)		
	Maranhão	0,3495	0,91%	0,7088	0,15%	0,9865	0,00%	98
		(3,2E-07)		(-0,0856)		(-2,72E-06)		
	Paraíba	0,0063***	3,90%	0,3447	0,48%	0,0136**	3,19%	190
		(2,2E-07)		(-0,0324)		(7,49E-05)		
	Pernambuco	0,3894	0,45%	0,3167	0,61%	0,1417	1,30%	167
		(1,4E-07)		(-0,0827)		(5,94E-05)		
	Piauí	0,1657	1,42%	0,4682	0,39%	1,25E-06***	16,03%	137
		(2,6E-07)		(-0,0371)		(3,62E-04)		
	Rio Grande do Norte	0,2840	0,93%	0,0780*	2,48%	0,0001***	11,74%	126
		(1,4E-07)		(-0,0900)		(1,54E-04)		
	Sergipe	0,9491	0,01%	0,4091	1,07%	0,3832	1,19%	66
		(7,0E-09)		(-0,0591)		(-3,16E-05)		
Centro-Oeste	Goiás	0,7236	0,06%	0,0034***	4,01%	0,2994	0,51%	212
		(-2,5E-08)		(-0,1301)		(-1,86E-05)		
	Mato Grosso	0,7166	0,13%	0,0311**	4,61%	0,9125	0,01%	101
		(-4,5E-08)		(-0,0895)		(5,30E-06)		
	Mato Grosso do Sul	0,0009***	14,01%	0,2847	1,54%	0,7463	0,14%	76
		(4,0E-07)		(-0,0878)		(-9,94E-06)		
Sudeste	Espírito Santo	0,3002	1,60%	0,3194	1,48%	0,1382	3,25%	69
		(1,5E-07)		(-0,0900)		(4,09E-05)		
	Minas Gerais	0,0123**	0,81%	0,1540	0,26%	0,0030***	1,14%	771
		(-1,1E-07)		(-0,0173)		(-4,35E-05)		
	Rio de Janeiro	0,2764	1,71%	0,7611	0,13%	0,1554	2,90%	71
		(4,6E-08)		(-0,0426)		(1,16E-05)		
	São Paulo	0,2256	0,25%	0,4215	0,11%	0,2364	0,24%	588
		(3,8E-08)		(-0,0383)		(-2,94E-06)		
Sul	Paraná	0,5942	0,08%	0,1835	0,48%	0,5606	0,09%	373
		(-3,0E-08)		(-0,0314)		(-6,49E-06)		
	Rio Grande do Sul	4,24E-07***	5,64%	8,4E-04***	2,50%	1,32E-10***	8,94%	443
		(2,3E-07)		(-0,0284)		(8,95E-05)		
	Santa Catarina	0,0010***	3,87%	0,0132**	2,20%	0,0001***	5,58%	278
		(1,7E-07)		(-0,0406)		(4,62E-05)		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: N: Número de municípios. R*: Região Geográfica. ***significativo a 1%. **significativo a 5%. *significativo a 10%.

Em quase todos os estados brasileiros, o GPT influenciou negativamente na variação do número de habitantes (POP) (Tabela 6). A mesma relação da década anterior aparece, ou seja, provavelmente, quanto maior for o gasto público municipal, menor a variação da população local. Essa relação é mais visível no estado do Amapá (-1,5796) e Ceará (-0,2542), e menor na Bahia (-0,0049) e Tocantins (-0,0048). Os estados Roraima (0,6096) e Pará (0,0368) aumentam a variação da população com o aumento do GPT. No estado do Amapá, a redução da população é mais bem explicada pelo gasto público (R^2 = 15,69%). A Região Norte do país é a mais afetada pela associação dessas variáveis, e, a Região Sudeste, é a menos afetada.

Ao analisar os resultados da regressão INFRA_99~GPT_99 (Tabela 6), nota-se que o estado do Piauí (3,6-04) é o que melhor converte o GPT em INFRA, aumentando em 0,36 a variação de infraestrutura para um aumento de R$1.000,00 investidos; a variação do aumento em infraestrutura é explicada em 16,03% pelo gasto público realizado neste estado. O estado de Roraima (-2,3E-04) possui o pior índice dessa variável, ou seja, o GPT piora a variação de infraestrutura.

Então, 14 estados (54%) conseguem melhorar sua variação de infraestrutura com o aumento do GPT e 12 deles (46%), aparentemente pioram o índice com o aumento do GPT (Tabela 6). A Região Norte é aquela em que o GPT é menos convertido em variação de INFRA e a Região Nordeste a aquela que melhor aproveita esse recurso. A Região Norte do país é a que mais consegue associar o gasto público em IDH e INFRA, afetando diretamente a variação da população. Destacam-se os estados do Acre, Roraima e Amapá. A Região Sudeste é a que menos associa GPT em IDH, INFRA e POP, principalmente os estados de São Paulo e Minas Gerais, novamente.

Apesar da ausência de significância estatística ou de relação linear para todas as variáveis de *output* quando testadas com a variável de *input* nos conjuntos de dados estaduais decenais estudados, não é possível confirmar que não haja relação entre elas. Pois, dependendo dos métodos de análise aplicados e da inelasticidade do gasto público (SILVA, 2017), essa relação, entre as variáveis de *input* e *output* para o modelo DEA, não será identificada. E, também, porque a possibilidade de aplicação de métodos estatísticos para confirmar essa hipótese não foi esgotada. Por exemplo, Petry (2023) identificou relação entre as despesas públicas e o IDHG nos municípios brasileiros ao aplicar análise espacial e séries temporais, sendo esse achado confirmado nos estudos antecessores, conforme identificado pelo autor. Com base nisso, foi decidido manter as variáveis de *input* e *outputs* para os modelos DEA aplicados.

5.3 ANÁLISE DAS EFICIÊNCIAS MUNICIPAIS

A distribuição geográfica brasileira está dividida em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Então, os resultados decenais da eficiência da gestão pública para a promoção do bem-estar social (EFI_99 e EFI_09), em cada estado, foram agrupados em suas respectivas regiões, conforme estatísticas dispostas na Tabela 7. É possível

verificar que a Região Sul (23%) resultou no município com menor percentual de eficiência na década de 1990, e a Região Sudeste (17%) na década de 2000. A maior média de eficiência foi representada por municípios da Região Norte, nas duas décadas. A eficiência média foi maior na primeira década (77%) do que na segunda década estudada (66%).

Tabela 7 – Estatísticas da eficiência nacional e regional

Estatísticas*	EFI_99					
	Norte	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Nacional**
Mínimo	65%	37%	32%	26%	23%	23%
Média	95%	77%	75%	68%	68%	71%
Desvio Padrão	10%	13%	16%	13%	14%	15%
Máximo	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Amostra	20	681	215	1.205	728	2.849
Estatísticas*	**EFI_09**					
	Norte	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Nacional**
Mínimo	40%	37%	24%	17%	22%	17%
Média	79%	77%	64%	57%	61%	66%
Desvio Padrão	15%	13%	16%	16%	15%	17%
Máximo	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Amostra	276	1.328	389	1.499	1.094	4.586

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual agrupada em nível regional ou nacional.

Os estados que compõem a Região Norte do Brasil são: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, compreendendo a maior região brasileira em extensão territorial. Esses estados apresentaram dados para 20 municípios na década de 1990 e para 276 municípios na década de 2000. Na primeira década, havia somente 20 municípios com dados disponíveis, sendo nove municípios do estado do Acre e 11 municípios do estado do Pará. Ou seja, foi a única região que teve estados com dados faltantes para seus municípios na década de 1990: Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins (Tabela 7). Na segunda década, todos os estados dessa região tinham dados municipais disponíveis para pelo menos 44% dos municípios (Tabela 1 e Tabela 7). As eficiências resultadas nessa região foram maiores na década de 1990, tanto em média (95% e 79%), quanto em valor mínimo (65% e 40%). O desvio-padrão foi mais homogêneo no primeiro decênio estudado (Tabela 1).

Souza Jr. e Gasparini (2006) avaliaram a eficiência distributiva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o impacto do mesmo na eficiência dos 26 estados brasileiros e no DF, em 2002. Com esse estudo, os autores identificaram que a Região Norte possui o

terceiro melhor resultado, tendo como eficientes os estados somente: Amapá, Roraima e Tocantins. No estudo de Maciel, Piza e Penoff (2009), o estado de Roraima foi eficiente nos dois períodos estudados (1991 e 2000), e o Amapá foi eficiente somente em 1991. Gasparini e Miranda (2011) ao avaliarem a eficiência dos gastos públicos e da arrecadação tributária identificaram mais municípios eficientes na Região Norte. Por fim, Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) ao analisarem a eficiência do gerenciamento público, nas cinco regiões geográficas em 2000, detectaram que a Região Norte é a segunda com maior percentual de municípios eficientes.

A terceira maior região brasileira é composta por mais estados e tem a maior faixa litorânea do país, é a Nordeste. A região do descobrimento do Brasil é representada por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A amostra de municípios foi de 681 para 1.328, da década de 1990 para a seguinte (Tabela 7). O estado que apresentou menos municípios com dados completos na Região Nordeste foi o Maranhão: 19 municípios (14%) em 1990 e 98 municípios (45%) em 2000 (Tabela 1). Os índices de eficiência nessa região foram os segundos melhores entre as regiões geográficas, correspondendo a valores de: 37% em mínimo, 77% em média e 13% em desvio-padrão (igual à Região Sudeste), para ambas as décadas estudadas. O desvio-padrão se manteve abaixo da média nacional e as eficiências mínima e média foram maiores que a média nacional (Tabela 1).

A região que mais desperdiçou recursos e teve o maior desvio-padrão, no período analisado por de Souza Jr. e Gasparini (2006) foi a Nordeste, além de ter resultado em apenas dois estados eficientes: Bahia e Paraíba. Com isso, os autores concluíram que o fato de distribuir recursos públicos para locais mais desfavorecidos, por si só, não resolve as ineficiências, deve haver estímulo para saná-las. Sampaio de Sousa e Ramos (1999) identificaram que os municípios do Nordeste foram menos eficientes que os da Região Sudeste. Essa região resultou em 87% de eficiência no estudo de Gasparini e Miranda (2011), sendo a segunda colocada, quando analisadas as médias dos municípios de cada região geográfica. Para Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) a Região Nordeste foi a penúltima colocada em percentual de municípios eficientes, no ano de 2000.

A Região Centro-Oeste está localizada no núcleo geográfico brasileiro, ocupando a segunda maior faixa regional de extensão territorial, sendo a única região que não possui saída para o mar. Essa região é composta por três estados: Goiás, Mato Grosso; Mato Grosso

do Sul, e o Distrito Federal, que abriga a capital federal: Brasília. O Distrito Federal não foi analisado nesse estudo, devido às suas competências legislativas de estado e município. A amostra de municípios foi composta por 215 e 389, para 1990 e 2000, consecutivamente. O estado do Mato Grosso do Sul foi o que teve menos municípios disponíveis para estudo em sua região (50%) para a década de 1990, mas foi aquele que teve mais municípios com dados disponíveis na década de 2000, quando comparado a todos os estados: 99% (Tabela 1 e Tabela 7). Os percentuais de eficiência mínima e média foram melhores na primeira década quando comparados à segunda década. O valor do desvio-padrão foi igual nos dois decênios estudos, ficando o primeiro um 1% acima da média nacional e o segundo 1% abaixo da média nacional (Tabela 1).

Maciel, Piza e Penoff (2009) identificaram que os únicos estados da Região Centro-Oeste eficientes foram Goiás e Mato Grosso do Sul, nos dois períodos estudados. Da mesma forma, o Centro-Oeste foi representado por apenas um município eficiente no estudo de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005). Ao analisar as eficiências das regiões brasileiras, Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014), observaram que 1,31% dos municípios eficientes se concentraram no Centro-Oeste, ocupando a terceira posição. Entretanto, essa região foi a menos eficiente no estudo de Gasparini e Miranda (2011), tendo como percentual médio dos municípios: 72%.

A Região Sudeste é composta pelos estados do: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa região concentra a maior densidade populacional do país e tem o melhor desenvolvimento econômico nacional, mesmo sendo a segunda menor região geográfica. A disponibilidade de dados para essa região foi de 1.205 (1990-1999) e 1.499 (2000-2009) municípios, correspondendo à região que continha os estados com o maior percentual no país: todos acima de 76% (Tabela 1 e Tabela 7). Os índices de eficiência nessa região foram: o segundo pior em valor mínimo e o pior em média (juntamente com a Região Sul) na década de 1990, e pior em valor mínimo e em média na década de 2000. Mas manteve seus desvios-padrão abaixo da média nacional nos dois decênios estudados (Tabela 7).

A Região Sudeste foi a segunda mais eficiente no estudo de Souza Jr. e Gasparini (2006), com exceção do estado do Espírito Santo. No estudo de Maciel, Piza e Penoff (2009), nenhum estado da Região Sudeste foi considerado eficiente na geração de bem-estar, mas o estado de São Paulo apresentou percentuais de eficiência altos para os dois períodos estudados: 99% e 97%. Em contrapartida, Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) tiveram em

seus resultados a Região Sudeste como a aquela com maior eficiência média: 56%, quando comparada às outras regiões brasileiras, no ano 2000. Da mesma forma, 42% dos municípios eficientes resultados na amostra do estudo de Sampaio de Sousa Cribari-Neto e Stosic (2005), pertencem a essa região.

Os estados pertencentes à Região Sul são: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essa região corresponde a menor em extensão territorial, mas é a segunda mais populosa do país. Na primeira década, estavam disponíveis dados para 728 municípios e 1.094, na segunda década. Os estados que compõem essa região tiveram dados municipais disponíveis entre 68% a 95% nos períodos estudados, sendo o Paraná com 93% deles disponíveis nas duas décadas (Tabela 1 e Tabela 7). Para a década de 1990, os índices de eficiência nessa região foram os piores: 23% em valor mínimo e 68% em média (juntamente com a Região Sudeste). Na década seguinte, os valores foram os segundos piores: 22% em valor mínimo e 61% em média. Os desvios-padrões se mantiveram abaixo da média nacional, nos períodos estudados (Tabela 1).

No estudo de e Maciel, Piza e Penoff (2009), o estado de Santa Catarina resultou como eficiente nos dois períodos estudados e o Rio Grande do Sul apresentou percentuais de eficiência altos: 99% e 98%. Os estados da Região Sul foram considerados mais eficientes no estudo de Souza Jr. e Gasparini (2006) e menos eficientes nos estudos de: Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005), Gasparini e Miranda (2011) e Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014).

Com base nas análises das eficiências resultadas neste estudo e nas comparações realizadas com os achados da literatura, foi possível observar similaridades e discrepâncias em relação aos percentuais de eficiências e em relação às regiões mais ou menos eficientes em cada período considerado. Logo, é importante frisar que mesmo que os métodos aplicados e os objetivos direcionados à mensuração de eficiência da gestão pública sejam similares, há variação nos dados utilizados e períodos analisados. Assim, justificam-se as discrepâncias de que em alguns estudos são ou eficientes determinadas regiões, estados ou quantidade de municípios.

Além disso, os resultados devem ser usados com cuidado, devido às deficiências das bases de dados, pois as ineficiências podem estar sendo representadas por erros de medição, e não exatamente pela má gestão pública. Isso se deve a limitação da aplicação de métodos não-paramétricos determinísticos aplicados no cálculo da eficiência técnica em

alguns estudos. Assim, é importante utilizar mais informações que permitam diagnosticar as causas da ineficiência, antes de concluir o reconhecimento da ineficiência de um município, estado, região ou país (SAMPAIO DE SOUSA; RAMOS, 1999).

5.3.1 Região Norte

5.3.1.1 Acre

Com uma extensão de 164.123,737 km² e 22 municípios, o estado do Acre situa-se na região Norte e faz limite com Peru, Bolívia, Amazonas e Rondônia. O território do Acre, antes pertencente à Bolívia e ao Peru, foi aos poucos sendo ocupado por brasileiros que chegaram em 1877 para trabalhar na extração do látex. O Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, permitiu o fim dos conflitos entre bolivianos e brasileiros, pois foi por meio desse documento que o Brasil adquiriu o território do Acre. Até 1962, o Acre foi administrado por um governador nomeado pelo Presidente da República. Em 15 de junho desse mesmo ano, João Goulart, presidente à época, elevou o território do Acre à categoria de estado pela Lei 4.070 (ACRE, 2017).

A exploração da borracha e da madeira são as atividades econômicas mais significativas no estado. Sua economia também está baseada em serviços, principalmente nas áreas de administração pública, comércio e reparação de veículos e motocicletas e atividades imobiliárias. Objetivando fortalecer as diversas cadeias produtivas do estado (bovinos, suínos, grãos, mandioca, fruticultura, horticultura, cafeicultura, castanha, mel e borracha), o governo investe no setor produtivo para aumento da produtividade agropecuária e florestal (ACRE, 2022).

O estado do Acre possuía 12 municípios até o início da década de 1990, mas havia nove municípios (75%) com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os nove municípios analisados na metodologia DEA, sete resultaram em eficientes: Assis Brasil, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Sena Madureira e Senador Guiomard (Quadro 9). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 95%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Assis Brasil (R$ 129.310,78), em contrapartida, Cruzeiro do Sul realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 31.713,58), sendo que a média foi de R$ 58.608,98.

Quadro 9 – Dados e eficiências dos municípios do Acre: 1990-1999

Municípios do Acre	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Assis Brasil	R$ 129.310,78	0,11	407	18,02	100%
Brasiléia	R$ 74.865,34	0,14	2.364	17,68	100%
Cruzeiro do Sul	R$ 31.713,58	0,11	16.003	11,14	100%
Manoel Urbano	R$ 68.852,19	0,18	0	16,81	100%
Plácido de Castro	R$ 80.883,50	0,20	2.936	12,49	100%
Sena Madureira	R$ 40.010,01	0,13	6.254	3,59	100%
Senador Guiomard	R$ 52.842,05	0,13	3.010	16,30	100%
Mínimo*	**R$ 31.713,58**	**0,07**	**0**	**3,59**	**65%**
Média*	**R$ 61.335,43**	**0,13**	**5.038**	**12,79**	**95%**
Desvio Padrão*	**R$ 18.750,08**	**0,04**	**4.781**	**5,08**	**14%**
Máximo*	**R$ 129.310,78**	**0,20**	**16.003**	**18,02**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Plácido de Castro (0,20), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional. Feijó foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, os municípios de Assis Brasil e Cruzeiro do Sul obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,11.

O município de Manoel Urbano não teve variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando o menor valor na amostra desse período. De outro lado, o município de Cruzeiro do Sul foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 16.003 habitantes, fazendo parte dos 10% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década. Assis Brasil foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 18,02), e o município de Sena Madureira demonstrou a menor variação (3,59) na década.

A Figura 9 apresenta os escores de eficiência dos nove municípios acreanos estudados na década de 1990. Considerando a amostra, apenas dois municípios não resultaram em eficientes: Feijó (65%) e Tarauacá (92%). Em contrapartida, pode ser percebida uma dependência espacial das eficiências entre os municípios de Manoel Urbano, Sena Madureira, Assis Brasil e Brasiléia, ambas vizinhas à capital estadual, Rio Branco. Entre Senador Guiomard e Plácido de Castro também há uma concentração de eficiência entre municípios vizinhos.

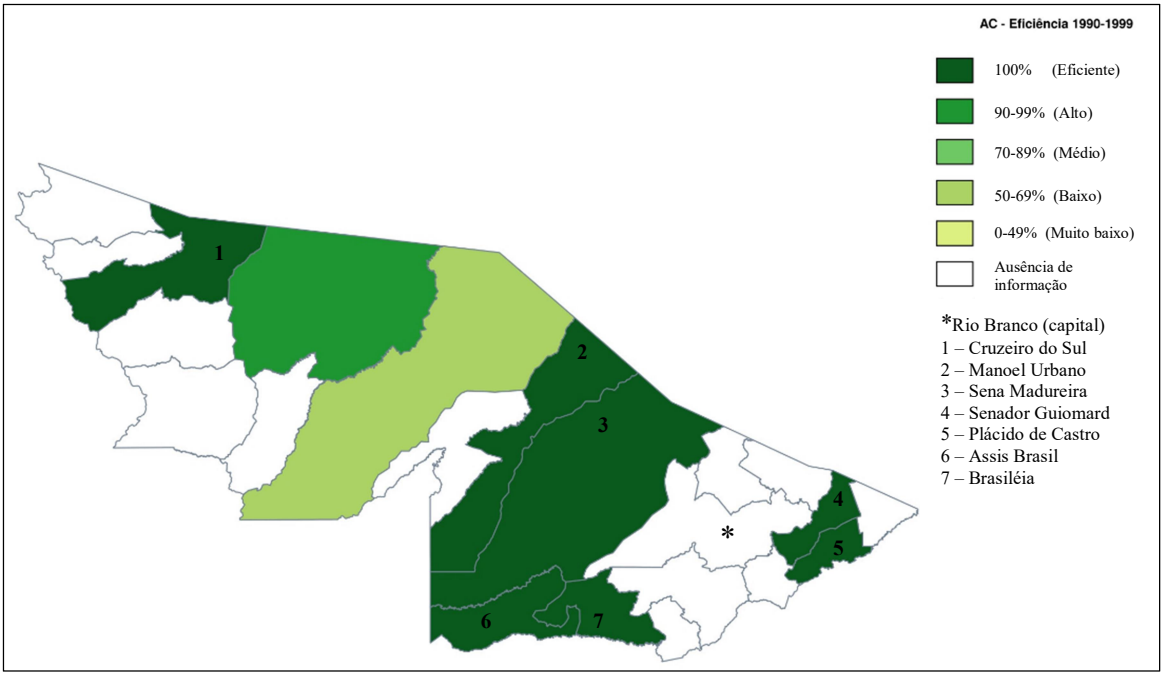


Figura 8 – Eficiência dos municípios do Acre: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Os dois municípios restantes da amostra, Tarauacá e Feijó, apresentaram as menores eficiências no período de 1990-1999: 92% e 65%, consecutivamente (O município de Tarauacá resultou em percentual alto, ficando próximo à eficiência. Feijó teve a menor variação do IDHG_99 da amostra, que fez com ele resultasse na menor eficiência dentre os municípios estudados.

Quadro 10). O município de Tarauacá resultou em percentual alto, ficando próximo à eficiência. Feijó teve a menor variação do IDHG_99 da amostra, que fez com ele resultasse na menor eficiência dentre os municípios estudados.

Quadro 10 – Municípios menos eficientes do Acre: 1990-1999

Municípios do Acre	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Tarauacá	R$ 38.538,87	0,11	5.139	11,47	92%
Feijó	R$ 35.002,55	0,07	9.229	7,65	65%

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

Na década de 2000, o estado do Acre possuía 22 municípios, porém, cinco não dispunham de dados (23%) para a análise de eficiência nesse período. Dos 17 municípios analisados, cinco foram eficientes: Capixaba, Cruzeiro do Sul, Jordão, Rio Branco e

Rodrigues Alves (Quadro 9). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 91%, sendo 4% menor que na década de 1990. Destaca-se na amostra, o município de Cruzeiro do Sul, que já havia sido eficiente na análise da década anterior e, mais uma vez, foi o que realizou o menor gasto da amostra: R$ 26.362,85. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto per capita (GPT_09) foi Capixaba (R$ 38.878,67), sendo que a média foi de R$ 46.462,60. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Santa Rosa do Purus: R$ 67.173,47 (ver Apêndice D), que teve 97% de EFI_09.

Quadro 11 – Dados e eficiências dos municípios do Acre: 2000-2009

Municípios do Acre	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Capixaba	R$ 38.878,67	0,21	3.592	52,67	100%
Cruzeiro do Sul	R$ 26.362,85	0,15	7.467	39,84	100%
Jordão	R$ 59.455,36	0,25	1.995	42,66	100%
Rio Branco	R$ 38.415,13	0,14	82.547	17,50	100%
Rodrigues Alves	R$ 31.704,51	0,17	6.784	67,55	100%
Mínimo*	**R$ 26.362,85**	**0,13**	**1.198**	**17,50**	**68%**
Média*	**R$ 46.462,60**	**0,16**	**9.852**	**29,10**	**91%**
Desvio Padrão*	**R$ 11.706,35**	**0,04**	**19.131**	**13,04**	**12%**
Máximo*	**R$ 67.173,47**	**0,25**	**82.547**	**67,55**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,20 para 0,25) e menores valores (de 0,07 para 0,13). Porto Acre e Bujari tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,13 (ver Apêndice D). Rio Branco teve uma das menores variações e Jordão teve a maior da década, ambos entre os municípios eficientes.

O município de Manoel Urbano, mais uma vez, apresentou a menor variação no aumento da sua população (POP_09), mas nesta década não ficou entre os municípios eficientes. Jordão foi o município eficiente com menor variação da população e a capital, Rio Branco, teve a maior variação populacional da amostra e dos municípios eficientes, sendo um dos municípios com maior aumento populacional na década quando comparado à amostra estadual. Entretanto, Rio Branco foi o município que registrou menor variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09), na amostra e entre os municípios eficientes. O município de Rodrigues Alves foi aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 67,55, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Isso se deve ao fato de que o município

tinha sido instituído na década anterior, registrando assim um alto valor de variação de infraestrutura disposta a sua população.

Os escores de eficiência para os 17 municípios do estado do Acre, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 9. Os municípios de Feijó, Plácido de Castro e Senador Guiomard, que estavam na amostra da década de 1990, não tinham dados disponíveis para a análise de eficiência da década de 2000, sendo que os dois últimos haviam sido eficientes na primeira década estudada. Nessa amostra, 12 (70%) municípios não foram eficientes. É perceptível a continuidade de concentração espacial dos municípios não eficientes: Porto Walter e Tarauacá, e, Manoel Urbano, Sena Madureira e Assis Brasil, com escores entre 0,7-0,9 (conforme legenda da Figura 9). Há dependência espacial entre os municípios eficientes, em três vizinhanças: Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul; Marechal Taumaturgo; e Rio Branco e Capixaba.

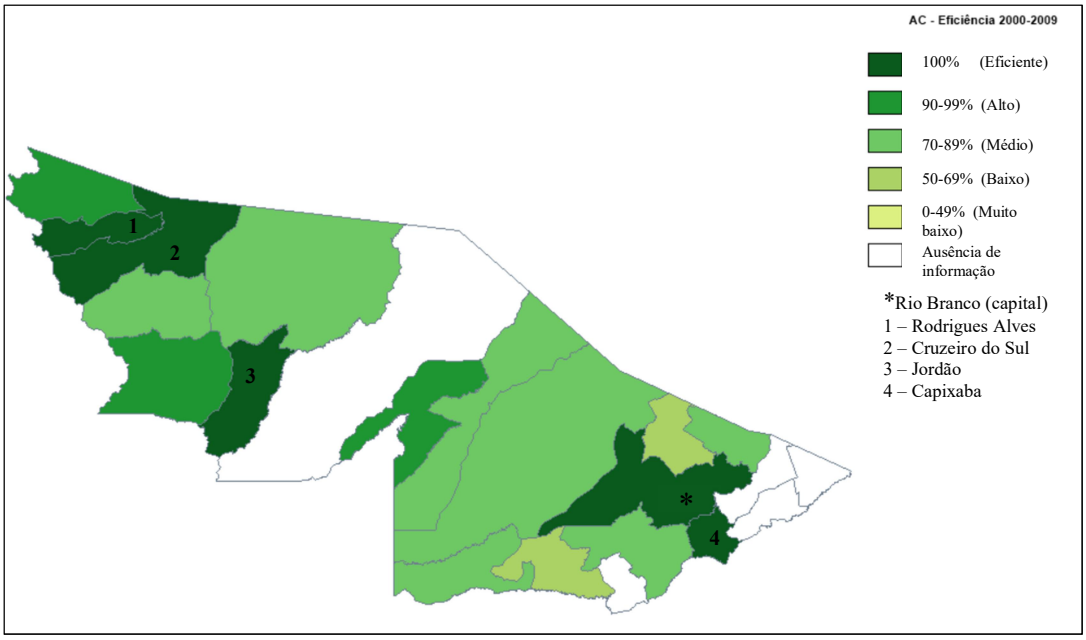


Figura 9 – Eficiência dos municípios do Acre: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 17 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Porto Acre (84%), Manoel Urbano (78%), Assis Brasil (71%), Brasiléia (69%) e Bujari (68%), conforme disposto no Quadro 12.

Quadro 12 – Municípios menos eficientes do Acre: 2000-2009

Municípios do Acre	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09

Porto Acre	R$ 27.575,14	0,13	6.488	33,58	84%
Manoel Urbano	R$ 47.997,42	0,16	1.198	44,54	78%
Assis Brasil	R$ 55.645,75	0,16	1.396	34,34	71%
Brasiléia	R$ 38.295,91	0,14	5.742	36,96	69%
Bujari	R$ 41.905,62	0,13	2.244	41,66	68%

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Os municípios com dados para os dois períodos estudados foram: Assis Brasil (100% e 71%), Brasiléia (100% e 70%), Manoel Urbano (100% e 77%), Sena Madureira (100% e 0,88%) e Tarauacá (92% e 0,90%). Sendo que, todos eles apresentaram redução do percentual de eficiência. Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Cabe ressaltar que, o município de Assis Brasil faz divisa com as cidades de Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia). Assim, a região de tríplice fronteira pode ter impactado tanto no resultado positivo, quanto na redução do percentual de eficiência do município de Assis Brasil, uma vez que, em uma região de fronteira pode ocorrer o desenvolvimento econômico das cidades irmãs, ou a subutilização dos serviços públicos pelas mesmas.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social. Entretanto, análises mais detalhadas devem ser realizadas para quantificar e qualificar as melhorias e os reflexos no bem estar da população deste estado.

Na literatura, há carência de estudos que analisam a eficiência da gestão pública na promoção do bem-estar social nos municípios do estado do Acre. Entretanto, ao analisar a eficiência da gestão pública em capitais estaduais quanto ao cumprimento de metas sociais, o estudo de Jubran (2006) resultou no percentual de 92% para a capital acreana, Rio Branco. A análise de eficiência dos gastos públicos municipais no Brasil, para os anos de 2000 e 2010, elaborada por Araújo Neto (2016), demonstrou percentuais de eficiência entre 76% e 92%, sendo que a capital Rio Branco alcançou 84% e Sena Madureira 92%, ambos em 2010.

Estes percentuais estão em consonância com os resultados neste estudo, indicando um bom desempenho de eficiência para os municípios acreanos, apesar de sua distância

geográfica dos grandes centros econômicos do país, de sua longa extensão territorial, e de suas disparidades.

5.3.1.2 Amapá

O estado do Amapá possui uma área de 142.828,52 km² e 16 municípios. Faz limite ao norte com a Guiana Francesa, ao nordeste com o Suriname, a leste com o Oceano Atlântico e ao sul e ao oeste com o estado do Pará, do qual está separado pelo Rio Amazonas. A colonização europeia do Amapá ganhou força em 1.637, com a concessão como Capitania do Cabo Norte, por Filipe IV de Espanha e III de Portugal à Bento Maciel Parente, governador do Maranhão e Grão-Pará. O território do Amapá foi elevado pela Constituição de 1.988 à categoria de Estado da Federação, sendo instalado em 1º de janeiro de 1991 (AMAPÁ, 2017).

A economia do Amapá baseia-se na extração de matérias-primas, produtos primários e semielaborados. A exploração de cavaco de pinus representa mais de 50% da exportação total, além da importância do palmito de açaí e do pescado. Apesar de não ser o principal empregador, o setor terciário (incluindo a administração pública) é o mais representativo da economia do estado (AMAPÁ, 2022).

O estado do Amapá possuía nove municípios até o início da década de 1990, mas não havia dados disponíveis para nenhum dos municípios nesse período. No início da década de 2000, havia 16 municípios instituídos no estado do Amapá, mas apenas sete (44%) deles estavam com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os sete municípios analisados na metodologia DEA, três resultaram em eficientes: Itaubal, Macapá (capital estadual) e Tartarugalzinho (Quadro 13). O percentual mínimo de eficiência foi de 74% e o percentual médio para a amostra foi de 91%, indicando que os municípios do estado tem média e alta eficiência. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_09) na amostra foi Serra do Navio (R$ 49.996,51), em contrapartida, Tartarugalzinho realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 23.940,90), sendo que a média foi de R$ 34.687,39.

Quadro 13 – Dados e eficiências dos municípios do Amapá: 2000-2009

Municípios Do Amapá	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Itaubal	R$ 40.714,41	0,16	1.371	38,86	100%

Macapá	R$	27.485,41	0,11	114.896	13,64	100%
Tartarugalzinho	R$	23.940,90	0,14	5.442	30,72	100%
Mínimo*	**R$**	**23.940,90**	**0,11**	**1.087**	**13,64**	**74%**
Média*	**R$**	**34.687,39**	**0,13**	**21.661**	**21,81**	**91%**
Desvio Padrão*	**R$**	**10.539,23**	**0,02**	**41.676**	**9,96**	**10%**
Máximo*	**R$**	**49.996,51**	**0,16**	**114.896**	**38,86**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_09) foi alcançada pelo município de Itaubal (0,16), e a capital estadual, Macapá, foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década (0,11), ambos foram eficientes nesse período. Todos os municípios do Amapá tiveram variação em sua população (POP_09) na década de 2000, sendo que Serra do Navio (1.087) teve o menor aumento e Macapá (114.896) representou o maior aumento populacional na amostra. Macapá está entre as capitais estaduais, e, os 15 municípios, com maior aumento populacional na década, quando comparada aos demais municípios brasileiros. Itaubal foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_09: 38,86), e Macapá demonstrou a menor variação (13,64) na década.

A Figura 10 apresenta os escores de eficiência dos sete municípios amapaenses estudados na década de 2000. Considerando a amostra, quatro municípios não resultaram em eficientes: Santana, Serra Do Navio, Porto Grande e Ferreira Gomes. Dentre estes, o único município que não faz divisa com um município eficiente é Serra do Navio. O município de Itaubal é cerceado pelo território da capital estadual, fazendo divisas somente com Macapá, indicando uma concentração espacial da eficiência na região sudeste do estado, juntamente com Tartarugalzinho, que está próximo. O município de Santana teve 84% de eficiência e faz divisa com Macapá, assim, por essa proximidade pode indicar uma dependência espacial.

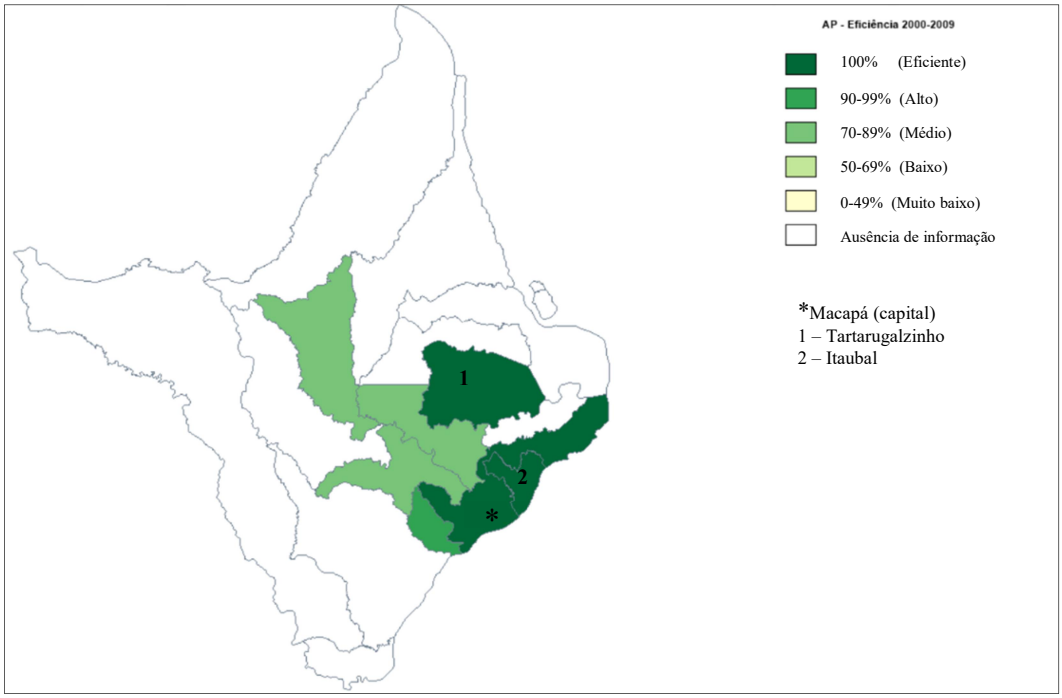


Figura 10 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Amapá: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os sete municípios da amostra de 2000-2009, os quatro que apresentaram as menores eficiências no período foram: Santana (94%), Serra do Navio (87%), Porto Grande (82%) e Ferreira Gomes (74%), conforme disposto no Quadro 14.

Quadro 14 – Municípios menos eficientes do Amapá: 2000-2009

Municípios Do Amapá	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Santana	R$ 25.817,63	0,13	20.823	13,87	94%
Serra Do Navio	R$ 49.996,51	0,14	1.087	16,74	87%
Porto Grande	R$ 29.221,66	0,12	5.767	24,81	82%
Ferreira Gomes	R$ 45.635,24	0,12	2.240	14,01	74%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para os mesmos municípios em décadas diferentes prejudica a comparação das eficiências, que no caso do estado do Amapá, não teve nenhum município com dados completos na década de 1990. Entretanto, verifica-se que o município de Ferreira Gomes foi o que apresentou a menor eficiência (74%), uma das menores variações de IDHG_09 (0,12) e na disposição de infraestrutura municipal, mas foi aquele que mais gastou (R$ 45.635,24), na amostra. Isso demonstra que, nem sempre a maior disposição de recursos

gera mais bem-estar social aos munícipes, podendo estar relacionado à qualidade da alocação. Destaca-se que a capital estadual, Macapá, foi eficiente, frente ao crescimento populacional significativo, a pequena melhoria na disposição de infraestrutura municipal e na variação reduzida do IDHG.

Em geral, todos os municípios amapaenses tiveram uma variação no IDH-Global maior que 0,1; aumento populacional acima de um mil habitante e disposição de infraestrutura acima de 13 pontos. Além disso, a eficiência média no estado é alta (91%). Isso indica que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social. Entretanto, análises mais detalhadas devem ser realizadas para quantificar e qualificar as melhorias e os reflexos no bem estar da população deste estado.

Ao analisar a geração de bem-estar nos estados brasileiros, os autores Maciel, Piza e Penoff (2009) apresentaram um percentual de 100% para o Amapá em 1991 e de 75% para 2000. A capital Macapá resultou em eficiente no estudo da eficiência na gestão pública das capitais estaduais brasileiras em 2000 (JUBRAN, 2006). Estes percentuais corroboram com os aqui resultados, demonstrando a boa gestão dos municípios do estado do Acre ao longo dos anos, apesar de suas adversidades e métodos aplicados.

5.3.1.3 Amazonas

O Amazonas possui uma área de 1.559.146,876 km^2, ocupando 18% da superfície do país. É o maior estado do Brasil e faz limite com os estados de Roraima, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, e com os países: Peru, Venezuela, Colômbia. Esse estado é composto por 62 municípios. A região Amazônica, antes pertencente à Espanha, foi adquirida por Portugal em 1750, por meio do Tratado de Madri. A província do Amazonas foi criada em 1.850 por D. Pedro II (AMAZONAS, 2017).

A exploração da borracha foi o grande propulsor da economia da região no início do século XX. Em 1967, incentivos fiscais do Governo Federal fomentaram a industrialização na região Amazônica, por meio da criação da Zona Franca de Manaus. A maior participação econômica está no setor de serviços, seguido do setor industrial e da agropecuária (AMAZONAS, 2022).

O estado do Amazonas possuía 62 municípios até o início da década de 1990, e se manteve com essa quantidade até o ano de 2010, sendo o único estado brasileiro que não

instituiu novos municípios nas duas décadas. Entretanto, na década de 1990, nenhum município amazonense tinha dados completos para análise de eficiência na década. E, para a década de 2000, apenas 38 municípios (61%) tinham dados disponíveis para a análise de eficiência. Dentre os 38 municípios analisados na metodologia DEA, oito resultaram em eficientes: Boa Vista Do Ramos, Carauari, Fonte Boa, Jutaí, Manaus, Manicoré, Pauini e Uarini (Quadro 15). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 86% e o menor valor foi o de Presidente Figueiredo, com 53% (ver Apêndice D).

Quadro 15 – Dados e eficiências dos municípios do Amazonas: 2000-2009

Municípios do Amazonas	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Boa Vista Do Ramos	R$ 30.765,58	0,19	4.497	22,08	100%
Carauari	R$ 40.136,69	0,21	2.353	39,47	100%
Fonte Boa	R$ 43.785,94	0,21	0	41,99	100%
Jutaí	R$ 40.830,17	0,21	0	34,74	100%
Manaus	R$ 36.717,92	0,14	396.179	7,87	100%
Manicoré	R$ 27.009,08	0,18	8.979	36,45	100%
Pauini	R$ 37.331,33	0,21	1.309	28,07	100%
Uarini	R$ 46.465,30	0,17	1.637	46,38	100%
Mínimo*	**R$ 27.009,08**	**0,11**	**0**	**7,87**	**53%**
Média*	**R$ 40.985,43**	**0,17**	**16.076**	**28,01**	**86%**
Desvio Padrão*	**R$ 14.535,36**	**0,03**	**63.448**	**9,27**	**12%**
Máximo*	**R$ 106.053,75**	**0,21**	**396.179**	**46,38**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_09) na amostra foi Presidente Figueiredo (R$ 129.310,78), em contrapartida, Manicoré realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 27.009,08), sendo que a média foi de R$ R$ 40.985,43. A maior variação do IDH-Global (IDHG_09) foi alcançada pelos municípios de Carauari, Fonte Boa, Jutaí e Pauini (0,21), que estão entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional. Presidente Figueiredo foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, a capital Manaus e o município de Uarini obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período.

A capital Manaus teve a terceira maior variação populacional, quando comparada aos dados nacionais, e a maior variação populacional no estado do Amazonas. Já os municípios eficientes de Fonte Boa e Jutaí, juntamente com Itamarati, tiveram as variações

populacionais zeradas na década estudada. Em contrapartida, Manaus teve a menor variação de INFRA_09, sendo o único município do estado a representar uma variação abaixo de 10 pontos. O município de Uarini, que foi eficiente, apresentou a maior variação de disposição de infraestrutura aos munícipes.

Os escores de eficiência para os 38 municípios do estado do Amazonas, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 11. As eficiências resultadas dos municípios amazonenses ficaram concentradas na faixa de eficiência média. Os municípios eficientes, em sua maioria, ficaram muito próximos, na região oeste do estado, sendo representados por: Fonte Boa, Jutaí, Carauari, Uarini e Pauini. E os demais municípios eficientes ficaram nas regiões nordeste (Manaus e Boa Vista do Ramos) e sudeste (Manicoré). O município de Itamarati (82%) não foi eficiente, mas faz divisa com Jutaí, Carauari e Pauini, que foram eficientes.

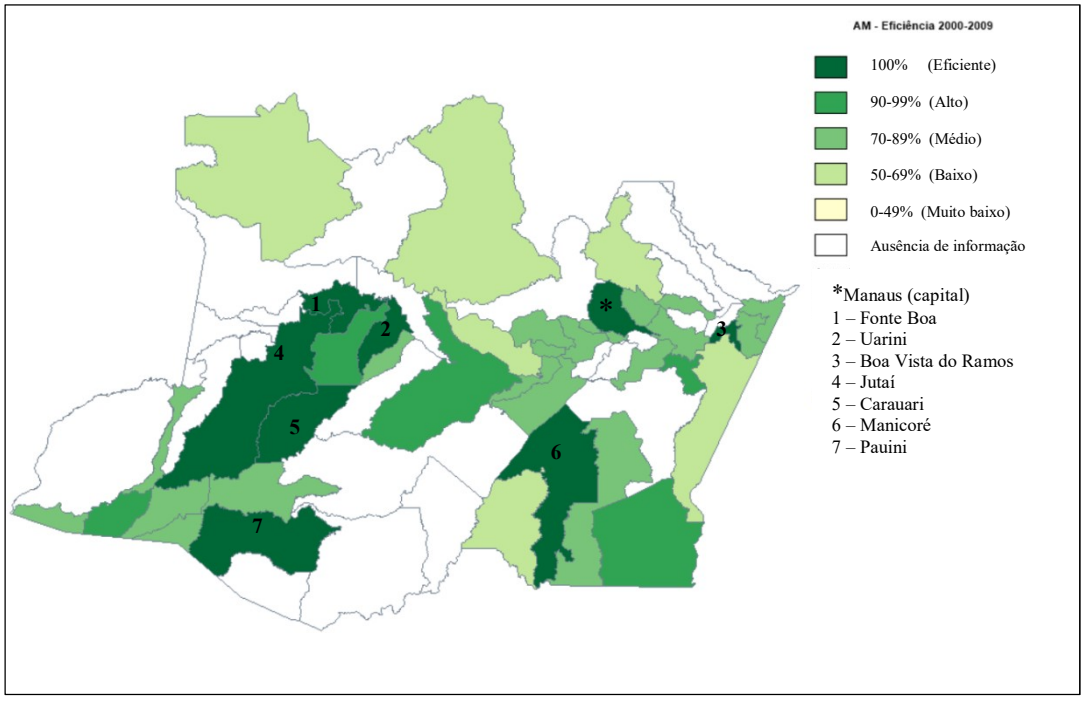


Figura 11 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Amazonas: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 38 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Humaitá (66%), Barcelos e São Gabriel da Cachoeira (65%), Maués (64%) e Presidente Figueiredo (53%), conforme disposto no Quadro 16.

Quadro 16 – Municípios menos eficientes do Amazonas: 2000-2009

Municípios do Amazonas	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Humaitá	R$ 33.773,70	0,13	11.431	22,56	66%
Barcelos	R$ 30.019,43	0,12	1.521	24,68	65%
São Gabriel da Cachoeira	R$ 34.585,39	0,13	7.949	17,61	65%
Maués	R$ 43.667,90	0,13	12.200	16,08	64%
Presidente Figueiredo	R$ 106.053,75	0,11	9.781	11,99	53%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para os mesmos municípios em décadas diferentes prejudica a comparação das eficiências, que no caso do estado do Amazonas, não teve nenhum município com dados completos na década de 1990. Entretanto, verifica-se que o município de Presidente Figueiredo foi o que apresentou a menor eficiência, a menor variação de IDHG_09 e a segunda menor variação na disposição de infraestrutura municipal, mas foi aquele que mais gastou. Isso demonstra que, nem sempre a maior disposição de recursos gera mais bem-estar social aos munícipes, podendo estar relacionado à qualidade da alocação. Destaca-se que a capital estadual, Manaus, foi eficiente, frente ao crescimento populacional significativo e a pequena melhoria na disposição de infraestrutura municipal.

Em geral, todos os municípios amazonenses tiveram uma variação no IDH-Global maior que 0,1; apenas três municípios não tiveram aumento populacional, sendo dois deles eficientes; e, com exceção da capital, todos os demais municípios tiveram variação de infraestrutura acima de 10 pontos. Isso indica que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social. Entretanto, análises mais detalhadas devem ser realizadas para quantificar e qualificar as melhorias e os reflexos no bem-estar da população deste estado.

Jubran (2006) teve como resultado 97% para Manaus ao analisar a eficiência da gestão pública das capitais estaduais do Brasil, em 2000. Com percentuais médios entre 79% e 89% nos municípios amazonenses, em dois modelos aplicados, para dados do ano de 2010, Guerreiro (2019) não identificou relação destes resultados com o tamanho dos municípios e sua localização geográfica. Ademais, os modelos aplicados resultaram em 17 municípios eficientes, no primeiro, e seis, no segundo, sendo eficiente em ambos, os municípios de Manaquiri, Manaus, Nhamundá e Presidente Figueiredo. A capital Manaus também foi o município mais eficiente quando aplicada a fronteia invertida (GUERREIRO, 2019).

Mesmo que os estudos supracitados tenham aplicado outros modelos DEA, amostra e dados de entrada e saída diferentes, é possível identificar similaridade e discrepâncias nos resultados daqueles com este estudo. São similares nos percentuais médios de eficiência no estado e nos municípios amazonenses e, também, em ter a capital como município eficiente. Em sentido oposto, destoa em quantidade de municípios eficientes na amostra estadual, na questão da localização geográfica – que neste identificou concentração espacial –, e no resultado de eficiência de alguns municípios, como, por exemplo, o município de Presidente Figueiredo, que foi eficiente em dois modelos no estudo de Guerreiro (2019) e aqui resultou em menor percentual de eficiência entre todos os municípios da amostra: 53%.

5.3.1.4 Pará

Segundo estado em tamanho, somente menor do que o Amazonas, o Pará ocupa uma área de 1.247.955,238 km2. Ele possui 144 municípios e faz limite com o Amapá, Oceano Atlântico, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Roraima, Guiana e Suriname. Seu território foi invadido diversas vezes por holandeses e ingleses que buscavam sementes de urucum, guaraná e pimenta. Somente em 1616 é que a ocupação portuguesa foi consolidada, com a fundação do Forte do Presépio que, posteriormente, foi denominado de Forte do Castelo e deu origem à cidade de Belém. O Pará teve momentos de insurgência contra Portugal ao longo do século XIX. O movimento mais conhecido foi a Cabanagem (1835) que, apesar de logo ter sido sufocado, decretou a independência da província e instalou um novo governo na capital do estado (Belém). A economia do Pará prosperou no século XVII com as lavouras de café, arroz, cana-de-açúcar, cacau e tabaco, além de fazendas de gado. Em 1774, houve uma estagnação da economia local que foi retomada no final do século XIX pela exploração da borracha, trazendo grande desenvolvimento para a região norte (PARÁ, 2017).

Nas últimas décadas, as principais atividades da economia do Pará são a indústria extrativa, a prestação de serviços via administração pública e o comércio. Destacam-se o minério de ferro, o alumínio (bauxita), a madeira, o carvão vegetal e a lenha, o açaí, a castanha-do-pará e o palmito na indústria extrativista. O estado é o maior produtor agrícola brasileiro de dendê, mandioca e pimenta-do-reino e o segundo maior produtor de abacaxi, arroz, juta, feijão, milho e coco-da-baía. Também possui o maior rebanho de bubalinos do Brasil e um dos maiores de bovinos (PARÁ, 2022).

O estado do Pará possuía 105 municípios até o início da década de 1990, mas havia apenas 11 municípios (10%) com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 11 municípios analisados na metodologia DEA, oito resultaram em eficientes: Brejo Grande Do Araguaia, Castanhal, Dom Eliseu, Itupiranga, Marabá, São Geraldo Do Araguaia, Senador José Porfírio e Tucumã (Quadro 17). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 95%. Os municípios que apresentaram o maior e menor valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foram Brejo Grande do Araguaia (R$ 133.507,04), Itupiranga (R$ 25.770,88), ambos os municípios eficientes. O valor médio de GPT foi de R$ 47.464,94.

Quadro 17 – Dados e eficiências dos municípios do Pará: 1990-1999

Municípios do Pará	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Brejo Grande do Araguaia	R$ 133.507,04	0,24	674	48,59	100%
Castanhal	R$ 28.671,06	0,13	32.425	6,95	100%
Dom Eliseu	R$ 29.417,04	0,15	15.167	20,18	100%
Itupiranga	R$ 25.770,88	0,10	19.514	12,23	100%
Marabá	R$ 39.413,48	0,14	44.352	9,56	100%
São Geraldo do Araguaia	R$ 54.057,62	0,16	3.809	32,20	100%
Senador José Porfírio	R$ 47.950,72	0,11	0	29,23	100%
Tucumã	R$ 55.095,96	0,21	0	20,85	100%
Mínimo*	**R$ 25.770,88**	**0,07**	**0**	**6,95**	**75%**
Média*	**R$ 47.464,94**	**0,14**	**12.983**	**21,42**	**95%**
Desvio Padrão*	**R$ 30.340,54**	**0,05**	**14.383**	**11,78**	**9%**
Máximo*	**R$ 133.507,04**	**0,24**	**44.352**	**48,59**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Brejo Grande do Araguaia (0,24), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional. Rondon do Pará foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,07 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, os municípios de Itupiranga e Senador José Porfírio obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,1 e 0,11, consecutivamente.

Os municípios de Senador José Porfírio e Tucumã não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando os menores valores na amostra desse período. De outro lado, o município de Marabá foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 44.352 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os

municípios com maior variação no Brasil nessa década. Brejo Grande do Araguaia foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 48,59), e o município de Castanhal demonstrou a menor variação (6,95) na década, mas ambos foram eficientes.

A Figura 12 apresenta os escores de eficiência dos 11 municípios paraenses estudados na década de 1990, sendo oito eficientes. Algumas eficiências ficaram dispersas pelo estado: o município de Castanhal fica próximo a capital estadual; o município exclave[49] Senador José Porfírio fica na região central; Dom Eliseu a nordeste do estado; e Tucumã a sudeste. Já os municípios de Itupiranga, Marabá, São Geraldo Do Araguaia e Brejo Grande do Araguaia, localizados na região sudeste do estado, representam uma concentração espacial de eficiência, pois são vizinhos.

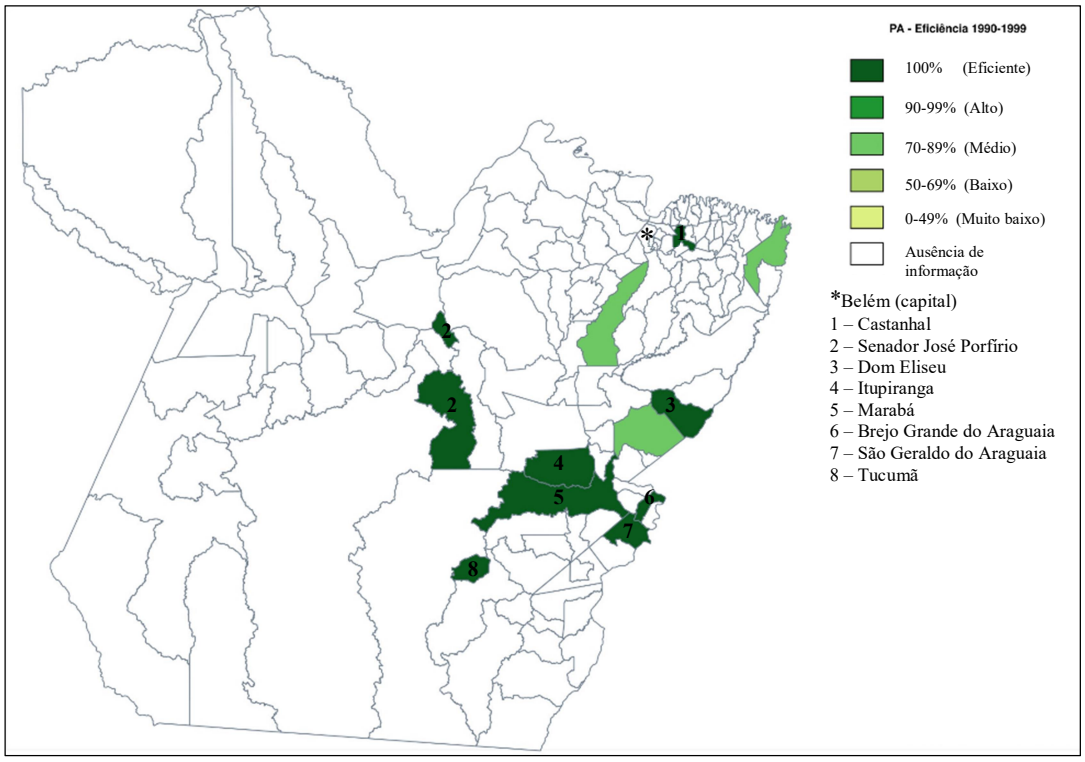


Figura 12 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Pará: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

[49] É a separação territorial em duas partes descontínuas, ou seja, são municípios geograficamente desconectados do território principal. No Brasil, são apenas três casos: Mineiros e Sítio d'Abadia (Goiás) e Senador José Porfírio (Pará). Uma das formas de acesso ao município de Senador José Porfírio é por meio da passagem entre a parte norte e sul, atravessando o município de Vitória do Xingu (DELLAGNEZZE, 2016; MOURA et al., 2021).

Dentre os 11 municípios da amostra de 1990-1999, os três que apresentaram as menores eficiências no período foram: Moju (87%), Rondon do Pará (81%) e Viseu (75%), conforme disposto no Quadro 18.

Quadro 18 – Municípios menos eficientes do Pará: 1990-1999

Municípios do Pará	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Moju	R$ 29.280,36	0,11	13.640	17,13	87%
Rondon do Pará	R$ 43.187,24	0,07	8.196	21,33	81%
Viseu	R$ 35.762,91	0,12	5.038	17,33	75%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Pará possuía 143 municípios, porém, 75 não dispunham de dados (52%) para a análise de eficiência nesse período. Dos 68 municípios analisados, 15 foram eficientes: Ananindeua, Anapu, Bannach, Belém, Bragança, Capitão Poço, Curuá, Novo Progresso, Novo Repartimento, Parauapebas, São Félix Do Xingu, São João Do Araguaia, Tracuateua, Ulianópolis e Água Azul Do Norte (Quadro 19). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 84%, sendo 11% menor que na década de 1990, e a redução do valor mínimo de eficiência foi de 75% para 55% nesta década. O município que realizou o maior gasto (GPT_09) da amostra foi Bannach (R$ 88.974,81) (ver Apêndice D). Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o menor valor de gasto per capita foi Bragança (R$ 14.886,57), sendo que a média foi de R$ 33.402,58.

Quadro 19 – Dados e eficiências dos municípios do Pará: 2000-2009

Municípios do Pará	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Ananindeua	R$ 18.699,79	0,11	78.411	12,00	100%
Anapu	R$ 29.487,29	0,16	11.136	57,22	100%
Bannach	R$ 88.974,81	0,17	0	65,44	100%
Belém	R$ 37.141,59	0,10	112.785	5,71	100%
Bragança	R$ 14.886,57	0,14	19.448	27,54	100%
Capitão Poço	R$ 16.844,69	0,17	2.124	35,82	100%
Curuá	R$ 32.685,20	0,20	3.030	51,48	100%
Novo Progresso	R$ 44.131,96	0,21	176	36,11	100%
Novo Repartimento	R$ 40.231,11	0,17	20.233	58,16	100%
Parauapebas	R$ 75.748,81	0,16	82.340	18,26	100%
São Félix do Xingu	R$ 20.240,68	0,16	56.719	44,47	100%
São João do Araguaia	R$ 43.620,86	0,20	908	52,55	100%
Tracuateua	R$ 26.229,14	0,17	4.712	54,72	100%
Ulianópolis	R$ 19.920,00	0,18	24.087	48,89	100%

Água Azul do Norte	R$	32.789,40	0,19	2.973	52,74	100%
Mínimo*	**R$**	**14.886,57**	**0,10**	**0**	**5,71**	**55%**
Média*	**R$**	**33.402,58**	**0,15**	**13.915**	**35,83**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$**	**12.861,43**	**0,02**	**21.178**	**12,73**	**12%**
Máximo*	**R$**	**88.974,81**	**0,21**	**112.785**	**65,44**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os valores máximos de 0,21 (2000) para 0,24 (1999), mas foi acima quando considerado os valores mínimos de 0,1 (2000) para 0,07 (1999). Belém e Soure tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,1 (ver Apêndice D). Novo Progresso teve a maior variação da década: 0,21.

O município de Belém, capital estadual, apresentou o valor máximo da amostra para a variação no aumento da sua população (POP_09): 112.875, fazendo parte da lista das capitais e municípios com maior aumento populacional no país. Os municípios de Bannach, São Geraldo do Araguaia, Pau D'Arco, Peixe-Boi e Uruará foram os municípios com variação da população zero, sendo eficiente nesta lista o município de Bannach. Sobre a disposição de infraestrutura, o município que registrou menor variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09) foi a capital, Belém (5,71), inclusive sendo o único município da amostra com valor abaixo de 10 pontos. O município de Bannach apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 65,44, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Isso se deve ao fato de que o município tinha sido instituído na década anterior, registrando, assim, um alto valor de variação de infraestrutura disposta a sua população.

Os escores de eficiência para os 143 municípios do estado do Pará, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 13. Nessa amostra, 128 (90%) municípios não foram eficientes. Há três concentrações de eficiência: Belém (capital) e Ananindeua (região metropolitana); Bragança e Tracuateua (próximas à capital); e Anapu, Novo Repartimento, São Félix do Xingu, Parauapebas, Água Azul do Norte e Bannach (sudeste). Os municípios eficientes dispersos pelo estado são: Curuá (leste), Novo Progresso (sudoeste), Capitão Poço (nordeste), Ulianópolis (sudeste) e São João do Araguaia (sudeste).

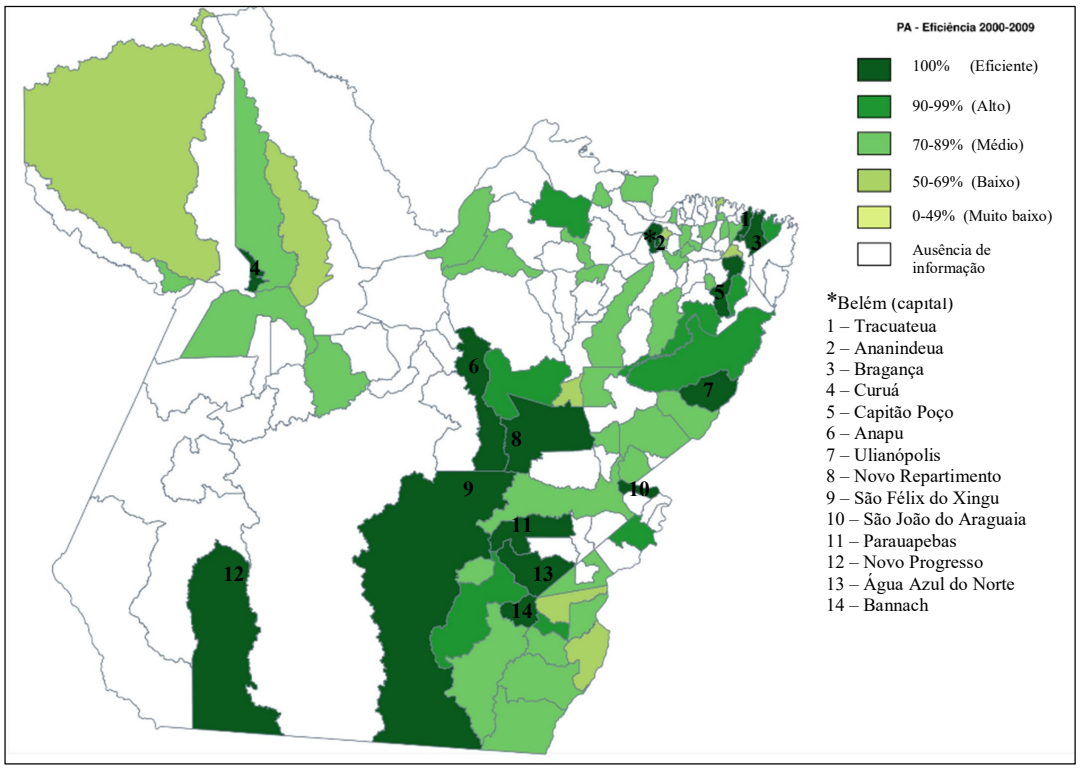


Figura 13 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Pará: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Os municípios de São Geraldo do Araguaia, Marabá, Dom Eliseu, Moju, Tucumã, Castanhal e Rondon do Pará, que estavam na amostra da década de 1990, também tinham dados disponíveis para a análise de eficiência da década de 2000. Os municípios de Brejo Grande do Araguaia, Itupiranga, Senador Porfírio e Viseu, não tinham dados completos. Entretanto, nenhum município da amostra da década de 1990 foi eficiente na década de 2000 e os demais reduziram seus percentuais: São Geraldo do Araguaia de 100% para 95%, Marabá de 100% para 85%, Dom Eliseu de 100% para 55%, Moju de 87% para 80%, Tucumã de 100% para 76%, Castanhal de 100% para 74%, e Rondon do Pará de 81% para 72%.

Dentre os 68 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Conceição do Araguaia (67%), Tucuruí (66%), Santa Bárbara do Pará (64%), Monte Alegre (62%) e Oriximiná (55%), conforme disposto no Quadro 20.

Quadro 20 – Municípios menos eficientes do Pará: 2000-2009

Municípios do Pará	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Conceição do Araguaia	R$ 27.578,50	0,13	2.171	22,43	67%

Tucuruí	R$	56.413,03	0,12	23.330	18,02	66%
Santa Bárbara do Pará	R$	25.787,57	0,12	5.763	18,94	64%
Monte Alegre	R$	34.243,54	0,12	2.540	29,32	62%
Oriximiná	R$	62.138,49	0,11	14.462	13,74	55%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Mas, é possível fazer comparações entre aqueles que dispunham de dados para os dois períodos, mesmo com amostras diferentes. Destaca-se que nenhum município foi eficiente nos dois períodos estudados. Sendo que, todos eles apresentaram redução do percentual de eficiência da primeira para a segunda década. A capital estadual foi eficiente na segunda década estudada, mas na primeira década não tinha dados disponíveis. Entretanto, frente às complexidade que norteiam uma capital e os dados existentes para análise de eficiência, ela teve um resultado positivo, frente à baixa variação do IDHG, baixa variação na disposição de infraestrutura e aumento populacional significativo.

Em geral, quase todos os municípios paraenses tiveram uma variação no IDH-Global maior que 0,1 em cada década estudada, exceto Rondon do Pará na década de 1990; apenas seis municípios não tiveram aumento populacional nas duas décadas, sendo metade deles eficientes (Senador José Porfírio, Tucumã e Bannach); e, com exceção dos municípios de Castanhal, Marabá e Belém, todos os demais municípios tiveram variação de infraestrutura acima de 10 pontos, em cada década. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais dos municípios e na promoção do bem-estar social. Entretanto, análises mais detalhadas devem ser realizadas para quantificar e qualificar as melhorias e os reflexos no bem estar da população deste estado.

Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) ao analisar a eficiência dos municípios brasileiros, nas cinco regiões geográficas do país, para o ano de 2000, identificaram a cidade de Bragança como eficiente. Jubran (2006) ao estudar a eficiência da gestão pública nas capitais estaduais brasileiras, para o ano de 2000, identificou que a capital paraense foi eficiente. O município de Ananindeua foi eficiente nos dois anos (2000 e 2010) estudados e Marituba somente no segundo ano, tendo por base a análise aplicada por Araújo Neto (2016), na gestão dos gastos públicos dos municípios brasileiros. Os percentuais de eficiência para os municípios paraenses ficaram entre 80% a 89% (ARAÚJO NETO, 2016).

Similarmente, neste estudo, Bragança, Belém e Ananindeua foram eficientes, no segundo decênio, acompanhando o resultado de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005), Jubran (2006) e Araújo Neto (2016), sucessivamente. Os percentuais de eficiência disposto nas literaturas estão próximos aos resultados neste estudo, indicando que, em geral, os municípios paraenses têm bom desempenho na gestão dos recursos públicos municipais. Entretanto, há carência de estudos que se dediquem a analisar a eficiência da gestão dos gastos públicos para a promoção do bem-estar social nos municípios paraenses.

5.3.1.5 Rondônia

O estado de Rondônia possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.765,293 km^2. Faz divisa com os estados do Mato Grosso, Amazonas, Acre e Bolívia. É oriundo de dois outros estados, Amazonas e Mato Grosso e o único estado do Brasil que foi constituído através de um acordo, o Tratado de Petrópolis. Antes território da União, foi elevado à categoria de estado da federação em 1982 e recebeu seu nome em homenagem ao marechal Cândido Rondon, explorador da região (RONDÔNIA, 2017).

A economia do estado foi constituída em ciclos. O primeiro ciclo foi a construção da estrada de ferro, fruto do Tratado de Petrópolis, e corrida ao "ouro negro" (borracha). O segundo ciclo foi representado pelo outro ciclo da borracha, impulsionado pela necessidade de abastecer as tropas da II Guerra Mundial. O terceiro ciclo foi o do garimpo de diamante, cassiterita e ouro. E o último ciclo, entre as décadas de 60 e 80, que foi movido pela ida de famílias em busca das terras férteis de Rondônia (RONDÔNIA, 2017).

O estado de Rondônia possuía 23 municípios até o início da década de 1990, mas não havia dados disponíveis para nenhum deles nessa década. No início da década de 2000, havia 52 municípios instituídos em Rondônia, mas somente 42 (81%) deles estavam com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 42 municípios analisados na metodologia DEA, sete resultaram em eficientes: Alto Paraíso, Buritis, Cujubim, Governador Jorge Teixeira, Porto Velho, São Miguel Do Guaporé e Vale Do Anari (Quadro 21). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 78%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_09) na amostra foi Pimenteiras do Oeste (R$ 112.696,76), em contrapartida, Alto Paraíso realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 26.718,94), sendo que a média foi de R$ 47.735,65.

Quadro 21 – Dados e eficiências dos municípios de Rondônia: 2000-2009

Municípios De Rondônia	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Alto Paraíso	R$ 26.718,94	0,18	4.017	39,55	100%
Buritis	R$ 31.313,01	0,20	6.715	41,35	100%
Cujubim	R$ 31.112,90	0,19	9.318	42,58	100%
Governador Jorge Teixeira	R$ 57.926,70	0,22	0	58,93	100%
Porto Velho	R$ 37.104,98	0,12	93.866	11,17	100%
São Miguel do Guaporé	R$ 38.149,44	0,24	1.683	45,62	100%
Vale do Anari	R$ 44.486,09	0,18	1.647	76,89	100%
Mínimo*	**R$ 26.718,94**	**0,08**	**0**	**4,23**	**45%**
Média*	**R$ 47.735,65**	**0,17**	**5.143**	**31,86**	**78%**
Desvio Padrão*	**R$ 16.187,28**	**0,03**	**14.802**	**14,69**	**14%**
Máximo*	**R$ 112.696,76**	**0,24**	**93.866**	**76,89**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_09) foi alcançada pelo município de São Miguel Do Guaporé (0,24), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional. Guajará-Mirim (0,08) foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década, sendo também aquele que apresentou o menor percentual de eficiência (45%) (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, o município de Porto Velho obteve a menor variação do IDH-Global nesse período: 0,12.

Na amostra, 18 municípios não tiveram variação no aumento da sua população (POP_09) na década de 2000 (ver Apêndice D). De outro lado, o município de Porto Velho (capital eficiente) foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 93.866 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década. Vale do Anari, município eficiente, foi o que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_09: 76,89), e o município de Vilhena demonstrou a menor variação (4,23) na década.

A Figura 14 apresenta os escores de eficiência dos 42 municípios rondonienses estudados na década de 2000. Considerando a amostra, 35 municípios não resultaram em eficientes (ver Apêndice D). A capital estadual, Porto Velho, foi eficiente e três municípios que a circundam também foram eficientes: Cujubim, Alto Paraíso e Buritis. Os municípios de São Miguel do Guaporé e Governador Jorge Teixeira foram eficientes e são vizinhos, também. O município de Vale do Anari foi eficiente e não tem em suas divisas municípios eficientes, mas está próximo das duas concentrações espaciais de eficiência.

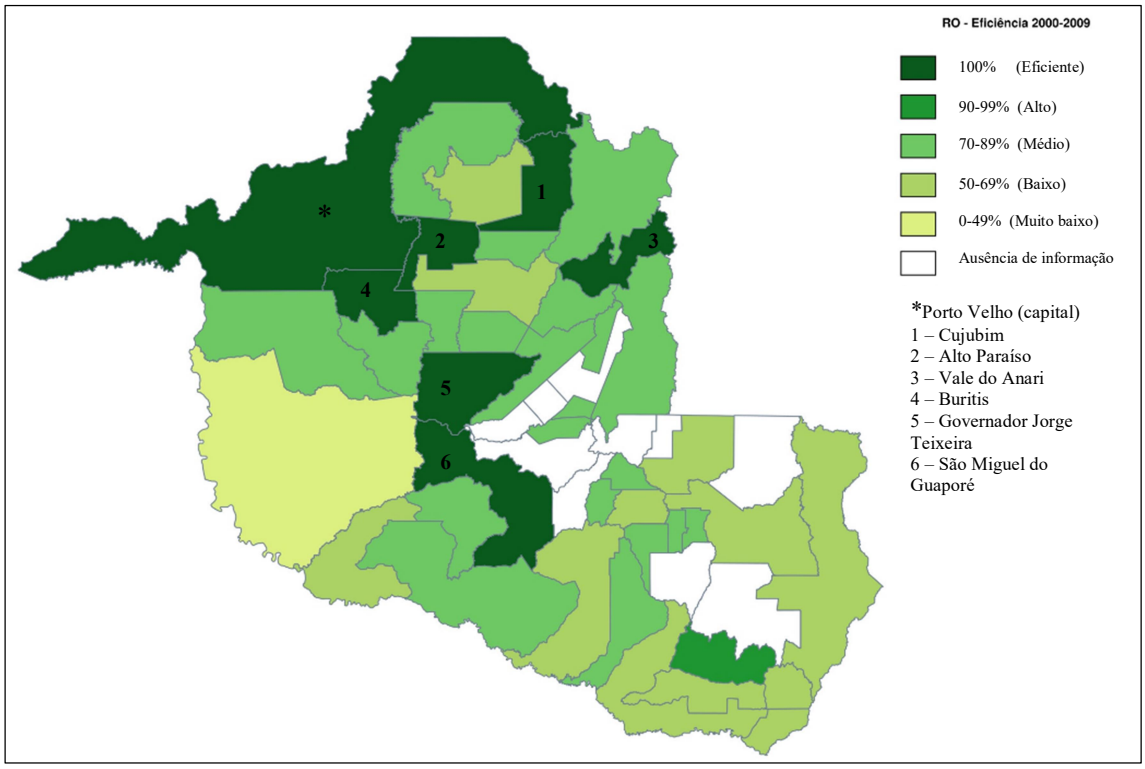


Figura 14 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Rondônia: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 42 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Colorado do Oeste (59%), Itapuã do Oeste (58%), Pimenta Bueno (58%), Vilhena (58%) e Guajará-Mirim (45%), conforme disposto no Quadro 22.

Quadro 22 – Municípios menos eficientes do Rondônia: 2000-2009

Municípios De Rondônia	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Colorado Do Oeste	R$ 40.037,10	0,14	0	21,49	59%
Itapuã Do Oeste	R$ 51.217,97	0,14	1.744	28,15	59%
Pimenta Bueno	R$ 39.768,14	0,14	2.070	11,21	58%
Vilhena	R$ 42.676,14	0,11	22.604	4,23	58%
Guajará-Mirim	R$ 32.426,64	0,08	3.611	20,43	45%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para os mesmos municípios em décadas diferentes prejudica a comparação das eficiências, que no caso do estado de Rondônia, não teve nenhum

município com dados completos na década de 1990. Entretanto, verifica-se que o município de Guajará-Mirim apresentou a menor eficiência e a menor variação de IDHG_09. Isso demonstra que, nem sempre a maior disposição de recursos gera mais bem-estar social aos munícipes, podendo estar relacionado à qualidade da alocação. Destaca-se que a capital estadual, Porto Velho, foi eficiente, frente ao crescimento populacional significativo e a pequena melhoria na disposição de infraestrutura municipal.

Em geral, quase todos os municípios rondonienses tiveram uma variação no IDH-Global maior que 0,1 (exceto Guajará-Mirim); 18 municípios não tiveram aumento populacional, sendo um deles eficiente (Governador Jorge Teixeira); e, com exceção do município de Vilhena, todos os demais municípios tiveram variação de infraestrutura acima de 10 pontos. Isso indica que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social. Entretanto, análises mais detalhadas devem ser realizadas para quantificar e qualificar as melhorias e os reflexos no bem estar da população deste estado.

A literatura apresenta poucos estudos de eficiência para os municípios rondonienses quanto à gestão dos gastos públicos. Dentre eles, há o estudo de Jubran (2006), que resultou em 98% para a capital estadual, Porto Velho, para o ano 2000. No estudo de Araújo Neto (2016), nenhum município rondoniense foi eficiente, mas resultou em percentuais entre 77% e 93%, este último para o município de Guajará-Mirim, para os anos de 2000 e 2010.

O percentual médio de eficiência (78%) deste estudo é similar ao disposto na literatura, incluindo a capital estadual, que no estudo de Jubran (2006), quase resultou em 100%. Mas, os percentuais dos municípios destoam, principalmente, quanto aos resultados pelo município de Guajará-Mirim, que teve o menor percentual (45%) neste estudo, e teve o maior percentual entre os municípios de Rondônia (93%), na amostra nacional aplicada por Araújo Neto (2016). Estas discrepâncias podem estar relacionadas ao modelo aplicado, aos dados e ao período diferentes estudados.

5.3.1.6 Roraima

O Estado de Roraima, antigo território de Rio Branco, possui uma área de 230.104 km^2. Possui 15 municípios e faz limite ao norte e ao noroeste com a Venezuela, a leste com a Guiana, a sudeste com o estado do Pará e ao sul e oeste com o Amazonas. O Território

Federal do Rio Branco foi criado em 1943, pelo presidente da época, Getúlio Vargas. As primeiras colônias agrícolas foram formadas por imigrantes de vários estados nordestinos. Em 1962, o Território do Rio Branco foi denominado de Território Federal de Roraima, com base no pedido da população da época (RORAIMA, 2017).

A economia de Roraima caracteriza-se ao norte e ao sul por uma intensa participação do setor de administração pública e do setor de serviços. No setor agrícola destaca-se a produção de soja, arroz, milho, milheto, sorgo e gergelim. O maior percentual do setor industrial está voltado para os serviços industriais de utilidade pública, seguido dos setores de construção civil, alimentos, bebidas e minerais não metálicos (RORAIMA, 2022).

O estado do Roraima possuía oito municípios até o início da década de 1990, mas não havia dados disponíveis para nenhum dos municípios nesse período. No início da década de 2000, havia 15 municípios instituídos no estado do Amapá, mas apenas 10 (67%) deles estavam com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 10 municípios analisados na metodologia DEA, cinco resultaram em eficientes: Boa Vista, Bonfim, Mucajaí, Normandia e Rorainópolis (Quadro 23). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 84%. Destaca-se na amostra, o município Boa Vista, capital estadual, realizou o terceiro maior gasto da amostra: R$ 52.440,07, ficando atrás de São João da Baliza (R$ 54.724,58), e Caracaraí (R$ 60.418,83), ambos ineficientes (ver Apêndice D). Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o menor valor de gasto per capita (GPT_09) foi Normandia (R$ 25.657,38), além de representar o menor valor da amostra, também. A média de gasto foi de R$ 42.194,37.

Quadro 23 – Dados e eficiências dos municípios de Roraima: 2000-2009

Municípios De Roraima	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Boa Vista	R$ 52.440,07	0,10	83.745	9,29	100%
Bonfim	R$ 52.315,73	0,17	1.617	31,68	100%
Mucajaí	R$ 29.342,05	0,12	3.545	28,63	100%
Normandia	R$ 25.657,38	0,22	2.802	18,81	100%
Rorainópolis	R$ 36.340,30	0,12	6.886	41,18	100%
Mínimo*	**R$ 25.657,38**	**0,10**	**1.439**	**9,29**	**57%**
Média*	**R$ 42.194,37**	**0,13**	**11.082**	**22,63**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$ 12.067,84**	**0,04**	**25.582**	**10,18**	**20%**
Máximo*	**R$ 60.418,83**	**0,22**	**83.745**	**41,18**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_09) foi alcançada pelo município de Normandia (0,22), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional. São Luiz, Caracaraí e Boa Vista foram os municípios da amostra que tiveram a menor variação de IDH-Global nesta década (0,10).

Todos os municípios roraimenses tiveram variação no aumento da sua população (POP_09) na década de 2000, representando o menor valor na amostra desse período. De outro lado, o município de Boa Vista foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 83.745 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década. Sobre a infraestrutura, Boa Vista foi o município que registrou a menor variação (INFRA_09: 9,29), e o município de Rorainópolis demonstrou a maior variação (41,18) na década.

A Figura 15 apresenta os escores de eficiência dos dez municípios roraimenses estudados na década de 2000. Considerando a amostra, apenas cinco municípios não resultaram em eficientes. Há concentração espacial de municípios eficientes próximos à capital estadual (Boa Vista): Normandia, Bonfim e Mucajaí. Já Rorainópolis, município eficiente, ficou afastado dos demais.

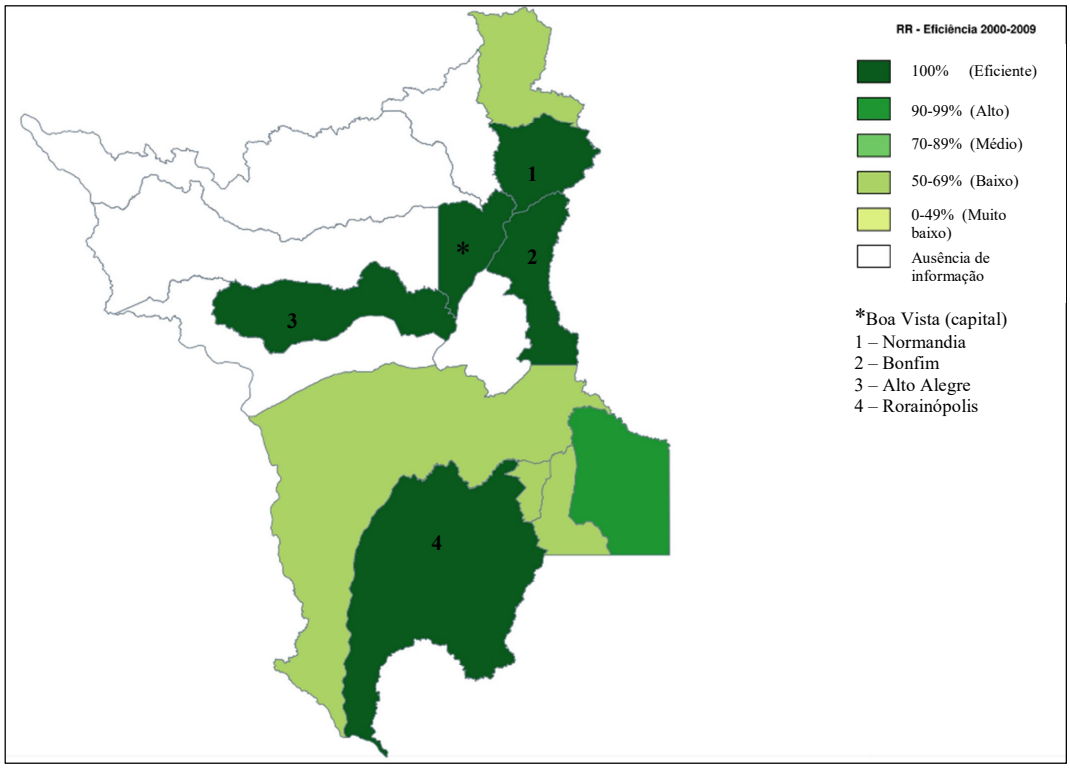


Figura 15 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Roraima: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 10 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Caroebe (92%), São Luiz (70%), Caracaraí (60%), Uiraúna (58%) e São João da Baliza (57%), conforme disposto no Quadro 24.

Quadro 24 – Municípios menos eficientes do Roraima: 2000-2009

Municípios De Roraima	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Caroebe	R$ 38.655,99	0,15	2.422	29,74	92%
São Luiz	R$ 41.150,82	0,10	1.439	24,30	70%
Caracaraí	R$ 60.418,83	0,10	4.112	17,11	60%
Uiraúna	R$ 30.897,98	0,12	2.573	12,55	58%
São João da Baliza	R$ 54.724,58	0,12	1.678	13,05	57%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para os mesmos municípios em décadas diferentes prejudica a comparação das eficiências, que no caso do estado de Roraima, não teve nenhum município com dados completos na década de 1990. Entretanto, verifica-se que a capital estadual, Boa Vista, resultou em eficiência frente às suas baixas (menor variação do IDHG e INFRA na amostra) e seu aumento populacional significativo. O município de Caracaraí foi aquele que mais gastou, teve menor variação no IDHG e foi o segundo menos eficiente. Em caso oposto, o município de Normandia foi o que menos gastou, teve a maior variação de IDH-Global e foi eficiente. Isso demonstra que, nem sempre a maior disposição de recursos gera mais bem-estar social aos munícipes, podendo estar relacionado à qualidade da alocação.

Em geral, todos os municípios roraimenses tiveram uma variação no IDH-Global maior que 0,1; todos os municípios tiveram aumento populacional, e, com exceção da capital, todos os demais municípios tiveram variação de infraestrutura acima de 10 pontos. Isso indica que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social. Entretanto, análises mais detalhadas devem ser realizadas para quantificar e qualificar as melhorias e os reflexos no bem estar da população deste estado.

Em 1991 e 2000, os percentuais de eficiência na geração de bem-estar nos estados brasileiros, calculados por Maciel, Piza e Penoff (2009), resultaram em 100% para Roraima. Araújo Neto (2016) ao medir a eficiência dos gastos públicos municipais no Brasil apresentou percentuais de eficiência entre 78% e 89% para os municípios roraimenses estudados, tendo a capital, Boa Vista, resultado em 82%. No estudo de Jubran (2006), Boa Vista resultou em 97% no modelo de análise de eficiência da gestão pública das prefeituras.

Comparando os resultados deste estudo com os disposto na literatura de eficiência da gestão do gasto público, para promoção do bem-estar social ou não, há similaridade quanto aos percentuais médios de eficiência pelos municípios roraimenses, estando na faixa dos 80%. De outro lado, a capital estadual foi eficiente neste estudo e quase eficiente no estudo de Jubran (2006).

5.3.1.7 Tocantins

O estado do Tocantins é o mais novo do Brasil, faz limite com Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Possui uma área total de 277.720,41 km² e 139 municípios. Enquanto Portugal concentrou a colonização do Brasil na costa, ingleses, franceses e holandeses exploravam a Região Norte, instalando colônias que serviriam para expandir a exploração para o interior do país. No ano de 1610, os franceses descobriram o rio Tocantins pela foz, que anteriormente fazia parte do estado de Goiás. Em 1988, foi instituído o estado do Tocantins, por meio da Assembleia Nacional Constituinte, devido à luta pela emancipação do norte goiano, que havia se intensificado no ano anterior (TOCANTINS, 2017).

A agropecuária, principalmente a pecuária, é a principal atividade econômica do estado. O setor de comércio e serviços aparece em segundo lugar, predominando o setor público. Em último lugar, fica a indústria, principalmente de construção civil (TOCANTINS, 2022).

O estado do Tocantins possuía 79 municípios até o início da década de 1990, mas não havia dados disponíveis para nenhum dos municípios nesse período. No início da década de 2000, havia 139 municípios instituídos no estado do Tocantins, mas apenas 94 (68%) deles estavam com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 94 municípios analisados na metodologia DEA, sete resultaram em eficientes: Araguaína, Campos Lindos, Mateiros, Palmas, Paranã, Tupiratins e Wanderlândia (Quadro 9). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 70%. Destaca-se na amostra, que o município de Palmas, capital estadual, foi eficiente. Ipueiras foi o município que realizou o maior gasto da amostra: R$ 804.877,35 não sendo eficiente. O valor médio foi de R$ 70.237,89 e o mínimo: R$ 25.824,29, realizado pelo município de Gurupi (ver Apêndice D).

Quadro 25 – Dados e eficiências dos municípios do Tocantins: 2000-2009

Municípios Do Tocantins		GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Araguaína	R$	26.329,50	0,17	37.341	12,65	100%
Campos Lindos	R$	36.263,95	0,20	2.501	68,45	100%
Mateiros	R$	80.613,54	0,33	577	67,62	100%
Palmas	R$	57.783,98	0,13	90.977	7,07	100%
Paranã	R$	37.813,99	0,26	0	37,72	100%
Tupiratins	R$	86.588,35	0,14	732	71,32	100%
Wanderlândia	R$	28.470,63	0,16	708	51,12	100%
Mínimo*	**R$**	**25.824,29**	**0,10**	**0**	**7,07**	**40%**
Média*	**R$**	**70.237,89**	**0,18**	**2.167**	**36,72**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$**	**89.554,66**	**0,04**	**10.130**	**13,94**	**15%**
Máximo*	**R$**	**804.877,35**	**0,33**	**90.977**	**71,32**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_09) foi alcançada pelo município de Mateiros (0,33), entre os municípios do estado e do Brasil. Além de Mateiros, o estado do Tocantins tem mais quatro municípios que ocupam posições das maiores variações de IDHG no país, entre os 30 primeiros: Paranã (0,26), Palmeirante (0,25), Rio Sono (0,24) e Ipueiras (0,24). Miracema do Tocantins foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,1, sendo o menos eficiente também (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, os municípios de Palmas e Tupiratins obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,13 e 0,14, consecutivamente.

Quanto à variação da população (POP_09), não foi registrado aumento para 16 municípios, dentre eles estão os municípios de Paranã (eficiente) e Miracema do Tocantins (menos eficiente da amostra). De outro lado, o município de Palmas foi o que teve o maior aumento populacional na amostra: 90.977 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década. Sobre a infraestrutura, o município de Tupiratins foi o que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_09: 71,32), e o município de Palmas demonstrou a menor variação (7,07) na década.

A Figura 16 apresenta os escores de eficiência dos 94 municípios tocantinenses estudados na década de 2000. Considerando a amostra, apenas 8% dos municípios resultaram em eficientes. Ao norte do estado, estão os municípios de Araguaína e Wanderlândia, que foram eficientes e são vizinhos, indicando uma concentração espacial. Destaca-se, o município de Palmeirante (91%), que faz divisa com três municípios eficientes: Araguaína (acima), Campos Lindos (lado leste) e Tupiratins (abaixo), e está próximo a sua eficiência,

podendo ter influência de sua localização entre municípios eficientes. Em contrapartida, as demais eficiências (Campos Lindos, Mateiros, Paranã e Tupiratins) estão distantes uma das outras e da capital estadual.

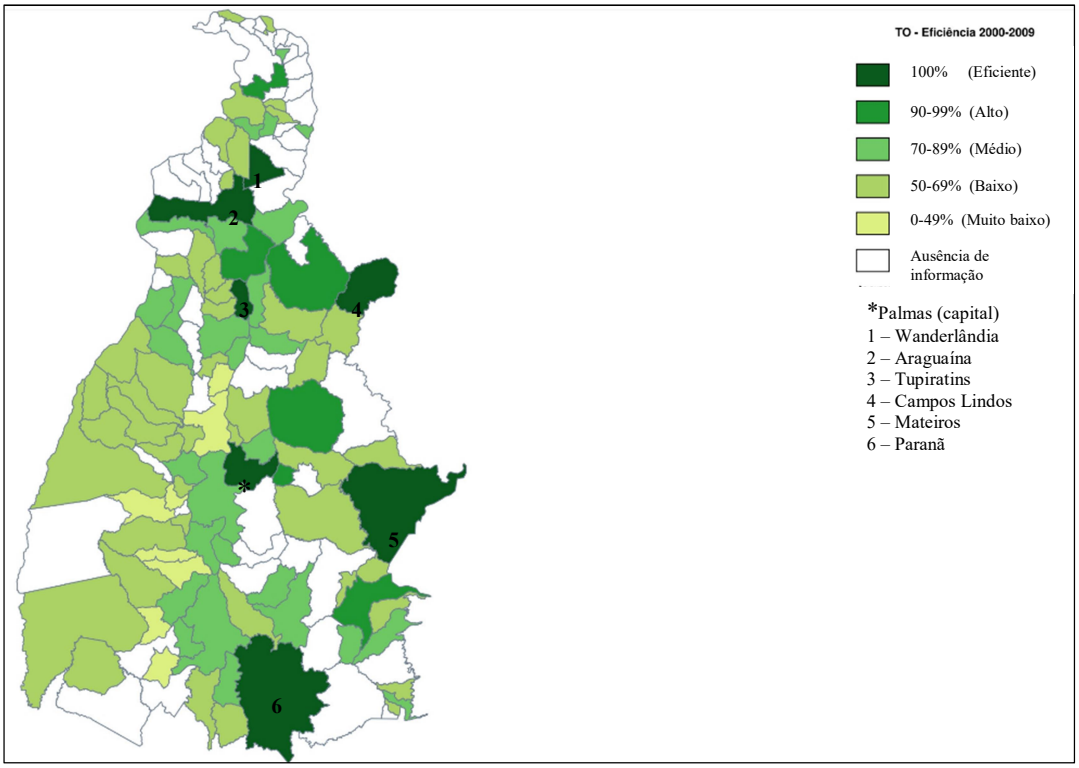


Figura 16 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Tocantins: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 94 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Rio dos Bois (48%), Nova Rosalândia (43%), Aliança do Tocantins (43%), Cariri do Tocantins (42%) e Miracema do Tocantins (40%), conforme disposto no Quadro 26.

Quadro 26 – Municípios menos eficientes do Tocantins: 2000-2009

Municípios Do Tocantins		GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Rio dos Bois	R$	60.956,32	0,14	301	27,92	48%
Nova Rosalândia	R$	47.441,26	0,11	580	26,95	43%
Aliança do Tocantins	R$	55.720,15	0,12	0	24,66	43%
Cariri do Tocantins	R$	78.837,39	0,13	766	14,64	42%
Miracema do Tocantins	R$	47.094,93	0,10	0	21,08	40%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para os mesmos municípios em décadas diferentes prejudica a comparação das eficiências, que no caso do estado do Tocantins, não teve nenhum município com dados completos na década de 1990. Entretanto, verifica-se que o município de Miracema do Tocantins foi o que apresentou a menor eficiência (40%) e a menor variação de IDHG_09 (0,10), e uma variação na disposição de infraestrutura municipal abaixo da média. O município que mais gastou (Ipueiras: 72%), no estado e no país nessa década, não foi eficiente, e aquele que menos gastou (Gurupi: 88%), também, não foi eficiente. Isso demonstra que, nem sempre a maior disposição de recursos gera mais bem-estar social aos munícipes, podendo estar relacionado à qualidade da alocação. Destaca-se que a capital estadual, Palmas, foi eficiente, frente ao crescimento populacional significativo, e as pequenas melhorias na variação do IDH-Global e na disposição de infraestrutura municipal.

Em geral, todos os municípios tocantinenses tiveram uma variação no IDH-Global maior que 0,1 na década, 17% dos municípios não tiveram aumento populacional, sendo dois deles eficientes, e quase todos os municípios tiveram variação de infraestrutura acima de 10 pontos, exceto: Palmas, Paraíso do Tocantins e Gurupi. Isso indica que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção da qualidade de vida local, apesar do estado ter atingido a menor média de eficiência da Região Norte. Entretanto, análises mais detalhadas devem ser realizadas para quantificar e qualificar as melhorias e os reflexos no bem estar da população deste estado.

Palmas resultou em 99% de eficiência quando comparada às demais capitais brasileiras, quanto a gestão dos gastos públicos em 2000 (Jubran, 2006). Mas, ao realizar a análise de eficiência entre os municípios brasileiros, Araújo Neto (2016) teve como resultados para Palmas: 87% (2000) e 94% (2010), e para os municípios tocantinenses percentuais entre 80% e 91%. Ao analisar a eficiência dos estados e do DF, Maciel, Piza e Penoff (2009) identificaram percentuais de: 71% (1991) e 87% (2000) para o Tocantins. Em contrapartida, este estudo resultou em percentuais de eficiência média de 70% e a capital estadual tocantinense foi eficiente.

5.3.2 Região Nordeste

5.3.2.1 Alagoas

O estado de Alagoas ocupa uma área de 27.848,140 km² e possui 102 municípios. Seus limite fazem divisa com os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia, e com o Oceano Atlântico. No início do século XVI, a região onde hoje se encontra o Alagoas foi invadida por franceses. Em 1535, foi retomada pelos portugueses. Em 1630, foram os holandeses que ocuparam Alagoas, novamente reconquistada pelos portugueses em 1645. Em 1891, foi assinada a primeira Constituição do Estado. A maior revolta de escravos do país também aconteceu em Alagoas, mais especificamente em Palmares. Liderada por Zumbi, o quilombo chegou a ter 30 mil habitantes e foi destruído em 1694 (ALAGOAS, 2017).

A economia alagoana está baseada na indústria açucareira alagoana, que existe desde o início do século XX. Na região nordeste, Alagoas é o maior produtor de cana de açúcar. Os principais produtos da exportação internacional do estado são: açúcar demerara, álcool anidro, álcool hidratado, dicloroetano, petróleo, PVC em contêineres e soda cáustica (ALAGOAS, 2022).

Alagoas possuía 97 municípios até o início da década de 1990, mas havia 43 municípios (44%) com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 54 municípios analisados na metodologia DEA, seis resultaram em eficientes: Arapiraca, Barra de São Miguel, Campo Alegre, Limoeiro de Anadia, Messias e Minador do Negrão (Quadro 27). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 79%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Jundiá (R$ 128.606,06), que não resultou em eficiência. Em contrapartida, Campo Alegre realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 26.706,39), e resultou em eficiência. A média de gasto para o período foi de R$ 51.437,14 (ver Apêndice D).

Quadro 27 – Dados e eficiências dos municípios do Alagoas: 1990-1999

Municípios De Alagoas	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Arapiraca	R$ 42.205,56	0,12	20.404	12,63	100%
Barra de São Miguel	R$ 83.729,54	0,17	1.429	23,81	100%
Campo Alegre	R$ 26.706,39	0,10	5.408	13,63	100%
Limoeiro de Anadia	R$ 31.542,07	0,16	5.036	26,74	100%
Messias	R$ 43.880,72	0,07	1.426	39,97	100%
Minador do Negrão	R$ 98.857,35	0,12	0	36,14	100%
Mínimo*	**R$ 26.706,39**	**0,04**	**0**	**0**	**45%**
Média*	**R$ 51.437,14**	**0,11**	**2.162**	**18,87**	**79%**
Desvio Padrão*	**R$ 19.881,62**	**0,03**	**3.384**	**8,40**	**14%**

Máximo*	**R$**	**128.606,06**	**0,17**	**20.404**	**39,97**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

As maiores variações do IDH-Global (IDHG_99) foram alcançadas pelos municípios eficientes: Barra de São Miguel (0,17) e Limoeiro do Anadia (0,16). Aquele que teve a menor variação de IDH-Global, nesta década, foi o município de Maravilha. Entretanto, o município de Messias está entre os cinco municípios com menor variação de IDH-Global neste período, sendo eficiente (ver Apêndice D).

Na década de 1990, 12 (22%) municípios não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99), sendo o menor valor, representado por zero. Dentre eles, está o município de Minador do Negrão, que foi eficiente, que apresentou o menor valor entre os municípios eficientes. De outro lado, o município de Arapiraca foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 20.404 habitantes, fazendo parte dos 150 municípios com maior variação no Brasil nessa década (ver Apêndice D).

Messias foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 39,97), seguido de Poço das Trincheiras (36,23) e Minador do Negrão (36,14), sendo o primeiro e o terceiro, municípios eficientes. O município de Roteiro foi o único da amostra, neste decênio, que apresentou uma variação de zero para disposição de infraestrutura. Isso pode estar relaciona a data instituição do município, que ao longo do tempo já possui uma infraestrutura adequada, sendo mais difícil ampliar a variação ou a disponibilidade de dados.

A Figura 17**Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta os escores de eficiência dos nove municípios alagoanos estudados na década de 1990. Considerando a amostra, 12 municípios não resultaram em eficiência. Os municípios eficientes de Minador do Negrão e Messias ficaram distantes dos demais eficientes. O município de Limoeiro de Anadia foi eficiente, juntamente com seus vizinhos: Arapiraca e Campo Alegre. O município de Junqueira (92%) faz divisa com estes três municípios eficientes, e, próximos a estes municípios, está localizado Barra de São Miguel, também eficiente. Isso demonstra a concentração de municípios eficientes na região central do estado de Alagoas, e uma possível influência entre vizinhos. A capital estadual, Maceió, não foi eficiente, mas faz divisa com dois municípios eficientes que fazem parte de sua região metropolitana: Messias e Barra de São Miguel, que pode demonstrar a influência neste resultado positivo destes municípios.

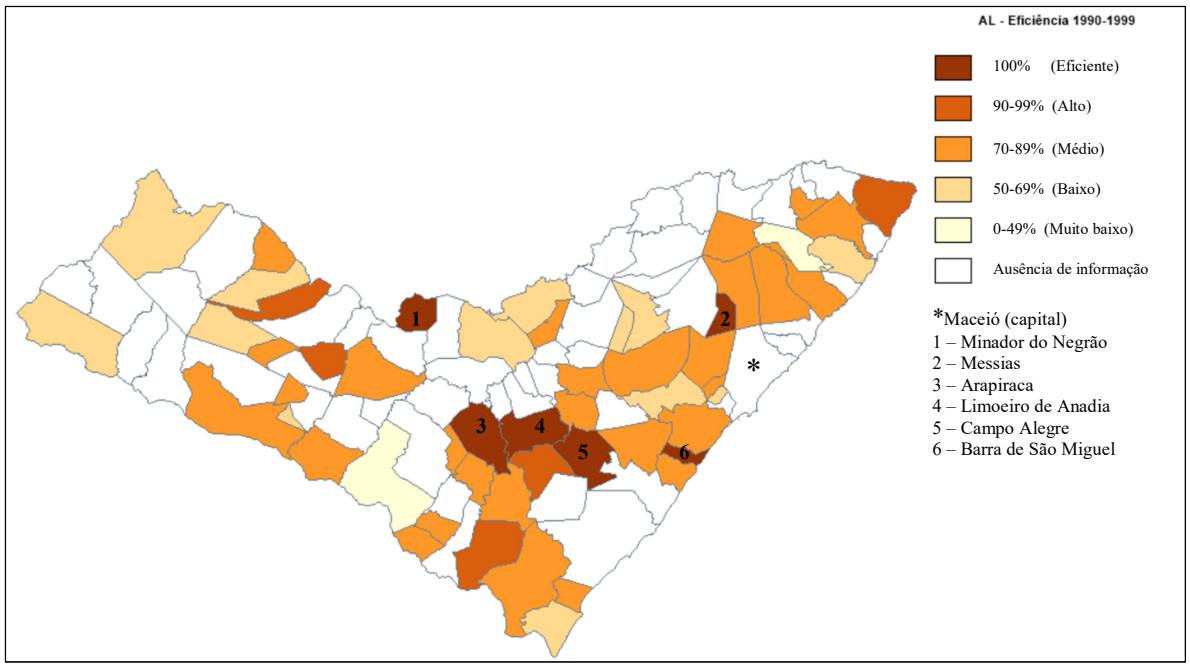


Figura 17 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Alagoas: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 54 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Senador Rui Palmeira (61%), Capela (58%), Porto de Pedras (57%), Matriz de Camaragibe (45%) e Traipu (45%), conforme disposto no Quadro 28.

Quadro 28 – Municípios menos eficientes do Alagoas: 1990-1999

Municípios De Alagoas	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Senador Rui Palmeira	R$ 39.804,79	0,09	2.566	17,60	61%
Capela	R$ 47.830,38	0,09	0	6,52	58%
Porto de Pedras	R$ 44.266,65	0,09	623	13,85	57%
Matriz de Camaragibe	R$ 44.622,48	0,06	2.871	13,89	48%
Traipu	R$ 53.033,93	0,07	1.163	4,04	45%

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

Na década de 2000, o estado de Alagoas possuía 101 municípios, porém, 18 não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 83 (82%) municípios analisados, 11 foram eficientes: Atalaia, Campo Alegre, Girau Do Ponciano, Limoeiro De Anadia, Maceió, Maravilha, Pindoba, Porto De Pedras, São José Da Tapera, Senador Rui Palmeira e Estrela De Alagoas (Quadro 29). O percentual médio de eficiência para a amostra

foi de 81%, sendo 2% maior que na década de 1990. Destacam-se na amostra, os municípios de Limoeiro do Anadia e Campo Alegre, que já haviam sido eficientes na análise da década anterior. Campo Alegre, mais uma vez, foi o município que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 23.981,25. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Pindoba (R$ 87.184,65), sendo que a média foi de R$ 44.337,36. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Feliz Deserto: R$ 94.259,81 (ver Apêndice D).

Quadro 29 – Dados e eficiências dos municípios do Alagoas: 2000-2009

Municípios Do Alagoas	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Atalaia	R$ 28.875,56	0,15	3.770	22,92	100%
Campo Alegre	R$ 23.981,25	0,18	10.607	7,20	100%
Girau do Ponciano	R$ 28.305,22	0,20	6.252	12,00	100%
Limoeiro de Anadia	R$ 30.270,59	0,21	3.184	25,09	100%
Maceió	R$ 36.950,60	0,14	134.989	1,48	100%
Maravilha	R$ 51.018,69	0,23	0	22,76	100%
Pindoba	R$ 87.184,65	0,22	0	33,97	100%
Porto de Pedras	R$ 57.880,08	0,20	0	38,80	100%
São José Da Tapera	R$ 34.411,66	0,21	2.960	31,36	100%
Senador Rui Palmeira	R$ 38.512,28	0,22	1.068	19,83	100%
Estrela de Alagoas	R$ 32.358,00	0,21	1.273	16,65	100%
Mínimo*	**R$ 23.981,25**	**0,12**	**0**	**1,48**	**54%**
Média*	**R$ 44.337,36**	**0,17**	**3.681**	**16,92**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$ 12.419,41**	**0,02**	**15.052**	**7,54**	**12%**
Máximo*	**R$ 94.259,81**	**0,23**	**134.989**	**38,80**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,17 para 0,23) e menores valores (de 0,04 para 0,12). Os municípios de São Miguel dos Campos, Satuba e Coqueiro Seco tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,12 (ver Apêndice D). Maravilha foi o município que teve a menor variação na década anterior, mas nesta década obteve o valor máximo na amostra: 0,23, ficando entre os 50 municípios com maiores valores em nível nacional.

O município de Minador do Negrão, mais uma vez, ficou entre os 25 (30%) municípios que apresentaram a menor variação na população (POP_09: 0), mas nesta década não ficou entre os municípios eficientes. Maravilha, Pindoba e Porto De Pedras foram os

municípios eficientes que não tiveram aumento populacional na década. A capital estadual, Maceió, teve a maior variação populacional da amostra estadual e dos municípios eficientes (134.989), sendo um dos municípios com maior aumento populacional na década quando comparado à amostra nacional (11ª posição).

A maior variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09) registrada entre os municípios alagoanos foi para o município eficiente: Porto das Pedras (38,80). Entre os demais eficientes, destacam-se os municípios de Pindoba e São José da Tapera com variação em infraestrutura acima de 30. A capital estadual (Maceió: 1,48) foi o município que apresentou a menor variação em infraestrutura municipal, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Isso pode estar relacionado com a idade do município, que ao longo do tempo fica mais difícil atingir altas variações de infraestrutura, pois tem serviços bem estruturados.

Os escores de eficiência para os 83 municípios do estado de Alagoas, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 18**.** As eficiências mostram concentrações espaciais em três locais, sendo vizinhos os municípios de: Maravilha, Senador Rui Palmeira e São José da Tapera; Pindoba e Atalaia; e Limoeiro do Anadia e Campo Alegre. Ocorreu uma repetição de vizinhança, quando comparado à década anterior, entre Limoeiro do Anadia e Campo Alegre, mas sem a vizinhança, desta vez, do município de Arapiraca (87%). Maceió foi eficiente nesta análise e o município de sua região metropolitana também: Atalaia.

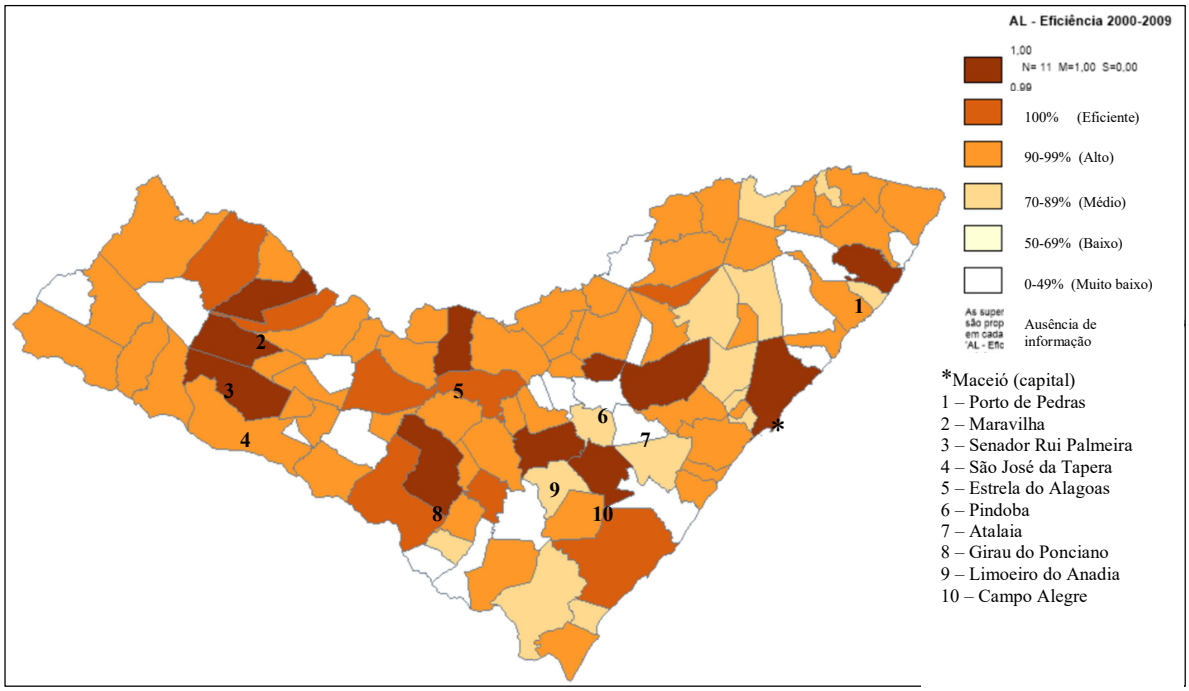


Figura 18 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Alagoas: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 83 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Penedo (63%), Murici (63%), São Miguel dos Campos (55%), Satuba (54%) e Coqueiro Seco (54%), conforme disposto no Quadro 30.

Quadro 30 – Municípios menos eficientes do Alagoas: 2000-2009

Municípios Do Alagoas	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Penedo	R$ 36.529,39	0,14	3.385	11,01	63%
Murici	R$ 37.737,85	0,14	2.039	13,60	63%
São Miguel Dos Campos	R$ 50.666,14	0,12	11.053	7,41	55%
Satuba	R$ 40.416,04	0,12	3.087	3,24	54%
Coqueiro Seco	R$ 50.198,04	0,12	392	12,69	54%

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Entretanto, em meio a uma amostra discrepante, em que apenas 46 municípios estiveram na lista para análise nas duas décadas, pode-se afirmar que:

- dois municípios foram eficientes nas duas décadas (Campo Alegre e Limoeiro de Anadia);
- Arapiraca, Barra de São Miguel, Messias e Minador do Negrão, que foram eficientes na década de 1990, resultaram em percentuais entre 77% e 87%, na década de 2000;
- Atalaia, Maravilha, Senador Rui Palmeira e Porto de Pedras conseguiram melhorar suas gestões públicas, saindo de valores entre 56% a 77%, para alcançar a eficiência no segundo decênio; e
- Girau do Ponciano, Maceió, Pindoba e São João da Tapera, que não tinham dados disponíveis na primeira década, foram eficientes na segunda década.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios alagoanos ao longo dos 20 anos, seja pelo aumento da variação das variáveis estudadas com *output*, ou pelo aumento da eficiência entre os decênios, frente à amostra destoante. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Os municípios alagoanos eficientes neste estudo não resultaram em municípios eficientes na análise de Araújo Neto (2016), mas apresentaram percentuais de eficiência entre 67% (Pindoba) e 90% (Maceió), sendo percentuais próximos às médias aqui resultadas (79% e 81%). Jubran (2006) teve entre seus resultados a capital alagoana como eficiente, em sua análise sobre as capitais estaduais, para o ano 2000. Essa eficiência vai de encontro com o resultado deste estudo, pois Maceió foi eficiente na década de 2000.

5.3.2.2 Bahia

O estado da Bahia ocupa uma área de 564.732,450 km² e possui 417 municípios. Faz parte da região Nordeste e tem como limite o Piauí ao norte e noroeste, Pernambuco ao norte e Alagoas e Sergipe a nordeste, Tocantins a oeste e noroeste, Goiás a oeste e sudoeste; Minas Gerais ao sul, sudoeste e sudeste; e Espírito Santo ao sul. Ainda é banhado pelo Oceano Atlântico e possui a mais extensa costa dentre todos os estados brasileiros. A história da Bahia confunde-se com a própria história do Brasil, pois foi em Porto Seguro, ao sul do estado, que Pedro Álvares Cabral chegou com os portugueses em 22 de abril de 1500. A coroa portuguesa constituiu as capitanias hereditárias a partir de 1530. O Governo-geral foi instalado em Salvador em 1549 (BAHIA, 2017).

A economia do estado, no século XVI, estava baseada na exploração do pau-brasil. Depois, houve o ciclo da cana de açúcar e, posteriormente, do ouro e do diamante. Na indústria baiana destacam-se os setores: químico, metalúrgico, produtos alimentares, bebidas, papel e papelão; além da indústria química, localizada inteiramente na Região Metropolitana de Salvador e em municípios próximos a ela (BAHIA, 2022).

O estado da Bahia possuía 415 municípios até o início da década de 1990, mas havia 161 (39%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 254 municípios analisados na metodologia DEA, 14 resultaram em eficientes, conforme disposto no Quadro 31. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 71%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Madre de Deus (R$ 172.143,09), em contrapartida, Aracatu realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 20.243,46), sendo que a média foi de R$ 54.641,68.

Quadro 31 – Dados e eficiências dos municípios do Bahia: 1990-1999

Municípios Da Bahia	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Aracatu	R$ 20.243,46	0,11	0	13,87	100%
Banzaê	R$ 56.494,65	0,16	0	46,22	100%
Cândido Sales	R$ 33.283,21	0,19	4.653	10,79	100%
Feira de Santana	R$ 46.906,40	0,13	74.845	4,26	100%
Ibicoara	R$ 29.812,94	0,12	4.527	27,93	100%
Itatim	R$ 46.788,17	0,16	2.533	42,95	100%
Lajedo do Tabocal	R$ 68.616,52	0,23	1.085	28,20	100%
Mucuri	R$ 107.503,85	0,25	10.456	27,74	100%
Nova Fátima	R$ 83.930,63	0,17	0	44,98	100%
Porto Seguro	R$ 30.047,43	0,13	60.999	13,57	100%
Presidente Tancredo Neves	R$ 38.844,97	0,20	869	12,41	100%
Sítio do Quinto	R$ 31.958,31	0,16	4.289	30,92	100%
Teixeira de Freitas	R$ 30.999,69	0,16	21.939	27,08	100%
Wenceslau Guimarães	R$ 25.159,45	0,14	7.175	0	100%
Mínimo*	**R$ 20.243,46**	**0,06**	**0**	**0**	**29%**
Média*	**R$ 54.641,68**	**0,13**	**2.863**	**18,17**	**71%**
Desvio Padrão*	**R$ 22.577,01**	**0,03**	**8.070**	**8,30**	**15%**
Máximo*	**R$ 172.143,09**	**0,25**	**74.845**	**46,22**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

As maiores variações do IDH-Global (IDHG_99) na amostra foram alcançadas pelos municípios eficientes: Mucuri (0,25), Lageado do Tabocal (0,23) e Presidente Tancredo Neves (0,20), que estão entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 5ª, 14ª e 67ª posição, consecutivamente. Itambé foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,06 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, os municípios de Aracatu (0,11) e Ibicoara (0,12) obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período.

Em 97 (38%) municípios baianos não foi registrada variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, dentre eles estão os municípios eficientes de: Aracatu, Banzaê e Nova Fátima. De outro lado, os municípios que mais aumentaram suas populações na década foram: Feira de Santana (1ª posição estadual e 20ª posição nacional), Porto Seguro (2ª posição estadual e 33ª posição nacional), Juazeiro (3ª posição estadual e 58ª posição nacional), Lauro de Freitas (4ª posição estadual e 61ª posição nacional) e Vitória da Conquista (5ª posição estadual e 74ª posição nacional) fazendo parte dos X% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década.

Banzaê foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 46,22), seguido de: Nova Fátima, e Itatim, ambos ocupam estas

posições na amostra e entre os eficientes. Cinco municípios baianos não apresentaram variação em sua disposição de infraestrutura: Coaraci, Itamari, Jussari, Pedrão e Wenceslau Guimarães (eficiente).

A Figura 19 apresenta os escores de eficiência dos municípios baianos estudados na década de 1990. Os 14 municípios eficientes estão espalhados pelo estado, estando presente em quase todas as regiões, com exceção do Vale São-Francisco da Bahia, extremo oeste baiano e região metropolitana. Não há municípios eficientes e vizinhos nesta amostra, apenas verifica-se uma proximidade entre os municípios de Presidente Tancredo Neves e Wenceslau Guimarães. Os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Lauro de Freitas atingiram um percentual de 99%, sendo o primeiro próximo ao município eficiente de Feira de Santana e o segundo vizinho da capital estadual, também eficiente.

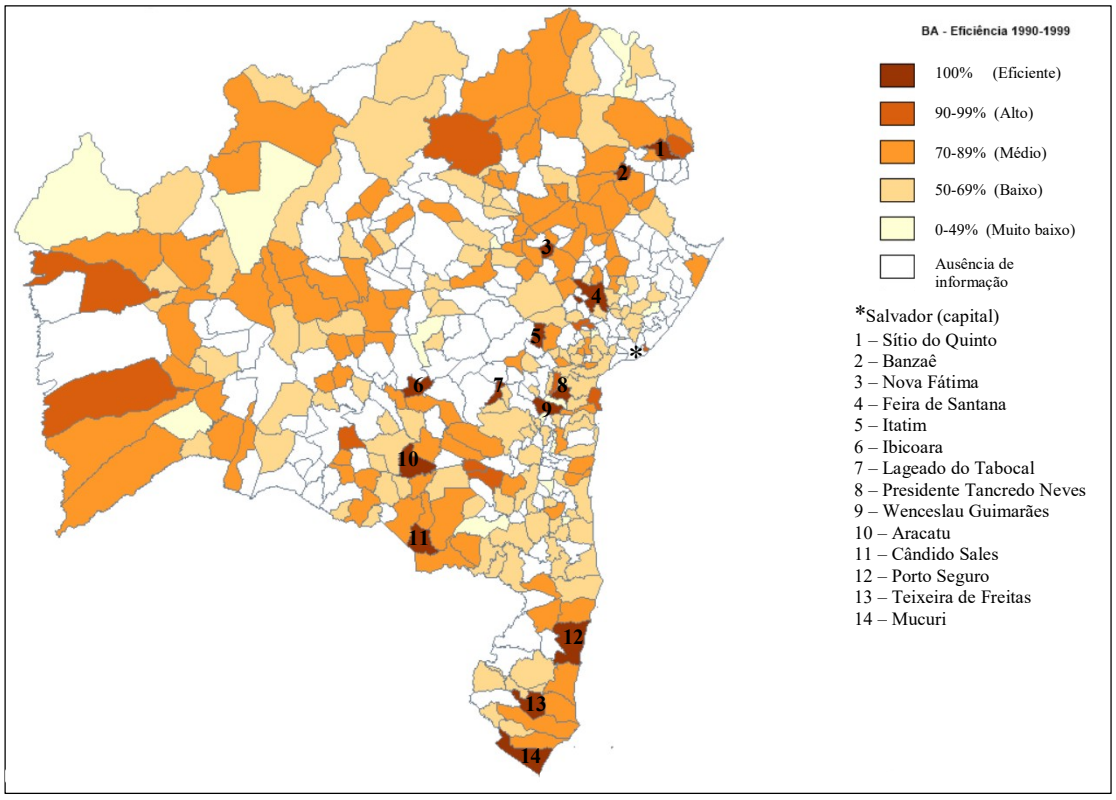


Figura 19 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Bahia: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 254 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Teolândia (37%), Coaraci (37%), Pojuca (34%), Itambé (31%) e Rodelas (29%), conforme disposto no Quadro 32.

Quadro 32 – Municípios menos eficientes do Bahia: 1990-1999

Municípios Da Bahia	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Teolândia	R$ 43.392,85	0,07	75	5,07	37%
Coaraci	R$ 57.602,90	0,08	0	0,00	37%
Pojuca	R$ 104.615,77	0,08	3.880	10,33	34%
Itambé	R$ 47.130,64	0,06	6.754	5,18	31%
Rodelas	R$ 79.579,36	0,07	2.333	2,46	29%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado da Bahia possuía 417 municípios, porém, 110 (26%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 307 municípios analisados, 11 foram eficientes, conforme disposto no Quadro 33. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 74%, sendo 3% maior que na década de 1990. Destaca-se na amostra, o município de Madre de Deus, que já havia tido o maior gasto per capita na década anterior, e novamente o teve nesta década: R$ 220.134,13 (ver Apêndice D). Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto per capita (GPT_09) foi Jaborandi (R$ 68.218,15), sendo que a média foi de R$ 40.135,44. Os menores gastos foram realizados pelos municípios de Guanambi (R$ 25.460,47) e Feira de Santana (R$ 26.210,73), o primeiro referente à amostra e o segundo entre os eficientes.

Quadro 33 – Dados e eficiências dos municípios da Bahia: 2000-2009

Municípios Da Bahia	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Anagé	R$ 31.940,15	0,23	0	31,87	100%
Aracatu	R$ 41.878,66	0,24	0	30,32	100%
Feira de Santana	R$ 26.210,73	0,13	75.274	11,09	100%
Guajeru	R$ 39.229,90	0,24	0	36,25	100%
Itapicuru	R$ 28.244,43	0,18	4.946	44,19	100%
Jaborandi	R$ 68.218,15	0,24	0	41,17	100%
Maraú	R$ 40.359,26	0,24	2.178	33,55	100%
Monte Santo	R$ 33.115,92	0,22	2.418	44,79	100%
Ribeira do Amparo	R$ 43.137,31	0,18	0	56,08	100%
Salvador	R$ 36.460,71	0,11	232.176	3,36	100%
Santo Estevão	R$ 26.280,21	0,20	6.735	27,19	100%
Mínimo*	**R$ 25.460,47**	**0,11**	**0**	**3,18**	**44%**
Média*	**R$ 40.135,44**	**0,17**	**3.708**	**24,55**	**74%**
Desvio Padrão*	**R$ 14.358,24**	**0,03**	**15.472**	**9,22**	**12%**
Máximo*	**R$ 220.134,13**	**0,24**	**232.176**	**56,08**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou uma variação abaixo da década anterior, quando considerado os máximos valores (de 0,25 para 0,24), mas se forem considerados os valores mínimos, teve aumento (de 0,06 para 0,11). A maior variação foi registrada nos municípios de: Aracatu (eficiente), Barra do Choça, Guajeru, Jaborandi (eficiente) e Maraú (eficiente): 0,24. Mas, a menor variação foi registrada nos municípios de: Salvador (eficiente), Tanquinho, Firmino Alves, Abaíra, Medeiros Neto, Santa Inês, Rio de Contas e Várzea do Poço: 0,11 (ver Apêndice D).

O município de Salvador apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09: 232.176 habitantes), na amostra estadual e 5ª posição na amostra nacional. Da mesma forma que na década anterior, Salvador é seguido nos maiores valores por: Camaçari, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Vitória da Conquista e Porto Seguro, que lideram as primeiras posições estaduais, mas não resultaram em eficiência. Em contrapartida, 104 (34%) municípios não registraram variação na população e na capital, estando dentre eles, os municípios eficientes: Anagé, Aracatu, Guajeru e Ribeira Do Amparo (ver Apêndice D e Quadro 33).

Ribeira do Amparo foi o município que registrou maior variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 56,08), na amostra e entre os municípios eficientes. O município de Madre de Deus foi aquele que apresentou a menor variação em infraestrutura municipal: 3,18, seguido de Salvador (eficiente): 3,36.

Os escores de eficiência para os 307 municípios do estado da Bahia, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 20. A maioria dos municípios eficientes está localizada nas regiões nordeste e centro sul baiano. Os municípios limítrofes e eficientes nesta amostra foram representados por: Ribeira do Amparo e Itapicuru; Feira de Santana e Santo Estevão; e Aracatu e Anagé. Nesta última concentração de eficiência, percebe-se a proximidade do município de Guajeru, indicando uma possível dependência espacial entre três municípios vizinhos. A capital estadual, Maceió, foi eficiente, mas não houve eficiência entre os municípios da sua região metropolitana.

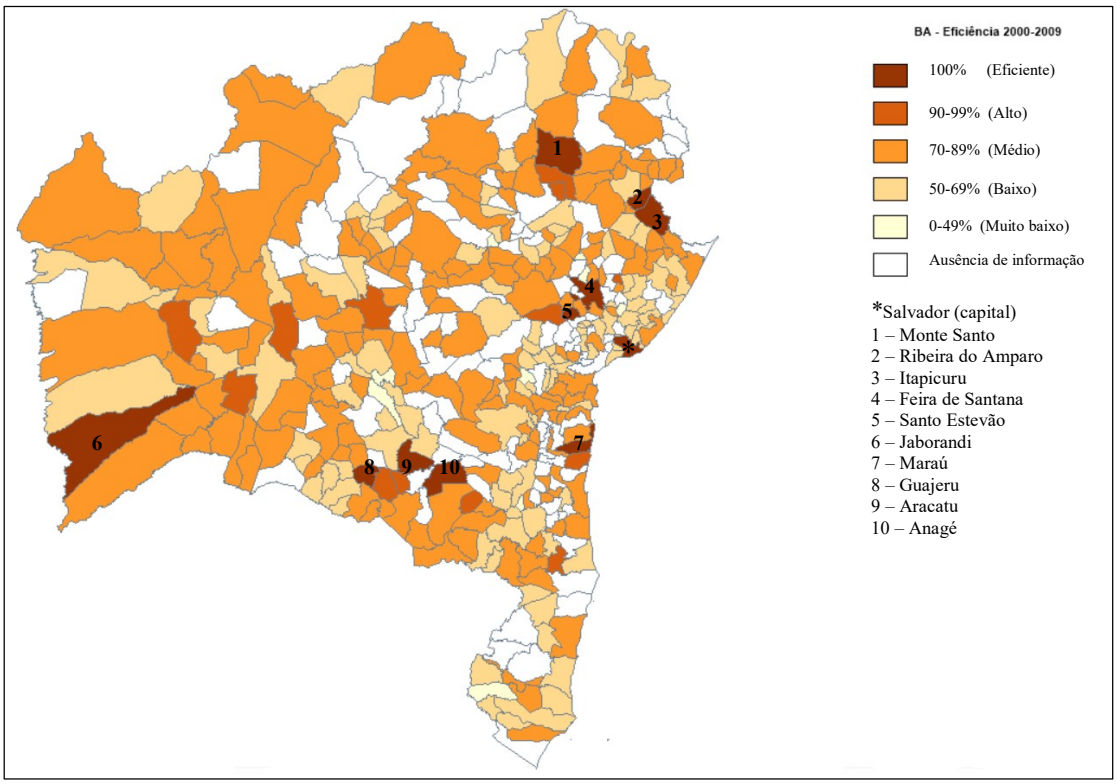


Figura 20 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios da Bahia: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 307 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Abaíra (48%), Santa Inês (47%), Tanquinho (46%), Medeiros Neto (46%) e Firmino Alves (44%), conforme disposto no Quadro 34.

Quadro 34 – Municípios menos eficientes do Bahia: 2000-2009

Municípios Da Bahia	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Abaíra	R$ 41.141,82	0,11	0	21,07	48%
Santa Inês	R$ 39.041,08	0,11	0	18,57	47%
Tanquinho	R$ 38.658,32	0,11	263	19,89	46%
Medeiros Neto	R$ 42.863,59	0,11	725	15,62	46%
Firmino Alves	R$ 48.826,74	0,11	253	11,68	44%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Entretanto, cabe destacar que: 200 municípios tinham dados para os dois decênios; Aracatu e Feira de Santana foram eficientes nas duas décadas; os municípios que foram eficientes somente na década de 1990 tiveram percentuais de eficiência entre 58% e 86% na década de 2000; os municípios

eficientes somente na década de 2000 tiveram percentuais de eficiência entre 54% e 86% na década anterior; Salvador foi eficiente no segundo decênio e não tinha dados disponíveis para o primeiro.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

No estudo de Jubran (2006) sobre as capitais, Salvador teve um percentual de 98, sendo quase eficiente, já os municípios baianos, que fazem parte da Região do Mesovales, resultaram em eficientes: Guaratinga, Medeiros Neto, Mucuri e Porto Seguro. Estes resultados estão de acordo com os apresentados neste estudo, quanto à eficiência dos municípios de Mucuri e Porto Seguro, mas, em contrapartida, Salvador foi eficiente, Guaratinga não tinha dados disponíveis e Medeiros Neto resultou em 46% de eficiência. Os percentuais de eficiência para os municípios baianos, apresentados por Araújo Neto (2016), variam entre 71% (Sítio do Quinto) e 95% (Salvador), sendo mais altos que os resultados nesta tese, pois as médias foram de 71% e 74%, nos dois decênios estudados.

5.3.2.3 Ceará

O Ceará tem uma área total de 148.887,633 km² e possui 184 municípios. Faz parte da região Nordeste e limita-se com o Oceano Atlântico ao norte; Paraíba a leste; Pernambuco, ao sul; e Piauí, a oeste. Em 1535, com a divisão do Brasil em capitanias hereditárias, a região correspondente às capitanias do Rio Grande, Ceará e Maranhão ficou conhecida como “Siará”. Martim Soares Moreno é considerado o fundador do estado, enviado por Portugal em 1612. Holandeses, enviados pelo príncipe Maurício de Nassau, invadiram a capitania em 1637, quando tomaram o Forte de São Sebastião. Porém, em 1654, o forte foi tomado pelos portugueses e renomeado de Forte de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. A segunda vila do Ceará, chamada de Vila do Forte ou Fortaleza, formou-se no entorno do forte. A Vila de Fortaleza, em 1726, foi chamada oficialmente de capital do estado (CEARÁ, 2017).

Instalaram-se no estado do Ceará várias empresas originárias do Sul do país e o estado tornou-se o segundo pólo têxtil do Brasil, somente atrás do Estado de São Paulo. O

setor industrial impulsionou uma nova expansão de investimentos nos setores de alimentos, extrativismo vegetal, têxtil e couros, madeiras, móveis e papel (CEARÁ, 2022).

O estado do Ceará possuía 178 municípios até o início da década de 1990, mas haviam 104 municípios (58%) com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 774 municípios analisados na metodologia DEA, oito resultaram em eficientes: Cariús, Cascavel, Caucaia, Horizonte, Itapipoca, Itarema, Jucás e Várzea Alegre (Quadro 35). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 81%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Icapuí (R$ 92.119,46), em contrapartida, Itapipoca realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 24.909,02), sendo que a média foi de R$ 49.311,05.

Quadro 35 – Dados e eficiências dos municípios do Ceará: 1990-1999

Municípios Do Ceará	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Cariús	R$ 60.795,35	0,18	873	45,94	100%
Cascavel	R$ 35.685,38	0,18	10.622	31,28	100%
Caucaia	R$ 45.605,13	0,14	87.440	17,41	100%
Horizonte	R$ 38.933,34	0,18	15.507	18,04	100%
Itapipoca	R$ 24.909,02	0,15	15.936	30,01	100%
Itarema	R$ 33.872,70	0,14	4.799	47,69	100%
Jucás	R$ 45.945,00	0,20	1.532	42,59	100%
Várzea Alegre	R$ 34.299,84	0,16	3.583	41,03	100%
Mínimo*	**R$ 24.909,02**	**0,08**	**0**	**1,21**	**59%**
Média*	**R$ 49.311,05**	**0,14**	**6.364**	**27,23**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$ 15.039,06**	**0,02**	**11.767**	**8,55**	**11%**
Máximo*	**R$ 92.119,46**	**0,20**	**87.440**	**47,69**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município eficiente de Jucás (0,2), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional na década. Parambu foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,08 (ver Apêndice D), não sendo eficiente. Quanto aos eficientes, os municípios de Caucaia e Itarema obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,14.

Na década de 1990, os municípios de Ererê, Jati, Novo Oriente, Marco, Palmácia, Tamboril e Umari não registraram variação da sua população (POP_99), representando o menor valor na amostra nesse período. De outro lado, o município de Caucaia foi o que teve o

maior aumento populacional na amostra: 87.440 habitantes, fazendo parte dos municípios que estão entre os 5% dos primeiros colocados no Brasil nessa década, ocupando a 14ª posição. Esse ranking é seguido pelos municípios de Juazeiro do Norte (72ª posição) e Sobral (104ª posição).

Itarema, município eficiente, foi aquele que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 47,69), seguido dos municípios de: Cariús (eficiente), Jucás (eficiente), Ibaretama e Várzea Alegre (eficiente), ambos com variação acima de 40. Em sentido oposto, o município de Miraíma apresentou a menor variação (1,21) na década.

A Figura 21 apresenta os escores de eficiência dos 74 municípios cearenses estudados na década de 1990. A amostra de municípios para este decênio apresentou concentração de eficiências na região metropolitana de Fortaleza e na região sul do estado. Próximos à capital estão os municípios eficientes: Caucaia, Horizonte e Cascavel, e os quase eficientes: Aquiraz (94%) e Pindorama (90%). Ao sul, estão os municípios eficientes e limítrofes: Jucás, Cariús e Várzea Alegre, tendo em suas proximidades o município quase eficiente de Icó (93%). Os municípios de Beberibe (vizinho de Cascavel) e Ipueiras (ao oeste e vizinho de Ipu: 93%) resultaram em percentuais quase eficientes: 98%.

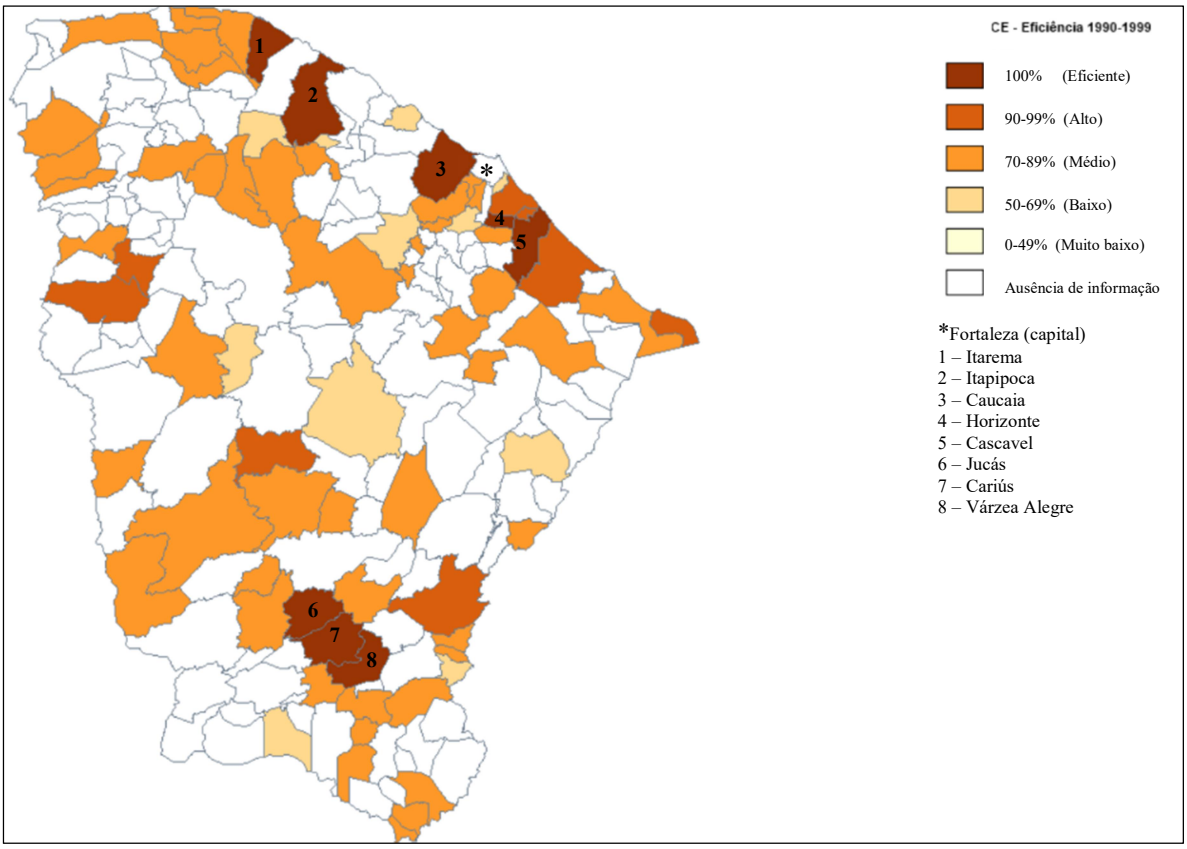


Figura 21 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Ceará: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 74 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Santana do Cariri (63%), Paracuru (63%), Guaiuba (62%), Ipaumirim (59%) e Uruburetama (59%), conforme disposto no Quadro 36.

Quadro 36 – Municípios menos eficientes do Ceará: 1990-1999

Municípios Do Ceará	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Santana Do Cariri	R$ 64.689,89	0,12	1.444	18,58	63%
Paracuru	R$ 42.113,06	0,12	6.640	12,82	63%
Guaiúba	R$ 53.215,61	0,12	2.322	26,06	62%
Ipaumirim	R$ 58.089,76	0,12	255	22,43	59%
Uruburetama	R$ 66.885,04	0,11	3.436	24,59	59%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Ceará possuía 184 municípios, porém, 30 (16%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 154 municípios analisados, 11 foram eficientes, conforme disposto no Quadro 37. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 78%, sendo 3% menor que na década de 1990. Destaca-se na amostra, o município de Guaramiranga, que já havia tido o segundo maior gasto per capita na década anterior, desta vez, foi o que realizou o maior gasto da amostra (GPT_09): R$ 82.443,24. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Salitre (R$ 40.427,45), sendo que a média foi de R$ 38.626,03. Neste período, o menor gasto per capita da amostra foi realizado pelo município de Pacatuba: R$ 23.869,21 (ver Apêndice D), e o menor entre os eficientes foi de R$ 24.770,35.

Quadro 37 – Dados e eficiências dos municípios do Ceará: 2000-2009

Municípios Do Ceará	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Acaraú	R$ 29.348,81	0,19	8.583	38,29	100%
Assaré	R$ 34.506,87	0,23	1.393	26,43	100%
Bela Cruz	R$ 30.715,34	0,22	2.520	36,46	100%
Fortaleza	R$ 39.661,71	0,10	316.641	4,73	100%
Itapipoca	R$ 24.770,35	0,16	21.398	28,62	100%
Itatira	R$ 40.362,56	0,20	3.353	47,20	100%
Jijoca de Jericoacoara	R$ 36.759,90	0,23	4.913	34,30	100%
Massapê	R$ 28.337,64	0,19	5.617	33,41	100%
Miraíma	R$ 37.690,46	0,20	1.383	47,23	100%
Salitre	R$ 40.427,45	0,21	1.528	42,27	100%

Tianguá	R$	26.474,29	0,20	10.823	24,85	100%
Mínimo*	**R$**	**23.869,21**	**0,10**	**0**	**4,27**	**51%**
Média*	**R$**	**38.626,03**	**0,17**	**6.439**	**25,55**	**78%**
Desvio Padrão*	**R$**	**8.298,93**	**0,03**	**26.462**	**8,29**	**12%**
Máximo*	**R$**	**82.443,24**	**0,23**	**316.641**	**47,23**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou aumento na variação em todas estatísticas quando comparadas a década anterior, por exemplo, o valor médio passou de 0,14 para 0,17. Esse aumento foi marcado por 24 municípios cearenses que ocuparam as primeiras posições entre os 5% dos municípios com maior variação de IDH-Global na década. Dentre eles, estão os municípios de Jijoca de Jericoacoara, Assaré e Senador Sá (0,23), sendo os dois primeiros eficientes (ver Apêndice D). Fortaleza apresentou o menor valor para o decênio, entre a amostra e os municípios eficientes: 0,10, mas resultou em eficiência.

O município de Fortaleza foi o que teve o maior aumento populacional (POP_09), na amostra: 316.641 habitantes, fazendo parte dos municípios que estão entre os 5% dos primeiros colocados no Brasil nessa década, ocupando a 4ª posição. Esse ranking é seguido pelos municípios de Caucaia (44ª posição), Juazeiro do Norte (92ª posição) e Sobral (108ª posição), sendo que os dois últimos também estiveram entre os que mais aumentaram suas populações na década anterior. Ao contrário disso, 18 municípios cearenses não apresentaram aumento populacional, dentre estes, nenhum foi eficiente (ver Apêndice D).

As maiores variações na disposição de infraestrutura (INFRA_09), na amostra foram apresentadas pelos municípios de Miraíma (eficiente), Itatira (eficiente), Chaval, Salitre (eficiente), Deputados Irapuan Pinheiro, Novo Oriente e Barroquinha, ambos acima de 40. Aqueles que tiveram a menor variação em infraestrutura municipal na amostra, abaixo de 10, foram os municípios de: Juazeiro do Norte, Fortaleza (eficiente), Iguatu e Maracanaú (ver Apêndice D). O município de Miraíma[50] teve a menor variação na década anterior e a maior nesta década, esses valores discrepantes podem estar relacionados às diversas alterações na divisão territorial e nas classificações, como município ou distrito, ao longo de seu registro histórico.

Os escores de eficiência para os 154 municípios do estado do Ceará, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 22. A maioria dos municípios eficientes

[50] Ver o histórico de Miraíma. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/miraima/historico>. Acesso em 13 jun. 2021.

se concentrou na região noroeste do estado: Jijoca de Jericoacoara, Bela Cruz, Acaraú, Tianguá, Massapê, Miraíma e Itapipoca. Nessa região, há duas vizinhanças eficientes: Jijoca de Jericoacoara, Bela Cruz e Acaraú; e Miraíma e Itapipoca. A primeira tem como limítrofes, os municípios de Acaraú e Itarema (96%), e a segunda, tem como limítrofes os municípios de Itapipoca e Trairi (94%), podendo indicar uma influência dos eficientes, naqueles que estão próximos à eficiência. Similar a estes casos, ocorre com os vizinhos à Fortaleza: Caucaia (91%) e São Gonçalo do Amarante. Os municípios de Barroquinha (99%) e Senador Sá (98%) quase foram eficientes (ver Apêndice D).

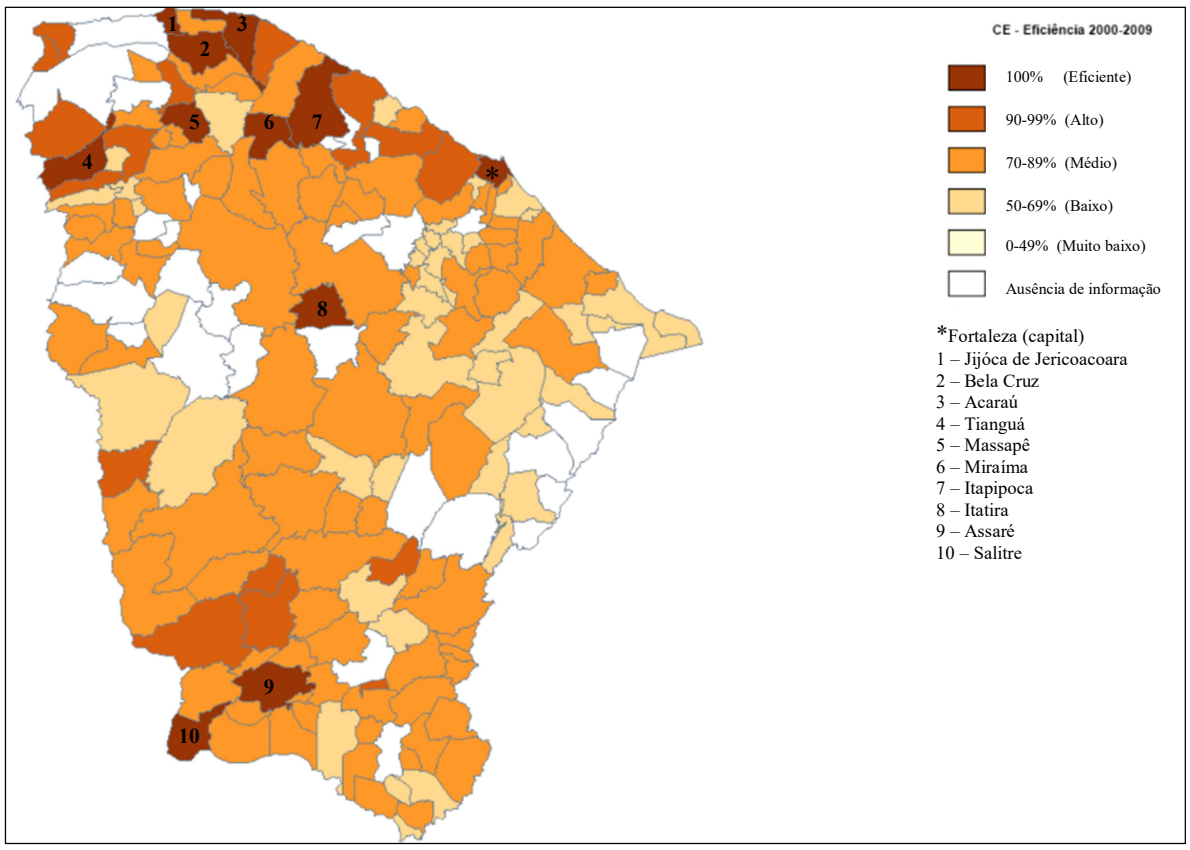


Figura 22 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Ceará: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 154 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Palmácia (56%), Limoeiro do Norte (55%), Acarape (54%), Maracanaú (52%) e Penaforte (51%), conforme disposto no Quadro 38.

Quadro 38 – Municípios menos eficientes do Ceará: 2000-2009

Municípios Do Ceará	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Palmácia	R$ 35.907,45	0,13	2.256	20,00	56%
Limoeiro do Norte	R$ 33.055,71	0,12	5.919	15,14	55%
Acarape	R$ 35.263,69	0,12	1.449	21,07	54%
Maracanaú	R$ 46.622,17	0,11	25.502	9,41	52%
Penaforte	R$ 47.454,36	0,12	2.081	18,53	51%

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Entretanto, 63 municípios tinham dados disponíveis para os dois decênios. O único município cearense eficiente nos dois períodos estudados foi Itapipoca. Os municípios eficientes na primeira década que tiveram redução em suas eficiências na segunda década foram: Jucás (73%), Cascavel e Cariús (74%), Horizonte (79%), Caucaia (90%) e Itarema (96%). Na segunda década, os municípios que melhoram suas gestões, em relação à década anterior, e apresentaram eficiência foram: Miraíma (64%), Acaraú (71%), Tianguá (84%) e Bela Cruz (86%). Os municípios que não dispunham de dados no primeiro decênio, mas foram eficientes no segundo, foram: Assaré, Fortaleza, Itatira, Jijoca de Jericoacoara, Massapé e Salitre. Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Ao analisar a eficiência dos municípios brasileiros, Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) identificaram o município de Quixadá como eficiente. Mas neste estudo, Quixadá não tinha dados disponíveis no primeiro decênio, e, no segundo, resultou em 65%. Fortaleza resultou em 96% no estudo de Jubran (2006) sobre as capitais brasileiras e 88% (2000) e 93% (2010) no estudo de Araújo Neto (2016), sendo eficiente na década de 2010, neste estudo.

Os municípios de Acaraú, Fortaleza, Horizonte e Salitre resultaram como eficiente neste estudo e também no realizado por Machado Jr., Irffi e Benegas (2011), ao avaliar a eficiência de municípios cearenses quanto ao gasto público em saúde e saneamento, educação e cultura e assistência social, para o ano de 2005. De outro lado, a eficiência média resultada

neste estudo foi de 81% (década de 1990) e 78% (década de 2000), mas no resultado de Machado Jr., Irffi e Benegas (2011) foi de 88%.

Ao analisar a eficiência da gestão pública no desenvolvimento socioeconômico de municípios cearenses no período de 2007 a 2013, Silva e Crisóstomo (2019) demonstraram a existência de influência positiva da gestão fiscal e da eficiência da gestão pública no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses estudados. Complementa, ainda, sobre a importância da melhoria na gestão pública municipal por parte dos gestores públicos, visando atender as regras de controle.

5.3.2.4 Maranhão

O estado do Maranhão possui 217 municípios em uma área de 331.936,949 km², tendo suas divisas territoriais com os estados do Piauí, Tocantins e Pará, e com o Oceano Atlântico. Em 1535, Dom João III, rei de Portugal, dividiu a região onde hoje é o estado do Maranhão em duas capitanias hereditárias. Apesar de ter sido doado, o local só recebeu expedições em 1612, quando os franceses se instalaram por lá. Em 1615, os portugueses expulsaram os franceses da região e consolidaram seu domínio. Essa expedição foi liderada por Jerônimo de Albuquerque, que fundou uma cidade no entorno da fortaleza erguida pelos franceses. Ele coloca a cidade sob proteção de Nossa Senhora da Vitória e a nomeia como São Luís (hoje capital do estado), mesmo nome dado pelos franceses ao forte edificado (MARANHÃO, 2017).

A economia do estado baseia-se no setor de serviços. Destacam-se, na indústria, a transformação de alumínio e alumina, a produção de alimentos e a indústria madeireira. O babaçu é o principal produto no extrativismo. Predomina, na agricultura, a produção de arroz, mandioca, soja, milho, laranja, banana, algodão e cana-de-açúcar (MARANHÃO, 2022).

O estado do Maranhão possuía 136 municípios até o início da década de 1990, mas havia 117 (86%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 19 municípios analisados na metodologia DEA, cinco resultaram em eficientes: Pio XII, Porto Franco, São Raimundo Das Mangabeiras, Timon e Tuntum (Quadro 39). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 84%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi São Félix de Balsas (R$

74.104,94), em contrapartida, Timon realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 26.720,80), sendo que a média foi de R$ 45.239,13.

Quadro 39 – Dados e eficiências dos municípios do Maranhão: 1990-1999

Municípios Do Maranhão	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Pio XII	R$ 42.534,26	0,11	2.437	31,47	100%
Porto Franco	R$ 60.057,34	0,16	3.280	20,05	100%
São Raimundo das Mangabeiras	R$ 40.873,96	0,14	723	17,89	100%
Timon	R$ 26.720,80	0,12	22.253	19,21	100%
Tuntum	R$ 35.065,12	0,13	1.390	20,69	100%
Mínimo*	**R$ 26.720,80**	**0,06**	**0**	**0,00**	**53%**
Média*	**R$ 45.239,13**	**0,11**	**3.661**	**15,20**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$ 13.296,73**	**0,03**	**5.391**	**7,75**	**16%**
Máximo*	**R$ 74.104,94**	**0,16**	**22.253**	**31,47**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Porto Franco (0,16), na amostra e entre os municípios eficientes. Os municípios de Presidente Juscelino, Santa Luzia, Urbano Santos e São Luiz Gonzaga do Maranhão foram os municípios da amostra que tiveram as menores variações de IDH-Global nesta década, todos abaixo de 0,1 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, o município de Pio XII obteve a menor variação do IDH-Global nesse período: 0,11, da mesma forma que os municípios ineficientes de: Loreto, Sambaíba e Pedreiras (ver Apêndice D).

Os municípios de Carolina, São Félix de Balsas, São Luiz Gonzaga do Maranhão e Sambaíba não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando o menor valor na amostra desse período (ver Apêndice D) De outro lado, o município de Timon foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 22.253 habitantes nessa década.

Pio XII foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 31,47), e o município de Sambaíba demonstrou a menor variação (0) na década. Destaca-se que estes municípios foram constituídos a mais de 50 anos, podendo haver erros de coleta ou registro das informações sobre infraestrutura, devido ao tamanho do município ou a alguma precariedade sistêmica ao longo das décadas passadas.

A Figura 22 apresenta os escores de eficiência dos 19 municípios maranhenses estudados na década de 1990. Os cinco municípios eficientes ficaram dispersos pelo estado e distantes uns dos outros. Destacam-se os municípios de Codó (98%), quase eficiente e

próximo a Tuntum, e Fortaleza dos Nogueiras (91%) e Riachão (97%), o primeiro é vizinho e o segundo é próximo do município eficiente São Raimundo das Mangabeiras. Os demais municípios não eficientes resultaram em eficiências médias e baixas (ver Apêndice D).

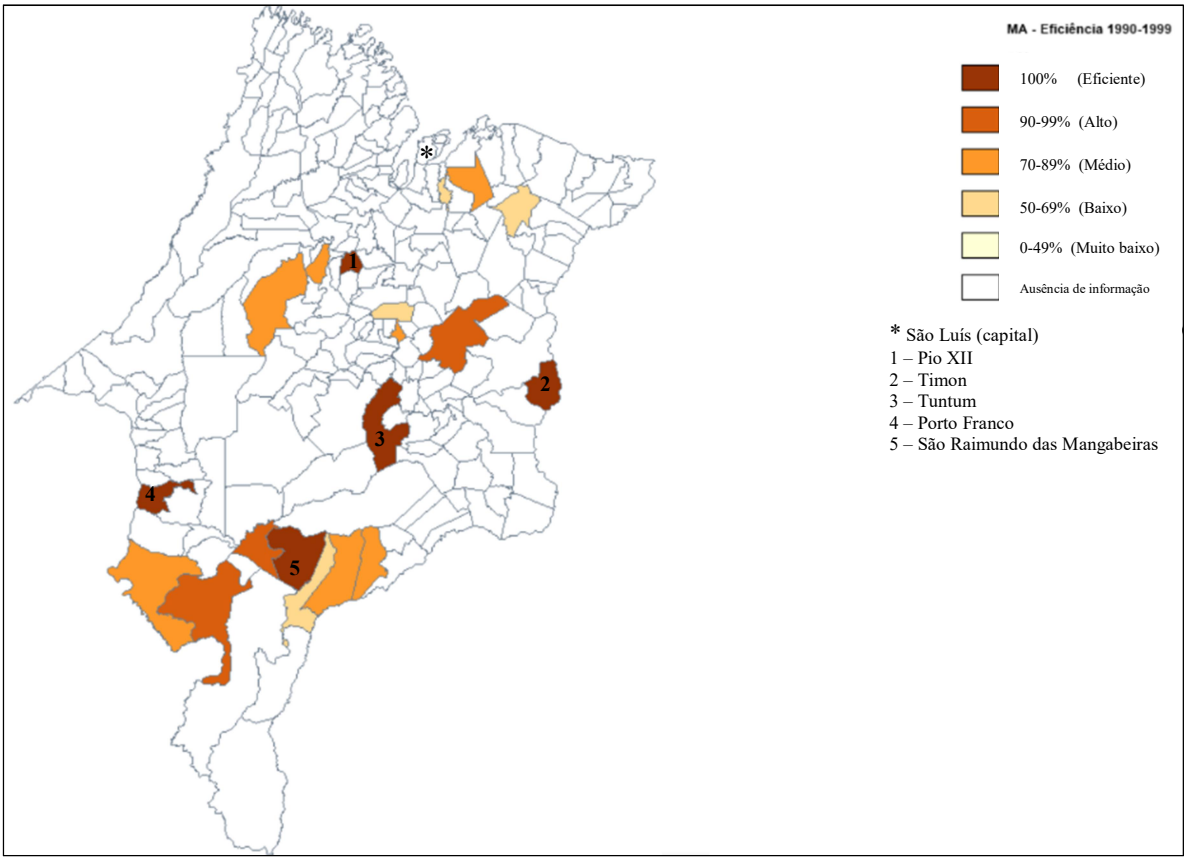


Figura 23 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Maranhão: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 19 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Loreto (73%), Sambaíba (68%), São Luíz Gonzaga do Maranhão (60%), Presidente Juscelino (57%) e Urbano Santos (53%), conforme disposto no Quadro 40.

Quadro 40 – Municípios menos eficientes do Maranhão: 1990-1999

Municípios Do Maranhão	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Loreto	R$ 53.448,47	0,11	559	17,68	73%
Sambaíba	R$ 73.579,29	0,11	0	0,00	68%
São Luís Gonzaga do Maranhão	R$ 42.044,42	0,09	0	8,62	60%
Presidente Juscelino	R$ 36.524,60	0,06	3.031	15,32	57%

Urbano Santos	R$	49.569,87	0,08	1.274	8,16	53%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Maranhão possuía 217 municípios, porém, 119 (55%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 98 municípios analisados, nove foram eficientes: Altamira Do Maranhão, Alto Alegre Do Maranhão, Buriticupu, Lagoa Do Mato, Maranhãozinho, Paço Do Lumiar, Santana Do Maranhão, São José De Ribamar e São Luís (Quadro 41). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 79%, sendo 5% menor que na década de 1990, mas o percentual médio aumentou 3%. Destaca-se na amostra, o município de Sambaíba, que havia tido o segundo maior gasto per capita na década anterior e nesta teve o maior gasto da amostra (GPT_09: R$ 54.917,97), conforme disposto no Apêndice D. O município que realizou o menor gasto, da amostra e entre os eficientes, foi Paço do Lumiar (R$ 14.794,65), sendo que a média foi de R$ 32.775,89. Neste período, o maior gasto per capita realizado por um município eficiente foi de R$ 44.387,37 (São Luís).

Quadro 41 – Dados e eficiências dos municípios do Maranhão: 2000-2009

Municípios Do Maranhão	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Altamira do Maranhão	R$	25.855,78	0,17	1.032	56,97	100%
Alto Alegre do Maranhão	R$	24.393,92	0,22	4.934	41,60	100%
Buriticupu	R$	23.290,20	0,21	14.178	50,30	100%
Lagoa do Mato	R$	32.417,20	0,25	586	69,14	100%
Maranhãozinho	R$	27.844,40	0,24	5.620	58,32	100%
Paço do Lumiar	R$	14.794,65	0,11	28.171	34,08	100%
Santana do Maranhão	R$	31.814,44	0,24	4.331	68,32	100%
São José de Ribamar	R$	15.246,29	0,14	43.782	17,09	100%
São Luís	R$	44.387,37	0,11	157.450	12,23	100%
Mínimo*	**R$**	**14.794,65**	**0,11**	**0**	**10,23**	**56%**
Média*	**R$**	**32.775,89**	**0,18**	**6.428**	**40,20**	**79%**
Desvio Padrão*	**R$**	**7.496,40**	**0,03**	**16.795**	**11,80**	**11%**
Máximo*	**R$**	**54.917,97**	**0,25**	**157.450**	**69,14**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,16 para 0,25) e menores valores (de 0,06 para 0,11). Paço do Lumiar e São Luís tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,11, mas foram eficientes. O município de Lagoa do Mato teve a maior variação da

década, na amostra e entre os municípios eficientes, e ocupou a 9ª posição no ranking nacional nesta década. Outros municípios maranhenses que se destacaram por essa variação nacional, ocupando posições entre os 100 primeiros, foram: Maranhãozinho, Santana Do Maranhão, São Pedro Dos Crentes, Alto Alegre Do Maranhão, Formosa Da Serra Negra, Matões, Godofredo Viana, Lajeado Novo e Buriticupu (ver Apêndice D).

Os municípios de Carolina, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga Do Maranhão, Santa Filomena Do Maranhão, Pio XII, Pedreiras e Porto Rico Do Maranhão não apresentaram valores de variação populacional (POP_09), nesta década. Em contrapartida, o município, eficiente e capital estadual, São Luís, teve a maior variação populacional da década no estado: 157.450 habitantes. São Luís ocupou a 8ª posição no ranking nacional, seguido pelos municípios maranhenses: São José do Ribamar (82ª), e Paço do Lumiar (128ª), ambos eficientes neste decênio.

Imperatriz foi o município que registrou menor variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 10,23) na amostra, e entre os municípios eficientes foi São Luís (INFRA_09: 12,23). Onze municípios maranhenses ocupam posições entre os cem primeiros com maior variação de infraestrutura municipal, tendo valores entre 55,14 e 69,14, nesta ordem: Peri Mirim, Fernando Falcão, Santo Amaro Do Maranhão, Campestre Do Maranhão, São Pedro Dos Crentes, Altamira Do Maranhão (eficiente), Maranhãozinho (eficiente), Pedro Do Rosário, Turilândia, Santana Do Maranhão (eficiente) e Lagoa Do Mato (eficiente). Isso pode ter ocorrido pela ampliação na infraestrutura dos municípios ao longo da década, ou pelo fato de que o município não tinha sido instituído na década anterior, ou por falta de registro nas melhorias locais.

Os escores de eficiência para os 98 municípios do estado do Maranhão, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 24. Os municípios eficientes ficaram distribuídos pelo estado, com exceção da capital estadual e seus vizinhos: Paço do Lumiar e São José do Ribamar, indicando uma dependência espacial, ainda mais por serem municípios da região metropolitana. Ao redor de quase todos os municípios eficientes há municípios com eficiência média (entre 70-89%) e alta (entre 90-99%), destacando-se o município de Alto Alegre do Maranhão, que tem somente um município limítrofe com ausência de dados: São Mateus do Maranhão.

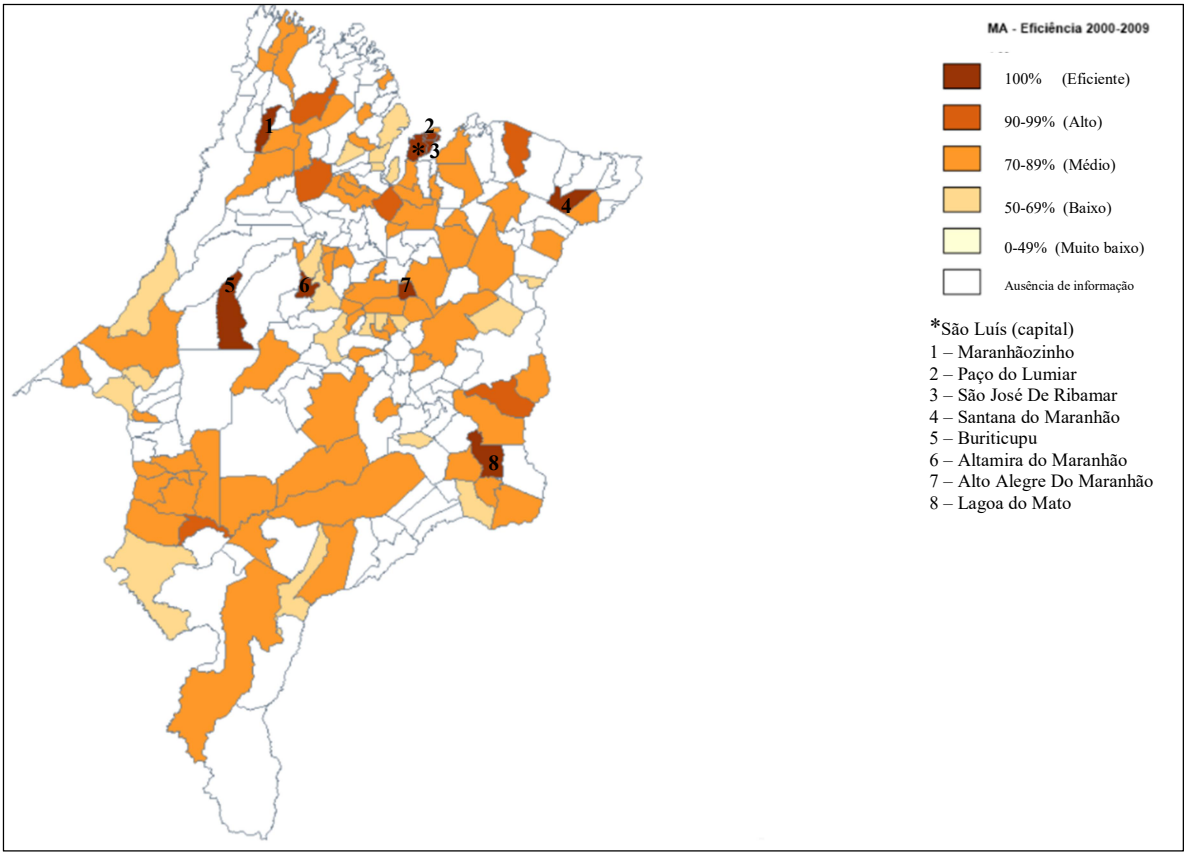


Figura 24 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Maranhão: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 98 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Vitorino Freire (63%), Carolina (62%), Imperatriz (61%), Itinga do Maranhão (60%) e São João dos Patos (56%), conforme disposto no Quadro 42.

Quadro 42 – Municípios menos eficientes do Maranhão: 2000-2009

Municípios Do Maranhão	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Vitorino Freire	R$ 35.224,57	0,16	1.331	32,85	63%
Carolina	R$ 32.572,01	0,16	0	24,55	62%
Imperatriz	R$ 34.859,43	0,14	16.939	10,23	61%
Itinga do Maranhão	R$ 34.627,54	0,15	1.735	32,15	60%
São João dos Patos	R$ 28.620,82	0,14	1.746	29,26	56%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Ainda mais pelo fato de

que, somente, 14 municípios tinham dados disponíveis para os dois decênios estudados, e que o estado do Maranhão instituiu 81 municípios durante a década de 1990. Devido a isso, o resultado das eficiências de apenas três municípios pode ser confrontado, entre a primeira e segunda década: Pio XII (100% para 71%), Porto Franco (100% para 72%) e Timon (100% para 77%). Todos os municípios eficientes na década de 2000 não tinham dados disponíveis na década anterior, impedindo comparações. Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Nos dados analisados em 2000, o estudo de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) sobre a eficiência dos municípios brasileiros em suas regiões geográficas, foram identificados os municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar como eficientes. Jubran (2006), ao estudar a eficiência das capitais brasileiras em 2000, teve como resultado a capital São Luís com 96%. Ao analisar a eficiência dos municípios brasileiros, em 2000 e 2010, Araújo Neto (2016) apresentou escores de 90% e 96% para a capital São Luís, e os municípios de Pinheiro (2000) e Penalva (2010) como eficientes. A similaridade dos resultados desta tese com os estudos citados é a eficiência do município de Paço do Lumiar e São José de Ribamar na década de 2010, diferenciando-se na eficiência da capital estadual e que os municípios de Pinheiro e Penalva não tinham dados disponíveis para serem analisados.

5.3.2.5 Paraíba

O estado da Paraíba limita-se com os estados do com Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, além do Oceano Atlântico. Possui uma área de 56.468,435 km² e 223 municípios. Ao longo de sua história, a Paraíba sempre foi palco de lutas intensas, revoltas e revoluções. A tarefa dos portugueses de conquistar o território paraibano não foi fácil, o que só aconteceu na quinta expedição, sob o comando de Martim Leitão. A capital paraibana teve várias denominações. Em 1585, foi nomeada de Nossa Senhora das Neves, em homenagem à santa do dia. Em 1589, em homenagem ao rei Felipe II, rei de Portugal e Espanha, passou a

ser chamada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Só foi nomeada de Parahyba em 1599 (PARAÍBA, 2017; 2022). Na economia, o setor de serviços é o que possui maior peso, seguido dos setores da indústria e da agropecuária (PARAÍBA, 2022).

O estado da Paraíba possuía 171 municípios até o início da década de 1990, mas havia 73 (43%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 98 municípios analisados na metodologia DEA, dez resultaram em eficientes, conforme disposto no Quadro 43. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 79%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Carrapateira (R$ 184.448,96), em contrapartida, São Bento realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 29.848,50), sendo que a média foi de R$ 68.411,11.

Quadro 43 – Dados e eficiências dos municípios da Paraíba (1999-1999)

Municípios Da Paraíba	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Cabedelo	R$ 46.918,04	0,16	13.780	15,68	100%
Curral Velho	R$ 163.777,40	0,08	0	62,75	100%
Fagundes	R$ 47.756,87	0,14	0	43,89	100%
Montadas	R$ 86.483,35	0,18	133	33,06	100%
Passagem	R$ 167.875,15	0,16	653	46,44	100%
Patos	R$ 34.688,64	0,12	10.196	7,53	100%
Riacho dos Cavalos	R$ 56.179,31	0,10	0	52,10	100%
Santana dos Garrotes	R$ 57.201,57	0,15	0	52,52	100%
São Bento	R$ 29.848,50	0,13	4.646	24,16	100%
São Sebastião De Lagoa de Roça	R$ 44.651,97	0,17	1.232	31,61	100%
Mínimo*	**R$ 29.848,50**	**0,06**	**0**	**3,74**	**40%**
Média*	**R$ 68.411,11**	**0,12**	**756**	**26,58**	**79%**
Desvio Padrão*	**R$ 31.393,59**	**0,02**	**1.945**	**11,10**	**13%**
Máximo*	**R$ 184.448,96**	**0,18**	**13.780**	**62,75**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Montadas (0,18), que não está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, mas foi eficiente na amostra dos municípios paraibanos. O número de municípios que tiveram variação do IDH-Global abaixo de 0,1 (entre 0,06 e 0,09) foi 10, sendo: Boa Ventura, Frei Martinho, Tavares, Camalaú, Carrapateira, Curral Velho (eficiente), Alagoa Nova, Condado, Imaculada e São José da Lagoa Tapada (ver Apêndice D).

Os municípios eficientes que não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99), na década de 1990, foram: Curral Velho, Fagundes, Riacho dos Cavalos e Santana

dos Garrotes, que fazem parte dos 43 (43%) municípios com valor zero. De outro lado, o município de Cabedelo foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 13.780 habitantes, que corresponde a 6% do crescimento populacional atingido pelo estado[51] entre as décadas de 1990 a 2000.

Curral Velho foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 62,75), na amostra e entre os eficientes, seguido de Santana dos Garrotes (52,52) e Riacho dos Cavalos (52,10), ambos eficientes no decênio. O município de Esperança apresentou a menor variação (3,74) na década, seguido de outros cinco municípios com valores abaixo de 0,1: Patos (eficiente), Carrapateira, Guarabira, Umbuzeiro e Jericó.

A Figura 25 apresenta os escores de eficiência dos 98 municípios paraibanos estudados na década de 1990. As eficiências estão dispersas, em sua maioria, na Mesorregião do Sertão (Riacho dos Cavalos, São Bento, Patos, Passagem, Santana dos Garrotes e Curral Velho) e Agreste Paraibano (Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça e Fagundes). Na Mesorregião da Zona da Mata Paraibana está o município eficiente de Cabedelo, que faz vizinhança com a capital estadual, João Pessoa. Verifica-se a concentração espacial de eficiência vizinha entre os municípios de: Riacho dos Cavalos e São Bentos; e Montadas e São Sebastião de Lagoa de Roça.

[51] O estado da Paraíba teve um crescimento populacional de 240 mil habitantes, passando de 3,2 milhões de habitantes em 1990 para 3,44 milhões em 2000, conforme análise de dados realizado por Fernandes e Israel (2016). Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15066/1/LGPF12072019.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

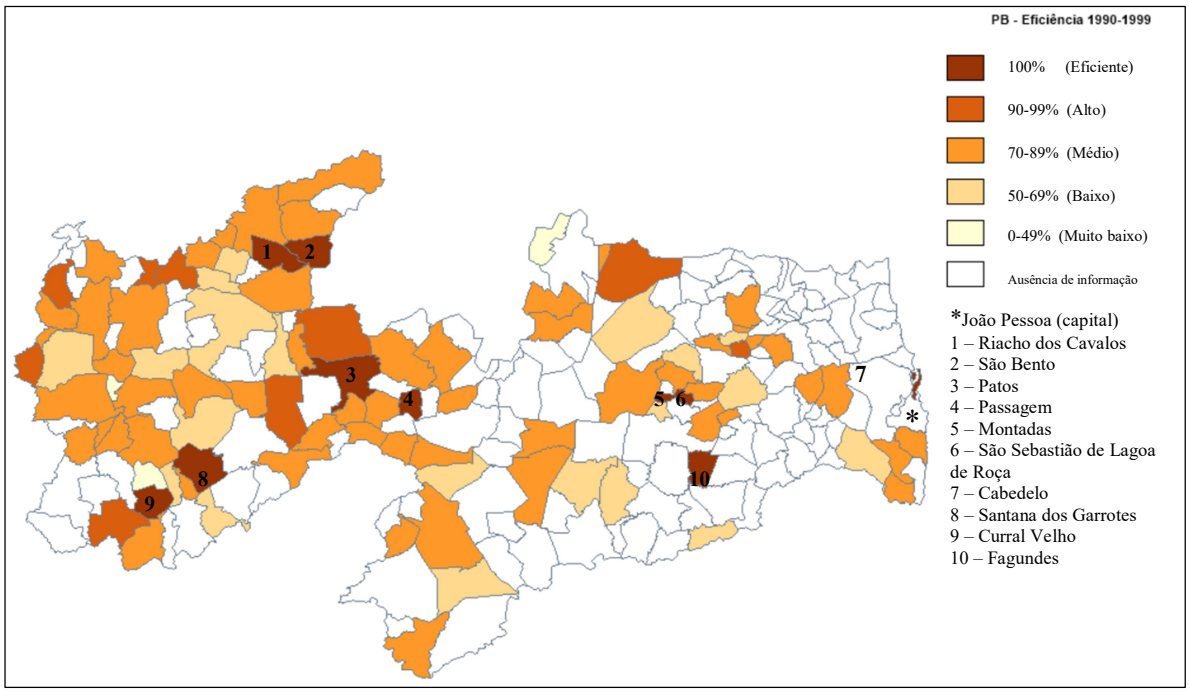


Figura 25 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios da Paraíba (1999-1999)

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 98 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Condado (58%), Tavares (55%), Carrapateira (45%), Frei Martinho (43%) e Boa Ventura (40%), conforme disposto no Quadro 44.

Quadro 44 – Municípios menos eficientes da Paraíba: 1990-1999

Municípios Da Paraíba	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Condado	R$ 64.969,90	0,09	0	28,93	58%
Tavares	R$ 52.949,10	0,07	0	26,86	55%
Carrapateira	R$ 184.448,96	0,08	316	7,67	45%
Frei Martinho	R$ 129.448,92	0,07	239	21,94	43%
Boa Ventura	R$ 54.379,19	0,06	1.069	15,89	40%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado da Paraíba possuía 223 municípios, porém, 33 (15%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 190 municípios analisados, 12 foram eficientes, dentre eles está a capital estadual: João Pessoa, conforme disposto no Quadro 45. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 80%, sendo apenas 1% maior que na década de 1990, mas 18% maior, quando observado o valor mínimo. O município de Itaporanga foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra:

R$ 23.979,79, mas não foi eficiente. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Algodão de Jandaíra (R$ 96.204,93), sendo que a média foi de R$ 48.370,59. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Parari: R$ 152.176,25 (ver Apêndice D).

Quadro 45 – Dados e eficiências dos municípios da Paraíba: 2000-2009

Municípios Da Paraíba	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Algodão de Jandaíra	R$ 96.204,93	0,24	157	20,30	100%
Dona Inês	R$ 36.119,92	0,24	0	12,58	100%
Gado Bravo	R$ 39.427,61	0,16	0	40,64	100%
João Pessoa	R$ 42.684,51	0,12	125.581	2,80	100%
Maturéia	R$ 49.786,83	0,23	907	17,94	100%
Pedro Régis	R$ 44.151,20	0,22	357	25,41	100%
Poço Dantas	R$ 74.668,79	0,20	0	40,66	100%
Queimadas	R$ 24.659,67	0,18	4.062	12,91	100%
Riachão	R$ 69.788,46	0,21	473	36,84	100%
Salgado de São Félix	R$ 30.974,62	0,15	0	40,83	100%
Santana de Mangueira	R$ 51.504,24	0,17	0	44,25	100%
São José de Caiana	R$ 46.427,35	0,22	273	29,26	100%
Mínimo*	**R$ 23.979,79**	**0,12**	**0**	**2,37**	**58%**
Média*	**R$ 48.370,59**	**0,17**	**1.608**	**16,29**	**80%**
Desvio Padrão*	**R$ 20.086,28**	**0,02**	**9.445**	**8,42**	**10%**
Máximo*	**R$ 152.176,25**	**0,24**	**125.581**	**44,25**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,18 para 0,24) e menores valores (de 0,06 para 0,12). Campina Grande e João Pessoa (eficiente) tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,12 (ver Apêndice D). Algodão de Jandaíra e Dona Inês tiveram as maiores da década: 0,24, ambas entre os municípios eficientes, e ocuparam a 29ª e 3ª posições no ranking nacional de maiores variações decenais, consecutivamente.

João Pessoa apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09): 125.558 habitantes, ocupando a 12ª posição entre as cidades com maior aumento populacional no decênio. Entretanto, 50 (26%) municípios não registraram aumento populacional, dentre eles estão os municípios eficientes: Dona Inês, Gado Bravo, Poço Dantas, Salgado de São Félix e Santana de Mangueira.

O município de Santana de Mangueira teve a maior variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 44,25), na amostra e entre os municípios eficientes. O município de Passagem foi aquele que apresentou a menor variação em infraestrutura municipal: 2,37. Passagem, juntamente com outros 46 municípios, representa 25% dos municípios estudados na década com valores menores que 10 na disposição de infraestrutura municipal. Isso pode estar relacionado ao fato de que estes municípios já estavam instituídos há muitos anos e não conseguiram dispor de melhorias locais.

Os escores de eficiência para os 190 municípios do estado da Paraíba, resultados da análise da década de 2000, estão disposto Figura 26. Da mesma forma que na década de 1990, a Mesorregião da Borborema Paraibana não apresentou municípios eficientes, ficando estes localizados nas Mesorregiões do Sertão, Agreste e Zona da Mata Paraibana. Há presença de concentração espacial de eficiência pelos municípios vizinhos na Mesorregião do Agreste Paraibano: Riachão e Dona Inês e Queimadas e Gado Bravo. O estado teve 122 municípios com eficiência média (entre 70-89%) e 24 municípios com eficiência alta (entre 90-99%).

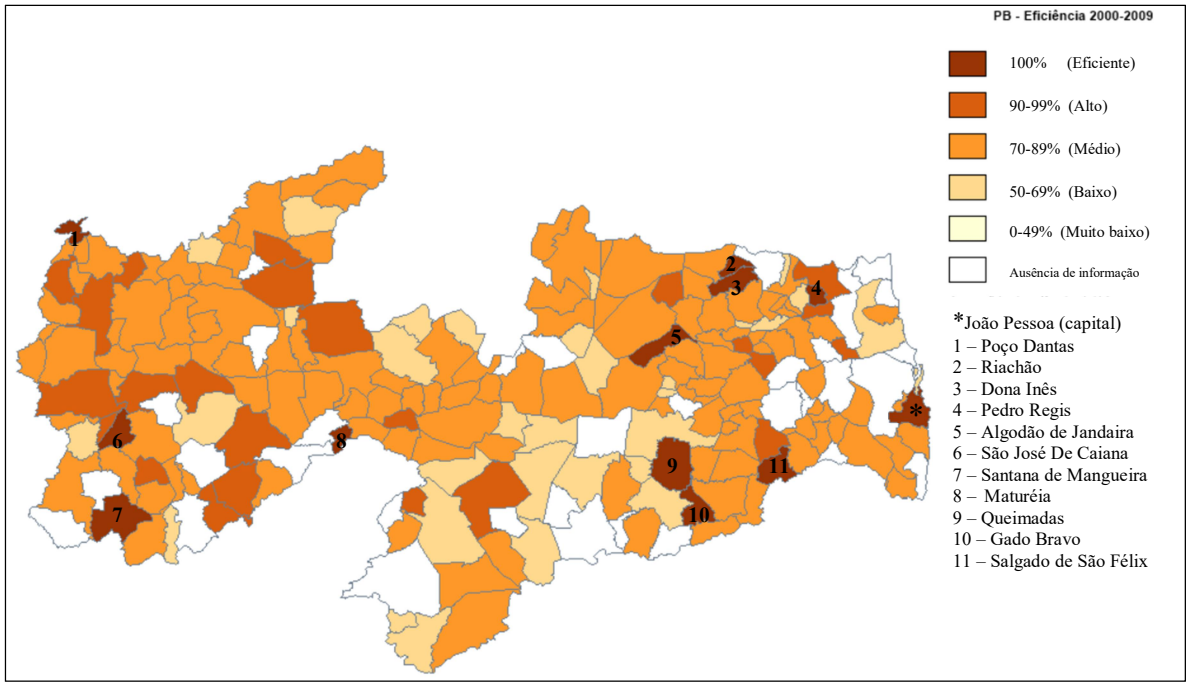


Figura 26 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios da Paraíba: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 190 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Cabaceiras, Gurjão, Vista Serrana (60%), São Sebastião do Umbuzeiro e Borborema (58%), conforme disposto no Quadro 46.

Quadro 46 – Municípios menos eficientes Da Paraíba: 2000-2009

Municípios Da Paraíba	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Cabaceiras	R$ 50.728,75	0,14	745	8,78	60%
Gurjão	R$ 73.754,95	0,14	370	6,57	60%
Vista Serrana	R$ 62.009,53	0,13	391	21,01	60%
São Sebastião do Umbuzeiro	R$ 67.622,90	0,13	341	17,33	58%
Borborema	R$ 48.484,56	0,13	381	13,64	58%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Apenas 94 municípios tinham dados disponíveis para os dois períodos, haja vista o aumento de 52 municípios em duas décadas. Mesmo assim, pode-se afirmar que nenhum município foi eficiente nos dois períodos estudados, mas que pelo menos dois municípios conseguiram melhorar suas gestões e atingir a eficiência no período seguinte, sendo: São José de Caiana (de 74% para 100%) e Santana de Mangueira (de 96% para 100%). E, inversamente, os municípios que não conseguiram manter suas eficiências de 1990 para 2000: Montadas (60%), Cabedelo (70%), São Sebastião da Lagoa de Roça (72%), Fagundes (72%), Passagem (74%), São Bento (77%), Patos (83%), Curral Velho (83%) e Riacho dos Cavalos (91%). Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

No estudo de Jubran (2006), ao analisar a eficiência das capitais brasileiras para o ano 2000, identificou que o município de João Pessoa teve 97%, sendo que neste estudo a capital estadual da Paraíba foi eficiente, no segundo decênio.

5.3.2.6 Pernambuco

O estado de Pernambuco possui 185 municípios distribuídos em uma área de 98.076,021 km², que faz limite com os estados da Paraíba, Ceará, Alagoas, Bahia e Piauí. O processo de colonização de Pernambuco teve início em 1501 com o português Gaspar de Lemos. A Capitania de Pernambuco, chamada de Nova Lusitânia, estava dentre os primeiros 14 lotes distribuídos quando o rei de Portugal, Dom João III, instalou, entre 1534 e 1536, o sistema de capitanias hereditárias no Brasil. Seu donatário, Duarte Coelho, se estabeleceu no local em 1535, onde fundou a vila de Olinda. O estado foi um grande produtor de açúcar no período colonial, chamando a atenção dos holandeses que, então, ocuparam a região no período de 1630 a 1654. Esses holandeses estavam sob o comando de Maurício de Nassau, que se estabeleceu em Recife e tornou a cidade a capital do Brasil holandês (PERNAMBUCO, 2017).

A canavieira, produção de açúcar e álcool, introduzida na região no período colonial, é a principal atividade econômica do Território da Mata Sul e de toda a Zona da Mata do estado de Pernambuco. Com a consolidação do Complexo Portuário de Suape, na região metropolitana do Recife, houve uma grande diversificação da base produtiva das atividades agrárias e industriais, destacando-se a fruticultura, seringueira, pecuária leiteira e de corte, floricultura, indústrias de transformação, comércio varejista e prestação de serviços. O aumento do fluxo de visitantes, por sua vez, proporcionou a instalação de novos polos e empreendimentos turísticos (PERNAMBUCO, 2022).

O estado de Pernambuco possuía 168 municípios até o início da década de 1990, mas havia 123 (73%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 45 municípios analisados na metodologia DEA, nove resultaram em eficientes: Bezerros, Camaragibe, Jaboatão Dos Guararapes, Orobó, Orocó, Tacaimbó, Trindade, Vicência e Agrestina (Quadro 47). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 85%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Rio Formoso (R$ 100.006,91), mas não foi eficiente. Em contrapartida, Bezerros realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 30.988,99), sendo que a média foi de R$ 50.566,55.

Quadro 47 – Dados e eficiências dos municípios de Pernambuco: 1990-1999

Municípios De Pernambuco	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Agrestina	R$ 37.617,16	0,13	2.043	24,58	100%

Bezerros	R$	30.988,99	0,12	5.237	12,77	100%
Camaragibe	R$	32.823,43	0,11	26.775	6,83	100%
Jaboatão Dos Guararapes	R$	42.964,87	0,11	105.921	3,30	100%
Orobó	R$	39.865,37	0,09	1.179	51,86	100%
Orocó	R$	47.568,74	0,15	94	22,58	100%
Tacaimbó	R$	43.029,99	0,14	1.254	48,06	100%
Trindade	R$	44.804,46	0,15	3.131	8,14	100%
Vicência	R$	76.339,90	0,15	802	21,38	100%
Mínimo*	**R$**	**30.988,99**	**0,07**	**0**	**3,30**	**45%**
Média*	**R$**	**50.566,55**	**0,12**	**5.208**	**21,70**	**85%**
Desvio Padrão*	**R$**	**14.761,40**	**0,02**	**16.432**	**11,53**	**13%**
Máximo*	**R$**	**100.006,91**	**0,15**	**105.921**	**51,86**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99), na amostre entre os municípios eficientes, foi alcançada por Trindade, Vicência e Orocó (0,15), ambos foram eficientes. Terezinha foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,07, seguido dos municípios de Brejão, Cumaru, Orobó e Sairé, que apresentaram valores abaixo de 0,1 (ver Apêndice D). Dentre os menores valores apresentados na variação do IDH-Global, o município de Orobó resultou em eficiente.

Os municípios de Terezinha, Serra Talhada, Belém de Maria, Timbaúba, Ibirajuba, Passira, Buenos Aires, Sirinhaém e Moreilândia não tiveram variação em sua população (POP_99) na década de 1990, representando o menor valor na amostra desse período: zero. De outro lado, o município de Jaboatão dos Guararapes foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 105.921 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década, ocupando a 12ª posição. Os municípios de Camaragibe (26.775) e Cabo de Santo Agostinho (26.486) são os municípios em segundo e terceiro lugar em variação populacional no estado de Pernambuco, e em nível nacional ocupam a 110ª e 111ª posição.

Orobó e Tacaimbó foram os municípios que registraram as maiores variações em infraestrutura municipal (INFRA_99: 51,86), na amostra e entre os eficientes, ocupando o primeiro e segundo lugar, consecutivamente. O município de Jaboatão dos Guararapes (3,3) demonstrou a menor variação na década, mas foi eficiente. Os municípios de Pombos, Camaragibe (eficiente), Trindade (eficiente), Amaraji, Limoeiro e Bonito apresentaram variação de infraestrutura abaixo de 10, neste decênio.

A Figura 27 apresenta os escores de eficiência dos 45 municípios pernambucanos estudados na década de 1990. Os municípios eficientes estão localizados nas regiões geográficas intermediárias de Recife (Orobó, Vicência, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes) e de Caruaru (Bezerros, Tacaimbó e Agrestina), principalmente. Os municípios de Trindade e Orocó situam-se na região intermediária de Petrolina, mas estão distantes geograficamente em sua região. Os municípios que fazem vizinhança entre eficiências são: Agrestina e Bezerros e Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, sendo os primeiros limítrofes a dois municípios com percentuais de eficiência alta e os segundos próximos a capital estadual, ambos podendo demonstrar uma concentração espacial de municípios eficientes.

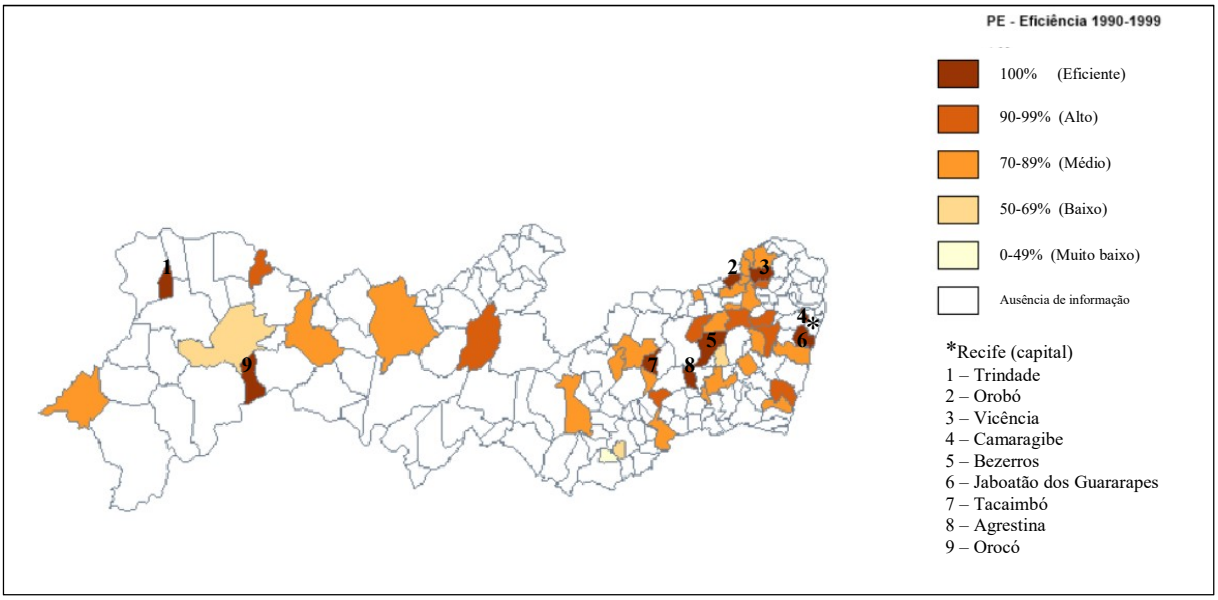


Figura 27 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Pernambuco: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 45 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: São Vicente Ferrer (70%), Parnamirim (69%), Sairé (62%), Brejão (53%) e Terezinha (45%), conforme disposto no Quadro 48.

Quadro 48 – Municípios menos eficientes de Pernambuco: 1990-1999

Municípios De Pernambuco	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
São Vicente Ferrer	R$ 45.220,72	0,10	1.832	31,53	70%
Parnamirim	R$ 46.858,85	0,10	1.138	22,39	69%
Sairé	R$ 51.889,43	0,09	2.536	13,39	62%
Brejão	R$ 61.743,62	0,08	209	17,64	53%

Terezinha	R$	63.503,90	0,07	0	10,03	45%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado de Pernambuco possuía 185 municípios, porém, 18 (10%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 167 municípios analisados, sete foram eficientes: Carnaubeira Da Penha, Jaboatão Dos Guararapes, Manari, Petrolina, Recife, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama (Quadro 49). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 72%, sendo 13% menor que na década de 1990. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto per capita (GPT_09) foi Recife (R$ 52.837,08), sendo que a média foi de R$ 36.473,45. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Itacurubá: R$ 140.335,22, ocupando a 78ª posição no ranking nacional, e o menor foi realizado pelo município de Carpina (R$ 19.331,98), ambos não eficientes (ver Apêndice D).

Quadro 49 – Dados e eficiências dos municípios de Pernambuco: 2000-2009

Municípios De Pernambuco	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Carnaubeira Da Penha	R$	35.825,06	0,24	1.378	22,57	100%
Jaboatão Dos Guararapes	R$	21.694,47	0,09	66.085	12,77	100%
Manari	R$	29.344,46	0,19	5.055	44,35	100%
Petrolina	R$	29.011,86	0,12	75.424	7,55	100%
Recife	R$	52.837,08	0,11	114.799	3,88	100%
Santa Cruz Do Capibaribe	R$	19.804,70	0,13	28.534	11,11	100%
Toritama	R$	19.752,61	0,14	13.754	1,82	100%
Mínimo*	**R$**	**19.331,98**	**0,08**	**0**	**1,82**	**42%**
Média*	**R$**	**36.473,45**	**0,15**	**5.130**	**14,57**	**72%**
Desvio Padrão*	**R$**	**12.447,79**	**0,03**	**13.209**	**6,47**	**12%**
Máximo*	**R$**	**140.335,22**	**0,24**	**114.799**	**44,35**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,15 para 0,24) e menores valores (de 0,07 para 0,08). Os municípios de Carnaubeira da Penha (0,24), Santa Filomena (0,22), Santa Cruz (0,21), Barra de Guabiraba (0,21), Afrânio (0,2) e Sairé (0,2) tiveram as maiores variações do IDG-Global nacional (ver Apêndice D). Estes municípios ocupam entre a 17ª e 151ª posição no ranking nacional daqueles municípios com maior variação. O município que teve a menor variação da

década foi Paulista (0,08), seguido de Itacurubá, Olinda e Jaboatão dos Guararapes (eficiente), que apresentaram valores abaixo de 0,1.

Dentre os 167 municípios pernambucanos estudados neste decênio, 12% deles não registraram variação na população (POP_09: 0), em contrapartida, entre os municípios eficientes, aquele que registrou a menor variação populacional foi Carnaubeira da Penha (1.378). A capital estadual, Recife, foi o município que apresentou a maior variação populacional neste período e entre os eficientes: 114.799, ocupando a 16ª posição em nível nacional. Petrolina e Jaboatão do Guararapes estão em 2º e 3º lugar em nível estadual, e em 40º e 51º lugar em nível nacional, ambos consecutivamente.

Quanto à disposição de infraestrutura (INFRA_09), Manari foi o município que registrou maior variação na disposição de infraestrutura na amostra e entre os municípios eficientes: 44,35. O município de Toritama foi aquele que apresentou a menor variação em infraestrutura municipal: 1,82; tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Quase 30% dos municípios pernambucanos apresentaram valores de variação de infraestrutura abaixo de 10 para a década de 2000, estando abaixo da média estadual (14,57).

Os escores de eficiência para os 167 municípios do estado de Pernambuco, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 28. Os municípios eficientes ficaram dispersos pelas quatro regiões geográficas intermediárias (RGI) do estado, sendo: Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Manari (RGI de Caruaru), Recife e Jaboatão Dos Guararapes (RGI de Recife), Carnaubeira da Penha (RGI de Serra Talhada), e Petrolina (RGI de Petrolina). As eficiências vizinhas são visualizadas entre os municípios de: Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, e Recife e Jaboatão dos Guararapes, ambas com percentuais de eficiência média e alta nas proximidades, indicando uma possível concentração espacial de eficiências. O município de Serra Talhada teve 98%, sendo quase eficiente, fica próximo a Carnaubeira da Penha.

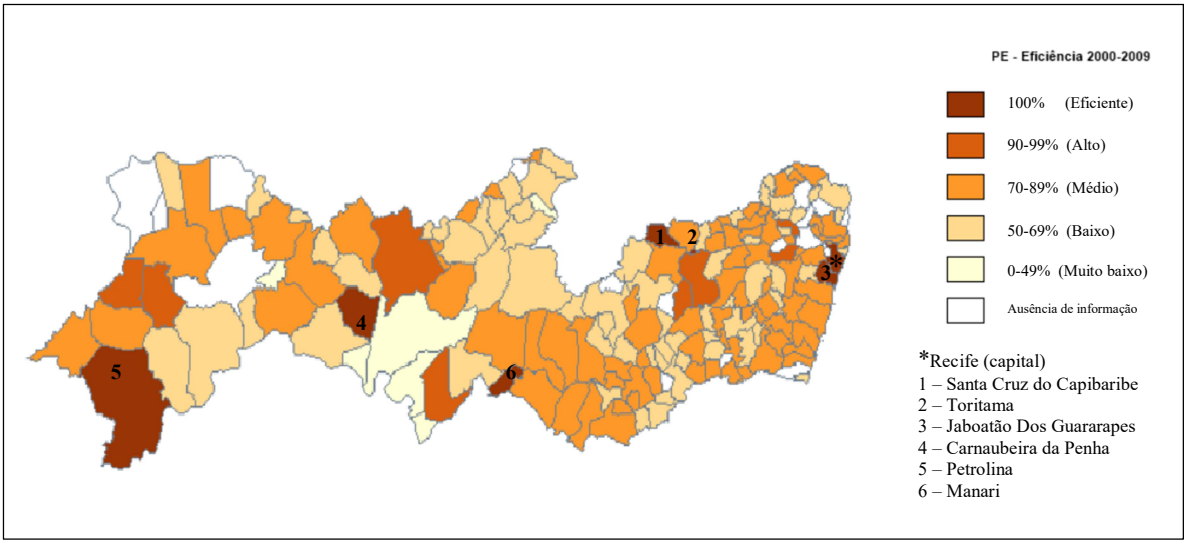


Figura 28 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Pernambuco: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 167 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Terra Nova (48%), Jatobá (48%), Itacuruba (44%), Tuparetama (44%) e Petrolândia (42%), conforme disposto no Quadro 50.

Quadro 50 – Municípios menos eficientes de Pernambuco: 2000-2009

Municípios De Pernambuco	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Terra Nova	R$ 33.087,14	0,11	1.679	15,64	48%
Jatobá	R$ 38.337,87	0,12	815	10,72	48%
Itacuruba	R$ 140.335,22	0,09	700	19,12	44%
Tuparetama	R$ 50.153,33	0,11	705	1,86	44%
Petrolândia	R$ 44.766,81	0,10	5.172	6,94	42%

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Entretanto, havia 41 municípios com dados para os dois períodos estudados. Dentre eles, destacam-se cinco municípios: Jaboatão dos Guararapes, que foi o único município eficiente nas duas décadas; Orocó, Vicência, Orobó e Bezerros, que foram eficientes na primeira década, mas tiveram redução significativa em seus percentuais na segunda década – sendo 60%, 66%, 70% e 71%, consecutivamente. Jaboatão dos Guararapes, que apesar da discrepância no número de municípios com dados disponíveis nas amostras analisadas (27% na década de 1990 e 90% na década de 2000), conseguiu ser eficiente nos dois períodos, e demonstra a superação frente à

heterogeneidade dos municípios e ao seu crescimento populacional significativo nas duas décadas estudadas.

Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada, tendo como vizinho o município de Jaboatão dos Guararapes, podendo indicar uma dependência espacial por estar na região metropolitana. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado. Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios pernambucanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Ao analisar a eficiência da gestão pública municipal na prestação de serviços em 170 municípios pernambucanos em 1996, Gasparini e Ramos (2003) identificaram que na Microrregião de Itamaracá e Suape há municípios com eficiência média de 100%, e na Microrregião de Recife há municípios com 97% de eficiência média. Ademais, entre os municípios instalados entre 1980 e 1995 foram eficientes: Camaragibe, Carnaubeira da Penha, Itapissuma, Jucati, Lagoa do Carro e Quixaba, ambos nos modelos DEA aplicados. A eficiência média, considerando todos os municípios pernambucanos estudados na amostra, foi de 82%. No estudo de Jubran (2006), a eficiência da capital, Recife, teve um resultado de 93%. E, no estudo de Sodré (2019) foram identificados *clusters* (dependência espacial) de eficiência entre os municípios pernambucanos.

Similarmente ao estudo de Gasparini e Ramos (2003), na tese foram identificados como eficientes os municípios de Camaragibe, Carnaubeira da Penha e Jaboatão dos Guararapes, e a eficiência média foi de 85% (década 1990); Jaboatão dos Guararapes, eficiente nos dois decênios estudados na tese, foi eficiente no estudo de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005); e foram identificados *clusters* de eficiência nos dois decênios, conforme estudo de Sodré (2019). Em contrariedade à literatura (JUBRAN, 2006; SODRÉ, 2019), Recife foi eficiente no resultado da tese.

5.3.2.7 Piauí

O estado do Piauí possui 224 municípios, que ocupam uma área de 251.611,929 km², fazendo divisas com os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Tocantins e Maranhão. A partir de 1674, fazendeiros do São Francisco, à procura de expandir suas criações de gado,

ocuparam a região situada às margens do rio Gurguéia. Um capitão, conhecido como Domingos Sertão, tornou-se o maior colonizador da região, pois fundou 30 fazendas de gado. Com a morte de Domingos, os padres jesuítas da Companhia de Jesus passaram a ficar responsáveis por essas fazendas. E, assim, o estado foi sendo colonizado do centro para o litoral. Os jesuítas tiveram importante contribuição no desenvolvimento da pecuária piauiense, que atingiu seu auge em meados do século XVIII e chegou a abastecer todo o Nordeste e as províncias do Sul. Quando os jesuítas foram expulsos, essas fazendas foram incorporadas à Coroa e entraram em declínio (PIAUÍ, 2017). A economia piauiense baseia-se no setor de serviços, seguida pela indústria e pela agropecuária (PIAUÍ, 2022).

O estado do Piauí possuía 118 municípios até o início da década de 1990, mas havia 86 (73%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 32 municípios analisados na metodologia DEA, oito resultaram em eficientes: Altos, Esperantina, Ipiranga Do Piauí, Itainópolis, Miguel Alves, Palmeira Do Piauí, São Gonçalo Do Piauí e União (Quadro 51). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 81%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi São João da Canabrava (R$ 122.769,89), em contrapartida, Miguel Alves realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 31.149,73), sendo que a média foi de R$ 67.437,72.

Quadro 51 – Dados e eficiências dos municípios do Piauí: 1990-1999

Municípios Do Piauí	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Altos	R$ 36.084,37	0,11	3.107	17,55	100%
Esperantina	R$ 33.403,78	0,11	2.029	17,81	100%
Ipiranga do Piauí	R$ 41.921,39	0,13	903	32,45	100%
Itainópolis	R$ 65.900,07	0,20	0	21,97	100%
Miguel Alves	R$ 31.149,73	0,09	2.338	27,28	100%
Palmeira do Piauí	R$ 66.167,77	0,15	754	36,01	100%
São Gonçalo do Piauí	R$ 82.973,61	0,11	218	41,15	100%
União	R$ 34.690,83	0,10	3.831	33,95	100%
Mínimo*	**R$ 31.149,73**	**0,06**	**0**	**10,36**	**51%**
Média*	**R$ 67.437,72**	**0,11**	**885**	**24,25**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$ 24.350,49**	**0,03**	**1.088**	**7,76**	**16%**
Máximo*	**R$ 122.769,89**	**0,20**	**3.831**	**41,15**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Itainópolis (0,2), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 66ª posição. Flores do Piauí foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década (ver Apêndice D), não resultando em eficiência municipal: 0,06. Quanto aos eficientes, os municípios de Miguel Alves e União obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,09 e 0,10, consecutivamente. Apesar do valor máximo de variação do IDH-Global apresentando no estado, 75% dos municípios desta amostra decenal têm seus valores na média ou abaixo dela. Isso demonstra a certa dificuldade em ampliar o bem-estar da população local.

O município de União representou o valor máximo para variação populacional (POP_99) no decênio piauiense: 3.831 habitantes. Em contrapartida, 35% dos municípios não tiveram variação no aumento da sua população na década de 1990, dentre eles está o município de Itainópolis (eficiente).

São Gonçalo do Piauí foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 41,15), seguido de Prata do Piauí (36,75) e Palmeira do Piauí (36,01), sendo o primeiro e o último, eficientes. Nenhum município piauiense apresentou variação de infraestrutura menor que 10, apenas os municípios de Capitão de Campos (10,98) e Simões (10,36) ficaram nessa faixa. Isso demonstra que houve ações para promover melhorias na infraestrutura local.

A Figura 29 apresenta os escores de eficiência dos 32 municípios piauienses estudados na década de 1990. Os oito municípios eficientes se destacam frente à ausência de dados dos 86 municípios do estado do Piauí. Essas eficiências concentraram-se na RGI de Teresina, representada pelos municípios de Miguel Alves, União, Altos, São Gonçalo do Piauí e Ipiranga do Piauí. Os demais municípios eficientes fazem parte de outras regiões: RGI de Parnaíba (Esperantina), RGI de Picos (Itainópolis) e RGI de Corrente-Bom Jesus (Palmeira do Piauí). Há concentração de eficiência entre os municípios limítrofes de Miguel Alves e União, com a proximidade de Altos, que faz divisa com a capital estadual, podendo indicar dependência espacial de eficiência.

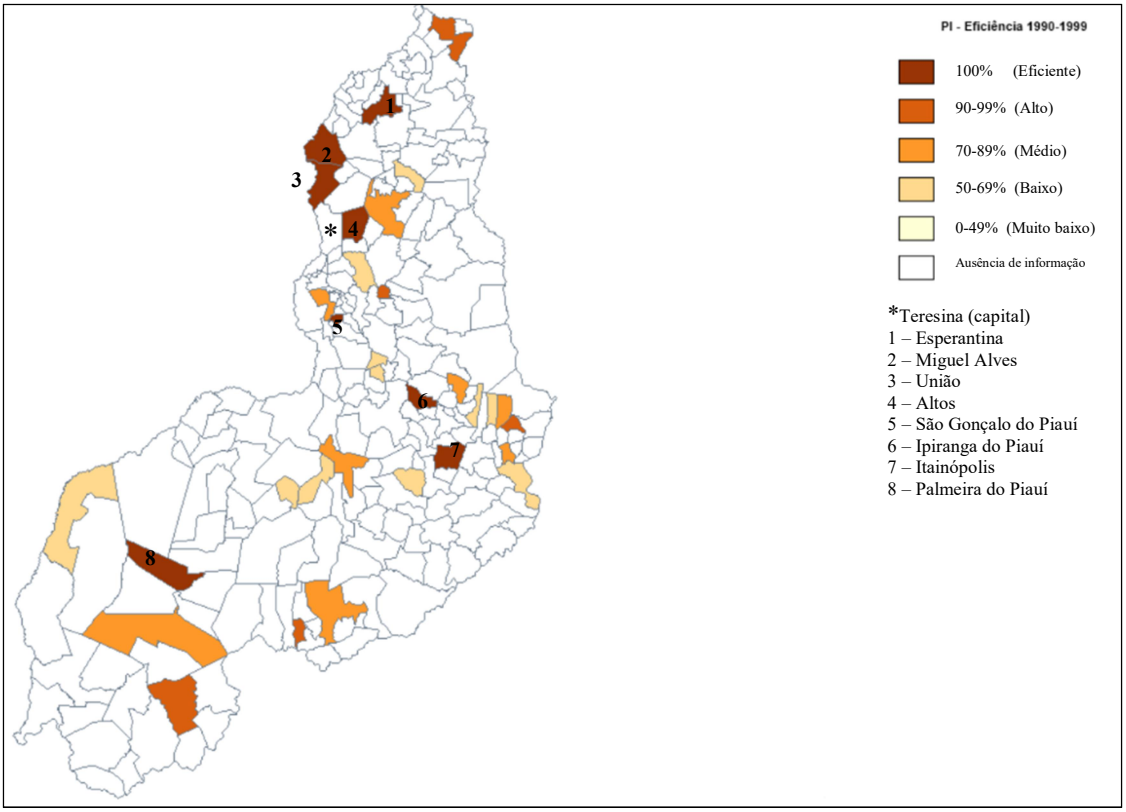


Figura 29 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Piauí: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 32 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Campinas Do Piauí (60%), Francinópolis (59%), Monsenhor Hipólito (59%), Simões (58%) e Flores Do Piauí (51%), conforme disposto no Quadro 52.

Quadro 52 – Municípios menos eficientes do Piauí: 1990-1999

Municípios Do Piauí	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Campinas Do Piauí	R$ 64.470,52	0,10	0	19,30	60%
Francinópolis	R$ 82.922,96	0,10	79	17,94	59%
Monsenhor Hipólito	R$ 53.575,09	0,10	488	12,25	59%
Simões	R$ 60.576,29	0,10	685	10,98	58%
Flores Do Piauí	R$ 76.960,88	0,06	0	20,58	51%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Piauí possuía 221 municípios, porém, 84 (38%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 137 municípios analisados, 10 foram eficientes, conforme disposto no Quadro 543. O percentual médio de

eficiência para a amostra foi de 77%, sendo 4% menor que na década de 1990, e 9% menor quando comparado aos valores mínimos. Piripiri, município eficiente, foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 22.755,63. Dentre os municípios eficientes, aquele que fez o maior gasto per capita foi Cajazeiras do Piauí (R$ 56.669,19), sendo que o maior gasto per capita da amostra foi realizado pelo município de Nossa Senhora de Nazaré: R$ 156.227,11 (ver Apêndice D). Neste período, média de GPT foi de R$ 42.653,31.

Quadro 53 – Dados e eficiências dos municípios do Piauí: 2000-2009

Municípios Do Piauí	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Bela Vista do Piauí	R$ 50.419,11	0,28	0	39,22	100%
Boqueirão do Piauí	R$ 36.185,00	0,24	626	66,40	100%
Cabeceiras do Piauí	R$ 31.027,02	0,22	1.430	62,05	100%
Cajazeiras do Piauí	R$ 56.669,19	0,23	0	68,40	100%
Dom Inocêncio	R$ 29.312,73	0,27	336	25,94	100%
Jatobá do Piauí	R$ 50.910,75	0,21	342	67,68	100%
Miguel Alves	R$ 26.305,10	0,20	2.440	39,94	100%
Nova Santa Rita	R$ 47.807,77	0,23	1.483	67,43	100%
Piripiri	R$ 22.755,63	0,18	1.943	28,83	100%
Teresina	R$ 41.425,89	0,13	106.236	8,16	100%
Mínimo*	**R$ 22.755,63**	**0,11**	**0**	**8,16**	**42%**
Média*	**R$ 42.653,31**	**0,18**	**1.666**	**38,10**	**77%**
Desvio Padrão*	**R$ 15.360,69**	**0,03**	**9.123**	**13,87**	**14%**
Máximo*	**R$ 156.227,11**	**0,28**	**106.236**	**68,40**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,2 para 0,28) e menores valores (de 0,06 para 0,11). São Gonçalo do Piauí teve a menor variação do IDG-Global, dessa forma, nenhum município piauiense teve variação abaixo de 0,1 nesta década (ver Apêndice D). Os municípios de Bela Vista do Piauí e Dom Inocêncio, ambos eficientes, tiveram as maiores variações de IDH-Global: 0,28 e 0,27, consecutivamente. Esses resultados fazem com que estes municípios ocupem a segunda e terceira posição no ranking nacional, na década de 2000.

O município de Teresina apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09): 106.236 habitantes, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Os municípios que não apresentaram variação populacional representam 15% da amostra, dentre eles estão os municípios eficientes de Bela Vista do Piauí e Cajazeiras do Piauí.

Quanto à disposição de infraestrutura (INFRA_09), a média estadual foi de 13,87, sendo a capital, Teresina, o único município da amostra a apresentar um valor abaixo de 10, e os municípios de Parnaíba, Pico e Marcolândia, os únicos a apresentarem valores abaixo da média (ver Apêndice D). Entretanto, a média foi puxada para cima, devido aos altos valores apresentados por municípios que foram instituídos durante a década de 1990. Como, por exemplo, aqueles que apresentaram valor de infraestrutura acima de 60: Cajazeiras do Piauí (1995), Jatobá Do Piauí (1995), Nova Santa Rita (1993), Boqueirão do Piauí (1994), São Luís Do Piauí (1994), Floresta Do Piauí (1997), Cabeceiras Do Piauí (1992) e Santa Cruz dos Milagres (1993). Ademais, o estado do Piauí foi o terceiro que mais instituiu municípios nos dois decênios estudados, sendo o estado que mais ocupa posições (33 delas) entre os 100 com maior variação de disposição de infraestrutura municipal para a década de 2000. Ou seja, não tinham valores para comparar com a década anterior, pois não haviam sido instituídos e absorveram os dados dos territórios (municípios-mãe) do qual foram desmembrados.

Os escores de eficiência para os 137 municípios do estado do Piauí, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 30. Igualmente ao decênio anterior, as eficiências localizam-se em sua maioria na RGI de Teresina (Miguel Alves, Cabeceiras do Piauí, Boqueirão e Jatobá do Piauí), entretanto nenhum dos municípios eficientes faz divisa com a capital estadual[52]. Logo, não é visível a dependência espacial destes municípios à capital, neste período, devido às suas distâncias. Os demais municípios fazem parte de outras regiões: RGI de Parnaíba (Piripiri), RGI de Picos (Cajazeiras do Piauí e Bela Vista do Piauí) e RGI de São Raimundo Nonato (Nova Santa Rita e Dom Inocêncio). A concentração de municípios eficientes, limítrofes ou próximos, é perceptível na região acima da capital e entre os municípios de Bela Vista do Piauí e Nova Santa Rita.

[52] Os municípios de Curralinhos (instituído em 1997) e Nazária (instituído em 1995, mas instalado oficialmente somente em 2009) foram desmembrados do território de Teresina, sendo divididos pela área rural da capital piauiense. Devido a isso, no georreferenciamento da eficiência para a década de 2000 (Figura 32) aparece um território abaixo da capital como sendo eficiente, pois faz parte dos limite municipais da capital. Essa divisão territorial causa diversos impactos na vida da população local, principalmente quanto à disposição dos serviços públicos, pois estão distantes da região urbana de Teresina. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/339637/complemento_1.htm?sequence=2&isAllowed=y; https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/01/30/indefinicao-de-territorios-no-piaui-causam-transtornos-a-moradores-de-municipios.ghtml; https://nazaria.pi.gov.br/historia-da-cidade.php. Acesso em: 18 jul. 2021.

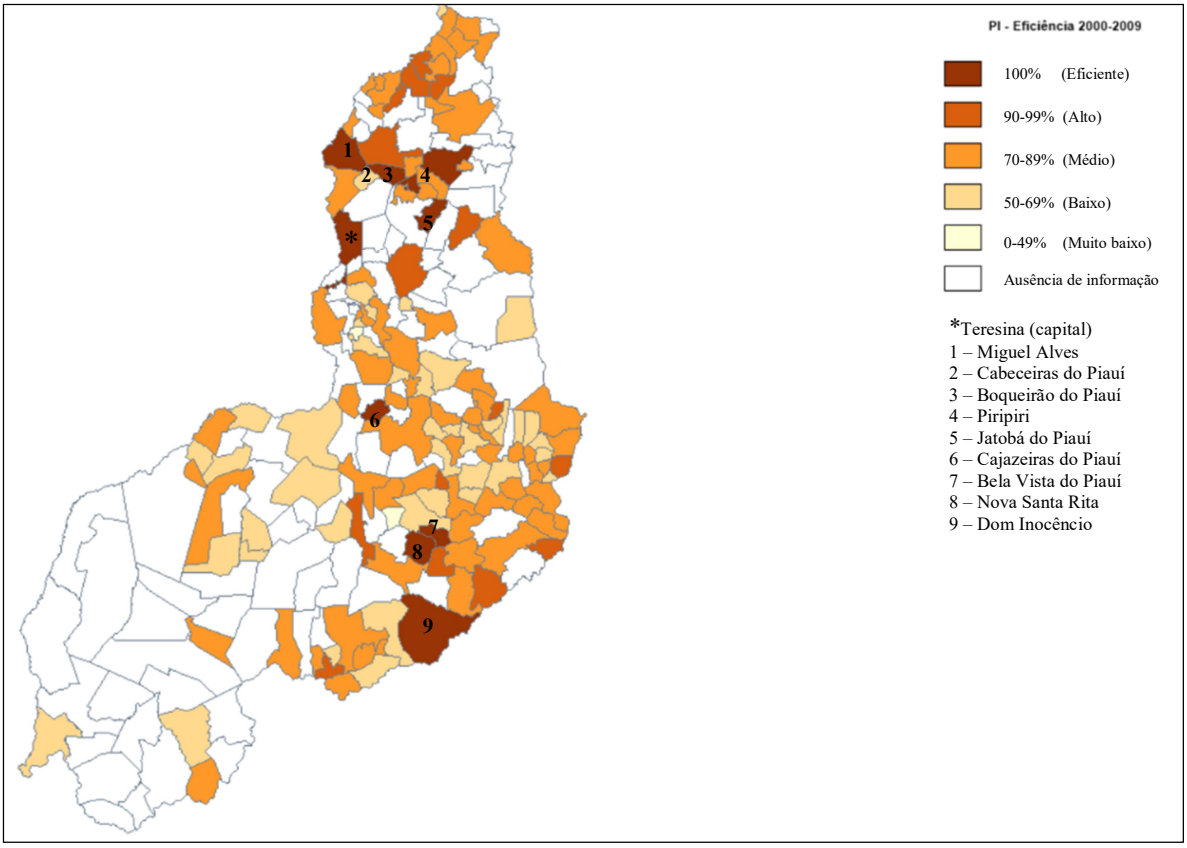


Figura 30 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Piauí: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

Dentre os 137 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Bonfim Do Piauí (52%), Barro Duro (51%), Dom Expedito Lopes (51%), Paes Landim (46%) e São Gonçalo Do Piauí (42%), conforme disposto no

Quadro 54.

Quadro 54 – Municípios menos eficientes do Piauí: 2000-2009

Municípios Do Piauí	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Bonfim do Piauí	R$ 45.829,49	0,14	903	20,67	52%
Barro Duro	R$ 35.788,74	0,13	0	26,42	51%
Dom Expedito Lopes	R$ 34.572,79	0,14	615	18,75	51%
Paes Landim	R$ 46.316,00	0,13	194	18,02	46%
São Gonçalo do Piauí	R$ 46.852,94	0,11	505	16,61	42%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Ademais, é importante destacar que o estado do Piauí foi o terceiro a instituir mais municípios no país durante as duas décadas estudadas, correspondendo a 106 novos municípios. Com isso, apenas 20 municípios tinham dados para os dois períodos. Dentre eles, o único eficiente nos dois decênios foi Miguel Alves. Os demais municípios que foram eficientes no primeiro decênio tiveram seus percentuais reduzidos no segundo decênio: São Gonçalo do Piauí (42%), Itainópolis (60%), Ipiranga do Piauí (74%) e União (89%). Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Ademais, foram identificadas concentrações espaciais de eficiências na RGI de Teresina, houve um aumento significativo na média de infraestrutura no segundo decênio, devido à instituição de muitos municípios e a variação do IDH-Global foi alta na década de 2000.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

A análise de eficiência da gestão pública das capitais brasileiras para o ano 2000, resultou em 100% para Teresina no estudo de Jubran (2006), corroborando com os achados deste estudo, que também teve a capital estadual do Piauí como eficiente, mas para a década de 2000.

5.3.2.8 Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte tem área total de 52.811,107 km², possui 167 municípios e tem como limite os estados da Paraíba e do Ceará, e o Oceano Atlântico. A primeira expedição portuguesa chegou à região em 1535. Até então, as terras que hoje correspondem ao Rio Grande do Norte estavam ocupadas por franceses que, com a ajuda dos índios potiguares, impediam a chegada dos colonizadores portugueses. Uma nova expedição ocorreu em 1597 para expulsar os franceses e reconquistar a capitania. Os colonizadores construíram a Fortaleza dos Reis Magos. No entorno dessa fortaleza formou-se um povoado

denominado de Cidade dos Reis, que atualmente é a cidade de Natal (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

A economia do estado está baseada no comércio, na indústria têxtil, na agroindústria, no turismo e na extração e processamento de petróleo. Também representa o maior exportador brasileiro de camarão (RIO GRANDE DO NORTE, 2022).

O estado do Rio Grande do Norte possuía 152 municípios até o início da década de 1990, mas havia 99 (65%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 53 municípios analisados na metodologia DEA, nove resultaram em eficientes: Apodi, Extremoz, Marcelino Vieira, Mossoró, Riacho De Santana, Rodolfo Fernandes, São Bento do Trairi, Severiano Melo e Tangará (Quadro 55). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 85%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Ipueira (R$ 166.937,28), seguido de mais seis municípios que gastaram acima de 100 mil reais por habitante no decênio: Santana do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lucrécia, Jardim de Angicos, Água Nova e São Bento do Trairi (eficiente) (ver Apêndice D). Em contrapartida, Santa Cruz realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 28.956,73). O GPT médio foi de R$ 66.668,66.

Quadro 55 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 1990-1999

Municípios Do Rio Grande Do Norte	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Apodi	R$ 31.693,39	0,15	2.999	23,28	100%
Extremoz	R$ 29.656,26	0,15	4.631	12,49	100%
Marcelino Vieira	R$ 38.815,90	0,16	0	21,71	100%
Mossoró	R$ 61.544,84	0,13	21.574	11,25	100%
Riacho de Santana	R$ 66.021,96	0,14	220	36,20	100%
Rodolfo Fernandes	R$ 72.615,82	0,17	0	25,80	100%
São Bento do Trairi	R$ 101.295,19	0,11	5	37,89	100%
Severiano Melo	R$ 33.495,65	0,15	182	33,28	100%
Tangará	R$ 42.150,63	0,13	1.905	32,60	100%
Mínimo*	**R$ 28.956,73**	**0,07**	**0**	**0,51**	**49%**
Média*	**R$ 66.668,66**	**0,13**	**1.265**	**20,36**	**85%**
Desvio Padrão*	**R$ 33.623,48**	**0,02**	**3.125**	**8,74**	**13%**
Máximo*	**R$ 166.937,28**	**0,17**	**21.574**	**37,89**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Rodolfo Fernandes (0,17), que não está entre os X% dos municípios que apresentaram maior

variação nacional, devido ao seu valor estar abaixo de 0,2. Jardim de Piranhas foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, o município de São Bento do Trairi obteve a menor variação do IDH-Global nesse período: 0,11, sendo um valor abaixo da média estadual.

Na década de 1990, 11 (20%) municípios norte-rio-grandenses não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99), representando o menor valor na amostra desse período: zero (ver Apêndice D). Dentre eles, estão os municípios eficientes de Rodolfo Fernandes e São Bento do Trairi. De outro lado, o município de Mossoró foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 21.574 habitantes, fazendo parte do ranking dos municípios com aumento populacional acima de 20 mil habitantes no país, nesta década.

São Bento do Trairi foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 37,89), sendo eficiente e estando significativamente acima da média. Os municípios de Ipueira (0,51), Macau (1,77), Currais Novos (6,19), Areia Branca (6,95) e Encantos (9,38) foram os municípios potiguares com as menores variações da década de 1990, todos com valores abaixo de 10, e nenhum deles foi eficiente.

A Figura 31 apresenta os escores de eficiência dos 52 municípios norte-rio-grandenses estudados na década de 1990. A maioria dos municípios eficientes está localizada na região Oeste Potiguar do estado, sendo perceptível a concentração de eficiência entre os municípios de: Apodi, Severiano Melo e Rodolfo Fernandes, e Riacho de Santana e Marcelino Vieira. Na região do Agreste Potiguar estão os municípios de São Bento do Trairi e Tangará, que fazem divisa com o município de Santa Cruz (percentual médio). Na região Leste Potiguar situa-se a capital estadual Natal, que não foi eficiente, mas que é vizinha do município eficiente: Mossoró. Assim, visualiza-se a concentração espacial de eficiência e uma possível influência dos municípios vizinhos ou da capital em sua região metropolitana. Entre as regiões Oeste e Central Potiguar, há uma concentração de oito municípios quase eficientes (percentual alto).

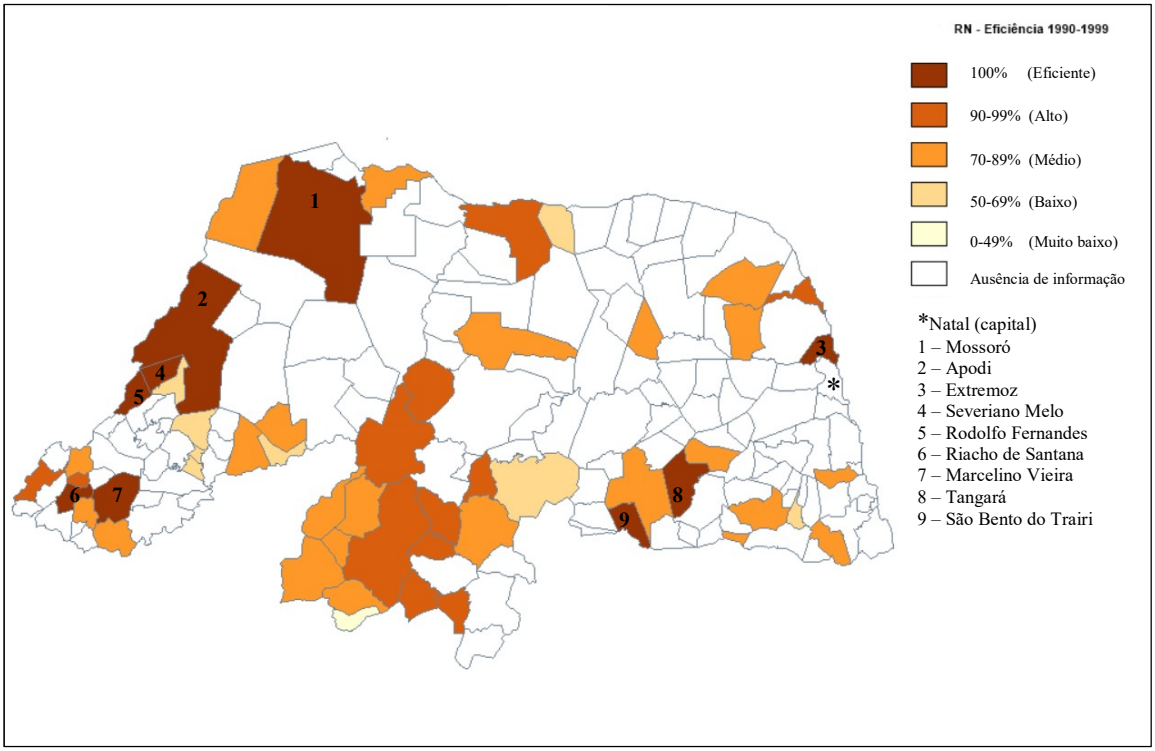


Figura 31 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 53 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Messias Targino (63%), Currais Novos (63%), Guamaré (63%), Várzea (58%) e Ipueira (49%), conforme disposto no Quadro 56.

Quadro 56 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Norte: 1990-1999

Municípios Do Rio Grande Do Norte	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Messias Targino	R$ 92.462,77	0,10	305	19,70	63%
Currais Novos	R$ 44.063,73	0,10	564	6,19	63%
Guamaré	R$ 88.908,51	0,10	2.067	13,63	63%
Várzea	R$ 81.115,19	0,10	0	15,03	58%
Ipueira	R$ 166.937,28	0,08	201	0,51	49%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Rio Grande do Norte possuía 166 municípios, porém, 40 não dispunham de dados (24%) para a análise de eficiência nesse período. Dos 126 municípios analisados, nove foram eficientes: Baraúna, Bento Fernandes, Marcelino Vieira, Natal, Nova Cruz, Parnamirim, São Pedro, Serra De São Bento e Venha-Ver (Quadro 57). O

percentual médio de eficiência para a amostra foi de 77%, sendo 8% menor que na década de 1990. Destaca-se na amostra, o município de Viçosa, que já foi o que realizou o maior gasto da amostra: R$ 147.106,79, ocupando a 55ª posição no ranking nacional. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto per capita (GPT_09) foi Venha-Ver (R$ 73.000,23), sendo quase 23 mil reais acima da média estadual. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Santo Antônio: R$ 27.893,59 (ver Apêndice D).

Quadro 57 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 2000-2009

Municípios Do Rio Grande Do Norte	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Baraúna	R$ 31.805,35	0,16	5.260	23,23	100%
Bento Fernandes	R$ 59.086,42	0,21	689	16,37	100%
Marcelino Vieira	R$ 38.312,12	0,18	0	19,57	100%
Natal	R$ 46.006,47	0,10	93.070	2,33	100%
Nova Cruz	R$ 28.460,97	0,16	1.656	15,59	100%
Parnamirim	R$ 31.301,24	0,14	77.766	4,29	100%
São Pedro	R$ 44.308,76	0,20	0	8,08	100%
Serra de São Bento	R$ 37.840,34	0,17	0	30,16	100%
Venha-Ver	R$ 73.000,23	0,22	399	51,54	100%
Mínimo*	**R$ 27.893,59**	**0,07**	**0**	**2,33**	**37%**
Média*	**R$ 52.126,83**	**0,14**	**2.939**	**17,17**	**77%**
Desvio Padrão*	**R$ 20.167,11**	**0,03**	**11.520**	**9,07**	**15%**
Máximo*	**R$ 147.106,79**	**0,22**	**93.070**	**51,54**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,17 para 0,22) e a média (de 0,13 para 0,14). Carnaúba dos Dantas teve a menor variação do IDG-Global na amostra desse período: 0,07, seguido de mais cinco municípios que apresentaram valores abaixo de 0,1 (ver Apêndice D). Dentre os eficientes, a menor variação foi obtida por Natal, capital estadual: 0,1. O município de Venha-Ver apresentou o maior valor da década e entre os eficientes, ocupando a 8ª posição no ranking nacional.

Na década de 2000, quase 30 (23%) municípios não apresentaram variação no aumento da sua população (POP_09: 0), sendo que três deles foram eficientes: Marcelino Vieira, São Pedro e Serra de São Bento. A capital estadual foi o município, eficiente e da amostra, que apresentou a maior variação da população: 93.070 habitantes, sendo um dos

municípios com maior aumento populacional na década quando comparado à amostra nacional, ocupando a 26ª posição.

O município de Venha-Ver foi aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_09): 51,54, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Isso se deve ao fato de que o município tinha sido instituído na década anterior (1997), registrando, assim, um alto valor de variação de infraestrutura disposta a sua população. Dentre os 30 (24%) municípios norte-rio-grandenses que apresentaram variações na infraestrutura, está a capital Natal, com o menor valor da amostra e dos eficientes: 2,33.

Os escores de eficiência para os 126 municípios do estado do Rio Grande do Norte, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 32. Nessa amostra, 117 (93%) municípios não foram eficientes. Opostamente ao primeiro decênio estudado, a maioria dos municípios eficientes situa-se na região do Agreste Potiguar, compreendendo: Beto Fernandes, São Pedro, Serra de São Bento e Nova Cruz, sendo que nenhum deles é limítrofe ao outro eficiente. Mas é perceptível a vizinhança dos municípios de Serra de São Bento e Nova Cruz com cinco municípios de percentual alto. Na região Leste Potiguar, a capital foi eficiente neste decênio fazendo vizinhança com o município eficiente de Parnamirim, que pode ter dependência espacial de Natal. Por fim, na região Oeste Potiguar, três municípios foram eficientes, sendo Baraúna, e mais distantes Venha-Ver e Marcelino Vieira.

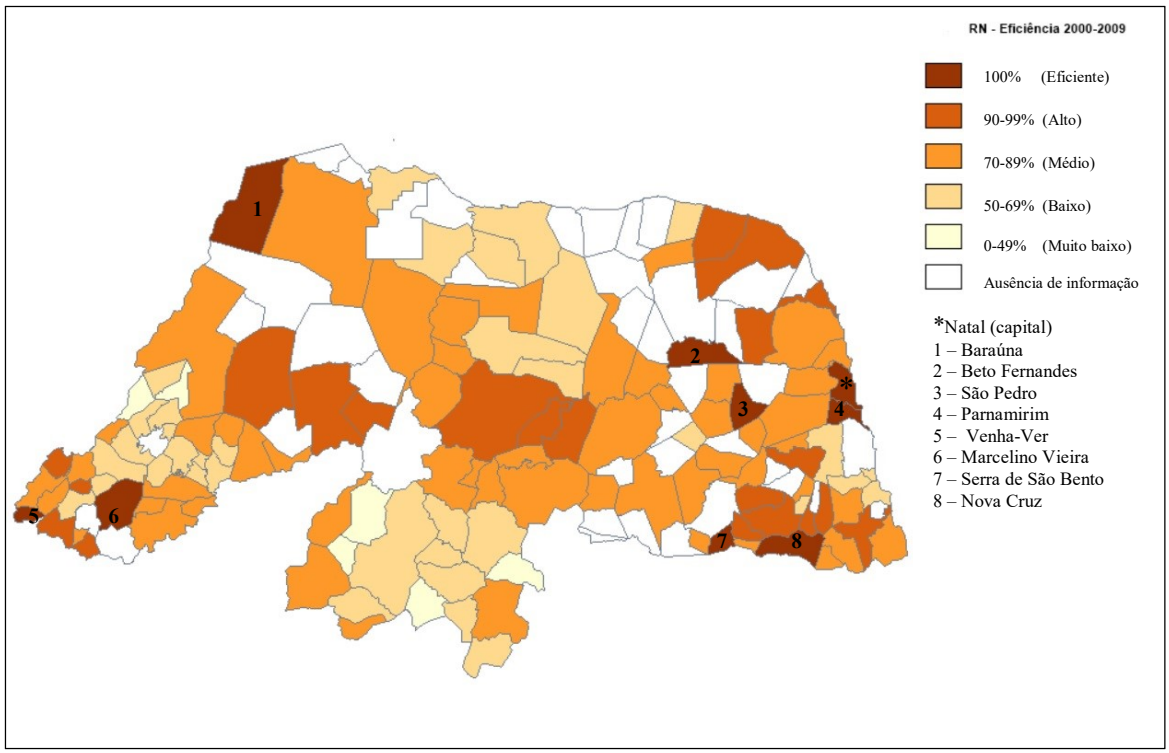


Figura 32 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Norte: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 126 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: São Fernando (50%), Ouro Branco (50%), Itaú (48%), Timbaúba Dos Batistas (43%) e Carnaúba Dos Dantas (37%), conforme disposto no Quadro 58.

Quadro 58 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Norte: 2000-2009

Municípios Do Rio Grande Do Norte	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
São Fernando	R$ 82.067,75	0,11	167	14,66	50%
Ouro Branco	R$ 55.810,60	0,10	32	8,71	50%
Itaú	R$ 50.667,25	0,10	293	7,28	48%
Timbaúba Dos Batistas	R$ 87.094,33	0,09	106	6,53	43%
Carnaúba Dos Dantas	R$ 41.702,58	0,07	857	7,23	37%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Mas foi possível identificar pelo menos um município eficiente nos dois decênios: Marcelino Vieira, e um município que

melhorou seu percentual no primeiro decênio e tornou-se eficiente no outro: Baraúna (de 86% para 100%). Estes municípios demonstram que, diante da amostra discrepante (53 para 126 municípios analisados, sendo apenas 45 municípios com dados para os dois períodos), há possibilidade de um município tratar suas interveniências, e, com boa gestão, promover o bem-estar dos munícipes.

Em contrapartida, há os municípios que foram eficientes na primeira década, mas não conseguiram manter a eficiência na segunda década: Rodolfo Fernandes (50%), Severiano Melo (63%), Riacho de Santana (70%), Apodi (77%), Mossoró (79%), Tangará (87%) e Extremoz (88%). Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada, sendo que teve municípios limítrofes eficientes nos dois decênios. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

O município de Natal (96%) não resultou em eficiência no estudo de Jubran (2006), quando analisou a eficiência da gestão pública nas capitais brasileiras para 2000, mas a capital estadual do Rio Grande do Norte resultou em eficiência neste estudo, na década de 2000.

5.3.2.9 Sergipe

O menor estado brasileiro em extensão, Sergipe, tem 21.918,443 km², sendo composto por 75 municípios. Faz limite com os estados da Bahia e Alagoas, e também com o Oceano Atlântico. Cristóvão de Barros conquistou o território sergipano em 1590, que ficou sob a tutela da Bahia desde essa época. Durante quase dois séculos e meio, Sergipe foi uma capitania subalterna, pois abastecia a Bahia com sua produção agropecuária. A emancipação do território de Sergipe da Bahia foi conturbada e marcada por lutas políticas. Dom João VI, o Rei do Brasil e de Portugal, assinou a Carta Régia, em 8 de julho de 1820, que elevou Sergipe à categoria de capitania independente (SERGIPE, 2017).

Sergipe diferencia-se dos demais estados do Nordeste por diversos fatores como, por exemplo, uma economia com desempenho acima do registrado na média brasileira e

nordestina; crescimento que ocorre há mais de 20 anos. A presença de grandes empreendimentos, tais como Vale e Petrobrás, que convivem com um grande número de pequenas e médias empresas de capital local, formaram uma estrutura produtiva industrial e agrícola relativamente diversificada. O estado é um polo nascente de fertilizantes e um dos maiores produtores de cimento do Brasil, além de apresentar significativos investimentos na extração de riquezas minerais como petróleo e gás, potássio, uréia e calcário (SERGIPE, 2022).

O estado de Sergipe possuía 74 municípios até o início da década de 1990, mas havia 22 (30%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 52 municípios analisados na metodologia DEA, 10 resultaram em eficientes, conforme disposto no Quadro 59. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 77%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Laranjeiras (R$ 210.410,95), não sendo eficiente, e aquele que mais gastou entre os eficientes foi o município de Telha. Em contrapartida, Nossa Senhora do Socorro (R$ 18.741,33) realizou o menor gasto entre os municípios estudados e entre os eficientes, sendo que a média foi de R$ 81.066,27.

Quadro 59 – Dados e eficiências dos municípios do Sergipe: 1990-1999

Municípios De Sergipe	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Areia Branca	R$ 70.240,59	0,15	3.890	26,33	100%
Feira Nova	R$ 90.710,22	0,15	651	34,73	100%
Gracho Cardoso	R$ 80.088,03	0,16	256	20,67	100%
Indiaroba	R$ 35.580,26	0,15	1.545	3,85	100%
Nossa Senhora do Socorro	R$ 18.741,33	0,11	64.204	12,71	100%
Poço Verde	R$ 46.036,99	0,13	2.307	24,67	100%
Santa Rosa de Lima	R$ 115.716,23	0,19	232	0	100%
Santo Amaro das Brotas	R$ 64.410,10	0,17	510	6,55	100%
Telha	R$ 148.609,33	0,12	948	41,85	100%
Monte Alegre de Sergipe	R$ 48.267,43	0,14	1.998	21,22	100%
Mínimo*	**R$ 18.741,33**	**0,04**	**0**	**0**	**25%**
Média*	**R$ 81.066,27**	**0,11**	**3.271**	**15,21**	**77%**
Desvio Padrão*	**R$ 44.638,21**	**0,03**	**8.966**	**9,46**	**20%**
Máximo*	**R$ 210.410,95**	**0,19**	**64.204**	**41,85**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Santa Rosa de Lima (0,19), que está não entre os municípios que apresentaram maior variação

nacional, mas foi o único município sergipano a atingir esse valor na década. Divina Pastora foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,04, seguido de mais 11 municípios que apresentaram variação abaixo de 0,1 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, os municípios de Nossa Senhora do Socorro e Telha obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,11 e 0,12, entretanto, seguem na média ou próxima dela.

Os municípios de Cedro de São João, Nossa Senhora de Aparecida e Arauá não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando o menor valor na amostra desse período: zero. Entre os eficientes, o município com menor valor é Santa Rosa de Lima. De outro lado, o município de Nossa Senhora do Socorro foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 64.204 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década, ocupando a 30ª posição.

Telha foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 41,85) entre os municípios estudados e entre os eficientes, mas isso não está relacionado à data de sua instituição, pois foi criado em 1864. Os municípios de Propriá, Riachuelo e Santa Rosa de Lima (eficiente) demonstraram a menor variação (zero) na década, sendo que abaixo de 10 em variação de infraestrutura se encontram 18 municípios (ver Apêndice D). Dentre eles, os eficientes, Santa Rosa de Lima (0), Indiaroba (3,85) e Santo Amaro das Brotas (6,55).

A Figura 33 apresenta os escores de eficiência dos 52 municípios sergipanos estudados na década de 1990. A mesorregião do Sertão Sergipano contemplou três municípios eficientes: Monte Alegre do Sergipe, Feira Nova e Gracho do Cardoso, sendo os dois últimos vizinhos. Na mesorregião do Leste Sergipano, concentrou-se o maior número de municípios eficientes: Telha, Santa Rosa de Lima, Indiaroba, Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas, sendo os dois últimos, vizinhos. Os municípios de Poço Verde e Areia Branca situam-se na mesorregião do Agreste Sergipano, mas não são vizinhos, inclusive estão geograficamente distantes. A mesorregião do Sertão contempla cinco municípios com percentuais de eficiência alta, indicando, juntamente com os três municípios eficientes, que é a parte do estado do Sergipe com possível dependência espacial de eficiência vizinha. Do mesmo modo, pode ocorrer com os municípios vizinhos à capital Aracaju.

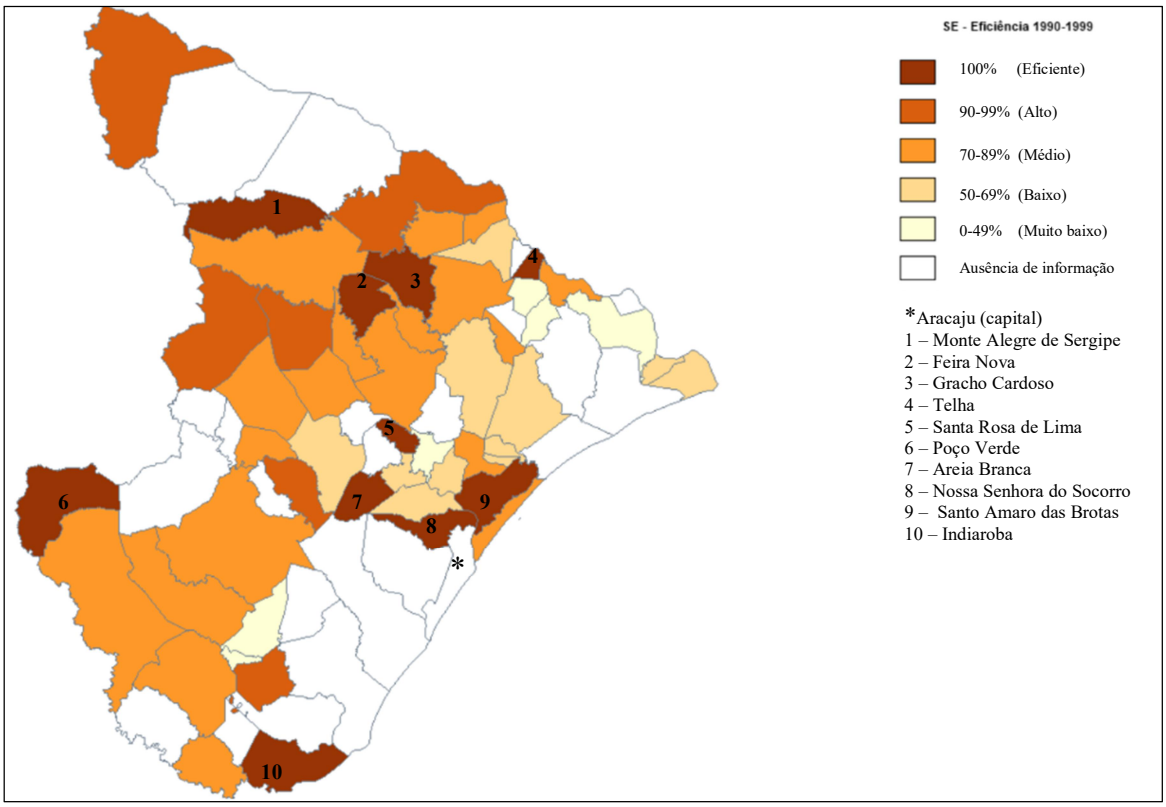


Figura 33 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Sergipe: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 52 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Cedro de São João (47%), São Francisco (41%), Assis Boquim (40%), Pedrinhas (36%) e Divina Pastora (25%), conforme disposto no Quadro 60.

Quadro 60 – Municípios menos eficientes de Sergipe: 1990-1999

Municípios De Sergipe	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Cedro de São João	R$ 85.358,52	0,08	0	6,12	47%
São Francisco	R$ 177.174,76	0,08	310	1,20	41%
Boquim	R$ 51.172,87	0,06	1.176	5,59	40%
Pedrinhas	R$ 65.239,39	0,06	623	4,54	36%
Divina Pastora	R$ 171.853,97	0,04	621	7,78	25%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado de Sergipe possuía 75 municípios, porém, nove (12%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 66 municípios analisados, 12 foram eficientes, conforme disposto no Quadro 9. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 84%, sendo 7% maior que na década de 1990. O município de

São Cristóvão foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 19.428,77, seguido de Nossa Senhora do Socorro, ambos entre os municípios eficientes. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Canhoba (R$ 66.050,46), sendo que a média foi de R$ 50.436,25. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Rosário do Catete (R$ 141.834,00), conforme disposto no Apêndice D.

Quadro 61 – Dados e eficiências dos municípios de Sergipe: 2000-2009

Municípios De Sergipe	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Aracaju	R$ 44.912,98	0,12	109.615	3,22	100%
Canhoba	R$ 66.050,46	0,16	0	37,66	100%
Carira	R$ 36.881,43	0,19	2.237	17,12	100%
Gararu	R$ 36.586,05	0,17	42	35,69	100%
Indiaroba	R$ 44.921,59	0,20	2.679	20,71	100%
Itabaiana	R$ 23.389,90	0,16	10.154	8,55	100%
Itabaianinha	R$ 30.419,62	0,18	3.456	23,72	100%
Lagarto	R$ 27.611,34	0,18	11.527	12,14	100%
Nossa Senhora Aparecida	R$ 42.171,58	0,20	229	22,25	100%
Nossa Senhora do Socorro	R$ 23.164,47	0,15	28.338	8,53	100%
São Cristóvão	R$ 19.428,77	0,13	14.217	12,23	100%
Tomar do Geru	R$ 46.850,89	0,20	15	25,55	100%
Mínimo*	**R$ 19.428,77**	**0,12**	**0**	**3,22**	**64%**
Média*	**R$ 50.436,25**	**0,16**	**4.093**	**14,99**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$ 24.237,49**	**0,02**	**13.870**	**7,02**	**12%**
Máximo*	**R$ 141.834,00**	**0,20**	**109.615**	**37,66**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) para os municípios sergipanos apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,19 para 0,20) e menores valores (de 0,04 para 0,12). Os municípios de Gracho Cardoso, Aracaju (eficiente), Barra dos Coqueiros e Neópolis tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,12 (ver Apêndice D), ambos na média. Em contrapartida, os municípios de Tomar do Geru (eficiente), Indiaroba (eficiente), Nossa Senhora Aparecida (eficiente), Santa Luzia do Itanhy e Amparo de São Francisco (eficiente) tiveram as maiores variações (0,2), ocupando a 10ª posição no ranking nacional.

Cinco municípios sergipanos não registraram variação no aumento da sua população (POP_09): Canhoba (eficiente), Japoatã, Itabi, Arauá, e Neópolis. A capital

estadual, Aracaju, teve a maior variação populacional da amostra e dos municípios eficientes: 109.615 habitantes, sendo um dos municípios com maior aumento populacional na década quando comparado à amostra nacional, ocupando a 19ª posição.

Entretanto, Aracaju foi o município que registrou menor variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 3,22), na amostra e entre os municípios eficientes. Juntamente com mais 17 municípios que apresentaram variações decenais de infraestrutura abaixo de 10. O município de Canhoba foi aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 37,66, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Isso não se deve ao fato de que o município tinha sido instituído na década anterior, pois foi criado em 1937.

Os escores de eficiência para os 66 municípios do estado de Sergipe, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 34. A mesorregião do Sertão Sergipano registrou três municípios eficientes em seu território: Gararu, Carira e Nossa Senhora Aparecida, sendo os dois últimos, vizinhos. Na mesorregião do Agreste Sergipano, localizam-se dois municípios eficientes: Itabaiana e Lagarto, não sendo vizinhos, mas este último é limítrofe de dois municípios com percentual de eficiência alta. Da mesma forma que na década anterior, a mesorregião do Leste Sergipano, contemplou o maior número de municípios eficientes: Canhoba, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Itabaianinha, Tomar do Geru e Indiaroba. Ademais, esta região possui municípios eficientes vizinhos, sendo o primeiro caso limítrofe à capital estadual, e o segundo, limítrofe com dois municípios com alto percentual de eficiência. Ambos os casos, indicam a ocorrência de dependência espacial de eficiência entre os municípios estudados no decênio.

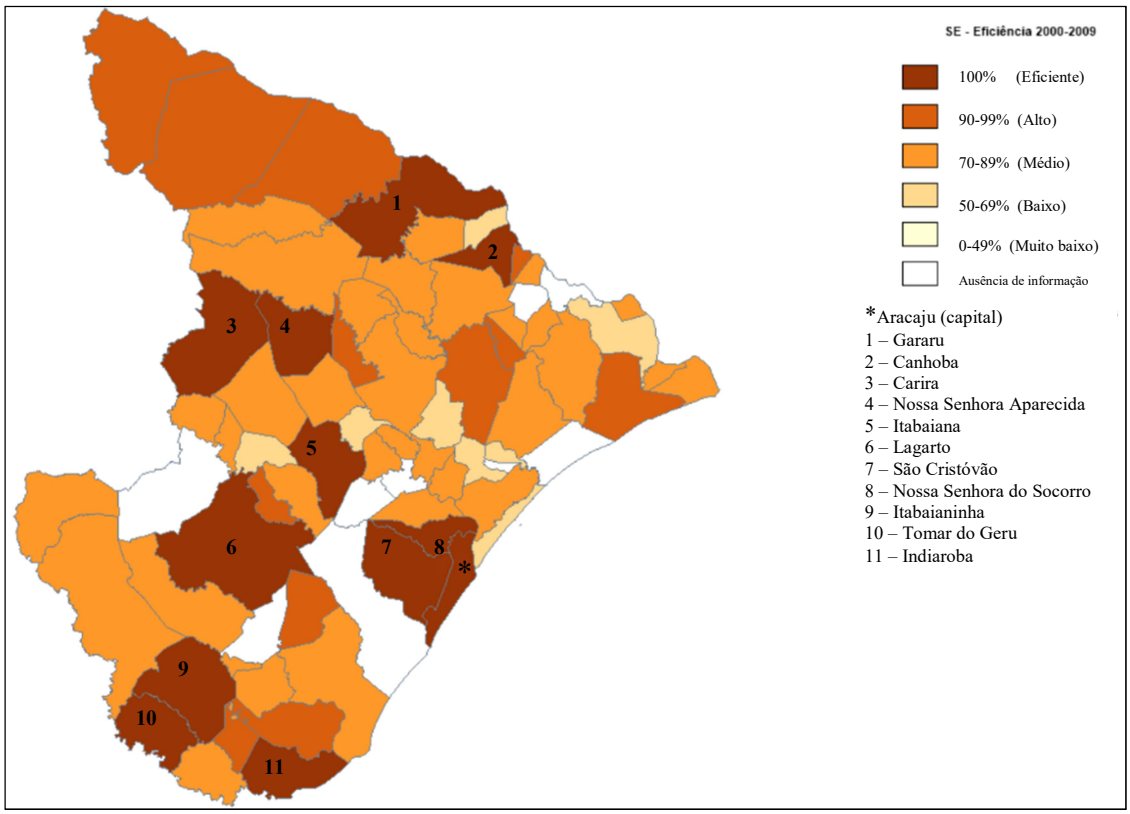


Figura 34 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Sergipe: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 66 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Siriri (68%), Macambira (68%), Moita Bonita (64%), Barra Dos Coqueiros (65%) e Neópolis (64%), conforme disposto no Quadro 62.

Quadro 62 – Municípios menos eficientes de Sergipe: 2000-2009

Municípios de Sergipe	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Siriri	R$ 63.833,21	0,14	1.090	13,37	68%
Macambira	R$ 48.493,10	0,14	599	7,91	68%
Moita Bonita	R$ 39.362,73	0,13	243	10,83	66%
Barra Dos Coqueiros	R$ 38.676,99	0,12	7.169	8,50	65%
Neópolis	R$ 37.989,24	0,12	0	6,35	64%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Cabe ressaltar que o estado de Sergipe teve instituição de apenas um município durante os 20 anos estudados: Santana do São Francisco (1993), correspondendo a amostra mais homogênea entre os estados brasileiros.

Mas a análise da população (74 municípios existentes na década de 1990) foi impactada pela indisponibilidade de dados financeiros nos dois decênios, restando somente 45 municípios com dados completos.

Entretanto, foi possível identificar que:

- ocorreu a continuidade de eficiência em municípios localizados na mesorregião do Leste Sergipano;
- nas amostras decenais, os municípios de Indiaroba e Nossa Senhora do Socorro, foram eficientes, nos dois períodos estudados;
- a capital Aracaju, que atingiu a eficiência na segunda década estudada;
- os municípios eficientes de: Feira Nova, Gracho Cardoso, Poço Verde, Santa Rosa de Lima, Santo Amaro das Brotas e Telha, que foram eficientes no primeiro decênio, atingiram percentuais de eficiência média (entre 70-89%), demonstrando que não conseguiram manter suas eficiências na década de 2000; e
- os municípios de Itabaiana, Canhoba, Lagarto, Itabaianinha, Nossa Senhora Aparecida e Gararu aumentaram seus percentuais da primeira década (entre 61 e 95%, em ordem crescente dos municípios listados) alcançando a eficiência na década de 2000.

Mesmo que, os dados, amostra e a gestão pública possam ter impactado nos resultados destes municípios, em geral, é perceptível a melhora das condições municipais no estado do Sergipe ao longo dos 20 anos estudados. Principalmente, pelo aumento da variação do IDH-GLOBAL, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) ao estimar a eficiência técnica dos municípios do Brasil em suas cinco regiões geográficas para o ano de 2000, teve como resultado as eficiências para: Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Propriá. Sendo que, na tese o primeiro município foi eficiente nos dois decênios estudados, o segundo foi eficiente somente na segunda década estudada, e o último não foi eficiente. Jubran (2006) teve como resultado a eficiência de Aracaju em 2000, quando analisou a gestão pública das capitais estaduais brasileiras, indo de encontro com os resultados desta tese.

5.3.3 Centro-Oeste

5.3.3.1 Goiás

O estado de Goiás é composto por 246 municípios, que correspondem a uma extensão territorial de 340.106,492 km². Em 1988, sua parte norte foi separada e deu origem ao estado do Tocantins. Seu território faz limite com os estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Minas Gerais pelo Distrito Federal. Em busca de riquezas minerais, os bandeirantes, vindos de São Paulo, deram início aos povoados da região, que coincidem com o ciclo do ouro que era explorado nessa época. Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, é apontado por alguns historiadores como o descobridor de Goiás, por ter sido o primeiro a se fixar no estado. O Rio Vermelho, onde foi fundado o Arraial de Sant'Ana, foi a primeira região ocupada pelos bandeirantes. Mais tarde esse arraial foi chamado de Vila Boa e depois de Cidade de Goiás (GOIÁS, 2017).

O setor de serviços representa a base da economia de Goiás. A capital apresenta-se como um centro de excelência em medicina e em processo de consolidação no setor de turismo de negócios e eventos. A indústria é diversificada, com destaque para os setores de alimentos e bebidas, automobilístico, fabricação de medicamentos, beneficiamento de minérios e cadeia produtiva da cana-de-açúcar (GOIÁS, 2022).

O estado de Goiás possuía 211 municípios até o início da década de 1990, mas havia 97 (46%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 114 municípios analisados na metodologia DEA, sete resultaram em eficientes: Aragarças, Luziânia, Petrolina De Goiás, Rio Quente, Senador Canedo, Simolândia e Taquaral de Goiás (Quadro 63). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 70%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Anhanguera (R$ 472.837,01), ocupando a 9ª posição no ranking nacional dos que mais gastaram na década. Dentre os eficientes, o maior gasto foi executado pelo município de Rio Quente. Em contrapartida, Senador Canedo realizou o menor gasto entre os municípios estudados e os eficientes (R$ 22.567,68), sendo que a média foi de R$ 119.685,22.

Quadro 63 – Dados e eficiências dos municípios de Goiás: 1990-1999

Municípios De Goiás	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Aragarças	R$ 45.826,01	0,18	2.850	30,58	100%
Luziânia	R$ 55.136,70	0,12	62.398	21,44	100%
Petrolina de Goiás	R$ 71.154,61	0,20	0	24,28	100%
Rio Quente	R$ 289.714,15	0,24	1.260	8,49	100%

Senador Canedo	R$	22.567,68	0,14	29.200	47,52	100%
Simolândia	R$	64.029,21	0,19	641	53,79	100%
Taquaral de Goiás	R$	154.050,46	0,23	0	26,23	100%
Mínimo*	**R$**	**22.567,68**	**0,07**	**0**	**6,08**	**32%**
Média*	**R$**	**119.685,22**	**0,14**	**2.559**	**24,73**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$**	**63.238,62**	**0,03**	**8.228**	**9,77**	**15%**
Máximo*	**R$**	**472.837,01**	**0,24**	**62.398**	**53,79**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município eficiente de Rio Quente (0,24), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 2ª posição. Os municípios de Anhanguera, Uruana e Nova América foram os que tiveram a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,07 juntamente com mais quatro municípios, fazem parte dos sete que não ultrapassaram o valor de 0,1 em aumento do IDH-Global (ver Apêndice D).

Quanto à população, 41 (36%) municípios não registraram variação positiva na variável (POP_99), na década de 1990, dentre eles estão os municípios eficientes: Petrolina de Goiás e Taquaral de Goiás. De outro lado, o município de Luziânia foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 62.398 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década, ocupando a 32ª posição.

Simolândia foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 53,79), em segundo lugar, está o município eficiente de Senador Canedo (47,52). Mas estes valores não estão relacionados às sua data de criação, pois já haviam sido instituídos em 1988 e 1953, consecutivamente. Isso indica que ampliaram significativamente sua infraestrutura municipal. Opostamente, o município de Inhumas demonstrou a menor variação (6,08) na década, que juntamente com outros seis municípios fazem parte daqueles que estão abaixo de 10 em sua variação decenal.

A Figura 35 apresenta os escores de eficiência dos 114 municípios goianos estudados na década de 1990. A mesorregião do Centro Goiano contou com três municípios eficientes: Taquaral de Goiás, Petrolina de Goiás e Senador Canedo, sendo que este último faz divisa com a capital estadual, mas nenhum deles são municípios vizinhos. O município de Petrolina de Goiás é limítrofe de dois municípios com percentuais de eficiência altos: Pirenópolis e Anápolis, podendo indicar uma dependência espacial de eficiência. Na mesorregião do Leste Goiano situam-se os municípios de Simolândia e Luziânia, que estão

distantes dentro dessa região geográfica, ambos são vizinhos de diversos municípios com ausência de dados ou percentuais abaixo de médio. Ao Noroeste Goiano, localiza-se o município de Aragarças, que é o único município eficiente nessa região, sendo que faz divisa, somente, com municípios que têm percentuais médio e baixo de eficiência. Na mesorregião do Sul Goiano, está o município de Rio Quente, que tem apenas um município com dados disponíveis, sendo que possui um percentual de eficiência baixo.

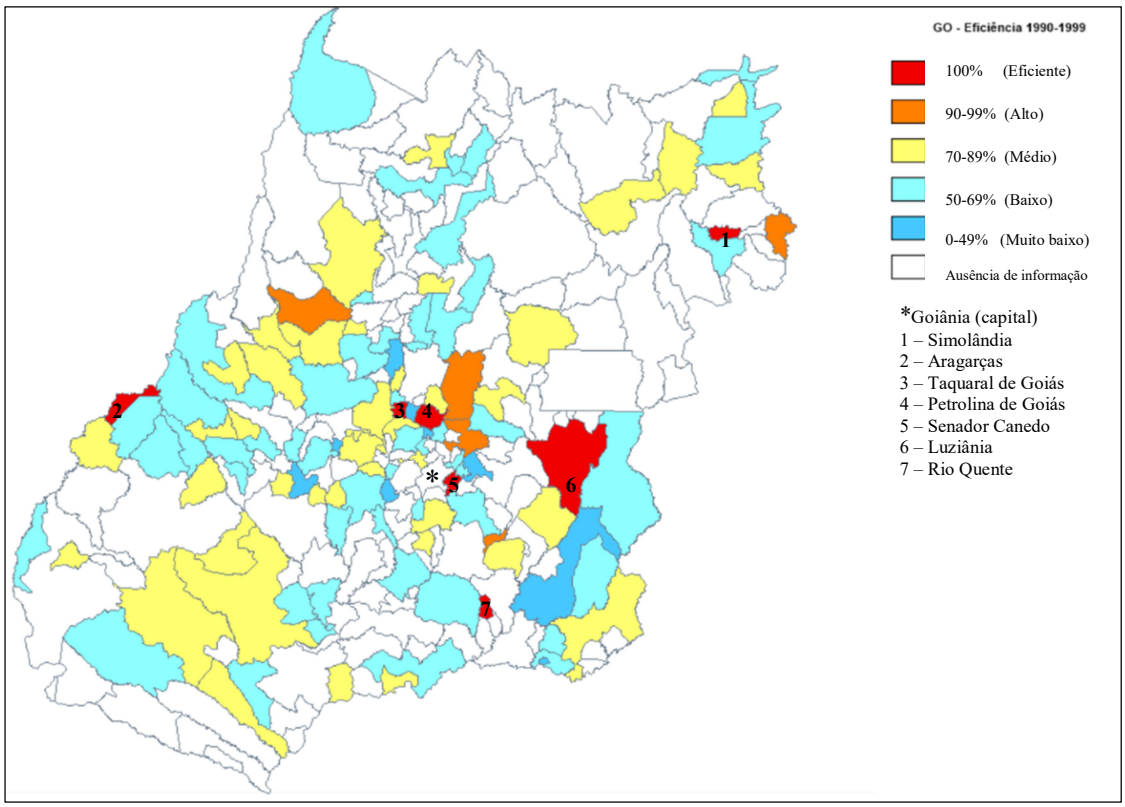


Figura 35 –Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Goiás: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 114 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Uruana (47%), Adelândia (45%), Santa Rosa De Goiás (42%), Damolândia (41%) e Anhanguera (32%), conforme disposto no Quadro 64.

Quadro 64 – Municípios menos eficientes de Goiás: 1990-1999

Municípios De Goiás	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Uruana	R$ 78.262,52	0,07	181	25,02	47%
Adelândia	R$ 181.722,18	0,09	121	19,64	45%
Santa Rosa De Goiás	R$ 136.198,42	0,09	0	18,02	42%

Damolândia	R$	174.818,69	0,09	0	17,79	41%
Anhanguera	R$	472.837,01	0,07	26	9,58	32%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado de Goiás possuía 242 municípios, porém, 30 (12%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 212 municípios analisados, quatro foram eficientes: Águas Lindas De Goiás, Aparecida De Goiânia, Buritinópolis e Goiânia (Quadro 9). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 57%, sendo 13% menor que na década de 1990. Além disso, a quantidade de municípios eficientes também reduziu neste período, de sete para quatro. Isso pode indicar que a amostra com mais municípios pode ter impactado no alcance da eficiência, frente aos desafios de gestão dos 31 novos municípios instituídos na década de 1990. Anhanguera, igualmente a década anterior, foi o que realizou o maior gasto per capita (GPT_09) da amostra e também não foi eficiente: R$ 198.974,68 (ver Apêndice D), ocupando a 14ª posição no ranking nacional. Dentre os municípios eficientes e na amostra, aquele que teve o menor valor de gasto foi Águas Lindas de Goiás (R$ 17.436,78), sendo que a média foi de R$ 63.590,00.

Quadro 65 – Dados e eficiências dos municípios de Goiás: 2000-2009

Municípios De Goiás	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Águas Lindas de Goiás	R$	17.436,78	0,19	53.632	44,22	100%
Aparecida de Goiânia	R$	23.817,81	0,14	123.157	5,68	100%
Buritinópolis	R$	71.385,05	0,27	0	20,56	100%
Goiânia	R$	54.405,07	0,08	205.924	1,53	100%
Mínimo*	**R$**	**17.436,78**	**0,06**	**0**	**0,66**	**24%**
Média*	**R$**	**63.590,00**	**0,14**	**4.523**	**8,24**	**57%**
Desvio Padrão*	**R$**	**27.922,03**	**0,03**	**18.138**	**7,25**	**14%**
Máximo*	**R$**	**198.974,68**	**0,27**	**205.924**	**44,22**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação acima da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,24 para 0,27), mantendo a mesma média e desvio-padrão da década anterior. Buritinópolis teve a maior variação da década, entre os municípios eficientes e na amostra, também ocupa a 3ª posição no ranking nacional de maior aumento do IDH-Global no decênio. Pontalina teve a menor variação do IDG-Global na amostra desse período: 0,06, que juntamente com outros 105 (50%) municípios não ultrapassaram o valor

médio do decênio (ver Apêndice D). A capital estadual Goiânia teve seu valor de variação próximo ao valor mínimo da amostra.

Sobre a variação no aumento da população (POP_09), 66 (31%) municípios goianos apresentaram o menor valor, sendo Buritinópolis o único entre os eficientes. Goiânia, capital estadual, foi o município, eficiente e na amostra, que teve a maior variação populacional na década quando comparado à amostra estadual: 205.924 habitantes. Na listagem nacional, essa alta variação de habitantes faz com que Goiânia ocupe a 6ª posição, geral e entre as capitais.

Dentre os municípios eficientes e na amostra, o município de Águas Lindas de Goiás registrou a maior variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 44,22), sendo esse alto valor pode estar relacionado à data de criação do município (1995). O município de Santo Antônio de Goiás foi aquele que apresentou a menor variação em infraestrutura municipal: 0,66, na amostra, e na lista dos eficientes foi Goiânia (1,56). Pouco mais de 70% dos municípios goianos nesta década não apresentaram variação de infraestrutura acima de 10 (ver Apêndice D).

Os escores de eficiência para os 212 municípios do estado de Goiás, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 36. Houve uma redução na quantidade de municípios eficientes nesta década em relação a anterior. Os municípios de Buritinópolis e Águas Lindas de Goiás estão localizados na mesorregião do Leste Goiano, sendo municípios distantes na mesma região e não vizinhos. O primeiro município é cerceado por municípios com dados ausentes ou com percentuais de eficiência entre baixo e alto. O segundo é limítrofe do Distrito Federal (não analisado neste estudo) e de municípios com percentuais de eficiência entre baixo e médio. No Centro Goiano, estão os municípios eficientes de: Goiânia e Aparecida de Goiânia, que são vizinhos indicando uma concentração espacial de municípios vizinhos eficientes.

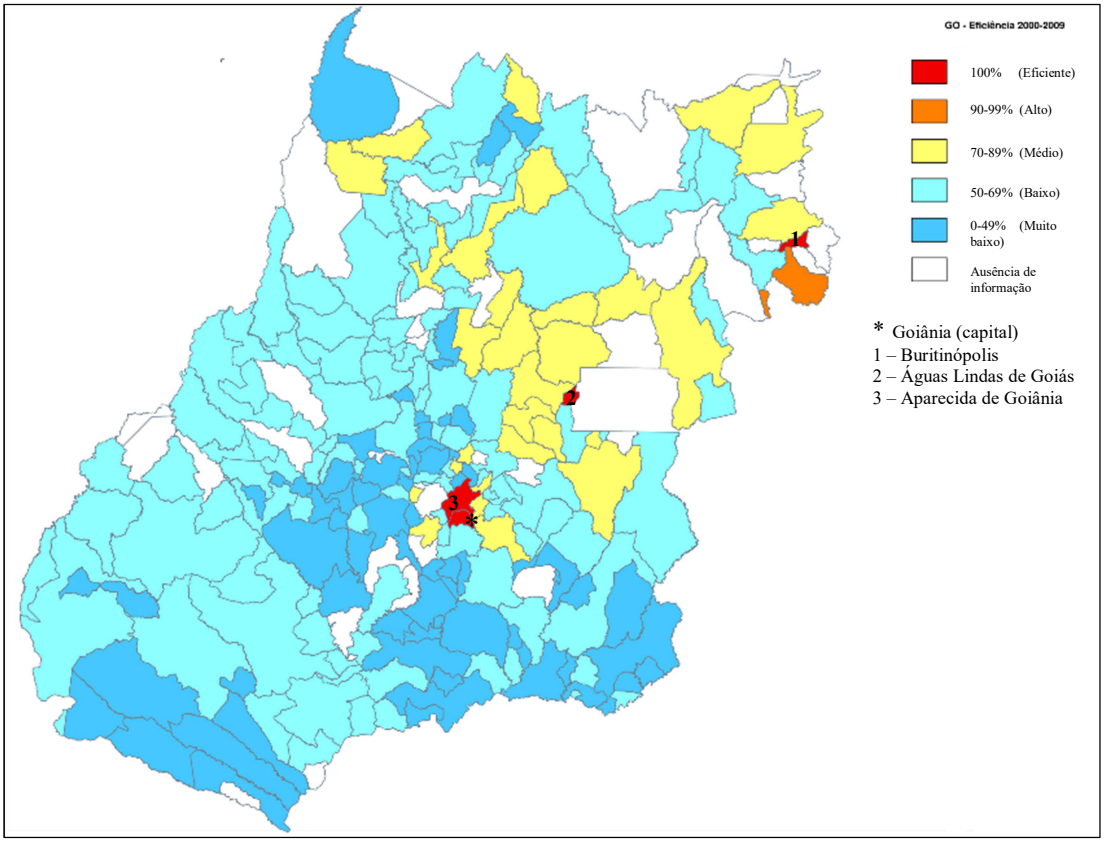


Figura 36 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Goiás: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 212 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Campo Alegre De Goiás (32%), Marzagão (31%), Joviânia (28%), Pontalina (27%) e Cristianópolis (24%), conforme disposto no Quadro 66.

Quadro 66 – Municípios menos eficientes de Goiás: 2000-2009

Municípios De Goiás	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Campo Alegre De Goiás	R$ 70.398,71	0,09	1.532	4,79	32%
Marzagão	R$ 99.274,33	0,09	152	1,26	31%
Joviânia	R$ 55.946,81	0,07	214	1,92	28%
Pontalina	R$ 42.258,69	0,06	565	3,43	27%
Cristianópolis	R$ 84.793,63	0,06	8	1,32	24%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Mas, é possível realizar algumas comparações entre os resultados obtidos:

- nenhum município goiano foi eficiente nos dois períodos estudados;
- existem poucas vizinhanças ou concentração espacial de municípios eficientes nos dois decênios estudados;
- pelo menos um município eficiente é vizinho da capital estadual, mesmo que ela não tenha sido eficiente na década;
- cinco dos sete municípios eficientes na primeira década, tiveram seus percentuais reduzidos na segunda década: Rio Quente (44%), Taquaral de Goiás (50%), Petrolina de Goiás (67%), Luziânia (67%) e Senador Canedo (86%).

Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado nestes resultados. Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

A capital goiana foi eficiente na segunda década estudada, indo de encontro com o resultado de Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015), no estudo dos municípios goianos sobre as políticas públicas em educação, habitação e infraestrutura e meio ambiente, entre em 2002 a 2010. Da mesma forma, o município de Taquaral de Goiás foi eficiente nos dois estudos, mas o município de Rio Quente, eficiente nesta tese, ficou entre os municípios com menor percentual resultado na análise de Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015). No estudo de Jubran (2006), quanto à análise de eficiência das capitais brasileiras para o ano de 2000, Goiânia não foi eficiente, resultando em 98%, estando oposto ao resultado da tese.

5.3.3.2 Mato Grosso

O estado de Mato Grosso possui 141 municípios, distribuídos em uma área de 903.331,48 km². Seus limite territoriais vizinham os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia, e o país da Bolívia. As primeiras expedições nessa região aconteceram em 1525. Posteriormente, espanhóis e portugueses, sabendo que haviam riquezas a serem exploradas, migram para a região. Em 1719, foi fundado o Arraial de Cuiabá, que mais tarde se chamaria Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Até a Proclamação de República, em 15 de novembro de 1889, Mato Grosso foi governado por 28

presidentes nomeados pelo Imperador. Com a diminuição da extração de ouro na região, o que se deu a partir do início do século XIX, a economia declina e a população para de crescer. Mais tarde, com a chegada de seringueiros e criadores de gado, há a implantação de estradas de ferro e telégrafos e a economia do estado começa a melhorar novamente (MATO GROSSO, 2017).

A economia de Mato Grosso destaca-se em: eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; e, atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares. O comércio é outro setor que tem se beneficiado com a expansão da agropecuária. Outro setor promissor é o de serviços, principalmente na área de transporte e logística (MATO GROSSO, 2022).

O estado do Mato Grosso possuía 95 municípios até o início da década de 1990, mas havia 30 (22%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 65 municípios analisados na metodologia DEA, 13 resultaram em eficientes, conforme disposto no Quadro 67. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 80%. Dentre os municípios eficientes, o maior gasto per capita (GPT_99) foi realizado pelo município de Novo Horizonte do Norte, e o menor por Pontes e Lacerda. O município que apresentou o maior valor de gasto na amostra foi Luciara (R$ 405.943,80), em contrapartida, Pontes e Lacerda (R$ 47.257,36) realizou o menor gasto entre os municípios estudados (ver Apêndice D), sendo que a média foi de R$ 111.848,58.

Quadro 67 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso: 1990-1999

Municípios Do Mato Grosso	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Cáceres	R$ 53.367,49	0,17	12.692	18,00	100%
Colider	R$ 69.762,66	0,22	0	34,43	100%
Juara	R$ 63.743,92	0,19	5.429	38,03	100%
Nova Canaã Do Norte	R$ 73.949,83	0,15	0	40,47	100%
Novo Horizonte Do Norte	R$ 234.646,41	0,18	197	45,81	100%
Pontes e Lacerda	R$ 47.257,36	0,17	8.296	12,77	100%
Porto Alegre Do Norte	R$ 83.339,04	0,22	2.078	29,72	100%
Sinop	R$ 60.183,61	0,13	38.119	3,81	100%
Tangará Da Serra	R$ 59.507,75	0,18	18.984	17,72	100%
Terra Nova Do Norte	R$ 99.225,18	0,16	0	42,75	100%
Várzea Grande	R$ 115.997,89	0,15	53.265	11,96	100%
Vila Rica	R$ 51.402,45	0,08	6.122	40,10	100%
Primavera Do Leste	R$ 58.342,37	0,13	27.334	13,95	100%

Mínimo*	**R$**	**47.257,36**	**0,07**	**0**	**3,81**	**43%**
Média*	**R$**	**111.848,58**	**0,15**	**4.674**	**22,73**	**80%**
Desvio Padrão*	**R$**	**64.817,92**	**0,03**	**9.396**	**10,00**	**16%**
Máximo*	**R$**	**405.943,80**	**0,22**	**53.265**	**45,81**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelos municípios de Porto Alegre do Norte e Colider (0,22), na amostra e entre os eficientes, sendo que estão entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 4ª posição. Juruena foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,07 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, o município de Vila Rica obteve as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,08.

Diversos municípios (30%) mato-grossenses não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando o menor valor na amostra desse período. De outro lado, o município de Várzea Grande foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 53.265 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década, ocupando a 42ª posição.

Novo Horizonte do Norte foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 45,81), e o município de Sinop demonstrou a menor variação na década: 3,81, ambos foram eficientes.

A Figura 37 apresenta os escores de eficiência dos 65 municípios mato-grossenses estudados na década de 1990. Os municípios eficientes estão concentrados na mesorregião Norte Mato-Grossense, sendo representados por duas vizinhanças: Juara e Novo Horizonte do Norte, e Nova Canaã do Norte, Colider e Terra Nova do Norte. O município de Sinop é o único nesta região que não é limítrofe a outro eficiente, tendo vizinhos com ausência de informação, principalmente, e com percentuais de eficiência baixo e médio. Na mesorregião Nordeste do estado, localizam-se os municípios de Vila Rica e Porto Alegre do Norte, que não são vizinhos e estão rodeados de municípios limítrofes com ausência de informação, em sua maioria. A mesorregião Sudeste Mato-Grossense teve um município eficiente (Primavera do Leste) ladeado por municípios com percentuais de eficiência médio e baixo. Nas mesorregiões Centro-Sul e Sudoeste Mato-Grossense, dois municípios em cada uma resultaram em eficiência: Várzea Grande e Cáceres, e Tangará da Serra e Pontes e Lacerda, respectivamente. Nestas mesorregiões, não há vizinhança entre municípios eficientes, mas o município de Várzea Grande pode ter tido influência da capital Cuiabá em seu resultado positivo.

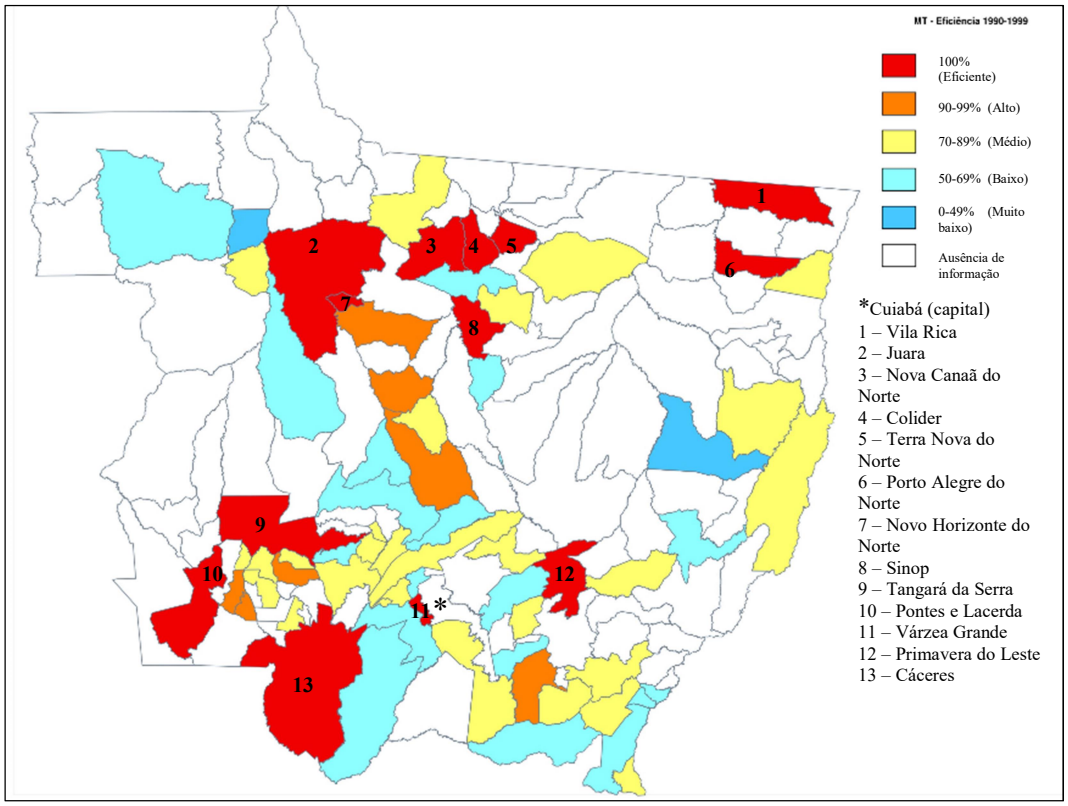


Figura 37 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 65 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Diamantino (57%), São José Do Rio Claro (54%), Nobres (52%), Juruena (45%) e Canarana (43%), conforme disposto no Quadro 68.

Quadro 68 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso: 1990-1999

Municípios Do Mato Grosso	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Diamantino	R$ 144.160,20	0,12	3.221	10,27	57%
São José Do Rio Claro	R$ 120.341,50	0,12	2.096	10,35	54%
Nobres	R$ 75.415,59	0,12	702	16,14	52%
Juruena	R$ 151.314,95	0,07	1.779	18,67	45%
Canarana	R$ 84.665,17	0,09	4.982	13,30	43%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Mato Grosso possuía 101 municípios, porém, 25 (20%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 101 municípios analisados, sete foram eficientes: Castanheira, Cuiabá, Nova Bandeirantes, Pontes

e Lacerda, Porto Alegre Do Norte, Porto Estrela e Sinop (Quadro 69). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 70%, sendo 10% menor que na década de 1990. O município de Cáceres foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 32.364,73. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Porto Estrela (R$ 80.068,67), sendo que a média foi de R$ 64.023,00. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Araguainha: R$ 181.347,49 (ver Apêndice D).

Quadro 69 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso: 2000-2009

Municípios Do Mato Grosso	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Castanheira	R$ 48.674,64	0,18	441	47,39	100%
Cuiabá	R$ 53.453,28	0,09	67.752	6,16	100%
Nova Bandeirantes	R$ 48.922,68	0,22	4.692	37,21	100%
Pontes e Lacerda	R$ 33.981,67	0,16	4.216	15,33	100%
Porto Alegre do Norte	R$ 36.411,49	0,15	2.125	50,06	100%
Porto Estrela	R$ 80.068,67	0,20	0	45,06	100%
Sinop	R$ 41.717,86	0,13	38.097	5,11	100%
Mínimo*	**R$ 32.364,73**	**0,07**	**0**	**1,48**	**34%**
Média*	**R$ 64.023,00**	**0,14**	**4.359**	**17,60**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$ 23.708,03**	**0,03**	**9.886**	**11,35**	**16%**
Máximo*	**R$ 181.347,49**	**0,22**	**67.752**	**50,06**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação igual da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,22 para 0,22) e menores valores (de 0,07 para 0,07). Nova Bandeirantes teve a maior variação do IDH-Global na amostra e entre os eficientes, ocupando a 8ª posição no ranking nacional. Alto Taquari e Tesouro tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,07 (ver Apêndice D). O município de Cuiabá teve a menor variação entre os municípios eficientes: 0,09.

O município de Cuiabá, capital estadual, apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09): 67.752 habitantes, na amostra e entre os eficientes. Quando comparado ao ranking nacional, Cuiabá ocupa a 50ª posição entre os maiores valores de variação populacional na década. Quanto aos menores valores, 30 (30%) municípios apresentaram valor zero, dentre eles está o município eficiente de Porto Estrela.

Porto Alegre do Norte foi o município que registrou maior variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 50,06), na amostra e entre os municípios eficientes. Esse alto valor não está relacionado à data de instituição do município, pois foi criado em 1986,

demonstrando, assim, que realizou adequações significativas na infraestrutura municipal ao longo da década. O município de Claudia foi aquele que apresentou a menor variação em infraestrutura municipal na amostra: 1,48; e quanto aos eficientes foi o município de Sinop: 5,11.

Os escores de eficiência para os 101 municípios do estado do Mato Grosso, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 38. Igualmente à década anterior, a mesorregião Norte Mato-Grossense concentrou o maior número de municípios eficientes: Nova Bandeirantes, Castanheira e Sinop. Os dois primeiros municípios estão próximos, mas não são vizinhos, ambos distantes do último, que é limítrofe de uma concentração de municípios com percentual de eficiência alto. As mesorregiões Nordeste e Centro-Sul do estado resultaram em apenas um município eficiente cada uma, sendo: Porto Alegre do Norte e a capital estadual, Cuiabá, consecutivamente. A capital é vizinha a um município com percentual de eficiência alto, que faz vizinhança com um dos municípios eficientes da mesorregião Sudoeste (Porto Estrela), indicando uma possível dependência espacial de eficiência deste pelos eficientes. Os municípios eficientes da mesorregião Sudoeste, Pontes e Lacerda e Porto Estrela estão distantes, mas seus vizinhos registraram percentuais de eficiência médio e acima de médio, majoritariamente e consecutivamente.

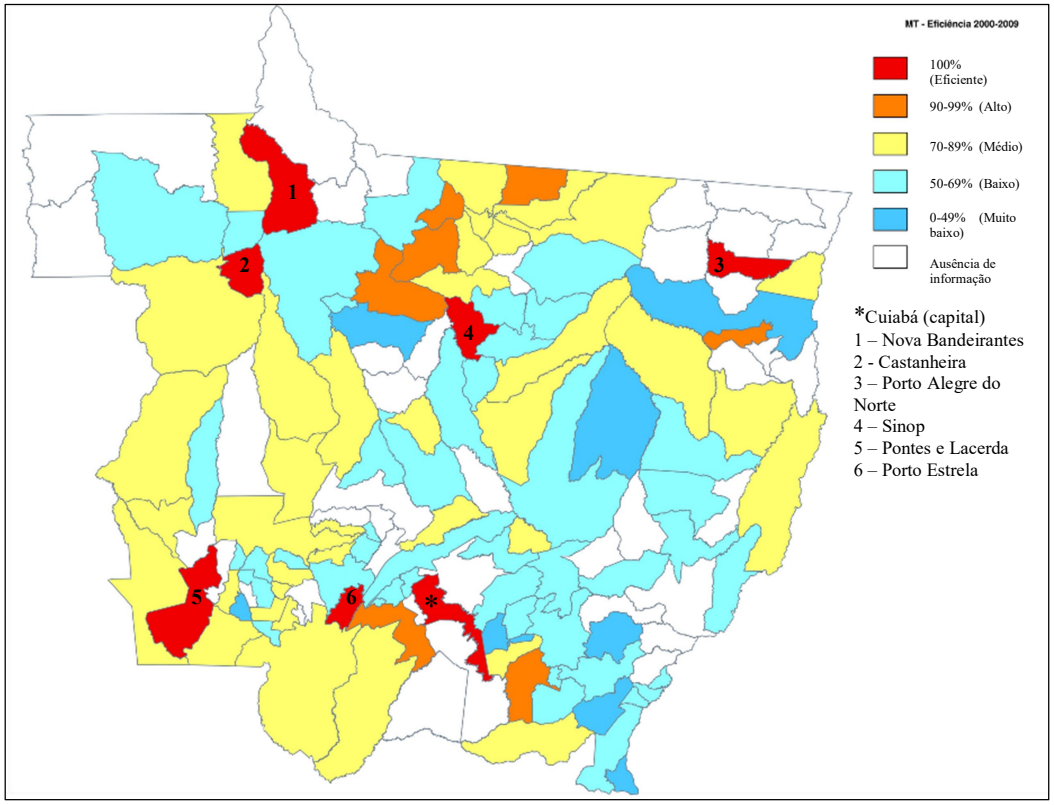


Figura 38 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 101 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Porto Dos Gaúchos (46%), São Pedro Da Cipa (46%), Alto Garças (35%), Alto Taquari (35%) e Tesouro (34%), conforme disposto no Quadro 70.

Quadro 70 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso: 2000-2009

Municípios Do Mato Grosso	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Porto Dos Gaúchos	R$ 79.076,19	0,10	0	10,91	46%
São Pedro Da Cipa	R$ 63.195,30	0,10	663	17,80	46%
Alto Garças	R$ 55.275,27	0,08	2.015	5,12	35%
Alto Taquari	R$ 105.910,66	0,07	3.596	3,49	35%
Tesouro	R$ 80.806,92	0,07	249	14,99	34%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Apenas 60 municípios tinham dados para os dois decênios estudados. Logo, é possível fazer algumas análises com os

dados parciais. A quantidade de municípios eficientes na década de 1990 foi quase o dobro da década de 2000, indicando que o aumento na amostra refletiu as dificuldades na gestão municipal para promoção do bem-estar social local. O estado do Mato Grosso apresentou três municípios eficientes nos dois períodos: Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte e Sinop, sendo cada um deles localizado em mesorregiões diferentes (Norte, Nordeste e Sudoeste Mato-Grossense). Entretanto, as eficiências se concentraram na mesorregião Norte Mato-Grossense. No primeiro decênio foram identificados municípios eficientes vizinhos e concentração espacial de eficiências, mas no secundo decênio não foram identificadas essas características.

Ao comparar os resultados da primeira década com a segunda, verifica-se que sete municípios eficientes reduziram seus percentuais na década de 2000: Juara (53%), Novo Horizonte do Norte (65%), Colider (79%), Tangará da Serra (80%), Terra Nova do Norte (51%), Cáceres (88%) e Nova Canaã do Norte (93%). Em contrapartida, o único município que conseguiu aumentar seu percentual de eficiência, entre uma década e outra, foi: Castanheira (de 87% para 100%).

Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado. Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) tiveram entre as eficiências nacionais para o ano de 2000, o município de Barra do Garças, que não foi estudado nesta tese, devido a ausência de dados. A capital mato-grossense resultou em 98% de eficiência no estudo de Jubran (2006), quando analisadas as capitais estaduais com dados de 2000, mas na tese, Cuiabá resultou eficiente.

5.3.3.3 Mato Grosso do Sul

O estado do Mato Grosso do Sul possui 79 municípios e ocupa uma área de 357.145,531 km². Tem como limite Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e também os países do Paraguai e Bolívia. O estado é marcado, em sua história, por

movimentos políticos, sociais, econômicos e culturais. A decisão de separar o Mato Grosso do Sul do estado do Mato Grosso foi tomada por Ernesto Geisel, presidente à época. Em janeiro de 1979, o desmembramento foi oficializado e houve a instalação de um novo governo. O novo estado foi governado, entre 1979 e 1982, por um interventor, nomeado pelo presidente. Somente após esse período é que ocorreram as primeiras eleições para governador (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O agronegócio é o pilar da economia do Mato Grosso do Sul, tanto no cenário nacional como internacional, com destaque para a produção de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão e de bovinos (FAGUNDES et al., 2017).

O estado do Mato Grosso do Sul possuía 72 municípios até o início da década de 1990, mas havia 36 (50%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 36 municípios analisados na metodologia DEA, 10 resultaram em eficientes, conforme disposto no Quadro 71. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 57%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Bataiporã (R$ 307.987,09), e entre os eficientes foi o município de Santa Rita do Pardo (R$ 183.642,94). Em contrapartida, Ladário (R$ 44.792,50), realizou o menor gasto entre os municípios estudados, sendo que a média foi de R$ 128.885,39, na amostra e entre os eficientes.

Quadro 71 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 1990-1999

Municípios Do Mato Grosso Do Sul	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Bela Vista	R$ 82.484,46	0,11	2.629	18,06	100%
Bonito	R$ 81.062,68	0,16	1.413	14,61	100%
Caracol	R$ 138.938,83	0,11	662	38,52	100%
Deodápolis	R$ 111.836,61	0,18	0	18,44	100%
Itaquiraí	R$ 112.705,13	0,18	2.680	17,56	100%
Jardim	R$ 79.406,26	0,12	3.217	15,86	100%
Ladário	R$ 44.792,50	0,10	3.332	2,75	100%
Rio Negro	R$ 114.863,99	0,18	0	31,23	100%
Santa Rita Do Pardo	R$ 183.642,94	0,22	1.106	12,59	100%
Três Lagoas	R$ 73.852,69	0,13	10.897	2,85	100%
Mínimo*	**R$ 44.792,50**	**0,08**	**0**	**0,60**	**57%**
Média*	**R$ 128.885,39**	**0,14**	**1.879**	**13,00**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$ 45.139,90**	**0,03**	**2.296**	**7,40**	**14%**
Máximo*	**R$ 307.987,09**	**0,22**	**10.897**	**38,52**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Santa Rita do Pardo (0,22), na amostra e entre os eficientes, sendo que estão entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 4ª posição. Corumbá foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global na década: 0,08 (ver Apêndice D), sendo o único com valor abaixo de 0,1. Quanto aos eficientes, o município de Ladário obteve a menor variação do IDH-Global nesse período: 0,08.

Na amostra de municípios, 10 (28%) não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando o menor valor na amostra desse período. Dentre os eficientes, os municípios de Deodápolis e Rio Negro apresentaram aumento zero em sua população. De outro lado, o município de Três Lagoas foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 10.897 habitantes.

Caracol foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 38,52), na amostra e entre os eficientes. Esse alto valor não está relacionado à sua data de instituição, pois foi criado em 1963. O município de Corguinho demonstrou a menor variação na década: 0,60, na amostra, que juntamente com mais 11 municípios apresentaram valor abaixo de 10. Entre os eficientes, o menor valor apresentado foi o do município de Ladário (2,75).

A Figura 39 apresenta os escores de eficiência dos 36 municípios sul-mato-grossenses estudados na década de 1990. Na mesorregião dos Pantanais do Mato Grosso do Sul, está o município de Ladário, cerceado pelo município de Corumbá, quase eficiente (percentual de eficiência alto). Na mesorregião Centro-Norte do estado, localiza-se o município eficiente de Rio Negro, que faz vizinhança com dois municípios com percentual de eficiência médio. O Leste teve dois municípios eficientes: Três Lagoas e Santa Rita do Pardo, que tem entre eles e abaixo de Três Lagoas, um município quase eficiente, demonstrando uma concentração de municípios com percentuais de eficiência altos. Entretanto, a maioria dos municípios eficientes deste decênio localiza-se na mesorregião Sudoeste do Mato Grosso do Sul: Bonito, Jardim, Caracol, Bela Vista, Deodápolis e Itaquiraí, sendo os três limítrofes de Jardim.

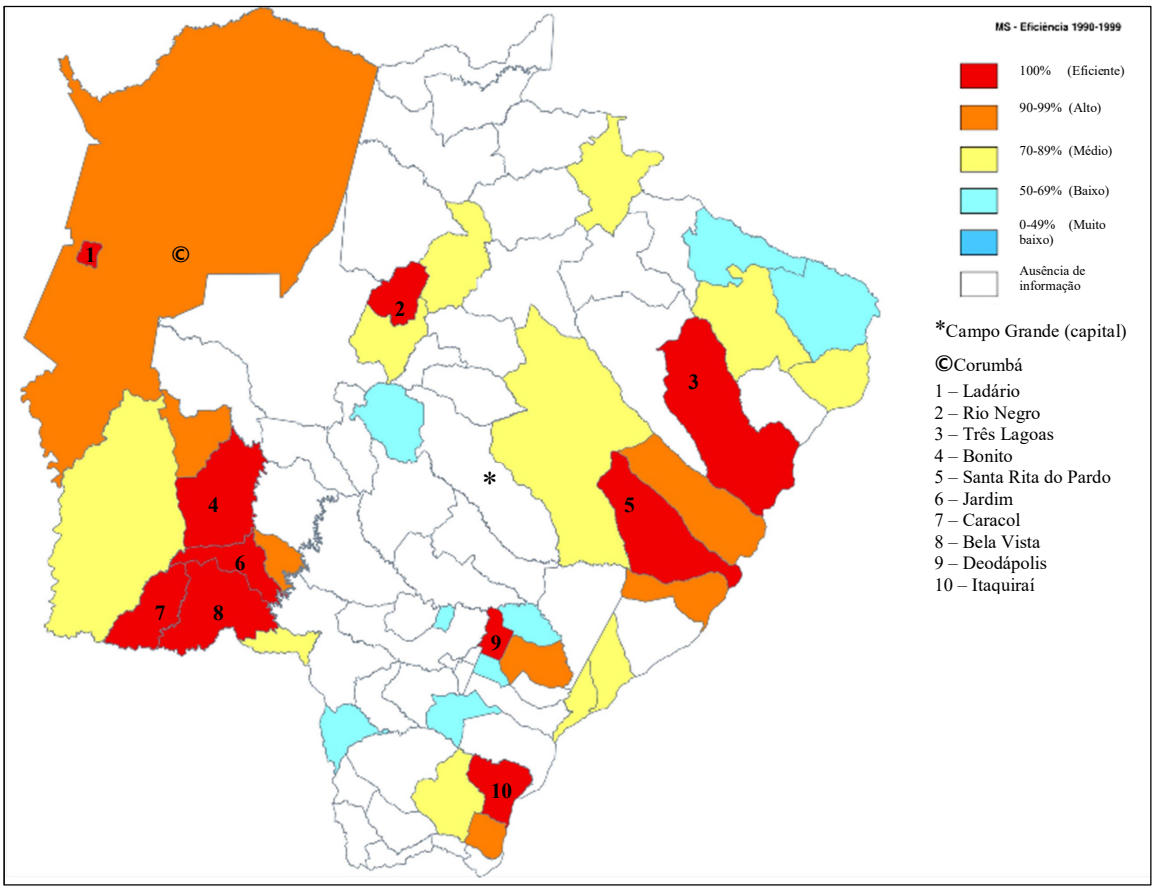


Figura 39 –Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 36 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Glória De Dourados (65%), Angélica (62%), Assis Douradina (62%), Aral Moreira (62%) e Cassilândia (57%), conforme disposto no Quadro 72.

Quadro 72 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso do Sul: 1990-1999

Municípios Do Mato Grosso Do Sul	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Glória De Dourados	R$ 122.720,69	0,12	0	7,19	65%
Angélica	R$ 153.038,51	0,13	0	10,73	62%
Douradina	R$ 153.316,40	0,13	0	9,77	62%
Aral Moreira	R$ 167.560,71	0,12	0	12,85	62%
Cassilândia	R$ 139.705,80	0,10	1.789	10,06	57%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Mato Grosso do Sul possuía 77 municípios, porém, apenas um não dispunha de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 76

(99%) municípios analisados, cinco foram eficientes: Anastácio, Aquidauana, Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti e Japorã (Quadro 73). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 75%, sendo 9% menor que na década de 1990. Igualmente a década anterior, o município de Ladário foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 32.664,41. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Dois Irmãos do Buriti (R$ 61.957,40), sendo que a média foi de R$ 62.934,37. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Jateí: R$ 150.896,81 (ver Apêndice D).

Quadro 73 – Dados e eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 2000-2009

Municípios Do Mato Grosso Do Sul	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Anastácio	R$ 38.020,22	0,15	1.358	10,46	100%
Aquidauana	R$ 36.426,48	0,13	2.174	11,60	100%
Campo Grande	R$ 57.412,63	0,11	123.176	1,81	100%
Dois Irmãos Do Buriti	R$ 61.957,40	0,19	1.028	25,78	100%
Japorã	R$ 58.176,09	0,13	1.591	29,24	100%
Mínimo*	**R$ 32.664,41**	**0,07**	**0**	**0**	**39%**
Média*	**R$ 62.934,37**	**0,13**	**4.941**	**8,12**	**75%**
Desvio Padrão*	**R$ 20.876,18**	**0,02**	**14.752**	**5,50**	**13%**
Máximo*	**R$ 150.896,81**	**0,19**	**123.176**	**29,24**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,22 para 0,19) e menores valores (de 0,08 para 0,07). São Miguel do Oeste (0,07) e Nova Andradina (0,09) tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período (ver Apêndice D), sendo os únicos a apresentarem valores abaixo de 0,1. Dois Irmãos do Buriti teve a maior variação do IDH-Global na década e entre os municípios eficientes.

Na amostra estudada, 12 (16%) municípios sul-mato-grossenses apresentaram a menor variação no aumento da sua população (POP_09: 0), não estando nenhum deles entre os municípios eficientes (ver Apêndice D). A capital estadual, Campo Grande, foi o município da amostra e entre os eficientes com a maior variação da população: 123.176 habitantes, sendo um dos municípios com maior aumento populacional na década quando comparado à amostra nacional, ocupando a 13ª posição entre os municípios e a 12ª posição entre as capitais.

Anaurilândia foi o município que registrou menor variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 0), na amostra, e entre os municípios eficientes foi a capital Campo Grande (1,81). Destaca-se que 54 (71%) municípios sul-mato-grossenses apresentaram valores de infraestrutura abaixo de 10. O município de Japorã foi aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 29,24, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Esse alto valor pode estar relacionado ao ano de instituição do município de Japorã (1992), pois não tinha sido instituído na década anterior, registrando, assim, um alto valor de variação de infraestrutura disposta a sua população.

Os escores de eficiência para os 76 municípios do estado do Mato Grosso do Sul, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 40. Opostamente à década anterior, o maior número de municípios eficientes localiza-se na mesorregião dos Pantanais de Mato Grosso do Sul: Aquidauana, Anastácio e Dois Irmãos do Buriti. Estes municípios são vizinhos e demonstram concentração espacial de eficiência. As mesorregiões Centro-Norte e Sudoeste do estado resultaram em apenas um município eficiente cada uma: Campo Grande e Japorã, que estão distantes territorialmente, mas estão vizinhas de municípios com ausência de informação ou com percentual de eficiência médio.

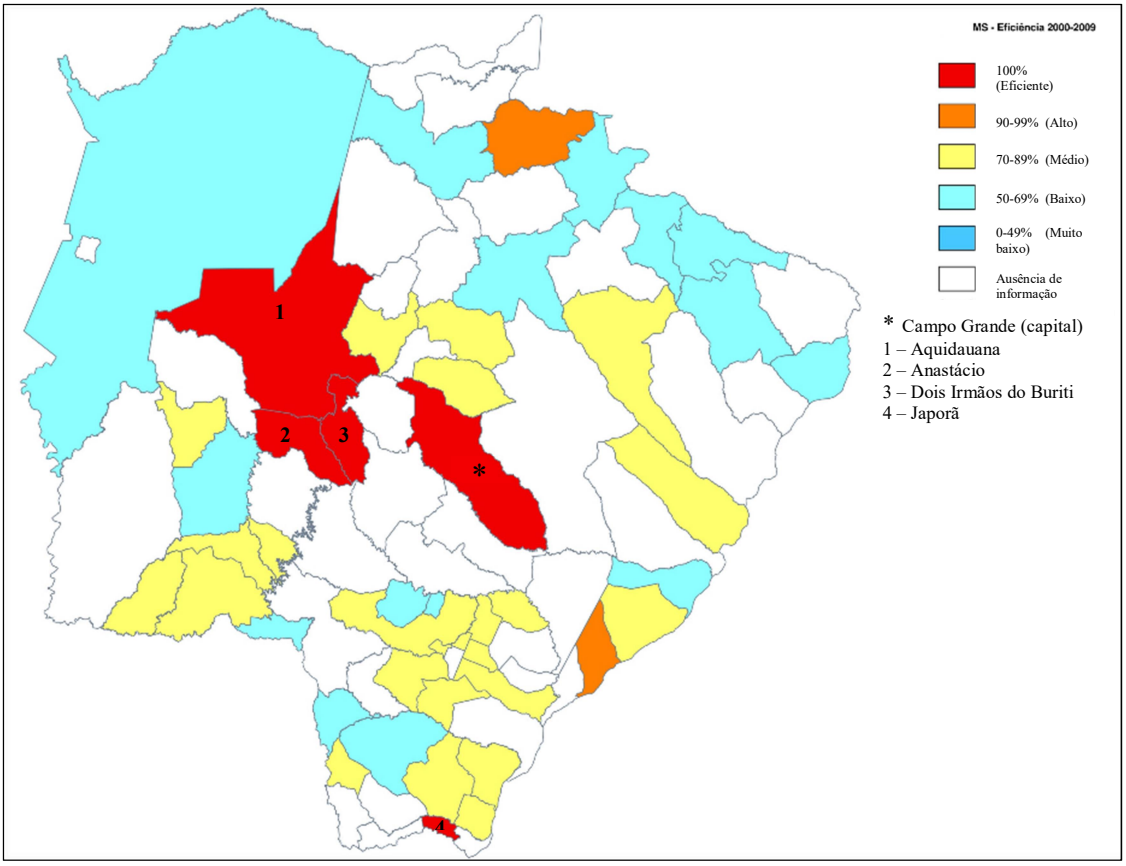


Figura 40 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Mato Grosso do Sul: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 76 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Bonito (56%), Inocência (56%), Chapadão Do Sul (54%), Nova Andradina (52%) e São Gabriel Do Oeste (39%), conforme disposto no Quadro 74.

Quadro 74 – Municípios menos eficientes do Mato Grosso do Sul: 2000-2009

Municípios Do Mato Grosso Do Sul	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Bonito	R$ 61.046,45	0,11	2.631	8,15	56%
Inocência	R$ 80.819,09	0,11	0	5,89	56%
Chapadão Do Sul	R$ 74.729,65	0,10	7.990	1,40	54%
Nova Andradina	R$ 59.552,78	0,09	10.204	0,81	52%
São Gabriel Do Oeste	R$ 78.620,38	0,07	5.382	1,67	39%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Havia somente 35 municípios com dados para os dois períodos. Entretanto, foi possível analisar que:

- o número de municípios analisados na primeira década mais que dobrou na segunda década, mas o número de municípios eficientes reduziu pela metade;
- nenhum município sul-mato-grossense foi eficiente nas duas décadas estudadas;
- todos os municípios eficientes no primeiro decênio tiveram redução no percentual de eficiência no segundo decênio: Bonito (56%), Santa Rita do Pardo (66%), Rio Negro (67%), Bela Vista (71%), Jardim (74%), Itaquirai (74%), Três Lagoas (76%), Deodápolis (78%), Caracol (85%) e Ladário (87%);
- todos os municípios eficientes no segundo decênio não tinham dados no primeiro decênio;
- os municípios eficientes na década de 1990 se concentraram em maior quantidade na mesorregião do Sudoeste e na década de 2000 na mesorregião dos Pantanais Mato Grosso do Sul;
- houve a ocorrência de municípios vizinhos eficientes, demonstrando dependência espacial, nas duas décadas;
- houve uma redução significativa na quantidade de municípios eficientes da primeira para a segunda década (de 10 para 5 municípios), e;
- a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada, mas os dados, a amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado positivo.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios sul-mato-grossenses ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Campo Grande foi eficiente nas análises aplicadas na tese, porém no estudo de Jubran (2006), que analisou a eficiência das capitais estaduais do Brasil em 2000, resultou em um percentual quase eficiente (99%).

5.3.4 Região Sudeste

5.3.4.1 Espírito Santo

O estado do Espírito Santo faz divisa com o oceano Atlântico a leste, com a Bahia ao norte, com Minas Gerais a oeste e noroeste e com o estado do Rio de Janeiro ao sul. Possui 78 municípios e uma área total de 46.086,907 km². O primeiro povoamento local foi fundado em 1535 por um navegador português que batizou a terra de Espírito Santo, em homenagem à terceira pessoa da Santíssima Trindade da Igreja Católica. Esse mesmo navegador, Vasco Fernandes Coutinho, procurou um lugar mais seguro para se proteger dos ataques dos índios e, em 1549, fundou um novo núcleo que chamou de Vila Nova do Espírito Santo que, em oposição ao primeiro povoamento, passou a ser chamado de Vila Velha. Em 8 de setembro de 1551, os portugueses venceram a batalha contra os índios e renomearam a localidade como Vila da Vitória. A data ficou estipulada como a de fundação da cidade (ESPÍRITO SANTO, 2017).

A indústria do açúcar foi o principal motor da economia até 1850, quando foi substituída pelo café. Atualmente, a economia do estado é diversificada e destaca-se nos seguintes setores: petróleo e gás (segundo maior produtor brasileiro); siderurgia e mineração; celulose; rochas ornamentais; moveleiro; além dos setores metal mecânico, confecções, construção civil, alimentos, automotivo, entre outros. Também recebe destaque o agronegócio, especialmente na produção de café e fruticultura (ESPÍRITO SANTO, 2022).

O estado do Espírito Santo possuía 67 municípios até o início da década de 1990, mas havia 14 (21%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 53 municípios analisados na metodologia DEA, resultaram em eficientes: Água Doce Do Norte, Alto Rio Novo, Cariacica, Ibatiba, Jaguaré, Laranja Da Terra, Pedro Canário e Vila Velha (Quadro 75). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 82%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Aracruz (R$ 168.984,55), em contrapartida, Cariacica (R$ 45.028,87) realizou o menor gasto entre os municípios estudados, sendo que a média foi de R$ 83.685,61.

Quadro 75 – Dados e eficiências dos municípios do Espírito Santo: 1990-1999

Municípios do Espírito Santo	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Água Doce do Norte	R$ 87.558,79	0,18	50	25,12	100%
Alto Rio Novo	R$ 101.880,32	0,20	219	19,65	100%
Cariacica	R$ 45.028,87	0,12	49.928	13,23	100%
Ibatiba	R$ 47.354,51	0,17	3.180	19,12	100%

Jaguaré	R$	74.155,43	0,10	4.768	31,41	100%
Laranja da Terra	R$	92.563,45	0,20	0	13,56	100%
Pedro Canário	R$	64.466,80	0,16	613	25,63	100%
Vila Velha	R$	63.368,74	0,10	80.909	5,17	100%
Mínimo*	**R$**	**45.028,87**	**0,10**	**0**	**3,08**	**54%**
Média*	**R$**	**83.685,61**	**0,14**	**5.756**	**12,66**	**82%**
Desvio Padrão*	**R$**	**22.836,54**	**0,03**	**13.796**	**6,69**	**13%**
Máximo*	**R$**	**168.984,55**	**0,20**	**80.909**	**31,41**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelos municípios de Alto Rio Novo e Laranja da Terra (0,20), na amostra e entre os eficientes, sendo que estão entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 4ª posição. Nenhum dos municípios capixabas teve variação no IDH-Global abaixo de 0,1, sendo que quatro municípios apenas resultaram nesse valor: Vila Velha (eficiente), Itarana, Jaguaré (eficiente), e os demais variaram acima de 0,1 (ver Apêndice D).

Quanto à variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, sete municípios apresentaram o valor zero na amostra, dentre eles está o município eficiente Laranja da Terra. De outro lado, o município de Vila Velha foi o que mais teve aumento populacional na amostra e entre os eficientes: 80.909 habitantes, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década, ocupando a 17ª posição.

Jaguaré foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99) na amostra e entre os eficientes: 34,41. Em contrapartida, 20 municípios capixabas demonstraram variações abaixo de 10 na disposição de infraestrutura local, dentre eles está o município de João Neiva (3,08) com o menor valor da década e Vila Velha (5,17) com o menor valor entre os eficientes.

A Figura 41 apresenta os escores de eficiência dos 53 municípios capixabas estudados na década de 1990. Os municípios eficientes ficaram dispersos pelo estado, sendo a mesorregião Central Espírito-Santense a que foi composta por mais municípios eficientes: Laranja da Terra, Cariacica e Vila Velha. Sendo que, o primeiro está distante territorialmente dos demais, que estão próximos a capital e são municípios vizinhos, representando a única concentração espacial de eficiência neste decênio. Na mesorregião Noroeste, localizam-se os municípios de Água Doce do Norte e Alto do Rio Novo, ambos têm municípios vizinhos com percentual de eficiência médio, mas não são limítrofes um do outro. A mesorregião do Litoral

Norte do estado teve dois municípios eficientes: Pedro Canário e Jaguaré, sendo o primeiro limítrofe de municípios com percentual de eficiência médio, e o segundo, limítrofe de municípios com ausência de dados. Ibatiba e Castelo são os municípios eficientes da mesorregião Sul Espírito-Santense, ambos são vizinhos de municípios com percentual de eficiência médio, mas não fazem vizinhança entre si.

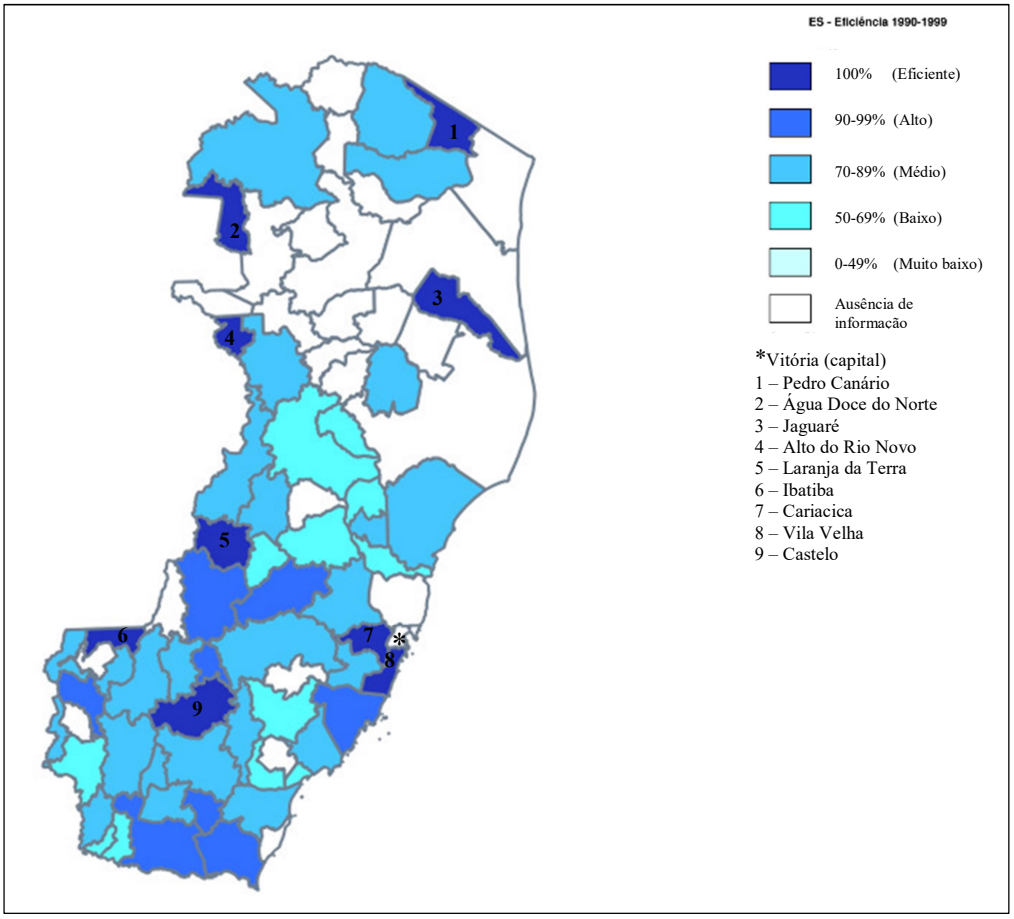


Figura 41 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Espírito Santo: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 53 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: João Neiva (62%), Marilândia (62%), Bom Jesus Do Norte (59%), Itarana (55%) e Fundão (54%), conforme disposto no Quadro 76.

Quadro 76 – Municípios menos eficientes do Espírito Santo: 1990-1999

Municípios Do Espírito Santo	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
João Neiva	R$ 100.077,61	0,12	1.505	3,08	62%

Marilândia	R$	78.115,62	0,12	920	9,80	62%
Bom Jesus Do Norte	R$	86.179,20	0,11	648	4,84	59%
Itarana	R$	83.548,52	0,10	1.031	11,56	55%
Fundão	R$	90.362,00	0,10	2.325	5,39	54%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Espírito Santo possuía 77 municípios, porém, oito (10%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 66 municípios analisados, sete foram eficientes: Cariacica, Mucurici, Santa Maria De Jetibá, Serra, Vila Pavão, Vila Valério e Vila Velha (Quadro 77). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 74%, sendo 8% menor que na década de 1990. O município de Cariacica, igualmente ao decênio anterior, foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 23.340,72. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Mucurici (R$ 91.859,54), sendo que a média foi de R$ 59.738,79. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Presidente Kennedy: R$ R$ 136.511,20 (ver Apêndice D).

Quadro 77 – Dados e eficiências dos municípios do Espírito Santo: 2000-2009

Municípios Do Espírito Santo	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Cariacica	R$	23.340,72	0,11	24.453	7,43	100%
Mucurici	R$	91.859,54	0,15	0	23,73	100%
Santa Maria de Jetibá	R$	47.846,10	0,17	5.402	0,62	100%
Serra	R$	49.434,84	0,11	87.815	3,00	100%
Vila Pavão	R$	64.397,48	0,16	342	7,28	100%
Vila Valério	R$	59.493,24	0,16	0	9,95	100%
Vila Velha	R$	34.052,73	0,09	69.260	2,17	100%
Mínimo*	**R$**	**23.340,72**	**0,07**	**0**	**0,34**	**44%**
Média*	**R$**	**59.738,79**	**0,11**	**5.678**	**4,38**	**74%**
Desvio Padrão*	**R$**	**19.244,03**	**0,02**	**14.232**	**4,37**	**16%**
Máximo*	**R$**	**136.511,20**	**0,17**	**87.815**	**23,73**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,2 para 0,17) e menores valores (de 0,1 para 0,07). Ibiraçu e Venda Nova do Imigrante tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,07, que juntamente com outros 13 municípios representam aqueles que

tiveram variação abaixo de 0,1 (ver Apêndice D). Santa Maria de Jetibá (0,17) teve a maior variação da década e entre os municípios eficientes.

O município de Serra apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09): 87.815 habitantes, na amostra e entre os municípios eficientes, ocupando a 29ª posição no ranking nacional. Mucurici e Vila Valério foram os municípios eficientes com menor variação da população, que juntamente com outros 12 municípios, representam o valor zero na variação dos munícipes.

Castelo foi o município que registrou menor variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 0,34) na amostra, que juntamente com outros 63 (93%) dos municípios capixabas apresentaram variação abaixo de 10. O município de Mucurici foi aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 23,73, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Isso demonstra o investimento ou implementação de ações que melhoram a disposição de infraestrutura a população local.

Os escores de eficiência para os 76 municípios do estado do Espírito Santo, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 42. O município de Mucurici foi o único eficiente na mesorregião do Litoral Norte Espírito-Santense, sendo que este é vizinho aos municípios com percentual de eficiência médio, principalmente. Na mesorregião Noroeste do estado, estão os municípios de Vila Pavão e Vila Valério, que são eficientes, mas não são vizinhos, sendo o segundo limítrofe de dois municípios com percentual de eficiência alto. Por fim, a mesorregião Central Espírito-Santense contempla a concentração espacial de eficiência do decênio, sendo composta pelos municípios de Santa Maria de Jetibá, Serra, Cariacica e Vila Velha. Estes três últimos, são vizinhos de municípios com percentual de eficiência médio e alto, com exceção Vitória, que apresentou valor baixo. Isso pode indicar a ocorrência de dependência espacial de eficiência da capital.

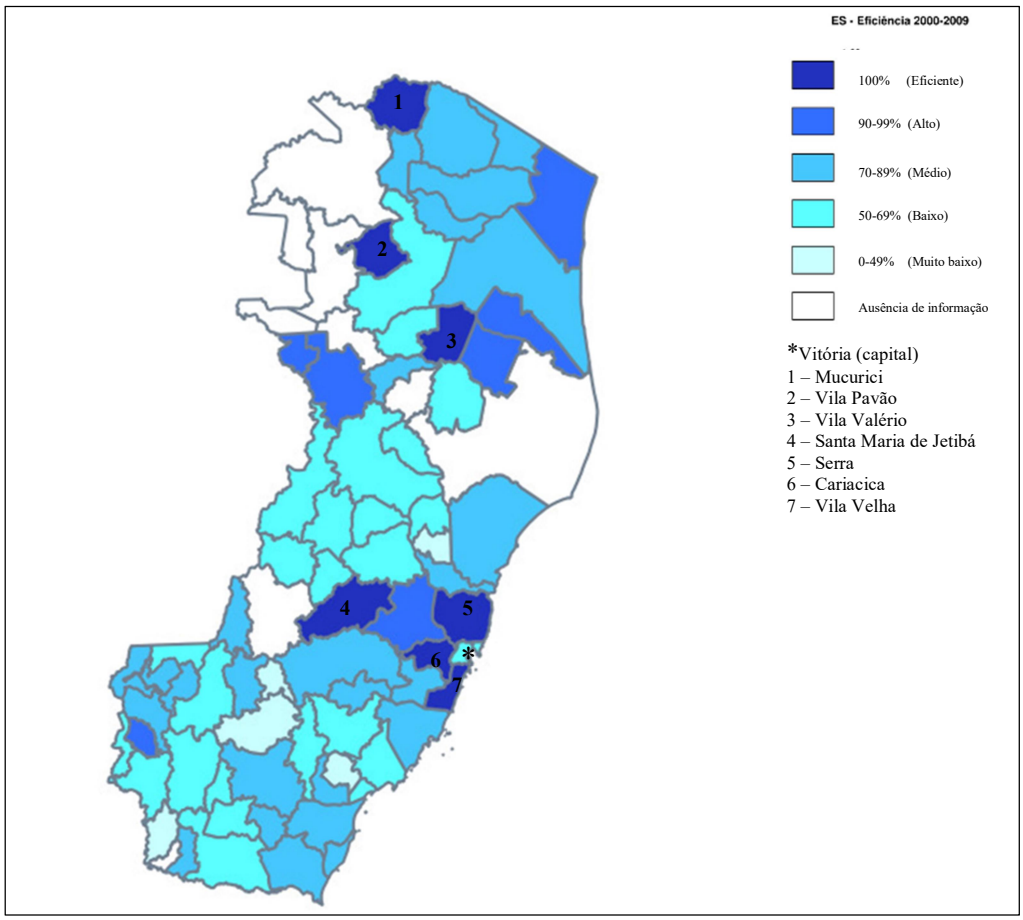


Figura 42 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Espírito Santo: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 69 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: São José Do Calçado (48%), Venda Nova Do Imigrante (45%), Iconha (45%), Ibiraçu (44%) e Castelo (44%), conforme disposto no Quadro 78.

Quadro 78 – Municípios menos eficientes do Espeírito Santo: 2000-2009

Municípios Do Espírito Santo	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
São José Do Calçado	R$ 69.019,84	0,08	0	0,68	48%
Venda Nova Do Imigrante	R$ 54.901,21	0,07	4.282	1,28	45%
Iconha	R$ 62.135,98	0,08	1.042	1,51	45%
Ibiraçu	R$ 68.093,20	0,07	1.035	1,57	44%
Castelo	R$ 49.879,43	0,08	1.991	0,34	44%

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Os municípios com dados para os dois períodos estudados correspondem a 70% da amostra disponível. Dessa forma, foi possível identificar que a variação no IDH-Global, a infraestrutura e o percentual de eficiência foram menores na década de 2000, quando comparados à década de 1990.

No decênio de 1990, nenhum município teve variação de IDH-Global menor que 0,1, indicando que os municípios capixabas implementaram ações de melhoria, lidando com as complexidades do cenário econômico da década. Entretanto, na década de 2000, 93% dos municípios tiveram variação na infraestrutura abaixo de 10, indicando que ações de melhorias significativas em disposição de água encanada e esgoto, energia elétrica e coleta de lixo não foram efetuadas pela gestão pública municipal, podendo ter sido priorizados outros setores.

As eficiências concentraram-se na mesorregião Central Espírito-Santense, em ambos os períodos. A capital estadual, Vitória, teve como vizinhos municípios eficientes nos dois períodos, sendo que foi eficiente no segundo decênio. Essa vizinhança a capital pode indicar dependência espacial na utilização de seus recursos pelos vizinhos, assim, visualiza-se a concentração espacial de eficiências vizinhas. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Os únicos municípios eficientes nas duas décadas foram Cariacica e Vila Velha, demonstrando uma boa gestão das variáveis aplicadas no modelo de eficiência e nas interveniências locais. No mesmo sentindo, aconteceu com Santa Maria de Jetibá, que teve um percentual próximo a eficiência (94%) na primeira década, sendo eficiente na segunda década. Porém, quatro municípios que foram eficientes no primeiro decênio, não foram eficientes no segundo, sendo que alguns tiveram redução significativa do percentual de eficiência, e, outros, pequenas reduções: Laranja da Terra (64%), Ibatiba (65%), Pedro Canário (83%), Alto Rio Novo (91%) e Jaguaré (96%).

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios capixabas ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Jubran (2006) aplicou dois modelos de análise de eficiência, sendo o primeiro para identificar municípios baianos, mineiros e capixabas que tiveram uma boa gestão pública quanto ao desempenho econômico-financeiro, e o segundo para identificar quais capitais

estaduais cumpriam as metas sociais, ambos para o ano de 2000. Com isso, resultaram eficientes os municípios de: Jaguaré, Pedro Canário, Mucurici, Conceição da Barra, Montanha, Ponto Belo e São Mateus. Similarmente a tese, os três primeiros municípios foram eficientes em pelo menos um decênio. Mas os demais, não foram eficientes ou não tinham dados disponíveis para um decênio estudado na tese, exceto o município de Montanha que tinha dados para os dois períodos (73% e 72%).

5.3.4.2 Minas Gerais

O estado de Minas Gerais possui 853 municípios e uma área total de 586.520,732 km². Faz divisa com São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Bahia e Espírito Santo. No século XVI, os bandeirantes desbravaram a região que hoje equivale ao estado de Minas Gerais para encontrar ouro e pedras preciosas. No século XVIII, o território foi povoado e tornou-se um centro econômico importante para Portugal, que criou regras rígidas de arrecadação de impostos. A Inconfidência Mineira foi um movimento político desencadeado por essa rigidez nos impostos e que teve como destaque a participação de Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. O município mineiro de Mariana foi a primeira vila do estado, sendo povoada em 1696 e elevada à categoria de cidade, por ordem do rei Dom João V, em 1745 (MINAS GERAIS, 2017).

A economia de Minas Gerais é bem diversificada, possuindo uma agropecuária moderna e um parque industrial diversificado. Destacam-se no mercado nacional e no mundial o rebanho bovino mineiro, o café e o minério de ferro. A indústria, a agricultura e os serviços também apresentam participação importante na economia (MINAS GERAIS, 2022).

O estado de Minas Gerais possuía 723 municípios até o início da década de 1990, mas havia 143 (20%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 580 municípios analisados na metodologia DEA, 10 resultaram em eficientes, conforme disposto no Quadro 79. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 65%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Serra da Saudade (R$ 453.003,01), ocupando a 10ª posição no ranking nacional dos municípios com maior gasto na década. Em contrapartida, Ribeirão das Neves (R$ 22.949,14) realizou o menor gasto entre os municípios estudados, sendo que a média foi de R$ 94.415,16.

Quadro 79 – Dados e eficiências dos municípios de Minas Gerais: 1990-1999

Municípios De Minas Gerais	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Água Boa	R$ 38.653,47	0,20	2.026	31,62	100%
Betim	R$ 144.677,95	0,16	135.741	9,46	100%
Claro dos Poções	R$ 45.500,25	0,22	0	25,94	100%
Felício dos Santos	R$ 63.246,33	0,19	0	65,57	100%
Ibirité	R$ 24.653,97	0,17	54.954	17,08	100%
Novo Cruzeiro	R$ 32.324,11	0,19	0	25,88	100%
Ribeirão das Neves	R$ 22.949,14	0,18	107.967	6,79	100%
Santa Fé de Minas	R$ 97.026,77	0,26	0	21,49	100%
Santo Antônio do Rio Abaixo	R$ 120.481,14	0,22	0	71,78	100%
Uberlândia	R$ 90.163,08	0,13	134.153	2,16	100%
Mínimo*	**R$ 22.949,14**	**0,07**	**0**	**0,00**	**26%**
Média*	**R$ 94.415,16**	**0,15**	**3.157**	**16,76**	**65%**
Desvio Padrão*	**R$ 52.196,87**	**0,03**	**11.623**	**10,71**	**13%**
Máximo*	**R$ 453.003,01**	**0,26**	**135.741**	**71,78**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99: 0,26) na amostra foi alcançada pelos municípios de Santa Fé de Minas (eficiente) e Japaraíba, sendo que estão entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 1ª posição. Os municípios de Capela Nova, Seritinga e Veríssimo foram os municípios da amostra que tiveram a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,07 (ver Apêndice D), e com mais outros oito municípios estão entre aqueles que tiveram variação abaixo de 0,1. Quanto aos eficientes, o município de Vila Rica obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,08.

Na década de 1990, 155 (27%) municípios mineiros não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99: 0). Dentre eles estão os municípios de: Claro Dos Poções, Felício dos Santos, Novo Cruzeiro, Santa Fé de Minas e Santo Antônio do Rio Abaixo. De outro lado, os municípios que mais tiveram aumento populacional na amostra foram: Betim (135.741), Uberlândia (134.153) e Ribeirão das Neves (107.967 habitantes). Ambos foram eficientes e fazem parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década, ocupando a 4ª, 5ª e 10ª posição, consecutivamente.

Santo Antônio do Rio Abaixo foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 71,78), na amostra, entre os eficientes e no ranking nacional, ocupando a 1ª posição. Esse alto valor não está relacionado a data de instituição do município, pois ele foi instalado em 1963, podendo representar a implementação de melhorias

significativas no município de Santo Antônio do Rio Abaixo. Em contrapartida, o município de Juruaia foi o único que não apresentou variação na infraestrutura, estando listado entre os 59 municípios na amostra nacional que tiveram valor zerado. Entre os eficientes, está o município de Uberlândia, com a menor variação: 2,16.

A Figura 43 apresenta os escores de eficiência dos 580 municípios mineiros estudados na década de 1990. Na mesorregião Norte de Minas, dois municípios foram eficientes (Santa Fé de Minas e Claro dos Poções), estão distante territorialmente, mas tem vizinhos com percentual de eficiência baixo e médio. A mesorregião do Jequitinhonha também registrou dois municípios eficientes: Novo Cruzeiro e Felício dos Santos, sendo o primeiro vizinho de municípios com percentual de eficiência alto e o segundo com percentual de eficiência médio em suas divisas, ambos majoritariamente, quando desconsiderados os municípios ausentes de informação. Nas mesorregiões do Vale do Rio Doce e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi eficiente somente um município em cada: Água Boa e Uberlândia, consecutivamente. A concentração de eficiências foi na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, contemplando os municípios de Santo Antônio do Rio Abaixo, Ribeirão das Neves, Betim e Ibirité, sendo os três últimos limítrofes à capital estadual. Isso pode indicar dependência espacial de eficiência. Os municípios de Betim e Ibirité são vizinhos, podendo, também, indicar a ocorrência da dependência espacial de eficiência.

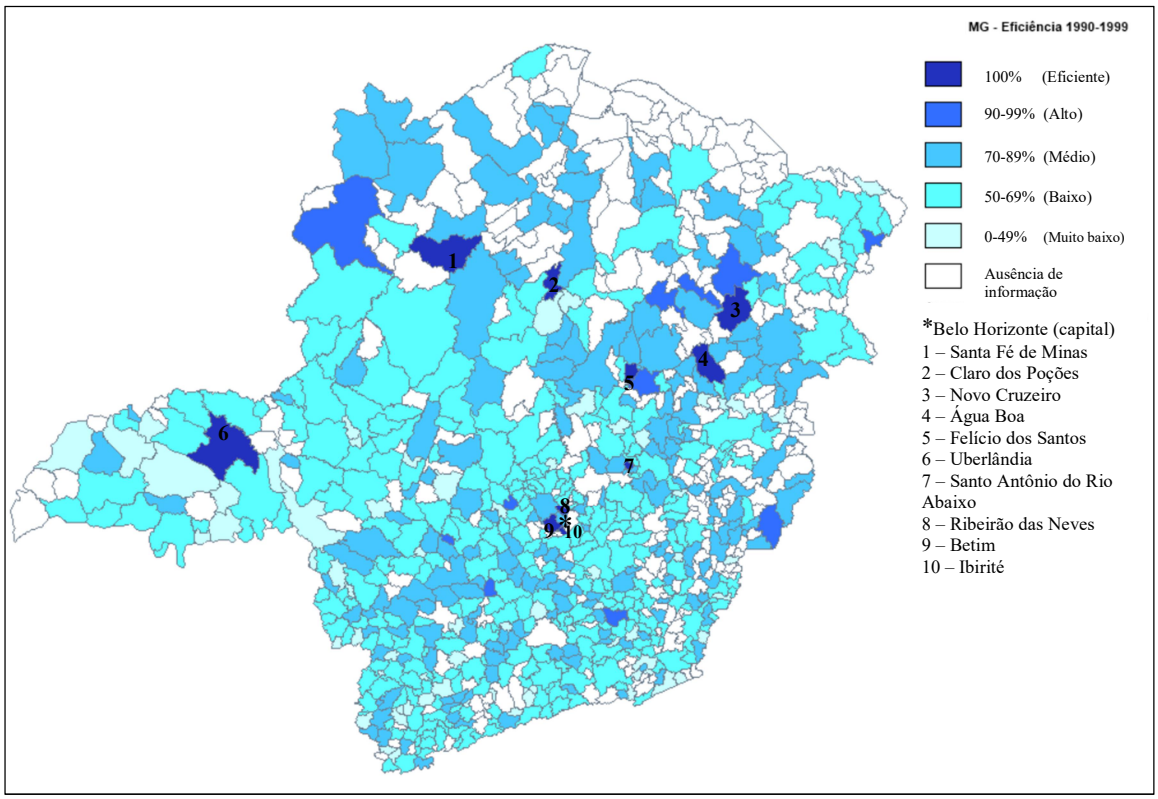


Figura 43 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Minas Gerais: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 580 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Guimarânia (38%), Claraval (37%), Planura (33%), Seritinga (29%) e Veríssimo (26%), conforme disposto no Quadro 80.

Quadro 80 – Municípios menos eficientes do Minas Gerais: 1990-1999

Municípios De Minas Gerais	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Guimarânia	R$ 79.135,21	0,09	645	10,40	38%
Claraval	R$ 158.642,08	0,09	833	13,14	37%
Planura	R$ 88.314,03	0,08	988	5,45	33%
Seritinga	R$ 243.894,87	0,07	15	14,41	29%
Veríssimo	R$ 183.881,06	0,07	0	2,32	26%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado de Minas Gerais possuía 853 municípios, porém, 82 (10%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 771 municípios analisados, 10 foram eficientes, conforme disposto no Quadro 81. O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 56%, sendo 9% menor que na década de 1990. O

município de Ribeirão das Neves foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra e entre os eficientes: R$ 21.161,00. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Belo Horizonte (R$ 71.925,35), sendo que a média foi de R$ 53.679,34. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Cachoeira Dourada: R$ 271.078,91 (ver Apêndice D), ocupando a 6ª posição no ranking nacional.

Quadro 81 – Dados e eficiências dos municípios de Minas Gerais: 2000-2009

Municípios De Minas Gerais	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Belo Horizonte	R$ 71.925,35	0,08	136.637	1,01	100%
Ibiracatu	R$ 46.246,76	0,19	0	53,72	100%
Icaraí de Minas	R$ 29.169,01	0,16	1.431	39,96	100%
Minas Novas	R$ 28.503,13	0,21	381	21,65	100%
Novo Cruzeiro	R$ 25.056,57	0,14	272	32,90	100%
Patis	R$ 53.121,92	0,20	415	50,27	100%
Ribeirão das Neves	R$ 21.161,00	0,11	42.772	10,33	100%
São Sebastião do Maranhão	R$ 30.813,97	0,14	0	45,09	100%
Uberlândia	R$ 47.338,50	0,09	102.799	0,60	100%
Verdelândia	R$ 50.981,12	0,23	1.167	38,41	100%
Mínimo*	**R$ 21.161,00**	**0,05**	**0**	**0**	**22%**
Média*	**R$ 53.679,34**	**0,12**	**2.252**	**9,52**	**56%**
Desvio Padrão*	**R$ 25.761,29**	**0,03**	**8.672**	**10,49**	**15%**
Máximo*	**R$ 271.078,91**	**0,23**	**136.637**	**53,72**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,26 para 0,23) e menores valores (de 0,07 para 0,05). A maior variação foi alcançada pelo município de Verdelândia, na amostra e entre os eficientes: 0,23, ocupando a 7ª posição no ranking nacional. A menor variação do IDH-Global (0,05) foi apresentada pelos municípios de: Coromandel, Morro Do Pilar, Natércia e Santa Bárbara do Monte Verde (ver Apêndice D). Belo Horizonte teve a menor variação entre os municípios eficientes: 0,08.

A menor variação no aumento da população (POP_09) foi resultada por 271 (30%) municípios mineiros, sendo o valor de zero, sendo que dentre estes municípios estão os eficientes: Ibiracatu e São Sebastião do Maranhão. Aquele que teve a maior variação populacional da amostra e dos municípios eficientes foi a capital Belo Horizonte (136.637), seguida de Uberlândia (102.799), que representam o estado no ranking nacional, ocupando a 10ª e a 22ª posição, consecutivamente (ver Apêndice D).

Ibiracatu registrou a maior variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 53,72), na amostra e entre os municípios eficientes, seguido dos municípios de Frei Lagonegro e Patis (eficiente): 52,57 e 50,27, sucessivamente. Esses valores podem estar relacionados à data de instituição do município, pois Ibiracatu e Patis foram instituídos em 1995, entretanto, Frei Lagonegro foi instituído em 1962. Os municípios de Caiana e Pequeri registram valor zero para variação de infraestrutura.

Os escores de eficiência para os 771 municípios do estado de Minas Gerais, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 44. Ao contrário da década anterior, as eficiências concentraram-se na mesorregião Norte de Minas, representadas pelos municípios de Verdelândia, Ibiracatu, Patis e Icaraí de Minas. Estes municípios não são limítrofes, mas tem em suas vizinhanças municípios com percentual de eficiência médio predominantemente. Similar à década de 1990, as mesorregiões do Vale do Rio Doce (São Sebastião do Maranhão) e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia) resultaram em apenas um município eficiente, mas o único eficiente nos dois períodos estudados foi Uberlândia. Os municípios de Minas Novas e Novo Cruzeiro são vizinhos eficientes e fazem divisas com municípios que possuem percentual de eficiência médio e alto, ambos localizados na mesorregião do Jequitinhonha. A capital estadual foi eficiente neste decênio, sendo vizinha de Ribeirão das Neves, que é limítrofe de municípios com percentual de eficiência alto. Esses municípios fazem parte da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, e esta concentração de eficiências vizinhas indicam a dependência espacial à mineira.

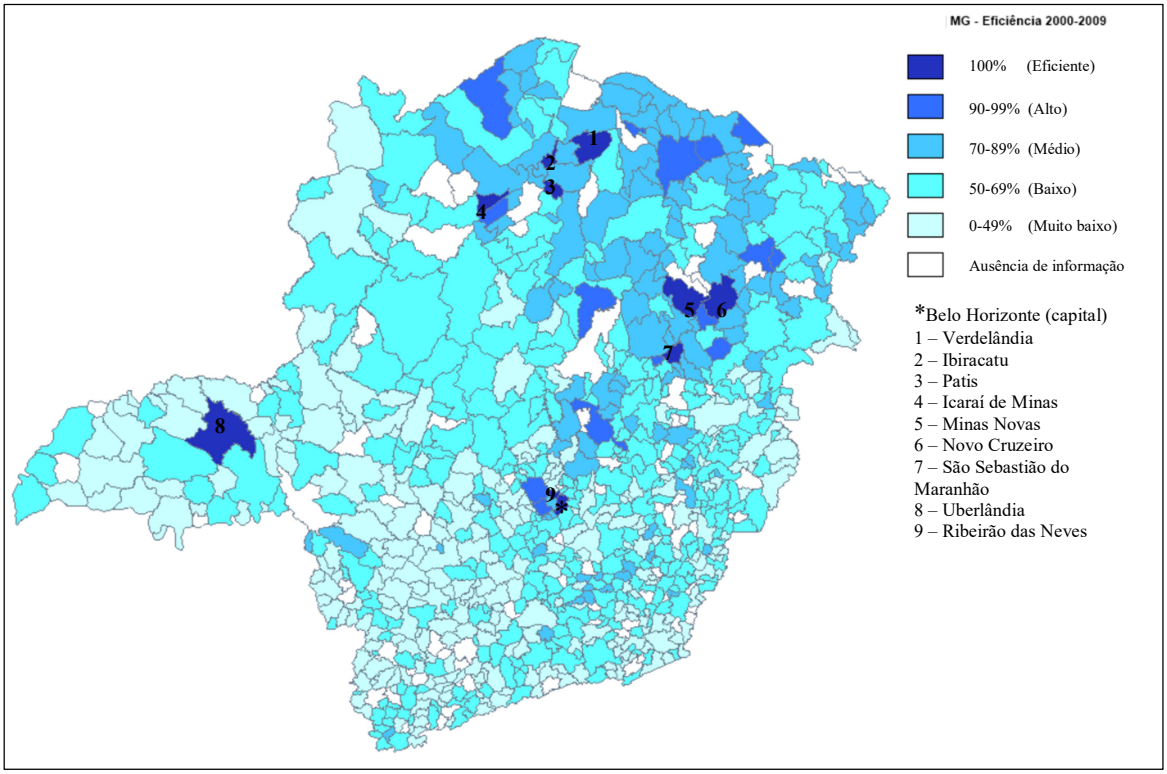


Figura 44 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Minas Gerais: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 771 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Pedrinópolis (26%), Coromandel (25%), Cruzeiro Da Fortaleza (25%), Natércia (23%) e Santa Bárbara Do Monte Verde (22%), conforme disposto no Quadro 82.

Quadro 82 – Municípios menos eficientes de Minas Gerais: 2000-2009

Municípios De Minas Gerais	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Pedrinópolis	R$ 113.050,81	0,06	129	0,29	26%
Coromandel	R$ 42.154,72	0,05	95	2,41	25%
Cruzeiro da Fortaleza	R$ 81.263,48	0,06	214	1,53	25%
Natércia	R$ 55.667,96	0,05	14	0,14	23%
Santa Bárbara do Monte Verde	R$ 87.012,65	0,05	422	8,98	22%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Havia dados para 533 municípios nos dois períodos, representando 73% dos municípios com dados disponíveis na

primeira década e 62% dos municípios com dados disponíveis na segunda década. Logo, foi possível afirmar que:

- eficiências vizinhas foram identificadas, sendo limítrofes a capital, nos dois decênios estudados, indicando, assim, dependência espacial;
- os municípios eficientes concentraram-se nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Norte de Minas;
- o município de Ribeirão das Neves apresentou o menor gasto per capita municipal, nos dois períodos;
- os municípios de Novo Cruzeiro, Ribeirão das Neves e Uberlândia foram os únicos eficientes nos dois períodos;
- os municípios não que conseguiram superar suas complexidades, deixando de ser eficientes no segundo período foram: Santo Antônio do Rio Abaixo (58%), Claro dos Poções (63%), Felício dos Santos (65%), Água Boa (47%), Ibirité (89%) e Betim (93%);
- os municípios que conseguiram superar suas complexidades, tornando-se eficientes no segundo período foram: Minas Novas (75%) e São Sebastião do Maranhão (85%);

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios mineiros ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) tiveram como resultados na análise de eficiência dos municípios brasileiros, três municípios mineiros: Ribeirão das Neves, Ibirité e Nazareno. Os dois primeiros também resultaram em eficiência na tese, sendo o primeiro, eficiente nos dois decênios estudados, e o segundo apenas no primeiro decênio.

No estudo de Jubran (2006), Belo Horizonte teve 96% de eficiência quando analisado junto às demais capitais estaduais, mas quando foi analisado junto aos demais municípios da Região do Mesovales, resultou em eficiente (100%), igualmente ao resultado obtido na tese para a década de 2000. Os municípios de Felício dos Santos, Novo Cruzeiro e Minas Novas, também foram eficientes no estudo de Jubran (2006) e nesta tese.

Ao analisar a eficiência dos municípios mineiros na atuação de políticas públicas direcionadas ao bem-estar e a desigualdade no ano de 2000, Shikida, Milton e Araújo Jr.

(2007) identificaram os 83 municípios eficientes. Dentre eles, os que foram eficientes também na tese são: Ribeirão das Neves, Belo Horizonte e Minas Novas.

Reis, Drumond e Silveira (2011) analisaram a eficiência dos gastos públicos municipais para geração de bem-estar em Minas Gerais, em 2006, considerando os municípios de pequeno porte emancipados entre 1988 e 2001. Os resultados apontaram que os 123 municípios emancipados tiveram eficiência média de 83% e os 44 municípios de origem tiveram 87%. Dentre os 167 municípios estudados, 12 resultaram em eficiência, sendo seis municípios emancipados (Ipaba, Itaú de Minas, Palmópolis, Confins, Mário Campos e São José da Barra) e seis municípios de origem (Alpinópolis, Borda da Mata, Dom Silvério, Itinga, Mirabela e Presidente Olegário). Estes resultados não corroboram os encontrados nesta tese, mas ao indicarem que os níveis de eficiência são maiores na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, vai de encontro com achados aqui.

Nesta tese as eficiências estiveram concentradas nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e Norte de Minas. Esse resultado é similar ao encontrado por Silva et al. (2012), que ao avaliar a eficiência na alocação dos recursos destinados à educação, saúde e habitação, em 404 municípios mineiros para o ano de 2004, identificou altos escores de eficiência nas mesorregiões Norte e Jequitinhonha. Os resultados dos municípios com baixos escores de eficiência também são similares, pois Silva et al. (2012) os identificaram na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e aqui na tese foram nas mesorregiões do Vale do Rio Doce e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Costa et al. (2015) buscaram a identificação de fatores relacionados as eficiências resultadas na alocação dos recursos públicos em Minas Gerais. Foram analisados 831 municípios com dados entre 2006 a 2009. Com isso, encontraram boas eficiências médias, pois o menor valor médio resultado foi de 54%. Considerando os valores médios de eficiência resultados na tese, 65% (na década de 1990) e 56% (na década de 2000), e os valores médios do estudo de Costa et al. (2015), pode-se concluir que são similares.

5.3.4.3 Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro possui uma área de 43.781,588 km² e 92 municípios. Faz divisa com Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, além do Oceano Atlântico. Ao chegar a Baía de Guanabara, em 1502, Gaspar Lemos achou que a se tratava da foz de um rio e por

isso denominou a região de Rio de Janeiro. Em 1530, a corte portuguesa enviou uma expedição para a região no intuito de colonizá-la, mas encontraram franceses que já estavam na localidade desde o início do século e queriam dominá-la. Em 1560, os portugueses conseguiram expulsar os franceses. O Rio de Janeiro foi o Distrito Federal do Brasil, até 1960, quando houve a mudança da capital para Brasília. Com isso, o Rio de Janeiro torna-se um estado da Federação e é nomeado como Estado da Guanabara. Em 1975, ocorre a fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro e, no lugar de Niterói, antiga capital, o Rio de Janeiro (cidade de mesmo nome do estado) passa a ser a capital (RIO DE JANEIRO, 2017).

A economia do estado do Rio de Janeiro é diversificada. Dentre os diversos setores da atividade, destaca-se o setor de prestação de serviços, que fornece suporte administrativo, gerencial e financeiro às empresas instaladas no estado. Também apresenta o segundo maior parque industrial do país e a primeira posição no fluxo de turistas estrangeiros que visitam o Brasil (RIO DE JANEIRO, 2017; 2022).

O estado do Rio de Janeiro possuía 70 municípios até o início da década de 1990, mas havia 17 (14%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 53 municípios analisados na metodologia DEA, nove resultaram em eficientes: Itaboraí, Laje Do Muriaé, Mangaratiba, Nova Iguaçu, Santa Maria Madalena, São Gonçalo, São João De Meriti, Sumidouro e Trajano De Morais (Quadro 83). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 81%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Quissamã (R$ 335.071,03), sendo o 27º maior gasto no ranking nacional. Em contrapartida, São Gonçalo (R$ 30.364,70) realizou o menor gasto entre os municípios estudados, sendo que a média foi de R$ 118.554,14.

Quadro 83 – Dados e eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 1990-1999

Municípios do Rio de Janeiro	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Itaboraí	R$ 48.790,41	0,14	46.865	9,11	100%
Laje do Muriaé	R$ 160.920,94	0,13	445	27,38	100%
Mangaratiba	R$ 129.675,27	0,16	6.976	11,34	100%
Nova Iguaçu	R$ 61.598,05	0,10	140.337	1,40	100%
Santa Maria Madalena	R$ 185.964,42	0,16	0	23,66	100%
São Gonçalo	R$ 30.364,70	0,10	111.287	0,02	100%
São João de Meriti	R$ 32.201,91	0,11	23.704	0,55	100%
Sumidouro	R$ 125.671,62	0,16	1.199	22,17	100%
Trajano de Morais	R$ 191.115,59	0,17	0	16,37	100%
Mínimo*	**R$ 30.364,70**	**0,09**	**0**	**0,02**	**59%**

Média*	**R$ 118.554,14**	**0,12**	**15.428**	**7,66**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$ 61.012,58**	**0,02**	**28.122**	**6,72**	**14%**
Máximo*	**R$ 335.071,03**	**0,17**	**140.337**	**27,38**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelo município de Trajano de Morais (0,17), na amostra e entre os eficientes. Os municípios de Barra do Piraí, Paraíba do Sul, Niterói, Nilópolis e Parati foram os que tiveram a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,09 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, os municípios de Nova Iguaçu e São Gonçalo obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,1.

Os municípios de Cambuci, Nilópolis, Santa Maria Madalena e Trajano De Morais não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando o menor valor na amostra desse período, sendo os dois últimos eficientes. De outro lado, o município de Nova Iguaçu foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 140.337 habitantes, seguido de São Gonçalo (111.287) e Duque de Caxias (106.398). Estes três municípios ocupam a 2ª, 8ª e 11ª posição do ranking nacional, fazendo parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década.

Laje do Muriaé foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 27,38), estando entre os 17 municípios que apresentaram variação acima de 10. O município de São Gonçalo (0,02) demonstrou a menor variação na década, na amostra e entre os eficientes.

A Figura 45 apresenta os escores de eficiência dos 53 municípios cariocas estudados na década de 1990. As mesorregiões Noroeste e Sul Fluminense tiveram um município eficiente, em cada uma, sendo: Laje do Muriaé e Angra dos Reis, consecutivamente. Estes municípios estão cerceados por municípios com percentual de eficiência médio. Na mesorregião do Centro Fluminense localizam-se os municípios eficientes de Sumidouro, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, sendo os dois últimos vizinhos e ambos limítrofes a um município com percentual de eficiência alto, demonstrando uma possível dependência espacial. Entretanto, a mesorregião com mais municípios eficientes foi a Metropolitana do Rio de Janeiro, com quatro municípios: Nova Iguaçu, São João de Meriti, Itaboraí e São Gonçalo, tendo dois municípios eficientes limítrofes a capital estadual e dois municípios vizinhos. Isso pode indicar uma dependência espacial de eficiência.

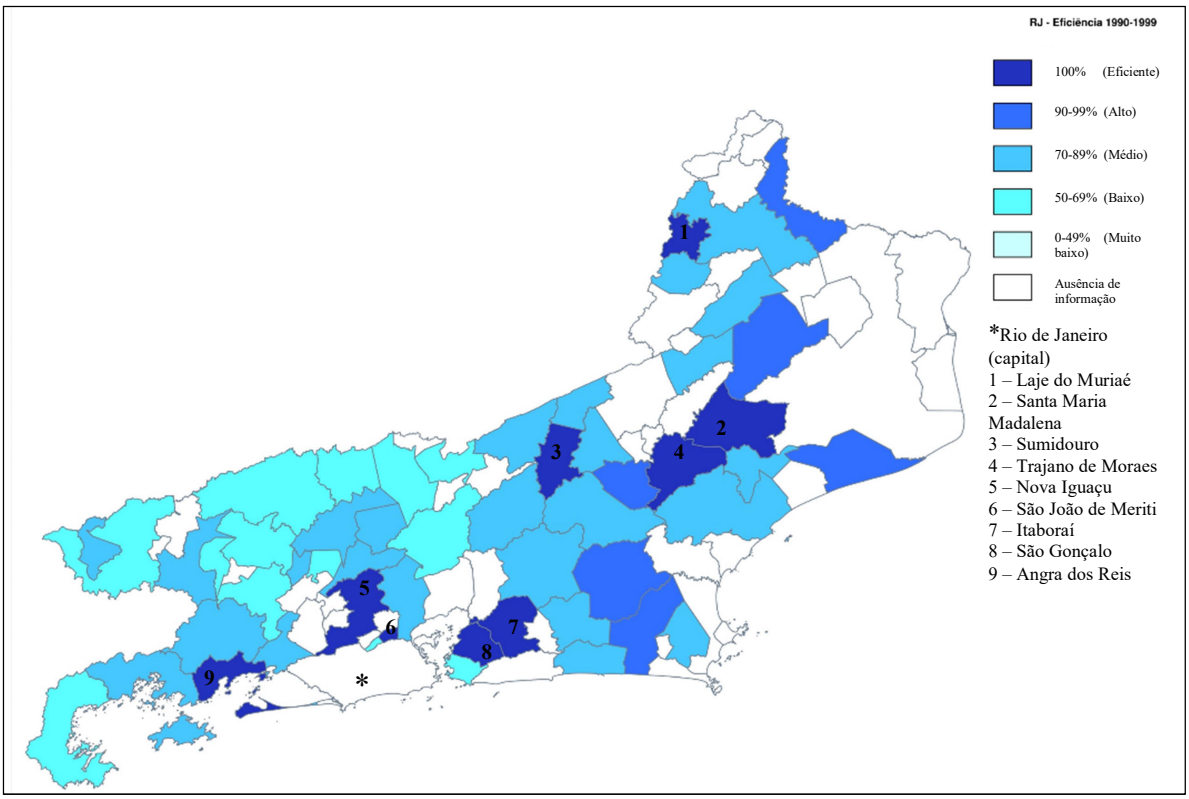


Figura 45 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 53 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Niterói (61%), Paraíba do Sul (60%), Parati (59%), Barra do Pirai (59%) e Pirai (59%), conforme disposto no Quadro 84.

Quadro 84 – Municípios menos eficientes do Rio de Janeiro: 1990-1999

Municípios Do Rio De Janeiro	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Niterói	R$ 104.477,84	0,09	23.296	0,69	61%
Paraíba do Sul	R$ 70.473,80	0,09	3.488	5,46	60%
Parati	R$ 106.795,99	0,09	5.616	7,24	59%
Barra do Pirai	R$ 70.034,04	0,09	9.304	1,48	59%
Pirai	R$ 231.315,74	0,10	3.299	1,86	59%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Rio de Janeiro possuía 91 municípios, porém, 20 (22%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 71 municípios analisados, seis foram eficientes: Armação De Búzios, Itaboraí, Queimados, Rio Das Ostras, Rio De Janeiro e São Gonçalo (Quadro 85). O percentual médio de eficiência para a amostra

foi de 77%, sendo 4% menor que na década de 1990. O município de São Gonçalo foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra e entre os eficientes: R$ 17.970,89; igualmente à década anterior. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Armação de Búzios (R$ 180.738,86), sendo que a média foi de R$ 77.109,88. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Quissamã: R$ 362.729,56 (ver Apêndice D), da mesma forma que na década anterior.

Quadro 85 – Dados e eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 2000-2009

Municípios do Rio de Janeiro	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Armação de Búzios	R$ 180.738,86	0,12	9.356	15,34	100%
Itaboraí	R$ 37.239,59	0,14	32.585	13,94	100%
Queimados	R$ 24.026,86	0,13	15.969	8,62	100%
Rio das Ostras	R$ 162.669,75	0,15	69.257	11,63	100%
Rio de Janeiro	R$ 71.583,31	0,08	462.542	0,80	100%
São Gonçalo	R$ 17.970,89	0,10	108.609	3,39	100%
Mínimo*	**R$ 17.970,89**	**0,07**	**0**	**0,43**	**47%**
Média*	**R$ 77.109,88**	**0,11**	**20.126**	**3,99**	**77%**
Desvio Padrão*	**R$ 49.678,51**	**0,02**	**57.613**	**3,38**	**14%**
Máximo*	**R$ 362.729,56**	**0,15**	**462.542**	**15,34**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,17 para 0,15) e menores valores (de 0,09 para 0,07). Areal e Niterói tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,07; ambos estão entre os 15 municípios com variação abaixo de 0,1 na década (ver Apêndice D). Rio de Janeiro teve uma das menores variações e Rio das Ostras teve a maior da década, ambos entre os municípios eficientes.

O município do Rio de Janeiro apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09: 462.542), estando entre os municípios eficientes e ocupando a 2ª posição no ranking nacional. Opostamente, os municípios que tiveram as menores variações populacionais da amostra foram: Duas Barras, Laje do Muriaé, Natividade, Cantagalo, Santa Maria Madalena, Mendes e Itaocara (ver Apêndice D), sendo igual a zero.

Areal foi o município que registrou menor variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09: 0,43), na amostra. O município de Armação de Búzios foi aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 15,34; tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Juntamente com mais quatro municípios, fazem parte dos únicos que

tiveram variação decenal acima de 10 na disposição de infraestrutura municipal (ver Apêndice D).

Os escores de eficiência para os 71 municípios do estado do Rio de Janeiro, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 46. Da mesma forma que na década anterior, as eficiências dos municípios cariocas se concentraram na mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo quatro municípios eficientes: Queimados, São Gonçalo, Itaboraí e a capital estadual. Nenhum destes municípios é limítrofe ao Rio de Janeiro, mas as vizinhanças eficientes se repetiram entre os mesmos municípios da década anterior (São Gonçalo e Itaboraí). Isso demonstra a uma boa gestão e a manutenção de ações públicas que permitiram a repetição da eficiência de ambos os períodos estudados. Esta região, também demonstra concentração espacial de eficiência e a vizinhança com alguns municípios que tiveram percentual de eficiência alto. Na mesorregião das Baixadas Litorâneas estão os municípios eficientes de: Rio das Ostras e Armação de Búzios, que não são vizinhos, mas tem divisas com municípios que resultaram em percentuais de eficiência baixo e alto, principalmente.

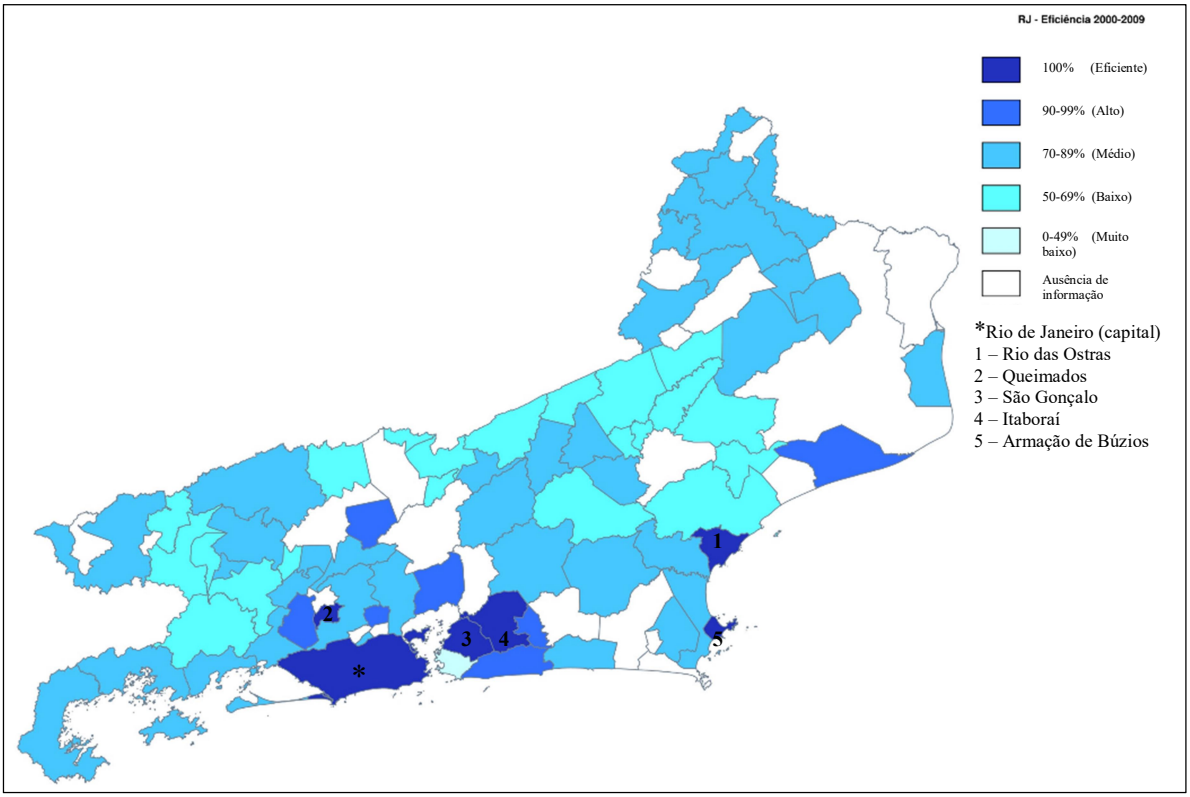


Figura 46 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio de Janeiro: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 71 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Carmo (52%), Rio Das Flores (52%), Macuco (52%), Areal (50%) e Niterói (47%), conforme disposto no Quadro 86.

Quadro 86 – Municípios menos eficientes do Rio de Janeiro: 2000-2009

Municípios do Rio de Janeiro	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Carmo	R$ 73.415,65	0,08	2.145	1,12	52%
Rio Das Flores	R$ 118.890,87	0,08	936	2,11	52%
Macuco	R$ 143.139,12	0,08	383	3,27	52%
Areal	R$ 81.707,58	0,07	1.524	0,43	50%
Niterói	R$ 70.946,97	0,07	28.111	4,27	47%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Os municípios com dados para os dois períodos estudados somam 43, representando 81% e 60% da amostra. Com isso, foi possível verificar: a ocorrência de eficiências vizinhas entre os municípios e próximas a capital estadual; que houve concentração de municípios eficientes na mesorregião Metropolitana de São Paulo, nas duas décadas; e que o número de municípios eficientes e o percentual de eficiência reduziram no segundo decênio.

Os municípios que foram eficientes nas duas décadas foram Itaboraí e São Gonçalo, somente. Dentre os municípios eficientes da primeira década, estão os municípios de: Santa Maria Madalena (64%), Laje Do Muriaé (72%), Mangaratiba (75%), Sumidouro (77%) e Nova Iguaçu (89%), que tiveram redução no percentual de suas eficiências. Indicando dificuldades em suas gestões dos recursos para manutenção do bem-estar dos munícipes. Ademais, a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Na estimação dos escores de eficiência dos municípios brasileiros em 2000, Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) identificaram três municípios cariocas como

eficientes: São Gonçalo, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Esses resultados corroboram com os achados na tese, principalmente em relação ao município de São Gonçalo que foi eficiente nos dois decênios estudados. Da mesma forma que no estudo de Jubran (2006) sobre a eficiência das capitais estaduais brasileiras, o município do Rio de Janeiro foi eficiente na tese.

5.3.4.4 São Paulo

São Paulo possui 645 municípios e uma área total de 248.219,627 km². É um dos estados da região Sudeste e faz limite com Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e o Oceano Atlântico. Martim Afonso de Souza fundou a Vila de São Vicente (hoje Baixada Santista) em 1532, dando início ao processo de colonização. Em 1554, um grupo de jesuítas fundou um colégio no Planalto de Piratininga e o local foi chamado de São Paulo de Piratininga. Foi na passagem para o século XIX que uma importante mudança econômica aconteceu e as plantações de café substituíram as de cana-de-açúcar, passando a ser a principal força da economia nacional. A cultura do café permitiu a expansão e a multiplicação das estradas de ferro. Também houve a chegada de imigrantes que, em massa, vinham substituir a mão de obra nas plantações de café, uma vez que houve a abolição da escravatura em 1888. A importância do café para o estado de São Paulo, assim como do gado em Minas Gerais, deu origem ao que foi chamado pelos historiadores de "política do café-com-leite", quando paulistas e mineiros se revezavam na Presidência da República (SÃO PAULO, 2017).

A economia paulista é diversificada e complexa. O estado é o grande fornecedor de bens de consumo, bens de capital, insumos e serviços para as demais regiões do Brasil e também para o exterior. Os setores que se destacam na economia de São Paulo são o de serviços, seguido da indústria e da agropecuária. Além disso, o estado concentra mais da metade da produção das instituições financeiras brasileiras e, portanto, também desponta nos serviços prestados às empresas, tais como serviços de informação, saúde e educação (SÃO PAULO, 2022).

O estado de São Paulo possuía 572 municípios até o início da década de 1990, mas havia 53 (9%) municípios com dados indisponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 519 municípios analisados na metodologia DEA, 11 resultaram em eficientes, conforme disposto no Quadro 87. O percentual médio de eficiência para a amostra

foi de 68%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Guarani D'Oeste (R$ 1.325.536,62), ocupando a 1ª posição no ranking nacional. Em contrapartida, Francisco Morato (R$ 25.477,70) realizou o menor gasto entre os municípios estudados, sendo que a média foi de R$ 153.377,67.

Quadro 87 – Dados e eficiências dos municípios de São Paulo: 1990-1999

Municípios De São Paulo	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Ferraz de Vasconcelos	R$ 44.644,75	0,16	46.211	0,33	100%
Francisco Morato	R$ 25.477,70	0,13	49.853	11,93	100%
Guapiara	R$ 73.488,02	0,17	1.445	24,80	100%
Guarulhos	R$ 174.413,29	0,13	285.977	1,44	100%
Iporanga	R$ 127.152,60	0,23	74	16,36	100%
Itapevi	R$ 49.559,79	0,16	56.662	6,78	100%
Itaquaquecetuba	R$ 58.386,67	0,15	107.985	4,48	100%
Pardinho	R$ 204.076,65	0,23	1.288	1,00	100%
Pirapora do Bom Jesus	R$ 145.926,77	0,20	4.439	31,00	100%
Ribeirão Branco	R$ 62.701,00	0,16	1.953	28,46	100%
Santa Lúcia	R$ 104.013,70	0,22	1.569	3,35	100%
Mínimo*	**R$ 25.477,70**	**0,07**	**0**	**0**	**33%**
Média*	**R$ 153.377,67**	**0,15**	**7.959**	**4,05**	**68%**
Desvio Padrão*	**R$ 95.540,93**	**0,02**	**20.603**	**5,02**	**12%**
Máximo*	**R$ 1.325.536,62**	**0,23**	**285.977**	**31,00**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelos municípios de Iporanga e Pardinho (0,23), na amostra e entre os eficientes, sendo que estão entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a 3ª posição. Anhumas foi o município da amostra que teve a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,07; que juntamente com outros oito municípios representam aqueles com valor abaixo de 0,1 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, o município de Francisco Morato e Guarulhos obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,13.

Os municípios que não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990 somam 66 (13%) municípios, representados pelo valor: zero. De outro lado, o município de Guarulhos foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 285.977 habitantes, seguido de: São Bernardo do Campo (136.183), Campinas (122.659), Sorocaba (114.462) e Itaquaquecetuba (107.985) (ver Apêndice D). Ambos fazem parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década, ocupando a

1ª, 3ª, 6ª, 7ª e 9ª posição no ranking nacional, sendo que Guarulhos e Itaquaquecetuba foram eficientes.

Pirapora do Bom Jesus foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 31), na amostra e entre os eficientes. Entretanto, 463 (89%) municípios tiveram variação abaixo de 10, sendo que dentre eles, 34 municípios representam a menor variação da década: zero. Entre os municípios eficientes, aquele que teve a menor variação populacional foi Ferraz de Vasconcelos.

A Figura 47 apresenta os escores de eficiência dos 519 municípios paulistas estudados na década de 1990. As eficiências estiveram concentradas nos municípios que compõem a mesorregião Metropolitana de São Paulo: Osasco, Francisco Morato, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos, sendo três deles limítrofes a capital estadual. O município de Itaquaquecetuba faz divisa com dois municípios eficientes e os três municípios são vizinhos de um município com percentual de eficiência médio, demonstrando a existência de concentração espacial de eficiência. Nas mesorregiões de Araraquara e Bauru estão os municípios eficientes de Santa Lúcia e Pardinho, consecutivamente. O primeiro município está cerceado de municípios com percentual de eficiência baixo e o segundo com percentual de eficiência médio, majoritariamente. Os municípios eficientes de Ribeirão Branco, Guapiara e Iporanga estão localizados na mesorregião de Itapetininga, demonstrando mais uma concentração de eficiência no estado de São Paulo, para esse decênio. Estes municípios estão cerceados por municípios com percentual de eficiência médio e alto.

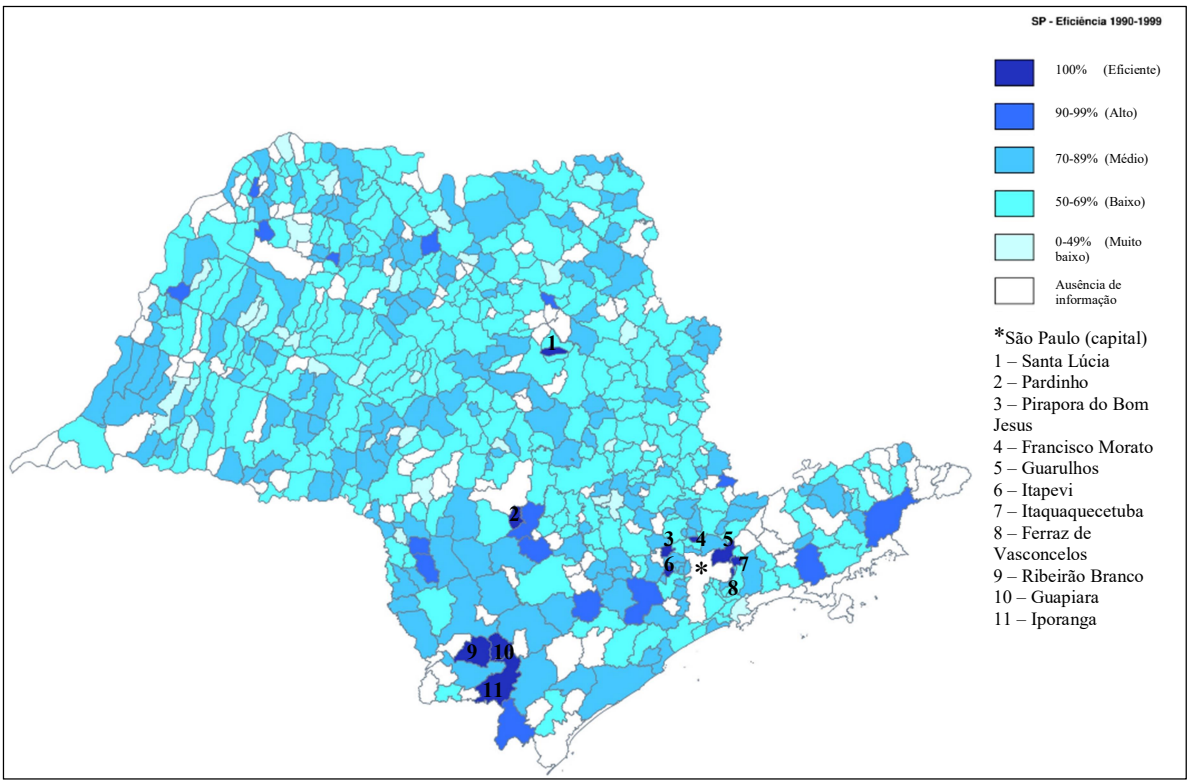


Figura 47 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de São Paulo: 1990-1999

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 519 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Alvinlândia (42%), Capivari (41%), Buritizal (38%), Pedranópolis (38%) e Anhumas (33%), conforme disposto no Quadro 88.

Quadro 88 – Municípios menos eficientes de São Paulo: 1990-1999

Municípios De São Paulo	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Alvinlândia	R$ 210.707,00	0,09	296	4,97	42%
Capivari	R$ 135.292,44	0,09	7.248	3,27	41%
Buritizal	R$ 195.236,87	0,09	0	0,31	38%
Pedranópolis	R$ 271.446,67	0,09	0	3,94	38%
Anhumas	R$ 183.739,95	0,07	169	6,69	33%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado de São Paulo possuía 645 municípios, porém, 57 (9%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 588 municípios analisados, nove foram eficientes: Barra Do Chapéu, Carapicuíba, Francisco Morato, Itaóca, Itaquaquecetuba, Ribeirão Branco, São Paulo, Taquarivaí e Rio Grande Da Serra (Quadro 89).

O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 54%, sendo 14% menor que na década de 1990. O município de Carapicuíba foi o que realizou o menor gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 21.556,75, entre os eficientes e na amostra. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Taquarivaí (R$ 77.552,49), sendo que a média foi de R$ 71.215,67. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Paulínia: R$ 322.527,86 (ver Apêndice D), ocupando a 5ª posição no ranking nacional dos municípios com maior gasto na década.

Quadro 89 – Dados e eficiências dos municípios do São Paulo: 2000-2009

Municípios De São Paulo	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Barra do Chapéu	R$ 66.003,72	0,17	398	18,87	100%
Carapicuíba	R$ 21.556,75	0,11	24.988	0,87	100%
Francisco Morato	R$ 30.886,66	0,13	20.734	6,58	100%
Itaóca	R$ 81.634,55	0,15	2	18,99	100%
Itaquaquecetuba	R$ 28.550,51	0,12	48.828	2,38	100%
Ribeirão Branco	R$ 47.355,63	0,18	1	13,36	100%
São Paulo	R$ 75.860,30	0,07	816.300	0,60	100%
Taquarivaí	R$ 77.552,49	0,18	678	10,92	100%
Rio Grande da Serra	R$ 28.162,09	0,12	6.883	2,73	100%
Mínimo*	**R$ 21.556,75**	**0,03**	**1**	**0,01**	**17%**
Média*	**R$ 71.215,67**	**0,09**	**6.917**	**1,28**	**54%**
Desvio Padrão*	**R$ 31.266,20**	**0,02**	**36.094**	**1,88**	**14%**
Máximo*	**R$ 322.527,86**	**0,18**	**816.300**	**18,99**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,23 para 0,18) e menores valores (de 0,07 para 0,03). Balbinos, Casa Branca e Ilha Comprida tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,03 (ver Apêndice D), fazendo parte dos 303 (51%) municípios com valores abaixo de 0,1. Ribeirão Branco e Taquarivaí tiveram as maiores variações e São Paulo teve a menor da década, ambos entre os municípios eficientes.

Os 83 (14%) municípios que apresentaram a menor variação no aumento da sua população (POP_09) foram representados pelo valor um, sendo que entre os eficientes está o município de Ribeirão Branco. São Paulo (816.300) teve a maior variação populacional da amostra e entre os municípios eficientes, sendo o município com maior aumento populacional na década quando comparado à amostra nacional, ocupando a 1ª posição. Os municípios de

Guarulhos (149.262) e Campinas (110.717) também estão na listagem nacional, ocupando a 9ª e 18ª posição (ver Apêndice D).

O município de Itaóca foi aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 18,99, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Na sequencia, os municípios de: Barra do Chapéu (18,87), Itapirapuã Paulista (14,3), Ribeirão Branco (13,36), Quadra (12,25) e Taquarivaí (10,92), foram os únicos que apresentaram valores acima de 10. Assim, o que mostrou a menor variação de infraestrutura no decênio foram 28 (5%) municípios com o valor de 0,01 (ver Apêndice D). A capital São Paulo apresentou o menor valor entre os eficientes: 0,60.

Os escores de eficiência para os 588 municípios do estado de São Paulo, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 48. Os municípios eficientes nesse decênio estão localizados somente em duas mesorregiões, indicando uma concentração de eficiência regional, mas não entre municípios vizinhos em todos os casos. Da mesma maneira que na década de 1990, a mesorregião Metropolitana de São Paulo concentrou a maior quantidade de municípios eficientes: São Paulo, Francisco Morato, Carapicuíba, Itaquaquecetuba e Rio Grande da Serra. A capital estadual foi eficiente nesta década, tendo um município limítrofe e os demais eficientes próximos a sua localização. Na mesorregião de Itapetininga estão os municípios eficientes de Taquarivaí, Ribeirão Branco, Barra do Chapéu e Itaóca, que estão próximos geograficamente, mas não são vizinhos. Estes municípios fazem divisa com outros municípios que resultaram em percentual de eficiência baixo e médio.

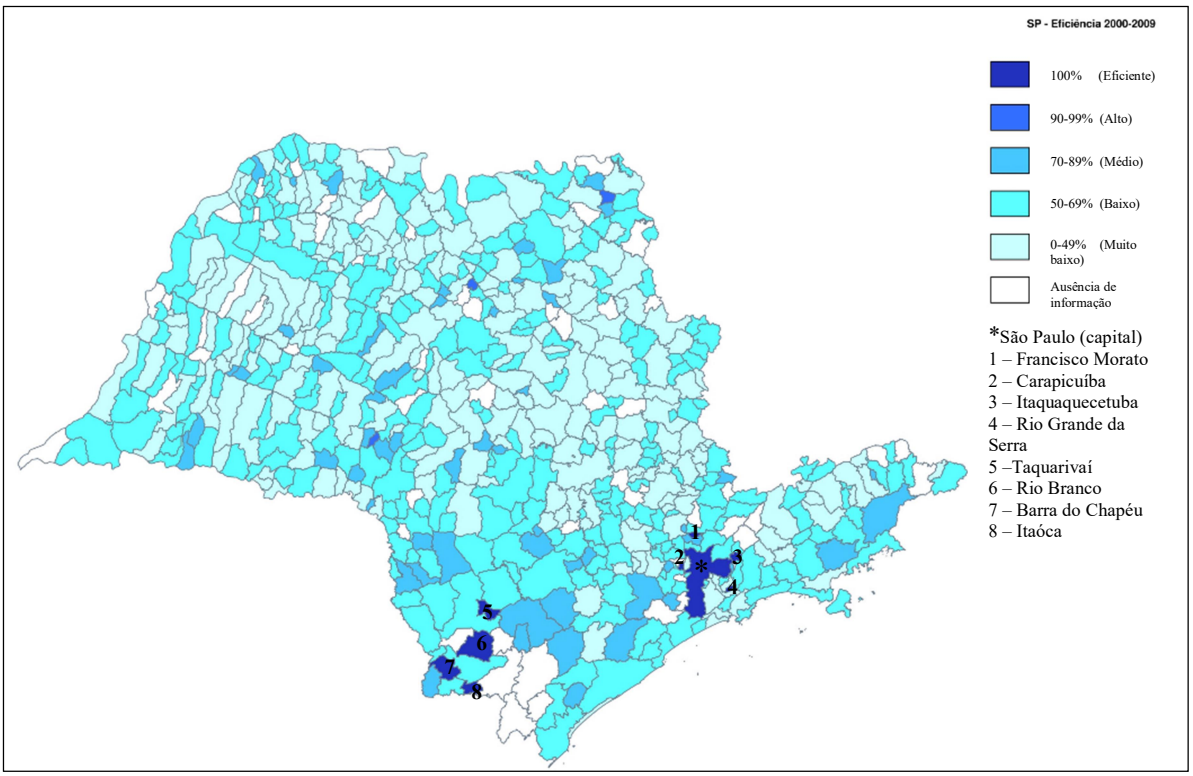


Figura 48 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de São Paulo: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 588 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: São Caetano Do Sul (24%), Saltinho (22%), Ilha Comprida (18%), Casa Branca (18%) e Balbinos (17%), conforme disposto no Quadro 90.

Quadro 90 – Municípios menos eficientes de São Paulo: 2000-2009

Municípios De São Paulo	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
São Caetano Do Sul	R$ 173.292,85	0,04	9.104	0,21	24%
Saltinho	R$ 67.290,70	0,04	1.260	0,65	22%
Ilha Comprida	R$ 173.204,75	0,03	2.321	3,29	18%
Casa Branca	R$ 54.879,70	0,03	1.507	0,50	18%
Balbinos	R$ 59.260,00	0,03	2.389	0,01	17%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Os municípios com dados para os dois períodos estudados somam 483, que representam 93% dos municípios da amostra

da década de 1990 e 82% dos municípios da amostra da década de 2000. Entretanto, foi verificado que:

- os municípios de Guarulhos e São Paulo ocuparam a liderança no ranking nacional, quando comparados pela maior variação populacional, no primeiro e segundo decênio, sucessivamente;
- a maior quantidade de municípios eficientes esteve na mesorregião Metropolitana de São Paulo, nas duas décadas estudadas, indicando a concentração espacial de eficiência;
- municípios vizinhos foram identificados nos dois períodos, indicando a dependência espacial;
- nos dois períodos a capital estadual teve municípios limítrofes eficientes, indicando a dependência espacial, sendo esta eficiente no segundo decênio;
- os únicos municípios eficientes nos dois períodos foram: Francisco Morato, Itaquaquecetuba e Ribeirão Branco;
- os municípios eficientes no primeiro decênio, que tiveram seus percentuais de eficiência reduzidos no segundo período foram: Santa Lucia (38%), Pardinho (55%), Guarulhos (59%), Pirapora do Bom Jesus (59%), Itapevi (85%) e Ferraz de Vasconcelos (85%), demonstrando a complexidade da gestão, e;
- os municípios que não foram eficientes na primeira década, mas conseguiram lidar com suas complexidades e se tornaram eficientes na segunda década foram: Rio Grande da Serra e Carapicuíba.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios paulistas ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Gasparini e Ramos (2004) analisaram a eficiência dos municípios do estado de São Paulo para o ano de 1996, para propor uma nova forma de repassar os valores do Fundo de Participação dos Municípios (FMP). Os resultados deste estudo e da tese estão de acordo quanto às eficiências dos municípios de: Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Guarulhos, Itapevi e Itaquaquecetuba, na década de 1990, e Carapicuíba, na década de 2000. Mas, os resultados destoam quanto à variação dos percentuais de eficiência (47% a 100%), valor mínimo (47%) e média (80%), sendo maiores no estudo de Gasparini e Ramos (2004).

Ademais, a mesorregião Metropolitana de São Paulo concentrou municípios eficientes no estudo de Gasparini e Ramos (2004), pois 44 municípios desta região obtiveram eficiência média de 97%. Esse resultado é similar ao encontrado na tese, uma vez que nos dois decênios estudados foram identificadas concentrações espaciais de eficiência na mesorregião Metropolitana de São Paulo.

Nesse sentido, igualmente à tese, resultaram os estudos de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005), Jubran (2006) e Kuwahara et al. (2010), ambos analisando dados para o ano 2000. Sendo que o primeiro resultou em eficiência para o município de Francisco Morato; o segundo, em eficiência para a capital estadual, São Paulo; e o último, em eficiência para o município de Carapicuíba.

Ao analisar a eficiência na geração do bem-estar em 39 municípios paulistas, que compõem a mesorregião Metropolitana de São Paulo, no período de 2000, o estudo de Silva, Kuwahara e Maciel (2012) identificou diversos municípios eficientes em dois modelos aplicados. Sendo que, os municípios de Rio Grande da Serra e Pirapora do Bom Jesus, que resultaram em eficiência no estudo de Silva, Kuwahara e Maciel (2012), também foram eficientes nesta tese.

Cribari-Neto e Pereira (2013) avaliaram a eficiência administrativa dos municípios do estado de São Paulo, considerando o ano de 2000, para 427 municípios. Como resultado, obtiveram uma eficiência média de 66%, sendo 26% maior que a média nacional, e 7,5% (32) dos municípios paulistas são eficientes. Esses resultados destoam daqueles resultados na tese, uma vez que as eficiências médias foram 68% na década de 1990 e 54% na década de 2000, e o número de municípios eficientes foi de 11 e 8, em cada decênio.

5.3.5 Região Sul

5.3.5.1 Paraná

O estado do Paraná tem uma área de 199.307,939 km² e possui 399 municípios. Seus limite são os estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina, os países da Argentina e Paraguai, e o Oceano Atlântico. Em 1660, foi criada a Capitania de Paranaguá, que existiu até 1710. Em 1812, a comarca de Paranaguá foi transferida para Curitiba, passando a se chamar Comarca de Curitiba e Paranaguá. A Lei nº 704, sancionada pelo

imperador D. Pedro II, permitiu a criação da Província do Paraná, em 29 de agosto de 1853 (PARANÁ, 2017).

A economia do Paraná destaca-se na agroindústria, principalmente a produção de grãos como soja, milho e trigo e etapas posteriores de agregação de valor nas áreas de óleos vegetais, laticínios e de proteína animal, com destaque para a produção de carne de aves. Também possui uma importante atividade industrial, que abrange desde a produção de bens de consumo não duráveis, de insumos (tais como madeira, papel e celulose e petroquímicos), bens duráveis como automóveis, até bens de capital como tratores, caminhões e máquinas e equipamentos. Parte da produção estadual, além de atender aos mercados regional e nacional, é destinada ao mercado internacional, principalmente produtos como soja, carnes e automóveis, entre outros (PARANÁ, 2022).

O estado do Paraná possuía 323 municípios até o início da década de 1990, mas havia 299 municípios (93%) com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período, sendo o estado com maior percentual de dados disponíveis na década, quando comparado aos demais estados brasileiros. Dentre os 299 municípios analisados na metodologia DEA, seis resultaram em eficientes: Colombo, Guaraqueçaba, Nova Tebas, Quitandinha, Reserva e São José Dos Pinhais (Quadro 91). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 66%. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi São Jorge do Ivaí (R$ 315.495,10), não eficiente, em contrapartida, Colombo realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 37.122,46), e foi eficiente, sendo que a média foi de R$ 122.223,92.

Quadro 91 – Dados e eficiências dos municípios do Paraná: 1990-1999

Municípios Do Paraná	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Colombo	R$ 37.122,46	0,16	65.562	11,22	100%
Guaraqueçaba	R$ 158.044,55	0,11	526	40,00	100%
Nova Tebas	R$ 118.805,15	0,26	0	35,69	100%
Quitandinha	R$ 64.528,87	0,23	854	26,28	100%
Reserva	R$ 45.443,59	0,16	77	35,24	100%
São José Dos Pinhais	R$ 71.215,93	0,13	76.861	4,46	100%
Mínimo*	**R$ 37.122,46**	**0,10**	**0**	**0,04**	**38%**
Média*	**R$ 122.223,92**	**0,16**	**3.243**	**12,86**	**66%**
Desvio Padrão*	**R$ 45.551,27**	**0,03**	**10.296**	**8,73**	**13%**
Máximo*	**R$ 315.495,10**	**0,26**	**76.861**	**40,00**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) no estado do Paraná foi alcançada pelo município de Novas Tebas (0,26), que foi eficiente e está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando a primeira posição, juntamente com Santa Fé de Minas e Japaraíba, ambas localizadas no estado de Minas Gerais. Os municípios de Cambará, Assaí, Santa Amélia, Piraquara e Terra Rica foram aqueles que tiveram a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,1 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, os municípios de Guaraqueçaba e São José dos Pinhais obtiveram as menores variações do IDH-Global nesse período: 0,11 e 0,13.

Dos municípios paranaenses estudados, 48% deles não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, inclusive o município de Nova Tebas, que foi eficiente (ver Apêndice D). De outro lado, o município de São José dos Pinhais foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 76.861 habitantes, que juntamente com Foz do Iguaçu, Londrina e Colombo representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década (entre os 30 primeiros colocados). Guaraqueçaba (eficiente) foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 40,0), e o município de Cafeara demonstrou a menor variação (0,04) na década.

A Figura 49 apresenta os escores de eficiência dos 299 municípios paranaenses estudados na década de 1990. Considerando a amostra, 293 municípios não resultaram em eficientes. Os municípios eficientes de Nova Tebas e Reserva estão localizados na região central do estado, tendo em suas proximidades diversos municípios quase eficientes (percentuais entre 90-99%). Colombo, Quitandinha e São José dos Pinhais fazem parte da região metropolitana de Curitiba (capital estadual), sendo municípios próximos, mas não vizinhos, podem ter influência da capital em suas eficiências. Guaraqueçaba fica ao leste do estado, fazendo parte da região litorânea, vizinha à cidade do Porto de Paranaguá, local economicamente ativo no estado.

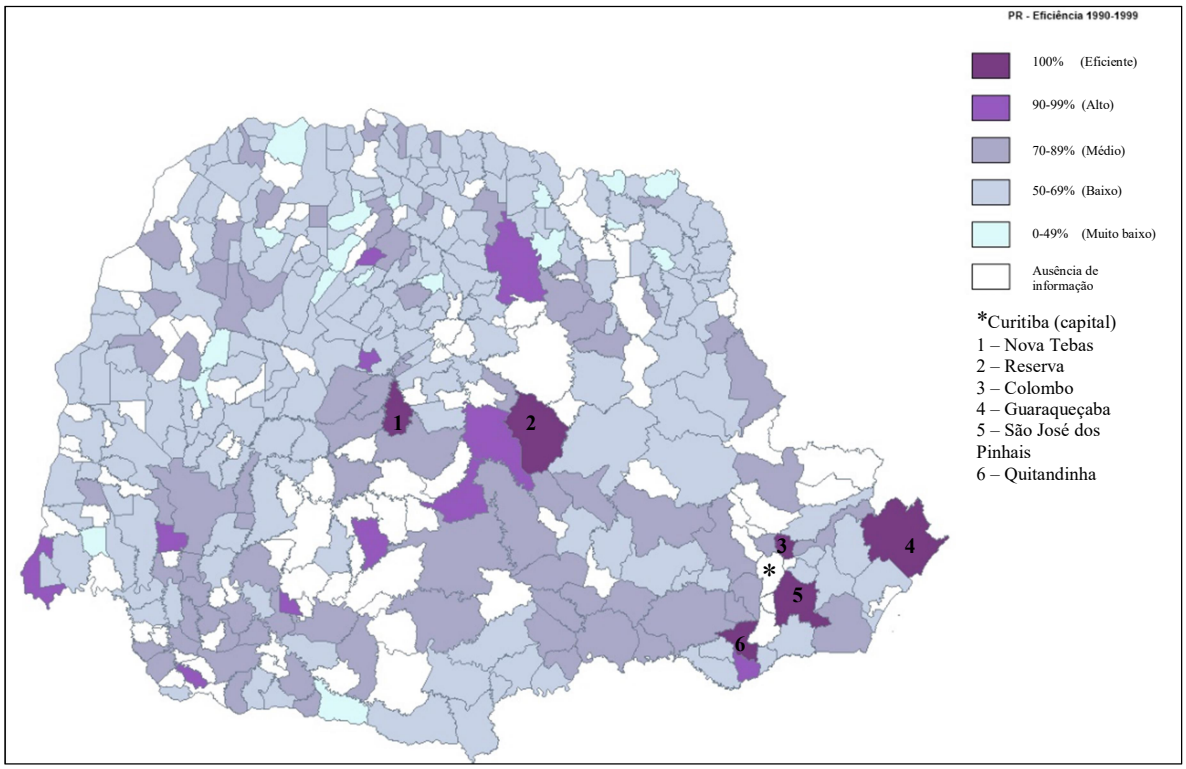


Figura 49 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Paraná: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 299 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Flórida (41%), Terra Rica (41%), Santa Amélia (40%), Cambará (40%) e Assaí (38%), conforme disposto no Quadro 92.

Quadro 92 – Municípios menos eficientes do Paraná: 1990-1999

Municípios Do Paraná	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Flórida	R$ 231.282,19	0,11	338	1,97	41%
Terra Rica	R$ 121.999,07	0,10	0	6,14	41%
Santa Amélia	R$ 120.330,01	0,10	0	6,72	40%
Cambará	R$ 93.627,13	0,10	1.397	3,10	40%
Assaí	R$ 129.757,66	0,10	0	13,02	38%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Paraná possuía 399 municípios, porém, 26 (7%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 373 municípios analisados, seis foram eficientes: Almirante Tamandaré, Colombo, Curitiba, Goioxim, Ibaiti e Itaperuçu (Quadro 93). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 59%, sendo 7%

menor que na década de 1990, e o valor mínimo foi de 24%, sendo 14% menor que na década anterior. Destaca-se na amostra, o município de Colombo, que foi o único eficiente na análise da década anterior e, mais uma vez, resultou eficiente, é o município que realizou o terceiro menor gasto da amostra: R$ 26.754,26. O menor gasto da amostra foi realizado pelo município de Almirante Tamandaré: R$ 21.562,06. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto per capita (GPT_09) foi Curitiba (R$ 81.902,62), sendo que a média foi de R$ 58.686,28. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de município de Itaipulândia: R$ 247.319,41 (ver Apêndice D).

Quadro 93 – Dados e eficiências dos municípios do Paraná: 2000-2009

Municípios do Paraná	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Almirante Tamandaré	R$ 21.562,06	0,12	14.927	1,68	100%
Colombo	R$ 26.754,26	0,10	29.638	1,55	100%
Curitiba	R$ 81.902,62	0,07	164.592	0,49	100%
Goioxim	R$ 51.052,62	0,20	0	40,39	100%
Ibaiti	R$ 29.893,48	0,16	2.303	5,78	100%
Itaperuçu	R$ 28.896,04	0,16	4.543	1,83	100%
Mínimo*	**R$ 21.562,06**	**0,05**	**0**	**0**	**24%**
Média*	**R$ 58.686,28**	**0,11**	**2.613**	**4,34**	**59%**
Desvio Padrão*	**R$ 24.284,30**	**0,03**	**11.035**	**5,21**	**15%**
Máximo*	**R$ 247.319,41**	**0,20**	**164.592**	**40,39**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,26 para 0,20) e valores médios (de 0,16 para 0,11). Os municípios de Entre Rios do Oeste, Sertanópolis, Assis Chateaubriand, Mariópolis, Missal, Lobato e Maripá tiveram as menores variações do IDG-Global na amostra desse período: 0,05 (ver Apêndice D). Colombo teve a menor variação e Goioxim teve a maior da década, ambos entre os municípios eficientes.

O município de Curitiba, capital estadual, foi o que apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09) na amostra, e ocupa a sétima posição entre as 30 cidades com maior aumento populacional da década no país, sendo eficiente. Goioxim foi o município eficiente com menor variação da população, fazendo parte dos 43% de municípios que não tiveram aumento populacional na década. Sobre a disposição de infraestrutura (INFRA_09), os municípios de Santa Fé, Mercedes, Marumbi, Epserança Nova e Leópolis, foram os municípios que não registraram variação na amostra. O município de Goioxim foi

aquele que apresentou a maior variação em infraestrutura municipal: 40,39, tanto na amostra, quanto na lista dos eficientes. Isso se deve ao fato de que o município não tinha sido instituído na década anterior (somente em 1995), registrando, assim, um alto valor de variação de infraestrutura disposta a sua população.

Os escores de eficiência para os 373 municípios do estado do Paraná, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 50. Ibaiti está localizado na região Norte Pioneiro do estado do Paraná, município vizinho a Curiúva (95%). Na região central do estado, foi eficiente o município de Goioxim, havendo nas proximidades municípios com percentuais próximos a eficiência: Turvo (95%), Prudentópolis (93%), Cândido de Abreu (90%) e Marquinho (93%). É perceptível a continuidade de concentração espacial de municípios eficientes na região metropolitana à capital estadual, quando comparado à década anterior, pelas eficiências dos municípios de: Almirante Tamandaré, Colombo, Curitiba e Itaperuçu.

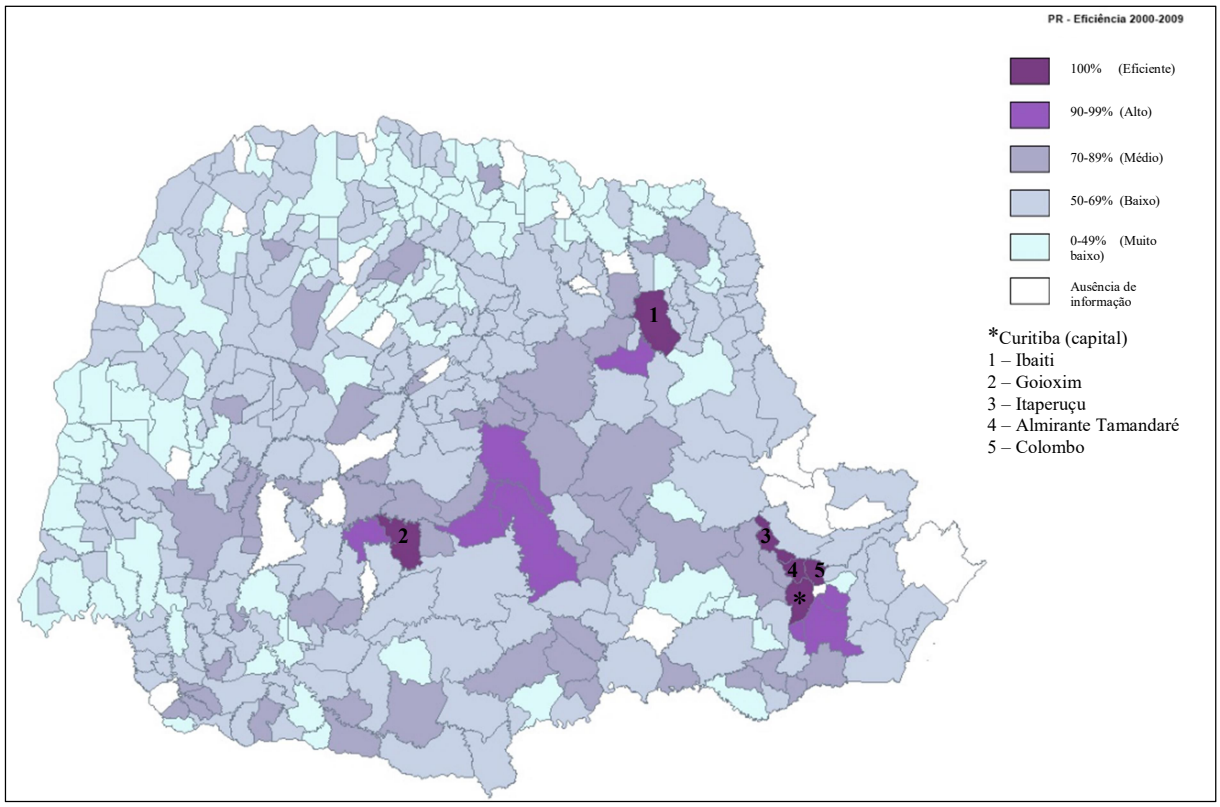


Figura 50 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Paraná: 2000-2009

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 299 municípios analisados na década de 1990, 282 deles foram analisados na amostra da década de 2000, sendo que todos os eficientes na década anterior resultaram em menor percentual nesta década, com exceção de Colombo, que foi eficiente nos dois períodos: São José dos Pinhais de 100% para 95%, Reserva de 100% para 85%, Quitandinha de 100% para 85%, Nova Tebas de 100% para 76% e Guaraqueçaba de 100% para 59%. Mas, ao comparar os percentuais de eficiência percebe-se que 84 municípios tiveram aumento da primeira para a segunda década. Inclusive, o município de Almirante Tamandaré que tinha 80% e foi para 100%.

Dentre os 373 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Assis Chateaubriand (27%), Missal (27%), Mariópolis (27%), Sertanópolis (26%) e Entre Rios do Oeste (24%), conforme disposto no Quadro 94.

Quadro 94 – Municípios menos eficientes do Paraná: 2000-2009

Municípios do Paraná	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Assis Chateaubriand	R$ 45.536,70	0,05	0	3,56	27%
Missal	R$ 91.667,45	0,05	41	0,71	27%
Mariópolis	R$ 61.632,64	0,05	251	3,74	27%
Sertanópolis	R$ 54.584,36	0,05	491	0,66	26%
Entre Rios do Oeste	R$ 166.752,47	0,05	598	2,29	24%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Os percentuais de eficiência média e mínimo dos municípios paranaenses foram menores no segundo decênio, sendo -7% e -14%, consecutivamente. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada e municípios vizinhos foram eficientes. Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-GLOBAL, da população e da infraestrutura, na maioria dos municípios estudados. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

A capital estadual, Curitiba, foi eficiente nos resultados da tese para a década de 2000. Esse resultado converge com aquele obtido no estudo de Jubran (2006), ao analisar a

eficiência das capitais estaduais brasileiras no ano de 2000. Silva, Poker e Silva (2022) analisaram a eficiência dos gastos públicos em saúde nos municípios paranaenses para a década de 2000, tendo como resultado os municípios de: Ibaiti, Iretama, Jundiaí do Sul, Laranjeiras do Sul e Telêmaco Borba. Os resultados da tese estão de acordo com o estudo de Silva, Poker e Silva (2022), quanto à eficiência do município de Ibaiti na década de 2000.

5.3.5.2 Rio Grande do Sul

O estado do Rio Grande do Sul tem uma área total de 281.737,888 km², composto por 497 municípios, e faz divisa com o estado de Santa Catarina, e os países da Argentina e Uruguai, além do Oceano Atlântico. A fronteira brasileira ficou em guerra por muito tempo e a região ficou envolvida nas disputas militares entre Portugal e Espanha pela posse da Colônia de Sacramento no século XVII. Durante os conflitos, o Rio Grande do Sul foi o grande fornecedor dos importantes contingentes humanos para a luta. Além disso, a região era passagem obrigatória para que as tropas brasileiras atingissem os países do Prata. A formação social e territorial do Rio Grande do Sul se deu no século XIX, pois os imigrantes europeus sufocaram o setor escravista com falta de mão de obra, uma vez que esses imigrantes deveriam ter outro lugar na sociedade que não fosse ao lado dos escravos. Assim, iniciou-se a formação de uma classe média rural proprietária e não escravista que se contrapôs ao poder dos latifundiários e escravistas (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A economia gaúcha caracteriza-se por uma grande diferença entre a parte norte e a parte sul do estado. Na parte sul predomina a pecuária e a lavoura de arroz, sendo uma área predominantemente agrária. Já a parte norte caracteriza-se por pequenas e médias propriedades que foram a base para a presença de indústrias e, consequentemente, das grandes concentrações urbanas (MENEZES; FEIJÓ, 2008).

O estado do Rio Grande do Sul possuía 333 municípios até o início da década de 1990, mas havia 281 municípios (84%) com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 281 municípios analisados na metodologia DEA, 13 resultaram em eficientes: Amaral Ferrador, Caxias Do Sul, Dom Feliciano, Erval Grande, Gravataí, Lagoão, Pinhal, São José Do Herval, Seberi, Três Palmeiras, Tupandi, Viamão e Vista Alegre Do Prata (Quadro 95). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 70% e o mínimo foi de 23%, representando o menor valor nacional para a década, pelo município de Vila

Flores. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi André da Rocha (R$ 610.238,12), sendo o quarto município que mais gastou no país nesta década. Em contrapartida, Viamão realizou o menor gasto entre os municípios estudados (R$ 30.103,00), sendo que a média foi de R$ 139.929,53.

Quadro 95 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 1990-1999

Municípios Do Rio Grande Do Sul	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Amaral Ferrador	R$ 110.116,49	0,15	0	40,21	100%
Caxias Do Sul	R$ 133.667,19	0,11	69.262	2,54	100%
Dom Feliciano	R$ 66.564,57	0,15	0	25,65	100%
Erval Grande	R$ 150.702,53	0,22	0	20,60	100%
Gravataí	R$ 60.991,55	0,12	51.594	1,33	100%
Lagoão	R$ 111.680,62	0,18	61	40,73	100%
Pinhal	R$ 237.668,58	0,23	0	22,69	100%
São José Do Herval	R$ 203.513,73	0,15	74	50,17	100%
Seberi	R$ 103.721,30	0,19	0	8,38	100%
Três Palmeiras	R$ 143.327,29	0,21	0	28,83	100%
Tupandi	R$ 174.992,85	0,25	633	3,32	100%
Viamão	R$ 30.103,00	0,11	46.748	4,55	100%
Vista Alegre Do Prata	R$ 279.150,41	0,25	0	9,96	100%
Mínimo*	**R$ 30.103,00**	**0,06**	**0**	**0,00**	**23%**
Média*	**R$ 139.929,53**	**0,14**	**3.256**	**10,90**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$ 61.233,94**	**0,03**	**8.254**	**9,01**	**14%**
Máximo*	**R$ 610.238,12**	**0,25**	**69.262**	**50,17**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDH-Global (IDHG_99) foi alcançada pelos municípios de Tupandi e Vista Alegre do Prata (0,25), que está entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional, ocupando o segundo lugar. Esmeralda e Vila Flores foram os municípios da amostra que tiveram a menor variação de IDH-Global nesta década: 0,06 (ver Apêndice D). Quanto aos eficientes, o município que obteve a menor variação do IDH-Global nesse período foi Caxias do Sul (0,11).

Os municípios eficientes de Amaral Ferrado, Dom Feliciano, Erval Grande, Pinhal, Seberi, Três Palmeiras e Vista Alegre do Prata não tiveram aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, representando 38% dos municípios com menor valor na amostra nesse período. De outro lado, os municípios de Caxias do Sul, Gravataí e Viamão foram os que mais tiveram aumento populacional na amostra (Quadro 95), sendo que o

primeiro faz parte dos 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década. Os municípios de Arroio do Meio, Flores da Cunha, Nova Araçá e Victor Graeff foram os municípios que registraram a menor variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 0), e o município de São José do Herval demonstrou a maior variação (50,17) na década, mesmo sendo um município instituído na década de 1980.

A Figura 51 apresenta os escores de eficiência dos 281 municípios sul-rio-grandenses estudados na década de 1990. Considerando a amostra, 13 municípios resultaram em eficientes, demonstrando uma concentração espacial de eficiência na região norte e centro-leste do estado. A dependência espacial de eficiência fica visível entre os vizinhos: Seberi e Pinhal (norte), Gravataí e Viamão (centro) e Amaral Ferrador e Dom Feliciano (leste).

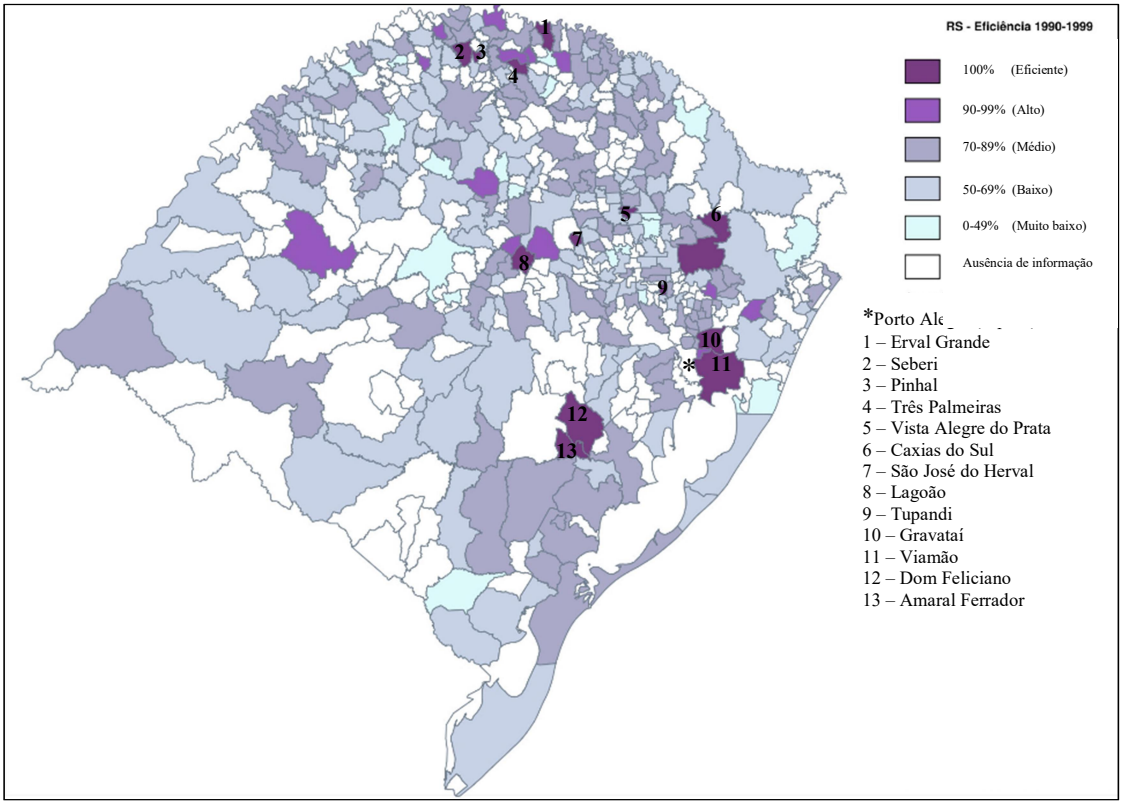


Figura 51 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 281 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: São Valentim (40%), Cambará Do Sul (38%), Muçum (37%), Esmeralda (37%) e Vila Flores (23%), conforme disposto no Quadro 96.

Quadro 96 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Sul: 1990-1999

Municípios Do Rio Grande Do Sul	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
São Valentim	R$ 161.230,21	0,09	0	10,10	40%
Cambará Do Sul	R$ 152.692,91	0,09	0	2,77	38%
Muçum	R$ 222.716,35	0,09	308	0,43	37%
Esmeralda	R$ 252.519,72	0,06	202	16,68	37%
Vila Flores	R$ 212.276,76	0,06	436	0,51	23%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado do Rio Grande do Sul possuía 467 municípios, porém, 24 não dispunham de dados (5%) para a análise de eficiência nesse período. Dos 443 municípios analisados, oito foram eficientes: Alvorada, Caxias Do Sul, Chuvisca, Monte Alegre Dos Campos, Mormaço, Ponte Preta, Redentora e São José Do Norte (Quadro 97). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 62%, sendo 7% menor e 4% maior em relação ao mínimo, quando comparados à década anterior. Destaca-se na amostra, o município de Caxias do Sul, que já havia sido eficiente na análise da década anterior e, mais uma vez, foi eficiente. O município de Alvorada foi aquele teve o menor valor de gasto per capita (GPT_09): R$ 23.737,09, dentre os municípios eficientes e na amostra. O município que apresentou o maior gasto na amostra foi o mesmo da década anterior: André da Rocha (R$ 177.285,15), sendo que, mais uma vez, está entre os trinta municípios que mais gastaram na década, quando comparados aos dados nacionais. A média do GPT_09 foi de R$ 70.292,47 para este decênio (ver Apêndice D).

Quadro 97 – Dados e eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 2000-2009

Municípios Do Rio Grande Do Sul	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Alvorada	R$ 23.737,09	0,12	11.705	1,42	100%
Caxias Do Sul	R$ 66.188,79	0,08	76.202	0,29	100%
Chuvisca	R$ 57.599,07	0,14	187	34,82	100%
Monte Alegre Dos Campos	R$ 82.785,69	0,19	62	37,57	100%
Mormaço	R$ 89.385,65	0,13	314	48,61	100%
Ponte Preta	R$ 121.101,70	0,17	0	43,72	100%
Redentora	R$ 38.945,26	0,17	1.376	20,47	100%
São José Do Norte	R$ 34.725,67	0,14	1.707	16,49	100%
Mínimo*	**R$ 23.737,09**	**0,04**	**0**	**0,00**	**27%**
Média*	**R$ 70.292,47**	**0,11**	**1.430**	**7,56**	**62%**
Desvio Padrão*	**R$ 28.604,48**	**0,03**	**5.139**	**8,56**	**15%**
Máximo*	**R$ 177.285,15**	**0,19**	**76.202**	**48,61**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação abaixo da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,25 para 0,19) e menores valores (de 0,06 para 0,04). Selbach teve a menor variação do IDG-Global na amostra desse período: 0,04 e Monte Alegre dos Campos teve a maior variação da década (0,19), entre os municípios eficientes e na amostra. Caixas do Sul, igualmente a década anterior, teve a menor variação do IDH-Global entre os municípios eficientes (0,08).

O município de Caxias do Sul, mais uma vez, apresentou a maior variação no aumento da sua população (POP_09), ocupando a 38º posição no ranking nacional (estando entre os 5% que mais aumentaram a população no decênio), sendo eficiente. Os municípios que não apresentaram aumento em suas populações representam 52% dos municípios sul-rio-grandenses nesta década, dentre eles está o município eficiente de Ponte Preta. Entretanto, esse município teve a segunda maior variação na disposição de infraestrutura (INFRA_09): 43,72, sendo ultrapassado pelo município de Mormaço (48,61), na amostra e entre os municípios eficientes. Os município de Nova Pádua, São Jorge e Vista Alegre do Prata foram aqueles que não apresentaram variações em infraestrutura municipal.

Os escores de eficiência para os municípios do estado Rio Grande do Sul, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 52. Os municípios eficientes na década anterior tiveram reduções nos percentuais de eficiência para a década de 2000, com exceção de Caxias do Sul que foi eficiente nos dois decênios. Dentre eles, o município de Lagoão teve uma redução de apenas 4%, já Vista Alegre do Prata teve uma redução significativa: de 52%. Neste decênio, as eficiências estão mais dispartas no mapa do estado, mas ainda é perceptível a existência municípios vizinhos eficientes: Caxias do Sul e Monte Alegre dos Campos (acima da capital estadual). Há uma possível dependência espacial, devido ao município de Alvorada, localizado na região metropolitana da capital, ser vizinho do município de Porto Alegre.

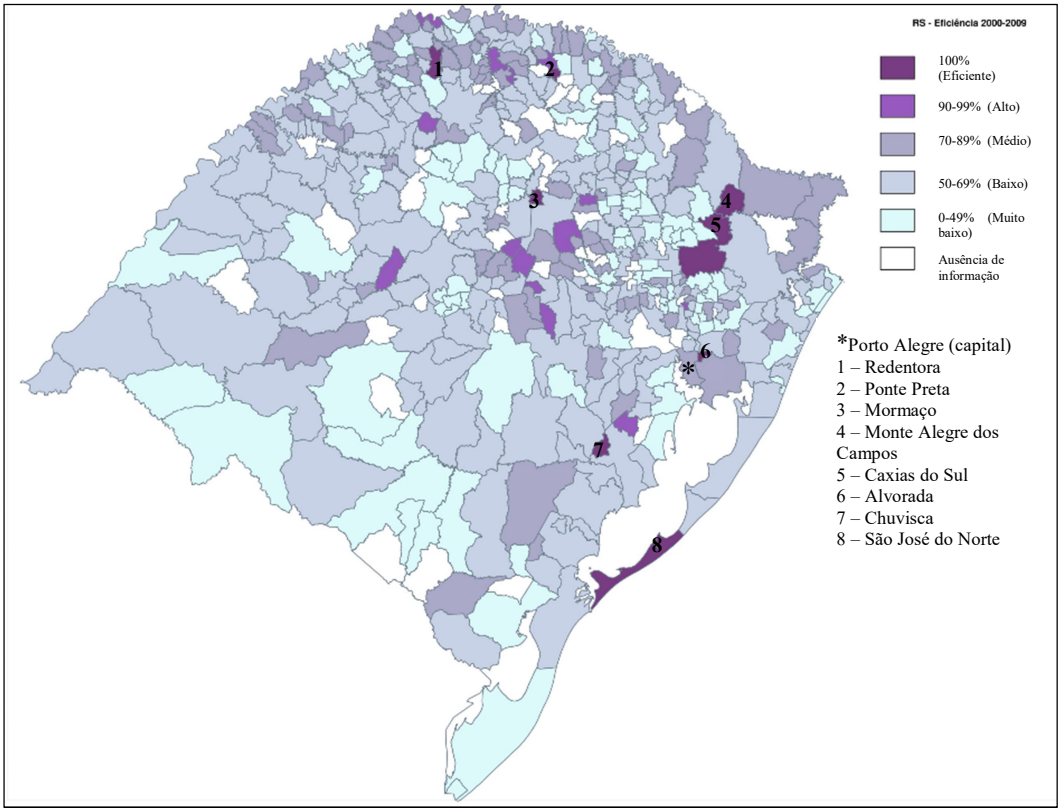


Figura 52 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios do Rio Grande do Sul: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 443 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Doutor Mauricio Cardoso (31%), Barra Do Ribeiro (30%), Chuí (30%), Nova Araçá (29%) e Selbach (27%), conforme disposto no Quadro 98.

Quadro 98 – Municípios menos eficientes do Rio Grande Do Sul: 2000-2009

Municípios Do Rio Grande Do Sul	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Doutor Mauricio Cardoso	R$ 72.814,84	0,06	0	8,63	31%
Barra Do Ribeiro	R$ 45.138,53	0,05	727	0,74	30%
Chuí	R$ 53.165,89	0,05	750	1,28	30%
Nova Araçá	R$ 79.107,89	0,05	765	0,33	29%
Selbach	R$ 69.959,12	0,04	68	10,77	27%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. O percentual de eficiência média dos municípios sul-rio-grandenses foi menor no segundo decênio (70% para 62%), mas

o percentual do valor mínimo foi maior, sendo 23% para a década de 1990 e 27% para a década de 2000. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Destaca-se que a capital estadual não foi eficiente em nenhuma década estudada, mas municípios vizinhos a ela foram eficientes: Viamão e Alvorada, indicando uma possível dependência espacial. Houve concentração espacial de eficiência nas duas décadas, sendo sem vizinhança na primeira e com vizinhança na segunda década. Foi possível comparar os percentuais de eficiência nos dois decênios para os municípios que foram eficientes em 1990, sendo que Caxias do Sul foi eficiente nos dois períodos, mas os demais tiveram reduções entre 4% e 52%.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios acreanos ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura, na maioria dos municípios estudados. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) ao estimar os percentuais de eficiência, com dados do ano de 2000, para 4796 municípios do Brasil, analisados em suas regiões, tiveram como resultado o município sul rio-grandense eficiente: Alvorada. Na tese, esse município obteve o escore de 97% para a década de 1990 e de 100% para a década de 2000, sendo, assim, similar ao resultado no estudo de Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005). Em consonância com o resultado da tese, quanto à eficiência da capital gaúcha na década de 2000, está o estudo de Jubran (2006), que analisou a eficiência da gestão pública das capitais estaduais brasileiras para o ano de 2000.

5.3.5.3 Santa Catarina

Com 295 municípios e área total de 95.737,954 km², Santa Catarina é um estado da região Sul do Brasil que faz divisa com o Paraná, o Rio Grande do Sul, o Oceano Atlântico e com a província argentina de Missiones. Santa Catarina foi visitada por um navegador português pela primeira vez em 1515, mas só foi povoada anos depois, com a chegada dos bandeirantes, em 1637. Eles ocuparam a região de Florianópolis, antes chamada de Nossa Senhora do Desterro. Ao considerarem o estado o mais avançado posto de ocupação portuguesa, despertou-se a cobiça dos espanhóis que invadiram a ilha em 1777. Ainda nesse

mesmo ano, após o Tratado de Santo Ildefonso, a ilha foi devolvida para Portugal. Em 1829, chegaram os primeiros imigrantes, principalmente alemães e italianos, que instalaram várias colônias na região (SANTA CATARINA, 2017).

Organizada em diversos polos distribuídos por diferentes regiões do estado, a economia de Santa Catarina apresenta bastante diversificação. Nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil destaca-se a Grande Florianópolis. O Norte apresenta-se como um polo tecnológico, moveleiro e metal mecânico. Já o Oeste concentra atividades de produção alimentar e de móveis. A indústria de papel, celulose e da madeira destaca-se no Planalto Serrano. Os segmentos de vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico despontam ao Sul. A indústria têxtil e do vestuário, naval e de tecnologia predominam no Vale do Itajaí. O turismo também recebe destaque na economia catarinense (SANTA CATARINA, 2022).

O estado de Santa Catarina possuía 217 municípios até o início da década de 1990, mas havia 148 municípios (68%) com dados disponíveis para a análise de eficiência nesse período. Dentre os 148 municípios analisados na metodologia DEA, sete resultaram em eficientes: Anita Garibaldi, Camboriú, Dona Emma, Itapema, Joinville, Palhoça e Timbó Grande (Quadro 99). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 70% e o mínimo foi de 35%, sendo o percentual atingido pelo município de São Bonifácio. O município que apresentou o maior valor de gasto per capita (GPT_99) na amostra foi Presidente Castelo Branco (R$ 332.835,73), sendo uns dos 30 primeiros colocados em maiores gastos na amostra nacional. Em contrapartida, Palhoça (eficiente) realizou o menor gasto entre os municípios estudados no estado de Santa Catarina: R$ 29.551,37, sendo que a média foi de R$ 111.669,92.

Quadro 99 – Dados e eficiências dos municípios de Santa Catarina: 1990-1999

Municípios De Santa Catarina	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Anita Garibaldi	R$ 77.187,53	0,15	0	35,08	100%
Camboriú	R$ 31.489,65	0,13	17.789	0,89	100%
Dona Emma	R$ 176.978,74	0,23	0	12,87	100%
Itapema	R$ 50.194,90	0,20	13.693	0,96	100%
Joinville	R$ 93.664,59	0,13	84.375	0,85	100%
Palhoça	R$ 29.551,37	0,12	34.178	1,14	100%
Timbó Grande	R$ 109.825,91	0,07	1.229	35,56	100%
Mínimo*	**R$ 29.551,37**	**0,07**	**0**	**0**	**35%**
Média*	**R$ 111.669,92**	**0,14**	**4.376**	**6,32**	**70%**

Desvio Padrão*	**R$ 45.590,79**	**0,03**	**10.449**	**6,59**	**14%**
Máximo*	**R$ 332.835,73**	**0,23**	**84.375**	**35,56**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora. *Valores referentes à amostra estadual.

A maior variação do IDHG (IDHG_99), na amostra, foi alcançada pelo município de Dona Emma (0,23), que ocupa a décima posição entre os 5% dos municípios que apresentaram maior variação nacional. Timbó Grande foi o município da amostra e entre os eficientes que teve a menor variação de IDHG nesta década: 0,07. Os municípios eficientes Anita Garibaldi, Dona Emma e Witmarsum não tiveram variação no aumento da sua população (POP_99) na década de 1990, fazendo parte dos 30% dos municípios da amostra sem aumento populacional. De outro lado, o município de Joinville (eficiente) foi o que mais teve aumento populacional na amostra: 84.375 habitantes, ocupando a décima quinta posição entre os 5% que representam os municípios com maior variação no Brasil nessa década.

Timbó Grande foi o município que registrou a maior variação em infraestrutura municipal (INFRA_99: 35,56), e os municípios de Blumenau, Brusque, Santo Amaro da Imperatriz, Morro da Fumaça, Governador Celso Ramos, Presidente Castelo Branco, Armazém, Aurora, Treze de Maio e Agronômica não registraram variação na década. Dentre os eficientes, aqueles que apresentaram os menores valores em infraestrutura municipal foram: Joinville (0,85), Camburiu (0,89) e Itapema (0,96).

A Figura 53 apresenta os escores de eficiência dos municípios catarinenses estudados na década de 1990, com destaque para os sete eficientes. Considerando a amostra, verifica-se que as eficiências estão espalhadas em quase todo o estado de Santa Catarina. Na região central, estão os municípios eficientes: Timbó Grande, Anita Garibaldi e Dona Emma. Ao nordeste está o município de Joinville, circundado de variações de percentuais, sem vizinhos próximos de serem eficientes. Na região leste, há vizinhança de eficiência entre os município de Camboriú e Itapema, também sem vizinhos próximos de serem eficientes. O município de Joinville, vizinho à Florianópolis (Ausência de informação para este período), está próximo a três municípios quase eficientes, ambos situados na região metropolitana da capital estadual.

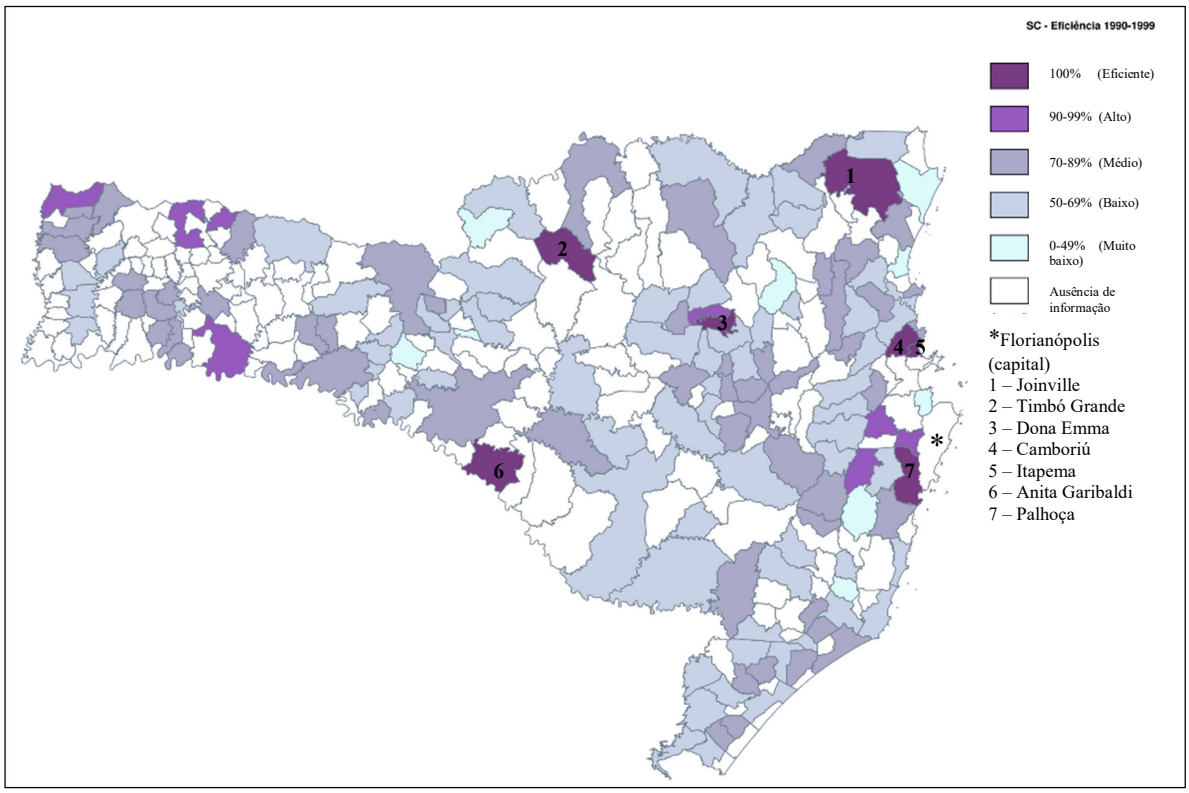


Figura 53 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Santa Catarina: 1990-1999
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 148 municípios da amostra de 1990-1999, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Joaçaba (48%), São Francisco Do Sul (42%), Gravatal (38%), Matos Costa (37%) e São Bonifácio (35%), conforme disposto no Quadro 100.

Quadro 100 – Municípios menos eficientes de Santa Catarina: 1990-1999

Municípios De Santa Catarina	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Joaçaba	R$ 147.261,91	0,11	1.891	2,29	48%
São Francisco Do Sul	R$ 100.867,95	0,08	9.024	0,37	42%
Gravatal	R$ 76.696,38	0,08	4.249	0,60	38%
Matos Costa	R$ 208.016,57	0,08	1.060	6,29	37%
São Bonifácio	R$ 166.393,21	0,08	0	1,13	35%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na década de 2000, o estado de Santa Catarina possuía 293 municípios, porém, 15 (5%) não dispunham de dados para a análise de eficiência nesse período. Dos 278 municípios analisados, 10 foram eficientes: Camboriú, Chapadão Do Lageado, Florianópolis (capital estadual), Joinville, Palhoça, Santa Cecília, Santa Terezinha Do Progresso, Tigrinhos, Timbó

Grande e Entre Rios (Quadro 101). O percentual médio de eficiência para a amostra foi de 62%, sendo 8% menor que na década de 1990, e o valor mínimo foi de 22%, alcançado pelo município de Vargeão, que corresponde ao quarto menor percentual na amostra nacional. Destacam-se na amostra, os municípios de Camboriú, Joinville, Palhoça, e Timbó Grande, que já haviam sido eficientes na análise da década anterior. Mais uma vez, Palhoça foi o que realizou o menor valor de gasto per capita (GPT_09) da amostra: R$ 26.694,27. Dentre os municípios eficientes, aquele que teve o maior valor de gasto foi Tigrinhos (R$ 122.836,37), sendo que a média foi de R$ 66.895,83. Neste período, o maior gasto per capita foi realizado pelo município de Mirim Doce (R$ 350.479,00), que está entre os cinco municípios com maior gasto per capita do decênio nacionalmente comparado (ver Apêndice D).

Quadro 101 – Dados e eficiências dos municípios de Santa Catarina: 2000-2009

Municípios de Santa Catarina	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Camboriú	R$ 28.513,79	0,13	20.916	3,03	100%
Chapadão Do Lageado	R$ 102.546,53	0,21	201	13,54	100%
Florianópolis	R$ 61.427,20	0,08	78.545	0,35	100%
Joinville	R$ 57.899,35	0,10	76.068	0,41	100%
Palhoça	R$ 26.694,27	0,10	34.592	1,48	100%
Santa Cecília	R$ 27.931,02	0,15	955	9,88	100%
Santa Terezinha Do Progresso	R$ 91.980,05	0,13	0	43,09	100%
Tigrinhos	R$ 122.836,37	0,18	0	39,18	100%
Timbó Grande	R$ 50.674,47	0,21	666	18,44	100%
Entre Rios	R$ 83.790,47	0,17	161	32,89	100%
Mínimo*	**R$ 26.694,27**	**0,05**	**0**	**0**	**22%**
Média*	**R$ 66.895,83**	**0,12**	**2.969**	**4,54**	**62%**
Desvio Padrão*	**R$ 32.436,24**	**0,03**	**8.873**	**6,35**	**15%**
Máximo*	**R$ 350.479,00**	**0,21**	**78.545**	**43,09**	**100%**

Fonte: Elaborado pela autora.

O IDH-Global (IDHG_09) apresentou variação menor que o valor da década anterior, quando considerado os maiores valores (de 0,23 para 0,21) e menores valores (de 0,07 para 0,05). Os municípios eficientes de Chapadão do Lageado e Timbó Grande tiveram os maiores valores de variação do IDH-Global na amostra e estão entre os 5% da amostra nacional com maiores variações nesta década. Florianópolis (capital estadual) teve a das menor variações entre os municípios eficientes. O município de Vargeão apresentou a menor variação do IDG-Global na amostra desse período (ver Apêndice D), fazendo com que resultasse no município com menor percentual de eficiência da amostra.

A capital Florianópolis registrou o maior aumento populacional (POP_09) no decênio: 78.545, seguido de Joinville (76.068), Blumenau (50.507) e Chapecó (36.563), estando todos entre os municípios com aumento populacional significativo no ranqueamento nacional, listados entre os 100 primeiros, mas nesta década não ficou entre os municípios eficientes. Os municípios vizinhos e eficientes de Santa Terezinha do Progresso e Tigrinhos fazem parte dos 35% dos municípios com menor variação da população na década de 2000. Entretanto, estes dois municípios, juntamente com Entre Rios, foram os que registraram as maiores variações na disposição de infraestrutura (INFRA_09), na amostra e entre os municípios eficientes. Os municípios de São Bonifácio, Imbuia, Botuvera e São Ludgero foram aqueles que não apresentaram variação em infraestrutura municipal. Dentre os eficientes, os valores mínimos estão representados pela capital estadual e Joinville.

Os escores de eficiência para os 278 municípios do estado de Santa Catarina, resultados da análise da década de 2000, estão disposto na Figura 54. Os municípios de Timbó Grande, Joinville, Camboriú e Palhoça foram eficientes nos dois decênios estudados. Nessa amostra, 268 (96%) municípios não foram eficientes. É perceptível a continuidade de concentrações espacial dos municípios eficientes, entre Santa Terezinha do Progresso e Tigrinhos (noroeste), Timbó Grande e Santa Cecília (central) e Florianópolis e Palhoça. Os demais municípios eficientes estão dispersos pelo estado.

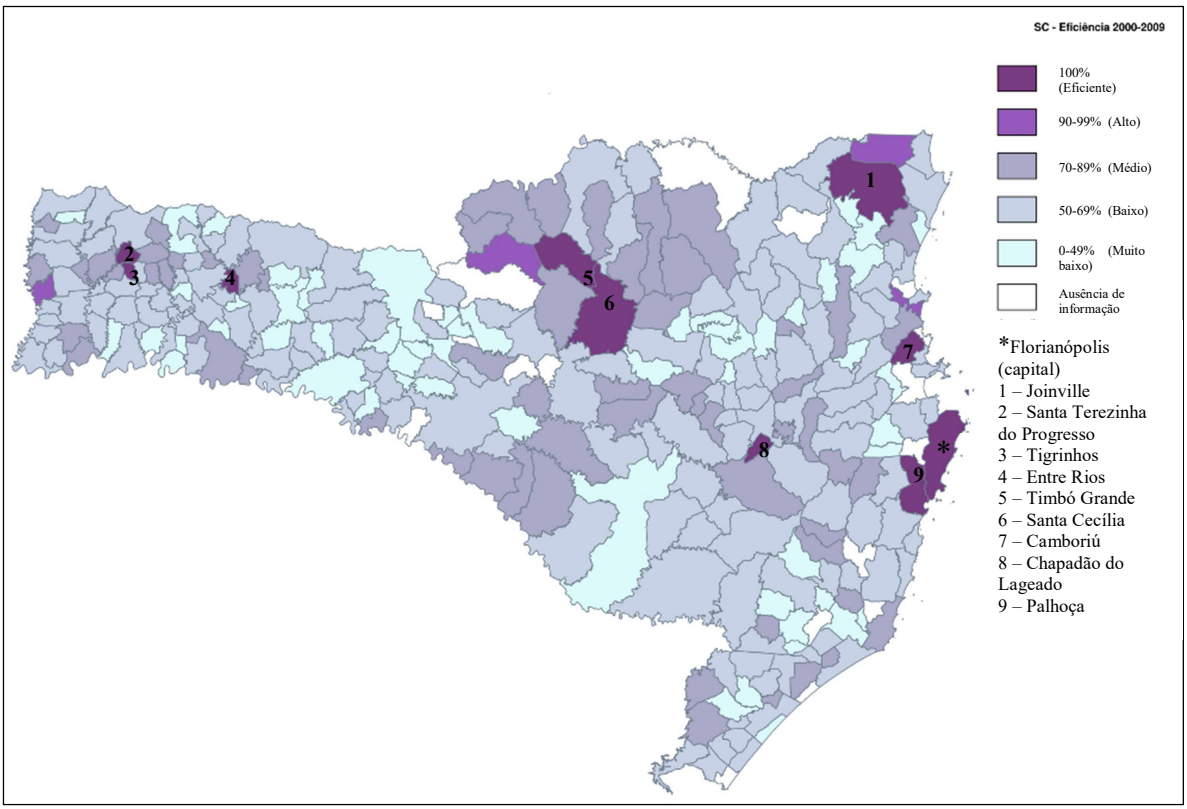


Figura 54 – Georreferenciamento das eficiências dos municípios de Santa Catarina: 2000-2009
Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os 278 municípios da amostra de 2000-2009, os cinco que apresentaram as menores eficiências no período foram: Urussanga (36%), Caxambu Do Sul (35%), Água Doce (34%), Ouro Verde (29%) e Vargeão (22%), conforme disposto no Quadro 102.

Quadro 102 – Municípios menos eficientes de Santa Catarina: 2000-2009

Municípios de Santa Catarina	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Urussanga	R$ 52.618,68	0,07	1.100	0,80	36%
Caxambu Do Sul	R$ 75.685,40	0,07	0	8,95	35%
Água Doce	R$ 62.462,87	0,07	118	2,54	34%
Ouro Verde	R$ 129.157,24	0,06	0	5,36	29%
Vargeão	R$ 81.891,12	0,05	6	2,15	22%

Fonte: Elaborado pela autora.

A ausência de dados para todos os municípios nas duas décadas prejudica a comparação das eficiências, devido às amostras serem diferentes. Entretanto, dos 148 municípios analisados na década de 1990, apenas oito municípios não possuíam dados para a década de 2000, sendo registado 120 municípios a mais na análise do segundo decênio. A

composição de uma amostra mais homogênea contribui para a comparação entre os resultados da década, mesmo que isso não tenha ocorrido com os dados do estado de Santa Catarina, quatro municípios conseguiram resultar em eficiência nos dois períodos. Os outros três municípios eficientes na primeira década tiveram redução de percentual na segunda década: Anita Garibaldi (100% para 70%), Itapema (100% para 58%) e Dona Emma (100% para 49%). Destaca-se que a capital estadual foi eficiente na segunda década estudada. Entretanto, os dados, amostra e a gestão pública podem ter impactado no resultado.

Em geral, é perceptível a melhora das condições dos municípios catarinenses ao longo dos 20 anos, principalmente pelo aumento da variação do IDH-Global, da população e da infraestrutura. Isso demonstra que houve melhorias nas condições estruturais do município e na promoção do bem-estar social.

A eficiência resultada pelos municípios de Palhoça e Florianópolis na tese, está em consonância com a resultada em dois estudos pesquisados anteriormente. Palhoça foi eficiente entre os municípios brasileiros estudados em 2000, por Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005). Florianópolis resultou em capital eficiente no estudo de Jubran (2006), quando analisou as capitais brasileiras no cumprimento das metas sociais para o ano de 2000.

5.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS EFICIÊNCIAS

A discussão sobre os resultados das eficiências municipais nos estados brasileiros será pautada, principalmente, nos aspectos mais abordados na literatura, como: porte do município, eficiências vizinhas, eficiências das capitais estaduais e caraterísticas das variáveis (montante gasto, maiores e menores variações de IDHG, população e infraestrutura).

A década de 1990 teve 184 (3,3%) municípios eficientes em todos os estados brasileiros e a década de 2000 foi representada por 204 (3,7%) municípios eficientes no país, conforme mostra a Tabela 8. Esse resultado demonstra uma representatividade maior de municípios eficientes na segunda década estudada, mas cabe lembrar que na primeira década foram analisados somente 21 estados, contra 26 estados na década seguinte. Ao analisar o resultado das eficiências municipais é possível afirmar que a maioria dos municípios eficientes é de pequeno porte (93 e 97 municípios), e que a minoria dos municípios eficientes são metrópoles estaduais (2 e 13 municípios), ambos para as duas décadas. No entanto, ao analisar o resultado das eficiências proporcionalmente pelo porte do municípios esse resultado

muda, sendo os municípios de grande porte (14,3%) a maior proporção dos eficientes na década de 1990 e os municípios metrópoles (81,3%) a maior proporção dos eficientes na década de 2000.

Tabela 8 – Análise das eficiências por porte do município nas décadas de 1990 e 2000

PORTE	Quantidade de Municípios	Eficientes 1990	Proporção por porte 1990 (%)	Eficientes 2000	Proporção por porte 2000 (%)
PEQI	3915	93	2,4%	97	2,5%
PEQII	1043	39	3,7%	35	3,4%
MED	325	12	3,7%	15	4,6%
GRA	266	38	14,3%	44	16,5%
MET	16	2	12,5%	13	81,3%
TOTAL	**5565**	**184**	**3,3%**	**204**	**3,7%**

Fonte: Elaborado pela autora com base na classificação do IBGE de 2010 (IBGE, 2010).
Notas: PEQI: Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes. PEQII: Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes. MED: Municípios de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes. GRA: Municípios de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes. MET: Metrópole: 900.001 habitantes ou mais.

Dentre os 16 municípios classificados como metrópole[53], apenas três não são capitais: São Gonçalo (RJ), Guarulhos e Campinas (SP), e os dois primeiros foram os únicos eficientes na década de 1990, representando 12,5% da amostra de municípios metrópoles. Na década de 2000, entre as metrópoles, 13 (81,3%) foram eficientes, exceto Porto Alegre (RS), Guarulhos e Campinas (SP). Daqueles 266 municípios classificados como de grande porte 13 são capitais estaduais[54], sendo que estas resultaram em eficiência na década de 2000, com exceção de Vitória (ES), que alcançou um percentual de 65%. Nenhuma capital estadual foi eficiente na década de 1990, devido à indisponibilidade de dados, e na década de 2000 somente Vitória (ES) e Natal (RN) não resultaram em eficiência.

Estas comparações de porte do município demonstram que o tamanho não impede grandes munícipios ou metrópoles de serem eficientes, haja visto a complexidade de gestão frente a numerosa população e às assistências prestadas a municípios vizinhos e menores (devido a concentração das especialidades, especialmente em serviços de saúde), e ao alto valor de gastos públicos alocados, principalmente quando são capitais estaduais. Da mesma forma, municípios de pequeno porte resultaram em eficiência frente aos municípios maiores, expressando, também, sua capacidade de gestão dos gastos públicos perante a pequena

[53] Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo.
[54] Rio Branco, Macapá, Campo Grande, Cuiabá, João Pessoa, Teresina, Natal, Porto Velho, Boa Vista, Florianópolis, Aracaju e Palmas.

arrecadação municipal e a implementação de políticas públicas que atendam as necessidades de bem-estar dos munícipes. Entretanto, os municípios maiores podem sofrer os efeitos do *free-rider* e *spillovers*, geralmente causado pelos municípios menores ou vizinhos, impactando um no outro em seu percentual de eficiência, positiva ou negativamente. Pois mesmo que haja um comprometimento da gestão pública, não há possibilidade de limitação ou utilização dos serviços pelos indivíduos de outros municípios (DANIEL, 2011; GASPARINI; MIRANDA, 2011).

Nesse sentido, as eficiências resultadas salientam esses efeitos quando há municípios eficientes e vizinhos em determinadas regiões ou à capital estadual. Neste estudo, os únicos estados que não simbolizaram vizinhanças no georreferenciamento na década de 1990 foram: Bahia, Maranhão, Goiás e Paraná, sendo que os demais estados (17) apresentaram pelo menos um conjunto de municípios eficientes e vizinhos. Na década de 2000, essa fenômeno não foi simbolizado no georreferenciamento somente no estado do Mato Grosso, visto que os demais estados (25) apresentaram pelo menos um conjunto de municípios eficientes e vizinhos. As vizinhanças de municípios eficientes à capital estadual ocorreram mais, proporcionalmente, na década de 1990, sendo que não foi visualizadas somente nos estados do Pará, Bahia, Maranhão, Paraíba e Mato Grosso do Sul, e numericamente foram iguais nos dois períodos: 16 estados com vizinhanças eficientes à capital.

Estes resultados são corroborados pelos estudos de Di Nizo Neto, Kuwahara e Pinto (2015), Gasparini e Ramos (2003), Gasparini e Ramos (2004), Guerreiro (2019) e Sodré (2019), que ao observarem a localização dos municípios próximos às regiões metropolitanas dos estados identificaram que estes resultaram em eficiência frente aos demais que estão distantes geograficamente. Da mesma forma, ao mensurar o efeito vizinhança pela distância à capital estadual, Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) e Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) tiveram como resultado significância estatística positiva quando municípios estão mais próximos à capital estadual. Um vez que, altos percentuais de eficiência propagam-se, mesmo que parcialmente, entre as vizinhanças (SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005). Com a aplicação de outros métodos, Cribari-Neto e Pereira (2013) concluíram que municípios eficientes vizinhos influenciam de forma positiva os que estão próximos, e Afonso e Venâncio (2013, 2016) tiveram como resultado que municípios próximos às capitais são mais eficientes.

Ao analisar o montante gasto pela gestão pública nos municípios estudados foi identificado que aqueles que realizaram os maiores gastos públicos não resultaram em eficiência, com exceção dos municípios de: Assis Brasil (AC), Brejo do Araguaia (PA) e Pontes e Lacerda (MT), na década de 1990, e Bannach (PA), na década de 2000. De outro modo, a maioria dos municípios que realizaram o menor gasto foram eficientes, exceto os municípios de: Santa Cruz (RN) e Luciara (MT), na década de 1990, e Gurupi (TO), Guanambi (BA), Itaporanga (PB), Santo Antônio (RN) e Cáceres (MT), na década de 2000. Isso indica que não é o maior ou menor gasto que determinará a eficiência de todos os municípios, quando um modelo DEA for aplicado com maximização da saída, como é o caso desse estudo. Para isso ocorrer, o modelo DEA deve ser orientado à entrada, maximizando-a quando visar o maior gasto, e minimizando-a, quando visar o menor gasto. Assim sendo, não foi confirmado que o maior ou menor gasto torna um município eficiente nesse estudo, devido aos métodos aplicados e objetivos definidos.

Portanto, o desempenho da gestão pública pode melhorar sem que haja aumento dos gastos públicos (AFONSO; FERNANDES, 2006, 2008; AFONSO, SCHUKNECHT; TANZI, 2003, 2010; BACIU; BOTEZAT, 2014; DINCA; DINCA; ANDRONIC, 2016; GASPARINI; RAMOS, 2003; KYRIACOU et al., 2018; MACHADO JR.; IRFFI; BENEGAS, 2011; MONKAM, 2014; SEIFERT; NIESWAND, 2014; YADAVA; NEOG, 2019), tendo em vista, a cautela necessária para compreensão dos resultados, devido à mensuração relativa dos métodos aplicados (ADAM; DELIS; KAMMAS, 2011; AFONSO; FERNANDES, 2006; AFONSO; ROMERO-BARRUTIETA; MONSALVE, 2013; GEYS; MOESEN, 2009). Ademais, ao tornar-se um município eficiente, a gestão pública deste não está livre de promover melhorias contínuas (AFONSO; ROMERO-BARRUTIETA; MONSALVE, 2013).

Gasparini e Miranda (2011) reforçam que poucos municípios precisam aumentar o valor do gasto público para dispor de serviços públicos adequados, pois há desperdícios causados pela alocação inadequada dos recursos na maioria dos municípios brasileiros. Por fim, Rezende, Slomski e Corrar (2005) identificaram que os melhores índices de IDH não estão nos clusters daqueles municípios que realizaram os maiores gastos públicos, correspondendo a ausência de relação linear entre os maiores gastos e maiores índices de desenvolvimento.

Quanto ao município ser eficiente pelo alto valor de suas variáveis de *output* (variação de IDHG, população e infraestrutura) foi identificado que há diversidade nos resultados. Sobre o IDHG, é possível afirmar que apenas um município com o maior valor não foi eficiente na década de 1990: Japaraíba (MG), e dois não foram eficientes na década seguinte: Senador de Sá (CE) e Santa Luzia do Itanhy (SE). Em contrapartida, os municípios de Vila Velha e Jaguaré (ES) (década de 1990) e Macapá (AP), Boa Vista (RR), Salvador (BA), Fortaleza (CE), São Luiz e Paço do Lumiar (MA), João Pessoa (PB) e Aracaju (SE), na década de 2000, foram eficientes, mesmo tendo apresentado os menores valores de IDHG na amostra de seus estados.

Nos dois decênios estudados, todos os municípios que tinham a maior variação da população no seu estado foram eficientes. Mas, municípios com a menor variação da população também resultaram em eficiência nos dois decênios, sendo 28 municípios[55] na década de 1990, e 27 municípios[56] na década de 2000.

Sobre a variável de infraestrutura, foi identificado que todos os municípios com o maior valor estadual de variação de infraestrutura foram eficientes, nas duas décadas. Entretanto, dentre os municípios que tinham o menor valor para variação de infraestrutura foram eficientes: Sena Madureira (AC), Castanhal (PA) Madureira (AC), Castanhal (PA), Wenceslau Guimarães (BA), Jaboatão dos Guararapes (PE), Santa Rosa de Lima (SE) e Sinop (MT), na década de 1990, e Rio Branco (AC), Macapá (AP), Manaus (AM), Belém (PA), Boa Vista (RO), Palmas (TO), Maceió (AL), Toritama (PE), Natal (RN), Aracajú (SE) e São Gonçalo (RJ).

Da mesma forma que o porte do município, conforme descrito anteriormente, o maior valor das variáveis de *output* (variação de IDHG, população e infraestrutura) não garante que um município seja eficiente, pois o modelo DEA-VRS aplicado nesse estudo utiliza o axioma da convexidade entre *inputs* e *outputs*, sendo que um aumento no input não causará um aumento proporcional no *output*, como é o caso do setor público.

---

[55] Manoel Urbano (AC); Tucumã e Senador José Porfírio (PA); Minador do Negrão (AL); Aracatu, Banzaê e Nova Fátima (BA); Curral Velho, Fagundes, Riacho dos Cavalos e Santana dos Garrotes (PB); Itainópolis (PI): Rodolfo Fernandes e São Bento do Trairi (RN); Petrolina de Goiás e Taquaral de Goiás (GO); Terra Nova do Norte, Colider e Nova Canaã do Norte (MT); Deadápolis e Rio Negro (MS); Laranja da Terra (ES); Claro dos Poções, Felício dos Santos, Novo Cruzeiro, Santa Fé de Minas e Santo Antônio do Rio Abaixo (MG), Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes (RJ).

[56] Jutaí e Fonte Boa (AM); Bannach (PA); Governador José Teixeira (RO); Paranã (TO); Maravilha (AL); Aracatu, Guajeru, Jaborandi e Serra Dourada (BA); Dona Inês, Gado Bravo, Poço Dantas, Salgado de São Felix e Santana de Mangueira (PB); Bela Vista do Piauí e Cajazeiras do Piauí (PI); Marcelino Vieira, São Pedro e Serra de São Bento (RN); Canhoba (SE); Buritinópolis (GO); Porto Estrela (MT); Mucuri e Vila Valério (ES); e Ibiracatu e São Sebastião do Maranhão (MG).

5.4.1. Análise das eficiências do município de Limeira/SP: *benchmarks*

O município de Limeira foi instituído em 15 de setembro de 1826, no interior do estado de São Paulo, localizando-se a 145 km de distância da capital paulista. Faz parte da Região Intermediária de Campinas e da Mesorregião de Piracicaba, tendo como municípios limítrofes: Cordeirópolis e Araras (Norte), Americana e Santa Bárbara D'Oeste (Sul), Engenheiro Coelho, Arthur Nogueira e Cosmópolis (Leste), e Piracicaba e Iracemápolis (Oeste)[57].

Até o início do XIX, a economia paulista era baseada no cultivo do café, vindo o estado a ser o maior produtor do Brasil e do mundo dessa cultura. O café fomentou o desenvolvimento da industrialização em São Paulo, devido ao acúmulo de capital gerado, que foi aplicado em indústrias para atender as necessidades populares: alimentação, vestuários e implementos domésticos, depois o estado foi se fortalecendo em outros setores (CARDOSO, 1960; COLISTETE, 2015). A agricultura limeirense cultivava principalmente o café, mas foram a laranja e a cana-de-açúcar que promoveram o estabelecimento de usinas de açúcar e de concentrados cítricos. Posteriormente, além do setor alimentício, foram instaladas indústrias dos segmentos de mecânica e metalúrgica, com recursos advindos, principalmente, de multinacionais[58].

Devido à importância econômica dessa região e o município de Limeira ser sede da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FCA), da Faculdade de Tecnologia (FT) e do Colégio Técnico de Limeira (COTIL), ambas as unidades da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), este município foi selecionado para descrição da eficiência na promoção do bem-estar social resultada da metodologia DEA. O intuito dessa descrição é contribuir no esclarecimento dos resultados, principalmente ao gestor público municipal, que pode vir a aplicar a metodologia DEA, analisando os mesmos fatores ou outros para realizar *benchmarking* com demais municípios, auxiliando, assim, na elaboração de políticas públicas.

---

[57] IBGE CIDADES. LIMEIRA (SP): História e formação administrativa. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/historico>. Acesso em: 25 set. 2023.

[58] OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA AMÉRICA LATINA. A industrialização recente do município de Limeira em face do contexto industrial paulista. 2023. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/02.pdf > . Acesso em: 25 set. 2023.

O percentual médio de eficiência dos municípios paulistas foi de 68% (década de 1990) e 54% (década de 2000), sendo que os menores valores resultados foram alcançados pelos municípios de Anhumas (33%) e Balbinos (17%), no primeiro e segundo decênio, sucessivamente. O município de Limeira resultou em um percentual de eficiência de 67% na década de 1990, estando entre os 55% dos municípios com eficiência baixa (entre 50-69%). No segundo decênio, o percentual de eficiência de Limeira foi de 44%, estando entre os 42% dos municípios com eficiência muito baixa (abaixo de 50%). Isso mostra que o município de Limeira esteve próximo à média no primeiro decênio e entre os municípios com o pior desempenho na década de 2000. Logo, é perceptível a ausência de melhorias nas tratativas de fatores que impactaram no resultado do município, quando comparados os dois períodos estudados.

Os municípios *benchmarks*[59] de Limeira para o primeiro decênio foram Santa Lúcia e Guarulhos, sendo o primeiro localizado na Mesorregião de Araraquara e o segundo na Mesorregião Metropolitana de São Paulo. Estes municípios *benchmarks* estão geograficamente afastados do município de Limeira e da Mesorregião de Piracicaba, não demonstrando influências vizinhas na eficiência, conforme mostra a Figura 55. Limeira também está distante dos demais municípios eficientes, demonstrando que nas proximidades o desempenho dos municípios vizinhos foi similar ao seu.

[59]Corresponde aos municípios eficientes (100%), que são utilizados como referência, "no que diz respeito a práticas gerenciais e operacionais", para os municípios ineficientes, fornecendo alvos/metas para que o município ineficiente alcance "a fronteira de eficiência" (ÂNGULO-MEZA; SANTOS, 2010, p. 3).

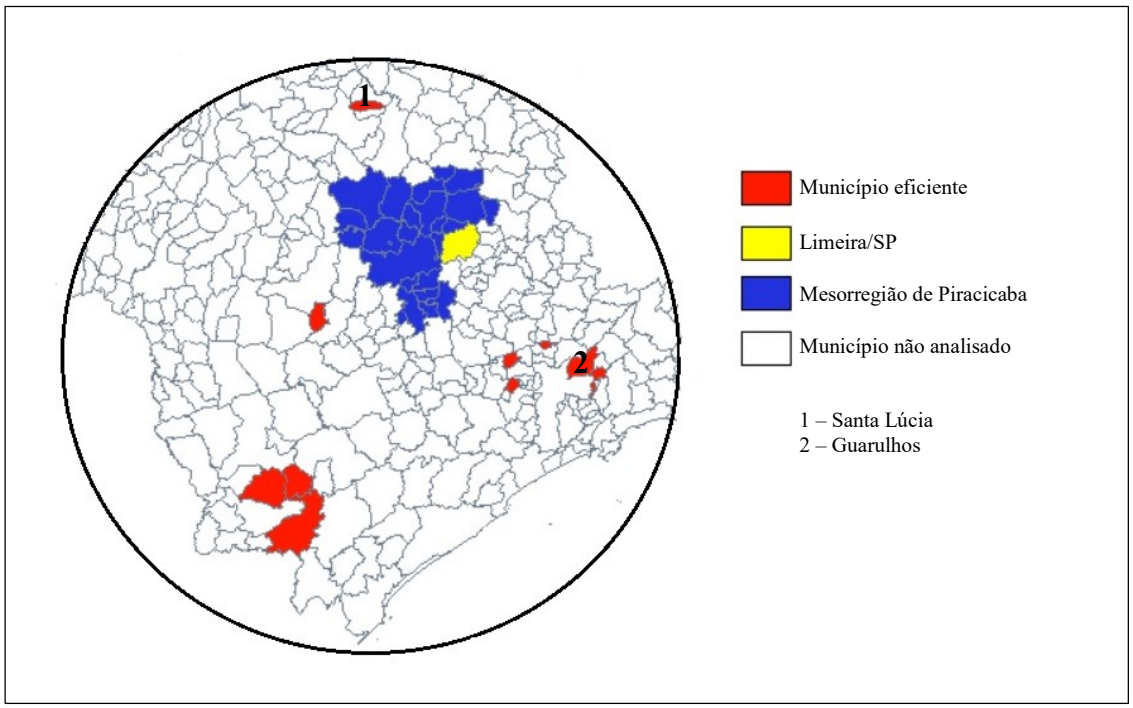


Figura 55 – Comparação da eficiência do município de Limeira com os *benchmarks* na década de 1990
Fonte: Elaborado pela autora.

O município de Limeira alcançou a 259ª posição no *ranking* de eficiência e para se tornar eficiente na década de 1990, deveria ter 54% dos valores das variáveis de Santa Lúcia e 13% dos valores das variáveis de Guarulhos, sendo representados por Limeira eficiente (cálculo com os percentuais dos municípios *benchmarks*), conforme dados disposto na Tabela 9.

Tabela 9 - Limeira eficiente: *benchmarks* na década de 1990

Município	GPT_99	IDHM_99	POP_99	INFRA_99
Guarulhos	R$ 174.413,29	0,13	285.977	1,44
Santa Lúcia	R$ 10.4013,7	0,22	1.569	3,35
Limeira	R$ 166.930,91	0,14	41.276	0,34
Limeira eficiente	**R$ 79.235,72**	**0,14**	**38.300**	**2,00**

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, para que Limeira fosse eficiente na década de 1990 os valores seriam:

- menor para o gasto público per capita (GPT_99): de R$ 166.930,91 para R$ 79.235,72;
- igual para a variação do IDHM (IDHM_99): 0,14;
- menor para a variação da população (POP_99): de 41.276 para 38.300;

- maior para a variação de infraestrutura (INFRA_99): de 0,34 para 2,0.

A compreensão destes dados remete a necessidade de melhor aplicação dos gastos públicos, uma vez que o modelo DEA aplicado e a comparação com os valores esperados demonstram que com menos recursos o município de Limeira poderia ter sido eficiente na década de 1990. Isso é reforçado pela indicação de aumento da variação de infraestrutura municipal em até seis vezes, tendo uma redução na variação da população permitindo que o município alcançasse a eficiência. Resumidamente, os dados sugerem que o gestor público deve direcionar recursos para infraestrutura local, visando atender adequadamente a população.

Na década de 2000, os municípios *benchmarks* de Limeira foram São Paulo e Ribeirão Branco, sendo o primeiro localizado na Mesorregião Metropolitana de São Paulo e o segundo na Mesorregião de Itapetininga. Estes municípios *benchmarks* estão geograficamente afastados do município de Limeira e da Mesorregião de Piracicaba, não demonstrando influências vizinhas na eficiência, conforme mostra a Figura 56. Limeira também está distante dos demais municípios eficientes, demonstrando que nas proximidades o desempenho dos municípios vizinhos foi similar ao seu.

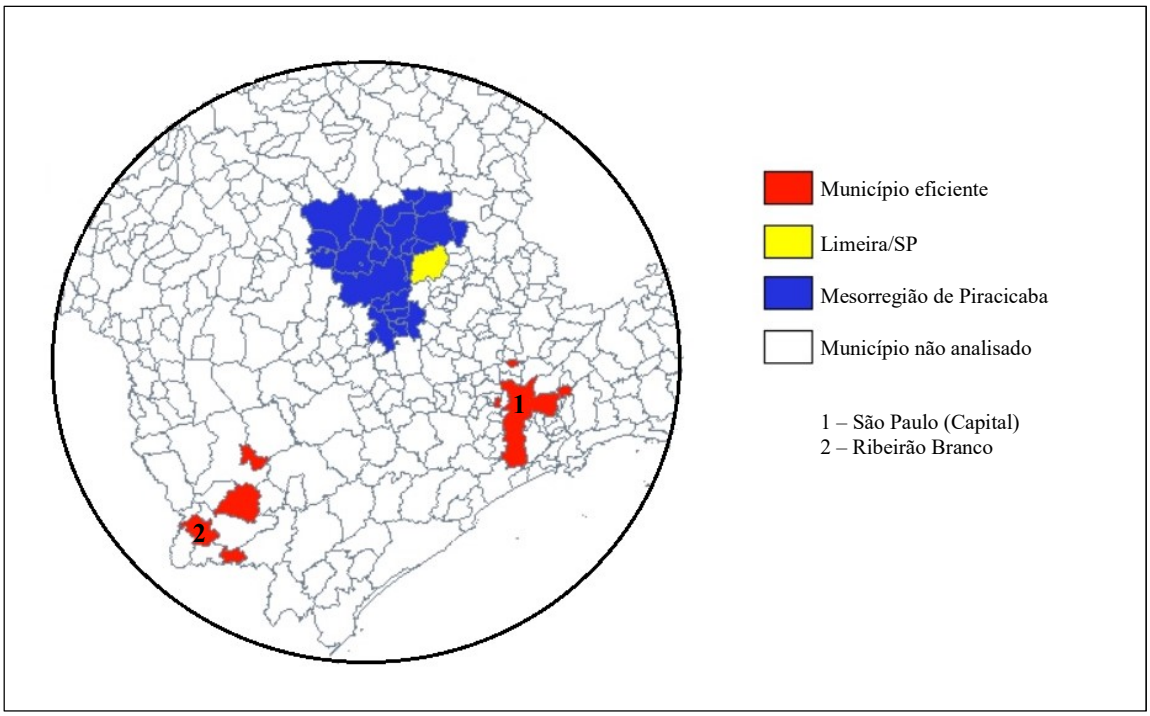


Figura 56 – Comparação da eficiência do município de Limeira com os *benchmarks* na década de 2000
Fonte: Elaborado pela autora.

No ranking de eficiência da década de 2000, o município de Limeira alcançou a 450ª posição, estando bem mais distante da eficiência que na década anterior. Para atingir a eficiência, o município deveria ter 33% dos valores das variáveis de São Paulo e 32% dos valores das variáveis de Ribeirão Branco, sendo representados por Limeira eficiente (cálculo com os percentuais dos municípios *benchmarks*), conforme dados disposto na Tabela 10Tabela 10 – Limeira eficiente: *benchmarks* na década de 2000.

Tabela 10 – Limeira eficiente: *benchmarks* na década de 2000

Município	GPT_09	IDHM_09	POP_09	INFRA_09
São Paulo	R$ 75.860,30	0,07	816.300	0,60
Ribeirão Branco	R$ 47.355,63	0,18	1	13,36
Limeira	R$ 55.665,05	0,08	26.976	0,18
Limeira eficiente	**R$ 40.070,27**	**0,08**	**269.145**	**4,45**

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, para que Limeira fosse eficiente na década de 1990 os valores seriam:

- menor para o gasto público per capita (GPT_09): de R$ 55.665,05 para R$ 40.070,27;
- igual para a variação do IDHM (IDHM_09): 0,08;
- maior para a variação da população (POP_09): de 26.976 para 269.145;
- menor para a variação de infraestrutura (INFRA_09): de 0,18 para 4,45.

Da mesma forma que no decênio anterior, a compreensão destes dados remete a necessidade de melhor aplicação dos gastos públicos, pois com menos recursos o município de Limeira poderia ter sido eficiente na década de 2000. Isso é reforçado pela indicação de aumento da variação de infraestrutura municipal em até 25 vezes, mas neste decênio apontou um aumento na variação da população para permitir que o município alcançasse a eficiência. Resumidamente, os dados sugerem que o gestor público deve direcionar recursos para infraestrutura local, visando atender adequadamente uma parcela consideravelmente maior de população.

Os resultados das comparações com os municípios *benchmarks* devem ser interpretados como uma oportunidade para identificar falhas na aplicação do recurso público; compreender melhor a situação municipal, que pode ter tido impacto negativo de algum fator interveniente não identificado; analisar as ações, projetos, politicas públicas, programas,

repasses ou outros aspectos relacionados à tomada de decisão que os municípios *benchmarks* possam ter realizado e promovido um impacto positivo.

Em outras palavras, o resultado de que seria necessária uma redução do gasto público per capita e uma redução ou aumento da variação da população no munícipio de Limeira corresponde à comparação, uma vez que os demais municípios alcançaram a eficiência com menos gastos ou com promoção de bem-estar social a uma população mais numerosa. Assim, não é recomendado, em nenhum dos períodos estudados, que sejam realizadas reduções nos gastos públicos ou na variação da população, mas, sim, aumentar a variação da infraestrutura municipal, dispondo de mais serviços públicos com os recursos excedentes para o maior número de munícipes possível.

6 DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA: IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXÓGENOS E ENDÓGENOS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

6.1 IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXÓGENOS À EFICIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

A Hipótese 2 (H2) trata da busca pela identificação de fatores exógenos à eficiência da gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas. Para testar esta hipótese, foram geradas seis sub-hipóteses, quanto aos fatores exógenos de: Agricultura (H2.1), Geografia (H2.2), População (H2.3), Renda (H2.4), Ocupação (H2.5), e Segurança (H2.6).

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo[60], e o estado de São Paulo contribui consideravelmente para que o país esteja nesse ranking, produzindo, principalmente, cana-de-açúcar, soja, laranja, milho, café, algodão e amendoim (maior produtor nacional)[61]. Com base nesse contexto e no estudo de Silva et al. (2019), foram selecionadas variáveis correspondentes às culturas produzidas e às informações sobre

[60] EMBRAPA. Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 08 dez. 2020.

[61] IBGE. CENSO AGROPECUÁRIO. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9828>. Acesso em: 08 dez. 2020.

assentamentos[62], disponíveis na base do IPEA (2020). Assim, ao aplicar a RLM, o Grupo Agricultura (H2.1) resultou em variáveis com significância estatística a 1% para a variação de: área colhida de tomate (VarTOMA9989), cana-de-açúcar (VarCANA201000) e trigo (VarTRIG201000), e a 5% para as variáveis de: variação de área colhida de cana-de-açúcar (VarCANA9989), uva (VarUVA9989), e feijão (VarFEIJ201000) e número de famílias assentadas (VarFAMAS201000) (Tabela 11).

Tabela 11 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Agricultura

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
VarCANA9989	-4,58E-07	0,023**	1,00	VarCANA1000	-7,75E-07	0,000***	1,00
VarTOMA9989	4,38E-05	0,009***	1,00	VarFAMAS1000	-2,68E-04	0,038**	1,01
VarUVA9989	2,71E-05	0,047**	1,00	VarFEIJ1000	-2,73E-06	0,050**	1,01
				VarTRIG1000	6,91E-06	0,001***	1,00
Constante	6,83E-01	0,000		Constante	5,58E-01	0,000	
VIF Médio			1,00	VIF Médio			1,01
R^2	3,1%			R^2	7,0%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis exógenas:
VarCANA9989: Variação da área colhida de cana-de-açúcar em hectare, entre 1999-89.
VarCANA1000: Variação da área colhida de cana-de-açúcar em hectare, entre 2010-00.
VarFAMAS1000: Variação do número de famílias assentadas, entre 2010-00.
VarFEIJ1000: Variação da área colhida de feijão em hectare, entre 2010-00.
VarTOMA9989: Variação da área colhida de tomate em hectare, entre 1999-89.
VarTRIG1000: Variação da área colhida de trigo em hectare, entre 2010-00.
VarUVA9989: Variação da área colhida de uva em hectare, entre 1999-89.

Os coeficientes negativos indicam que a redução da variação: da área colhida de cana-de-açúcar (nas duas décadas); do número de famílias assentadas entre 2010-2000; e do cultivo de feijão entre 2010-2000, aumentaram a eficiência dos municípios paulistas (Tabela 11). Em sentido oposto, o aumento da variação do cultivo de tomate e uva, na década de 1990, e do cultivo de trigo na década de 2000, aumentaram a eficiência dos municípios paulistas nas nestes períodos, respectivamente.

Silva et al. (2019), após analisarem a eficiência dos municípios paulistas na gestão dos gastos públicos ambientais (2011 a 2015), aplicaram RLM para identificação de fatores interventores aos resultados da DEA. Dentre as variáveis selecionadas estavam à produção

[62] Culturas com dados disponíveis: algodão, amendoim, banana, batata, cacau, café, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja, tomate, trigo, uva e pimenta do reino. Informações sobre assentamentos: número de famílias assentadas, capacidade dos assentamentos, área para assentamento em hectare e número de projetos.

agrícola de milho, café, laranja e cana-de-açúcar, mas estas não resultaram em significância estatística. Ao analisar a eficiência da gestão dos gastos públicos no cumprimento das metas ambientais europeias (2004 a 2011), Meleddu e Pulina (2018), identificaram que as regiões italianas que aumentaram a atividade agrícola tem um impacto negativo na eficiência do ar e da água, mas tem impacto positivo na biodiversidade. Isso se deve ao fato de que a agricultura pode auxiliar na manutenção da biodiversidade, por meio do controle biológico e polinização (MELEDDU; PULINA, 2018).

O coeficiente de determinação (R^2) foi de 3,1% (década 1990) e 7,0% (década 2000), explicando menos de 10% da eficiência da gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas quantos as variáveis selecionadas para o grupo agricultura (Tabela 11). Os valores de multicolinearidade ficaram abaixo de 2 para todas as variáveis, apresentando valores entre 1,00 e 1,00. Com base nisso, H2.1 foi aceita, pois existem fatores exógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Agricultura testadas neste estudo.

No Grupo Geografia (H2.2) foram identificados dois fatores exógenos na década de 1990 e quatro fatores exógenos na década de 2000, ao aplicar a RLM nas variáveis (

Tabela 12). As variáveis do Grupo Geografia que aumentaram a eficiência (coeficiente com sinal positivo) foram: o município ser capital estadual (CAPEST00), ser de pequeno porte I (PEQI) ou pequeno porte II (PEQII), ambos na década de 2000. Esses resultados corroboram com aqueles analisados na eficiência DEA, sendo que quase todas as capitais brasileiras foram eficientes na década de 2000, exceto Vitória (ES) e Natal (RN), e que municípios de pequeno porte I e II resultam em eficiência. Ou seja, tanto o tamanho (número de habitantes), quanto ser capital fizeram com que municípios paulistas fossem eficientes na década de 2000.

Tabela 12 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Geografia

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
DISTCAPEST90	-1,22E-04	0,0000***	1,02	CAPEST00	4,60E-01	0,001***	1,01
PEQII90	-2,41E-02	0,0500**	1,02	DISTCAPEST00	-2,11E-04	0,000***	1,27
				PEQI00	9,15E-02	0,000***	2,00
				PEQII00	4,39E-02	0,017**	1,67
Constante	7,22E-01	0,0000		Constante	5,40E-01	0,000	
VIF Médio			1,02	VIF Médio			1,49
R^2	3,1%			R^2	8,1%		

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis exógenas:
CAPEST00: Capital estadual, em 2000.
DISTCAPEST00: Distância da capital estadual em Km^2, em 2000.
DISTCAPEST90: Distância da capital estadual em Km^2, em 1990.
PEQI00: Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes em 2000.
PEQII00: Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes, em 2000.
PEQII90: Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes, em 1990.

Na literatura pesquisada foram identificadas outras variáveis que impactam positivamente na eficiência, como: interdependência espacial e municípios mais urbanizados (Cribari-Neto; Pereira, 2013); grau de urbanização (OUERTANI et al., 2018; PEREIRA; SOUZA; CRIBARI-NETO, 2014; RAYP; VAN DE SIJPE, 2007; SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005); e efeito vizinhança entre as cidades (SANTOS; CRIBARI-NETO; SAMPAIO DE SOUSA, 2007).

De outro lado, o município ser de pequeno porte (PEQI) na década de 1990 impacta negativamente na eficiência municipal (Tabela 12). Esse fato pode ser explicado pela emancipação de 73 municípios na década de 1990, no sentido de que não tinham estrutura adequada para atender as necessidades dos munícipes no processo de transição da emancipação. Ou seja, a existência de muitos municípios com 20 a 50 mil habitantes na década de 1990 reduz a eficiência, da mesma forma que municípios de grande porte (entre 100 e 900 mil habitantes). O tamanho ótimo de um município ainda é controverso e motivo de debate na literatura. No estudo dos municípios italianos, D'Inverno et al. (2018) teve como resultado o impacto do tamanho do município na eficiência, sendo que quanto maior for o município, maior será a eficiência na gestão do gasto público seu nível de eficiência da despesa pública. Para municípios brasileiros, Moreira, Kilson e Souza (2022) indicam que o ideal seria a existência de municípios com aproximadamente de 32 mil habitantes. Pois, com esse porte há possibilidade de ganhos de escala e melhoria da autonomia municipal frente às demais esferas governamentais na disposição de serviços públicos de qualidade (MOREIRA; KILSON; SOUZA, 2022).

Os municípios que estão distantes da capital estadual (DISTCAPEST99 e DISTCAPEST00) tendem a ser menos eficientes, conforme coeficiente negativo resultado para essa variável nas duas décadas estudadas (Tabela 12). Conforme discutido anteriormente (Seção 5.4), isso está relacionado a dificuldade de acesso a especialidades médicas de alta complexidade, que geralmente estão disponíveis somente em capitais estaduais; emprego e

renda, sendo que capitais oferecem mais oportunidades e maiores salários; e acesso a educação pública e particular com maior qualidade e diversidade.

A distância dos municípios à capital estadual faz com eles sejam menos eficientes, pois estão geograficamente longe do acesso de serviços públicos mais especializados, que muitas vezes, só estão disponíveis nas capitais. Esse resultado vai de encontro com os achados de Afonso e Fernandes (2008), Seifert e Nieswand (2014) e Stastná e Gregor (2015). Ao comparar a eficiência dos municípios do Amazonas com a localização na mesorregião, microrregião e distancia da capital estadual, Guerreiro (2019) não identificou impacto destas variáveis na gestão dos gastos públicos.

Com o levantamento bibliográfico realizado anteriormente, as variáveis geográficas que também podem impactar negativamente na eficiência são: localização nas montanha (D'INVERNO et al., 2018); ser município dormitório (SILVA; KUWAHARA; MACIEL, 2012); locais periféricos (LOIKKANEN; SUSILUOTO, 2005); e estar localizado no Polígono das Secas (SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005; SANTOS, CRIBARI-NETO; SAMPAIO DE SOUSA, 2007).

Cabe destacar, ainda, que o efeito vizinhança das eficiências foi identificado na visualização dos mapas disposto nas análises estaduais no Capítulo 5, e que também é um resultado relacionado às características geográficas municipais. Ademais, este efeito pode ser observado no estado de São Paulo, nos dois decênios estudados. Esse resultado é similar aos achados na literatura: Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005), Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) e Cribari-Neto e Pereira (2013). Uma vez que, as eficiências se espalham, parcialmente, entre os municípios (SAMPAIO DE SOUSA; CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005) e que um município eficiente na região tende a influenciar positivamente em municípios próximos (CRIBARI-NETO; PEREIRA, 2013, p. 280-281). Por fim, municípios ineficientes podem identificar os processos e decisões tomadas pela gestão pública dos eficientes e implementá-las em seus municípios (DI NIZO NETO; KUWAHARA; PINTO, 2015).

O coeficiente de determinação (R2) foi de 3,1% (década 1990) e 8,1% (década 200), explicando, em média, 5,5% da eficiência da gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas (Tabela 12). Os valores de multicolinearidade ficaram entre 1,01 e 2,00 para todas as variáveis. Com base nisso, H2.2 foi aceita, pois

existem fatores exógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Geografia testadas neste estudo.

Ao aplicar a RLM nas variáveis do Grupo População (H2.3) foram identificados quatro fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas, todos com significância estatística até 5%, sendo um fator na década de 1990 e três fatores na década de 2000 (Tabela 13). As variáveis do Grupo População que aumentaram a eficiência (coeficiente com sinal positivo) foram as variações das populações: de seis anos (VarPOPN0090), de 18 a 20 anos (VarPOPI1000), e masculina de 25 a 29 anos (VarPOPME1000). O impacto positivo destas variáveis na eficiência dos municípios paulistas pode estar relacionado a faixa etária economicamente ativa (18 a 29 anos) [63], que pode estar contribuindo para movimentação da economia local, e maior utilização de serviços privados, desonerando os sistema público, principalmente em relação a saúde e educação (CRUZ; TEIXEIRA; BRAGA, 2010).

Tabela 13 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo População

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
VarPOPN0090	1,32E-04	0,000***	1,00	VarPOPI1000	2,35E-04	0,001***	1,76
				VarPOPME1000	5,28E-06	0,013**	1,75
				VarPOPR1000	-9,28E-04	0,001***	1,00
Constante	6,74E-01	0,000		Constante	5,39E-01	0,000	
VIF Médio			1,00	VIF Médio			1,51
R^2	6,2%			R^2	3,3%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis exógenas:
VarPOPN0090: variação da população de seis anos, entre 2000-90.
VarPOPI1000: variação da população de 18 a 20 anos, entre 2010-00.
VarPOPME1000: variação da população masculina de 25 a 29 anos, entre 2010-90.
VarPOPR1000: variação da população residente masculina, entre 2010-90.

O efeito positivo de variáveis de densidade populacional e aumento da população foi identificado nos estudos de: Afonso e Fernandes (2008), Afonso e Venâncio (2016), Balaguer-Coll et al. (2002), Balaguer-Coll et al. (2007), Costa et. al (2015), Gasparini e Ramos (2003), Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014), e Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005).

[63] Durante os anos de 1980 a 2007 ocorreram mudanças significativas nas faixas etárias no Brasil, correspondendo ao aumento da população adulta e idosa, e consequentemente uma redução na população jovem. Isso promove uma ampliação na disponibilidade da população economicamente ativa (PEA), que é denominada na literatura por "bônus demográfico" e "janela de oportunidades" (CRUZ; TEIXEIRA; BRAGA, 2010).

A variável do Grupo População que reduziu a eficiência (coeficiente com sinal negativo) foi a variação da população residente masculina, entre 2010-90 (VarPOPR1000). A numerosidade da população masculina pode impactar negativamente na eficiência de um município, porque, possivelmente, os homens são os que mais se envolvem com a criminalidade, não cuida da saúde de forma preventiva, e se arriscarem mais no trânsito, principalmente. Essas ações podem elevar os gastos públicos municipais em saúde e segurança, podendo reduzir a promoção de bem-estar social em outras áreas.

Rayp e van de Sijpe (2007) tiveram como resultado um impacto negativo na eficiência quando há uma grande parcela dos jovens na composição da população, em países europeus. Mas, Loikkanen e Susiluoto (2005) apresentam um impacto positivo na eficiência de 353 municípios da Finlândia, quando há grande parcela dos trabalhadores municipais na faixa etária de 35 a 49 anos.

O tamanho da população e a densidade populacional foi resultado como impacto negativo à eficiência nos estudos de: Antonelli e De Bonis (2019), Athanassoupoulos e Triantis (1998), Kyriacou et al. (2018), Loikkanen e Susiluoto (2005) e Moreno-Enguix e Lorente-Bayona (2017).

O coeficiente de determinação (R^2) foi de 6,2% (década 1990) e 3,3% (década 200), explicando pouco mais de 5% da eficiência da gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas (Tabela 13). Os valores de multicolinearidade ficaram abaixo de 2 para todas as variáveis, apresentando valores entre 1,00 e 1,76. Com base nisso, H2.3 foi aceita, pois existem fatores exógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo População testadas neste estudo.

Ao aplicar a RLM nas variáveis do Grupo Renda (H2.4) foram identificados três fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas na década de 1990 e 12 fatores na década de 2000 (Tabela 14). As variáveis do Grupo Renda que aumentaram a eficiência (coeficiente com sinal positivo) foram a variação do Índice de Gini e da renda per capita média do 1º quinto mais pobre (década de 1990), e as variações: do percentual dos ocupados com fundamental completo, dos ocupados com rendimento de até 2 salário mínimo, de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho, e da taxa de: renda apropriada pelos 10% mais ricos, per capita mínima do décimo mais rico e atividade - 10 anos ou mais, e de desocupação - 25 a 29 anos (década de 2000).

Tabela 14 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Renda

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
VarIGINI0090	5,56E-01	0,000***	1,08	VarPerOFC1000	1,52E-02	0,000***	1,19
VarRENPCA0090	5,67E-04	0,049**	1,00	VarPerOSIT1000	-2,58E-03	0,001***	1,02
VarRENPCH0090	-2,34E-03	0,026**	1,09	VarPerOSRA1000	-2,13E-02	0,001***	1,06
				VarPerOSRB1000	6,60E-03	0,023**	1,19
				VarPerOSSC1000	-1,08E-02	0,000***	1,22
				VarPerPVPPDI1000	5,35E-02	0,000***	1,35
				VarPerRAA1000	9,97E-03	0,000***	1,17
				VarRazDEP1000	-8,42E-02	0,047**	1,39
				VarRENMR1000	1,79E-04	0,000***	1,31
				VarTxATIVA1000	7,08E-03	0,000***	1,13
				VarTxATIVB1000	-7,63E-03	0,030**	1,04
				VarTxDESOF1000	5,69E-03	0,025**	1,16
Constante	6,59E-01	0,000		Constante	2,03E-01	0,000	
VIF Médio			1,06	VIF Médio			1,19
R^2	3,4%			R^2	50,4%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.

Variáveis exógenas:

VarIGINI0090: variação do Índice de Gini, entre 2000-90.
VarPerOFC1000: variação do percentual dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerOSIT1000: variação do percentual dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais , entre 2010-00.
VarPerOSRA1000: variação do percentual dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerOSRB1000: variação do percentual dos ocupados com rendimento de até 2 salário mínimo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerOSSC1000: variação do percentual dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerPVPPDI1000: variação do percentual de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho em entre 2010-00.
VarPerRAA1000: variação do percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos entre 2010-00.
VarRazDEP1000: variação da razão de dependência, entre 2010-00.
VarRENMR1000: variação da renda per capita mínima do décimo mais rico, entre 2010-00.
VarRENPCA0090: variação da renda per capita média do 1º quinto mais pobre, entre 2000-90.
VarRENPCH0090: variação da renda per capita média dos extremamente pobres, entre 2000-90.
VarTxATIVA1000: variação da taxa de atividade - 10 anos ou mais, entre 2010-00.
VarTxATIVB1000: variação da taxa de atividade - 10 a 14 anos, entre 2010-00.
VarTxDESOF1000: variação da taxa de desocupação - 25 a 29 anos, entre 2010-00.

Apesar do sinal positivo para a variável VarIGINI0090, deve-se compreender que o aumento na variação do Índice de Gini entre as décadas de 2000 e 1990 é inverso ao esperado, pois seria relevante que a variação fosse negativa, demonstrando que quanto menor for essa variação, mais eficiente o município venha a ser. Pois, o aumento na variação da desigualdade de renda pode promover um aumento no número de pessoas próximas a linha de

pobreza. Entretanto, essa variação pode ser entendida de forma positiva ao passo que a variação da renda pode ter promovida a ascensão de um grupo a uma maior faixa de renda.

Da mesma forma, ocorre para o sinal positivo resultado nas variáveis de variação percentual de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho, e da taxa de desocupação - 25 a 29 anos, que representam que quanto mais as pessoas vulneráveis demoram para chegar ao trabalho e quanto maior for a taxa de desocupados, mais eficiente será o município. Esses sinais não correspondem ao esperado e essas variáveis podem ser excluídas do grupo de variáveis explicativa quanto a renda.

Nesse mesmo sentido, na literatura pesquisada, foi identificado que o percentual de chefes de família que ganham até um salário mínimo e renda média do trabalhador (SANTOS; CRIBARI-NETO; SAMPAIO DE SOUSA, 2007), e a proporção de pessoas pobres na população total (SODRÉ, 2019) aumentam a eficiência.

As variáveis do Grupo Renda que reduziram a eficiência (coeficiente com sinal negativo) foram a variação: da variação da renda per capita média dos extremamente pobres (década de 1990) e a variação: do percentual dos ocupados na indústria de transformação, dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo, dos ocupados com superior completo, da razão de dependência, e variação da taxa de atividade - 10 a 14 anos (década de 2000) (Tabela 14). Ou seja, a variação de percentuais de pessoas com rendas baixas, trabalhadores jovens e atuação na indústria de transformação devem ser fatores a serem tratados no município para que melhorem a eficiência nos municípios paulistas.

De forma similar aos achados da tese para variáveis do Grupo Renda, foi identificado na literatura que impactam negativamente na eficiência as variáveis de: proporção de residentes mais ricos (Afonso e Venâncio (2016), maior renda per capita (BORGER; KERSTENS (1996a,b), proporção de pobres (KUWAHARA et al. (2010), alto nível de renda (salários) (LOIKKANEN; SUSILUOTO (2005), percentual de domicílios cujo chefe ganha até um salário mínimo (PEREIRA; SOUZA; CRIBARI-NETO, 2014), renda e pobreza (SAMPAIO DE SOUSA, CRIBARI-NETO; STOSIC, 2005), renda mediana das famílias (SEIFERT; NIESWAND, 2014), desigualdade de renda (SODRÉ, 2019), e maior renda per capita e riqueza de cidadãos (VAN DEN EECKAUT et al., 1993).

O coeficiente de determinação (R^2) foi de 3,4% (década 1990) e 50,4% (década 2000) para explicar a eficiência da gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas (Tabela 14). Os valores de multicolinearidade ficaram abaixo

de 2 para todas as variáveis, apresentando valores entre 1,00 e 1,39. Com base nisso, H2.4 foi aceita, pois existem fatores exógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Renda testadas neste estudo.

Ao aplicar a RLM nas variáveis do Grupo Ocupação (H2.5) foram identificados quatro fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas na década de 2000, sendo que para a década de 1990 não haviam variáveis disponíveis para o cálculo da variação, devido a mudança de variáveis coletadas no censo deste decênio em relação ao de 2000 (Tabela 15). As variáveis do Grupo Ocupação que aumentaram a eficiência (coeficiente com sinal positivo) foram a variação do percentual dos ocupados com fundamental completo e da taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade. Ou seja, o aumento da variação da escolaridade e das pessoas ocupadas na década de 2000 promoveram a eficiência dos municípios paulistas. Isso pode ser explicado pela ampliação das oportunidades de trabalho na década após a crise econômica ocorrida nos anos de 1990.

Tabela 15 – Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Ocupação

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
				VarADH_P_FUND1000	1,65E-02	0,000	1,06
				VarADH_P_SUPER1000	-8,93E-03	0,000	1,04
				VarADH_P_TRANSF1000	-2,84E-03	0,001	1,04
				VarADH_T_ATIV18M1000	7,81E-03	0,000	1,14
				Constante	2,75E-01	0,000	
				VIF Médio			1,07
				R^2	31,0%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis exógenas:
VarADH_P_FUND1000: variação do percentual dos ocupados com fundamental completo, entre 2010-00.
VarADH_P_SUPER1000: variação do percentual dos ocupados com superior completo, entre 2010-00.
VarADH_P_TRANSF1000: variação do percentual dos ocupados na indústria de transformação, entre 2010-00.
VarADH_T_ATIV18M1000: variação da taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade, entre 2010-00.

As variáveis do Grupo Ocupação que reduziram a eficiência (coeficiente com sinal negativo) foram a variação do percentual dos ocupados com superior completo e dos ocupados na indústria de transformação (Tabela 15). O sinal esperado para os ocupados com superior completo era o inverso, uma vez que pessoas com maior nível de instrução tem maior acesso a oportunidades de trabalho que demandam menos esforços físicos e mais habilidades intelectuais, que consequentemente recebem salários maiores. Da mesma forma ocorre para o

sinal da variável referente aos ocupados na indústria de transformação, tendo em vista que o estado de São Paulo possui diversos municípios que atuam fortemente nesse setor. Ambas as variáveis podem ser removidas do Grupo Ocupação para explicar a eficiência dos municípios paulistas.

Na literatura pesquisada não foram identificados estudos que testaram variáveis relacionadas ao Grupo Ocupação. Entretanto, Buljan et al. (2019) e Loikkanen e Susiluoto (2005) identificaram que a alta taxa de desemprego impacta negativamente na eficiência; e Ouertani et al. (2018) apresentou resultados indicando que o desemprego impacta negativamente na eficiência.

O coeficiente de determinação (R^2) foi de 31% (década 2000), explicando a eficiência da gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas em relação às variáveis do Grupo Renda (Tabela 15). Os valores de multicolinearidade ficaram abaixo de 2 para todas as variáveis, apresentando valores entre 1,04 e 1,14. Com base nisso, H2.5 foi aceita, pois existem fatores exógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Ocupação testadas neste estudo.

Ao aplicar a RLM nas variáveis do Grupo Segurança (H2.6) foram identificados três fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas (Tabela 16), sendo uma na década de 1990 e dois na década de 2000. A variável que resultou em sinal negativo, indica que a redução da variação do número de suicídios do sexo feminino entre a década de 2000 a 1990 impactou na eficiência dos municípios paulistas. Isso pode indicar a atuação dos municípios em campanhas contra o suicídio, disposição de atendimento psicológico a população e outras medidas de saúde ou políticas públicas que promoveram o bem-estar local.

Tabela 16 - Identificação de fatores exógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Segurança

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
VarNHomSF_9080	8,45E-04	0,012**	1,00	VarNSUISF_0090	-5,96E-03	0,002***	1,08
				VarNVOAT_0090	6,42E-04	0,003***	1,08
Constante	6,78E-01	0,000		Constante	5,41E-01	0,000	
VIF Médio			1,00	VIF Médio			1,08
R^2	1,2%			R^2	2,5%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis exógenas:
VarNHomSF_9080: variação do número de homicídios, entre 1990-80.
VarNSUISF_0090: variação do número de suicídios do sexo feminino, entre 2000-90.

VarNVOAT_0090: variação do número de vítimas a óbito em acidente de trânsito, entre 2000-90.

As variáveis que resultaram em sinal positivo foram a variação do número de homicídios entre as décadas de 1990 e 1980, e a variação do número de vítimas a óbito em acidente de trânsito entre 2000 e 1900.

Na literatura pesquisada três estudos trataram da temática: Angelo et al. (2009), Costa et al. (2015) e Storto (2016). Angelo et al. (2009) tiveram como propósito investigar se oito variáveis socioeconômicas afetavam a qualidade de vida nos municípios alagoanos em 2000. Assim, constaram que a variável violência (número de homicídios nos municípios) não foi estatisticamente relevante. Ademais, o sinal resultado foi positivo, entretanto, o esperado era negativo, pois a qualidade de vida em locais com alta incidência de violência tende a ser inferior (ANGELO et al., 2009).

O estudo de Costa et al. (2015) utilizou a proporção de crimes violentos registrados nos municípios mineiros para identificar o efeito na eficiência da alocação dos recursos públicos realizados pelos grupos de municípios com melhor e pior desempenho econômico. Como resultado da regressão quantílica aplicada, Costa et al. (2015) verificaram que a violência destes crimes impacta na eficiência do grupo de municípios com pior desempenho em todos os quantis. O efeito negativo da violência na eficiência acontece pelo fato de que o gestor público deve alocar recursos de forma imediata para atender a necessidade da população frente à instabilidade gerada pelo crime violento praticado (COSTA et al., 2015).

Storto (2016) analisou a eficiência dos custos em municípios italianos em 2013, e, no segundo estágio, pesquisou a associação dos gastos públicos e a qualidade dos serviços oferecidos. Dentre as variáveis selecionadas, a quantidade de microcrimes por habitantes resultou em significância estatística, com sinal positivo. Isso indica que municípios eficientes estão associados positivamente à incidência da criminalidade urbana, em locais com menor desenvolvimento econômico (STORTO, 2016).

O coeficiente de determinação (R^2) foi de 1,2% (década 2000) e 2,5% (década 2000), explicando menos de 5% a eficiência da gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas em relação às variáveis do Grupo Segurança (Tabela 16). Os valores de multicolinearidade ficaram abaixo de 2 para todas as variáveis, apresentando valores entre 1,00 e 1,08. Com base nisso, H2.6 foi aceita, pois existem fatores

exógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Segurança testadas neste estudo.

Com base nas RLM aplicadas aos grupos de fatores exógenos foi possível identificar se há impacto das variáveis selecionadas na eficiência resultada na gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas. As variáveis com os sinais do coeficiente esperado (impacto positivo e negativo) foram dispostas resumidamente no Quadro 103, juntamente com a aceitação ou rejeição de cada uma das seis sub-hipóteses.

Quadro 103 – Resumo da identificação dos fatores exógenos à eficiencia nos municípios paulistas

Grupo (sub-hipótese): Resultado	Impacto positivo		Impacto negativo	
	Década 1990	Década 2000	Década 1990	Década 2000
Agricultura (H2.1): Aceita	VarTOMA9989 VarUVA9989	VarTRIG1000	VarCANA9989	VarCANA1000 VarFAMAS1000 VarFEIJ1000
Geografia (H2.2): Aceita		CAPEST00 PEQI00 PEQII00	DISTCAPEST90 PEQII90	DISTCAPEST00
População (H2.3): Aceita	VarPOPN0090	VarPOPI1000 VarPOVarPME1000		VarPOPR1000
Renda (H2.4): Aceita	VarRENPCA0090	VarPerOFC1000 VarPerOSRB1000 VarPerPVPPDI1000 VarPerRAA1000 VarRENMR1000 VarTxATIVA1000	VarRENPCH0090	VarPerOSIT1000 VarPerOSRA1000 VarPerOSSC1000 VarRazDEP1000 VarTxATIVB1000
Ocupação (H2.5): Aceita			VarADH_P_FUND1000 VarADH_T_ATIV18M1000	
Segurança (H2.6): Aceita	VarNHomSF_9080		VarNVOAT_0090	VarNSUISF_0090

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: **Variáveis exógenas:**
CAPEST00: Capital estadual, em 2000.
DISTCAPEST00: Distância da capital estadual em Km^2, em 2000.
DISTCAPEST90: Distância da capital estadual em Km^2, em 1990.
PEQI00: Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes em 2000.
PEQII00: Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes, em 2000.
PEQII90: Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes, em 1990.
VarADH_P_FUND1000: variação do percentual dos ocupados com fundamental completo, entre 2010-00.
VarADH_P_SUPER1000: variação do percentual dos ocupados com superior completo, entre 2010-00.
VarADH_P_TRANSF1000: variação do percentual dos ocupados na indústria de transformação, entre 2010-00.
VarADH_T_ATIV18M1000: variação da taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade, entre 2010-00.
VarCANA1000: Variação da área colhida de cana-de-açúcar em hectare, entre 2010-00.
VarCANA9989: Variação da área colhida de cana-de-açúcar em hectare, entre 1999-89.
VarFAMAS1000: Variação do número de famílias assentadas, entre 2010-00.
VarFEIJ1000: Variação da área colhida de feijão em hectare, entre 2010-00.

VarIGINI0090: variação do Índice de Gini, entre 2000-90.
VarNHomSF_9080: variação do número de homicídios, entre 1990-80.
VarNSUISF_0090: variação do número de suicídios do sexo feminino, entre 2000-90.
VarNVOAT_0090: variação do número de vítimas a óbito em acidente de trânsito, entre 2000-90.
VarPerOFC1000: variação do percentual dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerOSIT1000: variação do percentual dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais , entre 2010-00.
VarPerOSRA1000: variação do percentual dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerOSRB1000: variação do percentual dos ocupados com rendimento de até 2 salário mínimo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerOSSC1000: variação do percentual dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais, entre 2010-00.
VarPerPVPPDI1000: variação do percentual de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho em entre 2010-00.
VarPerRAA1000: variação do percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos entre 2010-00.
VarPOPI1000: variação da população de 18 a 20 anos, entre 2010-00.
VarPOPME1000: variação da população masculina de 25 a 29 anos, entre 2010-90.
VarPOPN0090: variação da população de seis anos, entre 2000-90.
VarPOPR1000: variação da população residente masculina, entre 2010-90.
VarRazDEP1000: variação da razão de dependência, entre 2010-00.
VarRENMR1000: variação da renda per capita mínima do décimo mais rico, entre 2010-00.
VarRENPCA0090: variação da renda per capita média do 1º quinto mais pobre, entre 2000-90.
VarRENPCH0090: variação da renda per capita média dos extremamente pobres, entre 2000-90.
VarTOMA9989: Variação da área colhida de tomate em hectare, entre 1999-89.
VarTRIG1000: Variação da área colhida de trigo em hectare, entre 2010-00.
VarTxATIVA1000: variação da taxa de atividade - 10 anos ou mais, entre 2010-00.
VarTxATIVB1000: variação da taxa de atividade - 10 a 14 anos, entre 2010-00.
VarTxDESOF1000: variação da taxa de desocupação - 25 a 29 anos, entre 2010-00.
VarUVA9989: Variação da área colhida de uva em hectare, entre 1999-89.

Nesse sentindo, a Hipótese 2, de que existem fatores determinantes da eficiência da gestão dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas, foi aceita, pois dentre as variáveis aplicadas todos os grupos apresentaram significância na eficiência resultada. Por fim, cabe destacar que foram identificados diversos fatores que impactaram, positiva e negativamente, na eficiência dos municípios paulistas, principalmente, as variáveis relacionadas aos Grupos: Renda (R^2: 50,4%) e Ocupação (R^2: 31%), ambas na década de 2000.

Tendo por base as variáveis exógenas identificadas como fatores positivos e negativos que determinam a eficiência nos municípios paulistas nas duas décadas estudadas, os gestores públicos podem criar ações, por meio de políticas públicas, melhoria de processos ou melhoria da alocação dos recursos públicos, visando o aumento da promoção do bem-estar social, em parceria com outras esferas de governo ou parcerias público-privada, pois essas variáveis não estão diretamente relacionadas a gestão pública municipal.

6.2 IDENTIFICAÇÃO DE FATORES ENDÓGENOS À EFICIENCIA DOS MUNICIÍPIOS PAULISTAS

Na Hipótese 3 (H3) foi tratada a identificação de fatores endógenos à eficiência da gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas. Para testar esta hipótese, foram geradas quatro sub-hipóteses, quanto aos fatores endógenos de: Educação (H3.1), Infraestrutura (H3.2), Saúde (H3.3), e Gestão (H3.4). As três primeiras sub-hipóteses foram testadas por método quantitativo (RLM) e a última por método qualitativo (Seção 6.2.1).

Ao aplicar a RLM nas variáveis do Grupo Educação (H3.1) foram identificados oito fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas na década de 1990 e dois fatores na década de 2000 (Tabela 17). As variáveis do Grupo Educação que aumentaram a eficiência (coeficiente com sinal positivo) foram: a variação do percentual de 16 a 18 anos com fundamental completo; de 19 a 21 anos com médio completo; de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos; de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso; e de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso. É sabido que o alto nível de escolaridade de uma população impacta positivamente no desenvolvimento social, haja visto a sua relação com a renda, que promove desenvolvimento econômico e, consequentemente, bem estar-social.

Tabela 17 – Identificação de fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Educação

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
VarPerAFCB0090	3,49E-03	0,0000***	1,10	VarPerCFE1000	-1,21E-02	0,0500**	1,61
VarPerAMCD0090	2,02E-03	0,0000***	1,17	VarPerAFFB1000	-2,46E-03	0,0520**	1,02
VarPerMSFF0090	4,11E-03	0,0050**	1,05				
VarPerSAtB0090	5,74E-03	0,0000***	1,06				
VarPerSAtE0090	2,80E-02	0,0120**	1,09				
VarPerSAtF0090	-1,92E-03	0,0130**	1,08				
VarTxAnA0090	-2,36E-02	0,0050**	1,12				
VarTxAnD0090	-1,22E-02	0,0320**	1,10				
Constante	4,05E-01	0,0000		Constante	5,52E-01	0,0000	
VIF Médio			1,10	VIF Médio			1,31
R^2	28,5%			R^2	1,2%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis endógenas:
VarPerAFCB0090: variação do percentual de 16 a 18 anos com fundamental completo, entre 2000-90.

VarPerAFFB1000: variação do percentual de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo, entre 2010-00.
VarPerAMCD0090: variação do percentual de 19 a 21 anos com médio completo, entre 2000-90.
VarPerCFE1000: variação do percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola, entre 2010-00.
VarPerMSFF0090: variação do percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, entre 2000-90.
VarPerSAtB0090: variação do percentual de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso, entre 2000-90.
VarPerSAtE0090: variação do percentual de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso, entre 2000-90.
VarPerSAtF0090: variação do percentual de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso, entre 2000-90.
VarTxAnA0090: variação da taxa de analfabetismo de 11 a 14 anos, entre 2000-90.
VarTxAnD0090: variação da taxa de analfabetismo de 18 a 24 anos, entre 2000-90.

O sinal negativo era esperado para a variação do percentual de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso, na década de 1990, pois a defasagem educacional pode indicar a necessidade de conciliação da vida escolar com o trabalho, ou, até mesmo, demonstrar uma baixa qualidade no ensino, no sentido de que não são buscadas formas para atender as diferenças de aprendizagem (dificuldades) dos alunos. O sinal inverso ao esperado para essa variável pode estar relacionado à complexidade da gestão que os municípios passaram nos dois decênios, podendo ter absorvido efeitos da descentralização, da crise econômica ou da instituição de novos municípios. Ademais, na década de 1990, ainda não existiam diversas políticas públicas atuais para manutenção dos alunos na escola, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família. Entretanto, essa variável (VarPerSAtE0090) pode ser excluída do conjunto de variáveis explicativas do Grupo Educação.

Na literatura pesquisada foram encontrados resultados similares em relação ao nível de ensino concluído (AFONSO E FERNANDES; 2008; AFONSO, SCHUKNECHT; TANZI; 2010; ANTONELLI E DE BONIS; 2019). Nos estudos de Afonso e Venâncio (2016), Borger e Kerstens (1996a,b), Loikkanen e Susiluoto (2005) e Van den Eeckaut et al. (1993), foi identificado que localidades onde a população possui altos níveis de escolaridade e possuem ensino superior a eficiência é maior. O gestor público ter cursado uma pós-graduação (Monkam, 2014), o município ter conselho de educação (COSTA et al., 2015) e o índice de desenvolvimento da educação pública ser alto (STORTO, 2016) também são determinantes da eficiência. A literatura também traz resultados similares ao sinal inverso do esperado, como, por exemplo: a existência de conselho de educação no município (Costa et al., 2015), a participação dos cidadão com formação superior (STASTNÁ; GREGOR, 2015), e o Índice de desenvolvimento de infraestrutura da educação pública (STORTO, 2016), que resultaram em variáveis que reduzem a eficiência.

As variáveis que reduziram a eficiência (coeficiente com sinal negativo) dos municípios paulistas foram: a variação do percentual de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso, e variação da taxa de analfabetismo de 11 a 14 anos, e de 18 a 24 anos, na década de 1990; e a variação do percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola, e de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo, na década de 2000 (Tabela 17). Ou seja, o atraso escolar, o analfabetismo e crianças fora da escola fizeram com que os municípios paulistas fossem menos eficientes. Na década de 2000, onde já tinham sido aplicadas políticas públicas para manutenção das crianças na escola, as variáveis de atraso escolar, analfabetismo e crianças fora da escola ainda continuaram altas e impactando na eficiência municipal. Isso pode demonstrar a baixa qualidade na alocação do gasto público em educação, a ausência de políticas públicas mais voltadas ao atendimento das necessidades escolares dos munícipes ou identificação dessas necessidades. Entretanto, mesmo que existam políticas públicas voltadas para a defasagem, manutenção do aluno na escola e qualidade da educação, há necessidade de um tempo de efetivação dessas ações, não sendo imediatas e proporcionais ao investimento público no ato da sua instituição.

Os estudos de Rayp e van de Sijpe (2007) e Kyriacou et al. (2018) identificaram variáveis com sinal negativo esperado: desigualdades educacionais e alto analfabetismo em adultos, sucessivamente. Isso demonstra que ao diminuir as disparidades em nível educacional e implementar ações que reduzam as taxas de analfabetismo em adultos promove melhoria da eficiência no bem-estar social dos cidadãos.

A significância estatística (*P-value*) das variáveis do Grupo Educação que aumentaram a eficiência foi até 5%. O poder explicativo do conjunto de variáveis do Grupo Educação foi de 28,5% (década de 1990) e 1,2% (década de 2000). Na literatura, os estudos que utilizaram variáveis relacionadas à educação, em seus conjuntos de fatores determinantes à eficiência, tiveram como resultado um coeficiente de determinação entre 5% a 31% em seus modelos regressivos aplicados (ADAM; DELIS; KAMMAS, 2011; AFONSO; VENÂNCIO, 2016; BORGER; KETERNS, 1996a). Os valores de multicolinearidade ficaram abaixo de 2 para todas as variáveis, apresentando valores entre 1,02 e 1,61.

Dessa forma, H3.1 foi aceita, pois existem fatores endógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Educação testadas neste estudo.

Com a aplicação da RLM nas variáveis do Grupo Infraestrutura (H3.2) foram identificados dois fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas na década de 1990 e três fatores na década de 2000 (Tabela 18). Dentre as variáveis aplicadas nenhuma delas apresentou coeficiente negativo, indicando que maiores variações na disposição de serviços públicos que garantam a coleta de lixo, a água encanada e a energia e elétrica à população, há aumento da eficiência municipal. Esses resultados são similares aos encontrados na literatura, quanto à infraestrutura: distribuição de serviços básicos pelo município, sendo água e esgoto gratuito (MONKAM, 2014); municípios informatizados (SAMPAIO DE SOUSA, CRIBARI-NETO E STOSIC, 2005; SANTOS, CRIBARI-NETO E SAMPAIO DE SOUSA, 2007; PEREIRA, SOUZA E CRIBARI-NETO, 2014); e coleta de lixo (SODRÉ, 2019).

Tabela 18 – Identificação de fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Infraestrutura

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
VarPerPDCL0090	3,57E-03	0,0000***	1,06	VarPerPDA1000	1,02E-02	0,0000***	1,37
VarPerPDEL0090	5,33E-03	0,0000***	1,06	VarPerPDCL1000	6,59E-03	0,0240**	1,38
				VarPerPDEL1000	1,30E-02	0,0000***	1,24
Constante	6,49E-01	0,0000		Constante	5,05E-01	0,0000	
VIF Médio			1,06	VIF Médio			1,33
R^2	9,7%			R^2	16,3%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis endógenas:
VarPerPDCL0090: variação do percentual da população em domicílios com coleta de lixo, entre 2000-90.
VarPerPDEL0090: variação do percentual da população em domicílios com energia elétrica, entre em 2000-90.
VarPerPDA1000: variação do percentual da população em domicílios com água encanada, entre 2010-00.
VarPerPDCL1000: variação do percentual da população em domicílios com coleta de lixo, entre 2010-00.
VarPerPDEL1000: variação do percentual da população em domicílios com energia elétrica, entre 2010-00.

O coeficiente de determinação (R^2) resultou em 9,7% (década de 1990) e 16,3% (década de 2000) e a significância estatística foi de 1% para quase todas as variáveis, exceto para PerPDCL1000 que foi significativa a 5%, no segundo decênio (Tabela 18). A multicolinearidade das variáveis foi abaixo de 2, apresentando valores entre 1,06 a 1,38.

Com base nesse contexto, H3.2 foi aceita, pois existem fatores endógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Infraestrutura testadas neste estudo.

Ao aplicar a RLM nas variáveis do Grupo Saúde (H3.3) foram identificados dois fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas na década de 1990 e cinco fatores na década de 2000 (Tabela 19). As variáveis do Grupo Saúde que aumentaram a eficiência

(coeficiente com sinal positivo) foram: a variação da esperança de vida ao nascer e a variação do número de leitos totais disponíveis no município, na década de 1990, e a variação na taxa de envelhecimento, na década de 2000.

Tabela 19 – Identificação de fatores endógenos à eficiência dos municípios paulistas: Grupo Saúde

1990				2000			
Variável	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**	**Variável**	**Coeficiente**	***p-value***	**VIF**
VarESPVID0090	9,00E-03	0,0170**	1,00	VarImuni0999	-2,93E-03	0,0000***	1,02
VarLeitosTot9992	2,80E-04	0,0500**	1,00	VarObitC8Ouvi0999	-9,59E-02	0,0020**	1,02
				VarPercMFA1000	-1,72E-02	0,0410**	1,06
				VarTxENV1000	1,35E-01	0,0010***	1,93
				VarTxMorC20Morbi0799	8,19E-03	0,0050**	2,00
Constante	6,44E-01	0,0000		Constante	4,04E-01	0,0000	
VIF Médio			1,00	VIF Médio			1,41
R^2	1,7%			R^2	8,0%		

Fonte: Elaborado pela autora.
Notas: ***significativo a 1%. **significativo a 5%.
Variáveis endógenas:
VarESPVID0090: variação da esperança de vida ao nascer, entre 2000-90.
VarLeitosTot9992: variação do número de leitos totais, entre 1999-92.
VarImuni0999: variação média do percentual de imunização entre 2009-00.
VarObitC8Ouvi0999: variação da taxa de mortalidade no Capítulo 08 (Doenças do ouvido e da apófise mastoide) entre 2009-99.
VarPercMFA1000: variação do percentual de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos, entre 2010-00.
VarTxENV1000: variação da taxa de envelhecimento, entre 2010-00.
VarTxMorC20Morbi0799: variação da taxa de mortalidade no Capítulo 20 (Causas externas de morbidade e de mortalidade), entre 2007-99.

A variação da esperança de vida ao nascer impacta positivamente na eficiência, pois reduz a taxa de mortalidade municipal, indicando que há tratativas relacionadas a saúde da gestante e do feto. Nesse sentido, a variação do número de leitos na década de 1990, também demonstra a atuação municipal em saúde frente as responsabilidades advindas da descentralização administrativa dos municípios brasileiros. Em sentido oposto, a variação da taxa de mortalidade em decorrência de causas externas de morbidade de mortalidade[64], teve sinal inverso ao esperado. Ou seja, o aumento da variação dessa taxa torna o município mais eficiente. Isso pode ser entendido como um fator que aumenta a eficiência por estar relacionado a menores custos com a tratativa dessas ocorrências. Entretanto, essa variável

[64] Classifica as causas externas de morbidade e de mortalidade como: acidentes de transporte, quedas, afogamento e submersão acidentais, exposição ao fumo, ao fogo e às chamas, envenenamento, intoxicação por ou exposição a substâncias nocivas, lesões autoprovocadas voluntariamente, agressões e todas as outras causas externas. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sih/mxcid10lm.htm. Acesso em: 14 mar. 2020.

(VarTxMorC20Morbi0799) pode ser excluída do conjunto de variáveis explicativas do Grupo Saúde.

As variáveis do Grupo Saúde que reduziram a eficiência (coeficiente com sinal negativo) foram a variação: média do percentual de imunização, da taxa de mortalidade causadas por doenças do ouvido e da apófise mastoide, e do percentual de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos, ambas na década de 2000. Ou seja, ao reduzir a variação da taxa de imunização, de doenças auriculares e de adolescentes mães, o município será mais eficiente. Essas variáveis tem impacto negativo na promoção do bem-estar social devido ao fato de que:

- a baixa imunização da população eleva os gastos com a tratativa da doença, que, também, pode contaminar outras pessoas e onerar mais o sistema de saúde, impactando na qualidade de vida da pessoa;

- a incidência de doenças relacionadas ao ouvido demandam de tratamentos por especialistas médicos, que por sua vez, não estão disponíveis em municípios de pequeno porte, fazendo com que o município destine o paciente a outro município ou atue em parceria público-privada, aumentando o gasto em saúde municipal e impactando na qualidade de vida do paciente;

- a gravidez em idade tenra eleva os gastos em saúde, uma vez que a adolescente passa utilizar especialidades médicas em maior quantidade de vezes e em variedade de especialistas, devido a seu estado gestacional antes do período adequado, que eleva o risco da mortalidade materna e doenças para o feto. Além disso, há o impacto psicológico e social na adolescente, que eleva os índices de abandono e defasagem escolar, limitando o acesso a emprego e renda futuro.

O estudo de Costa et al. (2015) foi único que buscou identificar variáveis do Grupo Saúde como sendo interventoras à eficiência, dentre os estudos consultados na revisão da literatura nacional e internacional. Assim, conforme explanado no contexto de H3.1, este estudo analisou a existência de conselho municipal em educação e saúde, que resultou em impacto positivo e negativo na eficiência. Apesar do impacto negativo desta variável na eficiência, Costa et al. (2015) destacam o avanço considerável das políticas de saúde públicas advindas da descentralização no país.

O coeficiente de determinação (R^2) resultou em 1,7% (década de 1990) e 8,0% (década de 2000) e a significância estatística foi de 5% para quase todas as variáveis, exceto

para VarImuni0999 e VarTxENV1000 que foram significativa a 1%, no segundo decênio (Tabela 18). A multicolinearidade das variáveis apresentou valores entre 1,00 a 2,00.

Assim, H3.3 foi aceita, pois existem fatores exógenos à eficiência na promoção do bem-estar social nos municípios paulistas relacionados às variáveis do Grupo Saúde testadas neste estudo.

Com os resultados das RLM aplicadas aos grupos de fatores endógenos foi possível identificar se há impacto das variáveis selecionadas na eficiência resultada na gestão municipal dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas. As variáveis com os sinais do coeficiente esperado (impacto positivo e negativo) foram dispostas resumidamente no Quadro 104, juntamente com a aceitação ou rejeição de cada uma das três sub-hipóteses.

Quadro 104 – Resumo da identificação dos fatores endógenos à eficiencia nos municípios paulistas

Grupo (sub-hipótese): Resultado	Impacto positivo		Impacto negativo	
	Década 1990	Década 2000	Década 1990	Década 2000
Educação (H3.1): Aceita	VarPerAFCB0090 VarPerAMCD0090 VarPerMSFF0090 VarPerSAtB0090		VarPerSAtF0090 VarTxAnA0090 VarTxAnD0090	VarPerCFE1000 VarPerAFFB1000
Infraestrutura (H3.2): Aceita	VarPerPDCL0090 VarPerPDEL0090	VarPerPDA1000 VarPerPDCL1000 VarPerPDEL1000		
Saúde (H3.3): Aceita	VarESPVID0090 VarLeitosTot9992	VarTxENV1000		VarImuni0999 VarObitC8Ouvi0999 VarPercMFA1000

Fonte: Elaborado pela autora.
Nota: **Variáveis endógenas:**
VarESPVID0090: variação da esperança de vida ao nascer, entre 2000-90.
VarImuni0999: variação média do percentual de imunização entre 2009-00.
VarLeitosTot9992: variação do número de leitos totais, entre 1999-92.
VarObitC8Ouvi0999: variação da taxa de mortalidade no Capítulo 08 (Doenças do ouvido e da apófise mastoide) entre 2009-99.
VarPerAFCB0090: variação do percentual de 16 a 18 anos com fundamental completo, entre 2000-90.
VarPerAFFB1000: variação do percentual de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo, entre 2010-00.
VarPerAMCD0090: variação do percentual de 19 a 21 anos com médio completo, entre 2000-90.
VarPerCFE1000: variação do percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola, entre 2010-00.
VarPercMFA1000: variação do percentual de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos, entre 2010-00.
VarPerMSFF0090: variação do percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, entre 2000-90.
VarPerPDA1000: variação do percentual da população em domicílios com água encanada, entre 2010-00.
VarPerPDCL0090: variação do percentual da população em domicílios com coleta de lixo, entre 2000-90.
VarPerPDCL1000: variação do percentual da população em domicílios com coleta de lixo, entre 2010-00.
VarPerPDEL0090: variação do percentual da população em domicílios com energia elétrica, entre em 2000-90.
VarPerPDEL1000: variação do percentual da população em domicílios com energia elétrica, entre 2010-00.
VarPerSAtB0090: variação do percentual de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso, entre 2000-90.
VarPerSAtF0090: variação do percentual de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso, entre 2000-90.

VarTxAnA0090: Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos, entre 2000-90.
VarTxAnD0090: Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos, entre 2000-90.
VarTxENV1000: variação da taxa de envelhecimento, entre 2010-00.

Dessa forma, a Hipótese 3, de que existem fatores determinantes da eficiência da gestão dos gastos públicos para promover o bem-estar social nos municípios paulistas, foi aceita. Pois, as variáveis aplicadas para os três grupos apresentaram impactos com sinais esperados. Por fim, cabe destacar que foram identificados diversos fatores que impactaram, positiva e negativamente, na eficiência dos municípios paulistas, principalmente, as variáveis relacionadas aos Grupos: Educação (R^2: 28,5%) na década de 1990), Infraestrutura (R^2: 9,7% e 16,3%) nas duas décadas e Saúde (R^2: 8%) na década de 2000.

Tendo por base as variáveis endógenas identificadas como fatores positivos e negativos que determinam a eficiência nos municípios paulistas nas duas décadas estudadas, os gestores públicos podem criar ações, por meio de políticas públicas, melhoria de processos ou melhoria da alocação dos recursos públicos, visando o aumento da promoção do bem-estar social, em parceria com outras esferas de governo ou parcerias público-privada, pois essas variáveis, em sua maioria, estão diretamente relacionadas a gestão pública municipal.

7 CONCLUSÕES

Os governantes públicos perceberam a importância de suas ações na função de gestor ao tomar decisões e direcionar os recursos públicos para o desenvolvimento econômico. Ao longo do tempo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, os gestores públicos entenderam que o papel do Estado perpassa essa questão, indo em direção do atendimento das necessidades dos cidadãos, assistindo-os para o desenvolvimento social, que consequentemente leva ao desenvolvimento econômico. Nesse período, nasce o Estado de Bem-Estar Social, baseado em legislações trabalhistas e Declaração dos Direitos Humanos, com maior ênfase na Europa e Estados Unidos.

No Brasil, o Estado de Bem-Estar Social também teve origem na instituição de legislações trabalhistas, que mais tarde foi incrementado pelas novas Constituições Federais, por meio do universalismo básico em educação e saúde. O processo de descentralização administrativa dos municípios brasileiros distribuiu novas responsabilidades e recursos aos gestores municipais, mesmo que não tenha sido feito proporcionalmente. Assim, ao final da década de 1980, a maioria dos serviços públicos passa a ser disponibilizada nos municípios, e são esses que vão influenciar no desenvolvimento econômico e de bem-estar social dos munícipes.

É sabido que a gestão pública carece de indicadores que mensuram a eficiência na prestação dos serviços frente aos gastos realizados para promover o bem-estar da população. Tendo em vista as especificidades do setor público, o princípio da economicidade, a escassez dos recursos e a necessidade da disposição de serviços públicos de qualidade, tem-se a importância de analisar a eficiência a gestão pública municipal. Por meio dos resultados de uma análise de eficiência é possível que seja feito o controle pela sociedade, que promova um equilíbrio e melhoria dos serviços prestados nas funções governamentais, e até mesmo redução de custos.

Neste contexto, o objetivo geral da tese foi analisar a eficiência dos municípios brasileiros quanto à gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social entre 1990-2010 e identificar fatores exógenos e endógenos, que são determinantes da eficiência nos municípios paulistas. Esse objetivo geral e os específicos foram cumpridos junto à questão de pesquisa e as hipóteses levantadas.

Ao examinar os dados coletados para análise de eficiência, aplicada por meio da metodologia DEA, foi identificada a ausência de base para 36% dos municípios na década de 1990 e 17% dos municípios para a década de 2000. Com os dados existentes foi testada H1: Os gastos públicos municipais promovem o bem-estar social, tendo sido aplicadas correlações e regressões simples nas variáveis de input e output. Os resultados das correlações indicaram relação linear entre os gastos públicos e infraestrutura, para o estado do Acre, nos dois decênios, e entre a variação do IDHG e da infraestrutura para o estado do Pará. As regressões simples resultaram em significância estatística positiva entre o gasto público per capita e a variação do IDHG e infraestrutura, mas negativamente entre o gasto público per capita e a variação da população. Assim, H1 foi aceita parcialmente.

Para atender ao objetivo geral de analisar a eficiência dos municípios brasileiros quanto à gestão dos gastos públicos na promoção do bem-estar social entre 1990-2010 e responder a questão de pesquisa sobre quais são esses municípios, foi aplicada a metodologia DEA. Os resultados indicaram 184 municípios eficientes na década de 1990 e 204 municípios eficientes na década de 2000, sendo a maioria deles, proporcionalmente, de grande porte e metrópole, sucessivamente. Com os resultados estaduais foi possível concluir que: a Região Norte resultou em estados com maior percentual médio e mínimo de eficiência, nos dois decênios estudados, e a Região Sul (década de 1990) e Região Sudoeste (década de 2000) resultaram nas menores médias e mínimo; o porte do município não limita a eficiência, tendo em vista as complexidades de gestão dos municípios com maior população e os municípios com menor arrecadação; há dependência espacial de eficiência em quase todos os estados brasileiros, principalmente próximos às capitais estaduais; e o maior valor das variáveis de *output* (variação de IDHG, população e infraestrutura) não garante que um município seja eficiente.

Na análise de eficiência do município de Limeira/SP foram identificados os municípios *benchmarks*: Guarulhos e Santa Lúcia (década de 1990) e São Paulo e Ribeirão Branco (década de 2000). Sendo recomendado o aumento na variação da infraestrutura municipal, por meio da disposição de serviços públicos com os recursos excedentes para o maior número de munícipes possível, tendo por base seus *benchmarks*. Assim, foi atendido o primeiro objetivo específico da tese.

Para atender ao objetivo geral e os específicos de identificar fatores exógenos e endógenos, que são determinantes da eficiência nos municípios paulistas e responder a

questão de pesquisa sobre quais são esses fatores, foram testadas seis sub-hipóteses para aos fatores exógenos (Grupo Agricultura, Geografia, População, Renda, Ocupação e Segurança) e três sub-hipóteses quantos aos fatores endógenos (Educação, Infraestrutura e Saúde). As aplicações das regressões lineares múltiplas indicaram a existência de variáveis que impactam positiva e negativamente à eficiência resultada nos municípios paulistas em todos os grupos estudados, demonstrando significância estatística abaixo de 5%. Essas regressões apresentaram coeficientes de determinação entre 1,2% e 50,4%. Quanto aos fatores endógenos, também foram identificadas variáveis em todos os grupos com impacto positivo ou negativo, com significância estatística abaixo de 5%. Essas regressões apresentaram coeficientes de determinação entre 1,7% e 28,5%.

Com isso, conclui-se que os gestores públicos municipais, ao identificar as interveniências das variáveis exógenas e endógenas à eficiência no estado de São Paulo, podem criar ações, por meio de políticas públicas, melhoria de processos ou melhoria da alocação dos recursos públicos, visando o aumento da promoção do bem-estar social. Assim, foram atendidos o segundo e terceiro objetivos específicos da tese.

Os resultados dessa tese foram comparados com a pesquisa bibliográfica realizada, sendo que corroboram, em sua maioria, com os disposto na literatura nacional e internacional. Principalmente, em relação ao fato de que os municípios que realizam os maiores gastos públicos não são eficientes; que municípios de grande e pequeno porte ou metrópoles podem ser eficientes, mas que há dependência espacial de eficiências, e que no processo de gestão dos gastos públicos devem ser considerados os fatores endógenos e exógenos para melhor promoção do bem-estar social nos municípios, estados ou países. Dessa forma, foram atendidos o quarto e quinto objetivos da tese.

As limitações metodológicas do estudo estão pautadas no tamanho da amostra, na ausência de estudos prévios e no método estatístico aplicado. Primeiramente, há limitação no tamanho da amostra devido à indisponibilidade de dados para todos os municípios nos dois decênios estudados. Assim, além de limitar a comparação dos dados entre as duas décadas analisadas, essa ausência não permite que sejam feitas análises estaduais completas, principalmente, em estados com poucos municípios, como no Acre, Amapá, Amazonas e Roraima. Mesmo assim, comparações foram realizadas, buscando demonstrar que, mesmo com amostras, períodos e cenários econômicos distintos, é possível que um município seja eficiente em dois períodos decenais. Em segundo lugar, a ausência de estudos em décadas

anteriores as aqui pesquisadas limitam a comparação, perfazendo esta com estudos similares, mas que, em sua maioria, não analisaram a gestão do gasto público em relação a promoção do bem-estar social nos municípios brasileiros, direcionados aos respectivos estados. Por fim, existem outros métodos estatísticos que podem ser aplicados para composição de grupos de variáveis para identificação de fatores exógenos e endógenos à eficiência ou para análise dos resultados DEA, que não foram aplicados nessa tese, como, por exemplo: análise de componentes principais, análise fatorial, análise de clusters, regressão quantílica ou Tobit.

As limitações de pesquisa estão direcionadas a incompletude do levantamento bibliográfico sobre estudos que analisaram a eficiência do gasto público na promoção do bem-estar social e a amplitude do estudo. A princípio foram levantados na literatura todos os estudos disponíveis sobre a temática estudada, entretanto podem não ter sido encontrados todos os estudos que abordam sobre a análise do gasto público para promoção do bem-estar social, seja pelos termos similares adotados por outros autores, seja pelo recorte de tempo aplicado no levantamento. Isso pode enviesar ou limitar a comparação com os resultados trazidos na tese. Segundamente, a amplitude do estudo para todos os estados brasileiros, nos dois decênios, tendo em vista a busca por variáveis endógenas e exógenas, limitou a pesquisa ao direcionamento da análise aprofundada somente do estado de São Paulo, e a descrição dos municípios *benchmarks* somente para Limeira/SP.

Para estudos futuros são sugeridas: a aplicações de outros métodos estatísticos no agrupamento de possíveis variáveis que correspondam a fatores exógenos e endógenos à eficiência municipal na promoção do bem-estar social; continuidade na busca por fatores endógenos e exógenos à gestão pública municipal nos estados aqui não analisados; comparação dos resultados estaduais com a década seguinte (2010), devido à disponibilidade do Censo do IBGE (2022), atrasado em sua aplicação devido à pandemia do coronavírus.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACRE. Economia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ac.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

ACRE. Economia. Disponível em: <https://seplan.ac.gov.br/acreemnumeros/economia/>. Acesso em: 18 set. 2022.

ACRE. Governo. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/sobre-o-acre>. Acesso em: ago. 2017.

ADAM, A.; DELIS, M.; KAMMAS, P. Public sector efficiency: Leveling the playing field between OECD countries. **Public Choice**, v. 146, n. 1, p. 163–183, 2011.

AFONSO, A. et al. Income distribution determinants and public spending efficiency. **J Econ Inequal**, v. 8, p. 367–389, 2010.

AFONSO, A.; FERNANDES, S. Measuring local government spending efficiency: evidence for the Lisbon region. **Regional Studies**, v. 40, n. 1, p. 39–53, 2006.

AFONSO, A.; FERNANDES, S. Assessing and explaining the relative efficiency of local government. **The Journal of Socio-Economics**, v. 37, p. 1946–1979, 2008.

AFONSO, A.; ROMERO, A.; MONSALVE, E. **Public Sector Efficiency: Evidence for Latin America Fiscal and Municipal Management Division**. Intererican Development Bank. IDB-DP-279. Washington, 2013.

AFONSO, A.; SCHUKNECHT, L.; TANZI, V. Public sector efficiency: An international comparison. **Public Choice**, v. 123, p. 321–347, 2005.

AFONSO, A.; SCHUKNECHT, L.; TANZI, V. Public sector efficiency: evidence for new EU member states and emerging markets. **Applied Economics**, v. 42, n. 17, p. 2147–2164, 2010.

AFONSO, A.; VENÂNCIO, A. The relevance of commuting zones for regional spending efficiency. **Applied Economics**, v. 48, n. 10, p. 865–877, 2016.

ALAGOAS. Economia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_al.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

ALAGOAS. Ministério das Relações exteriores. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat13.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

ALBUQUERQUE, A. S.; TRÓCCOLI, B. T. Desenvolvimento de uma escala de bemtar

subjetivo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 153–164, ago. 2004.

AMAPÁ. Economia. Agência de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <https://ageamapa.portal.ap.gov.br/conteudo/por-que-o-amapa/dados-geograficos>. Acesso em: 18 de set. 2022.

AMAPÁ. Economia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicada1_ap.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

AMAPÁ. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat11.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

AMAPÁ. Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1029/57.pdf?sequence=4>. Acesso em: ago. 2017.

ANDERSEN, J. G. **Welfare States and Welfare State Theory**. Centre for Comparative Welfare Studies, Department of Political Science - Aalborg University. Denmark, 2012.

ANGELO, L. C. et al. Fatores Explicativos do Indíce de Desenvolvimento Para o Munícipio de Alagoas. **Economia política do desenvolvimento**, v. 1, n. 46, p. 31–47, 2009.

ÂNGULO-MEZA, L.; SANTOS, T. P. DOS. Uma Avaliação Da Eficiência Na Aplicação Dos Recursos Públicos Federais Em Saúde Com Uso Da Metodologia Dea. Simpósio de Pesquisa Operaciona & Logística da Marinha, 2010.

ANTONELLI, M. A.; DE BONIS, V. The efficiency of social public expenditure in European countries: a two-stage analysis. **Applied Economics**, v. 51, n. 1, p. 47–60, 2 jan. 2019.

ARAUJO NETO, L. M. DE. Eficácia, eficiência e produtividade dos gastos públicos municipais no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CAVALCANTI, L. et al. Análise Epistemológica Da Nova Administração Pública À Luz De Kuhn E Popper. **RAUNP**, p. 43–53, 2011.

ARCELUS, F. J.; SHARMA, B.; SRINIVASAN, G. **The Human Development Index Adjusted for Efficient Resource Utilization**. United Nations University. Research Paper n. 2005/08. Helsinki, 2005. Disponível em: <www.wider.unu.edu>. Acesso em: 6 abr. 2019.

ARRETCHE, M. T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias

explicativas. **BIB**, v. 39, p. 3–40, 1995.

ATLAS BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 3 maio. 2018.

AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. A especificidade do "Welfare State" brasileiro. In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) (Ed.). . **Reflexões sobre a natureza do bemtar**. Brasília: PAX Editora Gráfica, 1989.

BACIU, L.; BOTEZAT, A. A comparative analysis of the public spending efficiency of the new EU member states: A DEA approach. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 50, p. 31–46, 1 jul. 2014.

BAHIA. Economia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ba.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

BAHIA. Governo. Disponível em: <http://www.bahia.com.br/viverbahia/historia/>. Acesso em: ago. 2017.

BANKER, A. R. D.; CHARNES, A.; COOPER, W. W. Some Models for Estimating Technical and Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science**, v. 30, n. 9, p. 1078–1092, 1984.

BANKER, R. D.; KAPLAN, R. S. "William W. Cooper: innovatior, fighter, and scholar," Accounting Horizons. In: ZEFF, S. A. (Ed.). . **Memorial Articles for 20th Century American Accounting Leaders**. 1. ed. New York: Routledge, 2016. p. 118–131.

BANKER, R.; NATARAJAN, R.; ZHANG, D. Two-stage estimation of the impact of contextual variables in stochastic frontier production function models using Data Envelopment Analysis: Second stage OLS versus bootstrap approaches. **European Journal of Operational Research**. 2018.

BARRIOS, S.; SCHAECHTER, A. **The quality of public finances and economic growth**. European Comission. Economic Papers 337. Brussels: 2008.

BENEVIDES, C. DO V. Um estado de bemtar social no Brasil? **Universidade Federal Fluminense - UFF**, p. 1–98, 2011.

BIKIS, J. **Efficiency of the Welfare State: a comparative approach using Data Envelopment Analysis**. The University of Texas of Dallas, 2011.

BONAVIDES, P. A evolução constitucional do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 155–176, dez. 2000.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BRESSERREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 1, p. 112–116, 2010.

BRIGGS, A. The Welfare State in Historical Perspective. **European Journal of Sociology**, v. 2, n. 2, p. 221–258, 1961.

BRUECKNER, J. K. A test for allocative efficiency in the local public sector. **Journal of Public Economics**, v. 19, p. 311–331, 1982.

BORGER, B.; KERSTENS, K. Cost efficiency of Belgian local governments: A comparative analysis of FDH, DEA, and econometric approaches. **Regional Science and Urban Economics**, v. 26, n. 2, p. 145–170, 1996a.

BORGER, B.; KERSTENS, K. Radial and nonradial measures of technical efficiency: An empirical illustration for Belgian local governments using an FDH reference technology**. The Journal of Productivity Analysis**, v. 7, p. 41-62, 1996b.

BORGER, B.; KERSTENS, K. What is known about municipal efficiency?, in BLANK J. (Ed.) Public Provision and Performance: Contributions from Efficiency and Productivity Measurement, pp. 299–330. North-Holland, Amsterdam, 2000.

BULJAN, A.; DESKAR-SKRBIC, M.; SIMOVIC, H. Determinants of public health care, education and administration efficiency in Central, Eastern and South Eastern Europe. **Croatian and Comparative Public Administration**, v. 19, n. 4, p. 537–563, 2019.

CAMARGO, F. DE O.; GUIMARÃES, K. M. S. O princípio da eficiência na gestão pública. **Revista CEPPG- Centro de Ensino Superior de Catalão**, v. 16, n. 28, p. 133–145, 2013.

CÂNDIDO JUNIOR, J. O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 233–260, 2001.

CASU, B.; SHAW, D.; THANASSOULIS, E. Using a group support system to aid input-output identification in DEA. **Journal of the Operational Research Society**, v. 56, p. 1363–1372, 2005.

CEARÁ. Economia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ce.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

CEARÁ. Governo. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/historia-do-ceara>. Acesso em: ago. 2017.

CHAN, S. G.; KARIM, M. Z. A. Public spending efficiency and political and economic factors: Evidence from selected East Asian countries. **Economic Annals**, v. 57, n. 193, p. 7–24, 2012.

CHAOUK, M.; PAGLIARI, D. R.; MOXON, R. The impact of national macro-environment exogenous variables on airport efficiency. **Journal of Air Transport Management**, v. 82, p. 101740, 1 jan. 2020.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; KOZMETSKY, G. Measuring, monitoring and modeling quality of life. **Management Science**, v. 19, n. 10, p. 1172–1188, 1 jun. 1973.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; LI, S. Using data envelopment analysis to evaluate efficiency in the economic performance of Chinese cities. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 23, n. 6, p. 325–344, 1 jan. 1989.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units, short communication. **European Journal of Operational Research**, v. 3, p. 339, 1978.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. Evaluating Program and Managerial Efficiency: An Application of Data Envelopment Analysis to Program Follow Through. **Management Science**, v. 27, n. 6, p. 668–697, 1 jun. 1981.

CHELLI, F. CIOMMI, M. GIGLIARANO, C. The Index of Sustainable Economic Welfare: A Comparison of Two. **Procedia: Social and Behavioral Science**, p.443-448, 2013.

COOPER, W. W. et al. **Handbook on Data Envelopment Analysis**. Second ed. London: Springer, 2011. v. 164

COSTA, C. C. D. M. et al. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Rev. Adm. Pública-Rio de Janeiro**, v. 49, n. 5, p. 1319–1347, 2015.

CRIBARI-NETO, F.; PEREIRA, T. L. Avaliação da eficiência de administrações municipais no estado de São Paulo: uma nova abordagem via modelos de regressão beta. **Revista Brasileira de Biometria**, v. 31, n. 2, p. 270–294, 2013.

CURRISTINE, T.; LONTI, Z.; JOUMARD, I. **Improving public sector efficiency: challenges and opportunitiesOECD Journal on Budgeting**. OECD Journal on Budgeting, Volume 7 – No. 1. 2007.

D'INVERNO, G.; CAROSI, L.; RAVAGLI, L. Global public spending efficiency in Tuscan municipalities. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 61, p. 102–113, 1 mar. 2018.

DA COSTA, F. L. Contribuição a um projeto de reforma democrática do estado. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 239–270, 2010.

DANELLI JR., C. A. O modelo alemão de seguridade social: evolução histórica a partir de Bismarck. **RIDB**, v. 14, p. 16485–16520, 2013.

DELLAGNEZZE, R. Os enclaves, os exclaves e a soberania do estado no mundo globalizado. In: Ambito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 147, abr 2016. Disponível em: < https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-147/os-enclaves-os-exclaves-e-a-soberania-doestado-no-mundo-globalizado/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

DE CASTRO, J. A. Bemtar social brasileito no século XXI: da inclusão ao retorno da exclusão. **Educacao e Sociedade**, v. 40, n. e0222141, p. 1–18, 2019.

DE VOOGT, D. L.; PATTERSON, J. J. Planning exogenous factors in collective policy learning: the case of municipal flood risk governance in the Netherlands. **Journal of Environmental Managementronmental Policy & Planning**, v. 21, n. 3, p. 302–319, 2019.

DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. Introdução ao Welfare State: construção , pilares estruturais e sentido civilizatório. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 22, n. 43, p. 1–28, 2019.

DI NIZO NETO, R.; KUWAHARA, M. Y.; PINTO, R. F. A. Desigualdade socioeconômicas e eficiência das políticas públicas municipais no estado de Goiás. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 12, n. 1, p. 51–74, 2015.

DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological Bulletin**, v. 95, n. 3, p. 542–575, maio 1984.

DINCA, M. S.; DINCA, G.; ANDRONIC, M. L. Efficiency and sustainability of local public goods and services. Case study for Romania. **Sustainability (Switzerland)**, v. 8, n. 8, p. 13–18, 2016.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. Estados de Bemtar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 220–254, maio 2011.

DÓRIA, S. DE P. Análise do bem-estar social em Lisboa através de indicadores modelados por dados Geoespaciais. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa, 2021.

DUTU, R.; SICARI, P. Public spending efficiency in the OECD: Benchmarking health care,

edutation and general administration. **Organisation de Coopération et de Développement Économiques**, n. February, p. 25, 2016.

DYSON, R. G. et al. Pitfalls and protocols in DEA. **European Journal of Operational Research**, v. 132, p. 245–259, 2001.

EMEJULU, A.; SCANLON, E. Community development and the politics for social welfare: Rethinking redistribution and recognition struggles in the United States. **Community Development Journal**, v. 51, n. 1, p. 42–59, 2016.

EMROUZNEJAD, A.; YANG, G. LIANG. A survey and analysis of the first 40 years of scholarly literature in DEA: 1978–2016. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 61, 2018.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ESPÍRITO SANTO. Economia. Disponível em: <https://www.es.gov.br/economia-diversificada-2>. Acesso em: 20 set. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Governo. Disponível em: <https://es.gov.br/historia/colonizacao>. Acesso em: ago. 2017.

FAGUNDES, M. B. B. et. al. Desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso do Sul: uma análise da composição da balança comercial. Revista Unijuí, ano 15, n. 39, abr/jun., 2017. Disponível em: <revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5508/5304#:~:text=O%20Estado%20de%20MS%20destaca,alta%20competitividade%20em%20âmbito%20nacional>. Acesso em: 21 set. 2022.

FAY, S. B. Bismarck´s Welfare State. **Current History**, v. 18, n. 101, p. 1–6, 1950.

FERREIRA, R. N. Os limite da renda como indicador de bem-estar social e desigualdade nos municípios brasileiros. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

FINBRA. **Finanças do Brasil: Contas anuais dos estados, municípios e Distrito Federal**. 2020. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>. Acesso em: 2 fev. 2020.

FIORI, J. L. Estado de bemtar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 129–147, 1997.

FLEURY, S. The welfare state in Latin America: reform, innovation and fatigue. **SciELO**, v.

33, p. e00058116, 27 jul. 2017.

FLEURY, S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe3, p. 108–124, nov. 2018.

FOX, K. J. **Efficiency in the Public Sector**. 1. ed. New York: Springer - US, 2002.

GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. Transferências, equidade e eficiência municipal no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 36, p. 311–349, 2011.

GASPARINI, C. E.; RAMOS, F. S. Avaliação da Eficiência Pública: o Caso de Pernambuco. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 34, n. 2, p. 288–307, 2003.

GASPARINI, C. E.; RAMOS, F. S. Incentivos à eficiência na descentralização fiscal brasileira: o caso do FPM no estado de São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 34, n. 1, p. 123–199, 2004.

GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

GEYS, B.; MOESEN, W. Measuring local government technical (in)efficiency: An application adn comparison of FDH, DEA, and Econometrics Approaches. **Public Performance & Management Review**, v. 32, n. 4, p. 499–513, 2009.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. Finanças públicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. A Economia Brasileira nos Anos 90 - BNDES Economia. Rio de Janeiro, RJ. 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A economia brasileira nos anos 90_P.pdf>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMÉNEZ, V.; AYVAR-CAMPOS, F. J.; NAVARRO-CHÁVEZ, J. C. L. Efficiency in the generation of social welfare in Mexico: A proposal in the presence of bad outputs. **Omega (United Kingdom)**, v. 69, p. 43–52, 2017.

GOIÁS. Economia. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145>. Acesso em: 21 set. 2022.

GOIÁS. Governo. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/godados/2010/historico.htm>. Acesso em: ago. 2017.

GOUGH, I. Welfare State. In: **Social Economics**. London: Palgrave Macmillan UK, 1989. p.

276–281.

GOUGH, I. **European Welfare States: explanations and lessons for developing countries** In: Arusha Conference,"New Frontiers of Social Policy" – December 12-15, 2005.

GOUGH, I.; MCGREGOR, J. A.; CAMFIELD, L. **Wellbeing in developing countries: conceptual fundations of the WeD Programe**. Bath, UK: 2006. Disponível em: <www.welldev.org.uk>. Acesso em: 9 mar. 2019.

GORTARI, E. de. Diccionário de la logica. 1988. Col. San Rafale, México: Plaza & Janés.

GRIN, E. J. Regime de Bem estar Social no Brasil: Três Períodos Históricos , Três Diferenças em Relação ao Modelo Europeu Social-democrata. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 63, p. 186–204, 2013.

GUERREIRO, R. L. DE S. **Eficiência, bemtar e gestão pública: dois ensaios de análise municipal**. Tese (Doutorado). Universidade Católica de Brasília, 2019.

GUPTA, S.; VERHOEVEN, M. The efficiency of government expenditure: Experiences from Africa. **Journal of Policy Modeling**, v. 23, n. 4, p. 433–467, 2001.

HENNOCK, E. P. **History of Welfare State**Elsevier Inc., , 26 mar. 2001. (Nota técnica).

HILLBRECHT, R. Federalismo e a União Monetária Brasileira. **EST. ECON.**, v. 27, n. N. 1, p. 53–67, 1997.

IBGE. Censo Demográfico Brasileiro 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378>. Acesso em: 3 maio. 2018.

IPEADATA. **Banco de dados regional e social.** 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2020.

JI, W.; LEE, C. The Stata Journal. **Stata Journal**, v. 10, n. 2, p. 267–280, 2010.

JUBRAN, A. J. **Modelo de análise de eficiência na administração pública: estudo aplicado às prefeituras brasileiras usando a Análise Envoltória de Dados.** Tese (Doutorado). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo (USP), 2006.

KALB, A.; GEYS, B.; HEINEMANN, F. Value for money? German local government efficiency in a comparative perspective. **Applied Economics**, v. 44, n. 2, p. 201–218, 2012.

KELEJIAN, H. H.; OATES, W. E. **Introdução à Econometria**. Rio de Janeiro, RJ.: Campus., 1978.

KERSTENETZKY, C. L. **O estado do bemtar social na idade da razão : A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. [s.l: s.n.].

KERSTENETZKY, C. L.; GUEDES, G. P. O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social no países da OCDE. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2095–2106, 2018.

KUWAHARA, M. Y. et al. Um ensaio sobre a eficiência dos municípios na geração de bemtar. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 8, n. 1, p. 124–147, 2010.

KYRIACOU, A. P.; MUINELO-GALLO, L.; ROCA-SAGALÉS, O. Redistributive efficiency in 28 developed economies. **Journal of European Social Policy**, v. 28, n. 4, p. 370–385, 28 out. 2018.

LAURELL, A. C. Para um novo estado de bem estar na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 45, p. 187–204, 1998.

LINDEN, M.; RAY, D. Life expectancy effects of public and private health expenditures in OECD countries 1970–2012: Panel time series approach. **Economic Analysis and Policy**, v. 56, p. 101–113, 2017.

LIU, J. S. et al. A survey of DEA applications. **Omega (United Kingdom)**, v. 41, n. 5, p. 893–902, 2013.

LIU, Y. ZHU, X. WANG, Y. Revisiting and evaluation of the index of sustainable economic welfare based on artifcial intelligence: data from 30 Chinese provinces from 2003 to 2019. **Environment, Development and Sustainability**, p. 3123–3152, v. 25, 2023.

LOBATO, L. DE V. C. Políticas sociais e modelos de bemtar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde em Debate**, v. 40, n. spe, p. 87–97, dez. 2016.

MACHADO JR., S. P.; IRFFI, G.; BENEGAS, M. Análise da Eficiência Técnica dos Gastos com Educação, Saúde e Assistência Social dos Municípios Cearenses. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, p. 87-, 2011.

MACIEL, V. F.; PIZA, C. C. D. T.; PENOFF, R. N. Desigualdade regionais e bemtar no Brasil: quão eficiente tem sido a atividade tributária dos estados para a sociedade. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 33, p. 291–318, 2009.

MAIA, A. et al. A importância da melhoria da qualidade do gasto público no Brasil: Propostas práticas para alcançar este objetivo. In: **II Congresso CONSAD de Gestão Pública, Painel**, v. 32, 2009.

MANDL, U.; DIERX, A.; ILZKOVITZ, F. **The effectiveness and efficiency of public spending**. European Comission. Economic Papers 302. 2008. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/publications>. Acesso em: 7 jun. 2019.

MARANHÃO. Economia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_ma.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

MARANHÃO. Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Disponível em: <http://ihgm1.blogspot.com.br/search?q=maranh%C3%A3o>. Acesso em: set. 2017.

MARIANO, E. B. **Crescimento econômico e desenvolvimento humano: uma análise mundial da eficiência social de Estados-nação**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), 2012.

MARINHO, A.; CARDOSO, S. DE S.; ALMEIDA, V. V. DE. **Brasil, América Latina e Caribe: avaliação de eficiência em sistemas de saúde.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto pata discussão 1646. Brasilia: 2011.

MARTINO JÚNIOR, R. **Gestão administrativa e eficiência dos gastos públicos com saúde: estudo de caso dos municípios da macrorregião leste-sul - MG**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa - Viçosa, MG., 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Governo. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/>. Acesso em: ago. 2017.

MATO GROSSO. Economia. Disponível em: <https://www.sedec.mt.gov.br/-/pib-de-mato-grosso-cresceu-o-triplo-da-m%C3%A9dia-nacional-desde-2002-aponta-jornal>. Acesso em: 20 set. 2022.

MATO GROSSO. Governo. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/historia>. Acesso em: ago. 2017.

MATTEI, T. F.; BEZERRA, F. M.; MELLO, G. R. DE. Despesas públicas e o nível de desenvolvimento humano dos estados brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010. **RACE**, v. 17, n. 1, p. 29–54, 2018.

MENEZES, G. FEIJÓ, F. T. O contraste econômico entre as metades sul e norte do Rio Grande do Sul: uma aplicação do Modelo de Base Econômica. 2008. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/localizacao-sessao5-3.doc>. Acesso em: 21 set. 2022.

MERICKOVÁ, B. M. et al. Analysis of the relationship between the size and structure of public expenditure and socio-economic development. **Ekonomicky casopis (Journal of Economics)**, v. 65, n. 4, p. 320–333, 2017.

MINAS GERAIS. Economia. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Indicadores%20Scio-econmicos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

MINAS GERAIS. Governo. Disponível em: <http://mg.gov.br/conheca-minas/historia>. Acesso em: ago. 2017.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Previdência: Período de 1888 – 1933**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historico/periodo-de-1888-1933/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MONKAM, N. F. Local municipality productive efficiency and its determinants in South Africa. **Development Southern Africa**, v. 31, n. 2, p. 275–298, 2014.

MONTORO, E. A. F. O município no desenvolvimento brasileiro. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 16, n. 5, p. 29–32, 1976.

MORAIS, D. S. Os custos da atividade administrativa e o princípio da eficiência. **Revista de Direito Administrativo**, v. 237, p. 165–196, 2004.

MOREIRA, T. B. S.; KILSON, A. R. S.; SOUZA, C. V. N. Uma avaliação empírica do tamanho ótimo dos municípios. **R. bras. Est. Pop**., v. 39, n. e0185, p. 1–26, 2022.

MORENO-ENGUIX, M. D. R.; BAYONA, L. V. L. Factors affecting public expenditure efficiency in developed countries. **Politics and Policy**, v. 45, n. 1, p. 105–143, 2017.

MOSCIARO, M.; AALBERS, M. B. Assetsed welfare in Brazil. **Housing Studies**, v. 35, n. 2, p. 376–389, 2020.

NARBÓN-PERPIÑÁ, I.; WITTE, K. DE. Local governments' efficiency: a systematic literature review—part I. **International Transactions in Operational Research,** v. 25, n. 2, p. 431–468, 19 mar. 2018a.

NARBÓN-PERPIÑÁ, I.; WITTE, K. DE. Local governments' efficiency : a systematic literature review — part II. **International Transactions in Operational Research**, v. 25, n. 2, p. 1107–1136, 2018b.

OLIVEIRA, S. S. R. DE. A Comissão Nacional de Bemtar Social: planejamento estatal e política social, 1951-1954. **Historia, ciencias, saude-nguinhos**, v. 26, p. 147–161, 2020.

ONU BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 26 mar. 2019.

OUERTANI, M. N. et al. Assessing government spending efficiency and explaining

inefficiency scores: DEA-bootstrap analysis in the case of Saudi Arabia. **Cogent Economics & Finance**, v. 6, n. 1, p. 1493666, 19 jan. 2018.

OZCAN, Y. A. **Health care benchmarking and performance evaluation: An assessment using Data Envelopment Analysis (DEA)**. Springer, 2008.

PAIM, J. et al. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios.** In: Saúde no Brasil. The Lancet. Londres: 2011, p. 11-31.

PARÁ. Economia. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2013/07/br201307b2p.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

PARÁ. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista1-mat8.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

PARAÍBA. Economia. Disponível em: <http://zeoserver.pb.gov.br/portalparaiba/mapadeoportunidades/conheca-a-paraiba/uma-paraiba-vestida-de-sol/a-historia-de-um-povo>. Acesso em: 19 set. 2022.

PARAÍBA. Economia. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/pib-da-paraiba-alcanca-quarta-melhor-taxa-de-crescimento-no-nordeste-revela-ibge-2#:~:text=No%20que%20diz%20respeito%20%C3%A0,Agropecu%C3%A1ria%20(4%2C5%25)>. Acesso em: 19 set. 2022.

PARAÍBA. Governo. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/Historia_da_Paraiba.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

PARANÁ. Academia Paranaense de Letras. Disponível em: <http://www.academiapr.org.br/historia-parana/historia-do-parana-aula-9/>. Acesso em: ago. 2017.

PARANÁ. Economia. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Parana-em-Numeros>. Acesso em: 20 set. 2022.

PEREIRA, T. L.; SOUZA, T. C.; CRIBARI-NETO, F. Uma avaliação da eficiência do gasto público nas regiões do Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. Ed. Especial, p. 23–36, 2014.

PEREIRA LEAL, C. et al. Descomplicando a economia do setor público. Ponta Grossa: Atena, 2022.

PERNAMBUCO. Economia. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-mata-sul-pernambucana/atividades-economicas>. Acesso em: 19 set. 2022.

PERNAMBUCO. Governo. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/conheca/historia/>. Acesso em: ago. 2017.

PIAUÍ. Economia. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/202212/CEPRO16_8e28d014d6.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

PIAUÍ. Governo. Disponível em: <http://www.jucepi.pi.gov.br/piaui.php>. Acesso em: ago. 2017.

POPOVA, Y. Relations between Wellbeing and Transport Infrastructure of the Country. **Procedia Engineering**, v. 178, p. 579–588, 2017.

PORTAL BRASIL. **Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI)/FGV**. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/igp.htm>. Acesso em: 19 jan. 2017.

PREARO, L. C.; MARACCINI, M. C.; ROMEIRO, M. DO C. Fatores determinantes do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 132–155, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PULSELLI, F. M., CIAMPALINI, F., TIEZZI, E., ZAPPIA, C. The Index of Sustainable Economic Welfare (ISEW) for a Local Authority: A Case Study in Italy. **Quaderni**. Università degli Studi di Siena Dipartimento di Economia Politica, n. 449, maio 2005.

QUINTELA, M. C. DE A. Gasto público social dos estados brasileiros: um estudo sob a ótica da eficiência técnica. (Tese) Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, 2011.

RAMOS, L.; ÁVILA, M. DE. Nível de Bem-Estar Social no Brasil Metropolitano: uma comparação inter-regional. Rio de Janeiro, RJ. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2000. (Nota técnica).

RAYP, G.; VAN DE SIJPE, N. Measuring and explaining government efficiency in developing countries. **Journal of Development Studies**, v. 43, n. 2, p. 360–381, 2007.

REIS, P. R. DA C.; DA COSTA, T. DE M. T.; SILVEIRA, S. DE F. R. Receita pública e bemtar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. **REAd**, v. 74, n. 1, p. 61–82, 2013.

REIS, P. R. DA C.; DRUMOND, A. M.; SILVEIRA, S. DE F. R. Emancipação municipal e eficiência nos gastos públicos para geração de bem-estar nos municípios mineiros de

pequeno porte. **XVIII Anais do Congresso Brasileiro de Custos (ABC)**. Rio de Janeiro, RJ. 2011. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/499/499>

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: Uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 1, p. 24–40, 2005.

RIO DE JANEIRO. Economia. Disponível em: <https://www.codin.rj.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2022.

RIO DE JANEIRO. Fundação CEPERJ. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_politico_administrativo.html>. Acesso em: ago. 2017.

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual Do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Economia. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/estado-rio-grande-do-norte.html>. Acesso em: 19 set. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/natal/ctd-669.html>. Acesso em: set. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/detalhe.php?ref=02&vol=volume1>. Acesso em: ago. 2017.

RONDÔNIA. Governo. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>. Acesso em: ago. 2017.

RORAIMA. Departamento de Turismo do Estado de Roraima - Detur/Seplan. Disponível em: <http://www.turismo.rr.gov.br/site/>. Acesso em: dez. 2017.

RORAIMA. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000018.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

RORAIMA. Economia. Disponível em: <http://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos_mapa/roraima/rr_relatorio_final.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

RORAIMA. Economia. Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/rr>. Acesso em: 21 set. 2022.

RORAIMA. Economia. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/noticias/item/6686-potencia-agricola-abertura-da-colheita-de-soja-intensifica-o-agronegocio-em-roraima#:~:text=Considerando%20ainda%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20das,%C3%A1rea%20cultivada%20ainda%20em%202022>. Acesso em: 21 set. 2022.

SAAB, F. et al. Políticas públicas e desenvolvimento humano: fatores que impactam o IDH em municípios brasileiros. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 20, n. 2, p. 209–230, 2021.

SANTA CATARINA. Economia. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/economia/>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTA CATARINA. Governo. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conhecasc/historia>. Acesso em: set. 2017.

SÃO PAULO. Economia. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/economia-diversificada/pib/>. Acesso em: 20 set. 2022.

SÃO PAULO. Governo. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia. Acesso em: ago. 2017.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. (5), p. 909–33, 2007.

SAMPAIO DE SOUSA, M. D. C.; CRIBARI-NETO, F.; STOSIC, B. D. Explaining DEA technical efficiency scores in an outlier corrected environment: The case of public services in Brazilian municipalities. **Brazilian Review of Econometrics**, v. 25, n. 2, p. 287, 2005.

SAMPAIO DE SOUSA, M. DA C.; RAMOS, F. S. Eficiência técnica e retornos de escala de produção de serviços públicos municipais: o caso do nordeste e do sudeste brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 53, n. 4, p. 433–461, 1999.

SAMPAIO DE SOUSA, M. DA C.; STOSIC, B. D. Technical efficiency of the Brazilian municipalities: correcting nonparametric frontier measurements for outliers. **Journal of Productivity Analysis**, v. 24, p. 157–181, 2005.

SANT´ANA, T. D. et al. Scientific research on the efficiency of public expenditures: How

and where is it going? **International Journal of Public Administration**, v. 0, n. 0, p. 1–11, 2019.

SANTOS, F. C. B.; CRIBARI-NETO, F.; SAMPAIO DE SOUZA, M. DA C. Uma avaliação da eficiência do gasto público municipal no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 68, n. 228, p. 1–1395, 2007.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. (5), p. 909–33, 2007.

SÁTYRO, N. G. D. Padrões distintos de bem-estar no Brasil: uma análise temporal. **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 219–251, 2014.

SERGIPE. Economia. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/opiniao/perspectivas-economicas-de-sergipe#:~:text=Sergipe%20combina%20a%20presen%C3%A7a%20de,produtores%20de%20cimento%20do%20Brasil>. Acesso em: 19 set. 2022.

SERGIPE. Governo. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/governo/emancipacao-politica-sergipe-completa-195-anos-de-independencia>. Acesso em: ago. 2017.

SEIFERT, S.; NIESWAND, M. Local Government Studies What Drives Intermediate Local Governments' Spending Efficiency: The Case of French Départements. **Local Government Studies**, v. 40, n. 5, p. 766–790, 2014.

SHIKIDA, C. D.; MILTON, R. S. DE A.; ARAÚJO JR, A. F. Existe trade-off entre bemtar e desigualdade? Um estudo de caso com municípios mineiros. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, n. 1, p. 99–138, 2007.

SILVA, A. D. A. P. et al. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 1, p. 96–114, 2012.

SILVA, C. R. M. DA; CRISÓSTOMO, V. L. Fiscal management, public management efficiency and socioeconomic development of Cerá municipalities. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 791–801, ago. 2019.

SILVA, L. C. DA; CRUZ, M. S. DA; IRFFI, G. I. Gastos Públicos e crescimento econômico: uma análise para os municípios paranaenses. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p.

741–760, 2013.

SILVA, R. G. DA. **Do welfare ao workfare**. [s.l.] Universidade de Brasília. Isntituto de Ciências Humanas, 2011.

SILVA, V. D. S. DA et al. Análise de eficiência dos serviços de hospitais públicos nas capitais brasileiras. **Revista Produção Online**, v. 17, n. 3, p. 1090, 15 set. 2017.

SILVA, V. DE S. DA. **Análise de eficiência dos gastos públicos em saúde nos municípios paranaenses**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2017.

SILVA, V. DE S. DA et al. Gestão dos gastos públicos ambientais: uma análise de eficiência nos municípios paulistas. In: **LI Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacionalmpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional (SBPO)**, 2019.

SILVA, J. DE M. C.; KUWAHARA, M. Y.; MACIEL, V. F. A eficiência dos gatos municipais na geração do bemtar na Região Metropolitana de São Paulo. **RDE**, v. 26, n. 2, p. 86–98, 2012.

SLIJEPCEVIC, S. Measuring efficiency at the regional level: a Data Envelopment Analysis approach. **Lex Localis - Journal of Local Selfvernment**, v. 17, n. 3, p. 679–696, 2019.

SODRÉ, F. R. A. **Ensaios sobre a eficiência dos gastos públicos, gestão municipal e corrupção no Brasil**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SOUZA JÚNIOR, C. V. N. DE; GASPARINI, C. E. Análise da equidade e da eficiência dos estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro. **Estud. Econ.**, v. 36, n. 4, p. 803–832, 2006.

STASTNÁ, L.; GREGOR, M. Public sector efficiency in transition and beyond: evidence from Czech local governments. **Applied Economics**, v. 47, n. 7, p. 680–699, 2015.

STERN, S.; EPNER, T. Índice de Progresso Social 2019 – Informe Metodológico. Social Progress Imperative, 2019. Disponível em: <https://www.socialprogress.org/static/cf1dcd905953ae917a2e89747c613ef8/2019-social-progress-index-methodology-report.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. 2009. Disponível em: <www.stiglitzn-fitoussi.fr>. Acesso em: 10 mar. 2019.

STORTO, C. LO. The trade-off between cost efficiency and public service quality: A nonrametric frontier analysis of Italian major municipalities. **Cities**, v. 51, p. 52–63, 2016.

SUZART, J. A. DA S.; ZUCCOLOTTO, R.; ROCHA, D. G. DA. Federalismo fiscal e as transferências intergovernamentais: um estudo exploratório com os municípios brasileiros. **ASAA**, v. 11, n. 1, p. 127–145, 2018.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Políticas Públicas - O papel das políticas públicas**, p. 1–11, 2002.

TESOURO NACIONAL. **Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015**. Brasilia, DF.: Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>. Acesso em: 6 out. 2017.

TOCANTINS. Economia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/agropec_to.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

TOCANTINS. Economia. Disponível em: <https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l>. Acesso em: 19 set. 2022.

TOCANTINS. Economia. Disponível: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geraldo-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-do-tocantins.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

TOCANTINS. Governo. Disponível em: <http://seden.to.gov.br/desenvolvimento-da-cultura/tocantins---historia/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

VAHABI, M.; BATIFOULIER, P.; DA SILVA, N. A theory of predatory welfare state and citizen welfare: the French case. **Public Choice**, v. 182, n. 3–4, p. 243–271, 2020.

VAN DEN WALLE, D. **Assessing the welfare impact of public spending.** World Development, 1995. Disponível em: <http://www1.worldbank.org/publicsector/learningprogram/PEAM/VanDeWalle2.pdf> Acesso em: 25 mai. 2019.

VARELA, P. S. **Financiamento e controladoria dos municípios paulitas no setor saúde: uma avaliação de eficiência**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), p. 211, 2008.

VARELA, P. S.; MARTINS, G. D. A.; FÁVERO, L. P. L. Ineficiência do do gasto público e ilusão fiscal: Uma avaliação de do Flypaper Effect na atenção básica à saúde. **IV Congresso ANPCONT**, p. 17, 2010.

VARELA, P. S.; MARTINS, G. DE A.; FÁVERO, L. P. L. Desempenho dos municípios paulistas: uma avaliação de eficiência da atenção básica à saúde. **Revista de Administração**, v. 47, n. 4, p. 624–637, 2012.

VIEIRA, F. S. et al. **Políticas sociais e austeridade fiscal: como as politicas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), 2018.

VILORIA SILVA, A. J.; VASQUEZ STANESCU, C. L.; NÚÑEZ BOTTINI, M. Á. Propuesta de un mecanismo de medición de las variables que afectan la eficiencia de las instituciones públicas encargadas de generar bienestar social: Caso Venezuela. **uct**, v. 13, n. 52, p. 239–249, 2009.

WHITE, S. C. Analysing wellbeing: a framework for development practice. **Development in Practice**, v. 20, n. 2, p. 158–172, 9 abr. 2010.

YADAVA, A. K.; NEOG, Y. Public sector performance and efficiency assessment of Indian states. **Global Business Review**, p. 097215091986266, 5 nov. 2019.

YANUSHEVSKY, R.; YANUSHEVSKY, C. **Problems and Tools of Applied Macroeconomics**. In: Applied Macroeconomics for Public Policy, p. 1-48, 2018.

APENDICÊS

APÊNDICE A – AGRUPAMENTO DAS VARIÁVEIS DE *INPUT*, *OUTPUT* E REGRESSÃO

APÊNDICE B – FATORES DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA

APÊNDICE C – MUNICÍPIOS COM DADOS FALTANTES OU INEXISTENTES ENTRE 1990 A 2009

APÊNDICE D – DADOS E EFICIÊNCIA POR ESTADO (1990-2009)

APÊNDICE E – VARIÁVEIS EXÓGENAS E ENDÓGENAS

APÊNDICE A – AGRUPAMENTO DAS VARIÁVEIS DE *INPUT*, *OUTPUT* E REGRESSÃO

Grupo da variável	Variáveis
Gasto público (GP)	Despesa/gasto (corrente, governamental, total, agregada, per capita, municipal, estadual, primária, líquida, % PIB, financeiras, físicas, orçamentárias, operacionais publicadas, de capital); despesa social líquida per capita média; consumo governamental de bens e serviços; tamanho do setor público; despesas da receita total do estado; Gasto público em bem estar social; gasto público per capita em serviços geral; gasto social anual (saúde, educação, ciência e tecnologia, seguridade, etc.); valor agregado por habitante.
GP em Administração e pessoal	Despesa/gastos em administração pública, serviços públicos, pessoal e pessoal ativo/ servidores; assuntos econômicos, serviços gerais, salários, bens e serviços, consumos e transferências.
GP em Assistência Social	Despesa/gasto com assistência social, benefícios sociais, seguridade social, subsídios, subvenções e transferências para famílias.
GP em Educação e Cultura	Despesa/gasto com educação pública, serviços educacionais, cultura, recreação e esporte
GP em Habitação e Urbanismo	despesas com habitação e urbanismo
GP em Infraestrutura e Meio Ambiente	despesas com transporte, infraestrutura, manutenção de estradas/rodovias, mobilidade local, território, gestão ambiental e gasto per capita em renda (trabalho, agricultura, indústria, comércio e serviços)
GP em Saúde e Saneamento	despesas/gasto com saúde e saneamento (total ou per capita)
GP em Segurança e polícia	despesas com segurança, defesa pública e polícia.
Assistência Social e Governança pública	atendimento institucional dos deficientes, benefícios monetários concedidos aos deficientes, casas para deficientes, número de beneficiários com subvenções, proteção social, cuidado institucional do idoso, Índice Institucional de Qualidade, qualidade, qualidade regulatória, e qualidade da comunicação, transparência e transparência das políticas públicas, desempenho do governo, eficácia do governo, efetividade governamental, eficiência média, competência dos funcionários públicos, índice de desenvolvimento de infraestrutura social; Índice de Qualidade de Vida Municipal (IQVM); pontos de veto e bemtar, e famílias cadastradas no Programa B. F.
Educação e Cultura	alfabetização (crianças, jovens e adultos); analfabetismo (crianças, jovens e adultos); desempenho dos alunos (série correta, aprovação, acima do básico em português e matemática, PISA, etc.); evolução educacional; desigualdade na educação; IDHM-Educação; frequência escolar; número de escolas (creches, infantis, secundárias, públicas); número de matrículas (creche, escola primária, secundária, terciária, pública, homens e mulheres); número de professores e salas de aula; número de bibliotecas/empréstimos/ leitores; número de cinemas; número de ingressos teatro/shows/etc. vendidos; indicadores de cultura e esporte; índice de desenvolvimento da infraestrutura da educação pública; e índice de desenvolvimento da infraestrutura cultural e esportiva; nível de educação dos gerentes municipais, diretores financeiros e dos gerentes de serviços técnicos
Emprego e renda (setor público ou privado)	Capital humano; formação bruta de capital doméstico; número de funcionários que pagam contribuições previdenciárias; número de funcionários tempo integral; número de vagas de emprego no governo local; pessoal ocupado em administração pública, defesa e seguridade social; pessoal ocupado em saúde e assistência social; taxa líquida de reposição p/ idosos e desempregados; estrutura socioeconômica (6 tipos de classificação do sistema de trabalho local); emprego materno; renda esperada de mulheres / homens; garantia após a saída do mercado de trabalho; Coeficiente de Gini; IDHM-Renda; desigualdade de renda; renda familiar; taxa de dependência familiar; percentual de domicílios com chefe que ganha até 1 salário mínimo; nível de pobreza; taxa de desemprego; taxa de emprego; e taxa de emprego na agricultura.

Finanças e economia	economia paralela; abertura comercial; assuntos econômicos; autonomia física; empresas; inflação; fluxos líquidos de investimentos diretos estrangeiros (% do PIB); crescimento monetário; poder de compra; impostos e taxa de serviço local; taxa tributária; município turístico; grau de turismo; município dormitório; IDH/IDHM; PIB (crescimento, estabilidade, desvio padrão, per capita, variação, média móvel, log, por unidade de uso de energia); Indicador de Regulamento de Mercado de Produtos (PMR/OECD); Índice Econômico de Qualidade de Vida (IEQV); Índice FIRJAM de Gestão Fiscal e Desenvolvimento; Índice Herfindhal; e inverso do Índice L de Theil.
Infraestrutura e Meio Ambiente	Índice de Vulnerabilidade Habitacional; Índice de Bemtar Urbano (IBEU); pessoas ou domicílios com abastecimento de água potável, esgoto, energia elétrica, telefone, coleta de lixo, resíduos sólidos, internet; população atendida Saúde da Família e Programa Agentes comunitários que vivem em domicílios com coleta de lixo, esgoto ou construídos em alvenaria; proporção de áreas (construída, ocupada, parques públicos, ruas/estradas urbanas e rurais, turismo, esportiva, cultura e lazer, industrial, residencial, verde urbana, reservas naturais e verduras); emissões de óxido de nitrogênio; consumo de energia; existência de poderes e funções alocados para fornecer todos os quatro serviços básicos (água, eletricidade, esgoto e saneamento e gerenciamento de resíduos sólidos); nível de informatização da esfera de governo, índice de atualização do cadastro predial, licenças de construção civil, Índice de Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente; infraestrutura de ruas/iluminação, transporte/pontos de ônibus, proteção ambiental, moradia e instalações comunitárias; número de domicílios permanentes, população atendida e serviço público geral, ordem e segurança (GPSOS).
Justiça, política e corrupção	nível de corrupção, assentos do conselho ocupados pelo partido majoritário após as eleições e se a parte maioritária ganhar mais de 50% dos assentos, número de assentos excedentes do governo no parlamento dividido pelo número total de assentos; autonomia; segundo mandato, burocracia judiciária, corrupção burocrática judiciária, resultados da pesquisa do WEF sobre qualidade da justiça; controle da corrupção, democracia, direitos de propriedade, eficiência judiciária, escala de governo, indicadores políticos, indicadores de responsabilidade política (liberdade civil, direitos políticos ou freios e contrapesos), número de partidos políticos; *dummy* de partido político; número de votos/eleitores; proporção de eleitores votantes; ocorrência de eleição; tipo de governante (esquerda, direita e influência), participação de famílias em partidos liberais e socialistas; Posição ideológica do governo em um espectro político de 1 a 10 (com valores mais altos denotam governos de extrema direita); participação em consórcios intermunicipais, poder de participação dos conselhos municipais, participação no Projeto Alvorada, Polígono da seca, idade do município;
Populacional e geográfica	densidade demográfica; número de famílias residentes; população residente; presença turística; variação populacional; crescimento populacional por município, população idosa (acima de 65 anos); população infantil; população jovem; população urbana; população total; número de imigrantes; fracionamento étnico; distância entre municípios, capital estadual, distância ao centro regional e distrital (minutos), distância da capital (do distrito, do estado); localização costeira; país asiático, europeu, latino americano ou subsaariano; tamanho geográfico.
Receitas e transferências	arrecadação/carga/capacidade tributária, passivo financeiro per capita, cotarte do ICMS, repasse ICMS ecológico, impostos diretos, passivo financeiro per capita, prédios que pagaram IPTU, recebimento de royalties, transferências correntes, transferências de capital, receita líquida, receita tributária, receitas correntes, receitas orçamentárias.
Saúde	cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde e saúde bucal; número de famílias cadastradas no PSF, número de postos de saúde, hospitais e casas de repouso, número de leitos e internações, número de médicos e técnicos de enfermagem, cobertura vacinal, imunização contra o sarampo, cuidado dental, cuidados básicos em saúde, consumo de frutas e legumes, consumo de tabaco e álcool, despesas de saúde privadas, expectativa de vida/esperança de vida ao nascer/IDHM Longevidade (homens/mulheres); mortalidade infantil; proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas pré-natal, e falta de acesso a saúde.
Violência e polícia	eficiência policial, polícia municipal, taxa de homicídios, taxa de lesão corporal, taxa de furto e roubo, quantidade de microcrimes por habitante, razão ente ocorrência de crimes violentos, número de crimes locais, e inverso do número de óbitos violentos.

APÊNDICE B – FATORES DETERMINANTES DA EFICIÊNCIA

Grupo da variável	Impacto positivo na eficiência	Impacto negativo na eficiência
Gasto público	Athanassoupoulos e Triantis (1998) D'Inverno et al. (2018) Moreno-Enguix e Lorenteyona (2017) Ouertani et al. (2018) Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) Silva, Kuwahara e Maciel (2012)	Costa et. al (2015) Kuwahara et al. (2010) Moreno-Enguix e Lorenteyona (2017) Silva, Kuwahara e Maciel (2012)
Receitas e transferências	Athanassoupoulos e Triantis (1998) Chan e Karim (2012) Borger e Kerstens (1996a,b) Van den Eeckaut et al. (1993)	Balaguer-Coll et al. (2002, 2007) Costa et. al (2015) D'Inverno et al. (2018) Monkam (2014) Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) Stastná e Gregor (2015) Storto (2016)
Assistência Social e governança pública	Buljan et al. (2019)	Antonelli e De Bonis (2019) Balaguer-Coll et al. (2002, 2007) Borger e Kerstens (1996a,b) Stastná e Gregor (2015) Van den Eeckaut et al. (1993)
Educação e Cultura	Afonso e Fernandes (2008) Afonso e Venâncio (2016) Afonso, Schuknecht e Tanzi (2010) Antonelli e De Bonis (2019) Costa et. al (2015) Borger e Kerstens (1996a,b) Loikkanen e Susiluoto (2005) Monkam (2014) Storto (2016) Van den Eeckaut et al. (1993)	Costa et. al (2015) Kyriacou et al. (2018) Rayp e van de Sijpe (2007) Stastná e Gregor (2015) Storto (2016)
Emprego e renda (setor público ou privado)	Gasparini e Ramos (2003) Kyriacou et al. (2018) Ouertani et al. (2018) Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) Sodré (2019)	Afonso e Venâncio (2016) Buljan et al. (2019) Borger e Kerstens (1996a,b) Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) Kuwahara et al. (2010) Loikkanen e Susiluoto (2005) Monkam (2014) Ouertani et al. (2018) Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) Rayp e van de Sijpe (2007) Seifert e Nieswand (2014) Sodré (2019) Van den Eeckaut et al. (1993)

Finanças e economia	Afonso, Schuknecht e Tanzi (2010) Antonelli e De Bonis (2019) Balaguer-Coll et al. (2002) Buljan et al. (2019) Ouertani et al. (2018) Rayp e van de Sijpe (2007) Silva e Crisóstomo (2019) Sodré (2019) Stastná e Gregor (2015)	Costa et. al (2015) D'Inverno et al. (2018) Ouertani et al. (2018)
Infraestrutura e Meio ambiente	Monkam (2014) Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) Sodré (2019)	Loikkanen e Susiluoto (2005) Monkam (2014) Storto (2016)
Justiça, política e corrupção	Adam, Delis e Kammas (2011) Afonso et al. (2013) Afonso, Schuknecht e Tanzi (2010) Chan e Karim (2012) Cribari-Neto e Pereira (2013) Borger e Kerstens (1996b) D'Inverno et al. (2018) Kyriacou et al. (2018) Monkam (2014) Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) Moreno-Enguix e Lorenteyona (2017) Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) Rayp e van de Sijpe (2007)	Adam, Delis e Kammas (2011) Antonelli e De Bonis (2019) Athanassoupoulos e Triantis (1998) Chan e Karim (2012) Costa et. al (2015) Borger e Kerstens (1996b) Monkam (2014) Moreno-Enguix e Lorenteyona (2017) Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) Stastná e Gregor (2015)
Populacional e geográfica	Afonso e Fernandes (2008) Afonso e Venâncio (2016) Balaguer-Coll et al. (2002, 2007) Costa et. al (2015) Cribari-Neto e Pereira (2013) Gasparini e Ramos (2003) Kyriacou et al. (2018) Loikkanen e Susiluoto (2005) Ouertani et al. (2018) Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) Pereira, Souza e Cribari-Neto (2014) Rayp e van de Sijpe (2007)	Afonso e Fernandes (2008) Antonelli e De Bonis (2019) Athanassoupoulos e Triantis (1998) Buljan et al. (2019) D'Inverno et al. (2018) Kyriacou et al. (2018) Loikkanen e Susiluoto (2005) Moreno-Enguix e Lorenteyona (2017) Rayp e van de Sijpe (2007) Sampaio de Sousa, Cribari-Neto e Stosic (2005) Santos, Cribari-Neto e Sampaio de Sousa (2007) Seifert e Nieswand (2014) Stastná e Gregor (2015)
Saúde	Costa et. al (2015)	Costa et. al (2015)
Violência e polícia	Costa et. al (2015) Storto (2016)	

APÊNDICE C – MUNICÍPIOS COM DADOS FALTANTES OU INEXISTENTES ENTRE 1990 A 2009

MUNICIPIO	CD_ UF	Efi_ 99	EFI_ 09	MUNICIPIO	CD_ UF	Efi_ 99	EFI_ 09
ALTA FLORESTA D'OESTE	RO		67%	CAPIM GROSSO	BA	87%	
ARIQUEMES	RO		69%	CARAIBAS	BA	85%	
CABIXI	RO		68%	CARDEAL DA SILVA	BA		72%
CACOAL	RO		66%	CASTRO ALVES	BA		
CEREJEIRAS	RO		63%	CATURAMA	BA	71%	
COLORADO DO OESTE	RO		59%	CICERO DANTAS	BA		81%
CORUMBIARA	RO		93%	CONCEICAO DA FEIRA	BA		
COSTA MARQUES	RO		62%	CONCEICAO DO ALMEIDA	BA	64%	
ESPIGAO D'OESTE	RO			CONTENDAS DO SINCORA	BA		
GUAJARA-MIRIM	RO		45%	CORACAO DE MARIA	BA	64%	
JARU	RO		74%	CORONEL JOAO SA	BA	95%	
JI-PARANA	RO		72%	CRISOPOLIS	BA		78%
MACHADINHO D'OESTE	RO		76%	DARIO MEIRA	BA		
NOVA BRASILANDIA D'OESTE	RO			DIAS D'AVILA	BA		62%
OURO PRETO DO OESTE	RO			DOM MACEDO COSTA	BA	81%	
PIMENTA BUENO	RO		58%	ENTRE RIOS-BA	BA		69%
PORTO VELHO	RO		100 %	ESPLANADA	BA		69%
PRESIDENTE MEDICI-RO	RO			FATIMA-BA	BA		84%
RIO CRESPO	RO		85%	FIRMINO ALVES	BA		44%
ROLIM DE MOURA	RO		62%	FLORESTA AZUL	BA		
SANTA LUZIA D'OESTE	RO		79%	GAVIAO	BA		
VILHENA	RO		58%	GENTIO DO OURO	BA		
SAO MIGUEL DO GUAPORE	RO		100 %	GONGOGI	BA		
NOVA MAMORE	RO		80%	GUANAMBI	BA		67%
ALVORADA D'OESTE	RO			GUARATINGA	BA		
ALTO ALEGRE DOS PARECIS	RO		81%	HELIOPOLIS	BA		83%
ALTO PARAISO	RO		100 %	IACU	BA		
BURITIS-RO	RO		100 %	IBIQUERA	BA		
NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO		81%	IBIRAPITANGA	BA	80%	
CACAULANDIA	RO		81%	IBIRATAIA	BA	63%	
CAMPO NOVO DE RONDONIA	RO		79%	ICHU	BA		48%
CANDEIAS DO JAMARI	RO		76%	IGAPORA	BA		
CASTANHEIRAS	RO		71%	IGRAPIUNA	BA	62%	
CHUPINGUAIA	RO			INHAMBUPE	BA		85%
CUJUBIM	RO		100	IPECAETA	BA		85%

			%				
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	RO		100 %	IPIAU	BA		88%
ITAPUA DO OESTE	RO		59%	IPUPIARA	BA		
MINISTRO ANDREAZZA	RO			IRAJUBA	BA		84%
MIRANTE DA SERRA	RO			IRAMAIA	BA		85%
MONTE NEGRO	RO		73%	IRARA	BA	71%	
NOVA UNIAO-RO	RO			IRECE	BA		69%
PARECIS	RO			ITABELA	BA		66%
PIMENTEIRAS DO OESTE	RO		61%	ITABERABA	BA		65%
PRIMAVERA DE RONDONIA	RO		85%	ITABUNA	BA		57%
SAO FELIPE D'OESTE	RO		77%	ITAETE	BA		
SAO FRANCISCO DO GUAPORE	RO		84%	ITAGI	BA		
SERINGUEIRAS	RO		76%	ITAGIMIRIM	BA		59%
TEIXEIROPOLIS	RO		86%	ITAGUACU DA BAHIA	BA		
THEOBROMA	RO		87%	ITAJUIPE	BA		
URUPA	RO		82%	ITAMARAJU	BA	63%	
VALE DO ANARI	RO		100 %	ITANAGRA	BA		
VALE DO PARAISO	RO		80%	ITAPARICA	BA		62%
ACRELANDIA	AC			ITAPE	BA	82%	
BUJARI	AC		68%	ITAPITANGA	BA		
CAPIXABA	AC		100 %	ITAQUARA	BA		67%
EPITACIOLANDIA	AC			ITIUBA	BA		80%
FEIJO	AC	65%		ITORORO	BA		64%
JORDAO	AC		100 %	IUIU	BA		80%
MANCIO LIMA	AC		99%	JACARACI	BA		68%
MARECHAL TAUMATURGO	AC		99%	JACOBINA	BA		76%
PLACIDO DE CASTRO	AC	100 %		JAGUAQUARA	BA		72%
PORTO WALTER	AC		89%	JAGUARARI	BA	76%	
RIO BRANCO-AC	AC		100 %	JAGUARIPE	BA	68%	
RODRIGUES ALVES	AC		100 %	JANDAIRA-BA	BA		
SANTA ROSA DO PURUS	AC		97%	JUAZEIRO	BA	88%	
SENADOR GUIOMARD	AC	100 %		JUCURUCU	BA		
XAPURI	AC		85%	JUSSARA-BA	BA	70%	
PORTO ACRE	AC		84%	JUSSARI	BA	51%	
ALVARAES	AM		83%	LAMARAO	BA		
AMATURA	AM			LENCOIS	BA		
ANAMA	AM		88%	LICINIO DE ALMEIDA	BA		62%
ANORI	AM		84%	LIVRAMENTO DO BRUMADO	BA		
APUI	AM		97%	LUIS EDUARDO MAGALHAES	BA		

ATALAIA DO NORTE	AM			MACAJUBA	BA		63%
AUTAZES	AM		86%	MACAUBAS	BA		90%
BARCELOS	AM		65%	MACURURE	BA		
BARREIRINHA	AM		89%	MANSIDAO	BA		89%
BENJAMIN CONSTANT	AM		89%	MARACAS	BA		83%
BERURI	AM		84%	MARCIONILIO SOUZA	BA		
BOA VISTA DO RAMOS	AM		100 %	MATA DE SAO JOAO	BA		70%
BOCA DO ACRE	AM			MATINA	BA		84%
BORBA	AM			MEDEIROS NETO	BA		46%
CAAPIRANGA	AM		78%	MIGUEL CALMON	BA	68%	
CANUTAMA	AM			MILAGRES-BA	BA		62%
CARAUARI	AM		100 %	MIRANTE	BA	87%	
CAREIRO	AM			MONTE SANTO	BA		100 %
CAREIRO DA VARZEA	AM			MORPARA	BA	84%	
COARI	AM		94%	MORRO DO CHAPEU	BA		73%
CODAJAS	AM		67%	MUCUGE	BA		86%
EIRUNEPE	AM		78%	MUCURI	BA	100 %	
ENVIRA	AM		77%	MULUNGU DO MORRO	BA		88%
FONTE BOA	AM		100 %	MUNIZ FERREIRA	BA		
GUAJARA	AM		86%	MURITIBA	BA		62%
HUMAITA-AM	AM		66%	NOVA IBIA	BA		
IPIXUNA	AM		94%	NOVA SOURE	BA		67%
IRANDUBA	AM		86%	NOVO TRIUNFO	BA		
ITACOATIARA	AM		74%	OLINDINA	BA		64%
ITAMARATI	AM		82%	OUROLANDIA	BA		
ITAPIRANGA-AM	AM		83%	PALMEIRAS	BA		
JAPURA-AM	AM			PARAMIRIM	BA		53%
JURUA	AM		96%	PARIPIRANGA	BA		88%
JUTAI	AM		100 %	PAU BRASIL	BA		76%
LABREA	AM			PAULO AFONSO	BA		54%
MANACAPURU	AM		85%	PE DE SERRA	BA		80%
MANAQUIRI	AM			PEDRO ALEXANDRE	BA	83%	
MANAUS	AM		100 %	PIATA	BA		64%
MANICORE	AM		100 %	PINDAI	BA		73%
MARAA	AM			PINDOBACU	BA	80%	
MAUES	AM		64%	PIRAI DO NORTE	BA		86%
NHAMUNDA	AM			PIRIPA	BA		71%
NOVA OLINDA DO NORTE	AM		98%	PLANALTINO	BA		
NOVO AIRAO	AM			PLANALTO-BA	BA		
NOVO ARIPUANA	AM		87%	PONTO NOVO	BA		90%

PARINTINS	AM		89%	POTIRAGUA	BA		87%
PAUINI	AM		100 %	PRESIDENTE DUTRA-BA	BA		69%
PRESIDENTE FIGUEIREDO	AM		53%	QUEIMADAS-BA	BA	86%	
RIO PRETO DA EVA	AM		85%	QUIXABEIRA	BA		72%
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	AM			REMANSO	BA		64%
SANTO ANTONIO DO ICA	AM			RETIROLANDIA	BA		67%
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	AM		65%	RIO DE CONTAS	BA		48%
SAO PAULO DE OLIVENCA	AM			RIO DO ANTONIO	BA		83%
SAO SEBASTIAO DO UATUMA	AM			RIO DO PIRES	BA		69%
SILVES	AM			RIO REAL	BA		86%
TABATINGA-AM	AM			RUY BARBOSA-BA	BA		
TAPAUA	AM			SALINAS DA MARGARIDA	BA	57%	
TEFE	AM			SALVADOR	BA		100 %
TONANTINS	AM			SANTA BRIGIDA	BA		
UARINI	AM		100 %	SANTA CRUZ CABRALIA	BA	89%	
URUCARA	AM			SANTA INES-BA	BA		47%
URUCURITUBA	AM			SANTA LUZIA-BA	BA		
AMAJARI	RR			SANTANOPOLIS	BA		84%
ALTO ALEGRE-RR	RR			SANTA TERESINHA-BA	BA	77%	
BOA VISTA-RR	RR		100 %	SANTO AMARO	BA		63%
BONFIM-RR	RR		100 %	SAO DESIDERIO	BA		77%
CANTA	RR			SAO FELIX	BA	49%	
CARACARAI	RR		60%	SAO FRANCISCO DO CONDE	BA		
CAROEBE	RR		92%	SAO GABRIEL-BA	BA		68%
IRACEMA-RR	RR			SAO JOSE DA VITORIA	BA	49%	
MUCAJAI	RR		100 %	SAO JOSE DO JACUIPE	BA	78%	
NORMANDIA	RR		100 %	SAPEACU	BA		
PACARAIMA	RR			SATIRO DIAS	BA		88%
RORAINOPOLIS	RR		100 %	SAUBARA	BA		
SAO JOAO DA BALIZA	RR		57%	SEBASTIAO LARANJEIRAS	BA		
SAO LUIZ	RR		70%	SENHOR DO BONFIM	BA		69%
UIRAMUTA	RR		58%	SERRA DO RAMALHO	BA		93%
ABAETETUBA	PA			SENTO SE	BA	54%	
ABEL FIGUEIREDO	PA			SERRA DOURADA	BA		75%
ACARA	PA			SERRA PRETA	BA	73%	
AFUA	PA			SERRINHA-BA	BA		76%
AGUA AZUL DO NORTE	PA		100 %	SERROLANDIA	BA		62%
ALENQUER	PA		84%	SIMOES FILHO	BA		60%

ALMEIRIM	PA			SITIO DO MATO	BA		75%
ALTAMIRA	PA			SITIO DO QUINTO	BA	100 %	
ANAJAS	PA		91%	SOBRADINHO-BA	BA		
ANANINDEUA	PA		100 %	SOUTO SOARES	BA		
ANAPU	PA		100 %	TABOCAS DO BREJO VELHO	BA		69%
AUGUSTO CORREA	PA		96%	TAPIRAMUTA	BA		85%
AURORA DO PARA	PA			TEODORO SAMPAIO-BA	BA		
AVEIRO	PA			UBAIRA	BA		
BAGRE	PA			UBAITABA	BA		75%
BAIAO	PA			UIBAI	BA		79%
BANNACH	PA		100 %	UMBURANAS	BA		89%
BARCARENA	PA			URANDI	BA		58%
BELEM-PA	PA		100 %	URUCUCA	BA	72%	
BELTERRA	PA			VALENTE	BA		64%
BENEVIDES	PA		74%	VARZEA DA ROCA	BA	71%	
BOM JESUS DO TOCANTINS-PA	PA		82%	VARZEA NOVA	BA	74%	
BONITO-PA	PA			VERA CRUZ-BA	BA		55%
BRAGANCA	PA		100 %	ABRE CAMPO	MG	75%	
BRASIL NOVO	PA			ACAIACA	MG		50%
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	PA	100 %		AGUAS VERMELHAS	MG		
BREU BRANCO	PA		81%	AIURUOCA	MG		53%
BREVES	PA			ALFREDO VASCONCELOS	MG		46%
BUJARU	PA		85%	ALTO CAPARAO	MG		40%
CACHOEIRA DO PIRIA	PA			ALVARENGA	MG		49%
CACHOEIRA DO ARARI	PA			AMPARO DA SERRA	MG		81%
CAMETA	PA			ANGELANDIA	MG		84%
CANAA DOS CARAJAS	PA			ARAPORA	MG		46%
CAPANEMA-PA	PA		73%	ARAPUA-MG	MG		34%
CAPITAO POCO	PA		100 %	ARAUJOS	MG		42%
CHAVES	PA			ARICANDUVA	MG		85%
COLARES	PA			BAEPENDI	MG		46%
CONCEICAO DO ARAGUAIA	PA		67%	BANDEIRA	MG		
CONCORDIA DO PARA	PA			BARAO DE MONTE ALTO	MG	40%	
CUMARU DO NORTE	PA		76%	BELMIRO BRAGA	MG		62%
CURIONOPOLIS	PA			BELO HORIZONTE	MG		100 %
CURRALINHO	PA			BERILO	MG		62%
CURUA	PA		100 %	BERIZAL	MG		73%
CURUCA	PA			BOA ESPERANCA-MG	MG		40%

ELDORADO DOS CARAJAS	PA			BOM JESUS DO AMPARO	MG	58%	
FARO	PA			BOM JESUS DO GALHO	MG		72%
FLORESTA DO ARAGUAIA	PA		86%	BONITO DE MINAS	MG		95%
GARRAFAO DO NORTE	PA		99%	BORDA DA MATA	MG	46%	
GOIANESIA DO PARA	PA			BOTUMIRIM	MG		71%
GURUPA	PA		82%	BRASILANDIA DE MINAS	MG		53%
IGARAPE-ACU	PA		86%	BRASILIA DE MINAS	MG	77%	
IGARAPE-MIRI	PA			BUGRE	MG		72%
INHANGAPI	PA		73%	CABECEIRA GRANDE	MG		55%
IPIXUNA DO PARA	PA		94%	CAJURI	MG		37%
IRITUIA	PA			CAMBUQUIRA	MG		
ITAITUBA	PA			CAMPESTRE-MG	MG	64%	
ITUPIRANGA	PA	100 %		CAMPO AZUL	MG		73%
JACAREACANGA	PA			CAMPO FLORIDO	MG		53%
JACUNDA	PA		75%	CAMPOS ALTOS	MG		39%
JURUTI	PA			CANAA	MG		59%
LIMOEIRO DO AJURU	PA		87%	CANTAGALO-MG	MG		63%
MAE DO RIO	PA		80%	CAPARAO	MG		46%
MAGALHAES BARATA	PA			CAPELINHA	MG		87%
MARACANA	PA			CAPIM BRANCO	MG		50%
MARAPANIM	PA			CAPITAO ANDRADE	MG		58%
MARITUBA	PA		97%	CAPITAO ENEAS	MG		
MEDICILANDIA	PA			CAPITOLIO	MG		41%
MELGACO	PA		83%	CAPUTIRA	MG		
MOCAJUBA	PA			CARMO DA CACHOEIRA	MG		41%
MONTE ALEGRE-PA	PA		62%	CARMO DE MINAS	MG		
MUANA	PA			CARNEIRINHO	MG		59%
NOVA ESPERANCA DO PIRIA	PA			CASA GRANDE	MG	51%	
NOVA IPIXUNA	PA			CASCALHO RICO	MG	68%	
NOVA TIMBOTEUA	PA			CATAGUASES	MG		45%
NOVO PROGRESSO	PA		100 %	CATAS ALTAS	MG		41%
NOVO REPARTIMENTO	PA		100 %	CATUJI	MG		60%
OBIDOS	PA			CATUTI	MG		92%
OEIRAS DO PARA	PA			CENTRAL DE MINAS	MG		57%
ORIXIMINA	PA		55%	CENTRALINA	MG		47%
OUREM	PA		67%	CHACARA	MG		46%
OURILANDIA DO NORTE	PA		95%	CHALE	MG		
PACAJA	PA		96%	CHAPADA DO NORTE	MG	92%	
PALESTINA DO PARA	PA			CHAPADA GAUCHA	MG		81%
PARAGOMINAS	PA		92%	CONEGO MARINHO	MG		82%
PARAUAPEBAS	PA		100 %	CONFINS	MG		50%
PAU D'ARCO-PA	PA		94%	CONGONHAS DO NORTE	MG		

PEIXE-BOI	PA		74%	CORACAO DE JESUS	MG		58%
PICARRA	PA			CORINTO	MG		40%
PLACAS	PA			COROACI	MG		56%
PONTA DE PEDRAS	PA			CORONEL FABRICIANO	MG	66%	
PORTEL	PA			CORONEL MURTA	MG		
PORTO DE MOZ	PA			CORONEL PACHECO	MG		33%
PRAINHA	PA			CORREGO DO BOM JESUS	MG		
PRIMAVERA-PA	PA			CORREGO FUNDO	MG		70%
QUATIPURU	PA			CORREGO NOVO	MG		
REDENCAO-PA	PA		74%	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	MG		56%
RIO MARIA	PA		70%	CRISOLITA	MG		
RUROPOLIS	PA			CRISTIANO OTONI	MG		59%
SALINOPOLIS	PA		69%	CRUCILANDIA	MG		58%
SALVATERRA	PA			CUPARAQUE	MG		44%
SANTA BARBARA DO PARA	PA		64%	CURRAL DE DENTRO	MG		73%
SANTA CRUZ DO ARARI	PA		86%	DELTA	MG		37%
SANTA ISABEL DO PARA	PA			DESTERRO DO MELO	MG	53%	
SANTA LUZIA DO PARA	PA			DIAMANTINA	MG	71%	
SANTA MARIA DAS BARREIRAS	PA		79%	DIVINESIA	MG		33%
SANTA MARIA DO PARA	PA			DIVISA ALEGRE	MG		56%
SANTANA DO ARAGUAIA	PA		84%	DIVISOPOLIS	MG		77%
SANTAREM-PA	PA		78%	DOM BOSCO	MG		60%
SANTAREM NOVO	PA		87%	DOM CAVATI	MG		41%
SANTO ANTONIO DO TAUA	PA			DOM SILVERIO	MG		50%
SAO CAETANO DE ODIVELAS	PA			DOM VICOSO	MG		57%
SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	PA			DURANDE	MG		64%
SAO DOMINGOS DO CAPIM	PA			ELOI MENDES	MG		
SAO FELIX DO XINGU	PA		100 %	ENTRE FOLHAS	MG		52%
SAO FRANCISCO DO PARA	PA			ESPINOSA	MG		73%
SAO JOAO DA PONTA	PA			ESTRELA DALVA	MG		52%
SAO JOAO DE PIRABAS	PA			ESTRELA DO INDAIA	MG		59%
SAO JOAO DO ARAGUAIA	PA		100 %	ESTRELA DO SUL	MG		51%
SAO MIGUEL DO GUAMA	PA			FERVEDOURO	MG		60%
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	PA		74%	FORTALEZA DE MINAS	MG	61%	
SAPUCAIA-PA	PA			FRANCISCO BADARO	MG		
SENADOR JOSE PORFIRIO	PA	100 %		FRANCISCO SA	MG		82%
SOURE	PA		71%	FRANCISCOPOLIS	MG		95%
TAILANDIA	PA			FREI LAGONEGRO	MG		98%
TERRA ALTA	PA			FRONTEIRA DOS VALES	MG		81%
TERRA SANTA	PA		74%	FRUTA DE LEITE	MG		88%

TOME-ACU	PA		76%	GAMELEIRAS	MG		84%
TRACUATEUA	PA		100 %	GLAUCILANDIA	MG		58%
TRAIRAO	PA			GOIABEIRA	MG		52%
TUCURUI	PA		66%	GOIANA-MG	MG		46%
ULIANOPOLIS	PA		100 %	GONZAGA	MG	71%	
URUARA	PA		80%	GRUPIARA	MG		37%
VIGIA	PA		72%	GUARACIABA-MG	MG		69%
VISEU	PA	75%		GUARACIAMA	MG		84%
VITORIA DO XINGU	PA			GUARANI	MG	52%	
XINGUARA	PA		73%	GUARARA	MG		36%
SERRA DO NAVIO	AP		87%	GUIRICEMA	MG		69%
AMAPA	AP			IAPU	MG		62%
AMAPARI	AP			IBIRACATU	MG		100 %
CALCOENE	AP			ICARAI DE MINAS	MG		100 %
CUTIAS	AP			IGUATAMA	MG	71%	
FERREIRA GOMES	AP		74%	IMBE DE MINAS	MG		48%
ITAUBAL	AP		100 %	INDAIABIRA	MG		94%
LARANJAL DO JARI	AP			INDIANOPOLIS-MG	MG		45%
MACAPA	AP		100 %	INIMUTABA	MG		60%
MAZAGAO	AP			IPABA	MG		79%
OIAPOQUE	AP			IPIACU	MG		
PORTO GRANDE	AP		82%	IRAI DE MINAS	MG		39%
PRACUUBA	AP			ITABIRINHA DE MANTENA	MG		51%
SANTANA-AP	AP		94%	ITACAMBIRA	MG		90%
TARTARUGALZINHO	AP		100 %	ITAIPE	MG		71%
VITORIA DO JARI	AP			ITAJUBA	MG	50%	
ABREULANDIA	TO		66%	ITAMARATI DE MINAS	MG		46%
AGUIARNOPOLIS	TO		75%	ITAMBE DO MATO DENTRO	MG		
ALIANCA DO TOCANTINS	TO		43%	ITAVERAVA	MG	54%	
ALMAS	TO			JABOTICATUBAS	MG		74%
ALVORADA-TO	TO		48%	JACUI	MG	74%	
ANANAS	TO		70%	JAIBA	MG		83%
ANGICO	TO		78%	JAMPRUCA	MG		62%
APARECIDA DO RIO NEGRO	TO		74%	JANAUBA	MG		59%
ARAGOMINAS	TO			JAPONVAR	MG		90%
ARAGUACEMA	TO		62%	JECEABA	MG		56%
ARAGUACU	TO			JENIPAPO DE MINAS	MG		
ARAGUAINA	TO		100 %	JEQUITIBA	MG		86%
ARAGUANA-TO	TO			JEQUITINHONHA	MG		53%
ARAGUATINS	TO			JORDANIA	MG	49%	

ARAPOEMA	TO			JOSE GONCALVES DE MINAS	MG		75%
ARRAIAS	TO			JOSE RAYDAN	MG		79%
AUGUSTINOPOLIS	TO			JOSENOPOLIS	MG		81%
AURORA DO TOCANTINS	TO		66%	JUATUBA	MG		48%
AXIXA DE TOCANTINS	TO		76%	JUVENILIA	MG		62%
BABACULANDIA	TO			LAGOA GRANDE-MG	MG		
BANDEIRANTES DO TOCANTINS	TO		61%	LARANJAL-MG	MG	61%	
BARRA DO OURO	TO			LEME DO PRADO	MG		70%
BARROLANDIA	TO		54%	LIMEIRA DO OESTE	MG		55%
BERNARDO SAYAO	TO		52%	LONTRA	MG		82%
BOM JESUS DO TOCANTINS-TO	TO			LUISBURGO	MG		80%
BRASILANDIA DO TOCANTINS	TO		55%	LUISLANDIA	MG		85%
BREJINHO DE NAZARE	TO		71%	MAMONAS	MG		80%
BURITI DO TOCANTINS	TO			MANGA	MG		69%
CACHOEIRINHA-TO	TO			MANTENA	MG		48%
CAMPOS LINDOS	TO		100 %	MAR DE ESPANHA	MG		
CARIRI DO TOCANTINS	TO		42%	MARILAC	MG	49%	
CARMOLANDIA	TO		59%	MARIO CAMPOS	MG		73%
CARRASCO BONITO	TO			MARTINS SOARES	MG		44%
CASEARA	TO		65%	MATA VERDE	MG		65%
CENTENARIO-TO	TO		58%	MATERLANDIA	MG		62%
CHAPADA DE AREIA	TO			MATEUS LEME	MG		47%
CHAPADA DA NATIVIDADE	TO		76%	MATIAS CARDOSO	MG		
COLINAS DO TOCANTINS	TO		60%	MATIPO	MG		60%
COMBINADO	TO		65%	MATO VERDE	MG		72%
CONCEICAO DO TOCANTINS	TO			MESQUITA-MG	MG		
COUTO MAGALHAES	TO		83%	MINDURI	MG		31%
CRISTALANDIA	TO		49%	MIRAI	MG		70%
CRIXAS DO TOCANTINS	TO		49%	MIRAVANIA	MG		75%
DARCINOPOLIS	TO			MOEDA	MG		
DIANOPOLIS	TO		92%	MONSENHOR PAULO	MG	63%	
DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	TO		68%	MONTE AZUL	MG		72%
DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	TO		68%	MONTE FORMOSO	MG		92%
DUERE	TO		61%	MONTEZUMA	MG		88%
ESPERANTINA-TO	TO			MORRO DA GARCA	MG		69%
FATIMA-TO	TO		54%	NACIP RAYDAN	MG		63%
FIGUEIROPOLIS	TO			NAQUE	MG		69%
FILADELFIA-TO	TO		74%	NATALANDIA	MG		55%
FORMOSO DO ARAGUAIA	TO		58%	NAZARENO	MG	76%	
FORTALEZA DO TABOCAO	TO		57%	NINHEIRA	MG		96%
GOIANORTE	TO		90%	NOVA BELEM	MG		69%

GOIATINS	TO		91%	NOVA MODICA	MG		48%
GUARAI	TO		73%	NOVA PORTEIRINHA	MG		55%
GURUPI	TO		88%	NOVO ORIENTE DE MINAS	MG		79%
IPUEIRAS-TO	TO		72%	NOVORIZONTE	MG		77%
ITACAJA	TO		68%	OLHOS-D'AGUA	MG		97%
ITAGUATINS	TO			OLIMPIO NORONHA	MG	47%	
ITAPIRATINS	TO		79%	OLIVEIRA FORTES	MG	80%	
ITAPORA DO TOCANTINS	TO			ORATORIOS	MG		63%
JAU DO TOCANTINS	TO		60%	ORIZANIA	MG		47%
JUARINA	TO			OURO FINO	MG	78%	
LAGOA DA CONFUSAO	TO			OURO VERDE DE MINAS	MG		65%
LAGOA DO TOCANTINS	TO			PADRE CARVALHO	MG		76%
LAJEADO-TO	TO		52%	PADRE PARAISO	MG	90%	
LAVANDEIRA	TO		70%	PAINEIRAS	MG		
LIZARDA	TO			PAI PEDRO	MG		
LUZINOPOLIS	TO		61%	PALMOPOLIS	MG		84%
MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	TO		51%	PATIS	MG		100 %
MATEIROS	TO		100 %	PATROCINIO DO MURIAE	MG	52%	
MAURILANDIA DO TOCANTINS	TO			PAULISTAS	MG		58%
MIRACEMA DO TOCANTINS	TO		40%	PAVAO	MG		71%
MIRANORTE	TO			PECANHA	MG	79%	
MONTE DO CARMO	TO			PEDRA BONITA	MG		63%
MONTE SANTO DO TOCANTINS	TO		64%	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	MG		74%
PALMEIRAS DO TOCANTINS	TO			PEDRO TEIXEIRA	MG		58%
MURICILANDIA	TO			PEQUERI	MG		37%
NATIVIDADE-TO	TO		83%	PEQUI	MG	50%	
NAZARE-TO	TO		67%	PERDOES	MG		46%
NOVA OLINDA-TO	TO		80%	PERIQUITO	MG		62%
NOVA ROSALANDIA	TO		43%	PESCADOR	MG		48%
NOVO ACORDO	TO		61%	PIEDADE DE CARATINGA	MG		64%
NOVO ALEGRE	TO			PIEDADE DE PONTE NOVA	MG		54%
NOVO JARDIM	TO		69%	PINGO D'AGUA	MG		49%
OLIVEIRA DE FATIMA	TO			PINTOPOLIS	MG		
PALMEIRANTE	TO		91%	PIRANGUCU	MG		
PALMEIROPOLIS	TO		50%	PIRAPETINGA	MG		48%
PARAISO DO TOCANTINS	TO		73%	PIRAPORA	MG		54%
PARANA-TO	TO		100 %	PLANURA	MG	33%	
PAU D'ARCO-TO	TO		87%	POCRANE	MG		
PEDRO AFONSO	TO			PONTE NOVA	MG		44%
PEIXE	TO		71%	PONTO CHIQUE	MG		74%
PEQUIZEIRO	TO		72%	PONTO DOS VOLANTES	MG		95%

COLMEIA	TO			ALTO JEQUITIBA	MG		41%
PINDORAMA DO TOCANTINS	TO			QUARTEL GERAL	MG		64%
PIRAQUE	TO		67%	REDUTO	MG		68%
PIUM	TO		64%	RESPLENDOR	MG		41%
PONTE ALTA DO BOM JESUS	TO		79%	RIACHINHO-MG	MG		62%
PONTE ALTA DO TOCANTINS	TO		67%	RIBEIRAO VERMELHO	MG		47%
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	TO		68%	RIO NOVO	MG	55%	
PORTO NACIONAL	TO		88%	RIO PRETO	MG	50%	38%
PRAIA NORTE	TO			RODEIRO	MG		38%
PRESIDENTE KENNEDY-TO	TO		56%	ROMARIA	MG		49%
PUGMIL	TO		69%	ROSARIO DA LIMEIRA	MG		73%
RECURSOLANDIA	TO		62%	RUBELITA	MG		69%
RIACHINHO-TO	TO		82%	SACRAMENTO	MG	47%	
RIO DA CONCEICAO	TO		60%	SALTO DA DIVISA	MG		56%
RIO DOS BOIS	TO		48%	SANTA BARBARA DO LESTE	MG		56%
RIO SONO	TO		92%	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	MG		22%
SAMPAIO	TO		68%	SANTA CRUZ DE MINAS	MG		47%
SANDOLANDIA	TO		52%	SANTA CRUZ DE SALINAS	MG		84%
SANTA FE DO ARAGUAIA	TO			SANTA EFIGENIA DE MINAS	MG		
SANTA MARIA DO TOCANTINS	TO		88%	SANTA FE DE MINAS	MG	100 %	
SANTA RITA DO TOCANTINS	TO		68%	SANTA HELENA DE MINAS	MG		47%
SANTA ROSA DO TOCANTINS	TO			SANTA JULIANA	MG		38%
SANTA TEREZA DO TOCANTINS	TO		91%	SANTANA DE CATAGUASES	MG		41%
SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	TO			SANTANA DE PIRAPAMA	MG		71%
SAO BENTO DO TOCANTINS	TO		95%	SANTANA DO JACARE	MG		38%
SAO FELIX DO TOCANTINS	TO		56%	SANTANA DO PARAISO	MG		68%
SAO MIGUEL DO TOCANTINS	TO			SANTA RITA DE JACUTINGA	MG	63%	
SAO SALVADOR DO TOCANTINS	TO		88%	SANTA RITA DE MINAS	MG		58%
SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	TO		60%	SANTA RITA DO ITUETO	MG		55%
SAO VALERIO DA NATIVIDADE	TO		66%	SANTO ANTONIO DO RETIRO	MG		86%
SILVANOPOLIS	TO			SAO BRAS DO SUACUI	MG		42%
SITIO NOVO DO TOCANTINS	TO			SAO DOMINGOS DAS DORES	MG		58%
SUCUPIRA	TO		80%	SAO DOMINGOS DO PRATA	MG		60%
TAGUATINGA	TO			SAO FELIX DE MINAS	MG		60%
TAIPAS DO TOCANTINS	TO		73%	SAO GERALDO	MG		59%

TALISMA	TO			SAO GERALDO DO BAIXIO	MG		62%
PALMAS-TO	TO		100 %	SAO JOAO DA LAGOA	MG		66%
TOCANTINIA	TO		64%	SAO JOAO DA MATA	MG	60%	
TOCANTINOPOLIS	TO			SAO JOAO DAS MISSOES	MG		84%
TUPIRAMA	TO		74%	SAO JOAO DEL REI	MG		42%
TUPIRATINS	TO		100 %	SAO JOAO DO MANHUACU	MG		68%
WANDERLANDIA	TO		100 %	SAO JOAO DO MANTENINHA	MG		45%
XAMBIOA	TO		69%	SAO JOAO DO PACUI	MG		
ACAILANDIA	MA		74%	SAO JOAO DO PARAISO-MG	MG		84%
AFONSO CUNHA	MA			SAO JOAQUIM DE BICAS	MG		64%
AGUA DOCE DO MARANHAO	MA			SAO JOSE DA BARRA	MG		32%
ALCANTARA	MA		69%	SAO JOSE DA LAPA	MG		
ALDEIAS ALTAS	MA		68%	SAO JOSE DO GOIABAL	MG	77%	
ALTAMIRA DO MARANHAO	MA		100 %	SAO JOSE DO MANTIMENTO	MG	70%	
ALTO ALEGRE DO MARANHAO	MA		100 %	SAO LOURENCO	MG		29%
ALTO ALEGRE DO PINDARE	MA			SAO MIGUEL DO ANTA	MG	68%	
ALTO PARNAIBA	MA			SAO PEDRO DOS FERROS	MG	63%	
AMAPA DO MARANHAO	MA		76%	SAO PEDRO DO SUACUI	MG		72%
AMARANTE DO MARANHAO	MA			SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	MG		63%
ANAJATUBA	MA		94%	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	MG		
ANAPURUS	MA			SAO SEBASTIAO DO ANTA	MG		76%
APICUM-ACU	MA			SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	MG		41%
ARAGUANA-MA	MA			SARDOA	MG		52%
ARAIOSES	MA			SARZEDO	MG		72%
ARAME	MA		88%	SETUBINHA	MG		95%
ARARI	MA			SEM-PEIXE	MG		65%
AXIXA	MA			SENADOR AMARAL	MG		61%
BACABAL	MA		70%	SENADOR CORTES	MG		
BACABEIRA	MA		79%	SERRA AZUL DE MINAS	MG		79%
BACURI	MA			SERRA DOS AIMORES	MG		48%
BACURITUBA	MA		66%	SERRA DO SALITRE	MG	60%	
BALSAS	MA		74%	SERRANOPOLIS DE MINAS	MG		85%
BARAO DE GRAJAU	MA		73%	SILVIANOPOLIS	MG	45%	
BARRA DO CORDA	MA		77%	SOLEDADE DE MINAS	MG		46%
BARREIRINHAS	MA			TAIOBEIRAS	MG		72%
BELAGUA	MA			TAPARUBA	MG		40%
BELA VISTA DO MARANHAO	MA		79%	TAPIRA-MG	MG		59%
BENEDITO LEITE	MA			TAPIRAI-MG	MG	77%	
BEQUIMAO	MA			TAQUARACU DE MINAS	MG		60%

BERNARDO DO MEARIM	MA		76%	TARUMIRIM	MG		51%
BOA VISTA DO GURUPI	MA			TOCOS DO MOJI	MG		65%
BOM JARDIM-MA	MA			TOLEDO-MG	MG		60%
BOM JESUS DAS SELVAS	MA			TRES CORACOES	MG	60%	
BOM LUGAR	MA		72%	TUMIRITINGA	MG		70%
BREJO	MA		79%	UBAI	MG		99%
BREJO DE AREIA	MA			UBAPORANGA	MG		48%
BURITI	MA			UMBURATIBA	MG		78%
BURITI BRAVO	MA			UNIAO DE MINAS	MG		
BURITICUPU	MA		100 %	URUANA DE MINAS	MG		83%
BURITIRANA	MA			URUCUIA	MG		
CACHOEIRA GRANDE	MA			VARGEM ALEGRE	MG		
CAJAPIO	MA		65%	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	MG		81%
CAJARI	MA			VARJAO DE MINAS	MG		57%
CAMPESTRE DO MARANHAO	MA		86%	VERDELANDIA	MG		100 %
CANDIDO MENDES	MA		72%	VEREDINHA	MG		69%
CANTANHEDE	MA			VERMELHO NOVO	MG		48%
CAPINZAL DO NORTE	MA			VICOSA-MG	MG		49%
CARUTAPERA	MA			VIEIRAS	MG	63%	
CAXIAS	MA			MATHIAS LOBATO	MG		41%
CEDRAL-MA	MA			VIRGINIA	MG		58%
CENTRAL DO MARANHAO	MA		77%	VISCONDE DO RIO BRANCO	MG	71%	
CENTRO DO GUILHERME	MA			AFONSO CLAUDIO	ES	91%	
CENTRO NOVO DO MARANHAO	MA			AGUIA BRANCA	ES		
CHAPADINHA	MA		80%	AGUA DOCE DO NORTE	ES	100 %	
CIDELANDIA	MA			BARRA DE SAO FRANCISCO	ES		
COELHO NETO	MA			BOA ESPERANCA-ES	ES		75%
COLINAS-MA	MA			BOM JESUS DO NORTE	ES	59%	
CONCEICAO DO LAGO-ACU	MA			BREJETUBA	ES		90%
COROATA	MA		81%	CONCEICAO DA BARRA	ES		95%
CURURUPU	MA			DIVINO DE SAO LOURENCO	ES		97%
DAVINOPOLIS-MA	MA		75%	ECOPORANGA	ES	80%	
DOM PEDRO	MA			GOVERNADOR LINDENBERG	ES		
DUQUE BACELAR	MA		65%	ICONHA	ES		45%
ESPERANTINOPOLIS	MA		83%	IRUPI	ES		89%
ESTREITO	MA		89%	LINHARES	ES		
FEIRA NOVA DO MARANHAO	MA			MANTENOPOLIS	ES		
FERNANDO FALCAO	MA		80%	MARATAIZES	ES		80%
FORMOSA DA SERRA NEGRA	MA		89%	MARECHAL FLORIANO	ES		75%
FORTUNA	MA			MUCURICI	ES		100 %

GODOFREDO VIANA	MA		87%	NOVA VENECIA	ES		65%
GONCALVES DIAS	MA			PONTO BELO	ES		83%
GOVERNADOR ARCHER	MA		75%	SAO DOMINGOS DO NORTE	ES		74%
GOVERNADOR EDISON LOBAO	MA			SAO GABRIEL DA PALHA	ES		66%
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	MA			SAO MATEUS	ES		90%
GOVERNADOR LUIZ ROCHA	MA			SAO ROQUE DO CANAA	ES		58%
GOVERNADOR NEWTON BELLO	MA			SERRA	ES		100 %
GOVERNADOR NUNES FREIRE	MA			SOORETAMA	ES		97%
GRACA ARANHA	MA			VILA PAVAO	ES		100 %
GRAJAU	MA			VILA VALERIO	ES		100 %
GUIMARAES	MA			VITORIA	ES		65%
HUMBERTO DE CAMPOS	MA			APERIBE	RJ		
ICATU	MA		80%	ARARUAMA	RJ	92%	
IGARAPE DO MEIO	MA			AREAL	RJ		50%
IGARAPE GRANDE	MA		68%	ARMACAO DE BUZIOS	RJ		100 %
IMPERATRIZ	MA		61%	ARRAIAL DO CABO	RJ		
ITAIPAVA DO GRAJAU	MA			BELFORD ROXO	RJ		92%
ITAPECURU MIRIM	MA		79%	CABO FRIO	RJ		86%
ITINGA DO MARANHAO	MA		60%	CAMBUCI	RJ	84%	
JATOBA-MA	MA		70%	CARAPEBUS	RJ		
JENIPAPO DOS VIEIRAS	MA			COMENDADOR LEVY GASPARIAN	RJ		60%
JOAO LISBOA	MA			CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ		
JOSELANDIA	MA			CANTAGALO-RJ	RJ		67%
JUNCO DO MARANHAO	MA			CARDOSO MOREIRA	RJ		88%
LAGO DA PEDRA	MA		67%	CASIMIRO DE ABREU	RJ		71%
LAGO DO JUNCO	MA		76%	CORDEIRO	RJ		60%
LAGO VERDE	MA			GUAPIMIRIM	RJ		
LAGOA DO MATO	MA		100 %	IGUABA GRANDE	RJ		
LAGO DOS RODRIGUES	MA			ITALVA	RJ		89%
LAGOA GRANDE DO MARANHAO	MA			ITATIAIA	RJ	84%	
LAJEADO NOVO	MA		85%	JAPERI	RJ		
LIMA CAMPOS	MA		70%	MACUCO	RJ		52%
LUIS DOMINGUES	MA			MAGE	RJ		98%
MAGALHAES DE ALMEIDA	MA			MARICA	RJ		97%
MARACACUME	MA			MESQUITA-RJ	RJ		
MARAJA DO SENA	MA			MIRACEMA	RJ	73%	
MARANHAOZINHO	MA		100 %	NATIVIDADE-RJ	RJ		72%
MATA ROMA	MA			PARACAMBI	RJ		74%

MATINHA	MA		79%	PARAIBA DO SUL	RJ	60%	
MATOES	MA		94%	PETROPOLIS	RJ	67%	
MATOES DO NORTE	MA			PINHEIRAL	RJ		71%
MILAGRES DO MARANHAO	MA			PORCIUNCULA	RJ		87%
MIRADOR-MA	MA		75%	PORTO REAL	RJ		
MIRANDA DO NORTE	MA		75%	QUATIS	RJ		69%
MIRINZAL	MA			QUEIMADOS	RJ		100 %
MONCAO	MA			RIO BONITO	RJ	87%	
MONTES ALTOS	MA			RIO DAS OSTRAS	RJ		100 %
NINA RODRIGUES	MA		79%	RIO DE JANEIRO	RJ		100 %
NOVA COLINAS	MA			SANTO ANTONIO DE PADUA	RJ		76%
NOVA IORQUE	MA			SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	RJ		
NOVA OLINDA DO MARANHAO	MA		80%	SAO JOAO DA BARRA	RJ		81%
OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	MA			SAO JOAO DE MERITI	RJ	100 %	
OLINDA NOVA DO MARANHAO	MA		81%	SAO JOSE DE UBA	RJ		75%
PACO DO LUMIAR	MA		100 %	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	RJ		73%
PALMEIRANDIA	MA		69%	SAO SEBASTIAO DO ALTO	RJ		63%
PARAIBANO	MA			SEROPEDICA	RJ		91%
PARNARAMA	MA		76%	TANGUA	RJ		95%
PASSAGEM FRANCA	MA		70%	TRAJANO DE MORAIS	RJ	100 %	
PASTOS BONS	MA			VARRE-SAI	RJ		
PAULINO NEVES	MA			VASSOURAS	RJ	73%	
PAULO RAMOS	MA			ALAMBARI	SP		78%
PEDRO DO ROSARIO	MA		95%	ALUMINIO	SP		47%
PENALVA	MA			ANALANDIA	SP	85%	
PERI MIRIM	MA		82%	ARACARIGUAMA	SP		57%
PERITORO	MA		85%	ARAPEI	SP		48%
PINDARE MIRIM	MA			ARCO-IRIS	SP		48%
PINHEIRO	MA			AREIAS	SP		54%
PIRAPEMAS	MA			ASPASIA	SP		59%
POCAO DE PEDRAS	MA			BANANAL	SP		56%
PORTO RICO DO MARANHAO	MA		71%	BARIRI	SP	61%	
PRESIDENTE DUTRA-MA	MA			BARRA DO CHAPEU	SP		100 %
PRESIDENTE MEDICI-MA	MA			BARRA DO TURVO	SP	96%	
PRESIDENTE SARNEY	MA			BARUERI	SP	80%	
PRESIDENTE VARGAS	MA			BENTO DE ABREU	SP	42%	
PRIMEIRA CRUZ	MA			BERTIOGA	SP		54%
RAPOSA	MA		80%	BOM SUCESSO DE ITARARE	SP		67%

RIACHAO-MA	MA	97%		BOREBI	SP		70%
RIBAMAR FIQUENE	MA			BOTUCATU	SP		52%
ROSARIO	MA			BREJO ALEGRE	SP		62%
SANTA FILOMENA DO MARANHAO	MA		76%	CAJATI	SP		
SANTA HELENA-MA	MA		78%	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	SP		70%
SANTA LUZIA-MA	MA	82%		CANANEIA	SP		53%
SANTA LUZIA DO PARUA	MA		81%	CANAS	SP		70%
SANTA QUITERIA DO MARANHAO	MA			CANDIDO RODRIGUES	SP		88%
SANTA RITA-MA	MA		81%	CANITAR	SP		75%
SANTANA DO MARANHAO	MA		100 %	CAPELA DO ALTO	SP		77%
SANTO AMARO DO MARANHAO	MA		97%	CARAGUATATUBA	SP		43%
SANTO ANTONIO DOS LOPES	MA			CASSIA DOS COQUEIROS	SP		
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	MA			CESARIO LANGE	SP	62%	
SAO BENTO-MA	MA			COSMORAMA	SP	59%	
SAO BERNARDO	MA		81%	CRUZEIRO	SP		
SAO DOMINGOS DO AZEITAO	MA			DIRCE REIS	SP		54%
SAO DOMINGOS DO MARANHAO	MA			DOURADO	SP		45%
SAO FELIX DE BALSAS	MA	82%		ELDORADO-SP	SP	75%	
SAO FRANCISCO DO BREJAO	MA		65%	ELISIARIO	SP		73%
SAO FRANCISCO DO MARANHAO	MA			EMBAUBA	SP		41%
SAO JOAO BATISTA-MA	MA			EMBU	SP	79%	
SAO JOAO DO CARU	MA			EMBU-GUACU	SP	85%	
SAO JOAO DO PARAISO-MA	MA		74%	EMILIANOPOLIS	SP		51%
SAO JOAO DO SOTER	MA			ENGENHEIRO COELHO	SP		51%
SAO JOAO DOS PATOS	MA		56%	ESPIRITO SANTO DO TURVO	SP		68%
SAO JOSE DE RIBAMAR	MA		100 %	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	SP		59%
SAO JOSE DOS BASILIOS	MA			FERNAO	SP		34%
SAO LUIS	MA		100 %	FLORA RICA	SP		
SAO MATEUS DO MARANHAO	MA			GAVIAO PEIXOTO	SP		67%
SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	MA			GUAPIARA	SP	100 %	
SAO PEDRO DOS CRENTES	MA		93%	GUARA	SP		
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	MA	100 %		GUARIBA	SP		66%
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	MA			GUARUJA	SP		65%
SAO ROBERTO	MA			GUATAPARA	SP		
SAO VICENTE FERRER-MA	MA			HOLAMBRA	SP		58%

SATUBINHA	MA		82%	HORTOLANDIA	SP		
SENADOR ALEXANDRE COSTA	MA			IARAS	SP		59%
SENADOR LA ROCQUE	MA			IBATE	SP		50%
SERRANO DO MARANHAO	MA			IGARAPAVA	SP	76%	
SITIO NOVO-MA	MA		75%	IGARATA	SP		
SUCUPIRA DO NORTE	MA			ILHABELA	SP		55%
SUCUPIRA DO RIACHAO	MA		75%	ILHA COMPRIDA	SP		18%
TASSO FRAGOSO	MA			ILHA SOLTEIRA	SP		33%
TIMBIRAS	MA			IPAUCU	SP		59%
TRIZIDELA DO VALE	MA		69%	IPIGUA	SP		
TUFILANDIA	MA		73%	IPORANGA	SP	100 %	
TUNTUM	MA	100 %		IRAPURU	SP		
TURIACU	MA			ITAOCA	SP		100 %
TURILANDIA	MA		98%	ITAPIRAPUA PAULISTA	SP		90%
TUTOIA	MA			ITUPEVA	SP		57%
VARGEM GRANDE	MA		88%	JACAREI	SP		45%
VIANA-MA	MA		73%	JACI	SP		50%
VILA NOVA DOS MARTIRIOS	MA		82%	JARINU	SP	76%	
VITORIA DO MEARIM	MA			JOAO RAMALHO	SP		66%
VITORINO FREIRE	MA		63%	JUMIRIM	SP		55%
ZE DOCA	MA			JUQUIA	SP		46%
ACAUA	PI			JUQUITIBA	SP	90%	
AGRICOLANDIA	PI			LAVINIA	SP	64%	
AGUA BRANCA-PI	PI		53%	LAVRINHAS	SP		62%
ALEGRETE DO PIAUI	PI		61%	LEME	SP	67%	
ALTO LONGA	PI		95%	LINDOIA	SP		32%
ALTOS	PI	100 %		LORENA	SP		42%
ALVORADA DO GURGUEIA	PI			LOURDES	SP		69%
AMARANTE	PI			MAGDA	SP	67%	
ANGICAL DO PIAUI	PI			MARAPOAMA	SP		77%
ANTONIO ALMEIDA	PI		67%	MARIAPOLIS	SP		47%
AROAZES	PI			MARINOPOLIS	SP	49%	
AROEIRAS DO ITAIM	PI			MERIDIANO	SP	75%	
ARRAIAL	PI			MESOPOLIS	SP		54%
ASSUNCAO DO PIAUI	PI		64%	MIRANTE DO PARANAPANEMA	SP		59%
AVELINO LOPES	PI			MONTE MOR	SP	78%	
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	PI			MOTUCA	SP		48%
BARRA D'ALCANTARA	PI		81%	NANTES	SP		47%
BARRAS	PI		94%	NAZARE PAULISTA	SP	62%	
BARREIRAS DO PIAUI	PI		59%	NOVA CAMPINA	SP		

BARRO DURO	PI		51%	NOVA CANAA PAULISTA	SP		57%
BATALHA-PI	PI			NOVA CASTILHO	SP		68%
BELA VISTA DO PIAUI	PI		100 %	NOVAIS	SP		70%
BELEM DO PIAUI	PI			OLEO	SP		
BENEDITINOS	PI	68%		ORINDIUVA	SP		54%
BERTOLINIA	PI			OUROESTE	SP		56%
BETANIA DO PIAUI	PI		92%	PANORAMA	SP		49%
BOA HORA	PI		89%	PARIQUERA-ACU	SP		73%
BOCAINA-PI	PI		61%	PARISI	SP		41%
BOM JESUS-PI	PI	82%		PATROCINIO PAULISTA	SP		
BOM PRINCIPIO DO PIAUI	PI		73%	PAULICEIA	SP		
BONFIM DO PIAUI	PI		52%	PAULISTANIA	SP		49%
BOQUEIRAO DO PIAUI	PI		100 %	PEDRINHAS PAULISTA	SP		24%
BRASILEIRA	PI			PINDORAMA	SP	54%	
BREJO DO PIAUI	PI			PINHALZINHO-SP	SP		67%
BURITI DOS LOPES	PI		71%	PONTALINDA	SP		55%
BURITI DOS MONTES	PI		82%	POTIM	SP		68%
CABECEIRAS DO PIAUI	PI		100 %	PRACINHA	SP		70%
CAJAZEIRAS DO PIAUI	PI		100 %	PRADOPOLIS	SP		
CAJUEIRO DA PRAIA	PI			PRATANIA	SP		44%
CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	PI		94%	PRESIDENTE ALVES	SP	64%	
CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	PI		95%	QUADRA	SP		65%
CAMPO GRANDE DO PIAUI	PI		81%	QUELUZ	SP	74%	
CAMPO LARGO DO PIAUI	PI			RIBEIRAO DOS INDIOS	SP		60%
CAMPO MAIOR	PI	77%		RIBEIRAO GRANDE	SP		80%
CANAVIEIRA	PI			RIOLANDIA	SP	65%	
CANTO DO BURITI	PI			ROSANA	SP		
CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	PI			SALES OLIVEIRA	SP		63%
CARACOL-PI	PI		71%	SALTINHO-SP	SP		22%
CARAUBAS DO PIAUI	PI		90%	SALTO	SP		50%
CARIDADE DO PIAUI	PI		87%	SANTA ADELIA	SP	68%	
CASTELO DO PIAUI	PI			SANTA BARBARA D'OESTE	SP	87%	
CAXINGO	PI		84%	SANTA BRANCA	SP		43%
COCAL	PI			SANTA CRUZ DA ESPERANCA	SP		38%
COCAL DE TELHA	PI		85%	SANTA FE DO SUL	SP		43%
COCAL DOS ALVES	PI			SANTA ISABEL-SP	SP		
COIVARAS	PI			SANTANA DA PONTE PENSA	SP	92%	
COLONIA DO GURGUEIA	PI		69%	SANTA SALETE	SP		55%
COLONIA DO PIAUI	PI			SANTO ANASTACIO	SP	73%	
CONCEICAO DO CANINDE	PI		73%	SANTO ANTONIO DO	SP		54%

				ARACANGUA			
CORONEL JOSE DIAS	PI		60%	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	SP	58%	
CORRENTE	PI			SAO BENTO DO SAPUCAI	SP		67%
CRISTALANDIA DO PIAUI	PI			SAO JOAO DE IRACEMA	SP		39%
CRISTINO CASTRO	PI			SAO JOAO DO PAU D'ALHO	SP	55%	
CURRAIS	PI			SAO JOSE DO BARREIRO	SP		
CURRALINHOS	PI			SAO JOSE DOS CAMPOS	SP		44%
CURRAL NOVO DO PIAUI	PI		81%	SAO LOURENCO DA SERRA	SP		71%
DEMERVAL LOBAO	PI			SAO PAULO	SP		100 %
DIRCEU ARCOVERDE	PI		58%	SAO SEBASTIAO-SP	SP		61%
DOM EXPEDITO LOPES	PI		51%	SARAPUI	SP		65%
DOMINGOS MOURAO	PI			SARUTAIA	SP	47%	
DOM INOCENCIO	PI		100 %	SERRA AZUL	SP		
ELESBAO VELOSO	PI		72%	SETE BARRAS	SP		71%
ELISEU MARTINS	PI		55%	SUZANAPOLIS	SP		
ESPERANTINA-PI	PI	100 %		TAQUARAL	SP		73%
FARTURA DO PIAUI	PI		71%	TAQUARIVAI	SP		100 %
FLORES DO PIAUI	PI	51%		TARUMA	SP		55%
FLORESTA DO PIAUI	PI		99%	TAUBATE	SP		39%
FLORIANO	PI		55%	TERRA ROXA-SP	SP		78%
FRANCISCO AYRES	PI		71%	TORRE DE PEDRA	SP		77%
FRANCISCO MACEDO	PI		76%	TRABIJU	SP		83%
FRANCISCO SANTOS	PI			TUIUTI	SP		70%
FRONTEIRAS	PI		76%	TURMALINA-SP	SP	58%	
GEMINIANO	PI		88%	UBARANA	SP		58%
GILBUES	PI			UBATUBA	SP		66%
GUADALUPE	PI		61%	UNIAO PAULISTA	SP	57%	
GUARIBAS	PI			URU	SP	67%	
HUGO NAPOLEAO	PI			VARGEM-SP	SP		
ILHA GRANDE	PI		65%	VITORIA BRASIL	SP		85%
INHUMA	PI			ZACARIAS	SP		49%
ISAIAS COELHO	PI		82%	ESTIVA GERBI	SP		57%
ITAUEIRA	PI		60%	ABATIA	PR		75%
JACOBINA DO PIAUI	PI			ADRIANOPOLIS	PR		64%
JAICOS	PI		63%	ALVORADA DO SUL	PR	56%	
JARDIM DO MULATO	PI		70%	ANAHY	PR		51%
JATOBA DO PIAUI	PI		100 %	ANGULO	PR		47%
JERUMENHA	PI			ARAPUA-PR	PR		68%
JOAO COSTA	PI			ARIRANHA DO IVAI	PR		78%
JOAQUIM PIRES	PI		92%	BELA VISTA DA CAROBA	PR		70%
JOCA MARQUES	PI		86%	BOA ESPERANCA DO IGUACU	PR		69%

JOSE DE FREITAS	PI			BOA VENTURA DE SAO ROQUE	PR		72%
JUAZEIRO DO PIAUI	PI		94%	BOM JESUS DO SUL	PR		78%
JULIO BORGES	PI		88%	BOM SUCESSO DO SUL	PR		53%
JUREMA-PI	PI			BORRAZOPOLIS	PR		63%
LAGOINHA DO PIAUI	PI		71%	BRASILANDIA DO SUL	PR		51%
LAGOA ALEGRE	PI		70%	CAFEZAL DO SUL	PR		57%
LAGOA DO BARRO DO PIAUI	PI		77%	CAMPINA DO SIMAO	PR		71%
LAGOA DE SAO FRANCISCO	PI		81%	CAMPO MAGRO	PR		70%
LAGOA DO PIAUI	PI		81%	CANDOI	PR		65%
LAGOA DO SITIO	PI		80%	CARAMBEI	PR		43%
LANDRI SALES	PI		64%	CERRO AZUL	PR	74%	
LUZILANDIA	PI		76%	CORNELIO PROCOPIO	PR		38%
MADEIRO	PI		81%	CORONEL DOMINGOS SOARES	PR		89%
MANOEL EMIDIO	PI		58%	CRUZEIRO DO IGUACU	PR		75%
MARCOLANDIA	PI		62%	CRUZMALTINA	PR		62%
MARCOS PARENTE	PI			CURITIBA	PR		100 %
MASSAPE DO PIAUI	PI		88%	DIAMANTE DO SUL	PR		62%
MATIAS OLIMPIO	PI			ESPERANCA NOVA	PR		54%
MIGUEL LEAO	PI			ENTRE RIOS DO OESTE	PR		24%
MILTON BRANDAO	PI			ESPIGAO ALTO DO IGUACU	PR		55%
MONSENHOR GIL	PI		69%	FAROL	PR		74%
MONTE ALEGRE DO PIAUI	PI			FAZENDA RIO GRANDE	PR		97%
MORRO CABECA NO TEMPO	PI			FERNANDES PINHEIRO	PR		61%
MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	PI		98%	FLOR DA SERRA DO SUL	PR		51%
MURICI DOS PORTELAS	PI		98%	FOZ DO JORDAO	PR		66%
NAZARE DO PIAUI	PI			GOIOXIM	PR		100 %
NAZARIA	PI			GUAIRACA	PR		52%
NOSSA SENHORA DE NAZARE	PI		85%	GUAMIRANGA	PR		83%
NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	PI			GUARAQUECABA	PR	100 %	
NOVO ORIENTE DO PIAUI	PI		65%	HONORIO SERPA	PR		79%
NOVO SANTO ANTONIO-PI	PI			IBAITI	PR		100 %
OEIRAS	PI		86%	IGUATU-PR	PR		74%
OLHO D'AGUA DO PIAUI	PI		72%	IMBAU	PR		60%
PAES LANDIM	PI		46%	INACIO MARTINS	PR		57%
PAJEU DO PIAUI	PI		64%	INAJA-PR	PR	56%	
PALMEIRA DO PIAUI	PI	100 %		IRACEMA DO OESTE	PR		63%
PALMEIRAIS	PI		84%	ITAIPULANDIA	PR		55%
PAQUETA	PI		86%	ITAPEJARA D'OESTE	PR		66%

PARNAGUA	PI			ITAPERUCU	PR		100 %
PARNAIBA	PI		79%	ITAUNA DO SUL	PR	60%	
PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	PI		75%	IVATE	PR		68%
PATOS DO PIAUI	PI		77%	JARDIM OLINDA	PR		54%
PAU D'ARCO DO PIAUI	PI			LARANJAL-PR	PR		
PAULISTANA	PI		76%	LEOPOLIS	PR		38%
PAVUSSU	PI			LIDIANOPOLIS	PR		50%
PEDRO II	PI			LUNARDELLI	PR	66%	
PEDRO LAURENTINO	PI			MANDIRITUBA	PR		51%
NOVA SANTA RITA-PI	PI		100 %	MANFRINOPOLIS	PR		71%
PICOS	PI		62%	MARILENA	PR	66%	
PIMENTEIRAS	PI			MARIPA	PR		28%
PIO IX	PI		80%	MARQUINHO	PR		93%
PIRACURUCA	PI		73%	MATO RICO	PR		76%
PIRIPIRI	PI		100 %	MAUA DA SERRA	PR		65%
PORTO	PI		70%	MERCEDES	PR		44%
PORTO ALEGRE DO PIAUI	PI		87%	MIRADOR-PR	PR		58%
QUEIMADA NOVA	PI		94%	NOVA ALIANCA DO IVAI	PR		31%
REDENCAO DO GURGUEIA	PI			NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	PR		71%
REGENERACAO	PI		72%	NOVA FATIMA-PR	PR		
RIACHO FRIO	PI			NOVA LARANJEIRAS	PR		58%
RIBEIRA DO PIAUI	PI		94%	NOVA SANTA BARBARA	PR		
RIBEIRO GONCALVES	PI	67%		NOVO ITACOLOMI	PR		58%
RIO GRANDE DO PIAUI	PI	63%		ORTIGUEIRA	PR		74%
SANTA CRUZ DO PIAUI	PI		58%	OURIZONA	PR		53%
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	PI		90%	PARANACITY	PR		47%
SANTA FILOMENA-PI	PI			PATO BRAGADO	PR		43%
SANTA LUZ	PI		70%	PEROBAL	PR		66%
SANTANA DO PIAUI	PI		86%	PEROLA D'OESTE	PR		63%
SANTA ROSA DO PIAUI	PI			PINHAIS	PR		
SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	PI		64%	PINHAL DE SAO BENTO	PR		88%
SANTO INACIO DO PIAUI	PI		70%	PITANGUEIRAS-PR	PR		52%
SAO BRAZ DO PIAUI	PI			PONTAL DO PARANA	PR		62%
SAO FELIX DO PIAUI	PI			PORTO BARREIRO	PR		74%
SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	PI		90%	PRADO FERREIRA	PR		47%
SAO FRANCISCO DO PIAUI	PI			PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR	PR		42%
SAO GONCALO DO GURGUEIA	PI			QUARTO CENTENARIO	PR		76%
SAO JOAO DA FRONTEIRA	PI			QUATRO PONTES	PR		37%
SAO JOAO DA SERRA	PI			QUERENCIA DO NORTE	PR		68%

SAO JOAO DA VARJOTA	PI		70%	QUINTA DO SOL	PR	62%	
SAO JOAO DO ARRAIAL	PI		78%	RAMILANDIA	PR		58%
SAO JOAO DO PIAUI	PI		73%	RANCHO ALEGRE	PR	46%	
SAO JOSE DO DIVINO-PI	PI		77%	RANCHO ALEGRE D'OESTE	PR		62%
SAO JOSE DO PIAUI	PI		75%	RESERVA DO IGUACU	PR		48%
SAO LOURENCO DO PIAUI	PI		75%	RIBEIRAO DO PINHAL	PR		58%
SAO LUIS DO PIAUI	PI		97%	RIO BONITO DO IGUACU	PR		84%
SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	PI			RIO BRANCO DO IVAI	PR		86%
SAO MIGUEL DO FIDALGO	PI		87%	RIO BRANCO DO SUL	PR		65%
SAO MIGUEL DO TAPUIO	PI			RONCADOR	PR	87%	
SAO PEDRO DO PIAUI	PI	70%		SANTA CECILIA DO PAVAO	PR	71%	
SEBASTIAO BARROS	PI			SANTA LUCIA-PR	PR		58%
SEBASTIAO LEAL	PI		76%	SANTA MARIA DO OESTE	PR		75%
SIGEFREDO PACHECO	PI			SANTA MONICA	PR		
SIMPLICIO MENDES	PI		59%	SANTANA DO ITARARE	PR		60%
SOCORRO DO PIAUI	PI			SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	PR	70%	
SUSSUAPARA	PI		81%	SAO JOAO DO TRIUNFO	PR	79%	
TAMBORIL DO PIAUI	PI			SAO JORGE DO IVAI	PR	45%	
TANQUE DO PIAUI	PI		84%	SAO MANOEL DO PARANA	PR		48%
TERESINA	PI		100 %	SAO PEDRO DO IGUACU	PR		52%
URUCUI	PI			SAUDADE DO IGUACU	PR		63%
VALENCA DO PIAUI	PI		61%	SERRANOPOLIS DO IGUACU	PR		41%
VARZEA BRANCA	PI		92%	TAMARANA	PR		66%
VARZEA GRANDE-PI	PI	68%		TERRA BOA	PR	62%	
VERA MENDES	PI		70%	TUNAS DO PARANA	PR		
VILA NOVA DO PIAUI	PI		80%	TUPASSI	PR	60%	
WALL FERRAZ	PI			VENTANIA	PR		58%
ABAIARA	CE		77%	VILA ALTA	PR		
ACARAPE	CE		54%	DOUTOR ULYSSES	PR		
ACOPIARA	CE		87%	VIRMOND	PR		
AIUABA	CE		94%	ABDON BATISTA	SC		55%
ALCANTARAS	CE		77%	AGUAS FRIAS	SC		68%
ALTANEIRA	CE		80%	ALTO BELA VISTA	SC		64%
ALTO SANTO	CE	69%		ANCHIETA-SC	SC		66%
AMONTADA	CE		85%	APIUNA	SC		64%
ANTONINA DO NORTE	CE		73%	ARABUTA	SC		52%
APUIARES	CE		83%	ARVOREDO	SC		68%
ARACOIABA-CE	CE		71%	ASCURRA	SC		75%
ARARENDA	CE			ATALANTA	SC		64%
ARARIPE	CE		88%	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	SC		49%
ARNEIROZ	CE		87%	BALNEARIO CAMBORIU	SC	84%	
ASSARE	CE		100 %	BALNEARIO BARRA DO SUL	SC		39%

BANABUIU	CE		71%	BALNEARIO GAIVOTA	SC		58%
BARREIRA	CE		80%	BANDEIRANTE	SC		90%
BARRO	CE		73%	BARRA BONITA-SC	SC		78%
BARROQUINHA	CE		99%	BELA VISTA DO TOLDO	SC		89%
BATURITE	CE		60%	BELMONTE-SC	SC		69%
BOA VIAGEM	CE		81%	BIGUACU	SC		66%
CAMOCIM	CE	82%		BOCAINA DO SUL	SC		67%
CAMPOS SALES	CE		71%	BOMBINHAS	SC		61%
CAPISTRANO	CE		67%	BOM JESUS-SC	SC		79%
CARIRE	CE		86%	BOM JESUS DO OESTE	SC		67%
CARNAUBAL	CE		76%	BOTUVERA	SC		61%
CATUNDA	CE			BRACO DO NORTE	SC		54%
CEDRO-CE	CE		69%	BRACO DO TROMBUDO	SC		73%
CHAVAL	CE		96%	BRUNOPOLIS	SC		85%
CHORO	CE		90%	CACADOR	SC	54%	
CHOROZINHO	CE		73%	CAIBI	SC		47%
COREAU	CE		91%	CALMON	SC		92%
CRATEUS	CE		67%	CAPAO ALTO	SC		69%
CRATO	CE		67%	CAMPO BELO DO SUL	SC		74%
CROATA	CE			CAMPO ERE	SC		63%
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	CE		88%	CANELINHA	SC		48%
ERERE	CE	73%		CAPIVARI DE BAIXO	SC		48%
FORTALEZA	CE		100 %	CELSO RAMOS	SC		73%
FORTIM	CE		71%	CERRO NEGRO	SC		77%
FRECHEIRINHA	CE		67%	CHAPADAO DO LAGEADO	SC		100 %
GENERAL SAMPAIO	CE		80%	COCAL DO SUL	SC		42%
GRACA	CE		88%	CORDILHEIRA ALTA	SC		45%
GRANJA	CE			CORONEL MARTINS	SC		51%
GRANJEIRO	CE		93%	CORUPA	SC	58%	
GROAIRAS	CE			CUNHATAI	SC		51%
GUAIUBA	CE	62%		DOUTOR PEDRINHO	SC		52%
HIDROLANDIA-CE	CE			ENTRE RIOS-SC	SC		100 %
IBIAPINA	CE		70%	ERMO	SC		59%
INDEPENDENCIA-CE	CE		70%	FAXINAL DOS GUEDES	SC		49%
IPAPORANGA	CE		82%	FLOR DO SERTAO	SC		62%
IPUEIRAS-CE	CE	98%		FLORIANOPOLIS	SC		100 %
IRACEMA-CE	CE		67%	FORMOSA DO SUL	SC		56%
ITAICABA	CE		70%	FRAIBURGO	SC		51%
ITAITINGA	CE		72%	FREI ROGERIO	SC		
ITAPIUNA	CE		57%	GAROPABA	SC		67%
ITATIRA	CE		100 %	GUARAMIRIM	SC		42%

JAGUARETAMA	CE		81%	GUATAMBU	SC		67%
JAGUARIBARA	CE		67%	HERVAL D'OESTE	SC		58%
JAGUARIBE	CE			IBIAM	SC		64%
JAGUARUANA	CE			IMARUI	SC		60%
JARDIM-CE	CE		76%	IMBUIA	SC		79%
JIJOCA DE JERICOACOARA	CE		100 %	INDAIAL	SC		64%
LAVRAS DA MANGABEIRA	CE		70%	IOMERE	SC		41%
LIMOEIRO DO NORTE	CE		55%	IPIRA-SC	SC		45%
MADALENA	CE			IPUACU	SC		71%
MARTINOPOLE	CE		84%	IRACEMINHA	SC		56%
MASSAPE	CE		100 %	IRANI	SC		69%
MAURITI	CE		76%	IRATI-SC	SC		77%
MERUOCA	CE		79%	IRINEOPOLIS	SC		89%
MILAGRES-CE	CE		83%	ITAPIRANGA-SC	SC		51%
MILHA	CE		70%	ITAPOA	SC		65%
MISSAO VELHA	CE			JARAGUA DO SUL	SC		54%
MONSENHOR TABOSA	CE	67%		JARDINOPOLIS-SC	SC		55%
MORADA NOVA	CE		59%	JOSE BOITEUX	SC		63%
MORAUJO	CE		85%	JUPIA	SC		67%
MORRINHOS-CE	CE		89%	LACERDOPOLIS	SC		38%
MUCAMBO	CE		69%	LAJEADO GRANDE	SC		49%
MULUNGU-CE	CE		59%	LAURO MULLER	SC		50%
NOVA OLINDA-CE	CE		76%	LEBON REGIS	SC		86%
NOVA RUSSAS	CE		67%	LEOBERTO LEAL	SC		71%
OROS	CE		74%	LUZERNA	SC		44%
PACOTI	CE		68%	MACIEIRA	SC		57%
PACUJA	CE		59%	MAFRA	SC	63%	
PALHANO	CE		66%	MAJOR VIEIRA	SC		68%
PARAIPABA	CE		64%	MARACAJA	SC		73%
PARAMOTI	CE			MAREMA	SC		51%
PENTECOSTE	CE		80%	MIRIM DOCE	SC		45%
PEREIRO	CE		68%	MODELO	SC		62%
PIRES FERREIRA	CE		88%	MONDAI	SC		74%
PORANGA	CE		79%	MONTE CARLO	SC		
PORTEIRAS	CE		68%	MONTE CASTELO-SC	SC		78%
POTENGI	CE		76%	MORRO GRANDE	SC		61%
POTIRETAMA	CE			NOVA ITABERABA	SC		70%
QUITERIANOPOLIS	CE		86%	NOVO HORIZONTE-SC	SC		69%
QUIXADA	CE		65%	OURO	SC		59%
QUIXELO	CE		97%	OURO VERDE-SC	SC		29%
QUIXERE	CE			PAIAL	SC		82%
REDENCAO-CE	CE		69%	PAINEL	SC		64%
RERIUTABA	CE			PALMEIRA-SC	SC		59%

SALITRE	CE		100 %	PALMITOS	SC		63%
SANTANA DO ACARAU	CE		69%	PAPANDUVA	SC		81%
SANTA QUITERIA	CE		82%	PARAISO-SC	SC		73%
SAO BENEDITO	CE		84%	PASSO DE TORRES	SC		
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	CE		90%	PASSOS MAIA	SC		58%
SAO JOAO DO JAGUARIBE	CE		57%	PEDRAS GRANDES	SC	74%	
SAO LUIS DO CURU	CE			PICARRAS	SC		
SENADOR POMPEU	CE		58%	PINHEIRO PRETO	SC	48%	
SENADOR SA	CE		98%	PLANALTO ALEGRE	SC		41%
SOLONOPOLE	CE	74%		PONTE ALTA	SC		74%
TABULEIRO DO NORTE	CE			PONTE ALTA DO NORTE	SC		53%
TAMBORIL	CE	74%		PORTO BELO	SC		57%
TARRAFAS	CE		89%	PRINCESA	SC		86%
TEJUCUOCA	CE		71%	QUILOMBO	SC		56%
TRAIRI	CE		94%	RIO DOS CEDROS	SC		53%
TURURU	CE			RIO FORTUNA	SC		74%
UMIRIM	CE		91%	RIO RUFINO	SC		51%
URUBURETAMA	CE	59%		RIQUEZA	SC		52%
URUOCA	CE			SALTINHO-SC	SC		84%
VARJOTA	CE			SALTO VELOSO	SC	78%	
VARZEA ALEGRE	CE	100 %		SANGAO	SC		82%
ACU	RN		78%	SANTA CECILIA	SC		100 %
AFONSO BEZERRA	RN		70%	SANTA HELENA-SC	SC		56%
ALEXANDRIA	RN		77%	SANTA TEREZINHA-SC	SC		84%
ALMINO AFONSO	RN		65%	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	SC		100 %
ALTO DO RODRIGUES	RN			SANTIAGO DO SUL	SC		80%
ANTONIO MARTINS	RN		75%	SAO BERNARDINO	SC		79%
AUGUSTO SEVERO	RN		92%	SAO CRISTOVAO DO SUL	SC		71%
BAIA FORMOSA	RN		72%	SAO JOAO DO OESTE	SC		57%
BARCELONA	RN			SAO JOAO DO ITAPERIU	SC		62%
BENTO FERNANDES	RN		100 %	SAO JOSE	SC	90%	
BODO	RN		96%	SAO LUDGERO	SC		46%
BOM JESUS-RN	RN		89%	SAO MARTINHO-SC	SC		
BREJINHO-RN	RN		86%	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	SC		80%
CAICARA DO NORTE	RN			SAO PEDRO DE ALCANTARA	SC		48%
CAICARA DO RIO DO VENTO	RN		73%	SCHROEDER	SC		37%
CAMPO REDONDO	RN		84%	SEARA	SC		56%
CANGUARETAMA	RN		94%	SERRA ALTA	SC		76%
CARAUBAS-RN	RN		96%	SUL BRASIL	SC		78%
CARNAUBA DOS DANTAS	RN		37%	TANGARA-SC	SC		71%
CARNAUBAIS	RN		54%	TIGRINHOS	SC		100

							%
CEARA-MIRIM	RN		81%	TIJUCAS	SC		
CERRO CORA	RN		92%	TIMBO	SC		50%
CORONEL EZEQUIEL	RN			TRES BARRAS	SC		53%
CORONEL JOAO PESSOA	RN		80%	TREVISO	SC		76%
DOUTOR SEVERIANO	RN		96%	TUNAPOLIS	SC		55%
PARNAMIRIM-RN	RN		100 %	UNIAO DO OESTE	SC		46%
EQUADOR	RN		65%	URUBICI	SC		57%
ESPIRITO SANTO	RN		94%	URUSSANGA	SC		36%
FELIPE GUERRA	RN			VARGEAO	SC		22%
FERNANDO PEDROZA	RN		55%	VARGEM-SC	SC		46%
FLORANIA	RN		84%	VARGEM BONITA-SC	SC		57%
FRANCISCO DANTAS	RN		62%	VIDAL RAMOS	SC		63%
GALINHOS	RN			XANXERE	SC		58%
GOIANINHA	RN		83%	XAVANTINA	SC		46%
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	RN			XAXIM	SC		51%
GROSSOS	RN			ZORTEA	SC		
GUAMARE	RN	63%		ACEGUA	RS		
IELMO MARINHO	RN			ALEGRIA	RS		64%
IPANGUACU	RN		86%	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	RS		
ITAJA-RN	RN		88%	ALTO ALEGRE-RS	RS		
JACANA	RN			ALTO FELIZ	RS		50%
JANDAIRA-RN	RN			AMETISTA DO SUL	RS		82%
JANDUIS	RN	80%		ARAMBARE	RS		70%
JANUARIO CICCO	RN		83%	ARARICA	RS		
JAPI	RN			ARROIO DO SAL	RS		43%
JARDIM DE ANGICOS	RN	76%		ARROIO DO PADRE	RS		
JARDIM DO SERIDO	RN		51%	ARROIO DOS RATOS	RS		52%
JOAO CAMARA	RN			ARVOREZINHA	RS	70%	
JOAO DIAS	RN		78%	BAGE	RS		49%
JOSE DA PENHA	RN	89%		BALNEARIO PINHAL	RS		47%
JUCURUTU	RN	96%		BARAO DO TRIUNFO	RS		75%
JUNDIA-RN	RN			BARRA DO GUARITA	RS		97%
LAGOA D'ANTA	RN		93%	BARRA DO QUARAI	RS		60%
LAGOA DE PEDRAS	RN			BARRA DO RIO AZUL	RS		86%
LAGOA DE VELHOS	RN		53%	BARRA FUNDA	RS		52%
LAGOA NOVA	RN		83%	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	RS		90%
LAGOA SALGADA	RN			BOA VISTA DAS MISSOES	RS		69%
LAJES	RN		76%	BOA VISTA DO BURICA	RS		53%
LAJES PINTADAS	RN			BOA VISTA DO CADEADO	RS		
LUIS GOMES	RN		96%	BOA VISTA DO INCRA	RS		
MACAIBA	RN		80%	BOA VISTA DO SUL	RS		39%

MAJOR SALES	RN		72%	BOM PROGRESSO	RS		84%
MARTINS	RN		59%	BOZANO	RS		
MONTANHAS	RN		85%	CACEQUI	RS		70%
MONTE ALEGRE-RN	RN		94%	CAMPESTRE DA SERRA	RS		45%
MONTE DAS GAMELEIRAS	RN		75%	CAMPO NOVO	RS		76%
NATAL	RN		100 %	CANDIOTA	RS		41%
NISIA FLORESTA	RN			CANUDOS DO VALE	RS		
NOVA CRUZ	RN		100 %	CAPAO BONITO DO SUL	RS		
OLHO D'AGUA DO BORGES	RN		80%	CAPAO DO CIPO	RS		
PARANA-RN	RN		98%	CAPIVARI DO SUL	RS		59%
ESPIRITO SANTO DO OESTE	RN			CAPELA DE SANTANA	RS		87%
PARAZINHO	RN		80%	CAPITAO	RS		70%
PARELHAS	RN		78%	CARAA	RS		87%
RIO DO FOGO	RN			CARLOS GOMES	RS		76%
PASSAGEM-RN	RN		57%	CASEIROS	RS		60%
SANTA MARIA-RN	RN		88%	CENTENARIO-RS	RS		87%
PAU DOS FERROS	RN		54%	CERRITO	RS		43%
PEDRA GRANDE	RN		63%	CERRO GRANDE DO SUL	RS		92%
PEDRA PRETA-RN	RN			CHARRUA	RS		64%
PEDRO AVELINO	RN		58%	CHUI	RS		30%
PENDENCIAS	RN		67%	CHUVISCA	RS		100 %
PILOES-RN	RN		78%	CIDREIRA	RS		53%
POCO BRANCO	RN			CIRIACO	RS		69%
PORTALEGRE	RN			COLINAS-RS	RS		74%
PORTO DO MANGUE	RN			COQUEIRO BAIXO	RS		
PUREZA	RN	88%		COQUEIROS DO SUL	RS		77%
RAFAEL FERNANDES	RN		61%	CORONEL BARROS	RS		70%
RAFAEL GODEIRO	RN		69%	CORONEL PILAR	RS		
RIACHO DA CRUZ	RN		64%	COXILHA	RS		
RIACHUELO-RN	RN			CRISTAL DO SUL	RS		77%
TIBAU	RN			CRUZALTENSE	RS		
RUY BARBOSA-RN	RN		89%	DAVID CANABARRO	RS		74%
SANTANA DO MATOS	RN		91%	DERRUBADAS	RS		73%
SAO BENTO DO NORTE	RN			DILERMANDO DE AGUIAR	RS		
SAO BENTO DO TRAIRI	RN	100 %		DOIS IRMAOS DAS MISSOES	RS		62%
SAO FRANCISCO DO OESTE	RN		70%	DOM PEDRO DE ALCANTARA	RS		63%
SAO GONCALO DO AMARANTE-RN	RN		81%	DONA FRANCISCA	RS		49%
SAO JOSE DE MIPIBU	RN		68%	DOUTOR RICARDO	RS		79%
SAO JOSE DO CAMPESTRE	RN			ENCRUZILHADA DO SUL	RS		63%
SAO MIGUEL DO GOSTOSO	RN		95%	ENGENHO VELHO	RS		98%
SAO PAULO DO POTENGI	RN		82%	EREBANGO	RS		
SAO PEDRO-RN	RN		100	ERNESTINA	RS		

			%				
SAO TOME-RN	RN		82%	ESPERANCA DO SUL	RS		87%
SENADOR ELOI DE SOUZA	RN			ESTANCIA VELHA	RS		54%
SENADOR GEORGINO AVELINO	RN		69%	ESTEIO	RS		36%
SERRA DE SAO BENTO	RN		100 %	ESTRELA VELHA	RS		77%
SERRA DO MEL	RN			FAZENDA VILANOVA	RS		83%
SERRINHA-RN	RN		95%	FELIZ	RS		53%
SERRINHA DOS PINTOS	RN		68%	FLORIANO PEIXOTO	RS		
SITIO NOVO-RN	RN			FONTOURA XAVIER	RS		92%
TABOLEIRO GRANDE	RN		55%	FORMIGUEIRO	RS		59%
TENENTE ANANIAS	RN	81%		FORQUETINHA	RS		
TENENTE LAURENTINO CRUZ	RN		79%	GARRUCHOS	RS		65%
TIBAU DO SUL	RN		69%	GENTIL	RS		57%
TOUROS	RN		93%	GLORINHA	RS		72%
TRIUNFO POTIGUAR	RN		95%	GRAMADO DOS LOUREIROS	RS		65%
UPANEMA	RN			GRAMADO XAVIER	RS		
VENHA-VER	RN		100 %	HERVEIRAS	RS		93%
VERA CRUZ-RN	RN		72%	HULHA NEGRA	RS		42%
VICOSA-RN	RN		56%	IMBE	RS		50%
VILA FLOR	RN			IMIGRANTE	RS	74%	
AGUA BRANCA-PB	PB		72%	INHACORA	RS		63%
ALAGOINHA-PB	PB		91%	ITAARA	RS		
ALCANTIL	PB		72%	ITACURUBI	RS		63%
ALGODAO DE JANDAIRA	PB		100 %	ITAPUCA	RS		90%
AMPARO-PB	PB		91%	ITATI	RS		
APARECIDA-PB	PB		79%	IVORA	RS		46%
ARACAGI	PB		74%	JACUIZINHO	RS		
ARARUNA-PB	PB		83%	JAGUARI	RS		65%
AREIA	PB		87%	JAQUIRANA	RS		
AREIA DE BARAUNAS	PB		83%	JARI	RS		61%
AREIAL	PB		68%	LAGOA BONITA DO SUL	RS		
AROEIRAS	PB		80%	LAGOA DOS TRES CANTOS	RS		66%
ASSUNCAO	PB		87%	LAJEADO DO BUGRE	RS		88%
BAIA DA TRAICAO	PB			LINDOLFO COLLOR	RS		97%
BARAUNA-PB	PB		68%	LINHA NOVA	RS		73%
BARRA DE SANTANA	PB		69%	MACAMBARA	RS		65%
BARRA DE SAO MIGUEL-PB	PB			MAMPITUBA	RS		72%
BAYEUX	PB		84%	MANOEL VIANA	RS		
BELEM-PB	PB		80%	MAQUINE	RS		60%
BERNARDINO BATISTA	PB		73%	MARATA	RS		58%
BOA VISTA-PB	PB			MARIANA PIMENTEL	RS		52%
IGARACY	PB			MARQUES DE SOUZA	RS		35%

CACIMBA DE DENTRO	PB		87%	MATO CASTELHANO	RS		33%
CACIMBAS	PB		92%	MATO LEITAO	RS		87%
CAICARA-PB	PB		72%	MATO QUEIMADO	RS		
CAJAZEIRINHAS	PB		85%	MINAS DO LEAO	RS		77%
CALDAS BRANDAO	PB			MIRAGUAI	RS		80%
CAMPINA GRANDE	PB		64%	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	RS		100 %
CAPIM	PB		98%	MONTE BELO DO SUL	RS		65%
CARAUBAS-PB	PB		66%	MORMACO	RS		100 %
CASSERENGUE	PB		89%	MORRINHOS DO SUL	RS		64%
CATURITE	PB		69%	MORRO REUTER	RS		49%
CONCEICAO	PB		76%	MUITOS CAPOES	RS		89%
CONGO	PB		72%	MULITERNO	RS		48%
COXIXOLA	PB			NICOLAU VERGUEIRO	RS		62%
CRUZ DO ESPIRITO SANTO	PB		83%	NOVA BOA VISTA	RS		68%
CUBATI	PB		68%	NOVA BRESCIA	RS	61%	
CUITEGI	PB		78%	NOVA CANDELARIA	RS		83%
CUITE DE MAMANGUAPE	PB			NOVA PADUA	RS		39%
CURRAL DE CIMA	PB		95%	NOVA PALMA	RS		47%
DAMIAO	PB		96%	NOVA RAMADA	RS		95%
VISTA SERRANA	PB		60%	NOVA SANTA RITA-RS	RS		
DIAMANTE	PB		78%	NOVO CABRAIS	RS		
DONA INES	PB		100 %	NOVO MACHADO	RS		57%
DUAS ESTRADAS	PB		83%	NOVO TIRADENTES	RS		73%
GADO BRAVO	PB		100 %	NOVO XINGU	RS		
GURINHEM	PB			NOVO BARREIRO	RS		85%
IBIARA	PB			PANTANO GRANDE	RS		41%
IMACULADA	PB	75%		PARECI NOVO	RS		48%
INGA	PB		79%	PAROBE	RS		68%
ITABAIANA-PB	PB		73%	PASSA SETE	RS		67%
ITAPOROROCA	PB		84%	PASSO DO SOBRADO	RS		55%
ITATUBA	PB		83%	PAULO BENTO	RS		
JACARAU	PB		91%	PEDRAS ALTAS	RS		
JOAO PESSOA	PB		100 %	PEDRO OSORIO	RS		
JUAREZ TAVORA	PB		72%	PICADA CAFE	RS		56%
JUAZEIRINHO	PB		88%	PINHAL DA SERRA	RS		
JUNCO DO SERIDO	PB		80%	PINHAL GRANDE	RS		60%
JURIPIRANGA	PB			PINHEIRINHO DO VALE	RS		99%
JURU	PB		93%	PINTO BANDEIRA	RS		
LAGOA DE DENTRO	PB		66%	PONTAO	RS		
LAGOA SECA	PB			PONTE PRETA	RS		100 %
LOGRADOURO	PB		66%	PORTO ALEGRE	RS		70%

LUCENA	PB			PORTO MAUA	RS		56%
MAE D'AGUA	PB	71%		PORTO VERA CRUZ	RS		78%
MAMANGUAPE	PB			POUSO NOVO	RS	62%	
MARCACAO	PB		87%	PRESIDENTE LUCENA	RS		73%
MARIZOPOLIS	PB		88%	QUARAI	RS		45%
MATARACA	PB			QUATRO IRMAOS	RS		
MATINHAS	PB		74%	QUEVEDOS	RS		93%
MATO GROSSO	PB			RIO DOS INDIOS	RS		78%
MATUREIA	PB		100 %	RIO PARDO	RS		55%
MOGEIRO	PB		94%	ROLADOR	RS		
MONTE HOREBE	PB		72%	SAGRADA FAMILIA	RS		81%
MONTEIRO	PB			SALDANHA MARINHO	RS		39%
MULUNGU-PB	PB			SALVADOR DAS MISSOES	RS		52%
NATUBA	PB		80%	SALVADOR DO SUL	RS		42%
OLHO D'AGUA	PB		99%	SANTA CECILIA DO SUL	RS		
OLIVEDOS	PB		69%	SANTA CLARA DO SUL	RS		72%
OURO VELHO	PB			SANTA MARGARIDA DO SUL	RS		
PARARI	PB		80%	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS		38%
PICUI	PB		79%	SANTA TEREZA	RS		72%
PILAR-PB	PB		84%	SANTO ANTONIO DO PALMA	RS		55%
PIRPIRITUBA	PB		64%	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	RS		60%
PITIMBU	PB			SANTO ANTONIO DO PLANALTO	RS		
POCO DANTAS	PB		100 %	SANTO EXPEDITO DO SUL	RS		56%
POCO DE JOSE DE MOURA	PB		83%	SAO GABRIEL-RS	RS		47%
PRINCESA ISABEL	PB			SAO JOAO DO POLESINE	RS		33%
QUEIMADAS-PB	PB		100 %	SAO JOSE DAS MISSOES	RS		
QUIXABA-PB	PB		88%	SAO JOSE DO HORTENCIO	RS	59%	
PEDRO REGIS	PB		100 %	SAO JOSE DO INHACORA	RS		77%
RIACHAO-PB	PB		100 %	SAO JOSE DO SUL	RS		
RIACHAO DO BACAMARTE	PB		72%	SAO JOSE DOS AUSENTES	RS		80%
RIACHAO DO POCO	PB		76%	SAO MARTINHO-RS	RS		50%
RIACHO DE SANTO ANTONIO	PB			SAO MARTINHO DA SERRA	RS		59%
RIO TINTO	PB		62%	SAO MIGUEL DAS MISSOES	RS		53%
SALGADO DE SAO FELIX	PB		100 %	SAO PEDRO DA SERRA	RS		54%
SANTA CECILIA DE UMBUZEIRO	PB			SAO PEDRO DAS MISSOES	RS		
SANTA INES-PB	PB			SAO PEDRO DO BUTIA	RS		52%
SANTANA DOS GARROTES	PB	100 %		SAO VALENTIM DO SUL	RS		49%
SANTAREM-PB	PB		84%	SAO VALERIO DO SUL	RS		59%

SANTA RITA-PB	PB			SENADOR SALGADO FILHO	RS		55%
SANTA TERESINHA-PB	PB		88%	SENTINELA DO SUL	RS		
SANTO ANDRE-PB	PB		64%	SERIO	RS		69%
SAO BENTINHO	PB			SERTAO SANTANA	RS		64%
SAO DOMINGOS DO CARIRI	PB			SETE DE SETEMBRO	RS		80%
SAO DOMINGOS DE POMBAL	PB		85%	SILVEIRA MARTINS	RS		48%
SAO FRANCISCO-PB	PB		76%	SINIMBU	RS		68%
SAO JOAO DO TIGRE	PB		87%	TABAI	RS		56%
SAO JOSE DOS RAMOS	PB		82%	TAPES	RS	59%	45%
SAO JOSE DE PRINCESA	PB		69%	TAQUARA	RS		48%
SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	PB		80%	TAQUARI	RS		55%
SAO JOSE DO SABUGI	PB		62%	TIO HUGO	RS		
SAO MIGUEL DE TAIPU	PB		76%	TIRADENTES DO SUL	RS		90%
SAPE	PB	76%		TOROPI	RS		88%
SERIDO	PB			TRAVESSEIRO	RS		79%
SERRA BRANCA	PB		96%	TRES DE MAIO	RS		62%
SERRA DA RAIZ	PB		76%	TRES FORQUILHAS	RS		69%
SERTAOZINHO-PB	PB		80%	TRIUNFO-RS	RS		
SOBRADO	PB		78%	TUPANCI DO SUL	RS		66%
SOLANEA	PB		85%	TUPANCIRETA	RS		57%
SOLEDADE-PB	PB		89%	TURUCU	RS		54%
SOSSEGO	PB		77%	UBIRETAMA	RS		78%
CAMPO DE SANTANA	PB			UNIAO DA SERRA	RS		37%
TAPEROA-PB	PB		83%	UNISTALDA	RS		52%
TENORIO	PB			VALE VERDE	RS		53%
VARZEA-PB	PB		65%	VALE DO SOL	RS		75%
VIEIROPOLIS	PB		91%	VALE REAL	RS		75%
ZABELE	PB		63%	VANINI	RS		62%
ABREU E LIMA	PE		84%	VESPASIANO CORREA	RS		45%
AFOGADOS DA INGAZEIRA	PE		66%	VILA LANGARO	RS		47%
AGUA PRETA	PE		76%	VILA NOVA DO SUL	RS		54%
AGUAS BELAS	PE		87%	VISTA GAUCHA	RS		73%
ALAGOINHA-PE	PE		65%	VITORIA DAS MISSOES	RS		54%
ALIANCA	PE			WESTFALIA	RS		
ALTINHO	PE		75%	XANGRI-LA	RS		53%
ANGELIM	PE			AGUA CLARA	MS		72%
ARACOIABA-PE	PE		75%	ALCINOPOLIS	MS		91%
ARARIPINA	PE			AMAMBAI	MS		60%
ARCOVERDE	PE		63%	ANASTACIO	MS		100 %
BARRA DE GUABIRABA	PE		85%	ANAURILANDIA	MS		80%
BARREIROS	PE			AQUIDAUANA	MS		100 %
BELEM DE SAO FRANCISCO	PE		66%	BANDEIRANTES-MS	MS		74%

BETANIA	PE		71%	CAARAPO	MS		89%
BODOCO	PE		78%	CAMAPUA	MS		63%
BOM CONSELHO	PE		87%	CAMPO GRANDE-MS	MS		100 %
BREJINHO-PE	PE		71%	CHAPADAO DO SUL	MS		54%
BREJO DA MADRE DE DEUS	PE		83%	CORONEL SAPUCAIA	MS		74%
BUIQUE	PE		80%	COXIM	MS		60%
CABROBO	PE		73%	DOIS IRMAOS DO BURITI	MS		100 %
CAETES	PE		85%	DOURADOS	MS		74%
CALCADO	PE		64%	FATIMA DO SUL	MS		80%
CALUMBI	PE		76%	FIGUEIRAO	MS		
CAMARAGIBE	PE	100 %		ITAPORA	MS		67%
CAMOCIM DE SAO FELIX	PE		69%	IVINHEMA	MS	94%	
CAMUTANGA	PE		68%	JAPORA	MS		100 %
CAPOEIRAS	PE		59%	JARAGUARI	MS		84%
CARNAIBA	PE		63%	JATEI	MS		77%
CARNAUBEIRAS DA PENHA	PE		100 %	LAGUNA CARAPA	MS		71%
CARPINA	PE		93%	MARACAJU	MS		81%
CARUARU	PE		96%	MIRANDA	MS		81%
CASINHAS	PE		63%	MUNDO NOVO-MS	MS		58%
CATENDE	PE		70%	NAVIRAI	MS		78%
CEDRO-PE	PE		65%	NIOAQUE	MS		97%
CHA DE ALEGRIA	PE		76%	NOVA ALVORADA DO SUL	MS		92%
CHA GRANDE	PE		71%	NOVA ANDRADINA	MS		52%
CONDADO-PE	PE		68%	NOVO HORIZONTE DO SUL	MS		81%
CORRENTES	PE		57%	PARANHOS	MS		82%
CORTES	PE		73%	PEDRO GOMES	MS		84%
CUPIRA	PE		62%	PONTA PORA	MS		87%
DORMENTES	PE		80%	RIO BRILHANTE	MS		74%
ESCADA	PE		75%	RIO VERDE DE MATO GROSSO	MS		71%
EXU	PE			ROCHEDO	MS		57%
FEIRA NOVA-PE	PE			SETE QUEDAS	MS		59%
FERNANDO DE NORONHA	PE			SELVIRIA	MS		67%
FERREIROS	PE		74%	SIDROLANDIA	MS		84%
FLORES	PE		62%	SONORA	MS		68%
FLORESTA-PE	PE		48%	TACURU	MS		71%
FREI MIGUELINHO	PE		76%	VICENTINA	MS		62%
GAMELEIRA	PE		86%	AGUA BOA-MT	MT		61%
GARANHUNS	PE		78%	ALTO BOA VISTA	MT		93%
GOIANA-PE	PE		62%	ALTO PARAGUAI	MT	80%	
GRANITO	PE		80%	APIACAS	MT		
GRAVATA	PE		69%	ARAGUAIANA	MT		63%

IATI	PE		85%	BARAO DE MELGACO	MT		
IBIMIRIM	PE		80%	BARRA DO GARCAS	MT		
IGARASSU	PE		78%	BOM JESUS DO ARAGUAIA	MT		
IGUARACI	PE		64%	CAMPINAPOLIS	MT		
INAJA-PE	PE		62%	CAMPO NOVO DO PARECIS	MT		70%
INGAZEIRA	PE		51%	CAMPOS DE JULIO	MT		50%
IPOJUCA	PE		77%	CANABRAVA DO NORTE	MT		
IPUBI	PE		64%	CARLINDA	MT		91%
ITACURUBA	PE		44%	CHAPADA DOS GUIMARAES	MT		
ITAIBA	PE		76%	COLNIZA	MT		
ITAMARACA	PE			COMODORO	MT		78%
ITAMBE-PE	PE		81%	CONFRESA	MT		
ITAPETIM	PE		60%	CONQUISTA D'OESTE	MT		
ITAPISSUMA	PE		53%	COTRIGUACU	MT		74%
ITAQUITINGA	PE			CUIABA	MT		100 %
JAQUEIRA	PE			CURVELANDIA	MT		
JATAUBA	PE		59%	DIAMANTINO	MT	57%	
JATOBA-PE	PE		48%	FELIZ NATAL	MT		82%
JOAO ALFREDO	PE		80%	GAUCHA DO NORTE	MT		49%
JOAQUIM NABUCO	PE		60%	GENERAL CARNEIRO-MT	MT		
JUCATI	PE		73%	GLORIA D'OESTE	MT		63%
JUPI	PE		56%	GUARANTA DO NORTE	MT		92%
JUREMA-PE	PE		64%	INDIAVAI	MT		
LAGOA DO CARRO	PE		53%	IPIRANGA DO NORTE	MT		
LAGOA DE ITAENGA	PE		78%	ITANHANGA	MT		
LAGOA DO OURO	PE		68%	JACIARA	MT		47%
LAGOA DOS GATOS	PE		66%	JUINA	MT		75%
LAGOA GRANDE-PE	PE		67%	LAMBARI D'OESTE	MT		
LAJEDO	PE		67%	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	MT		75%
MANARI	PE		100 %	MATUPA	MT		70%
MARAIAL	PE		81%	NORTELANDIA	MT		
MIRANDIBA	PE		68%	NOVA BANDEIRANTES	MT		100 %
MORENO	PE		68%	NOVA NAZARE	MT		
NAZARE DA MATA	PE		65%	NOVA LACERDA	MT		80%
OLINDA	PE		54%	NOVA SANTA HELENA	MT		
OURICURI	PE		89%	NOVA UBIRATA	MT		71%
PALMARES	PE		63%	NOVO MUNDO	MT		87%
PALMEIRINA	PE		53%	PARANAITA	MT		
PANELAS	PE		72%	PARANATINGA	MT		58%
PARANATAMA	PE		73%	NOVO SANTO ANTONIO-MT	MT		
PARNAMIRIM-PE	PE	69%		PEIXOTO DE AZEVEDO	MT		83%
PAUDALHO	PE			PLANALTO DA SERRA	MT		79%

PAULISTA-PE	PE		70%	PONTAL DO ARAGUAIA	MT		
PESQUEIRA	PE		68%	PORTO ESPERIDIAO	MT		81%
PETROLANDIA-PE	PE		42%	PORTO ESTRELA	MT		100 %
PETROLINA	PE		100 %	POXOREO	MT		57%
POCAO	PE			QUERENCIA	MT		72%
PRIMAVERA-PE	PE		62%	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	MT		78%
QUIPAPA	PE		86%	RIBEIRAOZINHO	MT		55%
QUIXABA-PE	PE		76%	RIO BRANCO-MT	MT		78%
RECIFE	PE		100 %	SANTA CARMEN	MT		63%
RIBEIRAO	PE		73%	SANTO AFONSO	MT		74%
SALOA	PE		59%	SAO JOSE DO POVO	MT		68%
SANTA CRUZ-PE	PE		92%	SAO JOSE DO XINGU	MT		
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	PE		68%	SAO PEDRO DA CIPA	MT		46%
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	PE		100 %	RONDOLANDIA	MT		
SANTA FILOMENA-PE	PE		90%	SANTA CRUZ DO XINGU	MT		
SANTA MARIA DA BOA VISTA	PE		54%	SANTA RITA DO TRIVELATO	MT		
SANTA TEREZINHA-PE	PE			SANTA TEREZINHA-MT	MT		
SAO BENEDITO DO SUL	PE		74%	SANTO ANTONIO DO LESTE	MT		
SAO BENTO DO UNA	PE		88%	SANTO ANTONIO DO LEVERGER	MT	77%	
SAO CAITANO	PE		91%	SAO FELIX DO ARAGUAIA	MT		46%
SAO JOAO-PE	PE		71%	SAPEZAL	MT		
SAO JOAQUIM DO MONTE	PE		73%	SERRA NOVA DOURADA	MT		
SAO JOSE DA COROA GRANDE	PE		65%	SORRISO	MT		64%
SAO JOSE DO BELMONTE	PE		79%	TABAPORA	MT		92%
SAO JOSE DO EGITO	PE		66%	TAPURAH	MT	92%	
SAO LOURENCO DA MATA	PE		83%	TESOURO	MT		34%
SERRITA	PE		76%	TORIXOREU	MT		
SERTANIA	PE		62%	UNIAO DO SUL	MT		65%
SOLIDAO	PE		75%	VALE DE SAO DOMINGOS	MT		
SURUBIM	PE		82%	VARZEA GRANDE-MT	MT	100 %	
TABIRA	PE		66%	VILA RICA	MT	100 %	
TACAIMBO	PE	100 %		NOVA GUARITA	MT		80%
TACARATU	PE		94%	NOVA MARILANDIA	MT		
TAMANDARE	PE		82%	NOVA MARINGA	MT		87%
TAQUARITINGA DO NORTE	PE		87%	NOVA MONTE VERDE	MT		
TERRA NOVA-PE	PE		48%	ABADIA DE GOIAS	GO		61%
TORITAMA	PE		100 %	ACREUNA	GO		48%

TRACUNHAEM	PE			AGUA FRIA DE GOIAS	GO		72%
TRINDADE-PE	PE	100 %		AGUA LIMPA	GO		51%
TRIUNFO-PE	PE		53%	AGUAS LINDAS DE GOIAS	GO		100 %
TUPANATINGA	PE		82%	ALEXANIA	GO		74%
TUPARETAMA	PE		44%	ALOANDIA	GO		41%
VENTUROSA	PE		51%	ALTO HORIZONTE	GO		60%
VERDEJANTE	PE		67%	AMARALINA	GO		61%
VERTENTE DO LERIO	PE		75%	AMERICANO DO BRASIL	GO	77%	
VERTENTES	PE		65%	APARECIDA DE GOIANIA	GO		100 %
XEXEU	PE		77%	APARECIDA DO RIO DOCE	GO		47%
AGUA BRANCA-AL	AL		74%	APORE	GO		44%
BARRA DE SANTO ANTONIO	AL		81%	ARACU	GO		49%
BATALHA-AL	AL			ARAGARCAS	GO	100 %	
BELEM-AL	AL			ARENOPOLIS-GO	GO	59%	
BOCA DA MATA	AL			ARUANA	GO		67%
BRANQUINHA	AL		91%	AVELINOPOLIS	GO		37%
CACIMBINHAS	AL		78%	BOM JARDIM DE GOIAS	GO	63%	
CAJUEIRO	AL	61%		BOM JESUS DE GOIAS	GO		57%
CAMPESTRE-AL	AL		66%	BONOPOLIS	GO		75%
CAMPO GRANDE-AL	AL		85%	BRITANIA	GO		50%
CANAPI	AL		96%	BURITI ALEGRE	GO		51%
CHA PRETA	AL		86%	BURITI DE GOIAS	GO		58%
COITE DO NOIA	AL		81%	BURITINOPOLIS	GO		100 %
COLONIA LEOPOLDINA	AL		65%	CABECEIRAS	GO		54%
COQUEIRO SECO	AL		54%	CAIAPONIA	GO		57%
CORURIPE	AL		94%	CALDAS NOVAS	GO		51%
CRAIBAS	AL		85%	CALDAZINHA	GO		54%
DOIS RIACHOS	AL		74%	CAMPINACU	GO		70%
ESTRELA DE ALAGOAS	AL		100 %	CAMPINORTE	GO		65%
GIRAU DO PONCIANO	AL		100 %	CAMPO LIMPO DE GOIAS	GO		
IBATEGUARA	AL		81%	CAMPOS BELOS	GO	57%	
IGACI	AL		92%	CAMPOS VERDES	GO		66%
INHAPI	AL			CASTELANDIA	GO		57%
JACARE DOS HOMENS	AL		81%	CATURAI	GO		57%
JACUIPE	AL		87%	CAVALCANTE	GO		
JAPARATINGA	AL			CERES	GO		
JARAMATAIA	AL		73%	CHAPADAO DO CEU	GO		47%
JEQUIA DA PRAIA	AL			CIDADE OCIDENTAL	GO		
MACEIO	AL		100 %	COCALZINHO DE GOIAS	GO		71%

MARIBONDO	AL	79%		COLINAS DO SUL	GO		70%
MAR VERMELHO	AL		73%	CORUMBAIBA	GO		47%
MATRIZ DE CAMARAGIBE	AL	48%		DAMIANOPOLIS	GO		
MURICI	AL		63%	DAVINOPOLIS-GO	GO		48%
NOVO LINO	AL		78%	DOVERLANDIA	GO		66%
OLHO D'AGUA DAS FLORES	AL		74%	EDEALINA	GO		
OLHO D'AGUA DO CASADO	AL		82%	EDEIA	GO		63%
OLIVENCA	AL	92%		FAZENDA NOVA	GO		
PALESTINA-AL	AL	63%		FIRMINOPOLIS	GO		46%
PARICONHA	AL			FLORES DE GOIAS	GO		
PARIPUEIRA	AL			FORMOSA	GO		72%
PINDOBA	AL		100 %	GAMELEIRA DE GOIAS	GO		
PIRANHAS-AL	AL		70%	DIVINOPOLIS DE GOIAS	GO	73%	
PORTO REAL DO COLEGIO	AL			GOIANIA	GO		100 %
SANTANA DO IPANEMA	AL		79%	GOIATUBA	GO		36%
SANTANA DO MUNDAU	AL			GUAPO	GO		74%
SAO BRAS	AL	83%		GUARAITA	GO		61%
SAO JOSE DA LAJE	AL		78%	GUARANI DE GOIAS	GO	85%	
SAO JOSE DA TAPERA	AL		100 %	GUARINOS	GO		66%
SAO LUIS DO QUITUNDE	AL	86%		HEITORAI	GO		41%
SAO MIGUEL DOS MILAGRES	AL		70%	HIDROLINA	GO		56%
SAO SEBASTIAO-AL	AL	76%		IACIARA	GO		68%
TANQUE D'ARCA	AL			INACIOLANDIA	GO		56%
TAQUARANA	AL		80%	INDIARA	GO		
TEOTONIO VILELA	AL		77%	IPIRANGA DE GOIAS	GO		
UNIAO DOS PALMARES	AL		89%	ITAJA-GO	GO		45%
VICOSA-AL	AL		79%	ITAPACI	GO		
AMPARO DE SAO FRANCISCO	SE		95%	ITAPIRAPUA	GO	80%	
ARACAJU	SE		100 %	ITARUMA	GO		39%
AREIA BRANCA-SE	SE	100 %		IVOLANDIA	GO		52%
BOQUIM	SE	40%		JARAGUA	GO		67%
CEDRO DE SAO JOAO	SE	47%		JESUPOLIS	GO		37%
ESTANCIA	SE		86%	JOVIANIA	GO		28%
GENERAL MAYNARD	SE	57%		LAGOA SANTA-GO	GO		
ITAPORANGA D'AJUDA	SE			MAIRIPOTABA	GO		44%
JAPOATA	SE		80%	MAMBAI	GO	92%	
MALHADA DOS BOIS	SE		70%	MARA ROSA	GO	61%	
MALHADOR	SE		72%	MARZAGAO	GO		31%
MOITA BONITA	SE		66%	MIMOSO DE GOIAS	GO		81%
PACATUBA-SE	SE		93%	MINACU	GO		55%
PEDRA MOLE	SE		71%	MINEIROS	GO		55%

PINHAO-SE	SE		75%	MOIPORA	GO		48%
PIRAMBU	SE			MONTE ALEGRE DE GOIAS	GO		90%
POCO REDONDO	SE		93%	MONTIVIDIU DO NORTE	GO		70%
PORTO DA FOLHA	SE		96%	MOSSAMEDES	GO		47%
PROPRIA	SE	85%		MOZARLANDIA	GO		53%
RIACHUELO-SE	SE	51%		MUNDO NOVO-GO	GO		89%
SALGADO	SE		96%	NEROPOLIS	GO		45%
SANTA LUZIA DO ITANHY	SE		98%	NIQUELANDIA	GO		61%
SANTANA DO SAO FRANCISCO	SE		87%	NOVA AURORA-GO	GO		35%
SAO CRISTOVAO	SE		100 %	NOVA CRIXAS	GO		
SAO DOMINGOS-SE	SE		97%	NOVA GLORIA	GO		55%
SIMAO DIAS	SE			NOVA IGUACU DE GOIAS	GO		59%
SIRIRI	SE		68%	NOVA VENEZA-GO	GO		75%
TOMAR DO GERU	SE		100 %	NOVO BRASIL	GO		64%
UMBAUBA	SE		92%	NOVO GAMA	GO		70%
ABAIRA	BA		48%	NOVO PLANALTO	GO		
ABARE	BA	85%		OUVIDOR	GO		41%
ACAJUTIBA	BA		72%	PALMELO	GO		47%
ADUSTINA	BA		85%	PANAMA	GO		46%
AGUA FRIA	BA	85%		PARANAIGUARA	GO		52%
AIQUARA	BA		62%	PARAUNA	GO		44%
ALAGOINHAS	BA		61%	PEROLANDIA	GO		46%
ALMADINA	BA			PILAR DE GOIAS	GO		84%
AMARGOSA	BA		65%	PIRACANJUBA	GO		62%
AMERICA DOURADA	BA			PIRES DO RIO	GO		47%
ANDARAI	BA	48%		PLANALTINA	GO		
ANGUERA	BA			PORANGATU	GO		57%
ANTONIO CARDOSO	BA		72%	PORTEIRAO	GO		59%
APORA	BA		79%	POSSE	GO		75%
ARACAS	BA	65%		PROFESSOR JAMIL	GO		47%
ARACI	BA	70%		QUIRINOPOLIS	GO		55%
ARATUIPE	BA	71%		RIALMA	GO		51%
AURELINO LEAL	BA			RUBIATABA	GO		59%
BAIXA GRANDE	BA		72%	SANCLERLANDIA	GO		64%
BARRA DA ESTIVA	BA	75%		SANTA CRUZ DE GOIAS	GO	81%	
BARRA DO ROCHA	BA			SANTA RITA DO NOVO DESTINO	GO		
BARRO ALTO-BA	BA		78%	SANTA TEREZA DE GOIAS	GO		40%
BARROCAS	BA			SANTA TEREZINHA DE GOIAS	GO		66%
BARRO PRETO	BA		76%	SANTO ANTONIO DA BARRA	GO		57%
BELMONTE-BA	BA	59%		SANTO ANTONIO DE GOIAS	GO		43%
BELO CAMPO	BA	70%		SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	GO		66%

BOA NOVA	BA			SAO JOAO D'ALIANCA	GO		
BOA VISTA DO TUPIM	BA		78%	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	GO		51%
BOM JESUS DA LAPA	BA		66%	SAO PATRICIO	GO		63%
BOM JESUS DA SERRA	BA	97%		SAO SIMAO-GO	GO		
BONITO-BA	BA			SILVANIA	GO		56%
BOQUIRA	BA	57%		SIMOLANDIA	GO	100 %	
BREJOLANDIA	BA			SITIO D'ABADIA	GO		94%
BUERAREMA	BA	53%		TERESINA DE GOIAS	GO		65%
BURITIRAMA	BA	83%		TEREZOPOLIS DE GOIAS	GO		65%
CAATIBA	BA		89%	TRES RANCHOS	GO		54%
CABACEIRAS DO PARAGUACU	BA	100 %		TRINDADE-GO	GO		
CACHOEIRA	BA		63%	TROMBAS	GO		42%
CAETANOS	BA			TURVANIA	GO		44%
CAETITE	BA		80%	TURVELANDIA	GO	56%	
CAFARNAUM	BA		74%	UIRAPURU	GO		61%
CALDEIRAO GRANDE	BA	66%		URUTAI	GO		40%
CAMACARI	BA		79%	VALPARAISO DE GOIAS	GO		61%
CAMAMU	BA		83%	VARJAO	GO		
CANARANA-BA	BA		80%	VIANOPOLIS	GO		51%
CANDEAL	BA			VICENTINOPOLIS	GO		40%
CANDIBA	BA		59%	VILA BOA	GO		57%
CANUDOS	BA	68%		VILA PROPICIO	GO		84%

APÊNDICE D – DADOS E EFICIÊNCIA POR ESTADO (1990-2009)

Municípios do Acre	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Assis Brasil	R$ 129.310,78	0,11	407	18,02	100%
Brasileia	R$ 74.865,34	0,14	2.364	17,68	100%
Cruzeiro do Sul	R$ 31.713,58	0,11	16.003	11,14	100%
Manoel Urbano	R$ 68.852,19	0,18	0	16,81	100%
Plácido de Castro	R$ 80.883,50	0,20	2.936	12,49	100%
Sena Madureira	R$ 40.010,01	0,13	6.254	3,59	100%
Senador Guiomard	R$ 52.842,05	0,13	3.010	16,30	100%
Tarauacá	R$ 38.538,87	0,11	5.139	11,47	92%
Feijó	R$ 35.002,55	0,07	9.229	7,65	65%
Mínimo*	**R$ 31.713,58**	**0,07**	**0**	**3,59**	**65%**
Média*	**R$ 61.335,43**	**0,13**	**5.038**	**12,79**	**95%**
Desvio Padrão*	**R$ 18.750,08**	**0,04**	**4.781**	**5,08**	**14%**
Máximo*	**R$ 129.310,78**	**0,20**	**16.003**	**18,02**	**100%**

Municípios do Acre	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Capixaba	R$ 38.878,67	0,21	3.592	52,67	100%
Cruzeiro do Sul	R$ 26.362,85	0,15	7.467	39,84	100%
Jordão	R$ 59.455,36	0,25	1.995	42,66	100%
Rio Branco	R$ 38.415,13	0,14	82.547	17,50	100%
Rodrigues Alves	R$ 31.704,51	0,17	6.784	67,55	100%
Marechal Taumaturgo	R$ 47.378,99	0,2	5.585	55,96	99%
Mâncio Lima	R$ 31.525,97	0,17	2.203	59,54	99%
Santa Rosa do Purus	R$ 67.173,47	0,24	1.948	26,46	97%
Tarauacá	R$ 30.005,90	0,15	5.294	32,54	90%
Porto Walter	R$ 40.990,22	0,19	3.819	32,91	89%
Sena Madureira	R$ 31.810,52	0,15	9.592	42,13	88%
Xapuri	R$ 32.470,49	0,15	3.382	24,04	85%
Porto Acre	R$ 27.575,14	0,13	6.488	33,58	84%
Manoel Urbano	R$ 47.997,42	0,16	1.198	44,54	78%
Assis Brasil	R$ 55.645,75	0,16	1.396	34,34	71%
Brasileia	R$ 38.295,91	0,14	5.742	36,96	69%
Bujari	R$ 41.905,62	0,13	2.244	41,66	68%
Mínimo*	**R$ 26.362,85**	**0,13**	**1.198**	**17,50**	**68%**
Média*	**R$ 46.462,60**	**0,16**	**9.852**	**29,10**	**91%**
Desvio Padrão*	**R$ 11.706,35**	**0,04**	**19.131**	**13,04**	**12%**
Máximo*	**R$ 67.173,47**	**0,25**	**82.547**	**67,55**	**100%**

Municípios do Amazonas	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Boa Vista Do Ramos	R$ 30.765,58	0,19	4.497	22,08	100%
Carauari	R$ 40.136,69	0,21	2.353	39,47	100%
Fonte Boa	R$ 43.785,94	0,21	0	41,99	100%
Jutaí	R$ 40.830,17	0,21	0	34,74	100%
Manaus	R$ 36.717,92	0,14	396.179	7,87	100%
Manicoré	R$ 27.009,08	0,18	8.979	36,45	100%
Pauini	R$ 37.331,33	0,21	1.309	28,07	100%
Uarini	R$ 46.465,30	0,17	1.637	46,38	100%
Nova Olinda Do Norte	R$ 29.205,72	0,19	6.971	31,95	98%
Apuí	R$ 40.069,06	0,20	4.143	37,49	97%
Juruá	R$ 42.462,95	0,16	4.218	42,33	96%
Coari	R$ 83.725,99	0,20	8.869	17,34	94%
Ipixuna	R$ 28.221,60	0,16	9.896	34,53	94%
Barreirinha	R$ 33.137,17	0,18	4.776	30,33	89%
Benjamin Constant	R$ 37.288,79	0,19	10.192	14,09	89%
Parintins	R$ 30.597,66	0,17	11.883	29,65	89%
Amaná	R$ 45.607,08	0,19	3.651	24,42	88%
Novo Aripuanã	R$ 30.565,70	0,17	4.332	18,03	87%
Autazes	R$ 35.306,23	0,16	7.790	34,22	86%
Guajará	R$ 37.766,27	0,15	4.672	36,02	86%
Iranduba	R$ 39.574,28	0,18	7.721	32,72	86%
Manacapuru	R$ 38.855,62	0,18	12.203	13,26	85%
Rio Preto Da Eva	R$ 37.370,20	0,18	8.137	23,96	85%
Anori	R$ 31.805,69	0,13	4.997	32,82	84%
Beruri	R$ 34.765,51	0,17	4.448	30,50	84%
Alvarães	R$ 40.485,90	0,15	1.938	35,31	83%
Itapiranga	R$ 52.068,17	0,18	902	31,68	83%
Itamarati	R$ 52.098,91	0,15	0	37,14	82%
Caapiranga	R$ 48.351,53	0,17	2.172	24,31	78%
Eirunepé	R$ 35.836,91	0,15	4.809	30,46	78%
Envira	R$ 45.149,21	0,16	3.894	24,59	77%
Itacoatiara	R$ 38.566,91	0,15	14.734	20,29	74%
Codajás	R$ 37.420,91	0,12	5.699	27,13	67%
Humaitá	R$ 33.773,70	0,13	11.431	22,56	66%
Barcelos	R$ 30.019,43	0,12	1.521	24,68	65%
São Gabriel Da Cachoeira	R$ 34.585,39	0,13	7.949	17,61	65%
Maués	R$ 43.667,90	0,13	12.200	16,08	64%
Presidente Figueiredo	R$ 106.053,75	0,11	9.781	11,99	53%
Mínimo*	**R$ 27.009,08**	**0,11**	**0**	**7,87**	**53%**
Média*	**R$ 40.985,43**	**0,17**	**16.076**	**28,01**	**86%**
Desvio Padrão*	**R$ 14.535,36**	**0,03**	**63.448**	**9,27**	**12%**
Máximo*	**R$ 106.053,75**	**0,21**	**396.179**	**46,38**	**100%**

Municípios Do Amapá	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Itaubal	R$ 40.714,41	0,16	1.371	38,86	100%
Macapá	R$ 27.485,41	0,11	114.896	13,64	100%
Tartarugalzinho	R$ 23.940,90	0,14	5.442	30,72	100%
Santana	R$ 25.817,63	0,13	20.823	13,87	94%
Serra Do Navio	R$ 49.996,51	0,14	1.087	16,74	87%
Porto Grande	R$ 29.221,66	0,12	5.767	24,81	82%
Ferreira Gomes	R$ 45.635,24	0,12	2.240	14,01	74%
Mínimo*	**R$ 23.940,90**	**0,11**	**1.087**	**13,64**	**74%**
Média*	**R$ 34.687,39**	**0,13**	**21.661**	**21,81**	**91%**
Desvio Padrão*	**R$ 10.539,23**	**0,02**	**41.676**	**9,96**	**10%**
Máximo*	**R$ 49.996,51**	**0,16**	**114.896**	**38,86**	**100%**

Municípios do Pará	GPT_99	IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Brejo Grande Do Araguaia	R$ 133.507,04	0,24	674	48,59	100%
Castanhal	R$ 28.671,06	0,13	32.425	6,95	100%
Dom Eliseu	R$ 29.417,04	0,15	15.167	20,18	100%
Itupiranga	R$ 25.770,88	0,10	19.514	12,23	100%
Marabá	R$ 39.413,48	0,14	44.352	9,56	100%
São Geraldo Do Araguaia	R$ 54.057,62	0,16	3.809	32,20	100%
Senador José Porfirio	R$ 47.950,72	0,11	0	29,23	100%
Tucumã	R$ 55.095,96	0,21	0	20,85	100%
Moju	R$ 29.280,36	0,11	13.640	17,13	87%
Rondon Do Pará	R$ 43.187,24	0,07	8.196	21,33	81%
Viseu	R$ 35.762,91	0,12	5.038	17,33	75%
Mínimo*	**R$ 25.770,88**	**0,07**	**0**	**6,95**	**75%**
Média*	**R$ 47.464,94**	**0,14**	**12.983**	**21,42**	**95%**
Desvio Padrão*	**R$ 30.340,54**	**0,05**	**14.383**	**11,78**	**9%**
Máximo*	**R$ 133.507,04**	**0,24**	**44.352**	**48,59**	**100%**

Municípios do Pará	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Ananindeua	R$ 18.699,79	0,11	78.411	12,00	100%
Anapu	R$ 29.487,29	0,16	11.136	57,22	100%
Bannach	R$ 88.974,81	0,17	0	65,44	100%
Belém	R$ 37.141,59	0,10	112.785	5,71	100%
Braganca	R$ 14.886,57	0,14	19.448	27,54	100%
Capitão Poço	R$ 16.844,69	0,17	2.124	35,82	100%
Curua	R$ 32.685,20	0,20	3.030	51,48	100%
Novo Progresso	R$ 44.131,96	0,21	176	36,11	100%
Novo Repartimento	R$ 40.231,11	0,17	20.233	58,16	100%
Parauapebas	R$ 75.748,81	0,16	82.340	18,26	100%
São Felix Do Xingu	R$ 20.240,68	0,16	56.719	44,47	100%
São Joao Do Araguaia	R$ 43.620,86	0,20	908	52,55	100%
Tracuateua	R$ 26.229,14	0,17	4.712	54,72	100%

Ulianópolis	R$	19.920,00	0,18	24.087	48,89	100%
Agua Azul Do Norte	R$	32.789,40	0,19	2.973	52,74	100%
Garrafão Do Norte	R$	34.196,08	0,20	813	39,35	99%
Marituba	R$	21.088,67	0,17	33.817	28,38	97%
Augusto Correa	R$	28.412,21	0,19	7.486	37,36	96%
Pacajá	R$	24.420,37	0,18	11.091	48,92	96%
Ourilândia Do Norte	R$	49.248,67	0,19	7.888	49,30	95%
São Geraldo Do Araguaia	R$	44.777,53	0,18	0	52,20	95%
Ipixuna Do Para	R$	24.611,19	0,17	26.171	42,10	94%
Pau D'arco	R$	62.339,33	0,17	0	54,81	94%
Paragominas	R$	37.957,86	0,17	21.369	21,02	92%
Anajás	R$	31.403,78	0,18	6.437	15,44	91%
Marabá	R$	37.393,26	0,13	65.649	24,41	89%
Limoeiro Do Ajuru	R$	28.732,12	0,17	5.457	23,97	87%
Santarém Novo	R$	49.194,64	0,16	707	48,61	87%
Santa Cruz Do Arari	R$	26.890,90	0,16	2.900	42,13	86%
Floresta Do Araguaia	R$	36.252,83	0,17	3.484	31,83	86%
Igarapé-Açu	R$	22.758,50	0,14	3.487	44,39	86%
Bujaru	R$	29.552,12	0,16	4.663	44,96	85%
Dom Eliseu	R$	29.210,86	0,16	11.790	39,39	85%
Alenquer	R$	24.451,93	0,13	5.021	44,79	84%
Santana Do Araguaia	R$	23.327,95	0,15	24.935	36,19	84%
Melgaço	R$	27.002,51	0,16	3.744	25,95	83%
Gurupá	R$	30.993,63	0,16	5.964	32,06	82%
Bom Jesus Do Tocantins	R$	32.558,07	0,16	2.192	38,75	82%
Breu Branco	R$	29.372,49	0,15	20.047	40,47	81%
Uruará	R$	29.670,54	0,14	0	44,63	80%
Moju	R$	28.342,83	0,15	17.077	40,21	80%
Mae Do Rio	R$	31.665,20	0,13	2.553	45,09	80%
Santa Maria Das Barreiras	R$	37.186,77	0,14	6.251	44,68	79%
Santarém	R$	27.577,22	0,14	32.042	22,71	78%
Tomé-Açu	R$	31.161,93	0,15	9.245	30,09	76%
Tucumã	R$	34.331,91	0,15	8.381	37,35	76%
Cumaru Do Norte	R$	41.705,46	0,15	4.488	40,55	76%
Jacundá	R$	31.235,03	0,15	10.814	30,58	75%
Benevides	R$	19.629,59	0,14	16.105	16,55	74%
Castanhal	R$	26.930,39	0,12	38.653	19,01	74%
São Sebastiao Da Boa Vista	R$	22.003,78	0,14	5.240	36,97	74%
Redenção	R$	31.712,33	0,14	12.305	22,42	74%
Peixe-Boi	R$	39.107,29	0,14	94	40,46	74%
Terra Santa	R$	35.907,54	0,15	2.357	36,63	74%
Capanema	R$	27.568,81	0,12	6.520	40,61	73%
Inhangapi	R$	29.982,29	0,13	2.356	38,95	73%
Xinguara	R$	35.082,90	0,13	5.353	40,78	73%
Vigia	R$	19.364,59	0,13	7.713	26,80	72%

Rondon Do Pará	R$	33.245,01	0,14	7.094	22,24	72%
Soure	R$	28.626,24	0,10	3.043	40,39	71%
Rio Maria	R$	36.493,09	0,14	199	28,99	70%
Salinópolis	R$	25.681,18	0,13	3.972	30,76	69%
Ourem	R$	33.222,80	0,13	1.914	28,59	67%
Conceição Do Araguaia	R$	27.578,50	0,13	2.171	22,43	67%
Tucuruí	R$	56.413,03	0,12	23.330	18,02	66%
Santa Barbara Do Pará	R$	25.787,57	0,12	5.763	18,94	64%
Monte Alegre	R$	34.243,54	0,12	2.540	29,32	62%
Oriximiná	R$	62.138,49	0,11	14.462	13,74	55%
Mínimo*	**R$**	**14.886,57**	**0,10**	**0**	**5,71**	**55%**
Média*	**R$**	**33.402,58**	**0,15**	**13.915**	**35,83**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$**	**12.861,43**	**0,02**	**21.178**	**12,73**	**12%**
Máximo*	**R$**	**88.974,81**	**0,21**	**112.785**	**65,44**	**100%**

Municípios De Rondônia	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Alto Paraiso	R$	26.718,94	0,18	4.017	39,55	100%
Buritis	R$	31.313,01	0,20	6.715	41,35	100%
Cujubim	R$	31.112,90	0,19	9.318	42,58	100%
Governador Jorge Teixeira	R$	57.926,70	0,22	0	58,93	100%
Porto Velho	R$	37.104,98	0,12	93.866	11,17	100%
São Miguel Do Guaporé	R$	38.149,44	0,24	1.683	45,62	100%
Vale Do Anari	R$	44.486,09	0,18	1.647	76,89	100%
Corumbiara	R$	48.819,63	0,21	0	46,96	93%
Theobroma	R$	52.133,77	0,19	0	50,95	87%
Teixeiropolis	R$	64.845,69	0,20	0	19,72	86%
Primavera De Rondônia	R$	76.501,59	0,20	0	33,27	85%
Rio Crespo	R$	79.440,45	0,20	379	29,55	85%
São Francisco Do Guaporé	R$	40.035,10	0,18	3.957	46,26	84%
Urupá	R$	43.161,21	0,19	0	42,51	82%
Cacaulândia	R$	65.081,93	0,19	364	34,93	81%
Novo Horizonte Do Oeste	R$	42.747,48	0,19	0	32,81	81%
Alto Alegre Dos Parecis	R$	43.397,41	0,19	108	38,13	81%
Nova Mamoré	R$	32.723,18	0,14	7.768	38,47	80%
Vale Do Paraiso	R$	54.065,64	0,19	0	35,14	80%
Santa Luzia D'oeste	R$	49.530,02	0,19	0	30,39	79%
Campo Novo De Rondônia	R$	41.144,63	0,16	1.202	48,31	79%
São Felipe D'oeste	R$	50.841,55	0,18	0	26,64	77%
Seringueiras	R$	47.690,17	0,16	0	46,10	76%
Candeias Do Jamari	R$	37.459,55	0,17	6.672	20,92	76%
Machadinho D'oeste	R$	37.740,16	0,15	8.396	38,92	76%
Jaru	R$	40.265,63	0,18	0	25,01	74%
Monte Negro	R$	53.781,26	0,17	1.464	30,94	73%

Jiraná	R$	34.593,11	0,15	9.810	11,17	72%
Castanheiras	R$	80.780,21	0,16	0	38,01	71%
Ariquemes	R$	39.086,21	0,15	15.850	12,09	69%
Cabixi	R$	54.539,56	0,16	0	25,17	68%
Alta Floresta D'oeste	R$	44.760,17	0,16	0	28,04	67%
Cacoal	R$	42.676,32	0,15	5.006	11,87	66%
Cerejeiras	R$	46.350,72	0,15	0	17,49	63%
Costa Marques	R$	38.126,98	0,13	4.505	33,32	62%
Rolim De Moura	R$	36.943,13	0,14	3.266	13,18	62%
Pimenteiras Do Oeste	R$	112.696,76	0,14	0	30,47	61%
Colorado Do Oeste	R$	40.037,10	0,14	0	21,49	59%
Itapuã Do Oeste	R$	51.217,97	0,14	1.744	28,15	59%
Pimenta Bueno	R$	39.768,14	0,14	2.070	11,21	58%
Vilhena	R$	42.676,14	0,11	22.604	4,23	58%
Guajará-mirim	R$	32.426,64	0,08	3.611	20,43	45%
Mínimo*	**R$**	**26.718,94**	**0,08**	**0**	**4,23**	**45%**
Média*	**R$**	**47.735,65**	**0,17**	**5.143**	**31,86**	**78%**
Desvio Padrão*	**R$**	**16.187,28**	**0,03**	**14.802**	**14,69**	**14%**
Máximo*	**R$**	**112.696,76**	**0,24**	**93.866**	**76,89**	**100%**

Municípios De Roraima	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Boa Vista	R$	52.440,07	0,10	83.745	9,29	100%
Bonfim	R$	52.315,73	0,17	1.617	31,68	100%
Mucajaí	R$	29.342,05	0,12	3.545	28,63	100%
Normandia	R$	25.657,38	0,22	2.802	18,81	100%
Rorainópolis	R$	36.340,30	0,12	6.886	41,18	100%
Caroebe	R$	38.655,99	0,15	2.422	29,74	92%
São Luiz	R$	41.150,82	0,10	1.439	24,30	70%
Caracaraí	R$	60.418,83	0,10	4.112	17,11	60%
Uiraúna	R$	30.897,98	0,12	2.573	12,55	58%
São Joao Da Baliza	R$	54.724,58	0,12	1.678	13,05	57%
Mínimo*	**R$**	**25.657,38**	**0,10**	**1.439**	**9,29**	**57%**
Média*	**R$**	**42.194,37**	**0,13**	**11.082**	**22,63**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$**	**12.067,84**	**0,04**	**25.582**	**10,18**	**20%**
Máximo*	**R$**	**60.418,83**	**0,22**	**83.745**	**41,18**	**100%**

Municípios Do Tocantins	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Araguaína	R$	26.329,50	0,17	37.341	12,65	100%
Campos Lindos	R$	36.263,95	0,20	2.501	68,45	100%
Mateiros	R$	80.613,54	0,33	577	67,62	100%
Palmas	R$	57.783,98	0,13	90.977	7,07	100%
Paranã	R$	37.813,99	0,26	0	37,72	100%

Tupiratins	R$	86.588,35	0,14	732	71,32	100%
Wanderlândia	R$	28.470,63	0,16	708	51,12	100%
São Bento Do Tocantins	R$	43.429,68	0,19	870	65,08	95%
Rio Sono	R$	40.513,91	0,24	165	40,42	92%
Dianópolis	R$	30.465,59	0,19	3.684	21,94	92%
Palmeirante	R$	46.528,23	0,25	1.344	41,27	91%
Santa Tereza Do Tocantins	R$	65.537,92	0,18	409	63,24	91%
Goiatins	R$	41.289,75	0,23	1.028	42,31	91%
Goianorte	R$	41.504,25	0,21	117	54,86	90%
Santa Maria Do Tocantins	R$	63.229,70	0,22	668	60,50	88%
Gurupi	R$	25.824,29	0,15	11.721	8,87	88%
São Salvador Do Tocantins	R$	86.405,15	0,19	170	61,39	88%
Porto Nacional	R$	30.327,01	0,18	4.155	17,64	88%
Pau D'arco	R$	48.866,15	0,24	253	43,05	87%
Couto Magalhaes	R$	46.277,81	0,20	674	54,43	83%
Natividade	R$	37.051,94	0,20	133	39,89	83%
Riachinho	R$	58.892,64	0,21	521	56,01	82%
Nova Olinda	R$	31.908,94	0,16	1.301	32,45	80%
Sucupira	R$	99.659,22	0,21	266	55,03	80%
Ponte Alta Do Bom Jesus	R$	44.564,55	0,19	0	46,16	79%
Itapiratins	R$	56.479,14	0,22	255	45,11	79%
Angico	R$	59.811,06	0,16	286	54,22	78%
Axixá De Tocantins	R$	45.699,22	0,20	448	40,68	76%
Chapada Da Natividade	R$	61.015,69	0,22	3	44,94	76%
Aguiarnópolis	R$	43.663,63	0,19	2.017	35,80	75%
Tupirama	R$	111.965,30	0,23	395	50,36	74%
Filadélfia	R$	41.185,39	0,17	287	42,27	74%
Aparecida Do Rio Negro	R$	44.265,03	0,17	696	46,47	74%
Guaraí	R$	36.105,49	0,18	3.182	13,82	73%
Taipas Do Tocantins	R$	76.164,78	0,21	232	49,88	73%
Paraiso Do Tocantins	R$	30.764,46	0,15	8.287	8,63	73%
Ipueiras	R$	804.877,35	0,24	473	38,96	72%
Pequizeiro	R$	56.044,73	0,19	463	44,36	72%
Peixe	R$	60.517,80	0,19	1.621	47,93	71%
Brejinho De Nazaré	R$	55.569,93	0,20	308	38,56	71%
Lavandeira	R$	93.547,75	0,23	396	31,21	70%
Ananás	R$	44.488,71	0,18	0	36,94	70%
Novo Jardim	R$	463.289,64	0,23	306	41,05	69%
Pugmil	R$	77.632,05	0,22	380	46,19	69%
Xambioá	R$	36.170,99	0,17	318	27,56	69%
Sampaio	R$	60.913,18	0,15	1.063	47,25	68%
Itacajá	R$	45.484,44	0,19	289	25,90	68%
Santa Rita Do Tocantins	R$	83.883,43	0,22	276	28,22	68%
Divinópolis Do Tocantins	R$	53.015,47	0,18	587	39,25	68%
Dois Irmãos Do Tocantins	R$	40.550,63	0,14	0	46,15	68%

Porto Alegre Do Tocantins	R$	66.087,61	0,21	403	36,45	68%
Ponte Alta Do Tocantins	R$	42.013,19	0,16	1.008	36,20	67%
Piraque	R$	82.107,80	0,19	0	46,04	67%
Nazare	R$	46.802,19	0,16	0	42,56	67%
Aurora Do Tocantins	R$	56.152,46	0,19	345	28,46	66%
São Valério Da Natividade	R$	58.499,04	0,18	0	40,36	66%
Abreulândia	R$	76.574,98	0,21	202	30,11	66%
Combinado	R$	41.449,09	0,17	145	27,95	65%
Caseara	R$	57.352,88	0,17	941	44,43	65%
Pium	R$	47.263,11	0,16	1.154	35,74	64%
Tocantinia	R$	39.945,34	0,14	948	39,10	64%
Monte Santo Do Tocantins	R$	86.051,02	0,17	216	43,96	64%
Araguacema	R$	51.019,13	0,16	903	36,36	62%
Recursolândia	R$	52.101,51	0,17	630	31,18	62%
Dueré	R$	58.267,10	0,18	27	31,94	61%
Novo Acordo	R$	59.297,45	0,17	705	39,67	61%
Luzinópolis	R$	66.059,98	0,19	601	30,68	61%
Bandeirantes Do Tocantins	R$	76.279,87	0,19	514	31,13	61%
Jau Do Tocantins	R$	74.882,70	0,19	386	32,42	60%
Rio Da Conceição	R$	99.733,04	0,20	525	27,99	60%
São Sebastiao Do Tocantins	R$	45.175,53	0,13	614	41,12	60%
Colinas Do Tocantins	R$	34.299,84	0,14	5.537	15,46	60%
Carmolândia	R$	92.059,54	0,19	308	28,48	59%
Centenário	R$	70.784,18	0,16	403	39,89	58%
Formoso Do Araguaia	R$	51.680,98	0,16	0	28,15	58%
Fortaleza Do Tabocão	R$	87.121,11	0,19	177	29,04	57%
Presidente Kennedy	R$	60.516,15	0,14	0	38,45	56%
São Felix Do Tocantins	R$	101.699,51	0,16	168	38,51	56%
Brasilândia Do Tocantins	R$	87.431,17	0,18	141	21,63	55%
Barrolândia	R$	42.432,96	0,15	267	21,32	54%
Fátima	R$	54.995,75	0,15	0	19,94	54%
Bernardo Sayao	R$	64.064,85	0,13	0	35,59	52%
Lajeado	R$	100.309,69	0,17	429	30,72	52%
Sandolândia	R$	71.667,72	0,16	0	20,93	52%
Marianópolis Do Tocantins	R$	58.625,63	0,13	1.020	33,84	51%
Palmeirópolis	R$	43.008,26	0,13	271	24,48	50%
Crixas Do Tocantins	R$	105.602,68	0,15	180	33,53	49%
Cristalândia	R$	40.956,68	0,13	0	11,44	49%
Alvorada	R$	42.694,28	0,13	0	18,93	48%
Rio Dos Bois	R$	60.956,32	0,14	301	27,92	48%
Nova Rosalândia	R$	47.441,26	0,11	580	26,95	43%
Aliança Do Tocantins	R$	55.720,15	0,12	0	24,66	43%
Cariri Do Tocantins	R$	78.837,39	0,13	766	14,64	42%
Miracema Do Tocantins	R$	47.094,93	0,10	0	21,08	40%
Mínimo*	**R$**	**25.824,29**	**0,10**	**0**	**7,07**	**40%**

Média*	**R$**	**70.237,89**	**0,18**	**2.167**	**36,72**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$**	**89.554,66**	**0,04**	**10.130**	**13,94**	**15%**
Máximo*	**R$**	**804.877,35**	**0,33**	**90.977**	**71,32**	**100%**

Municípios De Alagoas	GPT_99		IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Arapiraca	R$	42.205,56	0,12	20.404	12,63	100%
Barra De São Miguel	R$	83.729,54	0,17	1.429	23,81	100%
Campo Alegre	R$	26.706,39	0,10	5.408	13,63	100%
Limoeiro De Anadia	R$	31.542,07	0,16	5.036	26,74	100%
Messias	R$	43.880,72	0,07	1.426	39,97	100%
Minador Do Negrão	R$	98.857,35	0,12	0	36,14	100%
Igreja Nova	R$	39.352,90	0,15	1.602	14,11	98%
Maragogi	R$	38.532,68	0,14	5.429	24,47	93%
Poço Das Trincheiras	R$	49.071,22	0,07	1.733	36,23	93%
Junqueiro	R$	41.444,82	0,15	1.391	14,94	92%
Olivença	R$	44.158,94	0,08	239	34,14	92%
Joaquim Gomes	R$	55.617,02	0,13	0	27,45	90%
Monteirópolis	R$	50.427,29	0,13	886	26,04	89%
São Miguel Dos Campos	R$	64.323,61	0,14	3.207	18,36	89%
Rio Largo	R$	34.225,12	0,12	9.196	8,79	89%
Lagoa Da Canoa	R$	35.193,92	0,14	4.088	14,79	87%
Flexeiras	R$	72.718,82	0,14	0	12,96	87%
Paulo Jacinto	R$	57.947,69	0,14	0	19,20	86%
São Luís Do Quitunde	R$	47.085,32	0,13	0	24,26	86%
Marechal Deodoro	R$	54.036,92	0,11	11.056	6,78	84%
Passo De Camaragibe	R$	47.503,92	0,13	0	19,46	84%
Olho D'agua Grande	R$	68.345,49	0,13	434	22,07	83%
São Brás	R$	55.964,14	0,13	238	11,06	83%
Porto Calvo	R$	47.050,10	0,10	1.293	26,54	82%
Feira Grande	R$	40.210,01	0,12	2.683	22,73	81%
Anadia	R$	43.300,87	0,13	1.512	13,83	80%
Satuba	R$	51.832,18	0,13	2.759	11,29	80%
Jundiá	R$	128.606,06	0,10	0	27,18	80%
Maribondo	R$	47.939,97	0,13	179	14,82	79%
Major Isidoro	R$	33.495,97	0,08	382	22,78	79%
Carneiros	R$	52.919,58	0,09	898	27,75	79%
Belo Monte	R$	59.585,52	0,10	0	25,05	78%
Penedo	R$	28.659,81	0,08	4.748	17,01	78%
Atalaia	R$	47.357,05	0,12	1.989	10,49	77%
São Sebastião	R$	33.475,69	0,11	4.428	20,37	76%
Pão De Açúcar	R$	32.775,71	0,09	2.829	20,85	74%
Ouro Branco	R$	46.848,67	0,11	731	21,70	73%
Roteiro	R$	79.903,55	0,12	0	0,00	73%
Feliz Deserto	R$	89.859,35	0,08	398	26,25	72%

Quebrangulo	R$	38.856,89	0,08	867	22,30	69%
Santa Luzia Do Norte	R$	102.441,06	0,06	592	26,13	67%
Mata Grande	R$	39.619,18	0,10	0	14,56	66%
Delmiro Gouveia	R$	35.248,23	0,10	2.177	7,92	66%
Piaçabuçu	R$	42.515,70	0,10	0	14,42	64%
Palestina	R$	72.698,44	0,09	895	20,61	63%
Maravilha	R$	43.482,83	0,04	2.307	23,04	63%
Pilar	R$	45.446,18	0,09	1.947	17,90	63%
Palmeira Dos Índios	R$	33.906,60	0,10	2.341	10,85	62%
Cajueiro	R$	47.140,82	0,10	378	8,60	61%
Senador Rui Palmeira	R$	39.804,79	0,09	2.566	17,60	61%
Capela	R$	47.830,38	0,09	0	6,52	58%
Porto De Pedras	R$	44.266,65	0,09	623	13,85	57%
Matriz De Camaragibe	R$	44.622,48	0,06	2.871	13,89	48%
Traipu	R$	53.033,93	0,07	1.163	4,04	45%
Mínimo*	**R$**	**26.706,39**	**0,04**	**0**	**0,00**	**45%**
Média*	**R$**	**51.437,14**	**0,11**	**2.162**	**18,87**	**79%**
Desvio Padrão*	**R$**	**19.881,62**	**0,03**	**3.384**	**8,40**	**14%**
Máximo*	**R$**	**128.606,06**	**0,17**	**20.404**	**39,97**	**100%**

Municípios Do Alagoas	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Atalaia	R$	28.875,56	0,15	3.770	22,92	100%
Campo Alegre	R$	23.981,25	0,18	10.607	7,20	100%
Girau Do Ponciano	R$	28.305,22	0,20	6.252	12,00	100%
Limoeiro De Anadia	R$	30.270,59	0,21	3.184	25,09	100%
Maceió	R$	36.950,60	0,14	134.989	1,48	100%
Maravilha	R$	51.018,69	0,23	0	22,76	100%
Pindoba	R$	87.184,65	0,22	0	33,97	100%
Porto De Pedras	R$	57.880,08	0,20	0	38,80	100%
São Jose Da Tapera	R$	34.411,66	0,21	2.960	31,36	100%
Senador Rui Palmeira	R$	38.512,28	0,22	1.068	19,83	100%
Estrela De Alagoas	R$	32.358,00	0,21	1.273	16,65	100%
Traipu	R$	35.904,01	0,21	2.587	21,13	98%
Poço Das Trincheiras	R$	37.202,70	0,21	650	19,60	98%
Canapi	R$	37.209,89	0,20	0	30,01	96%
Coruripe	R$	56.720,29	0,21	7.608	13,58	94%
Major Isidoro	R$	37.020,04	0,20	1.258	16,23	92%
Igaci	R$	34.445,30	0,20	0	15,74	92%
Branquinha	R$	44.225,03	0,20	0	21,38	91%
Feira Grande	R$	31.675,79	0,16	210	24,73	91%
Igreja Nova	R$	35.924,11	0,19	1.841	20,01	90%
União Dos Palmares	R$	31.215,00	0,19	3.738	12,45	89%
Capela	R$	43.583,59	0,19	0	21,87	88%
Joaquim Gomes	R$	33.549,60	0,18	1.857	26,26	87%

Jacuípe	R$	47.946,45	0,19	0	23,49	87%
Messias	R$	41.343,92	0,19	3.692	10,42	86%
Chá Preta	R$	50.153,84	0,19	583	21,54	86%
Arapiraca	R$	39.520,79	0,17	27.251	9,28	86%
Pilar	R$	53.376,88	0,19	2.104	8,19	86%
Jundiá	R$	72.976,47	0,18	0	29,25	85%
Campo Grande	R$	48.820,80	0,19	586	22,55	85%
Craíbas	R$	33.405,79	0,18	1.982	18,21	85%
Belo Monte	R$	49.473,35	0,19	0	8,24	83%
Marechal Deodoro	R$	53.752,06	0,18	10.111	16,42	82%
Olho D'agua Do Casado	R$	52.685,76	0,16	1.432	29,91	82%
Roteiro	R$	49.142,19	0,17	0	28,29	81%
Coite Do Noia	R$	41.148,62	0,18	0	15,08	81%
Delmiro Gouveia	R$	41.210,36	0,18	5.627	11,72	81%
Ibateguara	R$	53.082,99	0,18	5	20,10	81%
Jacaré Dos Homens	R$	59.723,47	0,18	0	16,06	81%
Barra De Santo Antônio	R$	49.239,57	0,18	2.879	19,26	81%
Taquarana	R$	38.375,35	0,17	1.974	25,78	80%
Minador Do Negrão	R$	60.929,42	0,18	0	12,64	79%
Viçosa	R$	36.587,12	0,17	0	11,90	79%
Santana Do Ipanema	R$	31.540,11	0,17	3.447	17,17	79%
Lagoa Da Canoa	R$	37.045,05	0,17	0	19,55	78%
Quebrangulo	R$	47.277,98	0,18	0	15,42	78%
Cacimbinhas	R$	40.517,91	0,17	643	11,00	78%
São Jose Da Laje	R$	39.939,39	0,17	1.653	12,11	78%
Novo Lino	R$	42.198,68	0,17	1.651	22,96	78%
Barra De São Miguel	R$	67.928,25	0,18	1.195	3,34	78%
Carneiros	R$	44.716,06	0,17	1.705	19,32	78%
Teotônio Vilela	R$	35.929,87	0,17	4.271	15,75	77%
Ouro Branco	R$	41.326,98	0,15	835	25,56	76%
Maragogi	R$	37.329,48	0,16	6.917	22,15	75%
Paulo Jacinto	R$	49.910,38	0,17	0	16,25	75%
Porto Calvo	R$	39.201,95	0,16	1.757	14,40	75%
Monteirópolis	R$	49.441,49	0,16	378	22,78	74%
Agua Branca	R$	34.131,18	0,16	717	19,76	74%
Dois Riachos	R$	38.968,37	0,16	0	13,80	74%
Olho D'agua Das Flores	R$	36.262,11	0,16	947	15,15	74%
Palmeira Dos Índios	R$	31.901,84	0,16	2.707	8,50	74%
Jaramataia	R$	58.389,15	0,17	0	14,32	73%
Mar Vermelho	R$	73.431,33	0,17	0	13,58	73%
Pão De Açúcar	R$	41.206,70	0,16	0	17,70	73%
Santa Luzia Do Norte	R$	57.583,74	0,16	503	1,91	72%
Piaçabuçu	R$	36.845,57	0,16	428	7,85	71%
Passo De Camaragibe	R$	38.427,44	0,15	564	20,71	71%
Piranhas	R$	53.251,61	0,16	3.038	11,25	70%

Mata Grande	R$	34.971,44	0,15	0	19,65	70%
São Miguel Dos Milagres	R$	46.089,65	0,15	1.303	21,98	70%
Junqueiro	R$	43.351,07	0,15	0	19,57	69%
Flexeiras	R$	45.613,56	0,15	346	13,56	69%
Feliz Deserto	R$	94.259,81	0,15	509	2,44	68%
Rio Largo	R$	29.502,66	0,14	4.932	5,14	67%
Campestre	R$	46.081,65	0,15	375	14,33	66%
Olho D'agua Grande	R$	60.132,63	0,14	110	22,74	65%
Colônia Leopoldina	R$	38.988,61	0,14	2.526	14,06	65%
Anadia	R$	39.440,30	0,14	0	7,55	64%
Penedo	R$	36.529,39	0,14	3.385	11,01	63%
Murici	R$	37.737,85	0,14	2.039	13,60	63%
São Miguel Dos Campos	R$	50.666,14	0,12	11.053	7,41	55%
Satuba	R$	40.416,04	0,12	3.087	3,24	54%
Coqueiro Seco	R$	50.198,04	0,12	392	12,69	54%
Mínimo*	**R$**	**23.981,25**	**0,12**	**0**	**1,48**	**54%**
Média*	**R$**	**44.337,36**	**0,17**	**3.681**	**16,92**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$**	**12.419,41**	**0,02**	**15.052**	**7,54**	**12%**
Máximo*	**R$**	**94.259,81**	**0,23**	**134.989**	**38,80**	**100%**

Municípios Da Bahia	GPT_99		IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Aracatu	R$	20.243,46	0,11	0	13,87	100%
Banzae	R$	56.494,65	0,16	0	46,22	100%
Candido Sales	R$	33.283,21	0,19	4.653	10,79	100%
Feira De Santana	R$	46.906,40	0,13	74.845	4,26	100%
Ibicoara	R$	29.812,94	0,12	4.527	27,93	100%
Itatim	R$	46.788,17	0,16	2.533	42,95	100%
Lajedo Do Tabocal	R$	68.616,52	0,23	1.085	28,20	100%
Mucuri	R$	107.503,85	0,25	10.456	27,74	100%
Nova Fatima	R$	83.930,63	0,17	0	44,98	100%
Porto Seguro	R$	30.047,43	0,13	60.999	13,57	100%
Presidente Tancredo Neves	R$	38.844,97	0,20	869	12,41	100%
Sitio Do Quinto	R$	31.958,31	0,16	4.289	30,92	100%
Teixeira De Freitas	R$	30.999,69	0,16	21.939	27,08	100%
Wenceslau Guimaraes	R$	25.159,45	0,14	7.175	0,00	100%
Cabaceiras Do Paraguaçu	R$	43.130,46	0,15	795	39,88	99%
Lauro De Freitas	R$	89.817,76	0,14	44.056	21,47	99%
Governador Mangabeira	R$	29.509,01	0,16	0	18,47	98%
Bom Jesus Da Serra	R$	30.511,70	0,11	1.478	28,02	97%
Coronel Joao Sa	R$	35.253,11	0,15	1.969	31,29	95%
Cairu	R$	58.032,62	0,18	0	34,55	94%
Mutuípe	R$	45.269,44	0,17	107	28,31	94%
Campo Formoso	R$	37.181,57	0,16	0	23,88	92%
Lagoa Real	R$	54.821,79	0,15	1.945	39,20	91%

Barreiras	R$	59.953,77	0,16	27.726	21,63	91%
Poções	R$	29.937,09	0,15	4.847	12,77	91%
Correntina	R$	37.849,49	0,16	2.610	19,57	90%
São Felipe	R$	47.424,38	0,17	1.035	23,87	90%
Seabra	R$	27.760,84	0,13	1.728	17,50	89%
Caravelas	R$	69.345,10	0,20	568	16,52	89%
Ibotirama	R$	37.681,08	0,17	879	12,68	89%
Andorinha	R$	49.599,07	0,18	0	20,50	89%
Santa Cruz Cabrália	R$	36.639,50	0,15	17.353	20,70	89%
Pintadas	R$	79.573,97	0,18	414	31,43	88%
Juazeiro	R$	48.329,08	0,14	45.800	6,97	88%
Alcobaca	R$	53.357,83	0,18	5.278	17,43	88%
Jussiape	R$	37.242,86	0,08	449	30,81	88%
Mirante	R$	35.947,32	0,11	3.693	29,78	87%
Prado	R$	48.360,14	0,17	4.046	19,13	87%
Nordestina	R$	30.668,79	0,15	2.685	12,91	87%
Capim Grosso	R$	44.881,14	0,15	4.979	28,58	87%
Guajeru	R$	25.849,41	0,11	3.355	18,80	86%
Queimadas	R$	40.105,56	0,17	1.392	11,97	86%
Quijingue	R$	39.309,80	0,15	2.418	22,04	85%
Água Fria	R$	42.303,05	0,15	573	25,37	85%
Caraibas	R$	42.114,51	0,16	1.453	22,58	85%
Ibitita	R$	44.266,94	0,15	599	27,06	85%
Capela Do Alto Alegre	R$	73.615,95	0,18	0	29,41	85%
Iraquara	R$	43.244,71	0,15	1.328	28,56	85%
Abaré	R$	52.809,71	0,09	2.093	37,56	85%
Boninal	R$	46.184,90	0,14	0	33,87	85%
Morpará	R$	48.262,30	0,16	1.186	22,77	84%
Oliveira Dos Brejinhos	R$	41.333,51	0,15	447	20,13	84%
Malhada	R$	47.821,97	0,17	0	11,04	84%
São Felix Do Coribe	R$	57.603,71	0,15	0	31,63	84%
Buritirama	R$	34.202,81	0,14	6.216	19,93	83%
Santaluz	R$	42.619,00	0,15	321	23,47	83%
Pedro Alexandre	R$	38.842,74	0,15	2.250	16,41	83%
Euclides Da Cunha	R$	42.831,81	0,15	2.584	21,33	82%
Conceição Do Coite	R$	33.057,47	0,13	3.633	24,04	82%
Ibipitanga	R$	47.904,34	0,16	59	21,16	82%
Itape	R$	68.871,22	0,19	0	20,36	82%
Joao Dourado	R$	42.091,14	0,14	0	25,88	81%
Ribeirão Do Largo	R$	46.492,35	0,16	5.004	9,73	81%
Ribeira Do Pombal	R$	38.880,42	0,13	3.494	28,51	81%
Dom Macedo Costa	R$	108.238,22	0,14	0	35,08	81%
Muquém Do São Francisco	R$	42.516,69	0,14	829	24,11	80%
Tanhaçu	R$	57.300,98	0,17	3.263	11,95	80%
Vitoria Da Conquista	R$	51.457,67	0,13	38.096	13,60	80%

Pindobaçu	R$	61.602,09	0,18	0	12,11	80%
Ibirapitanga	R$	46.793,15	0,16	0	8,86	80%
São Miguel Das Matas	R$	57.403,50	0,16	709	26,44	80%
Botuporã	R$	36.828,17	0,14	1.714	22,04	80%
Nova Viçosa	R$	37.373,53	0,14	6.506	20,20	79%
Filadélfia	R$	35.946,28	0,12	200	26,80	78%
Nova Itarana	R$	61.474,27	0,17	0	20,24	78%
São Jose Do Jacuipe	R$	50.745,34	0,13	0	30,67	78%
Santa Barbara	R$	45.206,60	0,14	1.127	25,26	78%
Barra Do Mendes	R$	58.990,85	0,15	0	27,15	78%
Ibiassucê	R$	45.991,97	0,14	1.348	25,96	77%
Jaborandi	R$	36.896,35	0,14	0	16,43	77%
Caculé	R$	42.589,12	0,15	2.233	17,69	77%
Iguaí	R$	46.865,50	0,14	1.633	22,49	77%
Santa Teresinha	R$	69.027,90	0,14	0	32,97	77%
Cocos	R$	44.346,54	0,15	1.081	12,75	77%
Cotegipe	R$	46.460,52	0,14	608	21,34	77%
Eunápolis	R$	52.840,39	0,15	14.145	11,73	77%
Jeremoabo	R$	34.132,01	0,14	0	11,97	76%
Jaguarari	R$	52.100,09	0,15	0	23,37	76%
Antas	R$	64.809,66	0,14	0	31,99	76%
Cristópolis	R$	47.037,01	0,15	227	19,93	76%
Carinhanha	R$	31.945,20	0,13	1.733	13,24	76%
Baianópolis	R$	37.633,22	0,12	0	24,71	76%
Uauá	R$	40.660,41	0,14	2.753	13,69	76%
Barra Da Estiva	R$	32.921,27	0,12	7.177	23,19	75%
Encruzilhada	R$	32.282,83	0,13	10.745	18,93	75%
Pilão Arcado	R$	38.327,09	0,13	0	19,81	75%
São Domingos	R$	65.003,59	0,15	0	25,20	75%
Riachão Do Jacuípe	R$	42.937,65	0,14	0	17,97	74%
Nilo Peçanha	R$	56.383,26	0,15	0	22,61	74%
Várzea Nova	R$	56.096,09	0,16	0	17,37	74%
Tucano	R$	30.230,47	0,12	3.614	13,42	74%
Riachão Das Neves	R$	37.241,75	0,12	1.423	22,76	73%
Teofilândia	R$	41.043,12	0,12	0	23,84	73%
Biritinga	R$	41.660,02	0,12	21	26,28	73%
Santa Maria Da Vitoria	R$	33.796,71	0,13	0	15,55	73%
Serra Preta	R$	62.242,30	0,15	119	22,10	73%
Curaca	R$	45.569,75	0,13	4.109	21,63	73%
Itapebi	R$	94.816,35	0,18	0	18,57	73%
Tremedal	R$	39.385,76	0,13	0	17,80	72%
Condeuba	R$	41.522,67	0,12	0	24,38	72%
Urucuca	R$	82.653,57	0,17	0	16,66	72%
Manoel Vitorino	R$	48.670,18	0,14	216	20,92	72%
Ribeira Do Amparo	R$	54.099,79	0,14	0	22,70	71%

Caturama	R$	59.540,46	0,15	0	20,61	71%
Conde	R$	45.080,01	0,14	4.277	8,99	71%
Central	R$	55.246,27	0,13	0	26,31	71%
Mundo Novo	R$	45.223,91	0,13	0	22,23	71%
Irara	R$	47.360,73	0,14	1.294	10,84	71%
Brotas De Macaúbas	R$	57.571,60	0,13	0	26,96	71%
Várzea Da Roca	R$	51.545,97	0,13	108	22,73	71%
Novo Horizonte	R$	75.664,52	0,12	0	31,86	71%
Aratuipe	R$	47.062,94	0,14	763	13,00	71%
Itacaré	R$	46.329,57	0,14	0	10,73	71%
Araci	R$	32.918,83	0,12	2.243	17,67	70%
Jussara	R$	46.173,43	0,14	0	14,39	70%
Belo Campo	R$	44.928,71	0,13	2.755	21,57	70%
Laje	R$	55.440,54	0,14	1.375	19,50	70%
Mascote	R$	55.295,48	0,15	0	12,73	70%
Wagner	R$	48.316,00	0,13	1.142	19,41	70%
Ibipeba	R$	47.566,04	0,14	0	15,58	70%
Jitauna	R$	63.339,09	0,15	1.277	9,15	70%
Antonio Goncalves	R$	54.170,83	0,14	0	20,56	70%
Varzedo	R$	66.224,22	0,12	0	31,44	69%
Malhada De Pedras	R$	49.962,28	0,14	1.597	18,93	69%
Ibitiara	R$	42.362,77	0,14	0	11,22	69%
Mortugaba	R$	58.077,29	0,13	126	25,62	69%
Jiquirica	R$	58.926,51	0,14	762	20,54	69%
Anage	R$	34.390,58	0,12	0	17,93	69%
Riacho De Santana	R$	45.300,61	0,12	1.832	21,70	69%
Canápolis	R$	60.582,68	0,15	526	6,45	69%
Palmas De Monte Alto	R$	51.134,41	0,14	0	4,76	69%
Feira Da Mata	R$	76.662,45	0,15	0	22,01	69%
Catolândia	R$	139.230,68	0,13	0	27,62	69%
Elísio Medrado	R$	69.882,30	0,13	21	26,51	68%
Canudos	R$	37.709,60	0,13	0	13,48	68%
Cruz Das Almas	R$	35.111,34	0,12	6.269	12,52	68%
Jaguaripe	R$	48.807,25	0,14	0	15,02	68%
Santana	R$	51.118,70	0,12	0	23,73	68%
Cravolândia	R$	73.010,08	0,16	261	11,99	68%
Amélia Rodrigues	R$	48.925,70	0,13	1.408	15,90	68%
Jequié	R$	32.354,48	0,12	1.827	8,43	68%
Miguel Calmon	R$	37.259,72	0,12	2.345	17,32	68%
Santa Rita De Cassia	R$	37.469,64	0,12	1.627	12,79	67%
Conceição Do Jacuípe	R$	45.703,04	0,13	3.289	10,26	67%
Brumado	R$	44.834,03	0,13	4.618	10,42	67%
Ipirá	R$	37.092,46	0,12	0	15,91	67%
Ouriçangas	R$	47.325,79	0,11	448	25,23	67%
Itanhém	R$	69.336,62	0,15	0	18,90	66%

Brejões	R$	54.996,19	0,14	2.038	15,80	66%
Rafael Jambeiro	R$	31.091,19	0,11	28	14,19	66%
Barra Do Choca	R$	28.989,42	0,10	15.974	14,95	66%
Caldeirão Grande	R$	55.337,05	0,12	0	23,15	66%
Santo Antônio De Jesus	R$	32.363,76	0,11	13.033	13,98	66%
São Gonçalo Dos Campos	R$	49.425,11	0,13	2.712	10,45	66%
Piritiba	R$	57.637,35	0,13	0	23,31	65%
Utinga	R$	49.842,50	0,12	0	21,62	65%
Araçás	R$	81.901,16	0,11	2.412	28,13	65%
Itapicuru	R$	34.768,42	0,11	2.464	14,74	65%
Xique-Xique	R$	35.270,47	0,12	4.345	11,34	65%
Maragogipe	R$	34.633,75	0,12	129	12,93	65%
Itaju Do Colônia	R$	129.802,22	0,16	0	0,55	64%
Santo Estevão	R$	39.755,92	0,11	4.138	21,08	64%
Coração De Maria	R$	57.699,98	0,13	1.966	21,37	64%
Nova Redenção	R$	81.905,95	0,11	0	28,95	64%
Conceição Do Almeida	R$	51.025,36	0,13	1.473	16,62	64%
Paratinga	R$	38.450,28	0,12	3.607	10,12	63%
Itamaraju	R$	52.489,91	0,13	183	15,84	63%
Nova Canaã	R$	55.147,91	0,13	0	13,36	63%
Ibirataia	R$	57.564,01	0,13	1.486	20,46	63%
Lafaiete Coutinho	R$	65.013,46	0,14	0	14,03	63%
Itirucu	R$	81.188,38	0,15	1.335	15,85	62%
Igrapiuna	R$	41.280,38	0,12	0	5,26	62%
Itapetinga	R$	60.264,17	0,13	4.455	1,42	62%
Aramari	R$	61.057,48	0,12	1.475	20,55	62%
Valenca	R$	43.663,40	0,11	10.574	13,53	62%
Angical	R$	48.243,05	0,11	0	18,98	61%
Itarantim	R$	118.526,97	0,15	0	18,82	61%
Apuarema	R$	65.679,70	0,14	0	14,35	61%
Cordeiros	R$	52.535,18	0,12	0	16,58	61%
Presidente Jânio Quadros	R$	50.487,70	0,12	2.968	17,94	61%
Lapão	R$	48.313,92	0,11	3.814	19,88	60%
Mirangaba	R$	50.303,50	0,12	694	14,78	60%
Dom Basílio	R$	49.483,40	0,12	582	6,46	60%
Catu	R$	68.548,72	0,13	3.301	16,17	60%
Belmonte	R$	63.941,08	0,13	0	15,65	59%
Maetinga	R$	40.642,47	0,09	4.503	22,11	59%
Ilhéus	R$	65.128,67	0,13	0	14,27	59%
Lajedinho	R$	127.604,40	0,11	0	25,21	59%
Maiquinique	R$	61.852,97	0,12	0	19,04	59%
Vereda	R$	100.544,98	0,12	0	23,28	59%
Caem	R$	45.463,18	0,12	0	11,91	59%
Chorrochó	R$	49.995,43	0,12	597	8,58	59%
Tanque Novo	R$	48.314,50	0,11	2.829	19,07	58%

Candeias	R$	113.825,33	0,14	8.842	14,86	58%
Macarani	R$	95.108,30	0,14	936	7,94	58%
Tanquinho	R$	98.139,94	0,14	0	11,51	58%
Casa Nova	R$	31.845,47	0,09	8.892	15,93	57%
Taperoá	R$	47.863,77	0,12	0	10,76	57%
Erico Cardoso	R$	45.847,15	0,09	426	22,17	57%
Santa Cruz Da Vitoria	R$	79.889,93	0,12	112	19,54	57%
Ituberá	R$	51.051,90	0,12	2.541	2,27	57%
Salinas Da Margarida	R$	46.480,85	0,09	1.486	22,56	57%
Wanderley	R$	45.462,31	0,11	0	14,91	57%
Boquira	R$	41.011,00	0,11	2.677	8,03	57%
Canavieiras	R$	68.577,55	0,12	2.435	16,81	56%
Una	R$	45.540,42	0,11	7.362	4,42	56%
Ibirapuã	R$	109.226,85	0,13	0	17,37	56%
Arataca	R$	68.149,30	0,13	0	8,82	55%
Itagiba	R$	74.779,22	0,13	0	16,06	55%
Ituaçu	R$	51.944,40	0,11	1.497	12,69	55%
Gloria	R$	63.451,65	0,11	1.373	17,38	55%
Sento Se	R$	80.292,63	0,12	3.682	17,17	54%
Nazaré	R$	40.969,18	0,11	1.959	6,68	54%
São Sebastiao Do Passe	R$	45.096,63	0,11	3.135	4,56	54%
Ibicuí	R$	81.578,76	0,12	0	17,42	54%
Marau	R$	56.093,95	0,11	184	15,35	54%
Mairi	R$	52.609,24	0,11	0	12,37	54%
Madre De Deus	R$	172.143,09	0,10	2.853	21,40	53%
Buerarema	R$	55.054,51	0,11	0	12,82	53%
Campo Alegre De Lourdes	R$	39.418,92	0,09	1.634	15,72	53%
Ibicaraí	R$	59.183,55	0,12	0	6,64	53%
Cipó	R$	41.091,93	0,10	2.810	13,19	53%
Terra Nova	R$	54.865,80	0,09	485	20,71	52%
Saúde	R$	68.418,33	0,12	0	13,81	52%
Cansanção	R$	43.657,28	0,10	844	11,96	52%
Camacan	R$	97.678,62	0,13	0	9,46	51%
Jussari	R$	130.378,48	0,13	0	0,00	51%
Gandu	R$	50.037,19	0,10	699	3,04	50%
Lajedão	R$	164.129,80	0,11	0	16,45	50%
Várzea Do Poço	R$	84.341,36	0,12	0	9,29	50%
São Jose Da Vitoria	R$	82.909,47	0,12	0	7,64	49%
São Felix	R$	71.130,85	0,10	1.517	16,70	49%
Andaraí	R$	73.045,90	0,10	0	17,48	48%
Coribe	R$	57.939,17	0,08	1.538	17,53	46%
Barra	R$	31.564,09	0,08	4.082	10,04	45%
Formosa Do Rio Preto	R$	52.707,59	0,07	2.950	17,13	44%
Itamari	R$	76.565,20	0,10	0	0,00	43%
Ubatã	R$	65.229,69	0,09	0	7,80	40%

Pedrão	R$	93.208,85	0,10	0	0,00	39%
Teolândia	R$	43.392,85	0,07	75	5,07	37%
Coaraci	R$	57.602,90	0,08	0	0,00	37%
Pojuca	R$	104.615,77	0,08	3.880	10,33	34%
Itambé	R$	47.130,64	0,06	6.754	5,18	31%
Rodelas	R$	79.579,36	0,07	2.333	2,46	29%
Mínimo*	**R$**	**20.243,46**	**0,06**	**0**	**0,00**	**29%**
Média*	**R$**	**54.641,68**	**0,13**	**2.863**	**18,17**	**71%**
Desvio Padrão*	**R$**	**22.577,01**	**0,03**	**8.070**	**8,30**	**15%**
Máximo*	**R$**	**172.143,09**	**0,25**	**74.845**	**46,22**	**100%**

Municípios Da Bahia	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Anage	R$	31.940,15	0,23	0	31,87	100%
Aracatu	R$	41.878,66	0,24	0	30,32	100%
Feira De Santana	R$	26.210,73	0,13	75.274	11,09	100%
Guajeru	R$	39.229,90	0,24	0	36,25	100%
Itapicuru	R$	28.244,43	0,18	4.946	44,19	100%
Jaborandi	R$	68.218,15	0,24	0	41,17	100%
Marau	R$	40.359,26	0,24	2.178	33,55	100%
Monte Santo	R$	33.115,92	0,22	2.418	44,79	100%
Ribeira Do Amparo	R$	43.137,31	0,18	0	56,08	100%
Salvador	R$	36.460,71	0,11	232.176	3,36	100%
Santo Estevao	R$	26.280,21	0,20	6.735	27,19	100%
Barra Do Choca	R$	38.150,14	0,24	0	12,73	99%
Maetinga	R$	64.252,55	0,23	0	32,74	95%
Paratinga	R$	35.270,91	0,22	2.821	33,90	95%
Mascote	R$	41.353,45	0,23	0	23,88	94%
Baianopolis	R$	39.995,28	0,21	0	42,76	94%
Itacare	R$	31.458,01	0,20	6.198	37,61	93%
Serra Do Ramalho	R$	34.708,62	0,18	0	44,64	93%
Presidente Janio Quadros	R$	44.626,40	0,22	0	25,02	92%
Rafael Jambeiro	R$	34.632,27	0,21	274	35,71	92%
Seabra	R$	26.295,65	0,18	2.712	26,38	92%
Cansancao	R$	33.419,83	0,21	1.391	36,86	92%
Nordestina	R$	43.663,14	0,21	140	34,26	91%
Ouricangas	R$	44.994,90	0,22	0	30,38	90%
Teolandia	R$	38.245,88	0,21	1.973	26,79	90%
Macaubas	R$	28.935,12	0,18	5.721	33,40	90%
Utinga	R$	34.879,34	0,21	1.284	18,10	90%
Ponto Novo	R$	44.761,72	0,21	0	34,87	90%
Mansidao	R$	41.025,61	0,21	690	33,69	89%
Umburanas	R$	37.013,56	0,19	3.902	42,42	89%
Caatiba	R$	47.573,41	0,21	0	20,28	89%
Ibitiara	R$	34.193,70	0,16	1.065	43,30	89%

Mulungu Do Morro	R$	43.567,45	0,20	0	36,75	88%
Ipiau	R$	26.162,89	0,17	1.477	11,33	88%
Casa Nova	R$	31.719,30	0,20	9.210	22,65	88%
Pocoes	R$	26.568,82	0,17	0	21,57	88%
Paripiranga	R$	26.222,38	0,17	1.187	22,27	88%
Presidente Tancredo Neves	R$	38.759,59	0,17	4.442	44,45	88%
Muquem Do São Francisco	R$	48.889,68	0,18	1.637	44,33	88%
Novo Horizonte	R$	32.926,34	0,17	2.893	41,10	88%
Satiro Dias	R$	36.374,88	0,20	34	38,55	88%
Andorinha	R$	46.734,85	0,21	0	34,45	87%
Manoel Vitorino	R$	41.916,90	0,21	0	26,29	87%
Potiragua	R$	50.335,59	0,21	0	15,01	87%
Chorrocho	R$	40.233,80	0,17	373	44,28	87%
Wanderley	R$	43.330,07	0,20	0	33,72	87%
Rio Real	R$	30.050,53	0,16	3.904	38,73	86%
Filadelfia	R$	39.759,22	0,20	0	37,07	86%
Ibicoara	R$	38.506,58	0,20	2.553	34,31	86%
Quijingue	R$	37.136,63	0,20	852	30,92	86%
Angical	R$	39.234,25	0,20	0	33,97	86%
Pirai Do Norte	R$	39.948,05	0,20	1.891	33,78	86%
Nova Vicosa	R$	36.142,50	0,20	6.480	19,25	86%
Erico Cardoso	R$	41.368,95	0,21	0	22,75	86%
Lajedinho	R$	66.232,44	0,21	282	21,53	86%
Mucuge	R$	59.025,32	0,21	0	16,78	86%
Inhambupe	R$	30.038,03	0,18	6.717	26,00	85%
Lafaiete Coutinho	R$	69.161,51	0,20	0	32,59	85%
Porto Seguro	R$	32.940,07	0,18	31.399	16,25	85%
Maragogipe	R$	27.961,67	0,17	2.975	30,17	85%
Adustina	R$	34.628,71	0,20	1.400	27,95	85%
Pilao Arcado	R$	38.190,00	0,20	1.753	23,41	85%
Ipecaeta	R$	41.545,01	0,19	0	38,94	85%
Ibipitanga	R$	33.610,07	0,20	548	31,68	85%
Cipo	R$	37.448,04	0,16	0	43,44	85%
Coribe	R$	46.594,24	0,20	182	26,91	85%
Tapiramuta	R$	40.894,08	0,20	0	32,09	85%
Iramaia	R$	49.595,09	0,18	0	41,20	85%
Oliveira Dos Brejinhos	R$	35.715,69	0,16	0	41,51	84%
Irajuba	R$	61.190,21	0,20	405	35,33	84%
Matina	R$	40.726,40	0,19	1.681	37,35	84%
Fatima	R$	35.428,91	0,20	0	26,47	84%
Santanopolis	R$	40.082,63	0,17	537	43,38	84%
Carinhanha	R$	35.596,22	0,19	868	30,17	84%
Tucano	R$	30.960,80	0,18	3.908	30,28	83%
Rio Do Antonio	R$	34.369,65	0,19	2.064	30,59	83%
Heliopolis	R$	37.556,92	0,19	0	32,03	83%

Maracas	R$	35.434,16	0,20	0	22,66	83%
Camamu	R$	34.353,82	0,19	0	34,67	83%
Iraquara	R$	30.100,79	0,18	4.267	28,09	83%
Ipira	R$	27.516,59	0,17	0	24,29	83%
Campo Alegre De Lourdes	R$	33.218,08	0,19	0	23,66	82%
Conceicao Do Coite	R$	27.429,52	0,17	5.457	24,42	82%
Itamari	R$	56.144,71	0,15	0	45,90	82%
Nova Redencao	R$	43.241,00	0,19	1.092	33,96	82%
Una	R$	42.528,81	0,19	0	29,32	82%
Teofilandia	R$	40.004,69	0,19	1.050	32,73	82%
Cotegipe	R$	40.627,30	0,19	0	35,54	82%
Cristopolis	R$	40.381,85	0,19	65	33,58	81%
Cicero Dantas	R$	28.005,90	0,17	0	22,58	81%
Cordeiros	R$	42.183,42	0,19	0	28,32	81%
Barra	R$	32.559,80	0,18	6.108	31,81	81%
Encruzilhada	R$	40.195,35	0,19	0	33,81	81%
Itubera	R$	35.523,08	0,19	1.668	24,74	80%
Mairi	R$	36.472,48	0,19	0	27,83	80%
Caetite	R$	28.999,89	0,17	0	22,76	80%
Tanque Novo	R$	36.096,56	0,18	2.639	31,31	80%
Cairu	R$	46.956,07	0,19	3.964	15,52	80%
Itiuba	R$	29.722,19	0,16	570	32,39	80%
Canarana	R$	29.072,13	0,17	3.279	27,14	80%
Itambe	R$	36.139,05	0,19	0	19,60	80%
Iuiu	R$	44.272,50	0,18	411	36,10	80%
Nova Itarana	R$	37.667,87	0,17	784	37,02	80%
Pe De Serra	R$	35.807,20	0,18	49	35,86	80%
Taperoa	R$	36.434,05	0,19	2.522	28,49	80%
Mundo Novo	R$	30.117,24	0,17	3.122	23,64	79%
Camacari	R$	81.853,10	0,14	81.243	10,53	79%
Riachao Das Neves	R$	44.439,33	0,19	498	23,11	79%
Apora	R$	34.264,07	0,15	962	38,02	79%
Uibai	R$	36.681,05	0,15	368	39,46	79%
Lagoa Real	R$	38.491,95	0,19	4.329	19,08	79%
Arataca	R$	43.622,98	0,19	0	27,43	78%
Crisopolis	R$	36.033,09	0,18	1.009	33,51	78%
Barro Alto	R$	35.301,74	0,17	2.315	35,43	78%
Uaua	R$	36.270,15	0,18	0	24,59	78%
Ibiassuce	R$	44.683,55	0,17	0	35,15	78%
Banzae	R$	44.485,70	0,19	0	27,11	78%
Euclides Da Cunha	R$	27.932,29	0,16	5.552	22,50	78%
Boa Vista Do Tupim	R$	42.620,06	0,19	0	23,42	78%
São Desiderio	R$	64.869,79	0,18	8.334	19,11	77%
Lajedo Do Tabocal	R$	49.152,71	0,18	581	28,29	77%
Botupora	R$	41.382,29	0,18	0	28,26	77%

Teixeira De Freitas	R$	29.244,30	0,15	30.855	8,66	77%
Cocos	R$	44.959,59	0,18	58	25,87	77%
Mirangaba	R$	44.119,06	0,18	3.364	26,63	76%
São Goncalo Dos Campos	R$	27.826,59	0,15	6.283	22,81	76%
Coaraci	R$	36.400,99	0,18	0	18,27	76%
Candido Sales	R$	33.730,64	0,18	682	15,15	76%
Pau Brasil	R$	44.912,36	0,18	0	17,73	76%
Santa Cruz Da Vitoria	R$	47.275,23	0,18	0	28,74	76%
Serrinha	R$	26.178,21	0,15	7.624	20,36	76%
Riachao Do Jacuipe	R$	26.653,46	0,15	763	22,10	76%
Xique-Xique	R$	31.426,06	0,17	818	27,11	76%
Wagner	R$	35.289,93	0,13	7	37,74	76%
Barro Preto	R$	57.174,82	0,18	0	16,45	76%
Jacobina	R$	27.257,05	0,15	1.390	17,02	76%
Riacho De Santana	R$	30.111,58	0,16	3.948	19,53	75%
Ibicarai	R$	34.837,02	0,18	0	14,91	75%
Antonio Goncalves	R$	35.935,40	0,18	1.726	18,65	75%
Serra Dourada	R$	38.769,33	0,17	0	30,90	75%
Palmas De Monte Alto	R$	36.682,01	0,17	1.294	31,21	75%
Ibitita	R$	33.775,91	0,17	0	33,51	75%
Ubaitaba	R$	37.369,74	0,18	0	20,86	75%
Sitio Do Mato	R$	45.690,39	0,18	375	29,48	75%
Boninal	R$	36.723,32	0,18	927	25,05	75%
Wenceslau Guimaraes	R$	48.385,50	0,17	0	32,03	75%
Itapebi	R$	60.675,00	0,18	0	26,83	74%
Tremedal	R$	41.606,25	0,18	0	26,84	74%
São Felix Do Coribe	R$	42.038,62	0,18	651	14,74	74%
Ribeirao Do Largo	R$	64.056,05	0,18	0	30,40	74%
Feira Da Mata	R$	49.040,77	0,15	289	38,38	74%
Cafarnaum	R$	34.149,37	0,17	658	30,66	74%
Joao Dourado	R$	30.550,11	0,16	2.950	23,29	74%
Malhada	R$	45.448,80	0,17	0	29,73	74%
Campo Formoso	R$	31.350,49	0,17	4.157	17,43	73%
Ubata	R$	27.862,14	0,15	4.550	20,21	73%
Ibipeba	R$	33.020,44	0,16	2.586	32,65	73%
Vitoria Da Conquista	R$	32.184,08	0,14	46.605	7,99	73%
Formosa Do Rio Preto	R$	52.358,44	0,17	3.633	29,71	73%
Jeremoabo	R$	31.259,12	0,16	3.780	18,77	73%
Morro Do Chapeu	R$	30.570,00	0,16	285	27,90	73%
Jitauna	R$	44.859,61	0,17	0	14,96	73%
Pintadas	R$	44.676,71	0,17	0	21,82	73%
Pindai	R$	35.121,87	0,16	2.981	33,61	73%
Quixabeira	R$	38.071,80	0,17	0	29,93	72%
Santa Barbara	R$	33.003,84	0,17	1.416	25,33	72%
Jaguaquara	R$	27.432,43	0,14	4.703	23,19	72%

Vereda	R$	54.864,60	0,17	0	27,14	72%
Cardeal Da Silva	R$	51.537,98	0,17	865	28,08	72%
Baixa Grande	R$	36.323,91	0,16	1.289	30,87	72%
Gloria	R$	46.003,99	0,17	1.554	13,37	72%
Condeuba	R$	37.640,80	0,16	0	30,86	72%
Acajutiba	R$	31.669,15	0,16	371	26,67	72%
São Domingos	R$	39.207,37	0,17	0	23,06	72%
Antonio Cardoso	R$	43.287,98	0,17	0	29,39	72%
Conde	R$	35.885,21	0,16	3.194	29,91	72%
Amelia Rodrigues	R$	31.694,76	0,15	798	30,31	71%
Antas	R$	28.368,42	0,15	4.935	8,04	71%
Santo Antonio De Jesus	R$	27.871,19	0,14	14.029	7,74	71%
Ilheus	R$	38.149,43	0,17	0	17,45	71%
Valenca	R$	26.315,36	0,13	10.730	16,77	71%
Piripa	R$	43.176,06	0,17	0	25,09	71%
Gandu	R$	28.347,66	0,15	3.176	20,49	71%
Itarantim	R$	37.276,54	0,17	1.542	12,59	71%
Varzedo	R$	38.561,78	0,17	0	23,04	71%
Pedrao	R$	41.489,12	0,17	1.602	16,27	71%
Canapolis	R$	46.876,59	0,13	907	38,72	70%
Itagiba	R$	49.005,03	0,17	0	17,15	70%
Santa Maria Da Vitoria	R$	36.029,65	0,17	0	18,34	70%
Lauro De Freitas	R$	39.712,47	0,14	51.299	7,52	70%
Biritinga	R$	40.101,26	0,14	195	35,01	70%
Apuarema	R$	49.271,09	0,17	0	25,59	70%
Mata De São Joao	R$	55.225,73	0,16	8.759	21,00	70%
Presidente Dutra	R$	35.756,38	0,15	0	33,30	69%
Brotas De Macaubas	R$	43.894,89	0,17	0	22,98	69%
Rio Do Pires	R$	35.560,16	0,16	0	26,81	69%
Senhor Do Bonfim	R$	28.176,50	0,14	6.870	15,08	69%
Esplanada	R$	58.446,62	0,15	5.532	29,98	69%
Entre Rios	R$	41.370,06	0,16	3.312	23,08	69%
Barreiras	R$	36.322,51	0,15	25.018	11,57	69%
Cravolandia	R$	58.159,35	0,16	0	30,34	69%
Irece	R$	30.753,40	0,15	9.377	12,63	69%
Tabocas Do Brejo Velho	R$	43.685,19	0,14	2.942	34,09	69%
Barra Do Mendes	R$	38.157,54	0,16	0	14,45	68%
Nilo Pecanha	R$	51.757,04	0,16	1.317	17,61	68%
Piritiba	R$	30.389,32	0,15	3.362	18,54	68%
Correntina	R$	50.204,07	0,16	3.143	24,64	68%
Jacaraci	R$	37.686,67	0,15	1.088	31,39	68%
Itapetinga	R$	28.677,37	0,14	10.342	9,01	68%
Jequie	R$	39.404,27	0,16	0	14,15	68%
São Gabriel	R$	38.350,34	0,16	15	26,26	68%
Curaca	R$	35.483,15	0,16	3.163	16,49	67%

Laje	R$	46.186,62	0,16	3.762	27,14	67%
Nova Soure	R$	32.812,22	0,15	1.409	29,28	67%
Itaju Do Colonia	R$	51.666,04	0,16	0	21,57	67%
Ibicui	R$	39.107,60	0,16	227	14,77	67%
Guanambi	R$	25.460,47	0,13	7.597	11,24	67%
Retirolandia	R$	38.971,93	0,16	2.445	23,20	67%
Brejoes	R$	41.066,91	0,16	0	21,82	67%
Itaquara	R$	48.425,16	0,16	17	21,47	67%
Santa Rita De Cassia	R$	33.115,46	0,15	3.209	23,96	67%
São Felipe	R$	33.270,65	0,15	0	26,21	67%
Canavieiras	R$	31.018,41	0,15	0	20,41	67%
Caem	R$	51.077,70	0,16	0	23,48	67%
Ribeira Do Pombal	R$	31.943,05	0,15	4.930	19,71	66%
Nova Canaa	R$	31.955,32	0,15	1.059	19,60	66%
Maiquinique	R$	36.671,66	0,16	870	10,44	66%
São Miguel Das Matas	R$	41.815,76	0,16	394	21,66	66%
Itabela	R$	36.730,40	0,15	2.644	22,62	66%
Dom Basilio	R$	40.950,91	0,16	140	22,71	66%
Bom Jesus Da Lapa	R$	31.802,72	0,15	7.517	19,28	66%
Macarani	R$	40.129,48	0,16	2.693	15,24	66%
Ituacu	R$	41.677,21	0,15	1.591	27,67	66%
Catolandia	R$	95.972,92	0,16	216	23,81	65%
Itaberaba	R$	31.499,06	0,15	2.688	15,11	65%
Amargosa	R$	29.053,88	0,14	3.388	12,61	65%
Alcobaca	R$	52.054,16	0,16	305	16,11	65%
Lapao	R$	35.851,02	0,15	919	25,69	65%
Itororo	R$	33.292,86	0,15	225	10,54	64%
Valente	R$	32.824,70	0,15	4.373	19,52	64%
Olindina	R$	30.484,71	0,14	1.034	24,54	64%
Jussiape	R$	45.575,83	0,15	0	19,96	64%
Remanso	R$	32.320,35	0,15	2.700	18,65	64%
Piata	R$	41.217,28	0,15	0	17,93	64%
Mortugaba	R$	35.239,49	0,15	1.415	24,61	64%
Santana	R$	33.601,62	0,14	2.772	28,56	63%
Santo Amaro	R$	27.797,58	0,13	176	9,46	63%
Elisio Medrado	R$	44.651,06	0,15	87	19,34	63%
Cachoeira	R$	28.115,32	0,13	1.610	16,67	63%
Central	R$	37.045,86	0,14	895	26,99	63%
Conceicao Do Jacuipe	R$	28.664,55	0,13	3.929	17,94	63%
Macajuba	R$	44.011,41	0,15	673	20,42	63%
Prado	R$	44.308,77	0,15	513	20,67	63%
São Sebastiao Do Passe	R$	46.757,00	0,15	2.193	16,17	63%
Capela Do Alto Alegre	R$	40.483,71	0,14	0	25,92	62%
Milagres	R$	45.892,28	0,15	0	24,23	62%
Aramari	R$	33.483,46	0,13	1.082	28,37	62%

Itaparica	R$	39.734,32	0,15	1.247	10,10	62%
Muritiba	R$	28.660,19	0,13	1.883	11,03	62%
Iguai	R$	31.408,43	0,14	1.375	18,49	62%
Cruz Das Almas	R$	27.879,01	0,13	7.131	8,97	62%
Cacule	R$	30.295,73	0,14	2.711	17,15	62%
Mutuipe	R$	31.882,45	0,14	0	15,39	62%
Dias D'avila	R$	50.047,14	0,14	21.107	9,16	62%
Licinio De Almeida	R$	35.933,06	0,13	0	28,89	62%
Santaluz	R$	33.063,87	0,14	2.883	22,58	62%
Serrolandia	R$	34.292,63	0,14	493	21,28	62%
Aiquara	R$	62.628,93	0,15	0	12,37	62%
Eunapolis	R$	38.481,25	0,14	16.490	12,78	61%
Itanhem	R$	37.301,86	0,14	0	24,54	61%
Caravelas	R$	51.235,25	0,14	1.311	24,67	61%
Alagoinhas	R$	31.601,71	0,13	11.584	12,20	61%
Candeias	R$	67.043,95	0,14	6.375	16,91	61%
Pojuca	R$	83.337,67	0,14	7.422	13,19	61%
Madre De Deus	R$	220.134,13	0,14	5.340	3,18	61%
Camacan	R$	32.901,51	0,14	534	12,25	60%
Catu	R$	41.346,56	0,14	4.346	8,82	60%
Itatim	R$	37.187,55	0,14	1.508	25,75	60%
Simoes Filho	R$	46.697,52	0,13	22.960	12,20	60%
Brumado	R$	33.682,85	0,14	2.023	12,07	59%
Itagimirim	R$	63.306,02	0,14	0	14,83	59%
Candiba	R$	30.211,16	0,13	629	19,49	59%
Tanhacu	R$	37.770,88	0,14	1.666	16,94	58%
Nazare	R$	30.895,24	0,13	0	20,22	58%
Ibotirama	R$	35.445,29	0,14	1.275	14,46	58%
Nova Fatima	R$	42.612,82	0,14	321	22,84	58%
Urandi	R$	34.570,12	0,13	0	24,79	58%
Itirucu	R$	45.979,48	0,14	0	16,87	57%
Lajedao	R$	72.796,98	0,14	324	15,95	57%
Itabuna	R$	40.956,35	0,13	8.694	7,74	57%
Saude	R$	42.572,93	0,13	325	25,75	57%
Governador Mangabeira	R$	33.264,74	0,13	692	20,12	56%
Vera Cruz	R$	32.908,98	0,12	8.349	7,50	55%
Rodelas	R$	46.202,65	0,13	477	15,46	55%
Jiquirica	R$	34.053,87	0,13	1.874	15,09	55%
Ibirapua	R$	50.565,21	0,13	860	23,13	54%
Paulo Afonso	R$	43.799,67	0,12	11.897	7,52	54%
Paramirim	R$	31.446,11	0,12	2.066	19,56	53%
Rio De Contas	R$	35.121,46	0,11	0	18,77	48%
Ichu	R$	58.688,01	0,12	22	16,18	48%
Terra Nova	R$	40.781,19	0,12	0	14,52	48%
Varzea Do Poco	R$	38.879,75	0,11	1.350	15,77	48%

Abaira	R$	41.141,82	0,11	0	21,07	48%
Santa Ines	R$	39.041,08	0,11	0	18,57	47%
Tanquinho	R$	38.658,32	0,11	263	19,89	46%
Medeiros Neto	R$	42.863,59	0,11	725	15,62	46%
Firmino Alves	R$	48.826,74	0,11	253	11,68	44%
Mínimo*	**R$**	**25.460,47**	**0,11**	**0**	**3,18**	**44%**
Média*	**R$**	**40.135,44**	**0,17**	**3.708**	**24,55**	**74%**
Desvio Padrão*	**R$**	**14.358,24**	**0,03**	**15.472**	**9,22**	**12%**
Máximo*	**R$**	**220.134,13**	**0,24**	**232.176**	**56,08**	**100%**

Municípios Do Ceará	GPT_99		IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Carius	R$	60.795,35	0,18	873	45,94	100%
Cascavel	R$	35.685,38	0,18	10.622	31,28	100%
Caucaia	R$	45.605,13	0,14	87.440	17,41	100%
Horizonte	R$	38.933,34	0,18	15.507	18,04	100%
Itapipoca	R$	24.909,02	0,15	15.936	30,01	100%
Itarema	R$	33.872,70	0,14	4.799	47,69	100%
Jucas	R$	45.945,00	0,20	1.532	42,59	100%
Varzea Alegre	R$	34.299,84	0,16	3.583	41,03	100%
Beberibe	R$	38.023,23	0,17	5.542	37,73	98%
Ipueiras	R$	35.471,56	0,16	2.915	39,03	98%
Aquiraz	R$	42.272,90	0,17	14.164	32,90	94%
Ico	R$	28.997,01	0,15	2.055	27,91	93%
Ipu	R$	32.825,43	0,16	3.269	24,79	93%
Icapui	R$	92.119,46	0,18	2.391	33,42	91%
Pindoretama	R$	46.118,17	0,18	2.509	30,66	90%
Pedra Branca	R$	44.425,14	0,17	1.942	27,73	90%
Ibaretama	R$	53.856,44	0,13	1.308	42,26	89%
Caninde	R$	32.552,65	0,15	7.774	30,87	89%
Guaramiranga	R$	89.413,41	0,17	307	23,17	89%
Aurora	R$	34.232,78	0,14	716	35,47	89%
Maranguape	R$	38.391,00	0,16	16.347	23,29	88%
Taua	R$	29.973,47	0,14	587	27,96	88%
Cruz	R$	50.378,89	0,17	5.589	29,52	87%
Bela Cruz	R$	34.412,88	0,15	2.392	28,71	86%
Maracanau	R$	66.974,39	0,16	22.573	13,60	86%
Palmacia	R$	69.717,72	0,15	0	39,83	86%
Caririacu	R$	38.224,35	0,15	4.415	33,66	85%
Aratuba	R$	75.396,53	0,17	1.173	22,83	85%
Tiangua	R$	29.168,51	0,12	14.064	29,61	84%
Umari	R$	63.224,08	0,15	0	37,63	84%
Pacajus	R$	40.908,04	0,15	12.270	23,47	84%
Camocim	R$	45.314,14	0,16	4.413	30,15	82%
Pacatuba	R$	39.911,91	0,15	14.323	11,57	82%

Ubajara	R$	36.047,82	0,13	3.721	32,68	81%
Iguatu	R$	44.318,86	0,15	9.966	17,42	81%
Aracati	R$	48.248,26	0,15	10.692	18,03	81%
Ocara	R$	46.430,00	0,16	1.756	33,54	80%
Forquilha	R$	59.770,34	0,15	2.243	34,59	80%
Mombaca	R$	37.585,16	0,13	405	32,35	78%
Catarina	R$	42.234,36	0,15	3.197	29,32	78%
Saboeiro	R$	66.143,43	0,15	765	24,09	77%
Sobral	R$	42.631,65	0,13	28.007	21,90	77%
Penaforte	R$	71.139,64	0,13	1.074	35,56	77%
Juazeiro Do Norte	R$	43.784,66	0,13	38.567	11,21	76%
Jati	R$	68.506,36	0,15	0	22,07	75%
Itapage	R$	28.850,95	0,11	7.448	28,46	75%
Vicosa Do Ceara	R$	41.199,86	0,13	4.562	30,99	75%
Ibicuitinga	R$	71.297,35	0,15	837	23,88	74%
Solonopole	R$	54.726,89	0,15	559	28,55	74%
Baixio	R$	73.390,73	0,13	312	34,11	74%
Tamboril	R$	46.870,23	0,14	0	29,95	74%
Barbalha	R$	42.264,62	0,14	8.601	20,18	73%
Farias Brito	R$	43.615,85	0,14	2.632	27,00	73%
Brejo Santo	R$	54.617,02	0,14	4.763	23,01	73%
Russas	R$	38.300,41	0,13	10.754	22,04	73%
Erere	R$	75.015,54	0,14	0	24,43	73%
Novo Oriente	R$	43.340,55	0,14	0	27,65	73%
Parambu	R$	34.840,65	0,08	2.223	34,29	72%
Marco	R$	56.837,18	0,14	0	19,27	72%
Acarau	R$	76.584,11	0,14	3.463	14,39	71%
Piquet Carneiro	R$	70.333,38	0,14	34	31,26	71%
Iraucuba	R$	40.913,75	0,11	2.405	32,33	71%
Guaraciaba Do Norte	R$	42.506,06	0,13	4.725	28,20	70%
Eusebio	R$	66.092,64	0,13	11.234	25,41	70%
Caridade	R$	45.182,79	0,13	3.172	21,94	70%
Alto Santo	R$	46.716,25	0,13	2.351	18,50	69%
Monsenhor Tabosa	R$	50.337,14	0,13	873	16,39	67%
Quixeramobim	R$	42.330,39	0,13	135	22,65	67%
Miraima	R$	58.669,88	0,13	2.024	1,21	64%
Santana Do Cariri	R$	64.689,89	0,12	1.444	18,58	63%
Paracuru	R$	42.113,06	0,12	6.640	12,82	63%
Guaiuba	R$	53.215,61	0,12	2.322	26,06	62%
Ipaumirim	R$	58.089,76	0,12	255	22,43	59%
Uruburetama	R$	66.885,04	0,11	3.436	24,59	59%
Mínimo*	**R$**	**24.909,02**	**0,08**	**0**	**1,21**	**59%**
Média*	**R$**	**49.311,05**	**0,14**	**6.364**	**27,23**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$**	**15.039,06**	**0,02**	**11.767**	**8,55**	**11%**
Máximo*	**R$**	**92.119,46**	**0,20**	**87.440**	**47,69**	**100%**

Municípios Da Bahia	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Acarau	R$ 29.348,81	0,19	8.583	38,29	100%
Assare	R$ 34.506,87	0,23	1.393	26,43	100%
Bela Cruz	R$ 30.715,34	0,22	2.520	36,46	100%
Fortaleza	R$ 39.661,71	0,10	316.641	4,73	100%
Itapipoca	R$ 24.770,35	0,16	21.398	28,62	100%
Itatira	R$ 40.362,56	0,20	3.353	47,20	100%
Jijoca De Jericoacoara	R$ 36.759,90	0,23	4.913	34,30	100%
Massape	R$ 28.337,64	0,19	5.617	33,41	100%
Miraima	R$ 37.690,46	0,20	1.383	47,23	100%
Salitre	R$ 40.427,45	0,21	1.528	42,27	100%
Tiangua	R$ 26.474,29	0,20	10.823	24,85	100%
Barroquinha	R$ 40.674,43	0,22	555	40,20	99%
Senador Sa	R$ 48.994,62	0,23	1.247	27,73	98%
Quixelo	R$ 46.932,66	0,22	0	24,40	97%
Catarina	R$ 29.932,74	0,21	3.198	17,33	97%
Chaval	R$ 41.355,01	0,19	452	45,43	96%
Itarema	R$ 35.400,73	0,22	7.124	32,55	96%
Aiuaba	R$ 36.318,45	0,20	1.751	36,53	94%
Vicosa Do Ceara	R$ 31.374,04	0,20	9.528	24,35	94%
Trairi	R$ 31.692,62	0,19	6.895	36,82	94%
Granjeiro	R$ 67.965,18	0,21	0	32,64	93%
Saboeiro	R$ 42.999,07	0,20	0	38,37	93%
Novo Oriente	R$ 35.546,01	0,18	1.042	41,27	93%
Ubajara	R$ 30.099,64	0,18	4.692	34,39	92%
Umirim	R$ 36.410,21	0,19	2.051	37,90	91%
Coreau	R$ 35.635,33	0,20	1.973	32,47	91%
Caucaia	R$ 26.054,33	0,13	70.730	12,76	91%
São Goncalo Do Amarante	R$ 38.025,28	0,21	8.152	28,02	90%
Choro	R$ 44.562,55	0,21	852	31,59	90%
Tarrafas	R$ 44.477,54	0,20	0	33,24	89%
Morrinhos	R$ 32.544,77	0,17	2.772	36,52	89%
Deputado Irapuan Pinheiro	R$ 46.793,55	0,16	710	41,72	88%
Cruz	R$ 39.208,80	0,20	2.700	33,28	88%
Araripe	R$ 41.571,02	0,19	1.079	34,74	88%
Pires Ferreira	R$ 42.341,15	0,20	1.703	31,82	88%
Graca	R$ 46.250,68	0,19	236	36,27	88%
Ocara	R$ 35.282,31	0,16	2.423	39,11	88%
Acopiara	R$ 29.170,84	0,18	4.023	25,02	87%
Arneiroz	R$ 47.978,28	0,20	112	25,96	87%
Mombaca	R$ 29.624,60	0,18	1.153	25,05	86%
Eusebio	R$ 51.035,13	0,19	14.071	27,23	86%
Carire	R$ 35.738,09	0,18	411	35,92	86%

Beberibe	R$	31.622,91	0,18	6.968	31,39	86%
Quiterianopolis	R$	40.079,94	0,19	1.566	33,14	86%
Amontada	R$	38.680,06	0,18	6.899	33,60	85%
Moraujo	R$	46.603,81	0,20	1.024	26,59	85%
Maranguape	R$	24.298,50	0,14	28.084	19,56	85%
Paracuru	R$	45.195,62	0,18	4.225	35,29	85%
Pacatuba	R$	23.869,21	0,14	20.603	14,46	84%
Juazeiro Do Norte	R$	27.393,62	0,15	37.806	4,27	84%
São Benedito	R$	29.701,08	0,18	4.284	27,73	84%
Martinopole	R$	43.316,83	0,19	4.274	24,55	84%
Milagres	R$	29.968,39	0,18	0	20,63	83%
Apuiares	R$	41.125,95	0,19	1.385	30,00	83%
Santana Do Cariri	R$	40.722,07	0,19	323	29,35	83%
Santa Quiteria	R$	35.213,15	0,19	388	29,52	82%
Pedra Branca	R$	32.889,72	0,18	1.148	27,91	82%
Guaraciaba Do Norte	R$	32.899,43	0,18	2.738	30,40	82%
Ipaporanga	R$	47.168,91	0,17	96	36,65	82%
Sobral	R$	54.156,31	0,18	32.489	10,92	82%
Farias Brito	R$	41.599,50	0,19	0	29,18	82%
Parambu	R$	39.596,80	0,18	0	30,34	82%
Jaguaretama	R$	38.539,25	0,17	0	36,62	81%
Caririacu	R$	39.491,62	0,19	660	19,27	81%
Boa Viagem	R$	32.290,52	0,18	2.110	22,32	81%
Altaneira	R$	50.034,38	0,19	1.169	22,56	80%
Barreira	R$	35.992,59	0,15	2.305	36,37	80%
Horizonte	R$	40.367,09	0,17	21.397	30,78	80%
General Sampaio	R$	60.102,97	0,18	1.352	31,19	80%
Pentecoste	R$	32.379,04	0,16	2.800	31,98	80%
Meruoca	R$	43.504,59	0,18	2.354	29,65	79%
Poranga	R$	42.058,92	0,18	264	27,92	79%
Marco	R$	38.462,33	0,17	4.276	32,92	79%
Forquilha	R$	35.745,67	0,18	4.298	18,26	79%
Pacajus	R$	28.750,26	0,15	17.768	24,20	78%
Itapage	R$	30.077,65	0,16	7.257	11,64	78%
Alcantaras	R$	37.983,64	0,18	1.223	26,05	77%
Piquet Carneiro	R$	33.242,29	0,17	2.336	25,63	77%
Iraucuba	R$	36.405,22	0,18	2.764	25,12	77%
Jati	R$	47.996,86	0,18	0	14,07	77%
Abaiara	R$	36.261,57	0,18	2.111	26,03	77%
Baixio	R$	50.756,32	0,18	302	16,63	76%
Jardim	R$	35.703,15	0,18	274	18,94	76%
Potengi	R$	39.254,08	0,17	1.138	30,28	76%
Carnaubal	R$	38.401,02	0,17	1.516	24,54	76%
Nova Olinda	R$	40.850,29	0,17	2.179	17,02	76%
Mauriti	R$	30.028,45	0,16	5.931	25,09	76%

Umari	R$	46.137,41	0,17	110	21,36	75%
Cascavel	R$	30.047,38	0,15	9.013	26,22	75%
Ico	R$	30.476,96	0,16	2.935	23,73	75%
Carius	R$	37.874,37	0,16	123	30,98	75%
Ibaretama	R$	40.574,97	0,17	361	24,63	74%
Oros	R$	36.638,73	0,17	0	18,13	74%
Aurora	R$	36.174,22	0,17	0	22,86	74%
Russas	R$	27.776,80	0,15	12.513	15,21	74%
Aratuba	R$	51.944,94	0,17	1.203	20,42	73%
Jucas	R$	34.743,11	0,16	1.175	28,85	73%
Antonina Do Norte	R$	49.388,70	0,17	475	18,91	73%
Barbalha	R$	43.974,95	0,17	8.292	13,97	73%
Caninde	R$	34.555,45	0,16	4.872	22,89	73%
Chorozinho	R$	43.873,59	0,17	208	23,87	73%
Barro	R$	30.564,89	0,16	1.507	19,29	73%
Quixeramobim	R$	34.458,16	0,16	12.652	20,15	72%
Itaitinga	R$	30.166,87	0,15	6.600	25,32	72%
Banabuiu	R$	40.471,89	0,15	1.142	31,27	71%
Ipu	R$	28.757,90	0,15	1.631	23,23	71%
Aracoiaba	R$	40.049,83	0,16	1.327	21,91	71%
Fortim	R$	45.180,65	0,14	2.751	32,76	71%
Tejucuoca	R$	40.666,67	0,16	3.308	20,99	71%
Taua	R$	38.614,53	0,16	4.089	27,19	71%
Campos Sales	R$	33.184,37	0,16	940	20,05	71%
Ipaumirim	R$	35.902,97	0,16	470	15,39	70%
Lavras Da Mangabeira	R$	31.056,42	0,15	0	21,59	70%
Independencia	R$	32.530,51	0,14	311	28,59	70%
Ibiapina	R$	33.715,20	0,16	1.651	22,01	70%
Itaicaba	R$	48.421,22	0,16	737	20,76	70%
Milha	R$	43.087,25	0,16	58	16,49	70%
Mucambo	R$	44.731,69	0,15	291	29,03	69%
Cedro	R$	36.790,89	0,15	580	25,62	69%
Santana Do Acarau	R$	33.975,60	0,16	3.748	19,09	69%
Redencao	R$	36.755,27	0,15	2.517	27,41	69%
Porteiras	R$	46.078,52	0,15	0	29,04	68%
Pereiro	R$	41.691,08	0,16	532	21,83	68%
Pacoti	R$	44.981,39	0,15	219	25,55	68%
Ibicuitinga	R$	43.353,25	0,16	1.900	20,78	67%
Nova Russas	R$	37.921,74	0,16	1.149	22,31	67%
Jaguaribara	R$	45.825,68	0,15	1.669	25,50	67%
Crato	R$	29.850,44	0,14	16.782	13,94	67%
Capistrano	R$	41.878,19	0,15	0	18,92	67%
Frecheirinha	R$	38.116,89	0,15	1.159	17,95	67%
Crateus	R$	29.355,80	0,14	2.206	15,42	67%
Iracema	R$	43.060,24	0,15	567	12,44	67%

Pindoretama	R$	34.433,32	0,14	3.732	25,45	66%
Palhano	R$	42.642,85	0,15	700	25,75	66%
Quixada	R$	29.978,25	0,14	10.950	15,20	65%
Aquiraz	R$	35.897,97	0,14	12.159	22,38	65%
Paraipaba	R$	32.912,19	0,14	4.579	22,93	64%
Brejo Santo	R$	36.774,36	0,14	6.709	13,72	63%
Guaramiranga	R$	82.443,24	0,14	0	25,86	63%
Baturite	R$	31.420,87	0,13	3.460	17,76	60%
Icapui	R$	58.964,00	0,14	2.340	19,90	60%
Mulungu	R$	35.536,15	0,13	2.588	23,47	59%
Morada Nova	R$	34.931,46	0,13	0	23,92	59%
Iguatu	R$	34.729,98	0,13	10.880	9,07	59%
Pacuja	R$	62.447,15	0,14	333	19,97	59%
Aracati	R$	37.536,82	0,13	7.972	14,94	58%
Senador Pompeu	R$	34.001,98	0,13	0	14,53	58%
São Joao Do Jaguaribe	R$	47.160,02	0,13	0	14,74	57%
Itapiuna	R$	41.090,59	0,13	2.350	22,05	57%
Palmacia	R$	35.907,45	0,13	2.256	20,00	56%
Limoeiro Do Norte	R$	33.055,71	0,12	5.919	15,14	55%
Acarape	R$	35.263,69	0,12	1.449	21,07	54%
Maracanau	R$	46.622,17	0,11	25.502	9,41	52%
Penaforte	R$	47.454,36	0,12	2.081	18,53	51%
Mínimo*	**R$**	**23.869,21**	**0,10**	**0**	**4,27**	**51%**
Média*	**R$**	**38.626,03**	**0,17**	**6.439**	**25,55**	**78%**
Desvio Padrão*	**R$**	**8.298,93**	**0,03**	**26.462**	**8,29**	**12%**
Máximo*	**R$**	**82.443,24**	**0,23**	**316.641**	**47,23**	**100%**

Municípios Do Maranhão	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Pio Xii	R$	42.534,26	0,11	2.437	31,47	100%
Porto Franco	R$	60.057,34	0,16	3.280	20,05	100%
São Raimundo Das Mangabeiras	R$	40.873,96	0,14	723	17,89	100%
Timon	R$	26.720,80	0,12	22.253	19,21	100%
Tuntum	R$	35.065,12	0,13	1.390	20,69	100%
Codo	R$	30.438,13	0,10	8.243	21,58	98%
Riachao	R$	51.534,36	0,15	394	14,96	97%
Fortaleza Dos Nogueiras	R$	49.271,14	0,12	2.263	24,75	91%
Morros	R$	39.909,63	0,12	1.662	8,42	86%
Carolina	R$	44.763,63	0,12	0	15,47	84%
Santa Ines	R$	30.843,57	0,10	7.405	10,06	83%
Santa Luzia	R$	32.205,13	0,07	9.987	19,19	82%
São Felix De Balsas	R$	74.104,94	0,13	0	1,50	82%
Pedreiras	R$	46.054,87	0,11	4.653	13,77	77%
Loreto	R$	53.448,47	0,11	559	17,68	73%
Sambaiba	R$	73.579,29	0,11	0	0,00	68%

São Luis Gonzaga Do Maranhao	R$	42.044,42	0,09	0	8,62	60%
Presidente Juscelino	R$	36.524,60	0,06	3.031	15,32	57%
Urbano Santos	R$	49.569,87	0,08	1.274	8,16	53%
Mínimo*	**R$**	**26.720,80**	**0,06**	**0**	**0,00**	**53%**
Média*	**R$**	**45.239,13**	**0,11**	**3.661**	**15,20**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$**	**13.296,73**	**0,03**	**5.391**	**7,75**	**16%**
Máximo*	**R$**	**74.104,94**	**0,16**	**22.253**	**31,47**	**100%**

Municípios Do Maranhão	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Altamira Do Maranhao	R$	25.855,78	0,17	1.032	56,97	100%
Alto Alegre Do Maranhao	R$	24.393,92	0,22	4.934	41,60	100%
Buriticupu	R$	23.290,20	0,21	14.178	50,30	100%
Lagoa Do Mato	R$	32.417,20	0,25	586	69,14	100%
Maranhaozinho	R$	27.844,40	0,24	5.620	58,32	100%
Paco Do Lumiar	R$	14.794,65	0,11	28.171	34,08	100%
Santana Do Maranhao	R$	31.814,44	0,24	4.331	68,32	100%
São Jose De Ribamar	R$	15.246,29	0,14	43.782	17,09	100%
São Luis	R$	44.387,37	0,11	157.450	12,23	100%
Turilandia	R$	29.459,29	0,21	5.615	62,51	98%
Santo Amaro Do Maranhao	R$	26.348,08	0,18	4.208	55,54	97%
Pedro Do Rosario	R$	29.933,44	0,20	4.778	61,73	95%
Anajatuba	R$	26.522,26	0,18	5.950	54,35	94%
Matoes	R$	27.514,06	0,22	2.360	54,86	94%
São Pedro Dos Crentes	R$	53.514,21	0,24	401	56,46	93%
Urbano Santos	R$	26.265,96	0,21	6.970	35,67	89%
Estreito	R$	23.317,54	0,19	12.905	29,66	89%
Formosa Da Serra Negra	R$	30.779,62	0,22	3.783	39,52	89%
Arame	R$	25.445,96	0,18	1.127	48,58	88%
Vargem Grande	R$	22.280,82	0,18	14.705	36,07	88%
São Luis Gonzaga Do Maranhao	R$	27.070,02	0,20	0	50,61	88%
Godofredo Viana	R$	30.176,48	0,22	3.298	23,08	87%
Campestre Do Maranhao	R$	30.616,32	0,21	1.848	56,21	86%
Lajeado Novo	R$	43.824,52	0,22	1.206	41,12	85%
Peritoro	R$	29.664,89	0,21	3.090	43,20	85%
Esperantinopolis	R$	41.950,65	0,21	0	37,64	83%
Satubinha	R$	25.418,08	0,17	3.657	45,26	82%
Vila Nova Dos Martirios	R$	29.630,17	0,20	4.553	37,40	82%
Peri Mirim	R$	31.444,05	0,20	732	55,14	82%
Santa Luzia Do Parua	R$	36.267,56	0,20	2.586	44,33	81%
Olinda Nova Do Maranhao	R$	30.928,58	0,16	3.053	54,18	81%
Coroata	R$	35.509,89	0,20	6.049	34,23	81%
Santa Rita	R$	23.618,29	0,16	10.141	41,51	81%
São Bernardo	R$	28.833,86	0,20	3.756	29,25	81%

Fernando Falcao	R$	42.696,96	0,18	1.289	55,46	80%
Codo	R$	29.599,01	0,20	6.892	31,03	80%
Chapadinha	R$	27.265,83	0,18	12.028	40,56	80%
Raposa	R$	26.909,52	0,19	9.239	36,34	80%
Icatu	R$	31.022,70	0,20	3.656	40,42	80%
Nova Olinda Do Maranhao	R$	33.028,64	0,20	3.474	51,50	80%
Brejo	R$	24.947,46	0,18	5.846	40,50	79%
Bela Vista Do Maranhao	R$	31.322,71	0,20	1.689	31,75	79%
Bacabeira	R$	34.405,43	0,20	4.409	48,14	79%
Nina Rodrigues	R$	26.935,89	0,17	4.175	45,94	79%
Itapecuru Mirim	R$	24.229,60	0,17	9.156	41,27	79%
Matinha	R$	31.697,98	0,18	2.654	53,57	79%
Santa Helena	R$	26.161,26	0,17	8.250	43,99	78%
Fortaleza Dos Nogueiras	R$	34.250,68	0,20	345	40,06	77%
Timon	R$	32.583,80	0,17	25.768	21,31	77%
Barra Do Corda	R$	28.851,72	0,18	9.713	23,89	77%
Presidente Juscelino	R$	32.883,24	0,19	3.003	40,47	77%
Central Do Maranhao	R$	37.257,22	0,19	1.472	41,34	77%
Amapa Do Maranhao	R$	46.358,84	0,19	1.000	43,76	76%
Lago Do Junco	R$	37.068,35	0,19	896	38,21	76%
Parnarama	R$	33.313,31	0,19	3.334	49,49	76%
Santa Filomena Do Maranhao	R$	37.507,60	0,19	0	52,38	76%
Bernardo Do Mearim	R$	43.626,52	0,19	757	37,31	76%
Sucupira Do Riachao	R$	53.985,48	0,19	326	26,30	75%
Sitio Novo	R$	33.442,39	0,19	1.888	46,62	75%
Davinopolis	R$	34.157,26	0,19	304	40,13	75%
Miranda Do Norte	R$	28.064,04	0,14	8.304	44,84	75%
Mirador	R$	26.725,89	0,18	931	27,69	75%
Governador Archer	R$	33.965,43	0,19	1.105	49,97	75%
São Joao Do Paraiso	R$	40.755,80	0,19	449	42,48	74%
Acailandia	R$	37.309,31	0,17	15.727	24,89	74%
Morros	R$	30.577,38	0,15	3.189	48,93	74%
Balsas	R$	35.785,10	0,17	23.365	28,67	74%
Tufilandia	R$	48.747,66	0,19	865	39,72	73%
Loreto	R$	36.041,55	0,18	1.366	37,34	73%
Viana	R$	25.025,94	0,16	4.628	39,17	73%
Porto Franco	R$	46.672,58	0,18	4.690	39,19	73%
Barao De Grajau	R$	25.864,66	0,17	2.492	36,46	73%
Candido Mendes	R$	29.538,74	0,18	2.282	39,76	72%
Bom Lugar	R$	32.981,48	0,18	3.284	43,97	72%
Pedreiras	R$	30.738,34	0,18	0	19,40	72%
Pio Xii	R$	38.194,10	0,18	0	29,41	72%
Porto Rico Do Maranhao	R$	44.030,74	0,17	0	48,79	71%
Bacabal	R$	31.615,36	0,17	8.025	20,04	70%

Passagem Franca	R$	31.139,60	0,15	2.745	47,12	70%
Lima Campos	R$	40.711,67	0,18	674	41,33	70%
Jatoba	R$	35.511,75	0,18	329	39,76	70%
Alcantara	R$	27.545,86	0,17	560	37,30	69%
Trizidela Do Vale	R$	31.813,67	0,17	2.551	23,36	69%
Palmeirandia	R$	35.672,19	0,17	1.500	40,36	69%
Santa Ines	R$	29.565,60	0,16	9.444	15,07	68%
Igarape Grande	R$	38.787,90	0,17	1.695	28,75	68%
Aldeias Altas	R$	32.677,91	0,16	5.125	45,59	68%
Lago Da Pedra	R$	28.275,02	0,16	8.329	35,64	67%
Bacurituba	R$	49.304,45	0,17	622	40,80	66%
Cajapio	R$	35.127,11	0,17	971	31,62	65%
Sambaiba	R$	54.917,97	0,16	226	44,99	65%
Duque Bacelar	R$	39.336,84	0,15	1.236	44,56	65%
São Francisco Do Brejao	R$	31.222,95	0,16	3.089	35,50	65%
Vitorino Freire	R$	35.224,57	0,16	1.331	32,85	63%
Carolina	R$	32.572,01	0,16	0	24,55	62%
Imperatriz	R$	34.859,43	0,14	16.939	10,23	61%
Itinga Do Maranhao	R$	34.627,54	0,15	1.735	32,15	60%
São Joao Dos Patos	R$	28.620,82	0,14	1.746	29,26	56%
Mínimo*	**R$**	**14.794,65**	**0,11**	**0**	**10,23**	**56%**
Média*	**R$**	**32.775,89**	**0,18**	**6.428**	**40,20**	**79%**
Desvio Padrão*	**R$**	**7.496,40**	**0,03**	**16.795**	**11,80**	**11%**
Máximo*	**R$**	**54.917,97**	**0,25**	**157.450**	**69,14**	**100%**

Municípios Da Paraíba	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Cabedelo	R$	46.918,04	0,16	13.780	15,68	100%
Curral Velho	R$	163.777,40	0,08	0	62,75	100%
Fagundes	R$	47.756,87	0,14	0	43,89	100%
Montadas	R$	86.483,35	0,18	133	33,06	100%
Passagem	R$	167.875,15	0,16	653	46,44	100%
Patos	R$	34.688,64	0,12	10.196	7,53	100%
Riacho Dos Cavalos	R$	56.179,31	0,10	0	52,10	100%
Santana Dos Garrotes	R$	57.201,57	0,15	0	52,52	100%
São Bento	R$	29.848,50	0,13	4.646	24,16	100%
São Sebastiao De Lagoa De Roca	R$	44.651,97	0,17	1.232	31,61	100%
São Jose De Espinharas	R$	90.203,11	0,17	0	42,41	99%
Triunfo	R$	50.898,03	0,13	159	45,22	97%
Santana De Mangueira	R$	60.126,19	0,16	0	37,78	97%
Piloes	R$	43.530,78	0,12	0	37,23	95%
Santa Cruz	R$	70.459,12	0,17	0	25,06	95%
Cachoeira Dos Indios	R$	52.357,77	0,14	555	44,80	94%
Catingueira	R$	71.391,00	0,15	0	46,53	94%
Lastro	R$	102.811,85	0,17	0	22,06	93%

Cuite	R$	50.485,08	0,16	0	28,75	92%
Salgadinho	R$	116.456,52	0,15	113	38,40	90%
São Joao Do Rio Do Peixe	R$	45.689,94	0,15	225	29,44	90%
Brejo Dos Santos	R$	57.759,74	0,15	0	19,02	89%
Esperanca	R$	33.285,33	0,12	572	3,74	89%
Sousa	R$	36.363,35	0,13	0	14,59	88%
Alhandra	R$	47.631,09	0,14	2.520	31,09	88%
Emas	R$	107.322,45	0,14	0	39,55	87%
Malta	R$	63.759,30	0,15	0	32,73	87%
São Jose De Piranhas	R$	39.281,05	0,13	251	18,64	86%
Uirauna	R$	61.025,90	0,15	0	17,80	86%
Guarabira	R$	33.333,10	0,12	2.932	8,41	86%
Itaporanga	R$	39.340,90	0,13	1.309	23,80	85%
Piloezinhos	R$	70.204,51	0,14	39	40,63	85%
Mari	R$	37.262,11	0,13	0	18,84	85%
São Mamede	R$	59.877,34	0,14	0	30,72	84%
Bom Jesus	R$	145.453,23	0,12	458	42,24	81%
Belem Do Brejo Do Cruz	R$	63.900,13	0,14	0	27,17	81%
Coremas	R$	40.503,97	0,12	0	26,05	81%
Borborema	R$	71.879,18	0,14	546	17,17	81%
Arara	R$	40.708,89	0,11	0	29,10	81%
Serra Redonda	R$	63.045,81	0,13	2	37,88	81%
Gurjao	R$	128.009,79	0,13	0	38,66	80%
Nova Olinda	R$	71.824,25	0,14	259	23,91	80%
Alagoa Nova	R$	43.298,87	0,08	2.959	28,24	80%
Catole Do Rocha	R$	40.076,69	0,12	894	17,85	80%
Desterro	R$	84.216,83	0,13	682	34,16	79%
Caapora	R$	80.900,86	0,13	3.434	26,48	79%
Brejo Do Cruz	R$	57.390,02	0,13	0	32,58	78%
Paulista	R$	40.040,92	0,12	262	21,66	78%
Nova Palmeira	R$	102.900,38	0,13	253	30,32	78%
Massaranduba	R$	57.413,53	0,12	0	38,15	78%
Bananeiras	R$	39.661,97	0,12	0	14,84	78%
Pedra Lavrada	R$	67.549,77	0,14	0	11,95	78%
São Sebastiao Do Umbuzeiro	R$	116.073,34	0,13	174	31,94	77%
Nazarezinho	R$	46.086,22	0,13	620	14,29	77%
Sape	R$	35.161,56	0,11	73	12,30	76%
Nova Floresta	R$	34.627,97	0,11	2.216	19,56	76%
São Jose Do Bonfim	R$	140.853,96	0,14	88	22,22	76%
Conde	R$	56.107,73	0,12	6.145	21,47	76%
Teixeira	R$	63.688,59	0,12	379	32,71	75%
Cacimba De Areia	R$	101.364,18	0,14	189	20,78	75%
Imaculada	R$	54.679,96	0,09	529	36,85	75%
São Jose De Caiana	R$	65.242,85	0,11	1.012	36,62	74%
Livramento	R$	70.948,90	0,13	448	13,01	74%

São Joao Do Cariri	R$	106.608,62	0,11	809	35,42	74%
Manaira	R$	53.981,42	0,12	0	27,65	74%
Bom Sucesso	R$	66.521,56	0,12	0	33,04	72%
Pocinhos	R$	45.842,94	0,11	378	27,62	72%
Santa Luzia	R$	38.495,40	0,11	972	21,05	72%
Mae D'agua	R$	84.652,38	0,12	0	28,78	71%
Bonito De Santa Fe	R$	61.604,63	0,12	187	25,99	71%
Prata	R$	72.231,26	0,13	114	19,88	71%
Sume	R$	53.707,08	0,12	0	19,16	71%
Serra Grande	R$	121.275,56	0,13	257	20,37	71%
Aguiar	R$	81.532,94	0,12	0	29,29	70%
Santa Helena	R$	61.330,17	0,12	0	24,97	70%
Pedra Branca	R$	91.478,73	0,11	126	31,95	70%
Jerico	R$	62.561,13	0,12	0	9,45	70%
Lagoa	R$	67.480,25	0,12	0	19,10	70%
Umbuzeiro	R$	73.691,04	0,12	0	8,58	69%
Remigio	R$	55.262,95	0,12	31	17,93	69%
Puxinana	R$	63.047,94	0,12	408	19,48	69%
Cajazeiras	R$	37.139,82	0,10	3.405	13,88	68%
Pombal	R$	42.403,67	0,11	1.544	20,29	68%
Alagoa Grande	R$	39.377,25	0,10	0	19,52	68%
Pianco	R$	56.306,47	0,12	0	20,17	67%
São Jose Dos Cordeiros	R$	81.513,31	0,11	0	32,32	67%
Boqueirao	R$	77.959,94	0,12	1.088	21,39	67%
Serraria	R$	98.253,87	0,12	0	17,02	66%
Cabaceiras	R$	86.430,47	0,12	0	21,64	65%
Barra De Santa Rosa	R$	57.689,37	0,11	0	20,03	61%
Camalau	R$	68.866,39	0,08	1.133	29,51	61%
São Jose Da Lagoa Tapada	R$	63.184,24	0,09	114	29,25	60%
Pedras De Fogo	R$	47.815,19	0,10	947	12,11	59%
Condado	R$	64.969,90	0,09	0	28,93	58%
Tavares	R$	52.949,10	0,07	0	26,86	55%
Carrapateira	R$	184.448,96	0,08	316	7,67	45%
Frei Martinho	R$	129.448,92	0,07	239	21,94	43%
Boa Ventura	R$	54.379,19	0,06	1.069	15,89	40%
Mínimo*	**R$**	**29.848,50**	**0,06**	**0**	**3,74**	**40%**
Média*	**R$**	**68.411,11**	**0,12**	**756**	**26,58**	**79%**
Desvio Padrão*	**R$**	**31.393,59**	**0,02**	**1.945**	**11,10**	**13%**
Máximo*	**R$**	**184.448,96**	**0,18**	**13.780**	**62,75**	**100%**

Municípios Da Paraiba	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Algodao De Jandaira	R$	96.204,93	0,24	157	20,30	100%
Dona Ines	R$	36.119,92	0,24	0	12,58	100%
Joao Pessoa	R$	42.684,51	0,12	125.581	2,80	100%

Matureia	R$	49.786,83	0,23	907	17,94	100%
Pedro Regis	R$	44.151,20	0,22	357	25,41	100%
Poco Dantas	R$	74.668,79	0,20	0	40,66	100%
Queimadas	R$	24.659,67	0,18	4.062	12,91	100%
Riachao	R$	69.788,46	0,21	473	36,84	100%
Salgado De São Felix	R$	30.974,62	0,15	0	40,83	100%
Santana De Mangueira	R$	51.504,24	0,17	0	44,25	100%
São Jose De Caiana	R$	46.427,35	0,22	273	29,26	100%
Gado Bravo	R$	39.427,61	0,16	0	40,64	100%
Olho D'agua	R$	41.208,88	0,18	0	35,39	99%
São Jose De Piranhas	R$	28.425,39	0,18	1.220	20,80	98%
Capim	R$	47.347,27	0,20	1.421	30,90	98%
Serra Branca	R$	31.772,84	0,15	1.301	35,83	96%
Damiao	R$	55.396,55	0,23	0	14,56	96%
Curral De Cima	R$	53.174,37	0,22	0	15,05	95%
Tavares	R$	34.293,73	0,21	519	14,62	94%
Mogeiro	R$	32.942,53	0,18	134	22,24	94%
Boa Ventura	R$	43.747,16	0,21	0	19,42	94%
Juru	R$	36.297,16	0,19	0	22,81	93%
Cacimbas	R$	49.239,32	0,21	418	17,90	92%
Riacho Dos Cavalos	R$	38.089,65	0,20	250	18,36	92%
Piloes	R$	46.385,98	0,21	0	21,63	92%
Aguiar	R$	48.045,57	0,21	0	22,80	92%
Coremas	R$	31.600,69	0,17	19	23,61	91%
Serra Grande	R$	74.487,60	0,20	120	32,52	91%
Vieiropolis	R$	48.999,59	0,19	373	28,51	91%
São Jose De Espinharas	R$	53.703,44	0,17	0	36,51	91%
Amparo	R$	106.080,68	0,21	202	12,99	91%
Triunfo	R$	34.043,80	0,18	167	22,56	91%
Jacarau	R$	38.344,92	0,19	349	22,16	91%
Alagoinha	R$	29.848,34	0,18	1.286	7,90	91%
Paulista	R$	31.848,53	0,17	522	21,05	90%
São Joao Do Rio Do Peixe	R$	28.761,73	0,16	13	19,93	90%
Cachoeira Dos Indios	R$	40.154,87	0,19	202	21,82	90%
Alagoa Nova	R$	30.919,57	0,19	1.106	7,42	90%
Puxinana	R$	29.700,43	0,18	942	10,01	89%
Casserengue	R$	41.453,07	0,21	490	12,30	89%
Nova Floresta	R$	30.581,99	0,18	0	14,46	89%
Soledade	R$	32.217,32	0,17	1.678	18,75	89%
Santa Teresinha	R$	55.325,87	0,21	0	11,87	88%
Pombal	R$	26.108,77	0,16	156	7,10	88%
Quixaba	R$	113.946,66	0,21	391	8,69	88%
São Jose Da Lagoa Tapada	R$	40.528,60	0,19	380	21,51	88%
Juazeirinho	R$	32.389,97	0,16	1.903	24,53	88%
Marizopolis	R$	45.161,50	0,20	555	21,32	88%

São Joao Do Tigre	R$	58.285,85	0,18	0	30,09	87%
Cacimba De Dentro	R$	33.658,89	0,19	1.107	11,86	87%
Areia	R$	30.414,92	0,17	0	15,90	87%
Conde	R$	39.636,19	0,20	4.987	14,74	87%
Manaira	R$	34.911,28	0,17	286	23,41	87%
Assuncao	R$	61.128,58	0,20	562	6,45	87%
Marcacao	R$	47.194,27	0,19	1.406	24,38	87%
Remigio	R$	29.220,40	0,17	2.667	8,82	86%
Cajazeirinhas	R$	76.842,10	0,19	185	21,95	85%
São Domingos De Pombal	R$	81.042,03	0,20	357	9,22	85%
Solanea	R$	28.595,96	0,17	0	7,73	85%
Carrapateira	R$	84.159,65	0,17	565	33,65	85%
Caapora	R$	58.494,88	0,20	1.921	14,93	84%
Pedras De Fogo	R$	44.051,65	0,19	1.171	19,77	84%
Pilar	R$	32.481,45	0,18	917	12,20	84%
Itapororoca	R$	29.794,81	0,17	2.364	10,70	84%
Santarem	R$	82.716,33	0,20	47	10,76	84%
Bayeux	R$	24.912,31	0,14	7.151	4,78	84%
Emas	R$	66.625,21	0,19	256	19,84	84%
Cajazeiras	R$	26.033,17	0,15	5.241	7,81	84%
Curral Velho	R$	88.442,51	0,20	0	16,08	83%
Areia De Baraunas	R$	110.000,47	0,18	0	30,55	83%
Taperoa	R$	29.030,85	0,16	679	12,35	83%
Patos	R$	25.548,53	0,14	8.913	5,07	83%
Cruz Do Espirito Santo	R$	32.554,44	0,15	2.176	25,07	83%
Desterro	R$	45.529,88	0,20	290	7,19	83%
Itatuba	R$	32.087,78	0,18	827	12,01	83%
Araruna	R$	35.080,50	0,19	2.274	11,40	83%
Duas Estradas	R$	67.507,52	0,19	0	14,12	83%
Poco De Jose De Moura	R$	63.661,55	0,19	449	17,08	83%
São Jose Dos Ramos	R$	47.464,49	0,18	608	20,46	82%
Teixeira	R$	36.339,83	0,18	1.050	15,95	82%
Jerico	R$	37.435,45	0,15	122	27,49	82%
Pocinhos	R$	30.465,68	0,17	2.152	11,53	82%
Nova Olinda	R$	50.149,55	0,19	0	9,90	81%
Bom Jesus	R$	92.123,63	0,18	207	21,93	81%
Catingueira	R$	55.132,74	0,18	64	24,37	81%
Natuba	R$	33.475,23	0,16	4	17,25	80%
Junco Do Serido	R$	41.636,95	0,19	675	14,03	80%
Alhandra	R$	45.023,24	0,17	2.093	24,01	80%
Aroeiras	R$	34.376,86	0,17	0	17,01	80%
Belem	R$	31.189,83	0,17	488	4,13	80%
Sertaozinho	R$	54.759,11	0,19	951	3,71	80%
Parari	R$	152.176,25	0,14	0	34,47	80%
Guarabira	R$	29.283,73	0,16	4.307	3,58	80%

São Jose Do Brejo Do Cruz	R$	119.191,60	0,19	152	13,18	80%
Frei Martinho	R$	81.170,28	0,19	10	11,35	80%
Lastro	R$	85.854,17	0,13	0	35,18	80%
Picui	R$	37.514,33	0,18	326	15,52	79%
Bananeiras	R$	35.378,81	0,17	0	16,91	79%
Sousa	R$	30.461,46	0,16	3.564	10,49	79%
Cacimba De Areia	R$	64.570,32	0,18	154	15,77	79%
Barra De Santa Rosa	R$	35.624,77	0,18	1.455	10,86	79%
Alagoa Grande	R$	28.708,68	0,16	0	8,94	79%
Massaranduba	R$	31.891,71	0,16	1.205	14,25	79%
Inga	R$	33.501,09	0,17	707	12,61	79%
Brejo Dos Santos	R$	40.120,27	0,17	250	19,70	79%
Aparecida	R$	34.912,88	0,15	1.033	20,59	79%
Sobrado	R$	41.438,54	0,16	488	21,75	78%
Livramento	R$	46.452,10	0,17	516	20,46	78%
Catole Do Rocha	R$	28.390,32	0,15	2.118	13,71	78%
Diamante	R$	43.462,98	0,17	0	20,80	78%
Cuitegi	R$	38.596,76	0,16	0	19,99	78%
Pedra Branca	R$	64.610,62	0,17	29	21,37	78%
Umbuzeiro	R$	39.428,95	0,18	106	13,79	77%
Arara	R$	30.914,31	0,16	1.327	7,52	77%
São Bento	R$	30.780,26	0,16	4.654	9,84	77%
Serraria	R$	43.631,33	0,16	0	21,87	77%
Piloezinhos	R$	51.138,54	0,16	0	25,71	77%
Sossego	R$	65.059,24	0,18	571	7,71	77%
Boqueirao	R$	35.624,92	0,18	1.021	6,08	77%
Conceicao	R$	32.061,89	0,15	432	14,66	76%
São Francisco	R$	67.183,23	0,18	0	14,95	76%
Serra Da Raiz	R$	64.296,98	0,17	0	19,66	76%
São Jose Do Bonfim	R$	67.457,76	0,18	787	13,87	76%
Uirauna	R$	33.135,55	0,15	903	16,60	76%
Cuite	R$	32.240,69	0,16	132	11,59	76%
Riachao Do Poco	R$	59.294,29	0,17	470	15,55	76%
São Miguel De Taipu	R$	41.642,53	0,17	610	13,53	76%
Camalau	R$	43.621,88	0,16	340	21,15	76%
Itaporanga	R$	23.979,79	0,13	2.069	10,71	75%
Mari	R$	31.557,31	0,15	513	12,13	75%
Lagoa	R$	47.920,45	0,17	0	21,03	75%
Salgadinho	R$	64.225,33	0,17	685	19,56	75%
Pedra Lavrada	R$	50.723,82	0,17	858	14,09	75%
Belem Do Brejo Do Cruz	R$	41.735,52	0,16	132	21,19	74%
Prata	R$	58.719,31	0,17	429	9,66	74%
Passagem	R$	100.131,31	0,17	254	2,37	74%
Santa Helena	R$	51.570,59	0,17	0	15,59	74%
Matinhas	R$	53.154,70	0,14	235	27,54	74%

Aracagi	R$	36.840,86	0,16	0	14,80	74%
Nazarezinho	R$	43.442,14	0,17	0	14,44	73%
Bernardino Batista	R$	81.921,19	0,17	516	16,96	73%
Fagundes	R$	38.202,43	0,16	0	16,17	73%
Nova Palmeira	R$	55.053,39	0,17	788	6,64	73%
Itabaiana	R$	29.743,19	0,15	0	8,31	73%
Alcantil	R$	50.441,18	0,17	281	6,75	72%
Riachao Do Bacamarte	R$	56.780,07	0,16	316	20,72	72%
São Sebastiao De Lagoa De Roca	R$	33.627,17	0,15	1.015	12,99	72%
Monte Horebe	R$	50.411,01	0,16	396	17,80	72%
Juarez Tavora	R$	38.400,80	0,17	1.374	9,53	72%
Caicara	R$	42.802,32	0,17	0	10,98	72%
Santa Cruz	R$	38.894,39	0,14	353	21,06	72%
Agua Branca	R$	38.495,07	0,16	1.072	14,56	72%
Congo	R$	50.096,09	0,14	0	26,10	72%
Serra Redonda	R$	34.849,00	0,16	0	8,01	71%
Santa Luzia	R$	35.142,08	0,16	707	11,21	71%
Condado	R$	45.779,58	0,17	89	9,92	71%
Esperanca	R$	32.085,03	0,15	2.929	7,23	70%
Malta	R$	43.737,79	0,17	0	4,52	70%
Bonito De Santa Fe	R$	35.726,14	0,16	1.574	8,71	70%
São Jose Dos Cordeiros	R$	51.464,08	0,16	0	11,13	70%
Caturite	R$	52.726,39	0,16	360	8,03	69%
Cabedelo	R$	50.230,40	0,15	15.112	3,27	69%
Olivedos	R$	63.632,17	0,16	433	11,33	69%
São Jose De Princesa	R$	50.964,59	0,15	0	19,71	69%
Barra De Santana	R$	39.685,33	0,16	0	10,13	69%
Barauna	R$	54.857,92	0,16	1.051	3,96	68%
Bom Sucesso	R$	47.373,65	0,13	0	24,75	68%
Areial	R$	41.370,96	0,16	431	5,71	68%
São Joao Do Cariri	R$	52.877,03	0,16	0	11,26	68%
São Mamede	R$	43.949,27	0,15	0	17,20	68%
Cubati	R$	46.082,54	0,16	478	12,73	68%
Sume	R$	39.336,46	0,16	1.025	8,45	68%
Pianco	R$	42.232,29	0,15	593	17,29	67%
Lagoa De Dentro	R$	42.755,57	0,15	284	12,35	66%
Brejo Do Cruz	R$	32.755,88	0,13	1.255	15,32	66%
Caraubas	R$	54.831,96	0,15	309	19,42	66%
Logradouro	R$	57.197,39	0,15	553	7,95	66%
Varzea	R$	83.431,05	0,15	453	4,28	65%
Campina Grande	R$	37.587,49	0,12	31.410	3,97	64%
Santo Andre	R$	77.986,86	0,15	0	4,13	64%
Pirpirituba	R$	31.536,06	0,14	128	8,13	64%
Zabele	R$	89.978,89	0,14	222	19,58	63%

Rio Tinto	R$	33.607,38	0,14	665	5,81	62%
São Jose Do Sabugi	R$	62.181,48	0,14	107	19,47	62%
Montadas	R$	51.976,05	0,14	1.021	8,94	60%
Cabaceiras	R$	50.728,75	0,14	745	8,78	60%
Gurjao	R$	73.754,95	0,14	370	6,57	60%
Vista Serrana	R$	62.009,53	0,13	391	21,01	60%
São Sebastiao Do Umbuzeiro	R$	67.622,90	0,13	341	17,33	58%
Borborema	R$	48.484,56	0,13	381	13,64	58%
Mínimo*	**R$**	**23.979,79**	**0,12**	**0**	**2,37**	**58%**
Média*	**R$**	**48.370,59**	**0,17**	**1.608**	**16,29**	**80%**
Desvio Padrão*	**R$**	**20.086,28**	**0,02**	**9.445**	**8,42**	**10%**
Máximo*	**R$**	**152.176,25**	**0,24**	**125.581**	**44,25**	**100%**

Municípios De Pernambuco	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Bezerros	R$	30.988,99	0,12	5.237	12,77	100%
Camaragibe	R$	32.823,43	0,11	26.775	6,83	100%
Jaboatao Dos Guararapes	R$	42.964,87	0,11	105.921	3,30	100%
Orobo	R$	39.865,37	0,09	1.179	51,86	100%
Oroco	R$	47.568,74	0,15	94	22,58	100%
Tacaimbo	R$	43.029,99	0,14	1.254	48,06	100%
Trindade	R$	44.804,46	0,15	3.131	8,14	100%
Vicencia	R$	76.339,90	0,15	802	21,38	100%
Agrestina	R$	37.617,16	0,13	2.043	24,58	100%
Moreilandia	R$	52.320,08	0,14	0	24,30	98%
Riacho Das Almas	R$	48.089,81	0,14	234	28,38	97%
Sirinhaem	R$	50.919,52	0,14	0	19,31	97%
Passira	R$	43.318,21	0,13	0	40,62	95%
Buenos Aires	R$	65.433,88	0,14	0	34,75	95%
Custodia	R$	40.601,48	0,13	1.120	20,57	94%
Gloria Do Goita	R$	39.203,26	0,10	746	39,32	92%
Ibirajuba	R$	70.032,07	0,13	0	39,29	91%
Vitoria De Santo Antao	R$	31.604,13	0,10	14.292	12,72	91%
Limoeiro	R$	38.940,70	0,12	1.680	8,58	90%
Salgueiro	R$	42.493,56	0,13	4.020	15,35	89%
Canhotinho	R$	46.870,62	0,13	344	19,54	89%
Salgadinho	R$	49.636,64	0,13	1.216	19,96	89%
Cachoeirinha	R$	38.436,64	0,12	1.190	15,45	88%
Cabo De Santo Agostinho	R$	96.420,99	0,12	26.486	13,36	88%
Pombos	R$	65.192,27	0,13	2.101	6,10	87%
Pedra	R$	41.516,67	0,12	630	25,42	85%
Afranio	R$	45.668,02	0,12	1.709	18,18	84%
Bom Jardim	R$	37.269,06	0,11	215	19,00	83%
Timbauba	R$	45.751,37	0,12	0	10,17	82%
Cumaru	R$	43.735,03	0,09	9.485	37,62	82%

Belem De Maria	R$	70.760,44	0,12	0	30,31	81%
Santa Maria Do Cambuca	R$	49.406,37	0,10	324	39,67	81%
Machados	R$	45.469,63	0,12	1.224	22,04	80%
Sanharo	R$	58.702,00	0,11	718	24,06	77%
Amaraji	R$	54.155,58	0,11	1.015	8,21	77%
Rio Formoso	R$	100.006,91	0,11	474	20,10	76%
Macaparana	R$	61.307,54	0,11	1.640	20,07	75%
Bonito	R$	48.950,79	0,11	3.298	9,66	71%
Serra Talhada	R$	42.164,88	0,10	0	26,04	71%
Belo Jardim	R$	45.897,26	0,10	8.040	13,99	70%
São Vicente Ferrer	R$	45.220,72	0,10	1.832	31,53	70%
Parnamirim	R$	46.858,85	0,10	1.138	22,39	69%
Saire	R$	51.889,43	0,09	2.536	13,39	62%
Brejao	R$	61.743,62	0,08	209	17,64	53%
Terezinha	R$	63.503,90	0,07	0	10,03	45%
Mínimo*	**R$**	**30.988,99**	**0,07**	**0**	**3,30**	**45%**
Média*	**R$**	**50.566,55**	**0,12**	**5.208**	**21,70**	**85%**
Desvio Padrão*	**R$**	**14.761,40**	**0,02**	**16.432**	**11,53**	**13%**
Máximo*	**R$**	**100.006,91**	**0,15**	**105.921**	**51,86**	**100%**

Municípios De Pernambuco	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Carnaubeiras Da Penha	R$	35.825,06	0,24	1.378	22,57	100%
Jaboatao Dos Guararapes	R$	21.694,47	0,09	66.085	12,77	100%
Manari	R$	29.344,46	0,19	5.055	44,35	100%
Petrolina	R$	29.011,86	0,12	75.424	7,55	100%
Recife	R$	52.837,08	0,11	114.799	3,88	100%
Santa Cruz Do Capibaribe	R$	19.804,70	0,13	28.534	11,11	100%
Toritama	R$	19.752,61	0,14	13.754	1,82	100%
Serra Talhada	R$	24.278,39	0,16	8.320	14,10	98%
Caruaru	R$	27.553,57	0,12	61.925	5,96	96%
Tacaratu	R$	25.300,42	0,16	4.972	14,22	94%
Carpina	R$	19.331,98	0,12	11.047	8,57	93%
Gloria Do Goita	R$	26.533,81	0,17	1.465	9,65	92%
Santa Cruz	R$	39.436,93	0,21	2.330	27,19	92%
São Caitano	R$	27.955,98	0,17	899	8,29	91%
Santa Filomena	R$	40.859,35	0,22	1.256	17,31	90%
Ouricuri	R$	25.465,40	0,15	7.625	22,23	89%
São Bento Do Una	R$	26.010,33	0,16	7.882	8,23	88%
Taquaritinga Do Norte	R$	27.192,46	0,16	5.146	15,17	87%
Aguas Belas	R$	28.490,60	0,17	3.594	17,92	87%
Bom Conselho	R$	27.698,15	0,16	2.881	16,63	87%
Quipapa	R$	32.695,81	0,19	2.041	17,84	86%
Gameleira	R$	30.444,38	0,18	3.909	14,72	86%
Barra De Guabiraba	R$	36.874,81	0,21	1.837	16,38	85%

Caetes	R$	32.114,08	0,19	2.440	8,28	85%
Iati	R$	43.460,17	0,19	669	24,07	85%
Afranio	R$	39.052,26	0,20	2.572	19,24	84%
Abreu E Lima	R$	20.814,70	0,12	5.390	7,67	84%
Salgueiro	R$	24.552,00	0,14	4.627	16,87	84%
Brejo Da Madre De Deus	R$	28.166,09	0,16	7.071	12,52	83%
São Lourenco Da Mata	R$	22.206,95	0,12	12.493	12,03	83%
Tupanatinga	R$	31.855,44	0,18	3.624	22,53	82%
Machados	R$	29.112,28	0,16	2.739	24,93	82%
Tamandare	R$	40.917,30	0,19	3.144	20,83	82%
Surubim	R$	25.471,56	0,14	8.184	14,42	82%
Saire	R$	45.240,84	0,20	0	19,48	82%
Rio Formoso	R$	45.647,99	0,19	1.387	20,16	81%
Itambe	R$	30.630,79	0,17	416	21,35	81%
Maraial	R$	48.798,39	0,19	0	21,73	81%
Dormentes	R$	39.060,96	0,19	2.506	21,37	80%
Granito	R$	50.657,97	0,19	745	21,24	80%
Buique	R$	28.362,12	0,15	7.936	23,43	80%
Ibimirim	R$	31.037,62	0,16	1.929	33,44	80%
Cumaru	R$	40.666,66	0,19	0	13,12	80%
Terezinha	R$	48.523,48	0,19	437	11,85	80%
Joao Alfredo	R$	27.644,00	0,15	3.720	13,66	80%
Bom Jardim	R$	30.057,63	0,16	813	20,28	79%
São Jose Do Belmonte	R$	31.789,10	0,17	965	13,49	79%
Garanhuns	R$	24.827,27	0,13	11.659	4,39	78%
Igarassu	R$	26.307,26	0,13	19.744	7,59	78%
Bodoco	R$	33.252,11	0,17	3.427	20,41	78%
Lagoa De Itaenga	R$	42.918,99	0,19	487	14,16	78%
Sirinhaem	R$	30.937,50	0,16	7.250	16,64	78%
Xexeu	R$	41.973,75	0,19	496	13,82	77%
Ipojuca	R$	92.338,80	0,16	21.356	10,92	77%
Serrita	R$	40.724,91	0,19	349	15,42	76%
Quixaba	R$	43.733,22	0,18	0	17,49	76%
Itaiba	R$	34.343,73	0,16	0	26,08	76%
Frei Miguelinho	R$	31.695,02	0,16	1.315	17,15	76%
Cha De Alegria	R$	38.747,88	0,16	1.302	28,59	76%
Agua Preta	R$	32.349,24	0,17	4.854	12,40	76%
Brejao	R$	47.679,44	0,18	0	14,30	76%
Calumbi	R$	53.554,00	0,16	0	26,64	76%
Aracoiaba	R$	32.017,43	0,16	3.048	15,92	75%
Altinho	R$	30.098,92	0,15	222	9,57	75%
Solidao	R$	56.498,56	0,18	212	14,94	75%
Escada	R$	30.310,49	0,15	6.176	12,67	75%
Vertente Do Lerio	R$	48.427,16	0,18	0	8,85	75%
Passira	R$	30.325,48	0,15	0	14,51	75%

Ferreiros	R$	37.351,05	0,17	703	20,33	74%
Santa Maria Do Cambuca	R$	33.697,86	0,17	1.282	14,87	74%
São Benedito Do Sul	R$	35.469,26	0,17	3.354	16,79	74%
Amaraji	R$	37.379,04	0,16	1.426	26,09	74%
Timbauba	R$	26.545,55	0,13	0	24,11	74%
Vitoria De Santo Antao	R$	24.708,35	0,12	12.365	6,09	73%
Sanharo	R$	28.942,34	0,14	6.440	12,47	73%
Jucati	R$	38.572,47	0,18	909	11,02	73%
Paranatama	R$	39.801,08	0,18	653	14,53	73%
São Joaquim Do Monte	R$	34.841,73	0,17	646	9,57	73%
Cabrobo	R$	31.839,01	0,16	4.132	11,13	73%
Cortes	R$	54.176,14	0,17	0	20,96	73%
Ribeirao	R$	29.449,65	0,15	2.990	8,93	73%
Limoeiro	R$	25.092,77	0,12	0	11,08	73%
Pedra	R$	30.579,89	0,15	700	17,71	72%
Panelas	R$	41.309,81	0,17	0	19,68	72%
Belem De Maria	R$	47.022,47	0,17	727	9,33	72%
Bezerros	R$	30.439,59	0,15	1.297	9,33	72%
Brejinho	R$	44.637,98	0,17	29	11,85	71%
Cha Grande	R$	45.404,05	0,17	1.730	14,72	71%
São Joao	R$	37.759,26	0,17	1.568	11,79	71%
Betania	R$	40.674,07	0,15	698	25,42	71%
Cabo De Santo Agostinho	R$	50.651,24	0,14	29.027	6,98	71%
Catende	R$	29.972,65	0,14	6.563	7,15	70%
Paulista	R$	24.343,40	0,08	38.229	5,09	70%
Orobo	R$	37.679,84	0,17	1.434	10,22	70%
Gravata	R$	30.108,52	0,14	9.185	9,30	69%
Camocim De São Felix	R$	30.480,46	0,14	1.989	13,97	69%
Belo Jardim	R$	32.469,67	0,15	3.734	12,70	69%
Moreilandia	R$	46.811,13	0,16	16	18,42	69%
Buenos Aires	R$	31.625,30	0,15	530	17,70	69%
Agrestina	R$	33.638,32	0,16	2.643	9,01	69%
Santa Cruz Da Baixa Verde	R$	33.228,11	0,14	875	27,49	68%
Moreno	R$	31.239,04	0,14	7.491	10,70	68%
Lagoa Do Ouro	R$	51.090,10	0,15	1.155	22,54	68%
Camutanga	R$	65.805,82	0,14	312	26,01	68%
Pombos	R$	40.126,08	0,15	695	20,76	68%
Pesqueira	R$	28.003,45	0,13	4.846	14,39	68%
Mirandiba	R$	32.499,29	0,15	1.186	23,23	68%
Condado	R$	28.108,57	0,13	2.485	22,29	68%
Lagoa Grande	R$	37.202,94	0,16	3.623	16,43	67%
Macaparana	R$	34.272,31	0,16	1.431	16,44	67%
Canhotinho	R$	32.528,06	0,15	0	19,34	67%
Lajedo	R$	30.170,04	0,14	4.419	9,34	67%
Verdejante	R$	42.498,84	0,15	296	22,26	67%

Vicencia	R$	33.623,89	0,15	1.912	17,53	66%
São Jose Do Egito	R$	28.238,46	0,13	1.815	10,17	66%
Belem De São Francisco	R$	42.869,25	0,16	45	13,44	66%
Lagoa Dos Gatos	R$	38.905,48	0,16	0	13,16	66%
Afogados Da Ingazeira	R$	31.021,21	0,14	2.166	8,67	66%
Tabira	R$	29.024,60	0,13	2.362	7,38	66%
Custodia	R$	30.477,27	0,14	3.886	11,55	65%
Bonito	R$	33.192,56	0,15	164	11,90	65%
Vertentes	R$	29.688,20	0,13	3.265	16,57	65%
São Jose Da Coroa Grande	R$	34.363,40	0,13	4.209	24,00	65%
Nazare Da Mata	R$	31.650,45	0,14	1.542	8,21	65%
Alagoinha	R$	32.148,74	0,14	1.224	6,71	65%
Cedro	R$	39.354,85	0,16	1.227	14,01	65%
Calcado	R$	36.210,43	0,16	0	11,70	64%
Jurema	R$	39.263,48	0,16	800	11,04	64%
Iguaraci	R$	36.042,66	0,16	293	11,94	64%
Ipubi	R$	33.918,86	0,13	5.078	21,41	64%
Carnaiba	R$	35.352,58	0,15	878	14,94	63%
Ibirajuba	R$	46.790,58	0,15	96	8,97	63%
Palmares	R$	36.401,04	0,15	3.388	9,76	63%
Casinhas	R$	41.380,64	0,15	421	14,74	63%
Arcoverde	R$	26.227,04	0,11	7.193	7,55	63%
Inaja	R$	30.036,75	0,12	6.486	24,79	62%
Primavera	R$	38.345,76	0,15	1.166	15,42	62%
Sertania	R$	30.376,03	0,13	2.130	11,94	62%
Goiana	R$	33.856,57	0,14	4.467	10,97	62%
Cupira	R$	37.276,00	0,15	1.007	4,08	62%
Oroco	R$	39.515,90	0,14	2.355	19,24	62%
Flores	R$	33.609,78	0,14	257	19,54	62%
Salgadinho	R$	31.923,19	0,13	2.173	7,39	61%
Joaquim Nabuco	R$	47.780,74	0,15	0	11,19	60%
Itapetim	R$	36.269,84	0,14	0	14,86	60%
Riacho Das Almas	R$	37.958,70	0,14	1.321	13,81	60%
Capoeiras	R$	35.649,60	0,14	37	5,73	59%
Jatauba	R$	38.564,77	0,14	1.848	8,02	59%
Saloa	R$	39.540,63	0,14	303	6,84	59%
Correntes	R$	36.750,72	0,14	654	9,49	57%
Jupi	R$	38.730,27	0,14	1.174	7,07	56%
São Vicente Ferrer	R$	37.528,60	0,13	996	12,79	55%
Olinda	R$	24.264,53	0,09	9.877	6,43	54%
Santa Maria Da Boa Vista	R$	37.495,54	0,12	2.521	14,52	54%
Itapissuma	R$	52.850,88	0,13	3.653	4,96	53%
Lagoa Do Carro	R$	32.292,61	0,12	2.701	9,54	53%
Palmeirina	R$	52.233,05	0,12	0	13,89	53%
Triunfo	R$	39.699,24	0,12	0	16,38	53%

Venturosa	R$	34.996,89	0,12	2.590	9,29	51%
Ingazeira	R$	60.929,78	0,12	0	12,97	51%
Cachoeirinha	R$	28.970,85	0,10	1.777	12,17	50%
Floresta	R$	47.252,19	0,11	4.556	11,63	48%
Terra Nova	R$	33.087,14	0,11	1.679	15,64	48%
Jatoba	R$	38.337,87	0,12	815	10,72	48%
Itacuruba	R$	140.335,22	0,09	700	19,12	44%
Tuparetama	R$	50.153,33	0,11	705	1,86	44%
Petrolandia	R$	44.766,81	0,10	5.172	6,94	42%
Mínimo*	**R$**	**19.331,98**	**0,08**	**0**	**1,82**	**42%**
Média*	**R$**	**36.473,45**	**0,15**	**5.130**	**14,57**	**72%**
Desvio Padrão*	**R$**	**12.447,79**	**0,03**	**13.209**	**6,47**	**12%**
Máximo*	**R$**	**140.335,22**	**0,24**	**114.799**	**44,35**	**100%**

Municípios Do Piauí	GPT_99		IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Altos	R$	36.084,37	0,11	3.107	17,55	100%
Esperantina	R$	33.403,78	0,11	2.029	17,81	100%
Ipiranga Do Piaui	R$	41.921,39	0,13	903	32,45	100%
Itainopolis	R$	65.900,07	0,20	0	21,97	100%
Miguel Alves	R$	31.149,73	0,09	2.338	27,28	100%
Palmeira Do Piaui	R$	66.167,77	0,15	754	36,01	100%
São Goncalo Do Piaui	R$	82.973,61	0,11	218	41,15	100%
Uniao	R$	34.690,83	0,10	3.831	33,95	100%
São Juliao	R$	94.664,41	0,14	0	35,41	96%
Luis Correia	R$	47.932,29	0,11	2.539	33,33	96%
Curimata	R$	86.601,14	0,16	1.054	17,56	94%
Anisio De Abreu	R$	70.422,91	0,14	1.513	26,82	91%
Prata Do Piaui	R$	114.083,32	0,10	407	36,75	90%
Alagoinha Do Piaui	R$	56.565,24	0,14	0	27,09	90%
São Raimundo Nonato	R$	55.758,92	0,10	2.861	23,93	90%
Bom Jesus	R$	46.431,14	0,11	2.012	24,32	82%
São Joao Da Canabrava	R$	122.769,89	0,12	0	30,00	81%
Campo Maior	R$	42.458,45	0,10	0	18,83	77%
Padre Marcos	R$	87.921,21	0,10	1.177	26,40	75%
São Jose Do Peixe	R$	93.971,48	0,10	0	26,72	72%
São Pedro Do Piaui	R$	45.659,94	0,10	990	18,62	70%
Capitao De Campos	R$	47.103,00	0,10	0	10,36	69%
Beneditinos	R$	59.434,79	0,10	0	23,57	68%
Varzea Grande	R$	94.315,00	0,10	258	24,09	68%
Ribeiro Goncalves	R$	94.813,03	0,11	0	22,47	67%
Santo Antonio De Lisboa	R$	71.329,02	0,09	81	23,88	63%
Rio Grande Do Piaui	R$	94.974,59	0,10	992	16,65	63%
Campinas Do Piaui	R$	64.470,52	0,10	0	19,30	60%
Francinopolis	R$	82.922,96	0,10	79	17,94	59%

Monsenhor Hipolito	R$	53.575,09	0,10	488	12,25	59%
Simoes	R$	60.576,29	0,10	685	10,98	58%
Flores Do Piaui	R$	76.960,88	0,06	0	20,58	51%
Mínimo*	**R$**	**31.149,73**	**0,06**	**0**	**10,36**	**51%**
Média*	**R$**	**67.437,72**	**0,11**	**885**	**24,25**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$**	**24.350,49**	**0,03**	**1.088**	**7,76**	**16%**
Máximo*	**R$**	**122.769,89**	**0,20**	**3.831**	**41,15**	**100%**

Municípios Do Piauí	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Bela Vista Do Piaui	R$	50.419,11	0,28	0	39,22	100%
Boqueirao Do Piaui	R$	36.185,00	0,24	626	66,40	100%
Cabeceiras Do Piaui	R$	31.027,02	0,22	1.430	62,05	100%
Cajazeiras Do Piaui	R$	56.669,19	0,23	0	68,40	100%
Dom Inocencio	R$	29.312,73	0,27	336	25,94	100%
Nova Santa Rita	R$	47.807,77	0,23	1.483	67,43	100%
Piripiri	R$	22.755,63	0,18	1.943	28,83	100%
Teresina	R$	41.425,89	0,13	106.236	8,16	100%
Miguel Alves	R$	26.305,10	0,20	2.440	39,94	100%
Jatoba Do Piaui	R$	50.910,75	0,21	342	67,68	100%
Floresta Do Piaui	R$	70.242,38	0,24	66	64,07	99%
Murici Dos Portelas	R$	28.339,65	0,22	1.498	43,31	98%
Morro Do Chapeu Do Piaui	R$	42.602,12	0,25	493	50,79	98%
São Luis Do Piaui	R$	67.084,56	0,16	73	66,36	97%
Alto Longa	R$	28.710,91	0,22	0	41,05	95%
Campo Alegre Do Fidalgo	R$	49.860,46	0,26	1.022	31,99	95%
Juazeiro Do Piaui	R$	48.949,08	0,24	234	52,90	94%
Barras	R$	25.611,40	0,18	3.959	37,01	94%
Ribeira Do Piaui	R$	51.417,01	0,24	0	56,93	94%
Queimada Nova	R$	35.729,40	0,24	464	53,35	94%
Caldeirao Grande Do Piaui	R$	39.367,44	0,26	190	26,58	94%
Varzea Branca	R$	49.129,14	0,24	0	52,00	92%
Joaquim Pires	R$	30.293,46	0,16	741	55,68	92%
Betania Do Piaui	R$	43.082,77	0,23	601	52,88	92%
Caraubas Do Piaui	R$	39.301,54	0,23	716	45,56	90%
São Francisco De Assis Do Piaui	R$	38.237,10	0,24	0	27,60	90%
Santa Cruz Dos Milagres	R$	50.977,90	0,19	460	60,71	90%
Uniao	R$	25.643,59	0,18	2.853	30,44	89%
Boa Hora	R$	39.614,84	0,22	1.126	52,04	89%
Geminiano	R$	40.638,19	0,24	975	21,84	88%
Julio Borges	R$	47.582,48	0,20	114	59,28	88%
Massape Do Piaui	R$	38.992,97	0,22	1.409	55,82	88%
Caridade Do Piaui	R$	48.125,16	0,19	0	59,02	87%
São Miguel Do Fidalgo	R$	64.522,03	0,19	0	59,73	87%

Porto Alegre Do Piaui	R$	82.199,56	0,19	2	59,25	87%
Paqueta	R$	49.029,49	0,23	0	44,91	86%
Joca Marques	R$	45.468,49	0,20	751	57,92	86%
Oeiras	R$	26.816,90	0,19	2.485	27,45	86%
Santana Do Piaui	R$	40.609,33	0,22	322	42,00	86%
Cocal De Telha	R$	49.205,43	0,17	277	57,73	85%
Nossa Senhora De Nazare	R$	156.227,11	0,21	691	50,57	85%
Palmeirais	R$	30.563,73	0,19	1.591	45,79	84%
Capitao De Campos	R$	29.567,48	0,19	917	42,89	84%
Luis Correia	R$	28.028,44	0,19	4.153	25,93	84%
Tanque Do Piaui	R$	67.731,18	0,20	111	55,59	84%
Caxingo	R$	43.950,47	0,22	892	37,69	84%
São Jose Do Peixe	R$	51.840,52	0,17	0	56,23	83%
Buriti Dos Montes	R$	37.546,55	0,21	690	47,07	82%
Isaias Coelho	R$	36.668,43	0,22	563	22,97	82%
Lagoa Do Piaui	R$	53.786,10	0,20	375	52,73	81%
Sussuapara	R$	32.510,99	0,20	1.187	43,88	81%
Curral Novo Do Piaui	R$	43.243,63	0,18	919	54,30	81%
Lagoa De São Francisco	R$	40.495,81	0,22	627	30,65	81%
Madeiro	R$	35.412,61	0,20	1.045	46,84	81%
Campo Grande Do Piaui	R$	41.167,21	0,21	1.782	36,65	81%
Barra D'alcantara	R$	52.041,64	0,20	0	49,57	81%
São Raimundo Nonato	R$	25.730,98	0,16	5.719	21,64	80%
Lagoa Do Sitio	R$	44.897,38	0,16	712	53,70	80%
Pio Ix	R$	28.404,43	0,20	1.166	24,33	80%
Vila Nova Do Piaui	R$	67.333,38	0,21	75	41,05	80%
Parnaiba	R$	25.806,99	0,14	13.423	12,90	79%
São Joao Da Canabrava	R$	49.771,08	0,19	205	50,81	78%
Simoes	R$	31.661,97	0,20	1.196	29,70	78%
São Joao Do Arraial	R$	34.545,54	0,17	1.602	49,88	78%
São Jose Do Divino	R$	44.723,28	0,20	267	39,30	77%
Lagoa Do Barro Do Piaui	R$	55.276,95	0,20	0	41,01	77%
Patos Do Piaui	R$	40.416,99	0,20	557	38,04	77%
Sebastiao Leal	R$	56.508,95	0,19	281	45,15	76%
Paulistana	R$	31.475,54	0,20	2.044	20,10	76%
Francisco Macedo	R$	57.983,88	0,20	542	39,53	76%
Luzilandia	R$	29.197,64	0,17	679	39,16	76%
Fronteiras	R$	40.666,92	0,20	1.105	34,44	76%
São Jose Do Piaui	R$	34.262,46	0,20	0	34,31	75%
Anisio De Abreu	R$	29.786,81	0,17	1.355	38,78	75%
Passagem Franca Do Piaui	R$	41.939,18	0,19	351	48,28	75%
São Lourenco Do Piaui	R$	47.276,25	0,20	153	37,90	75%
Ipiranga Do Piaui	R$	26.931,43	0,16	899	28,71	75%
Piracuruca	R$	27.288,15	0,17	2.767	22,87	73%
Bom Principio Do Piaui	R$	45.888,29	0,19	853	39,66	73%

Conceicao Do Caninde	R$	47.630,94	0,20	280	25,42	73%
São Joao Do Piaui	R$	34.737,04	0,19	2.321	18,01	73%
Regeneracao	R$	27.289,13	0,16	85	26,53	72%
Elesbao Veloso	R$	29.838,22	0,18	0	30,61	72%
Olho D'agua Do Piaui	R$	62.910,91	0,18	343	45,92	72%
Lagoinha Do Piaui	R$	64.269,99	0,14	425	48,62	71%
Caracol	R$	30.090,23	0,17	928	34,87	71%
Francisco Ayres	R$	42.859,26	0,19	0	35,02	71%
Padre Marcos	R$	39.348,76	0,19	0	28,72	71%
Buriti Dos Lopes	R$	32.486,16	0,18	1.066	29,77	71%
Fartura Do Piaui	R$	43.829,69	0,18	994	40,68	71%
Santa Luz	R$	37.288,09	0,17	733	43,91	70%
Porto	R$	31.958,89	0,18	1.324	32,58	70%
Santo Inacio Do Piaui	R$	46.201,48	0,19	201	33,62	70%
São Joao Da Varjota	R$	45.287,05	0,19	276	25,32	70%
Lagoa Alegre	R$	35.415,78	0,18	1.159	35,83	70%
Vera Mendes	R$	68.280,89	0,15	79	47,63	70%
Jardim Do Mulato	R$	43.155,33	0,17	319	46,67	70%
Colonia Do Gurgueia	R$	38.956,45	0,18	1.024	27,09	69%
Monsenhor Gil	R$	34.419,55	0,18	24	34,75	69%
Francinopolis	R$	39.801,08	0,17	0	41,88	68%
Antonio Almeida	R$	66.244,94	0,14	392	45,93	67%
Prata Do Piaui	R$	59.042,52	0,15	0	46,15	67%
Campinas Do Piaui	R$	48.581,94	0,17	267	32,09	66%
Alagoinha Do Piaui	R$	33.981,15	0,16	473	36,35	66%
Novo Oriente Do Piaui	R$	35.996,12	0,17	0	25,87	65%
Ilha Grande	R$	30.451,30	0,16	1.024	29,19	65%
Assuncao Do Piaui	R$	37.100,59	0,16	570	41,91	64%
Landri Sales	R$	41.851,96	0,13	0	43,08	64%
Pajeu Do Piaui	R$	53.176,04	0,18	554	23,82	64%
Santo Antonio Dos Milagres	R$	74.953,45	0,18	183	22,05	64%
Jaicos	R$	27.351,88	0,14	1.543	22,77	63%
Marcolandia	R$	34.146,12	0,17	1.634	10,67	62%
Picos	R$	29.991,14	0,15	6.866	12,23	62%
Bocaina	R$	50.582,83	0,15	161	40,43	61%
Guadalupe	R$	62.074,27	0,16	2	34,66	61%
São Juliao	R$	46.269,24	0,16	597	31,40	61%
Valenca Do Piaui	R$	28.461,46	0,15	439	19,13	61%
Alegrete Do Piaui	R$	41.648,55	0,15	24	34,96	61%
Coronel Jose Dias	R$	49.416,75	0,16	126	28,94	60%
Itainopolis	R$	32.369,39	0,14	475	33,69	60%
Itaueira	R$	32.748,32	0,14	331	36,33	60%
Barreiras Do Piaui	R$	59.293,62	0,14	136	38,66	59%
Monsenhor Hipolito	R$	32.529,98	0,15	627	24,60	59%

Simplicio Mendes	R$	32.399,60	0,15	1.555	19,68	59%
Dirceu Arcoverde	R$	38.723,11	0,15	609	24,08	58%
Santa Cruz Do Piaui	R$	33.179,59	0,16	251	18,71	58%
Manoel Emidio	R$	46.115,79	0,13	62	39,14	58%
Eliseu Martins	R$	43.758,11	0,15	477	25,73	55%
Santo Antonio De Lisboa	R$	32.866,67	0,14	853	23,55	55%
Floriano	R$	30.280,11	0,14	3.099	15,36	55%
Agua Branca	R$	31.074,00	0,13	1.934	21,67	53%
Curimata	R$	32.668,06	0,12	2.085	32,72	53%
Bonfim Do Piaui	R$	45.829,49	0,14	903	20,67	52%
Barro Duro	R$	35.788,74	0,13	0	26,42	51%
Dom Expedito Lopes	R$	34.572,79	0,14	615	18,75	51%
Paes Landim	R$	46.316,00	0,13	194	18,02	46%
São Goncalo Do Piaui	R$	46.852,94	0,11	505	16,61	42%
Mínimo*	**R$**	**22.755,63**	**0,11**	**0**	**8,16**	**42%**
Média*	**R$**	**42.653,31**	**0,18**	**1.666**	**38,10**	**77%**
Desvio Padrão*	**R$**	**15.360,69**	**0,03**	**9.123**	**13,87**	**14%**
Máximo*	**R$**	**156.227,11**	**0,28**	**106.236**	**68,40**	**100%**

Municípios Do Rio Grande Do Norte	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Apodi	R$	31.693,39	0,15	2.999	23,28	100%
Extremoz	R$	29.656,26	0,15	4.631	12,49	100%
Marcelino Vieira	R$	38.815,90	0,16	0	21,71	100%
Mossoro	R$	61.544,84	0,13	21.574	11,25	100%
Riacho De Santana	R$	66.021,96	0,14	220	36,20	100%
Rodolfo Fernandes	R$	72.615,82	0,17	0	25,80	100%
São Bento Do Trairi	R$	101.295,19	0,11	5	37,89	100%
Severiano Melo	R$	33.495,65	0,15	182	33,28	100%
Tangara	R$	42.150,63	0,13	1.905	32,60	100%
Maxaranguape	R$	75.591,02	0,10	2.011	34,28	99%
São Vicente	R$	57.619,45	0,12	285	34,27	97%
Jucurutu	R$	38.402,19	0,15	2.635	24,22	96%
Santana Do Serido	R$	164.514,62	0,16	0	21,76	96%
Agua Nova	R$	115.283,64	0,10	369	36,01	96%
São Rafael	R$	66.856,91	0,16	358	15,41	96%
Ouro Branco	R$	48.858,90	0,15	122	28,84	96%
São Miguel	R$	39.788,86	0,14	1.949	28,70	95%
São Jose Do Serido	R$	87.423,40	0,15	553	21,54	93%
Caico	R$	35.008,68	0,11	6.362	13,07	91%
Macau	R$	69.933,14	0,15	0	1,77	91%
Cruzeta	R$	47.477,99	0,15	509	15,69	91%
Jose Da Penha	R$	56.186,65	0,14	377	27,52	89%

São Fernando	R$	67.941,80	0,15	0	17,22	89%
Passa E Fica	R$	55.292,43	0,11	1.806	29,73	89%
Pureza	R$	50.741,73	0,15	157	16,92	88%
Santa Cruz	R$	28.956,73	0,12	2.640	16,59	87%
Serra Caiada	R$	47.578,58	0,14	1.010	20,89	87%
Taipu	R$	48.174,39	0,14	1.081	19,58	86%
Barauna	R$	36.068,53	0,13	3.451	17,22	86%
Jardim De Piranhas	R$	40.625,07	0,07	2.037	27,24	86%
Santo Antonio	R$	33.673,68	0,13	890	20,39	84%
Areia Branca	R$	51.778,47	0,14	1.314	6,95	83%
Timbauba Dos Batistas	R$	147.525,01	0,12	254	29,63	83%
Tenente Ananias	R$	47.996,08	0,11	0	28,17	81%
Ares	R$	79.866,09	0,13	183	12,99	81%
Pedro Velho	R$	45.047,83	0,13	762	19,14	80%
Janduis	R$	77.745,89	0,13	0	15,49	80%
Angicos	R$	43.004,81	0,13	91	10,90	77%
Acari	R$	45.966,23	0,13	0	13,92	77%
Patu	R$	62.160,44	0,13	0	11,03	77%
Jardim De Angicos	R$	125.620,90	0,12	231	22,10	76%
Serra Negra Do Norte	R$	47.426,79	0,12	38	18,51	75%
São Joao Do Sabugi	R$	62.145,28	0,12	215	20,64	73%
Encanto	R$	73.360,63	0,12	78	9,38	72%
Itau	R$	64.610,96	0,11	370	19,79	69%
Lucrecia	R$	145.192,08	0,11	251	19,72	68%
Umarizal	R$	62.866,51	0,09	8	24,41	68%
Frutuoso Gomes	R$	88.349,34	0,10	0	17,63	64%
Messias Targino	R$	92.462,77	0,10	305	19,70	63%
Currais Novos	R$	44.063,73	0,10	564	6,19	63%
Guamare	R$	88.908,51	0,10	2.067	13,63	63%
Varzea	R$	81.115,19	0,10	0	15,03	58%
Ipueira	R$	166.937,28	0,08	201	0,51	49%
Mínimo*	**R$**	**28.956,73**	**0,07**	**0**	**0,51**	**49%**
Média*	**R$**	**66.668,66**	**0,13**	**1.265**	**20,36**	**85%**
Desvio Padrão*	**R$**	**33.623,48**	**0,02**	**3.125**	**8,74**	**13%**
Máximo*	**R$**	**166.937,28**	**0,17**	**21.574**	**37,89**	**100%**

Municípios Do Rio Grande Do Norte	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Barauna	R$	31.805,35	0,16	5.260	23,23	100%
Bento Fernandes	R$	59.086,42	0,21	689	16,37	100%
Marcelino Vieira	R$	38.312,12	0,18	0	19,57	100%
Natal	R$	46.006,47	0,10	93.070	2,33	100%
Nova Cruz	R$	28.460,97	0,16	1.656	15,59	100%
Parnamirim	R$	31.301,24	0,14	77.766	4,29	100%
São Pedro	R$	44.308,76	0,20	0	8,08	100%

Serra De São Bento	R$	37.840,34	0,17	0	30,16	100%
Venha-Ver	R$	73.000,23	0,22	399	51,54	100%
Taipu	R$	36.689,71	0,17	305	22,75	99%
Parana	R$	58.435,22	0,16	319	41,87	98%
Maxaranguape	R$	41.371,90	0,18	2.440	13,88	97%
Caraubas	R$	42.365,20	0,18	766	24,42	96%
Luis Gomes	R$	44.560,94	0,18	456	24,53	96%
Doutor Severiano	R$	46.915,35	0,19	0	20,12	96%
Bodo	R$	106.805,91	0,21	0	39,41	96%
São Miguel Do Gostoso	R$	49.553,48	0,19	1.090	24,94	95%
Serrinha	R$	49.536,68	0,19	0	17,45	95%
Triunfo Potiguar	R$	83.113,12	0,21	0	32,43	95%
Varzea	R$	47.789,07	0,19	231	8,54	94%
Canguaretama	R$	38.372,27	0,16	3.905	25,29	94%
Espirito Santo	R$	30.674,69	0,16	0	16,80	94%
Monte Alegre	R$	30.181,04	0,14	1.811	20,11	94%
Touros	R$	36.646,33	0,17	3.210	8,03	93%
Lagoa D'anta	R$	48.154,78	0,19	598	16,72	93%
Agua Nova	R$	74.942,64	0,21	302	37,91	93%
Augusto Severo	R$	41.415,18	0,17	265	22,19	92%
Cerro Cora	R$	42.548,94	0,17	77	18,23	92%
Santana Do Matos	R$	39.245,57	0,16	0	23,59	91%
Santo Antonio	R$	27.893,59	0,14	2.109	15,95	91%
Passa E Fica	R$	36.820,39	0,16	2.771	17,02	90%
Ruy Barbosa	R$	70.935,72	0,20	0	25,81	89%
Bom Jesus	R$	36.116,61	0,16	832	15,54	89%
Itaja	R$	44.677,53	0,17	683	18,11	88%
Extremoz	R$	35.190,17	0,13	4.997	23,16	88%
Santa Maria	R$	54.656,35	0,18	984	4,03	88%
Tangara	R$	35.190,05	0,15	2.057	14,88	87%
São Miguel	R$	39.985,79	0,16	2.033	21,67	87%
Ipanguacu	R$	39.517,33	0,15	1.640	23,07	86%
Brejinho	R$	38.877,51	0,16	1.741	14,85	86%
Montanhas	R$	36.703,25	0,15	0	18,40	85%
Campo Redondo	R$	33.272,96	0,15	1.065	10,92	84%
Encanto	R$	57.530,36	0,18	433	16,24	84%
Florania	R$	35.850,40	0,15	0	15,37	84%
Januario Cicco	R$	42.027,00	0,15	1.324	22,49	83%
Lagoa Nova	R$	37.516,23	0,14	1.925	21,92	83%
Goianinha	R$	46.718,92	0,16	4.820	10,34	83%
São Tome	R$	41.897,57	0,15	29	19,80	82%
São Paulo Do Potengi	R$	36.494,00	0,15	2.021	9,17	82%
São Goncalo Do Amarante	R$	34.655,92	0,14	16.585	8,35	81%
Ceara-Mirim	R$	33.051,45	0,14	5.717	9,43	81%
Patu	R$	38.013,32	0,10	793	24,36	81%

Messias Targino	R$	62.786,97	0,17	470	28,97	81%
Macaiba	R$	33.102,76	0,13	14.584	12,70	80%
Olho D'agua Do Borges	R$	63.640,46	0,11	0	36,67	80%
Coronel Joao Pessoa	R$	61.683,24	0,17	69	3,78	80%
Parazinho	R$	58.123,08	0,16	520	28,76	80%
Tenente Laurentino Cruz	R$	58.293,07	0,16	994	31,18	79%
Jardim De Piranhas	R$	36.994,08	0,14	1.512	12,74	79%
Mossoro	R$	40.085,60	0,12	45.974	8,96	79%
Pedro Velho	R$	36.236,92	0,14	596	15,05	79%
Piloes	R$	69.624,67	0,17	451	11,82	78%
Parelhas	R$	33.471,69	0,14	1.035	12,44	78%
São Rafael	R$	37.240,63	0,14	0	12,21	78%
Joao Dias	R$	105.430,16	0,17	5	24,79	78%
Acu	R$	31.158,78	0,13	5.323	15,86	78%
Apodi	R$	34.999,85	0,14	589	11,33	77%
Alexandria	R$	39.992,90	0,14	0	18,07	77%
Ipueira	R$	93.196,35	0,17	175	31,76	76%
Lajes	R$	37.229,10	0,14	982	14,72	76%
São Vicente	R$	49.647,33	0,15	395	20,07	76%
Antonio Martins	R$	59.768,94	0,14	150	32,49	75%
Monte Das Gameleiras	R$	104.651,11	0,17	0	34,18	75%
Caicara Do Rio Do Vento	R$	67.855,17	0,16	441	16,27	73%
Umarizal	R$	41.594,66	0,14	0	17,16	73%
Serra Caiada	R$	46.946,67	0,12	1.763	25,54	73%
Baia Formosa	R$	53.833,22	0,15	752	3,34	72%
Major Sales	R$	64.128,76	0,16	588	11,94	72%
Vera Cruz	R$	34.698,42	0,12	2.197	16,94	72%
Santa Cruz	R$	32.602,84	0,12	4.503	12,10	72%
Currais Novos	R$	29.373,63	0,12	1.861	4,74	72%
Serra Negra Do Norte	R$	47.203,95	0,14	227	9,26	72%
Afonso Bezerra	R$	38.217,97	0,13	269	11,53	70%
São Francisco Do Oeste	R$	53.265,51	0,14	394	6,90	70%
Riacho De Santana	R$	63.953,16	0,15	0	13,92	70%
Tibau Do Sul	R$	45.502,55	0,13	3.636	10,69	69%
Rafael Godeiro	R$	83.765,34	0,15	110	22,07	69%
Senador Georgino Avelino	R$	67.622,43	0,08	622	32,99	69%
Angicos	R$	37.081,17	0,10	0	20,03	68%
Ares	R$	58.912,30	0,14	1.601	14,07	68%
São Jose De Mipibu	R$	33.297,79	0,12	4.864	8,30	68%
Serrinha Dos Pintos	R$	57.474,25	0,14	245	25,79	68%
Acari	R$	37.020,48	0,12	0	3,76	67%
Pendencias	R$	56.933,76	0,14	2.031	15,97	67%
Equador	R$	49.029,60	0,13	158	15,33	65%
Almino Afonso	R$	55.455,86	0,13	0	23,42	65%
Riacho Da Cruz	R$	71.212,06	0,14	498	16,66	64%

Frutuoso Gomes	R$	61.276,74	0,14	0	11,92	64%
Lucrecia	R$	68.435,65	0,14	415	4,62	64%
Pedra Grande	R$	83.246,80	0,14	0	20,55	63%
São Joao Do Sabugi	R$	42.816,41	0,12	224	8,25	63%
Severiano Melo	R$	64.674,02	0,14	0	16,28	63%
Francisco Dantas	R$	70.034,21	0,14	0	27,74	62%
Areia Branca	R$	69.912,80	0,13	2.785	8,23	61%
Rafael Fernandes	R$	46.272,61	0,12	445	10,54	61%
Caico	R$	29.104,13	0,10	5.707	3,32	60%
Martins	R$	41.438,00	0,11	493	15,37	59%
Pedro Avelino	R$	49.176,06	0,11	0	15,67	58%
Passagem	R$	76.225,74	0,13	0	27,00	57%
Vicosa	R$	147.106,79	0,12	97	23,49	56%
Taboleiro Grande	R$	92.772,19	0,12	288	13,52	55%
Fernando Pedroza	R$	80.082,45	0,12	204	15,42	55%
Carnaubais	R$	59.088,84	0,11	1.570	22,21	54%
Pau Dos Ferros	R$	34.796,87	0,09	2.987	8,00	54%
Lagoa De Velhos	R$	84.415,39	0,12	17	26,01	53%
Santana Do Serido	R$	90.162,79	0,12	149	6,06	52%
Jardim Do Serido	R$	35.903,29	0,09	72	8,20	51%
Cruzeta	R$	38.028,38	0,09	0	6,15	51%
São Jose Do Serido	R$	56.761,39	0,11	454	10,99	51%
Macau	R$	75.203,60	0,11	3.254	6,71	51%
Rodolfo Fernandes	R$	66.331,91	0,11	0	14,14	50%
São Fernando	R$	82.067,75	0,11	167	14,66	50%
Ouro Branco	R$	55.810,60	0,10	32	8,71	50%
Itau	R$	50.667,25	0,10	293	7,28	48%
Timbauba Dos Batistas	R$	87.094,33	0,09	106	6,53	43%
Carnauba Dos Dantas	R$	41.702,58	0,07	857	7,23	37%
Mínimo*	**R$**	**27.893,59**	**0,07**	**0**	**2,33**	**37%**
Média*	**R$**	**52.126,83**	**0,14**	**2.939**	**17,17**	**77%**
Desvio Padrão*	**R$**	**20.167,11**	**0,03**	**11.520**	**9,07**	**15%**
Máximo*	**R$**	**147.106,79**	**0,22**	**93.070**	**51,54**	**100%**

Municípios De Sergipe	GPT_99		IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Areia Branca	R$	70.240,59	0,15	3.890	26,33	100%
Feira Nova	R$	90.710,22	0,15	651	34,73	100%
Gracho Cardoso	R$	80.088,03	0,16	256	20,67	100%
Indiaroba	R$	35.580,26	0,15	1.545	3,85	100%
Nossa Senhora Do Socorro	R$	18.741,33	0,11	64.204	12,71	100%
Poco Verde	R$	46.036,99	0,13	2.307	24,67	100%
Santa Rosa De Lima	R$	115.716,23	0,19	232	0,00	100%
Santo Amaro Das Brotas	R$	64.410,10	0,17	510	6,55	100%
Telha	R$	148.609,33	0,12	948	41,85	100%

Monte Alegre De Sergipe	R$	48.267,43	0,14	1.998	21,22	100%
Caninde De São Francisco	R$	90.075,79	0,15	6.281	25,90	98%
Campo Do Brito	R$	45.819,40	0,13	1.755	23,58	96%
Gararu	R$	66.494,57	0,14	898	21,33	95%
Araua	R$	58.418,16	0,14	0	18,97	95%
Carira	R$	46.042,32	0,13	2.352	20,36	94%
Nossa Senhora Aparecida	R$	75.379,29	0,11	0	28,91	92%
Macambira	R$	78.258,17	0,14	834	22,26	89%
Riachao Do Dantas	R$	65.064,18	0,13	2.210	19,72	89%
Frei Paulo	R$	52.151,96	0,09	1.695	22,43	86%
Muribeca	R$	63.638,72	0,13	419	18,22	86%
Propria	R$	42.572,11	0,13	2.294	0,00	85%
Cumbe	R$	98.465,41	0,13	321	23,15	85%
Itabaianinha	R$	34.079,07	0,11	4.569	10,57	85%
Cristinapolis	R$	41.446,19	0,12	3.336	9,92	84%
Tobias Barreto	R$	40.999,72	0,12	5.595	11,09	84%
Nossa Senhora Das Dores	R$	54.881,38	0,10	2.589	22,00	83%
Barra Dos Coqueiros	R$	64.582,96	0,12	5.080	16,22	82%
Nossa Senhora Da Gloria	R$	51.072,55	0,11	3.432	19,51	82%
Ribeiropolis	R$	55.314,39	0,10	1.407	21,03	79%
Lagarto	R$	43.582,81	0,11	11.190	15,20	78%
Nossa Senhora De Lourdes	R$	85.528,97	0,12	1.355	20,45	78%
Itabi	R$	97.184,73	0,11	340	21,28	74%
Aquidaba	R$	45.506,55	0,10	2.699	11,16	72%
São Miguel Do Aleixo	R$	157.138,68	0,11	315	20,24	72%
Rosario Do Catete	R$	173.401,39	0,10	1.463	21,67	70%
Canhoba	R$	99.323,38	0,09	102	24,02	67%
Laranjeiras	R$	210.410,95	0,12	4.517	4,51	66%
Japaratuba	R$	89.481,34	0,11	1.552	9,09	65%
Maruim	R$	74.230,82	0,11	771	6,30	65%
Capela	R$	48.908,90	0,09	1.413	7,49	63%
Ilha Das Flores	R$	63.700,03	0,10	1.156	2,59	62%
Itabaiana	R$	47.135,45	0,08	12.367	13,09	61%
Brejo Grande	R$	71.815,25	0,09	401	11,53	60%
General Maynard	R$	185.611,73	0,08	252	19,07	57%
Carmopolis	R$	139.067,30	0,10	2.106	1,30	56%
Riachuelo	R$	129.299,48	0,10	786	0,00	51%
Neopolis	R$	60.161,73	0,07	2.973	9,17	49%
Cedro De São Joao	R$	85.358,52	0,08	0	6,12	47%
São Francisco	R$	177.174,76	0,08	310	1,20	41%
Boquim	R$	51.172,87	0,06	1.176	5,59	40%
Pedrinhas	R$	65.239,39	0,06	623	4,54	36%
Divina Pastora	R$	171.853,97	0,04	621	7,78	25%
Mínimo*	**R$**	**18.741,33**	**0,04**	**0**	**0,00**	**25%**
Média*	**R$**	**81.066,27**	**0,11**	**3.271**	**15,21**	**77%**

Desvio Padrão*	**R$**	**44.638,21**	**0,03**	**8.966**	**9,46**	**20%**
Máximo*	**R$**	**210.410,95**	**0,19**	**64.204**	**41,85**	**100%**
Média	**R$**	**81.066,27**	**0,11**	**3.271**	**15,21**	**77%**
Desviodrão	**R$**	**44.638,21**	**0,03**	**8.966**	**9,46**	**20%**

Municípios De Sergipe	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Aracaju	R$	44.912,98	0,12	109.615	3,22	100%
Canhoba	R$	66.050,46	0,16	0	37,66	100%
Gararu	R$	36.586,05	0,17	42	35,69	100%
Indiaroba	R$	44.921,59	0,20	2.679	20,71	100%
Itabaiana	R$	23.389,90	0,16	10.154	8,55	100%
Itabaianinha	R$	30.419,62	0,18	3.456	23,72	100%
Lagarto	R$	27.611,34	0,18	11.527	12,14	100%
Nossa Senhora Aparecida	R$	42.171,58	0,20	229	22,25	100%
Nossa Senhora Do Socorro	R$	23.164,47	0,15	28.338	8,53	100%
São Cristovao	R$	19.428,77	0,13	14.217	12,23	100%
Tomar Do Geru	R$	46.850,89	0,20	15	25,55	100%
Carira	R$	36.881,43	0,19	2.237	17,12	100%
Santa Luzia Do Itanhy	R$	47.727,48	0,20	51	23,82	98%
São Domingos	R$	37.480,56	0,19	1.011	18,21	97%
Porto Da Folha	R$	35.656,08	0,18	1.482	17,89	96%
Salgado	R$	35.299,14	0,18	489	16,44	96%
Amparo De São Francisco	R$	103.906,34	0,19	93	5,55	95%
Caninde De São Francisco	R$	109.150,50	0,19	6.932	17,19	95%
Pacatuba	R$	49.135,13	0,19	1.601	22,21	93%
Poco Redondo	R$	31.961,47	0,17	4.858	21,00	93%
Muribeca	R$	47.097,06	0,19	243	11,79	93%
Umbauba	R$	34.845,73	0,17	3.715	18,99	92%
São Miguel Do Aleixo	R$	75.529,69	0,18	251	18,01	92%
Capela	R$	38.892,31	0,17	4.243	20,90	91%
Nossa Senhora Das Dores	R$	29.750,84	0,16	2.385	17,64	90%
Tobias Barreto	R$	26.809,86	0,15	4.868	13,47	89%
Monte Alegre De Sergipe	R$	33.562,03	0,16	2.040	17,09	88%
Santana Do São Francisco	R$	40.317,99	0,17	903	7,57	87%
Divina Pastora	R$	123.505,03	0,17	1.060	18,51	87%
Laranjeiras	R$	77.224,45	0,17	4.152	16,65	87%
Cristinapolis	R$	36.522,06	0,16	2.251	25,14	87%
Estancia	R$	42.203,73	0,17	5.407	8,60	86%
Nossa Senhora Da Gloria	R$	29.957,81	0,16	5.587	13,36	86%
Pedrinhas	R$	42.289,54	0,17	904	14,73	84%
Riachao Do Dantas	R$	39.233,17	0,15	184	23,28	83%
Campo Do Brito	R$	34.039,17	0,15	1.574	14,45	82%
Brejo Grande	R$	48.682,29	0,16	640	11,92	81%
Japoata	R$	37.330,21	0,15	0	8,96	80%

Aquidaba	R$	34.036,71	0,15	1.712	8,66	80%
Feira Nova	R$	48.701,55	0,15	256	21,50	78%
Cumbe	R$	60.969,55	0,16	167	13,50	78%
Ribeiropolis	R$	36.573,32	0,15	1.734	8,62	77%
Santa Rosa De Lima	R$	73.523,22	0,14	154	22,88	76%
Poco Verde	R$	37.552,15	0,14	2.010	19,98	76%
Pinhao	R$	48.653,52	0,15	729	7,91	75%
Telha	R$	81.706,17	0,15	319	4,70	75%
Maruim	R$	42.187,01	0,15	889	10,71	75%
Araua	R$	45.708,34	0,15	0	19,17	74%
Itabi	R$	57.803,72	0,15	0	11,54	74%
Gracho Cardoso	R$	51.790,59	0,12	126	26,71	73%
Malhador	R$	33.706,69	0,13	561	13,54	72%
São Francisco	R$	70.377,25	0,14	861	8,77	71%
Frei Paulo	R$	32.584,10	0,13	1.901	8,29	71%
Pedra Mole	R$	85.895,05	0,14	344	13,39	71%
Japaratuba	R$	78.596,47	0,14	2.308	10,80	71%
Ilha Das Flores	R$	44.044,79	0,14	67	8,88	71%
Santo Amaro Das Brotas	R$	46.365,30	0,14	740	10,24	70%
Malhada Dos Bois	R$	74.751,39	0,14	248	13,93	70%
Rosario Do Catete	R$	141.834,00	0,14	2.119	4,09	70%
Nossa Senhora De Lourdes	R$	47.728,62	0,14	215	13,17	69%
Carmopolis	R$	94.849,18	0,14	4.151	10,61	69%
Siriri	R$	63.833,21	0,14	1.090	13,37	68%
Macambira	R$	48.493,10	0,14	599	7,91	68%
Moita Bonita	R$	39.362,73	0,13	243	10,83	66%
Barra Dos Coqueiros	R$	38.676,99	0,12	7.169	8,50	65%
Neopolis	R$	37.989,24	0,12	0	6,35	64%
Mínimo*	**R$**	**19.428,77**	**0,12**	**0**	**3,22**	**64%**
Média*	**R$**	**50.436,25**	**0,16**	**4.093**	**14,99**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$**	**24.237,49**	**0,02**	**13.870**	**7,02**	**12%**
Máximo*	**R$**	**141.834,00**	**0,20**	**109.615**	**37,66**	**100%**

Municípios De Goiás	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Aragarcas	R$	45.826,01	0,18	2.850	30,58	100%
Luziania	R$	55.136,70	0,12	62.398	21,44	100%
Petrolina De Goias	R$	71.154,61	0,20	0	24,28	100%
Rio Quente	R$	289.714,15	0,24	1.260	8,49	100%
Senador Canedo	R$	22.567,68	0,14	29.200	47,52	100%
Simolandia	R$	64.029,21	0,19	641	53,79	100%
Taquaral De Goias	R$	154.050,46	0,23	0	26,23	100%
Cristianopolis	R$	170.419,14	0,22	541	19,35	96%
Araguapaz	R$	89.227,12	0,19	0	31,47	93%
Mambai	R$	88.613,66	0,19	345	41,21	92%

Anapolis	R$	62.937,55	0,12	47.511	9,75	91%
Pirenopolis	R$	66.275,91	0,18	177	27,78	90%
Montividiu	R$	190.510,83	0,20	2.141	24,37	90%
Anicuns	R$	60.515,78	0,17	548	13,48	89%
Orizona	R$	70.143,67	0,18	596	31,18	89%
Cachoeira De Goias	R$	295.443,03	0,20	63	26,44	89%
Goianira	R$	39.847,83	0,15	7.898	11,67	88%
Rio Verde	R$	77.050,21	0,15	26.796	7,04	88%
Portelandia	R$	173.568,57	0,18	675	30,88	86%
Jaupaci	R$	127.740,33	0,13	0	45,94	85%
Baliza	R$	200.586,11	0,17	0	42,04	85%
Palestina De Goias	R$	152.049,46	0,17	133	40,86	85%
Guarani De Goias	R$	87.755,47	0,17	0	30,11	85%
São Francisco De Goias	R$	115.377,78	0,18	26	29,33	85%
Crominia	R$	143.343,28	0,19	260	16,22	84%
São Luiz Do Norte	R$	183.142,95	0,17	91	36,79	83%
Nazario	R$	93.035,55	0,17	387	7,38	83%
São Joao Da Parauna	R$	264.142,30	0,18	146	28,31	82%
Corumba De Goias	R$	144.263,10	0,17	827	35,53	82%
Matrincha	R$	108.978,54	0,17	651	30,31	82%
Santa Cruz De Goias	R$	134.067,20	0,17	0	30,36	81%
Nova Roma	R$	121.700,12	0,10	0	43,38	81%
Padre Bernardo	R$	42.927,08	0,14	5.014	32,47	81%
Itaberai	R$	64.278,57	0,15	3.027	31,60	80%
Itapirapua	R$	89.052,80	0,16	1.804	33,04	80%
Faina	R$	101.179,82	0,16	0	39,78	79%
Morro Agudo De Goias	R$	156.298,30	0,10	0	42,06	78%
Cacu	R$	126.374,53	0,17	0	19,67	78%
Crixas	R$	103.502,36	0,16	0	29,02	77%
Americano Do Brasil	R$	131.229,58	0,17	72	10,81	77%
Santa Fe De Goias	R$	109.372,37	0,16	560	27,56	75%
Mutunopolis	R$	125.490,56	0,15	0	37,09	75%
Diorama	R$	195.708,02	0,14	0	40,34	75%
Hidrolandia	R$	54.919,46	0,14	2.832	13,94	75%
Itaucu	R$	104.977,40	0,16	0	18,22	74%
Itaguaru	R$	90.318,66	0,15	0	32,12	74%
Divinopolis De Goias	R$	99.191,23	0,15	147	35,22	73%
Jatai	R$	67.634,96	0,13	12.811	16,58	73%
Cachoeira Dourada	R$	96.173,13	0,15	23	12,95	72%
Gouvelandia	R$	190.439,71	0,17	0	13,58	72%
Palminopolis	R$	133.983,21	0,14	0	33,19	71%
Alto Paraiso De Goias	R$	100.358,62	0,14	1.989	27,58	71%
Catalao	R$	69.613,03	0,13	9.568	13,94	70%
São Domingos	R$	74.138,57	0,14	0	31,84	70%
Jandaia	R$	128.068,24	0,15	0	28,45	70%

Piranhas	R$	92.093,26	0,14	0	32,26	70%
Pontalina	R$	90.091,81	0,14	1.147	19,25	70%
Itaguari	R$	120.341,26	0,14	300	34,95	69%
Itapuranga	R$	80.220,09	0,14	0	25,42	69%
Itumbiara	R$	107.722,54	0,14	6.732	8,47	69%
Barro Alto	R$	159.470,19	0,14	0	27,04	68%
Cumari	R$	222.113,82	0,16	222	10,74	68%
Bonfinopolis	R$	79.975,94	0,14	2.029	21,53	68%
Inhumas	R$	62.222,62	0,13	5.529	6,08	68%
Morrinhos	R$	58.571,27	0,13	4.398	15,06	67%
Campo Alegre De Goias	R$	128.292,14	0,14	0	24,28	66%
Corrego Do Ouro	R$	183.155,56	0,12	0	35,52	66%
Goianesia	R$	65.615,29	0,12	5.625	20,87	66%
Serranopolis	R$	144.492,71	0,14	0	24,36	66%
Cezarina	R$	253.553,12	0,15	770	15,87	65%
Alvorada Do Norte	R$	88.906,13	0,13	169	27,66	65%
Montes Claros De Goias	R$	137.075,95	0,13	0	29,42	64%
São Luis De Montes Belos	R$	84.457,93	0,13	1.344	22,85	63%
Bom Jardim De Goias	R$	70.748,12	0,12	82	33,97	63%
Brazabrantes	R$	152.358,43	0,12	438	31,87	63%
Ouro Verde De Goias	R$	94.685,67	0,12	99	33,68	63%
Palmeiras De Goias	R$	77.024,55	0,12	1.187	23,50	62%
Carmo Do Rio Verde	R$	122.403,22	0,13	0	24,81	62%
Amorinopolis	R$	139.203,41	0,12	0	28,34	61%
Ipora	R$	59.280,82	0,12	1.612	18,43	61%
Uruacu	R$	83.132,13	0,12	0	20,71	61%
Mara Rosa	R$	98.643,95	0,13	0	26,02	61%
Nova America	R$	188.202,78	0,07	163	32,57	61%
Jussara	R$	81.448,84	0,12	0	12,43	60%
Israelandia	R$	150.237,52	0,10	0	31,93	59%
Arenopolis	R$	140.267,35	0,12	0	28,21	59%
Cristalina	R$	61.916,71	0,10	9.179	16,35	59%
Santa Rita Do Araguaia	R$	95.467,98	0,12	553	13,91	59%
Goianapolis	R$	70.216,45	0,11	3.767	30,28	58%
Bela Vista De Goias	R$	87.694,28	0,11	3.925	15,64	58%
Campos Belos	R$	51.758,97	0,10	2.301	24,34	57%
Goias	R$	245.910,71	0,12	0	19,83	56%
Santa Barbara De Goias	R$	101.658,26	0,12	1.047	23,18	56%
Turvelandia	R$	234.617,26	0,12	1.087	22,50	56%
Aragoiania	R$	89.112,67	0,11	1.737	13,21	55%
Goiandira	R$	117.091,66	0,12	0	19,72	55%
Santa Isabel	R$	129.316,90	0,11	0	28,05	55%
São Miguel Do Araguaia	R$	101.082,29	0,11	3.624	16,20	54%
Rianapolis	R$	102.765,70	0,11	74	17,12	54%
Estrela Do Norte	R$	176.421,53	0,12	11	15,70	53%

Formoso	R$	109.057,47	0,11	0	23,21	53%
Santa Helena De Goias	R$	88.983,20	0,11	1.403	11,10	52%
Abadiania	R$	56.291,23	0,09	2.050	27,26	52%
Maurilandia	R$	78.298,09	0,10	1.648	26,63	51%
Cachoeira Alta	R$	108.310,62	0,10	41	21,14	50%
Aurilandia	R$	132.103,21	0,11	0	16,91	50%
Leopoldo De Bulhoes	R$	71.751,08	0,10	390	23,91	49%
Ipameri	R$	120.721,46	0,10	1.834	19,15	48%
Campestre De Goias	R$	135.275,45	0,10	851	11,36	48%
Uruana	R$	78.262,52	0,07	181	25,02	47%
Adelandia	R$	181.722,18	0,09	121	19,64	45%
Santa Rosa De Goias	R$	136.198,42	0,09	0	18,02	42%
Damolandia	R$	174.818,69	0,09	0	17,79	41%
Anhanguera	R$	472.837,01	0,07	26	9,58	32%
Mínimo*	**R$**	**22.567,68**	**0,07**	**0**	**6,08**	**32%**
Média*	**R$**	**119.685,22**	**0,14**	**2.559**	**24,73**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$**	**63.238,62**	**0,03**	**8.228**	**9,77**	**15%**
Máximo*	**R$**	**472.837,01**	**0,24**	**62.398**	**53,79**	**100%**

Municípios De Goiás	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Aguas Lindas De Goias	R$	17.436,78	0,19	53.632	44,22	100%
Aparecida De Goiania	R$	23.817,81	0,14	123.157	5,68	100%
Buritinopolis	R$	71.385,05	0,27	0	20,56	100%
Goiania	R$	54.405,07	0,08	205.924	1,53	100%
Sitio D'abadia	R$	81.108,22	0,12	144	41,59	94%
Monte Alegre De Goias	R$	37.646,38	0,20	838	26,07	90%
Mundo Novo	R$	59.065,17	0,19	0	33,70	89%
Abadiania	R$	31.351,25	0,19	4.305	7,61	89%
Goianapolis	R$	38.914,83	0,20	24	3,06	88%
Senador Canedo	R$	52.594,70	0,20	31.338	6,24	86%
Vila Propicio	R$	65.238,89	0,20	653	25,83	84%
Pilar De Goias	R$	76.999,45	0,21	0	23,32	84%
Corumba De Goias	R$	35.507,27	0,18	682	15,83	83%
Mimoso De Goias	R$	92.253,96	0,22	0	11,02	81%
Padre Bernardo	R$	36.415,75	0,17	6.157	10,33	77%
Nova Veneza	R$	40.359,42	0,17	1.715	1,56	75%
Ouro Verde De Goias	R$	64.776,16	0,20	0	7,29	75%
Bonopolis	R$	71.900,48	0,18	905	22,24	75%
Posse	R$	30.493,41	0,16	5.088	20,16	75%
Barro Alto	R$	69.668,64	0,20	2.465	9,14	75%
Alexania	R$	36.635,03	0,16	3.767	6,47	74%
Uruacu	R$	34.316,26	0,16	3.399	13,73	74%
Guapo	R$	34.338,24	0,16	113	7,76	74%
Luziania	R$	32.493,37	0,15	33.449	10,84	73%

Agua Fria De Goias	R$	65.751,05	0,19	621	3,84	72%
Goianesia	R$	35.567,02	0,16	10.389	4,49	72%
Bela Vista De Goias	R$	35.826,88	0,16	5.344	1,56	72%
Formosa	R$	26.704,94	0,15	21.434	6,61	72%
São Domingos	R$	36.019,07	0,16	1.636	21,64	71%
Cocalzinho De Goias	R$	33.262,31	0,15	2.781	13,33	71%
Novo Gama	R$	22.506,34	0,14	20.638	7,30	70%
Santa Barbara De Goias	R$	48.764,47	0,17	788	2,57	70%
Campinacu	R$	104.388,97	0,14	0	29,73	70%
Montividiu Do Norte	R$	62.818,88	0,16	333	22,47	70%
Colinas Do Sul	R$	83.629,88	0,19	0	15,41	70%
São Luiz Do Norte	R$	57.917,93	0,18	528	17,94	70%
Palestina De Goias	R$	71.668,29	0,19	64	14,26	69%
Uruana	R$	35.158,72	0,15	0	5,88	69%
Iaciara	R$	36.914,74	0,15	1.766	14,49	68%
Petrolina De Goias	R$	39.089,06	0,15	0	7,11	68%
Jaragua	R$	28.824,30	0,14	8.586	8,06	67%
Aruana	R$	60.389,26	0,17	2.401	11,48	67%
Rio Verde	R$	50.353,80	0,12	59.872	4,94	67%
Nova Roma	R$	73.995,47	0,15	0	23,25	67%
Santo Antonio Do Descoberto	R$	31.129,82	0,14	11.351	16,20	66%
Campos Verdes	R$	70.767,30	0,14	0	26,45	66%
Doverlandia	R$	57.139,82	0,16	0	16,04	66%
Santa Terezinha De Goias	R$	45.634,28	0,15	0	9,04	66%
Guarinos	R$	81.213,45	0,15	0	22,30	66%
Piranhas	R$	44.716,94	0,15	0	7,68	66%
Campinorte	R$	35.387,14	0,14	1.470	14,46	65%
Terezopolis De Goias	R$	45.197,17	0,15	1.478	4,57	65%
Teresina De Goias	R$	72.909,17	0,16	431	16,79	65%
Santa Fe De Goias	R$	68.538,20	0,17	679	7,77	64%
Novo Brasil	R$	69.765,53	0,15	0	20,62	64%
Sanclerlandia	R$	44.725,05	0,15	20	11,57	64%
Goias	R$	43.467,33	0,15	0	4,62	64%
Goianira	R$	24.955,37	0,13	14.518	5,12	64%
Adelandia	R$	81.372,45	0,17	17	8,27	64%
Israelandia	R$	79.482,60	0,17	0	10,66	64%
Baliza	R$	65.683,80	0,17	1.444	14,99	63%
Itapuranga	R$	31.273,21	0,13	0	8,10	63%
Estrela Do Norte	R$	74.199,22	0,16	0	17,16	63%
Hidrolandia	R$	38.992,82	0,14	4.312	5,48	63%
Diorama	R$	88.534,40	0,17	0	6,37	63%
Jussara	R$	44.531,91	0,15	0	9,40	63%
Edeia	R$	49.794,16	0,15	1.043	4,41	63%
São Patricio	R$	115.102,95	0,17	156	8,37	63%

Piracanjuba	R$	45.600,99	0,14	469	2,36	62%
Ipora	R$	29.774,25	0,13	0	3,49	62%
Uirapuru	R$	84.047,82	0,15	0	17,67	61%
Valparaiso De Goias	R$	22.816,19	0,11	38.126	5,61	61%
Maurilandia	R$	33.803,86	0,13	2.552	2,99	61%
Itaberai	R$	33.160,13	0,13	7.492	3,97	61%
Brazabrantes	R$	68.935,31	0,16	460	1,89	61%
Amaralina	R$	78.284,88	0,13	360	24,14	61%
Niquelandia	R$	70.557,62	0,16	3.788	13,63	61%
Pirenopolis	R$	31.536,38	0,13	1.761	6,93	61%
Abadia De Goias	R$	43.524,94	0,14	1.905	0,95	61%
Matrincha	R$	70.673,86	0,16	0	6,88	61%
Nova America	R$	97.922,70	0,16	74	8,16	61%
Guaraita	R$	91.321,89	0,16	0	10,30	61%
Bonfinopolis	R$	39.908,21	0,14	2.183	7,52	60%
Alto Horizonte	R$	107.663,07	0,16	1.941	8,21	60%
Nazario	R$	42.693,10	0,14	1.243	4,59	60%
Leopoldo De Bulhoes	R$	43.029,61	0,14	116	5,65	60%
Orizona	R$	46.369,33	0,14	1.233	4,97	59%
Morro Agudo De Goias	R$	90.945,23	0,16	0	9,38	59%
Santa Helena De Goias	R$	51.586,51	0,14	1.924	6,56	59%
Nova Iguacu De Goias	R$	75.719,75	0,14	80	17,52	59%
Porteirao	R$	97.537,61	0,14	524	16,66	59%
Rubiataba	R$	35.789,22	0,13	828	4,44	59%
Mutunopolis	R$	69.986,57	0,15	0	13,66	58%
Montividiu	R$	79.030,33	0,16	2.836	5,12	58%
Carmo Do Rio Verde	R$	46.157,42	0,14	987	6,38	58%
Buriti De Goias	R$	89.354,92	0,16	0	5,71	58%
Santa Rosa De Goias	R$	78.489,09	0,16	0	1,19	58%
Montes Claros De Goias	R$	58.230,15	0,14	0	9,82	57%
Faina	R$	60.555,37	0,15	0	10,08	57%
Castelandia	R$	73.360,33	0,16	0	11,43	57%
Cachoeira Alta	R$	43.899,76	0,13	1.907	3,43	57%
Caiaponia	R$	44.124,26	0,13	2.084	6,57	57%
Caturai	R$	51.073,04	0,14	356	3,61	57%
Vila Boa	R$	63.832,86	0,15	1.448	13,07	57%
Formoso	R$	53.583,18	0,14	0	12,64	57%
Bom Jesus De Goias	R$	44.450,76	0,13	4.470	2,37	57%
Crixas	R$	58.318,45	0,14	1.087	9,05	57%
Porangatu	R$	38.053,45	0,13	2.762	9,27	57%
Santo Antonio Da Barra	R$	68.889,74	0,15	371	6,39	57%
Cachoeira De Goias	R$	133.843,29	0,15	0	0,80	56%
Anapolis	R$	37.118,41	0,10	51.218	2,98	56%
Alvorada Do Norte	R$	46.475,80	0,13	524	18,60	56%
Ipameri	R$	42.638,26	0,13	2.107	1,92	56%

Hidrolina	R$	56.324,98	0,13	0	17,08	56%
Silvania	R$	47.764,17	0,13	1.344	3,25	56%
Inaciolandia	R$	79.200,91	0,15	460	6,21	56%
Mineiros	R$	44.911,44	0,13	13.911	2,29	55%
Jatai	R$	48.782,33	0,13	12.555	8,25	55%
Nova Gloria	R$	41.428,59	0,12	0	14,06	55%
Quirinopolis	R$	46.016,00	0,13	6.708	3,01	55%
Minacu	R$	73.074,95	0,15	0	10,97	55%
Aragoiania	R$	40.949,46	0,12	1.941	3,74	54%
Tres Ranchos	R$	143.462,01	0,15	0	1,22	54%
Cristalina	R$	40.489,00	0,12	12.464	10,11	54%
Cabeceiras	R$	41.839,06	0,12	596	14,96	54%
Caldazinha	R$	67.549,44	0,14	466	4,52	54%
Santa Rita Do Araguaia	R$	37.701,96	0,12	1.837	3,89	54%
Alto Paraiso De Goias	R$	66.984,27	0,14	703	1,95	53%
Itaguaru	R$	50.490,69	0,13	0	4,93	53%
Mozarlandia	R$	43.135,99	0,12	2.218	14,94	53%
Palminopolis	R$	76.384,45	0,14	0	4,42	53%
Araguapaz	R$	47.333,63	0,12	200	16,82	52%
Ivolandia	R$	89.032,36	0,14	0	9,97	52%
Paranaiguara	R$	56.700,37	0,13	908	1,17	52%
Gouvelandia	R$	80.242,25	0,13	940	13,99	52%
Vianopolis	R$	41.545,44	0,12	1.248	2,08	51%
Buriti Alegre	R$	48.527,50	0,12	336	2,87	51%
São Miguel Do Passa Quatro	R$	69.325,27	0,14	276	1,87	51%
Rialma	R$	38.864,17	0,11	313	0,95	51%
Caldas Novas	R$	42.319,20	0,11	20.813	2,43	51%
Goiandira	R$	50.472,39	0,12	298	0,79	51%
Agua Limpa	R$	129.222,17	0,14	0	3,56	51%
Anhanguera	R$	198.974,68	0,14	125	1,09	50%
Britania	R$	55.541,53	0,12	230	6,79	50%
Corrego Do Ouro	R$	92.016,74	0,14	0	1,99	50%
Jaupaci	R$	77.662,44	0,14	0	5,99	50%
Taquaral De Goias	R$	67.046,20	0,13	0	5,58	50%
Morrinhos	R$	39.765,78	0,11	4.470	1,10	50%
São Miguel Do Araguaia	R$	47.007,43	0,12	0	9,24	50%
Damolandia	R$	81.842,67	0,13	174	3,35	50%
Aracu	R$	60.853,93	0,13	0	2,06	49%
Anicuns	R$	47.996,50	0,12	1.485	5,15	49%
São Luis De Montes Belos	R$	37.652,44	0,11	3.651	1,55	49%
Cezarina	R$	78.608,39	0,13	1.031	4,66	48%
Campestre De Goias	R$	68.863,49	0,13	220	5,17	48%
Acreuna	R$	49.821,96	0,12	1.978	4,74	48%
Rianapolis	R$	57.117,67	0,12	202	7,55	48%

Inhumas	R$	35.277,08	0,10	4.349	1,98	48%
Moipora	R$	117.281,64	0,12	0	12,56	48%
Catalao	R$	48.225,86	0,10	22.157	2,83	48%
Davinopolis	R$	102.460,48	0,13	90	6,07	48%
Itaucu	R$	41.416,94	0,11	298	2,99	47%
Mossamedes	R$	58.143,89	0,12	0	11,25	47%
Palmelo	R$	88.496,51	0,13	26	3,32	47%
Aparecida Do Rio Doce	R$	137.667,08	0,13	25	3,18	47%
Itaguari	R$	54.771,43	0,12	128	6,38	47%
Amorinopolis	R$	63.633,48	0,12	0	6,93	47%
Chapadao Do Ceu	R$	121.988,29	0,12	3.223	1,07	47%
Professor Jamil	R$	63.303,48	0,12	0	2,87	47%
Pires Do Rio	R$	38.032,69	0,10	2.533	4,51	47%
Corumbaiba	R$	90.301,25	0,13	1.526	1,61	47%
Panama	R$	90.362,04	0,13	0	2,35	46%
Perolandia	R$	126.239,55	0,13	159	5,14	46%
Firminopolis	R$	171.858,19	0,12	1.671	6,34	46%
Neropolis	R$	45.253,21	0,11	5.632	3,06	45%
Itaja	R$	91.541,27	0,12	0	2,82	45%
Santa Isabel	R$	63.750,66	0,12	94	9,13	45%
Serranopolis	R$	66.240,93	0,12	1.034	8,46	45%
Cacu	R$	53.644,34	0,11	2.708	3,23	45%
Turvania	R$	55.946,99	0,11	0	8,34	44%
Rio Quente	R$	144.138,53	0,12	1.215	1,34	44%
Parauna	R$	74.755,60	0,12	29	5,26	44%
Apore	R$	103.006,80	0,12	376	4,95	44%
Mairipotaba	R$	95.658,25	0,12	0	1,12	44%
Jandaia	R$	72.598,95	0,12	0	1,51	43%
Santo Antonio De Goias	R$	52.009,90	0,10	1.597	0,66	43%
Aurilandia	R$	66.295,71	0,11	0	3,23	43%
Palmeiras De Goias	R$	38.043,25	0,09	5.516	4,35	42%
Trombas	R$	74.342,90	0,09	18	15,93	42%
Ouvidor	R$	102.887,00	0,11	1.196	1,75	41%
Cumari	R$	82.737,78	0,11	0	2,37	41%
Heitorai	R$	64.488,23	0,11	126	8,09	41%
Aloandia	R$	102.298,55	0,11	0	3,65	41%
Cachoeira Dourada	R$	106.266,02	0,11	0	3,59	40%
Itumbiara	R$	59.557,56	0,10	11.453	3,28	40%
Santa Tereza De Goias	R$	64.279,75	0,08	0	16,88	40%
Urutai	R$	81.306,31	0,11	0	2,35	40%
Vicentinopolis	R$	60.232,73	0,10	1.356	2,53	40%
Itaruma	R$	72.400,71	0,11	854	7,63	39%
Portelandia	R$	85.461,66	0,10	143	1,61	37%
Avelinopolis	R$	89.831,64	0,10	0	4,52	37%
Jesupolis	R$	86.760,77	0,10	177	6,48	37%

Goiatuba	R$	71.145,07	0,10	1.362	1,55	36%
Nova Aurora	R$	95.855,86	0,10	135	3,91	35%
São Francisco De Goias	R$	46.733,94	0,08	92	10,16	35%
Crominia	R$	66.883,03	0,09	0	4,57	34%
São Joao Da Parauna	R$	123.893,80	0,09	0	4,11	33%
Campo Alegre De Goias	R$	70.398,71	0,09	1.532	4,79	32%
Marzagao	R$	99.274,33	0,09	152	1,26	31%
Joviania	R$	55.946,81	0,07	214	1,92	28%
Pontalina	R$	42.258,69	0,06	565	3,43	27%
Cristianopolis	R$	84.793,63	0,06	8	1,32	24%
Mínimo*	**R$**	**17.436,78**	**0,06**	**0**	**0,66**	**24%**
Média*	**R$**	**63.590,00**	**0,14**	**4.523**	**8,24**	**57%**
Desvio Padrão*	**R$**	**27.922,03**	**0,03**	**18.138**	**7,25**	**14%**
Máximo*	**R$**	**198.974,68**	**0,27**	**205.924**	**44,22**	**100%**

Municípios Do Mato Grosso Do Sul	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Bela Vista	R$	82.484,46	0,11	2.629	18,06	100%
Bonito	R$	81.062,68	0,16	1.413	14,61	100%
Caracol	R$	138.938,83	0,11	662	38,52	100%
Deodapolis	R$	111.836,61	0,18	0	18,44	100%
Itaquirai	R$	112.705,13	0,18	2.680	17,56	100%
Jardim	R$	79.406,26	0,12	3.217	15,86	100%
Ladario	R$	44.792,50	0,10	3.332	2,75	100%
Rio Negro	R$	114.863,99	0,18	0	31,23	100%
Santa Rita Do Pardo	R$	183.642,94	0,22	1.106	12,59	100%
Tres Lagoas	R$	73.852,69	0,13	10.897	2,85	100%
Brasilandia	R$	138.002,52	0,18	1.607	8,04	95%
Bodoquena	R$	115.387,24	0,17	247	16,07	94%
Ivinhema	R$	123.135,76	0,17	0	16,47	94%
Bataguassu	R$	89.872,20	0,14	4.747	11,94	94%
Guia Lopes Da Laguna	R$	95.871,46	0,15	1.948	20,33	94%
Eldorado	R$	122.520,05	0,17	34	5,97	90%
Corumba	R$	80.743,14	0,08	7.290	8,37	90%
São Gabriel Do Oeste	R$	130.090,35	0,13	4.787	13,60	86%
Porto Murtinho	R$	116.048,12	0,15	508	4,90	86%
Costa Rica	R$	173.727,78	0,15	1.629	18,26	82%
Iguatemi	R$	128.243,96	0,15	2.517	12,79	81%
Inocencia	R$	141.691,15	0,15	1.359	12,02	78%
Corguinho	R$	185.764,28	0,17	0	0,60	77%
Antonio Joao	R$	115.318,78	0,14	772	12,54	76%
Ribas Do Rio Pardo	R$	118.981,00	0,13	3.298	9,42	76%
Taquarussu	R$	191.545,38	0,14	0	19,02	73%
Aparecida Do Taboado	R$	116.613,95	0,11	3.230	14,90	72%
Bataipora	R$	307.987,09	0,11	2.654	16,43	72%

Terenos	R$	114.067,63	0,12	1.664	5,88	66%
Paranaiba	R$	134.941,14	0,12	1.626	10,96	66%
Juti	R$	139.392,78	0,13	0	6,47	66%
Gloria De Dourados	R$	122.720,69	0,12	0	7,19	65%
Angelica	R$	153.038,51	0,13	0	10,73	62%
Douradina	R$	153.316,40	0,13	0	9,77	62%
Aral Moreira	R$	167.560,71	0,12	0	12,85	62%
Cassilandia	R$	139.705,80	0,10	1.789	10,06	57%
Mínimo*	**R$**	**44.792,50**	**0,08**	**0**	**0,60**	**57%**
Média*	**R$**	**128.885,39**	**0,14**	**1.879**	**13,00**	**84%**
Desvio Padrão*	**R$**	**45.139,90**	**0,03**	**2.296**	**7,40**	**14%**
Máximo*	**R$**	**307.987,09**	**0,22**	**10.897**	**38,52**	**100%**

Municípios Do Mato Grosso Do Sul	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Anastacio	R$	38.020,22	0,15	1.358	10,46	100%
Aquidauana	R$	36.426,48	0,13	2.174	11,60	100%
Campo Grande	R$	57.412,63	0,11	123.176	1,81	100%
Dois Irmaos Do Buriti	R$	61.957,40	0,19	1.028	25,78	100%
Japora	R$	58.176,09	0,13	1.591	29,24	100%
Nioaque	R$	61.289,38	0,14	0	27,67	97%
Nova Alvorada Do Sul	R$	51.716,70	0,16	6.476	3,75	92%
Bataipora	R$	62.966,30	0,18	311	5,67	92%
Alcinopolis	R$	121.768,91	0,18	890	12,89	91%
Caarapo	R$	47.466,86	0,14	5.061	8,24	89%
Corguinho	R$	84.583,98	0,17	1.270	11,94	88%
Ladario	R$	32.664,41	0,10	4.304	8,96	87%
Ponta Pora	R$	41.511,28	0,10	16.956	10,56	87%
Porto Murtinho	R$	72.269,66	0,17	2.056	15,06	86%
Caracol	R$	77.907,40	0,16	806	17,47	85%
Angelica	R$	51.437,79	0,15	1.829	3,88	85%
Pedro Gomes	R$	58.802,34	0,16	0	14,51	84%
Jaraguari	R$	63.955,87	0,16	952	7,88	84%
Sidrolandia	R$	45.549,60	0,12	18.649	5,61	84%
Terenos	R$	45.607,30	0,13	5.484	5,61	82%
Paranhos	R$	56.116,90	0,15	2.135	5,66	82%
Maracaju	R$	55.024,97	0,14	11.186	5,71	81%
Miranda	R$	47.328,79	0,13	2.588	11,26	81%
Novo Horizonte Do Sul	R$	89.179,62	0,16	0	11,49	81%
Anaurilandia	R$	81.448,74	0,15	538	0,00	80%
Brasilandia	R$	91.777,48	0,15	0	4,14	80%
Fatima Do Sul	R$	38.653,30	0,12	0	4,60	80%
Bodoquena	R$	83.085,34	0,15	0	10,32	80%

Paranaiba	R$	47.375,07	0,13	1.786	7,13	80%
Ribas Do Rio Pardo	R$	66.634,78	0,15	4.225	2,68	79%
Navirai	R$	50.788,44	0,13	9.762	3,72	78%
Deodapolis	R$	39.235,37	0,11	789	9,72	78%
Jatei	R$	150.896,81	0,15	0	0,95	77%
Tres Lagoas	R$	49.152,58	0,11	22.732	2,31	76%
Juti	R$	69.679,84	0,14	919	11,40	75%
Bandeirantes	R$	74.749,55	0,14	184	7,40	74%
Itaquirai	R$	48.251,85	0,12	2.844	8,44	74%
Jardim	R$	47.984,47	0,12	1.804	5,80	74%
Coronel Sapucaia	R$	50.700,98	0,10	1.254	16,64	74%
Eldorado	R$	55.727,67	0,13	635	9,14	74%
Dourados	R$	52.837,74	0,11	31.086	3,91	74%
Rio Brilhante	R$	57.577,19	0,13	8.023	7,39	74%
Taquarussu	R$	129.798,46	0,14	25	7,14	73%
Bela Vista	R$	47.647,26	0,12	1.417	8,32	72%
Agua Clara	R$	75.167,11	0,14	3.409	4,47	72%
Gloria De Dourados	R$	46.900,95	0,12	0	6,34	72%
Guia Lopes Da Laguna	R$	48.990,85	0,11	0	14,04	72%
Laguna Carapa	R$	89.519,94	0,14	960	10,34	71%
Rio Verde De Mato Grosso	R$	50.235,18	0,12	752	4,79	71%
Iguatemi	R$	50.551,22	0,12	1.258	2,89	71%
Tacuru	R$	53.750,49	0,12	1.498	10,30	71%
Antonio Joao	R$	65.187,59	0,13	800	6,50	70%
Aral Moreira	R$	47.796,87	0,11	2.196	6,66	69%
Douradina	R$	71.149,16	0,13	632	10,08	69%
Sonora	R$	61.573,76	0,13	5.290	5,14	68%
Itapora	R$	43.603,21	0,10	3.820	8,66	67%
Rio Negro	R$	67.409,87	0,13	0	11,70	67%
Santa Rita Do Pardo	R$	101.535,39	0,13	619	9,49	67%
Selviria	R$	93.883,02	0,13	202	6,03	67%
Aparecida Do Taboado	R$	57.482,79	0,12	3.918	3,96	65%
Corumba	R$	58.262,31	0,12	8.002	9,54	65%
Camapua	R$	72.620,64	0,12	60	9,16	63%
Cassilandia	R$	55.333,29	0,11	879	2,26	63%
Bataguassu	R$	55.392,52	0,11	3.642	7,61	62%
Vicentina	R$	60.872,56	0,12	122	12,61	62%
Coxim	R$	45.682,94	0,10	1.293	7,21	60%
Amambai	R$	48.936,21	0,10	5.246	8,04	60%
Sete Quedas	R$	51.899,13	0,10	0	3,73	59%
Costa Rica	R$	71.556,06	0,11	4.486	5,11	59%
Mundo Novo	R$	53.226,68	0,10	1.374	3,94	58%
Rochedo	R$	76.579,94	0,11	570	4,82	57%
Bonito	R$	61.046,45	0,11	2.631	8,15	56%
Inocencia	R$	80.819,09	0,11	0	5,89	56%

Chapadao Do Sul	R$	74.729,65	0,10	7.990	1,40	54%
Nova Andradina	R$	59.552,78	0,09	10.204	0,81	52%
São Gabriel Do Oeste	R$	78.620,38	0,07	5.382	1,67	39%
Mínimo*	**R$**	**32.664,41**	**0,07**	**0**	**0,00**	**39%**
Média*	**R$**	**62.934,37**	**0,13**	**4.941**	**8,12**	**75%**
Desvio Padrão*	**R$**	**20.876,18**	**0,02**	**14.752**	**5,50**	**13%**
Máximo*	**R$**	**150.896,81**	**0,19**	**123.176**	**29,24**	**100%**

Municípios Do Mato Grosso	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Caceres	R$	53.367,49	0,17	12.692	18,00	100%
Colider	R$	69.762,66	0,22	0	34,43	100%
Juara	R$	63.743,92	0,19	5.429	38,03	100%
Nova Canaa Do Norte	R$	73.949,83	0,15	0	40,47	100%
Novo Horizonte Do Norte	R$	234.646,41	0,18	197	45,81	100%
Pontes E Lacerda	R$	47.257,36	0,17	8.296	12,77	100%
Porto Alegre Do Norte	R$	83.339,04	0,22	2.078	29,72	100%
Sinop	R$	60.183,61	0,13	38.119	3,81	100%
Tangara Da Serra	R$	59.507,75	0,18	18.984	17,72	100%
Terra Nova Do Norte	R$	99.225,18	0,16	0	42,75	100%
Varzea Grande	R$	115.997,89	0,15	53.265	11,96	100%
Vila Rica	R$	51.402,45	0,08	6.122	40,10	100%
Primavera Do Leste	R$	58.342,37	0,13	27.334	13,95	100%
Jauru	R$	78.470,52	0,19	0	37,87	99%
Figueiropolis D'oeste	R$	107.475,15	0,21	0	35,42	98%
Nova Mutum	R$	125.057,79	0,21	7.908	17,13	97%
Salto Do Ceu	R$	188.531,18	0,19	0	40,65	97%
Rondonopolis	R$	77.605,35	0,16	27.056	9,51	93%
Tapurah	R$	137.079,51	0,19	2.452	32,28	92%
Porto Dos Gauchos	R$	119.849,14	0,20	1.476	14,40	91%
Cocalinho	R$	177.048,66	0,17	128	37,84	90%
Jangada	R$	65.724,88	0,19	1.907	24,80	90%
Marcelandia	R$	76.536,27	0,19	5.877	27,37	89%
Novo São Joaquim	R$	135.740,63	0,16	1.192	37,13	88%
Alta Floresta	R$	107.776,42	0,19	0	28,18	88%
Castanheira	R$	78.772,95	0,19	0	29,42	88%
Denise	R$	91.518,34	0,19	2.665	10,93	87%
Lucas Do Rio Verde	R$	58.072,70	0,11	12.623	25,83	87%
Rosario Oeste	R$	65.411,17	0,18	0	24,93	84%
Ribeirao Cascalheira	R$	78.876,73	0,14	555	33,56	83%
Araputanga	R$	109.848,42	0,18	1.115	20,43	83%
Reserva Do Cabacal	R$	209.161,06	0,18	0	28,49	83%
Luciara	R$	405.943,80	0,18	0	15,96	82%
Alto Taquari	R$	180.554,89	0,18	1.462	17,87	81%
Alto Paraguai	R$	90.207,48	0,18	0	26,77	80%

Nova Brasilandia	R$	221.961,69	0,15	0	34,11	80%
Alto Garcas	R$	120.728,98	0,18	29	24,14	79%
Santo Antonio Do Leverger	R$	76.400,72	0,17	46	13,06	77%
Claudia	R$	106.017,38	0,17	2.232	14,26	75%
Mirassol D'oeste	R$	88.761,48	0,14	0	28,71	74%
Pedra Preta	R$	117.752,27	0,16	2.386	14,08	72%
Dom Aquino	R$	96.163,92	0,10	0	30,27	71%
Barra Do Bugres	R$	71.919,44	0,15	5.798	16,97	71%
Arenapolis	R$	97.319,57	0,16	0	7,16	70%
Guiratinga	R$	94.040,04	0,16	0	18,44	70%
Alto Araguaia	R$	95.629,95	0,15	640	12,57	69%
Araguainha	R$	323.857,75	0,15	0	23,30	68%
Vera	R$	128.508,22	0,14	3.916	21,38	67%
Nova Xavantina	R$	77.839,18	0,14	633	21,41	65%
Itauba	R$	133.300,54	0,14	1.960	20,17	63%
Nova Olimpia	R$	63.030,08	0,12	7.852	14,33	63%
Ponte Branca	R$	229.109,20	0,13	0	22,52	62%
Aripuana	R$	80.260,79	0,12	6.848	20,58	62%
Juscimeira	R$	93.638,75	0,14	953	13,11	62%
Campo Verde	R$	76.170,25	0,12	11.246	9,22	62%
Itiquira	R$	193.560,59	0,14	1.195	19,10	62%
Nossa Senhora Do Livramento	R$	61.197,85	0,11	1.744	22,76	61%
Pocone	R$	58.742,86	0,11	917	17,69	60%
Brasnorte	R$	82.860,78	0,12	3.193	20,76	60%
Acorizal	R$	69.498,74	0,11	509	22,01	59%
Diamantino	R$	144.160,20	0,12	3.221	10,27	57%
São Jose Do Rio Claro	R$	120.341,50	0,12	2.096	10,35	54%
Nobres	R$	75.415,59	0,12	702	16,14	52%
Juruena	R$	151.314,95	0,07	1.779	18,67	45%
Canarana	R$	84.665,17	0,09	4.982	13,30	43%
Mínimo*	**R$**	**47.257,36**	**0,07**	**0**	**3,81**	**43%**
Média*	**R$**	**111.848,58**	**0,15**	**4.674**	**22,73**	**80%**
Desvio Padrão*	**R$**	**64.817,92**	**0,03**	**9.396**	**10,00**	**16%**
Máximo*	**R$**	**405.943,80**	**0,22**	**53.265**	**45,81**	**100%**

Municípios Do Mato Grosso	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Castanheira	R$	48.674,64	0,18	441	47,39	100%
Cuiaba	R$	53.453,28	0,09	67.752	6,16	100%
Nova Bandeirantes	R$	48.922,68	0,22	4.692	37,21	100%
Pontes E Lacerda	R$	33.981,67	0,16	4.216	15,33	100%
Porto Alegre Do Norte	R$	36.411,49	0,15	2.125	50,06	100%
Porto Estrela	R$	80.068,67	0,20	0	45,06	100%
Sinop	R$	41.717,86	0,13	38.097	5,11	100%

Nova Canaa Do Norte	R$	51.586,29	0,20	611	28,44	94%
Alto Boa Vista	R$	67.823,80	0,16	2.025	44,23	93%
Rondonopolis	R$	50.814,60	0,12	45.249	5,76	92%
Tabapora	R$	60.676,19	0,19	0	38,93	92%
Guaranta Do Norte	R$	43.180,49	0,17	4.016	35,06	92%
Nossa Senhora Do Livramento	R$	51.894,92	0,17	0	40,15	91%
Carlinda	R$	44.635,23	0,18	0	27,38	91%
Caceres	R$	32.364,73	0,12	6.626	17,14	88%
Nova Maringa	R$	65.024,52	0,19	2.640	28,36	87%
Novo Mundo	R$	63.437,65	0,18	2.335	34,33	87%
Pocone	R$	32.689,06	0,12	1.006	26,99	87%
Brasnorte	R$	58.076,95	0,18	5.542	18,13	84%
Itauba	R$	90.377,05	0,18	0	10,00	83%
Peixoto De Azevedo	R$	40.212,62	0,15	4.656	20,52	83%
Ribeirao Cascalheira	R$	55.817,28	0,18	1.237	30,54	82%
Feliz Natal	R$	70.237,47	0,18	4.164	27,65	82%
Terra Nova Do Norte	R$	63.515,64	0,18	0	17,44	82%
Tangara Da Serra	R$	39.990,10	0,11	24.601	5,80	81%
Porto Esperidiao	R$	52.915,18	0,17	1.035	23,03	81%
Jauru	R$	55.802,72	0,17	0	21,91	80%
Colider	R$	38.461,99	0,14	2.715	11,98	80%
Nova Guarita	R$	65.303,14	0,17	0	29,33	80%
Nova Lacerda	R$	71.217,53	0,17	1.391	29,21	80%
Planalto Da Serra	R$	103.577,23	0,16	0	32,05	79%
São Jose Dos Quatro Marcos	R$	42.469,13	0,15	0	10,59	78%
Comodoro	R$	54.934,35	0,17	3.132	20,07	78%
Rio Branco	R$	69.826,36	0,17	0	12,48	78%
Mirassol D'oeste	R$	34.656,66	0,12	2.546	9,36	77%
Juina	R$	47.227,47	0,16	1.238	21,08	75%
Vila Bela Da Santissima Trindade	R$	53.152,93	0,14	2.236	32,01	75%
Nobres	R$	54.227,07	0,16	8	22,30	75%
Juscimeira	R$	43.995,11	0,15	0	14,28	75%
Cocalinho	R$	76.874,98	0,16	127	14,94	74%
Cotriguacu	R$	41.908,86	0,13	5.876	24,71	74%
Salto Do Ceu	R$	79.361,05	0,16	0	16,14	74%
Santo Afonso	R$	99.663,61	0,16	0	23,47	74%
Nova Olimpia	R$	67.890,47	0,16	3.329	13,18	73%
Luciara	R$	108.776,84	0,14	0	32,63	73%
Querencia	R$	54.341,34	0,15	5.759	20,85	72%
Lucas Do Rio Verde	R$	51.131,16	0,11	26.240	2,85	72%
Nova Ubirata	R$	71.023,05	0,15	3.564	11,39	71%
Itiquira	R$	110.138,71	0,15	2.278	3,60	70%
Matupa	R$	61.625,08	0,15	2.885	14,87	70%

Campo Novo Do Parecis	R$	75.837,42	0,14	9.939	2,13	70%
Barra Do Bugres	R$	47.336,12	0,14	5.011	17,33	70%
Araguainha	R$	181.347,49	0,13	0	32,28	70%
Jangada	R$	43.462,86	0,13	562	22,28	70%
Aripuana	R$	55.899,76	0,15	4.622	24,24	69%
Nova Mutum	R$	55.375,28	0,12	18.043	1,98	68%
Acorizal	R$	46.429,45	0,13	0	29,71	68%
Juruena	R$	42.234,31	0,12	6.386	7,87	68%
São Jose Do Povo	R$	71.892,52	0,15	536	21,09	68%
Novo Horizonte Do Norte	R$	84.554,23	0,14	238	24,71	65%
Uniao Do Sul	R$	93.342,69	0,14	0	9,35	65%
Sorriso	R$	48.827,26	0,08	30.916	2,91	64%
Alta Floresta	R$	45.148,15	0,13	2.182	9,70	64%
Novo São Joaquim	R$	92.342,00	0,14	0	23,09	64%
Claudia	R$	60.497,69	0,14	1.459	1,48	63%
Gloria D'oeste	R$	82.415,86	0,14	0	13,91	63%
Santa Carmen	R$	97.825,29	0,14	635	2,38	63%
Araguaiana	R$	88.452,90	0,14	0	7,55	63%
Dom Aquino	R$	57.060,22	0,14	0	11,49	63%
Nova Brasilandia	R$	78.426,60	0,14	0	22,74	63%
Campo Verde	R$	58.079,31	0,11	14.368	3,54	62%
Arenapolis	R$	42.295,89	0,12	0	11,81	62%
Primavera Do Leste	R$	55.786,07	0,12	12.209	1,92	62%
Agua Boa	R$	55.872,56	0,13	6.101	11,63	61%
Canarana	R$	57.794,62	0,13	3.346	11,02	60%
Marcelandia	R$	72.047,43	0,13	0	17,93	59%
Reserva Do Cabacal	R$	104.805,99	0,13	318	20,06	59%
São Jose Do Rio Claro	R$	47.443,44	0,12	3.841	9,33	58%
Paranatinga	R$	53.647,73	0,12	3.948	17,75	58%
Rosario Oeste	R$	46.569,70	0,12	0	23,63	58%
Guiratinga	R$	45.467,56	0,12	1.327	6,73	58%
Alto Araguaia	R$	74.727,81	0,12	4.234	7,22	57%
Poxoreo	R$	49.109,90	0,12	0	20,17	57%
Ponte Branca	R$	121.653,33	0,12	0	20,43	57%
Araputanga	R$	51.578,06	0,12	1.667	6,84	56%
Denise	R$	49.411,95	0,12	1.060	12,81	55%
Ribeiraozinho	R$	114.180,23	0,12	219	19,20	55%
Nova Xavantina	R$	54.921,33	0,12	1.811	8,97	54%
Vera	R$	58.960,81	0,12	1.180	6,00	54%
Pedra Preta	R$	66.753,01	0,11	2.144	7,39	53%
Juara	R$	47.123,60	0,11	2.043	16,31	53%
Campos De Julio	R$	118.850,60	0,11	2.259	1,53	50%
Gaucha Do Norte	R$	67.705,43	0,11	1.688	7,35	49%
Figueiropolis D'oeste	R$	68.265,31	0,10	0	15,26	48%
Jaciara	R$	52.310,48	0,10	1.851	3,47	47%

São Felix Do Araguaia	R$	61.901,20	0,10	1.176	17,66	46%
Porto Dos Gauchos	R$	79.076,19	0,10	0	10,91	46%
São Pedro Da Cipa	R$	63.195,30	0,10	663	17,80	46%
Alto Garcas	R$	55.275,27	0,08	2.015	5,12	35%
Alto Taquari	R$	105.910,66	0,07	3.596	3,49	35%
Tesouro	R$	80.806,92	0,07	249	14,99	34%
Mínimo*	**R$**	**32.364,73**	**0,07**	**0**	**1,48**	**34%**
Média*	**R$**	**64.023,00**	**0,14**	**4.359**	**17,60**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$**	**23.708,03**	**0,03**	**9.886**	**11,35**	**16%**
Máximo*	**R$**	**181.347,49**	**0,22**	**67.752**	**50,06**	**100%**

Municípios Do Paraná	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Colombo	R$	37.122,46	0,16	65.562	11,22	100%
Guaraquecaba	R$	158.044,55	0,11	526	40,00	100%
Nova Tebas	R$	118.805,15	0,26	0	35,69	100%
Quitandinha	R$	64.528,87	0,23	854	26,28	100%
Reserva	R$	45.443,59	0,16	77	35,24	100%
São Jose Dos Pinhais	R$	71.215,93	0,13	76.861	4,46	100%
Paicandu	R$	51.994,65	0,19	8.567	5,76	99%
Candido De Abreu	R$	71.854,59	0,17	0	35,12	98%
Corumbatai Do Sul	R$	142.620,78	0,20	0	35,74	97%
Turvo	R$	74.775,04	0,16	344	34,69	96%
Sulina	R$	195.225,59	0,22	0	34,96	96%
Lindoeste	R$	150.139,43	0,16	0	36,16	94%
Foz Do Iguacu	R$	120.446,94	0,13	68.420	5,49	94%
Salgado Filho	R$	178.514,58	0,20	0	33,87	93%
Londrina	R$	114.306,86	0,13	68.390	1,89	93%
Cantagalo	R$	131.418,45	0,18	1.367	33,16	90%
Pien	R$	63.397,40	0,20	2.053	13,77	90%
Diamante D'oeste	R$	219.920,86	0,15	0	33,97	89%
Cascavel	R$	88.654,19	0,15	51.867	3,58	89%
Paulo Frontin	R$	108.976,99	0,15	7	32,87	88%
Boa Vista Da Aparecida	R$	131.161,85	0,23	0	24,15	88%
Roncador	R$	97.761,15	0,21	0	28,63	87%
Senges	R$	89.910,62	0,21	2.783	17,80	86%
Eneas Marques	R$	166.235,10	0,22	0	11,82	85%
Dois Vizinhos	R$	123.610,54	0,22	795	11,48	85%
Campo Bonito	R$	115.978,43	0,14	69	31,71	85%
Marmeleiro	R$	96.329,58	0,21	0	18,63	85%
Prudentopolis	R$	59.805,55	0,15	0	28,96	85%
Vere	R$	124.042,24	0,22	0	14,31	84%
Ivai	R$	74.067,87	0,17	0	28,82	84%
Sarandi	R$	52.065,19	0,16	23.441	4,17	84%

Salto Do Lontra	R$	99.709,15	0,21	0	16,62	84%
Ampere	R$	81.473,43	0,20	2.410	22,93	84%
Capitao Leonidas Marques	R$	118.518,57	0,21	1.416	17,14	84%
Pranchita	R$	174.208,16	0,21	0	19,79	82%
Mangueirinha	R$	143.114,60	0,21	369	24,96	82%
Palmital	R$	85.789,36	0,19	0	23,89	81%
Ipiranga	R$	74.749,80	0,18	718	23,56	81%
Antonio Olinto	R$	76.043,22	0,18	0	25,16	81%
Reboucas	R$	71.645,49	0,18	715	24,38	81%
Rosario Do Ivai	R$	134.260,78	0,21	0	27,49	81%
Sapopema	R$	104.415,36	0,16	0	29,34	81%
Maringa	R$	125.236,34	0,13	48.361	0,68	80%
São Joao	R$	114.965,37	0,20	0	11,79	80%
Santa Ines	R$	213.164,07	0,15	55	30,27	80%
Godoy Moreira	R$	182.910,92	0,19	0	28,93	80%
Almirante Tamandare	R$	47.306,58	0,15	32.839	13,30	80%
Pitanga	R$	95.447,64	0,19	0	22,53	80%
São Joao Do Triunfo	R$	88.673,61	0,18	98	26,23	79%
Chopinzinho	R$	134.055,72	0,20	967	19,34	79%
Ibema	R$	146.163,01	0,16	0	29,18	78%
Xambre	R$	136.772,96	0,20	0	11,01	78%
Pinhao	R$	113.324,80	0,17	3.754	26,83	78%
Mallet	R$	72.007,77	0,15	794	26,85	77%
Campina Grande Do Sul	R$	69.770,29	0,16	15.223	10,28	77%
Curiuva	R$	55.212,27	0,15	2.401	21,50	77%
Bom Sucesso	R$	134.898,09	0,20	0	18,35	76%
Mariopolis	R$	121.126,31	0,20	0	15,36	76%
Cambe	R$	65.976,87	0,16	11.544	1,57	76%
Araucaria	R$	207.263,30	0,14	32.814	6,55	76%
Japira	R$	97.307,14	0,19	67	20,82	76%
Munhoz De Melo	R$	195.665,38	0,19	0	6,37	75%
Nova Prata Do Iguacu	R$	134.632,47	0,19	0	12,42	75%
Irati	R$	63.756,97	0,16	3.388	21,15	75%
Ponta Grossa	R$	91.072,74	0,13	41.912	8,66	75%
Nova Londrina	R$	98.429,95	0,18	315	3,22	75%
Maria Helena	R$	114.879,77	0,19	0	26,11	75%
Barra Do Jacare	R$	198.973,66	0,19	0	8,69	74%
Santa Izabel Do Oeste	R$	119.293,94	0,19	0	16,62	74%
Cerro Azul	R$	84.987,27	0,15	270	26,22	74%
Guarapuava	R$	92.079,99	0,16	19.433	17,23	74%
Tapira	R$	121.217,04	0,19	0	6,89	73%
Lapa	R$	67.124,36	0,16	4.469	14,41	73%
Francisco Beltrao	R$	85.447,24	0,17	5.860	9,99	73%
Amapora	R$	128.481,43	0,19	707	6,62	73%

Alto Piquiri	R$	149.462,56	0,19	0	12,40	73%
Icaraima	R$	105.581,04	0,18	0	15,07	73%
Tamboara	R$	129.799,45	0,19	0	6,96	73%
Mandaguacu	R$	97.734,23	0,18	2.131	4,53	72%
Guaratuba	R$	93.371,40	0,17	9.259	12,85	72%
Luiziana	R$	151.734,98	0,18	0	22,93	72%
Campo Largo	R$	84.897,47	0,15	20.259	11,67	72%
Lupionopolis	R$	151.641,69	0,18	0	14,09	72%
Santa Tereza Do Oeste	R$	97.142,05	0,17	4.636	21,04	72%
Cruzeiro Do Oeste	R$	79.861,02	0,17	0	15,44	72%
Santa Cecilia Do Pavao	R$	152.861,84	0,17	0	25,87	71%
Iretama	R$	119.582,06	0,14	0	26,19	71%
Santo Antonio Do Paraiso	R$	186.181,11	0,18	302	12,27	71%
Pato Branco	R$	76.692,02	0,16	10.375	6,71	71%
Atalaia	R$	145.344,02	0,18	0	0,10	71%
São Jose Da Boa Vista	R$	140.371,57	0,18	0	22,18	71%
São Jeronimo Da Serra	R$	84.476,48	0,17	0	20,26	71%
Rio Azul	R$	76.844,67	0,15	617	23,90	71%
Paranapoema	R$	210.341,68	0,18	0	14,89	71%
Contenda	R$	89.221,77	0,17	1.509	16,19	71%
Santo Antonio Do Sudoeste	R$	93.658,56	0,17	429	17,50	70%
Ipora	R$	118.248,74	0,18	0	9,96	70%
Quedas Do Iguacu	R$	123.920,33	0,17	3.842	16,61	70%
São Mateus Do Sul	R$	88.395,48	0,17	3.431	17,26	70%
Tapejara	R$	96.694,98	0,17	1.063	14,18	70%
Santa Helena	R$	298.462,64	0,18	1.630	11,69	70%
Quatro Barras	R$	147.232,74	0,17	6.154	12,19	70%
São Jose Das Palmeiras	R$	182.469,37	0,18	0	14,71	70%
Agudos Do Sul	R$	77.855,69	0,16	1.145	19,47	70%
Assis Chateaubriand	R$	107.083,89	0,17	0	4,40	69%
Guaraniacu	R$	121.227,86	0,18	0	24,12	69%
Arapoti	R$	96.033,55	0,17	2.911	17,53	69%
Porto Rico	R$	220.320,11	0,18	0	4,12	69%
São Jorge D'oeste	R$	152.363,83	0,18	0	16,61	69%
São Sebastiao Da Amoreira	R$	100.391,33	0,17	605	5,88	69%
Tijucas Do Sul	R$	74.545,40	0,14	2.036	22,28	69%
Jaguapita	R$	88.853,60	0,16	319	11,44	68%
Campina Da Lagoa	R$	92.138,30	0,17	0	11,43	68%
Siqueira Campos	R$	64.346,72	0,15	1.774	9,05	68%
Mambore	R$	107.056,14	0,17	0	16,33	68%
Toledo	R$	143.015,95	0,16	11.950	3,44	68%
General Carneiro	R$	83.145,94	0,15	2.612	21,19	68%
Wenceslau Braz	R$	79.490,62	0,16	687	11,39	68%

Campo Do Tenente	R$	104.057,79	0,17	1.094	19,62	68%
Pinhalao	R$	78.252,80	0,13	489	23,82	68%
Indianopolis	R$	207.150,30	0,17	0	2,33	67%
Marilandia Do Sul	R$	130.132,98	0,17	0	12,75	67%
Castro	R$	98.089,17	0,16	8.743	14,53	67%
Bandeirantes	R$	77.270,23	0,16	0	3,58	67%
Paraiso Do Norte	R$	118.118,88	0,17	864	5,64	67%
Juranda	R$	100.994,55	0,17	0	15,68	67%
Paranagua	R$	103.260,16	0,13	25.241	5,15	67%
Santa Cruz De Monte Castelo	R$	112.714,35	0,17	0	7,28	67%
Missal	R$	179.930,89	0,17	61	8,23	67%
Tuneiras Do Oeste	R$	103.339,03	0,17	0	6,61	67%
Nova Aurora	R$	144.104,80	0,17	0	7,24	67%
Cruz Machado	R$	104.910,70	0,16	1.099	21,75	67%
Tomazina	R$	79.689,18	0,16	0	19,23	66%
Teixeira Soares	R$	168.782,35	0,17	382	23,64	66%
Jaguariaiva	R$	106.947,96	0,16	6.001	14,25	66%
Florestopolis	R$	77.420,51	0,16	192	8,31	66%
Araruna	R$	102.141,69	0,16	694	12,06	66%
Jundiai Do Sul	R$	175.678,98	0,17	0	9,34	66%
Lunardelli	R$	152.640,67	0,17	0	22,56	66%
Nova America Da Colina	R$	164.106,00	0,17	0	13,96	66%
Renascenca	R$	130.013,48	0,17	0	21,81	66%
Marilena	R$	95.584,04	0,16	31	6,26	66%
Planalto	R$	98.737,60	0,16	0	12,93	66%
Nova Cantu	R$	91.396,75	0,16	0	17,40	66%
São Carlos Do Ivai	R$	153.434,63	0,14	932	24,05	66%
Imbituva	R$	72.931,53	0,15	7.926	16,39	66%
Piraquara	R$	95.642,00	0,10	41.540	7,88	65%
Bela Vista Do Paraiso	R$	96.829,36	0,16	0	3,34	65%
Jataizinho	R$	83.599,23	0,15	899	16,97	65%
Jaboti	R$	116.002,84	0,17	214	21,53	65%
Ceu Azul	R$	237.979,94	0,17	0	3,69	65%
Conselheiro Mairinck	R$	125.637,30	0,17	0	2,61	65%
Jesuitas	R$	164.475,43	0,17	0	5,79	65%
Tres Barras Do Parana	R$	118.857,24	0,17	0	20,99	65%
Porto Amazonas	R$	119.649,90	0,17	657	2,58	65%
Peabiru	R$	103.904,98	0,16	0	11,38	65%
Tibagi	R$	114.653,02	0,15	2.011	22,53	65%
Engenheiro Beltrao	R$	108.956,14	0,16	0	11,11	64%
Matelandia	R$	179.823,09	0,16	734	12,13	64%
Santa Isabel Do Ivai	R$	135.694,75	0,16	0	8,82	64%
Altamira Do Parana	R$	133.642,31	0,16	0	18,91	64%
Guaira	R$	136.589,14	0,16	0	6,58	64%

Joaquim Tavora	R$	77.424,19	0,15	0	11,10	64%
Sabaudia	R$	137.462,34	0,16	120	1,94	64%
São Joao Do Caiua	R$	123.959,09	0,16	83	6,49	64%
Barbosa Ferraz	R$	99.461,62	0,15	0	22,01	63%
Catanduvas	R$	102.770,34	0,15	600	22,07	63%
São Jorge Do Patrocinio	R$	131.723,17	0,16	0	9,98	63%
Itaguaje	R$	106.518,42	0,16	0	15,86	63%
Campo Mourao	R$	97.700,85	0,15	2.546	6,68	63%
Lobato	R$	156.192,77	0,16	302	3,12	63%
Centenario Do Sul	R$	118.638,68	0,16	0	14,53	62%
Manoel Ribas	R$	87.477,92	0,15	1.110	12,05	62%
Terra Boa	R$	90.359,80	0,15	391	15,73	62%
Nova Santa Rosa	R$	152.978,38	0,16	83	2,08	62%
Cambira	R$	138.396,01	0,16	333	5,27	62%
Quinta Do Sol	R$	139.679,82	0,16	160	15,73	62%
Pirai Do Sul	R$	76.133,72	0,14	2.233	6,45	62%
Jardim Alegre	R$	122.688,11	0,16	47	13,59	62%
Diamante Do Norte	R$	202.637,78	0,16	0	8,13	62%
Cidade Gaucha	R$	110.077,84	0,15	1.059	5,81	61%
Uniao Da Vitoria	R$	86.956,38	0,14	5.282	6,27	61%
Apucarana	R$	83.254,35	0,13	12.763	4,15	61%
Antonina	R$	87.029,09	0,14	2.104	6,63	61%
Paula Freitas	R$	111.629,59	0,15	395	18,85	61%
Sertanopolis	R$	87.350,78	0,15	856	0,92	61%
Moreira Sales	R$	121.404,65	0,16	0	17,87	61%
Bocaiuva Do Sul	R$	97.062,67	0,15	1.219	17,06	61%
Cafelandia	R$	125.088,28	0,15	3.050	1,93	61%
Itauna Do Sul	R$	117.969,12	0,15	0	15,67	60%
Barracao	R$	130.667,90	0,14	384	21,70	60%
Guaraci	R$	145.709,37	0,15	0	10,21	60%
Cianorte	R$	75.800,40	0,13	7.555	3,10	60%
Paranavai	R$	67.575,14	0,13	4.698	3,56	60%
Rio Negro	R$	104.593,59	0,15	2.395	12,05	60%
Boa Esperanca	R$	187.547,85	0,15	0	12,91	60%
Fenix	R$	137.010,47	0,15	0	16,86	60%
Tupassi	R$	176.553,06	0,15	0	5,02	60%
Ivaipora	R$	68.996,01	0,14	0	7,84	60%
Palmeira	R$	100.077,55	0,15	1.801	11,91	60%
São Pedro Do Parana	R$	217.443,98	0,15	0	9,22	60%
Arapongas	R$	67.558,41	0,12	20.872	4,25	60%
Balsa Nova	R$	130.368,44	0,15	2.202	15,90	59%
Mandaguari	R$	84.090,00	0,14	3.309	2,67	59%
Santa Fe	R$	105.343,37	0,15	162	2,57	59%
Cafeara	R$	202.560,02	0,15	87	0,04	59%
Colorado	R$	104.190,61	0,15	1.985	7,39	59%

Rio Bom	R$	152.462,59	0,15	0	14,98	59%
Loanda	R$	81.734,23	0,14	1.792	8,18	59%
Santa Mariana	R$	114.325,00	0,15	0	9,94	59%
Santo Antonio Da Platina	R$	80.760,66	0,14	1.229	9,47	59%
Ribeirao Claro	R$	94.741,63	0,14	0	5,22	59%
Ubirata	R$	121.629,32	0,15	0	7,68	59%
Andira	R$	91.653,35	0,14	2.079	1,35	59%
Alto Parana	R$	89.532,97	0,14	670	6,88	59%
California	R$	99.278,27	0,14	349	12,26	58%
Porto Vitoria	R$	156.666,08	0,15	0	17,83	58%
Realeza	R$	125.366,67	0,15	0	17,04	58%
Altonia	R$	95.987,27	0,14	0	11,07	58%
Nossa Senhora Das Gracas	R$	129.486,44	0,15	353	5,06	58%
Coronel Vivida	R$	107.571,65	0,14	0	17,18	58%
Florai	R$	128.507,99	0,15	0	2,36	58%
Ouro Verde Do Oeste	R$	155.821,04	0,15	0	8,90	58%
Palotina	R$	206.467,67	0,14	1.332	0,05	57%
Miraselva	R$	304.784,69	0,15	0	4,86	57%
Ibipora	R$	75.328,89	0,13	6.985	1,80	57%
Congonhinhas	R$	89.473,87	0,14	78	14,13	57%
Iguaracu	R$	166.182,87	0,15	299	9,27	57%
Bituruna	R$	120.877,10	0,14	2.881	12,77	57%
Marechal Candido Rondon	R$	226.801,87	0,14	6.003	1,91	57%
Cruzeiro Do Sul	R$	152.056,30	0,15	0	13,39	57%
Santo Antonio Do Caiua	R$	249.223,58	0,15	0	2,89	57%
Sertaneja	R$	174.576,72	0,15	0	8,59	57%
Santo Inacio	R$	112.657,89	0,14	0	7,22	57%
Umuarama	R$	85.940,80	0,13	8.282	3,80	57%
Inaja	R$	192.084,39	0,14	273	14,22	56%
Santa Terezinha De Itaipu	R$	112.022,10	0,14	4.219	6,24	56%
Japura	R$	103.470,01	0,14	0	2,56	56%
Alvorada Do Sul	R$	141.412,97	0,14	0	5,04	56%
Grandes Rios	R$	158.756,52	0,14	0	12,77	56%
Itambe	R$	141.972,05	0,14	0	2,13	56%
Telemaco Borba	R$	108.877,65	0,14	3.072	6,65	55%
São Joao Do Ivai	R$	110.410,75	0,14	0	17,44	55%
Figueira	R$	71.940,00	0,13	0	10,82	55%
Goioere	R$	152.453,96	0,14	0	9,09	55%
Primeiro De Maio	R$	128.422,10	0,14	0	5,01	55%
Urai	R$	89.117,98	0,13	0	9,63	55%
Douradina	R$	117.786,12	0,14	0	18,62	55%
Rolandia	R$	81.651,94	0,12	7.929	2,95	55%
Janiopolis	R$	178.066,33	0,14	0	10,52	55%

Laranjeiras Do Sul	R$	143.663,66	0,13	3.088	16,47	54%
Carlopolis	R$	80.750,05	0,13	948	10,64	54%
Marialva	R$	102.215,89	0,13	6.077	2,08	54%
Salto Do Itarare	R$	113.141,74	0,14	0	10,29	54%
Marumbi	R$	126.663,03	0,14	0	4,64	54%
Perola	R$	147.719,20	0,14	0	3,93	54%
Terra Roxa	R$	121.231,21	0,14	0	6,23	54%
Uniflor	R$	214.748,44	0,14	0	0,34	54%
Faxinal	R$	122.846,83	0,14	468	14,33	54%
Braganey	R$	127.457,18	0,14	0	18,99	53%
Kalore	R$	139.193,75	0,14	0	6,36	53%
Morretes	R$	79.406,72	0,12	2.140	10,58	53%
Planaltina Do Parana	R$	130.722,78	0,14	196	7,83	53%
São Pedro Do Ivai	R$	105.659,42	0,13	140	11,72	53%
Jacarezinho	R$	80.740,44	0,12	0	8,16	53%
Doutor Camargo	R$	177.014,42	0,13	0	1,20	53%
São Miguel Do Iguacu	R$	274.643,27	0,13	3.905	1,16	53%
Matinhos	R$	82.919,84	0,11	12.859	1,31	52%
Quatigua	R$	83.975,45	0,12	976	6,01	52%
Vitorino	R$	100.603,99	0,13	0	9,82	52%
Rondon	R$	115.978,80	0,13	0	14,78	52%
Capanema	R$	100.156,23	0,12	0	18,53	52%
Palmas	R$	83.789,56	0,12	6.771	14,28	52%
Porecatu	R$	119.296,98	0,13	0	6,02	52%
Vera Cruz Do Oeste	R$	136.436,15	0,13	0	8,95	52%
Francisco Alves	R$	122.730,91	0,13	0	7,77	51%
São Tome	R$	143.949,48	0,13	0	15,91	51%
Astorga	R$	101.316,91	0,12	1.179	4,93	51%
Nova Olimpia	R$	111.177,66	0,13	0	7,22	51%
Corbelia	R$	136.458,45	0,13	23	7,48	50%
Floresta	R$	125.775,01	0,13	595	1,83	50%
Clevelandia	R$	82.066,68	0,12	281	14,43	50%
Nova Esperanca	R$	90.963,29	0,12	1.540	1,19	50%
Itambaraca	R$	91.666,64	0,12	0	16,45	50%
Medianeira	R$	120.435,91	0,12	4.547	3,66	50%
Mariluz	R$	104.815,62	0,12	0	16,21	50%
Ivatuba	R$	281.959,71	0,13	288	1,20	49%
Guaporema	R$	226.893,13	0,13	0	4,41	49%
Jussara	R$	128.508,49	0,12	253	7,07	47%
Guapirama	R$	143.267,19	0,12	262	3,57	46%
Rancho Alegre	R$	217.597,67	0,12	0	0,51	46%
São Jorge Do Ivai	R$	315.495,10	0,12	0	1,53	45%
Formosa Do Oeste	R$	184.711,98	0,11	0	7,12	44%
Jandaia Do Sul	R$	128.946,50	0,11	1.102	4,95	43%
Florida	R$	231.282,19	0,11	338	1,97	41%

Terra Rica	R$	121.999,07	0,10	0	6,14	41%
Santa Amelia	R$	120.330,01	0,10	0	6,72	40%
Cambara	R$	93.627,13	0,10	1.397	3,10	40%
Assai	R$	129.757,66	0,10	0	13,02	38%
Mínimo*	**R$**	**37.122,46**	**0,10**	**0**	**0,04**	**38%**
Média*	**R$**	**122.223,92**	**0,16**	**3.243**	**12,86**	**66%**
Desvio Padrão*	**R$**	**45.551,27**	**0,03**	**10.296**	**8,73**	**13%**
Máximo*	**R$**	**315.495,10**	**0,26**	**76.861**	**40,00**	**100%**

Municípios do Paraná	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Almirante Tamandare	R$	21.562,06	0,12	14.927	1,68	100%
Colombo	R$	26.754,26	0,10	29.638	1,55	100%
Curitiba	R$	81.902,62	0,07	164.592	0,49	100%
Goioxim	R$	51.052,62	0,20	0	40,39	100%
Ibaiti	R$	29.893,48	0,16	2.303	5,78	100%
Itaperucu	R$	28.896,04	0,16	4.543	1,83	100%
Fazenda Rio Grande	R$	27.376,70	0,13	18.798	1,83	97%
Curiuva	R$	42.498,30	0,17	1.019	4,59	95%
Turvo	R$	47.638,76	0,18	0	4,86	95%
São Jose Dos Pinhais	R$	45.290,83	0,11	59.894	1,34	95%
Marquinho	R$	62.814,91	0,18	0	26,00	93%
Prudentopolis	R$	31.479,13	0,13	3.448	13,66	93%
Piraquara	R$	28.834,18	0,12	20.321	2,73	92%
Candido De Abreu	R$	45.456,64	0,17	0	16,91	90%
Coronel Domingos Soares	R$	70.036,27	0,17	234	17,01	89%
Cruz Machado	R$	58.330,85	0,17	373	6,61	88%
Pinhal De São Bento	R$	90.074,33	0,17	65	25,75	88%
Altamira Do Parana	R$	67.161,93	0,17	0	12,95	88%
Antonio Olinto	R$	44.387,68	0,16	0	12,96	87%
Paulo Frontin	R$	46.188,25	0,16	348	10,49	87%
Campo Bonito	R$	71.606,53	0,17	0	3,19	87%
Rio Branco Do Ivai	R$	67.010,07	0,17	140	12,77	86%
Reserva	R$	36.044,04	0,13	1.195	17,40	85%
Braganey	R$	59.099,29	0,16	0	2,09	84%
Rio Bonito Do Iguacu	R$	62.703,94	0,16	0	25,06	84%
Maringa	R$	48.111,79	0,07	68.424	0,18	84%
Cascavel	R$	35.984,97	0,09	40.836	0,69	83%
Guamiranga	R$	48.394,85	0,16	766	17,28	83%
Rio Azul	R$	40.860,19	0,15	1.070	11,47	83%
Godoy Moreira	R$	70.314,54	0,16	0	8,63	82%
Agudos Do Sul	R$	41.725,80	0,15	1.049	8,16	81%
Guaporema	R$	106.236,77	0,16	0	4,24	80%
Sapopema	R$	47.715,92	0,15	0	5,00	79%
Ibema	R$	51.096,80	0,15	194	2,65	79%

Honorio Serpa	R$	63.644,71	0,15	0	9,96	79%
Ariranha Do Ivai	R$	96.094,68	0,15	0	4,44	78%
Bom Jesus Do Sul	R$	79.111,26	0,15	0	16,19	78%
Clevelandia	R$	45.245,82	0,14	0	3,31	77%
Mato Rico	R$	72.238,98	0,15	0	25,03	76%
Quarto Centenario	R$	70.797,73	0,15	0	1,20	76%
Quitandinha	R$	35.207,11	0,12	1.817	14,82	76%
Ponta Grossa	R$	37.985,34	0,09	37.995	1,61	76%
Paicandu	R$	28.314,10	0,12	5.172	0,67	76%
Cruzeiro Do Iguacu	R$	87.352,39	0,15	0	1,64	75%
Santa Maria Do Oeste	R$	45.242,50	0,13	0	24,95	75%
Abatia	R$	40.188,06	0,13	0	3,55	75%
Tijucas Do Sul	R$	41.024,51	0,13	2.277	8,08	75%
Farol	R$	85.681,05	0,14	0	7,51	74%
Iguatu	R$	101.721,80	0,14	0	4,91	74%
Porto Barreiro	R$	98.676,93	0,14	0	5,47	74%
Ortigueira	R$	44.733,92	0,14	0	15,43	74%
Tibagi	R$	61.581,66	0,14	910	7,30	73%
Campo Largo	R$	35.811,72	0,11	19.595	2,60	73%
Renascenca	R$	59.054,31	0,14	0	3,21	73%
Ipiranga	R$	42.585,33	0,13	842	8,73	73%
Congonhinhas	R$	43.595,36	0,13	428	4,09	73%
Imbituva	R$	34.298,44	0,12	3.959	8,87	73%
Mallet	R$	43.099,89	0,13	371	9,44	72%
Rosario Do Ivai	R$	56.140,01	0,14	0	12,50	72%
Florestopolis	R$	41.020,67	0,13	0	3,55	72%
Boa Ventura De São Roque	R$	57.283,16	0,14	0	6,88	72%
Palmital	R$	42.082,47	0,13	0	15,97	71%
Campina Do Simao	R$	71.096,67	0,14	0	12,02	71%
Manfrinopolis	R$	84.201,56	0,14	0	28,11	71%
Salgado Filho	R$	73.051,38	0,14	0	8,52	71%
Cianorte	R$	39.455,29	0,12	12.557	1,23	71%
Luiziana	R$	64.516,46	0,14	0	5,29	71%
Nova Esperanca Do Sudoeste	R$	65.037,98	0,14	0	4,43	71%
Santo Antonio Da Platina	R$	32.815,54	0,12	2.764	1,32	71%
Campo Magro	R$	39.177,99	0,12	4.434	2,71	70%
Campo Do Tenente	R$	51.196,80	0,14	790	7,46	70%
Pitanga	R$	41.742,27	0,13	0	7,80	70%
Bela Vista Da Caroba	R$	67.809,80	0,14	0	13,88	70%
São Mateus Do Sul	R$	38.874,86	0,12	4.688	8,08	69%
Boa Esperanca Do Iguacu	R$	105.311,05	0,14	0	2,12	69%
Nova America Da Colina	R$	76.820,19	0,14	0	0,52	69%
Rio Bom	R$	72.128,32	0,14	0	2,42	69%
Tuneiras Do Oeste	R$	46.295,10	0,13	0	4,16	69%

Marmeleiro	R$	44.328,09	0,13	235	3,68	69%
Douradina	R$	50.603,25	0,13	1.285	0,51	69%
Salto Do Itarare	R$	47.412,70	0,13	0	4,82	69%
Goioere	R$	37.808,80	0,12	0	2,07	69%
Bituruna	R$	63.809,01	0,13	147	5,07	69%
Uniflor	R$	94.601,64	0,13	104	0,31	69%
Pinhao	R$	46.039,74	0,13	1.800	14,39	69%
Sarandi	R$	26.338,01	0,09	11.425	0,26	69%
Jardim Alegre	R$	43.201,36	0,13	0	0,73	69%
Figueira	R$	39.438,06	0,12	0	4,53	68%
Arapua	R$	79.685,34	0,13	0	3,52	68%
Campina Grande Do Sul	R$	41.765,49	0,12	4.203	0,32	68%
Ivate	R$	54.248,94	0,13	589	2,02	68%
Manoel Ribas	R$	49.674,22	0,13	103	3,49	68%
Querencia Do Norte	R$	49.871,79	0,13	291	12,49	68%
Jaguariaiva	R$	45.897,22	0,13	1.826	2,48	68%
Guapirama	R$	69.154,76	0,13	0	1,66	68%
São Jose Da Boa Vista	R$	53.486,89	0,13	0	2,96	68%
Jaboti	R$	56.698,73	0,13	312	1,22	67%
Corumbatai Do Sul	R$	70.727,70	0,13	0	3,38	67%
Cruzeiro Do Sul	R$	65.996,18	0,13	0	0,10	67%
Santo Antonio Do Paraiso	R$	108.595,98	0,13	0	3,41	67%
São Jose Das Palmeiras	R$	74.225,77	0,13	0	2,09	67%
Tomazina	R$	41.959,43	0,12	0	2,01	67%
Carlopolis	R$	43.026,37	0,12	401	2,85	67%
Araucaria	R$	119.803,44	0,11	24.865	1,21	67%
Nova Cantu	R$	50.952,84	0,13	0	6,67	67%
Grandes Rios	R$	52.494,30	0,13	0	1,76	67%
Itapejara D'oeste	R$	44.655,71	0,12	1.369	2,76	66%
Perobal	R$	55.194,87	0,13	362	1,33	66%
Foz Do Jordao	R$	65.491,22	0,13	0	10,57	66%
Tamarana	R$	39.649,38	0,12	2.549	2,22	66%
Irati	R$	34.065,18	0,11	3.855	7,27	66%
Guarapuava	R$	33.892,55	0,10	12.167	3,42	66%
Cantagalo	R$	42.001,34	0,12	142	11,30	65%
Maua Da Serra	R$	52.246,27	0,13	2.084	4,86	65%
São Tome	R$	70.937,44	0,13	304	0,60	65%
Bocaiuva Do Sul	R$	40.853,07	0,12	1.937	2,20	65%
Salto Do Lontra	R$	42.541,09	0,12	932	6,24	65%
Porto Vitoria	R$	70.334,19	0,13	0	3,35	65%
Tapejara	R$	43.218,70	0,12	1.478	2,43	65%
Candoi	R$	63.364,78	0,13	798	9,17	65%
Ubirata	R$	43.021,17	0,12	0	1,78	65%
Londrina	R$	53.224,73	0,06	59.636	0,61	65%
Planalto	R$	44.502,81	0,12	0	8,53	65%

Rio Branco Do Sul	R$	53.610,40	0,13	1.309	3,97	65%
Paranagua	R$	41.317,55	0,11	13.130	2,26	64%
Ivai	R$	39.837,00	0,12	916	12,36	64%
Paula Freitas	R$	55.891,63	0,13	374	15,26	64%
Adrianopolis	R$	60.164,05	0,13	0	7,44	64%
Nova Prata Do Iguacu	R$	58.669,19	0,13	0	7,35	64%
Iretama	R$	47.844,70	0,12	0	10,41	64%
Ivaipora	R$	31.969,08	0,11	0	4,27	64%
Paraiso Do Norte	R$	39.259,64	0,11	2.033	0,39	63%
Pirai Do Sul	R$	44.143,62	0,12	1.777	1,63	63%
Iracema Do Oeste	R$	95.140,72	0,12	0	3,68	63%
Maria Helena	R$	53.122,17	0,12	0	4,12	63%
Perola D'oeste	R$	54.640,56	0,12	0	7,08	63%
Coronel Vivida	R$	43.385,51	0,12	0	3,65	63%
Saudade Do Iguacu	R$	92.784,25	0,12	420	3,56	63%
General Carneiro	R$	48.784,13	0,12	0	3,88	63%
Borrazopolis	R$	52.017,89	0,12	0	4,45	63%
São Sebastiao Da Amoreira	R$	46.991,84	0,12	78	0,76	62%
Pinhalao	R$	48.494,00	0,12	0	2,44	62%
Barbosa Ferraz	R$	45.408,38	0,12	0	9,52	62%
Pontal Do Parana	R$	56.133,92	0,12	6.597	3,01	62%
Altonia	R$	40.088,85	0,11	1.286	1,44	62%
Reboucas	R$	42.887,37	0,11	513	12,04	62%
Cruzmaltina	R$	77.809,82	0,12	0	5,45	62%
Diamante Do Sul	R$	71.812,27	0,12	0	21,57	62%
Formosa Do Oeste	R$	63.156,05	0,12	0	0,99	62%
Rancho Alegre D'oeste	R$	96.917,78	0,12	0	2,95	62%
Laranjeiras Do Sul	R$	37.838,37	0,11	752	5,84	61%
Dois Vizinhos	R$	42.765,84	0,11	4.193	1,26	61%
Conselheiro Mairinck	R$	71.121,70	0,12	173	8,90	61%
Fernandes Pinheiro	R$	67.999,86	0,12	0	16,89	61%
Eneas Marques	R$	67.501,59	0,12	0	2,42	61%
Janiopolis	R$	56.928,90	0,12	0	1,36	61%
California	R$	43.113,29	0,11	391	0,75	60%
Assai	R$	41.975,47	0,11	0	1,15	60%
Palmas	R$	35.049,63	0,09	8.069	7,88	60%
Pien	R$	56.272,61	0,12	1.438	8,44	60%
Imbau	R$	32.659,31	0,10	1.800	5,11	60%
Corbelia	R$	46.422,65	0,11	509	1,53	60%
Japira	R$	61.802,26	0,12	2	0,79	60%
Chopinzinho	R$	58.876,77	0,12	0	3,97	60%
Marumbi	R$	63.035,44	0,12	0	0,00	60%
Porto Rico	R$	110.308,80	0,12	0	1,21	60%
Santana Do Itarare	R$	51.275,88	0,12	0	2,38	60%
Santa Izabel Do Oeste	R$	42.889,68	0,11	1.421	10,22	60%

Wenceslau Braz	R$	33.216,73	0,10	0	2,37	60%
Nova Tebas	R$	59.742,82	0,12	0	16,90	59%
Moreira Sales	R$	41.813,84	0,11	0	9,88	59%
Astorga	R$	42.212,36	0,11	1.061	1,19	59%
Fenix	R$	65.267,10	0,12	0	1,67	59%
Mambore	R$	53.018,50	0,12	0	1,44	59%
Morretes	R$	48.985,30	0,11	443	2,69	59%
Terra Rica	R$	47.713,33	0,11	1.424	1,35	59%
Arapongas	R$	34.504,81	0,08	18.722	0,27	59%
Siqueira Campos	R$	33.668,41	0,10	2.454	1,12	58%
Juranda	R$	57.612,84	0,11	0	0,75	58%
Nova Laranjeiras	R$	54.958,66	0,11	0	16,65	58%
Novo Itacolomi	R$	80.032,95	0,11	0	5,31	58%
Pranchita	R$	63.791,92	0,11	0	4,97	58%
Ribeirao Claro	R$	56.983,46	0,11	0	1,10	58%
Mariluz	R$	47.562,74	0,11	0	7,78	58%
Ribeirao Do Pinhal	R$	35.747,95	0,10	0	4,53	58%
Peabiru	R$	42.870,49	0,11	137	4,01	58%
São Joao Do Ivai	R$	45.942,40	0,11	0	3,75	58%
Bom Sucesso	R$	51.357,51	0,11	388	1,62	58%
Ramilandia	R$	72.617,53	0,11	266	9,18	58%
Tres Barras Do Parana	R$	60.730,94	0,11	2	3,85	58%
Mangueirinha	R$	72.496,10	0,11	0	6,03	58%
Mirador	R$	98.283,88	0,11	0	6,88	58%
Santa Lucia	R$	65.290,22	0,11	0	6,10	58%
São Jorge D'oeste	R$	72.416,69	0,11	0	5,70	58%
Cidade Gaucha	R$	49.133,63	0,11	1.531	0,87	58%
Ventania	R$	48.572,60	0,11	1.933	6,55	58%
Campina Da Lagoa	R$	43.536,37	0,11	0	4,93	58%
Diamante D'oeste	R$	80.777,28	0,11	149	1,83	57%
Cafezal Do Sul	R$	67.276,16	0,11	0	6,47	57%
Matinhos	R$	58.208,04	0,11	5.244	3,60	57%
Araruna	R$	39.905,87	0,10	338	2,31	57%
Santo Inacio	R$	64.216,59	0,11	81	0,71	57%
Boa Vista Da Aparecida	R$	58.684,95	0,11	0	6,72	57%
Itaguaje	R$	62.641,50	0,11	0	2,32	57%
Santo Antonio Do Caiua	R$	92.133,30	0,11	0	0,19	57%
Medianeira	R$	38.284,83	0,10	3.990	0,61	57%
Jacarezinho	R$	36.751,84	0,10	0	2,74	57%
Inacio Martins	R$	49.108,49	0,11	0	9,10	57%
Vitorino	R$	56.089,08	0,11	228	1,69	56%
Diamante Do Norte	R$	69.385,38	0,11	0	0,26	56%
Santa Tereza Do Oeste	R$	44.584,01	0,10	0	1,75	56%
São Jeronimo Da Serra	R$	45.946,16	0,11	0	9,31	56%
Catanduvas	R$	52.399,65	0,11	0	4,77	56%

Francisco Beltrao	R$	42.621,24	0,09	11.811	1,56	56%
Antonina	R$	46.891,90	0,11	0	1,66	56%
Guaratuba	R$	55.785,59	0,10	4.838	2,85	55%
São Carlos Do Ivai	R$	59.130,23	0,11	450	0,94	55%
Cafeara	R$	87.407,34	0,11	210	3,49	55%
Espigao Alto Do Iguacu	R$	78.516,45	0,11	0	4,75	55%
São Pedro Do Parana	R$	111.757,22	0,11	0	0,69	55%
Senges	R$	47.842,05	0,10	636	11,30	55%
Itaipulandia	R$	247.319,41	0,11	2.190	1,39	55%
Jardim Olinda	R$	164.519,29	0,11	0	2,69	54%
Lindoeste	R$	60.295,39	0,11	0	0,77	54%
Vera Cruz Do Oeste	R$	52.055,49	0,11	0	1,95	54%
Faxinal	R$	40.024,65	0,10	706	4,56	54%
Sabaudia	R$	58.720,40	0,11	683	0,83	54%
Boa Esperanca	R$	79.023,05	0,11	0	1,51	54%
Esperanca Nova	R$	113.545,72	0,11	0	0,00	54%
Ipora	R$	51.154,84	0,11	0	3,74	54%
Planaltina Do Parana	R$	70.286,12	0,10	103	1,38	53%
Bom Sucesso Do Sul	R$	92.424,58	0,10	0	0,46	53%
Telemaco Borba	R$	42.886,19	0,09	8.634	1,55	53%
Santa Cruz De Monte Castelo	R$	48.712,26	0,10	0	2,09	53%
Rondon	R$	52.641,75	0,10	469	0,54	53%
Marilandia Do Sul	R$	48.101,58	0,10	0	6,24	53%
Santa Mariana	R$	45.583,39	0,10	0	2,28	53%
Ourizona	R$	82.676,58	0,10	0	0,86	53%
Lapa	R$	38.987,14	0,09	2.658	4,83	53%
Loanda	R$	40.656,03	0,09	1.652	0,41	53%
Pitangueiras	R$	85.460,49	0,10	396	0,83	52%
Ampere	R$	41.019,03	0,09	1.685	5,09	52%
São Pedro Do Iguacu	R$	59.520,86	0,10	0	8,70	52%
Santa Terezinha De Itaipu	R$	64.858,45	0,10	2.473	0,36	52%
Cruzeiro Do Oeste	R$	40.781,19	0,09	194	2,23	52%
Apucarana	R$	37.078,72	0,08	13.092	0,90	52%
Guairaca	R$	50.429,41	0,10	299	0,49	52%
Ouro Verde Do Oeste	R$	60.783,58	0,10	220	2,48	51%
Capanema	R$	49.883,14	0,10	287	4,81	51%
Anahy	R$	87.314,21	0,10	0	3,55	51%
Santa Ines	R$	113.774,09	0,10	0	2,31	51%
Xambre	R$	53.021,81	0,10	0	0,07	51%
Teixeira Soares	R$	48.449,75	0,10	2.091	12,76	51%
Flor Da Serra Do Sul	R$	77.644,20	0,10	761	6,54	51%
Toledo	R$	43.514,30	0,07	21.113	1,14	51%
Iguaracu	R$	77.411,85	0,10	384	0,75	51%
Nova Olimpia	R$	67.408,59	0,10	223	2,89	51%

Alto Parana	R$	37.288,56	0,09	946	0,51	51%
Brasilandia Do Sul	R$	84.146,55	0,10	0	1,57	51%
São Jorge Do Patrocinio	R$	85.354,03	0,10	0	0,82	51%
Mandirituba	R$	39.487,43	0,09	4.680	3,63	51%
Ibipora	R$	40.119,14	0,09	6.045	0,94	51%
Mandaguacu	R$	35.382,22	0,09	2.953	1,45	51%
Castro	R$	42.823,31	0,09	3.503	2,69	51%
Doutor Camargo	R$	51.893,21	0,10	51	0,70	50%
Lidianopolis	R$	66.062,00	0,10	0	1,44	50%
Nova Esperanca	R$	41.754,98	0,09	886	0,71	50%
Paranapoema	R$	93.354,19	0,10	398	1,45	50%
Marialva	R$	41.421,14	0,09	3.257	0,76	50%
Nossa Senhora Das Gracas	R$	65.868,32	0,10	3	2,12	50%
Quedas Do Iguacu	R$	42.478,11	0,09	3.241	1,01	49%
Umuarama	R$	42.836,01	0,08	9.986	0,95	49%
Barracao	R$	47.241,26	0,09	132	5,68	49%
Itambaraca	R$	48.922,99	0,09	0	2,83	49%
Palmeira	R$	42.436,82	0,09	1.276	4,74	49%
Terra Roxa	R$	46.370,44	0,09	459	1,28	49%
Guaraci	R$	58.736,14	0,10	308	2,45	49%
Lupionopolis	R$	73.013,66	0,10	269	2,69	49%
Indianopolis	R$	64.570,27	0,10	87	4,98	49%
Quatigua	R$	47.089,07	0,09	303	0,60	49%
Rolandia	R$	40.425,00	0,08	8.452	0,73	49%
Reserva Do Iguacu	R$	73.499,54	0,09	629	8,76	48%
Tamboara	R$	59.777,08	0,09	409	1,93	48%
Bandeirantes	R$	39.210,12	0,09	0	1,35	48%
São Manoel Do Parana	R$	137.046,57	0,09	26	8,36	48%
Jandaia Do Sul	R$	41.157,00	0,09	593	1,79	48%
Arapoti	R$	55.629,53	0,09	1.971	2,03	48%
Francisco Alves	R$	53.649,23	0,09	0	4,36	48%
Porecatu	R$	48.371,04	0,09	0	1,65	48%
Cambira	R$	54.056,27	0,09	548	0,34	47%
Balsa Nova	R$	72.084,34	0,09	1.583	3,84	47%
Angulo	R$	78.911,25	0,09	19	0,26	47%
Kalore	R$	67.406,65	0,09	0	1,31	47%
Paranacity	R$	46.343,38	0,09	1.141	1,12	47%
Mandaguari	R$	43.672,08	0,09	1.263	0,66	47%
Prado Ferreira	R$	72.142,72	0,09	282	0,32	47%
Porto Amazonas	R$	65.350,69	0,09	278	2,00	47%
Japura	R$	42.067,36	0,09	794	0,11	47%
Campo Mourao	R$	46.767,28	0,08	6.718	0,66	47%
Cambe	R$	34.344,46	0,07	8.547	0,33	47%
Jundiai Do Sul	R$	71.553,31	0,09	0	4,07	47%
Urai	R$	39.375,01	0,08	0	1,466666667	47%

Quatro Barras	R$	58.815,54	0,09	3.690	1,15	47%
Capitao Leonidas Marques	R$	53.101,22	0,09	593	1,336666667	46%
Alto Piquiri	R$	49.145,00	0,09	0	2,69	46%
Tapira	R$	55.080,04	0,09	0	14,19	46%
Contenda	R$	39.362,84	0,08	2.650	8,19	46%
Realeza	R$	41.618,18	0,08	315	2,26	46%
Rio Negro	R$	43.121,51	0,08	2.564	3,276666667	46%
Miraselva	R$	116.438,84	0,09	0	3,466666667	46%
Perola	R$	42.241,72	0,08	926	0,973333333	46%
Ceu Azul	R$	70.831,48	0,09	587	0,27	45%
Joaquim Tavora	R$	38.262,72	0,08	1.075	0,92	45%
Itambe	R$	58.199,68	0,09	23	0,17	45%
Foz Do Iguacu	R$	61.972,18	0,09	0	1,276666667	45%
São Pedro Do Ivai	R$	43.966,73	0,08	694	0,556666667	45%
Paranavai	R$	32.427,89	0,07	5.840	0,63	45%
Mercedes	R$	105.681,57	0,09	438	0	44%
Uniao Da Vitoria	R$	41.844,72	0,08	4.213	2,106666667	44%
Andira	R$	43.650,02	0,08	0	1,466666667	44%
Atalaia	R$	65.051,65	0,09	0	1,756666667	44%
São Joao	R$	53.654,10	0,09	0	6,36	44%
Colorado	R$	46.621,48	0,08	1.388	0,436666667	43%
Cafelandia	R$	53.479,22	0,08	3.519	0,536666667	43%
Pato Bragado	R$	167.792,64	0,08	773	0,24	43%
Cambara	R$	37.503,66	0,08	1.146	0,68	43%
Carambei	R$	62.649,67	0,08	4.303	0,743333333	43%
Nova Aurora	R$	52.714,46	0,08	0	0,793333333	43%
São Miguel Do Iguacu	R$	82.573,38	0,08	1.337	2,15	43%
Jaguapita	R$	51.685,52	0,08	1.293	0,113333333	43%
Florida	R$	95.143,51	0,08	109	0,256666667	43%
Bela Vista Do Paraiso	R$	38.449,74	0,08	48	1,756666667	42%
Guaira	R$	55.587,12	0,08	2.045	1,833333333	42%
Presidente Castelo Branco	R$	57.774,22	0,08	479	1,403333333	42%
Santa Fe	R$	38.534,53	0,07	1.562	0	42%
Santa Amelia	R$	66.350,47	0,08	0	2,886666667	42%
Jussara	R$	61.529,31	0,08	311	0,246666667	42%
Engenheiro Beltrao	R$	49.021,81	0,08	0	0,18	42%
Barra Do Jacare	R$	90.705,00	0,08	4	1,563333333	42%
Jesuitas	R$	48.700,71	0,08	0	1,39	41%
Nova Londrina	R$	45.450,71	0,08	0	0,31	41%
Matelandia	R$	52.685,98	0,08	1.734	1,533333333	41%
Munhoz De Melo	R$	76.174,91	0,08	271	1,86	41%
Jataizinho	R$	44.071,39	0,08	548	1,973333333	41%
Floresta	R$	56.113,94	0,08	809	0,18	41%
São Joao Do Caiua	R$	51.744,71	0,08	0	2,616666667	41%
Serranopolis Do Iguacu	R$	95.681,87	0,08	0	1,26	41%

Sulina	R$	88.337,34	0,08	0	5,22	41%
Santa Isabel Do Ivai	R$	42.294,03	0,07	0	0,88	40%
Vere	R$	52.849,34	0,08	0	1,75	40%
Amapora	R$	52.049,49	0,08	788	2,95	40%
Pato Branco	R$	48.477,71	0,07	10.136	0,85	39%
Florai	R$	62.312,04	0,08	0	0,22	38%
Leopolis	R$	72.579,15	0,08	0	0	38%
Cornelio Procopio	R$	42.103,10	0,07	67	0,47	38%
Marechal Candido Rondon	R$	58.488,33	0,07	5.812	1,08	38%
Quatro Pontes	R$	85.595,42	0,07	157	3,29	37%
Centenario Do Sul	R$	43.934,18	0,07	0	3,45	35%
Primeiro De Maio	R$	50.517,35	0,07	104	2,44	35%
Santa Helena	R$	157.122,02	0,07	2.922	0,38	35%
Palotina	R$	50.623,63	0,06	2.912	2,25	34%
Ivatuba	R$	83.504,92	0,07	214	0,38	34%
Nova Santa Rosa	R$	62.950,39	0,06	501	5,56	32%
Nova Alianca Do Ivai	R$	142.331,25	0,06	93	4,71	31%
Sertaneja	R$	84.185,73	0,06	0	1,32	29%
Icaraima	R$	49.245,14	0,06	0	4,87	29%
Lobato	R$	85.764,95	0,05	337	0,89	28%
Maripa	R$	80.410,18	0,05	0	2,30	28%
Assis Chateaubriand	R$	45.536,70	0,05	0	3,56	27%
Missal	R$	91.667,45	0,05	41	0,71	27%
Mariopolis	R$	61.632,64	0,05	251	3,74	27%
Sertanopolis	R$	54.584,36	0,05	491	0,66	26%
Entre Rios Do Oeste	R$	166.752,47	0,05	598	2,29	24%
Mínimo*	**R$**	**21.562,06**	**0,05**	**0**	**0,00**	**24%**
Média*	**R$**	**58.686,28**	**0,11**	**2.613**	**4,34**	**59%**
Desvio Padrão*	**R$**	**24.284,30**	**0,03**	**11.035**	**5,21**	**15%**
Máximo*	**R$**	**247.319,41**	**0,20**	**164.592**	**40,39**	**100%**

Municípios Do Rio Grande Do Sul	GPT_99		IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Amaral Ferrador	R$	110.116,49	0,15	0	40,21	100%
Caxias Do Sul	R$	133.667,19	0,11	69.262	2,54	100%
Dom Feliciano	R$	66.564,57	0,15	0	25,65	100%
Erval Grande	R$	150.702,53	0,22	0	20,60	100%
Gravatai	R$	60.991,55	0,12	51.594	1,33	100%
Lagoao	R$	111.680,62	0,18	61	40,73	100%
Pinhal	R$	237.668,58	0,23	0	22,69	100%
São Jose Do Herval	R$	203.513,73	0,15	74	50,17	100%
Seberi	R$	103.721,30	0,19	0	8,38	100%
Tres Palmeiras	R$	143.327,29	0,21	0	28,83	100%
Tupandi	R$	174.992,85	0,25	633	3,32	100%
Viamao	R$	30.103,00	0,11	46.748	4,55	100%

Vista Alegre Do Prata	R$	279.150,41	0,25	0	9,96	100%
Trindade Do Sul	R$	112.213,33	0,18	0	27,05	98%
Alvorada	R$	33.621,49	0,11	41.922	3,10	97%
Alpestre	R$	105.462,97	0,18	0	23,40	97%
Santa Maria Do Herval	R$	122.237,29	0,20	941	5,92	96%
Rolante	R$	75.893,71	0,15	3.056	10,50	94%
Barros Cassal	R$	94.820,03	0,15	0	32,63	93%
Santiago	R$	64.419,60	0,14	2.863	8,81	92%
Braga	R$	149.950,94	0,18	0	31,78	91%
Entre Rios Do Sul	R$	224.335,03	0,21	0	16,19	91%
Barao De Cotegipe	R$	117.235,42	0,18	266	3,98	91%
Palmitinho	R$	151.902,75	0,20	0	17,42	90%
Ibiruba	R$	94.020,76	0,16	828	1,81	90%
Tunas	R$	149.118,21	0,17	0	35,52	90%
Camargo	R$	247.548,07	0,20	0	19,34	90%
Paverama	R$	87.419,64	0,15	542	17,97	89%
Cangucu	R$	67.508,68	0,14	1.080	14,51	88%
Frederico Westphalen	R$	80.863,94	0,15	1.824	5,46	88%
Santana Da Boa Vista	R$	108.642,08	0,17	213	19,79	88%
Portao	R$	106.586,31	0,17	5.168	9,56	87%
Sapiranga	R$	69.325,82	0,13	12.949	2,22	87%
Canela	R$	80.995,06	0,14	8.824	4,24	87%
Liberato Salzano	R$	108.518,62	0,16	0	26,89	87%
Ibirapuita	R$	151.158,01	0,11	0	38,71	86%
Agua Santa	R$	167.555,04	0,18	456	22,88	86%
Vicente Dutra	R$	97.209,29	0,13	0	30,92	86%
Guaiba	R$	70.192,48	0,13	15.558	0,38	86%
Protasio Alves	R$	243.122,30	0,21	0	3,95	85%
Ibiaca	R$	183.267,99	0,19	0	16,19	85%
Carlos Barbosa	R$	120.625,12	0,17	2.789	0,03	84%
Nova Hartz	R$	83.565,18	0,14	5.394	4,06	84%
Vista Alegre	R$	216.296,68	0,18	0	22,38	84%
Cachoeirinha	R$	67.540,34	0,13	19.369	0,66	84%
Cerro Grande	R$	177.728,21	0,17	0	26,42	83%
Sapucaia Do Sul	R$	62.881,83	0,12	17.866	2,33	82%
Gramado	R$	100.972,53	0,15	6.498	1,37	82%
Gaurama	R$	114.730,46	0,16	0	3,95	82%
Camaqua	R$	85.384,62	0,14	6.160	7,98	82%
Pirapo	R$	179.088,55	0,14	0	35,44	82%
São Nicolau	R$	112.638,15	0,12	0	33,29	82%
Tres Cachoeiras	R$	73.115,32	0,13	175	0,42	81%
Severiano De Almeida	R$	149.678,34	0,18	0	10,17	81%
Bom Principio	R$	99.493,83	0,15	2.023	4,90	81%
Dois Irmaos	R$	90.780,84	0,14	8.907	2,06	80%
Aurea	R$	194.400,54	0,17	0	20,39	80%

Santa Rosa	R$	76.829,89	0,13	6.729	7,13	80%
Panambi	R$	102.846,79	0,15	3.231	4,31	80%
Rondinha	R$	111.964,73	0,16	0	10,99	80%
Santa Maria	R$	69.175,77	0,11	35.679	3,36	80%
Vila Maria	R$	188.865,31	0,20	114	4,49	80%
Ibarama	R$	128.317,01	0,16	0	23,24	80%
Venancio Aires	R$	81.992,40	0,13	8.606	4,34	80%
São Jose Do Norte	R$	70.787,14	0,12	1.725	21,12	79%
São Pedro Do Sul	R$	89.394,91	0,14	0	14,59	79%
Tapejara	R$	135.392,29	0,17	2.635	5,66	79%
São Leopoldo	R$	85.831,42	0,11	31.944	5,41	79%
General Camara	R$	107.134,61	0,15	0	16,09	79%
Piratini	R$	99.001,60	0,14	1.759	15,00	79%
Faxinalzinho	R$	211.309,85	0,17	0	22,32	79%
Horizontina	R$	114.873,17	0,16	676	2,31	79%
Candelaria	R$	83.761,33	0,13	2.605	12,47	79%
Candido Godoi	R$	116.787,49	0,16	0	10,42	78%
Agudo	R$	97.996,52	0,14	737	9,54	78%
Capao Do Leao	R$	91.455,60	0,13	4.824	25,42	78%
Ibiraiaras	R$	114.915,53	0,16	121	4,68	78%
Sertao	R$	193.185,02	0,19	0	6,54	77%
Eugenio De Castro	R$	181.061,39	0,15	0	26,48	77%
Porto Xavier	R$	87.902,52	0,13	256	25,23	77%
Pelotas	R$	76.051,94	0,10	35.522	3,21	77%
Canoas	R$	108.400,02	0,11	36.835	1,94	77%
Quinze De Novembro	R$	212.791,29	0,18	152	12,41	77%
Casca	R$	121.324,99	0,16	820	5,55	77%
Rio Grande	R$	80.283,08	0,13	14.122	4,49	77%
Eldorado Do Sul	R$	102.943,49	0,14	9.967	6,25	76%
Torres	R$	105.116,25	0,14	7.115	1,08	76%
Barao	R$	138.157,93	0,17	762	5,47	76%
Passo Fundo	R$	80.167,02	0,11	27.589	5,31	76%
Lagoa Vermelha	R$	85.186,35	0,13	1.757	9,84	76%
Itatiba Do Sul	R$	137.166,55	0,16	0	17,21	76%
Rosario Do Sul	R$	72.880,76	0,12	594	11,74	76%
Riozinho	R$	138.868,33	0,15	682	24,82	76%
Caicara	R$	107.960,20	0,14	0	17,10	76%
Nonoai	R$	113.789,26	0,14	555	20,48	75%
Tres Passos	R$	141.710,83	0,16	0	11,87	75%
Segredo	R$	123.192,03	0,14	0	29,99	75%
Flores Da Cunha	R$	123.361,56	0,15	6.497	0,00	74%
São Marcos	R$	103.291,53	0,14	3.101	0,86	74%
Marcelino Ramos	R$	128.050,96	0,15	0	11,87	74%
Novo Hamburgo	R$	121.380,91	0,13	24.221	3,24	74%
Imigrante	R$	302.523,59	0,18	184	11,78	74%

Viadutos	R$	126.330,17	0,15	0	13,85	74%
Cruzeiro Do Sul	R$	91.360,10	0,13	1.221	3,65	74%
Guabiju	R$	253.570,93	0,19	12	1,84	74%
São Lourenco Do Sul	R$	77.388,20	0,12	2.485	7,86	74%
Nova Bassano	R$	118.532,85	0,15	1.074	1,50	74%
Erechim	R$	82.131,68	0,12	18.703	5,41	74%
Sananduva	R$	114.948,15	0,15	296	4,78	74%
Ronda Alta	R$	145.907,87	0,16	0	11,38	73%
Dezesseis De Novembro	R$	148.838,53	0,12	0	32,71	73%
Ipiranga Do Sul	R$	380.771,92	0,19	0	1,72	73%
Arroio Do Tigre	R$	108.452,45	0,14	712	20,07	73%
Aratiba	R$	139.386,34	0,16	0	6,52	73%
Dois Lajeados	R$	217.573,68	0,18	4	5,87	73%
Barra Do Ribeiro	R$	105.208,90	0,14	1.192	4,41	73%
Campo Bom	R$	129.332,41	0,15	6.142	0,06	73%
Marau	R$	102.914,32	0,14	6.210	4,00	73%
Palmeira Das Missoes	R$	100.821,28	0,14	0	11,09	73%
Uruguaiana	R$	72.767,23	0,11	13.762	7,13	73%
Sarandi	R$	116.789,95	0,14	2.768	11,55	73%
Antonio Prado	R$	107.437,38	0,14	1.929	0,74	73%
Planalto	R$	118.743,40	0,14	0	13,98	73%
Relvado	R$	257.938,78	0,18	0	6,47	73%
Anta Gorda	R$	136.048,56	0,16	0	7,76	73%
Cacique Doble	R$	147.013,13	0,15	0	18,51	72%
Porto Lucena	R$	123.202,02	0,14	0	18,84	72%
São Jose Do Ouro	R$	153.997,60	0,16	0	7,49	72%
Tres Coroas	R$	99.741,44	0,13	4.343	5,21	71%
Doutor Mauricio Cardoso	R$	170.587,99	0,17	0	9,01	71%
Taquarucu Do Sul	R$	212.490,72	0,15	0	19,05	71%
Mariano Moro	R$	240.366,88	0,17	0	9,04	71%
Bom Retiro Do Sul	R$	111.348,39	0,14	1.762	7,78	71%
Espumoso	R$	104.409,89	0,13	0	9,06	71%
Montenegro	R$	94.568,53	0,13	8.991	1,79	70%
Arvorezinha	R$	115.944,43	0,14	454	16,58	70%
São Luiz Gonzaga	R$	76.833,48	0,11	0	9,89	70%
Independencia	R$	114.255,04	0,14	0	12,57	70%
Joia	R$	110.230,81	0,14	777	3,43	70%
São Francisco De Paula	R$	101.592,98	0,13	474	13,60	70%
Santo Antonio Da Patrulha	R$	75.314,85	0,11	4.731	7,68	70%
Girua	R$	132.614,54	0,15	0	9,35	70%
Santo Augusto	R$	135.578,31	0,15	0	12,55	70%
São Joao Da Urtiga	R$	134.679,27	0,14	0	16,52	69%
Selbach	R$	172.111,14	0,17	282	0,84	69%
Santo Angelo	R$	83.398,72	0,12	4.556	6,98	69%
Cachoeira Do Sul	R$	80.406,53	0,12	2.417	8,90	69%

Pinheiro Machado	R$	157.347,60	0,16	1.320	8,69	69%
Paraiso Do Sul	R$	106.655,71	0,12	647	26,88	69%
Santo Cristo	R$	122.483,87	0,14	383	11,16	69%
São Jeronimo	R$	107.816,51	0,13	884	9,50	69%
Alegrete	R$	85.208,07	0,12	5.554	4,04	69%
Vacaria	R$	70.542,95	0,11	6.683	7,04	68%
Cruz Alta	R$	90.318,87	0,12	3.183	6,03	68%
Mostardas	R$	124.147,14	0,13	2.569	19,32	68%
Coronel Bicaco	R$	121.875,12	0,13	0	15,19	68%
Vera Cruz	R$	100.931,03	0,13	3.388	3,82	68%
Machadinho	R$	149.514,23	0,12	0	28,63	67%
Carazinho	R$	89.013,68	0,12	7.469	6,56	67%
Poco Das Antas	R$	191.523,70	0,16	0	11,35	67%
Soledade	R$	83.839,14	0,11	2.022	15,45	67%
Guapore	R$	90.124,97	0,12	2.867	4,53	66%
Ijui	R$	118.231,65	0,13	6.747	6,30	66%
Barracao	R$	133.838,09	0,13	0	23,25	66%
Ajuricaba	R$	229.651,14	0,15	0	14,71	66%
Morro Redondo	R$	128.126,07	0,14	0	11,04	66%
Mata	R$	108.717,71	0,12	0	19,81	65%
Constantina	R$	147.344,54	0,14	0	15,13	65%
Roque Gonzales	R$	119.807,99	0,12	0	26,04	65%
Irai	R$	116.215,91	0,13	0	14,72	65%
Chapada	R$	156.044,28	0,15	0	3,42	65%
São Francisco De Assis	R$	99.856,13	0,11	0	22,57	65%
Tramandai	R$	123.391,62	0,13	10.910	3,28	65%
São Vendelino	R$	353.674,73	0,15	224	14,56	65%
Paim Filho	R$	144.891,88	0,14	0	12,81	65%
Caibate	R$	163.634,05	0,13	0	20,30	65%
Igrejinha	R$	107.145,14	0,12	6.253	2,34	64%
Crissiumal	R$	103.166,15	0,12	0	10,10	64%
Redentora	R$	97.025,31	0,11	0	14,73	64%
Jaguarao	R$	83.232,28	0,11	2.338	3,01	64%
Terra De Areia	R$	108.924,98	0,12	1.275	3,63	64%
Butia	R$	113.113,14	0,12	1.854	8,08	64%
Fagundes Varela	R$	289.271,90	0,16	0	6,43	64%
Ilopolis	R$	147.954,00	0,14	395	7,59	63%
Alecrim	R$	118.889,38	0,12	0	16,20	63%
Bossoroca	R$	143.856,68	0,13	0	18,38	63%
São Paulo Das Missoes	R$	130.997,71	0,13	0	19,31	63%
Augusto Pestana	R$	135.623,36	0,13	3	10,39	63%
Santa Cruz Do Sul	R$	128.085,00	0,12	13.675	3,15	63%
Tuparendi	R$	169.851,44	0,15	0	8,25	63%
Ivoti	R$	166.857,74	0,15	3.500	3,96	62%
Tres Arroios	R$	180.461,74	0,16	0	0,86	62%

Pouso Novo	R$	206.317,88	0,13	0	18,82	62%
Condor	R$	168.207,69	0,14	70	14,14	62%
Sobradinho	R$	99.651,54	0,11	1.837	10,53	62%
Cerro Branco	R$	141.020,95	0,12	396	18,70	62%
Nova Esperanca Do Sul	R$	137.047,26	0,07	421	26,33	61%
Santa Vitoria Do Palmar	R$	126.416,30	0,13	3.248	7,26	61%
Farroupilha	R$	163.534,81	0,13	10.917	1,79	61%
Progresso	R$	142.493,32	0,13	0	15,27	61%
Itaqui	R$	127.889,76	0,13	4.414	4,48	61%
Nova Araca	R$	241.151,86	0,15	368	0,00	61%
Tavares	R$	121.768,01	0,12	267	19,30	61%
Nova Brescia	R$	232.896,28	0,14	461	10,18	61%
Dom Pedrito	R$	88.660,78	0,11	2.356	5,49	61%
Nova Alvorada	R$	221.782,41	0,11	104	23,56	60%
Guarani Das Missoes	R$	140.629,68	0,12	0	19,00	60%
Salto Do Jacui	R$	199.289,46	0,13	2.466	12,81	60%
Cerro Largo	R$	129.999,62	0,12	0	12,07	60%
Getulio Vargas	R$	143.330,70	0,13	378	3,84	60%
Garibaldi	R$	162.689,28	0,14	5.471	1,62	60%
Tapes	R$	125.193,92	0,12	2.557	6,69	59%
São Jose Do Hortencio	R$	172.121,26	0,14	1.004	4,15	59%
Lajeado	R$	142.682,39	0,12	13.274	1,75	59%
Victor Graeff	R$	271.535,52	0,15	0	0,00	59%
Putinga	R$	177.622,35	0,13	0	11,25	59%
Bom Jesus	R$	131.586,07	0,12	0	12,32	59%
Rodeio Bonito	R$	200.377,33	0,15	284	1,11	58%
São Sebastiao Do Cai	R$	103.583,49	0,11	3.374	2,25	58%
Maximiliano De Almeida	R$	146.371,45	0,12	0	18,51	58%
Teutonia	R$	146.496,24	0,13	5.446	1,72	58%
Cacapava Do Sul	R$	99.659,13	0,11	25	12,57	58%
Cotipora	R$	167.956,91	0,14	0	4,57	58%
Arroio Do Meio	R$	153.916,19	0,13	2.771	0,00	58%
Nova Roma Do Sul	R$	190.109,22	0,14	73	1,02	58%
Tenente Portela	R$	148.119,29	0,13	0	11,49	58%
Roca Sales	R$	121.843,20	0,12	702	2,68	57%
Boqueirao Do Leao	R$	118.320,60	0,11	466	12,30	57%
Entre Ijuis	R$	136.085,22	0,12	0	16,65	57%
Sede Nova	R$	185.172,95	0,12	0	15,54	57%
Ipe	R$	116.145,22	0,11	0	7,91	57%
Restinga Seca	R$	88.888,24	0,10	1.158	13,36	57%
São Sepe	R$	108.209,40	0,11	395	7,75	56%
Campos Borges	R$	175.561,96	0,13	0	7,98	56%
Cristal	R$	115.039,85	0,10	557	19,65	56%
Lavras Do Sul	R$	150.724,89	0,13	0	10,76	56%
São Borja	R$	88.485,59	0,10	3.946	6,39	56%

Nao-Meque	R$	136.573,82	0,12	1.204	3,94	56%
Fortaleza Dos Valos	R$	278.049,67	0,12	769	12,62	56%
Estrela	R$	120.334,89	0,11	2.801	0,87	55%
Bento Goncalves	R$	140.078,46	0,10	17.213	0,68	55%
Capao Da Canoa	R$	158.838,42	0,11	11.555	1,43	55%
Nova Prata	R$	104.071,34	0,10	3.268	0,52	55%
Estacao	R$	159.880,54	0,13	697	4,43	55%
Campinas Do Sul	R$	290.180,12	0,14	217	4,53	55%
Erval Seco	R$	167.430,92	0,10	0	19,80	54%
São Vicente Do Sul	R$	118.676,37	0,10	760	19,24	54%
Osorio	R$	120.790,66	0,11	6.234	1,62	53%
Serafina Correa	R$	144.177,18	0,12	2.436	3,38	53%
Campina Das Missoes	R$	99.193,14	0,09	0	17,73	53%
Jaboticaba	R$	148.158,58	0,10	0	21,20	53%
Chiapetta	R$	321.944,01	0,11	94	15,48	53%
Arroio Grande	R$	113.246,42	0,10	1.002	4,83	53%
Parai	R$	133.727,86	0,11	910	0,75	52%
Andre Da Rocha	R$	610.238,12	0,09	66	22,50	51%
Charqueadas	R$	110.361,77	0,10	4.802	2,64	51%
Santa Barbara Do Sul	R$	145.546,83	0,11	51	7,83	51%
Nova Petropolis	R$	138.362,45	0,11	3.100	6,63	51%
Harmonia	R$	180.530,88	0,12	585	4,29	51%
São Jorge	R$	223.782,07	0,12	1	5,80	51%
São Domingos Do Sul	R$	193.773,11	0,12	270	4,89	50%
Montauri	R$	273.255,37	0,12	0	6,36	50%
Tapera	R$	135.137,71	0,11	1.043	3,91	50%
Faxinal Do Soturno	R$	152.822,62	0,10	28	13,61	49%
Veranopolis	R$	127.875,32	0,10	2.550	1,32	49%
Colorado	R$	257.536,60	0,12	0	7,25	49%
Encantado	R$	121.013,81	0,10	2.779	0,44	48%
Palmares Do Sul	R$	179.438,64	0,11	1.930	4,04	47%
Jacutinga	R$	215.819,51	0,11	506	4,66	46%
Brochier	R$	178.359,00	0,10	438	12,79	46%
Catuipe	R$	127.734,96	0,09	0	8,56	45%
Herval	R$	159.093,98	0,11	1.061	5,00	45%
Pejucara	R$	190.795,01	0,11	150	3,27	44%
Humaita	R$	173.785,34	0,10	0	5,20	43%
Tucunduva	R$	194.558,34	0,10	0	7,43	43%
Julio De Castilhos	R$	128.249,59	0,08	698	10,09	42%
São Valentim	R$	161.230,21	0,09	0	10,10	40%
Cambara Do Sul	R$	152.692,91	0,09	0	2,77	38%
Mucum	R$	222.716,35	0,09	308	0,43	37%
Esmeralda	R$	252.519,72	0,06	202	16,68	37%
Vila Flores	R$	212.276,76	0,06	436	0,51	23%
Mínimo*	**R$**	**30.103,00**	**0,06**	**0**	**0,00**	**23%**

Média*	**R$**	**139.929,53**	**0,14**	**3.256**	**10,90**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$**	**61.233,94**	**0,03**	**8.254**	**9,01**	**14%**
Máximo*	**R$**	**610.238,12**	**0,25**	**69.262**	**50,17**	**100%**

Municípios Do Rio Grande Do Sul	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Alvorada	R$	23.737,09	0,12	11.705	1,42	100%
Caxias Do Sul	R$	66.188,79	0,08	76.202	0,29	100%
Chuvisca	R$	57.599,07	0,14	187	34,82	100%
Monte Alegre Dos Campos	R$	82.785,69	0,19	62	37,57	100%
Mormaco	R$	89.385,65	0,13	314	48,61	100%
Ponte Preta	R$	121.101,70	0,17	0	43,72	100%
Redentora	R$	38.945,26	0,17	1.376	20,47	100%
São Jose Do Norte	R$	34.725,67	0,14	1.707	16,49	100%
Pinheirinho Do Vale	R$	70.231,99	0,18	313	9,75	99%
Engenho Velho	R$	151.912,09	0,18	0	4,81	98%
Lindolfo Collor	R$	61.034,09	0,17	813	0,70	97%
Liberato Salzano	R$	56.641,55	0,16	0	27,56	97%
Barra Do Guarita	R$	68.543,74	0,18	102	11,54	97%
Lagoao	R$	53.574,85	0,17	87	15,61	96%
Tunas	R$	67.011,36	0,17	85	19,32	96%
São Valentim	R$	74.272,77	0,18	0	3,51	96%
Nova Ramada	R$	110.667,92	0,17	0	39,19	95%
Herveiras	R$	81.660,62	0,18	0	13,58	93%
Nova Alvorada	R$	114.793,74	0,17	425	2,52	93%
Vera Cruz	R$	44.273,22	0,16	2.683	1,35	93%
Quevedos	R$	94.733,92	0,17	19	12,70	93%
Fontoura Xavier	R$	46.683,33	0,16	0	13,75	92%
Cerro Grande Do Sul	R$	36.929,35	0,15	1.995	8,77	92%
Tiradentes Do Sul	R$	47.881,51	0,14	0	24,33	90%
Benjamin Constant Do Sul	R$	96.265,33	0,17	0	23,66	90%
Itapuca	R$	102.945,40	0,17	0	11,41	90%
Erval Seco	R$	48.292,21	0,15	0	22,69	89%
Muitos Capoes	R$	118.180,24	0,17	121	23,52	89%
Toropi	R$	75.383,89	0,16	0	12,54	88%
Lajeado Do Bugre	R$	82.835,01	0,11	24	40,37	88%
Centenario	R$	82.675,22	0,16	0	33,95	87%
Caraa	R$	38.372,41	0,14	909	7,62	87%
Esperanca Do Sul	R$	80.841,06	0,16	0	18,72	87%
Mato Leitao	R$	77.075,75	0,12	655	36,25	87%
Capela De Santana	R$	32.509,98	0,13	1.580	2,96	87%
Viamao	R$	24.938,21	0,10	11.955	1,33	86%
Barra Do Rio Azul	R$	115.748,26	0,16	0	1,67	86%
São Jose Do Herval	R$	109.515,86	0,16	0	3,47	86%
Jaboticaba	R$	64.045,40	0,15	0	26,78	86%

Novo Barreiro	R$	68.031,10	0,15	111	25,18	85%
Vicente Dutra	R$	56.173,66	0,15	0	22,69	85%
Cangucu	R$	36.207,25	0,13	1.812	7,72	85%
Progresso	R$	58.296,40	0,15	0	4,14	84%
Paverama	R$	46.235,67	0,14	300	14,55	84%
Aratiba	R$	131.115,81	0,16	0	2,09	84%
Bom Progresso	R$	97.388,32	0,16	0	6,09	84%
Guarani Das Missoes	R$	53.412,86	0,15	0	6,11	83%
Alpestre	R$	58.460,44	0,15	0	10,11	83%
Fazenda Vilanova	R$	78.138,55	0,15	864	29,93	83%
Montauri	R$	163.975,75	0,16	0	0,52	83%
Nova Candelaria	R$	105.663,37	0,16	0	4,93	83%
Ametista Do Sul	R$	52.463,79	0,14	0	11,88	82%
Tres Arroios	R$	90.100,32	0,15	0	1,11	82%
Arroio Do Tigre	R$	44.649,62	0,14	432	6,50	82%
Itatiba Do Sul	R$	68.831,12	0,15	0	12,31	82%
Barros Cassal	R$	46.542,52	0,14	0	10,59	81%
Sagrada Familia	R$	84.761,31	0,14	0	33,51	81%
São Jose Dos Ausentes	R$	94.260,39	0,15	186	5,44	80%
Sete De Setembro	R$	103.794,88	0,15	0	21,02	80%
Taquarucu Do Sul	R$	91.149,79	0,15	45	9,00	80%
Nova Esperanca Do Sul	R$	60.746,27	0,14	661	1,02	80%
Boqueirao Do Leao	R$	47.496,07	0,14	0	6,97	80%
Barracao	R$	66.957,45	0,14	0	10,12	80%
Miraguai	R$	59.636,55	0,14	0	15,88	80%
Campos Borges	R$	78.313,92	0,15	0	6,88	80%
Cerro Grande	R$	94.419,14	0,12	0	36,16	79%
Doutor Ricardo	R$	124.718,94	0,15	0	16,33	79%
Travesseiro	R$	120.467,93	0,13	0	33,83	79%
Rio Dos Indios	R$	73.984,38	0,14	0	24,91	78%
Herval	R$	60.902,18	0,14	0	6,32	78%
Porto Vera Cruz	R$	113.152,84	0,15	0	12,14	78%
Ubiretama	R$	99.716,55	0,15	0	13,44	78%
Minas Do Leao	R$	51.615,99	0,13	310	1,61	77%
Coqueiros Do Sul	R$	113.084,86	0,15	0	15,46	77%
São Jose Do Inhacora	R$	108.964,10	0,15	0	7,11	77%
Viadutos	R$	56.206,10	0,14	0	6,37	77%
Cristal Do Sul	R$	80.850,52	0,14	0	18,55	77%
Condor	R$	64.863,30	0,14	61	2,92	77%
Estrela Velha	R$	93.654,60	0,14	0	27,74	77%
Campo Novo	R$	59.390,92	0,14	0	9,71	76%
Maximiliano De Almeida	R$	65.722,88	0,14	0	1,90	76%
Carlos Gomes	R$	124.935,65	0,14	0	1,47	76%
Relvado	R$	123.564,68	0,14	0	0,59	76%
Esmeralda	R$	98.452,45	0,14	48	4,31	76%

Morro Redondo	R$	50.099,09	0,13	229	1,99	75%
Vale Do Sol	R$	44.969,26	0,13	519	8,51	75%
Barao Do Triunfo	R$	45.661,68	0,13	356	7,08	75%
Sede Nova	R$	88.075,19	0,14	0	4,62	75%
Segredo	R$	53.282,06	0,13	247	19,54	75%
Vale Real	R$	63.985,22	0,13	778	2,46	75%
Campina Das Missoes	R$	57.343,25	0,13	0	2,73	75%
Colinas	R$	112.249,95	0,14	0	15,60	74%
David Canabarro	R$	63.972,76	0,13	0	6,91	74%
Seberi	R$	46.210,17	0,13	0	16,46	74%
Derrubadas	R$	94.186,06	0,13	0	28,67	73%
Linha Nova	R$	125.715,67	0,14	60	4,59	73%
Novo Tiradentes	R$	96.695,17	0,14	0	23,63	73%
Pirapo	R$	91.240,41	0,14	0	14,34	73%
Putinga	R$	88.020,53	0,14	0	5,51	73%
Vista Gaucha	R$	96.838,60	0,14	34	12,67	73%
Brochier	R$	72.042,61	0,13	611	3,95	73%
Barao	R$	52.015,35	0,13	344	9,72	73%
Tres Palmeiras	R$	66.998,23	0,11	0	26,57	73%
Presidente Lucena	R$	91.393,38	0,14	415	2,59	73%
Candelaria	R$	35.638,40	0,11	586	4,54	72%
Santa Clara Do Sul	R$	61.222,04	0,13	891	5,26	72%
Alecrim	R$	48.558,28	0,12	0	11,41	72%
São Nicolau	R$	60.262,65	0,13	0	15,02	72%
Igrejinha	R$	48.185,79	0,12	4.893	0,37	72%
Glorinha	R$	61.226,09	0,13	1.207	0,69	72%
Crissiumal	R$	46.984,62	0,12	0	6,40	72%
Mampituba	R$	70.398,66	0,13	0	4,17	72%
Santa Tereza	R$	141.050,55	0,14	0	2,94	72%
Sapiranga	R$	42.084,32	0,11	5.796	0,77	72%
Bom Jesus	R$	55.433,56	0,13	0	3,89	71%
Constantina	R$	55.464,10	0,12	0	4,25	71%
Trindade Do Sul	R$	61.642,99	0,13	0	16,89	71%
Cambara Do Sul	R$	84.300,57	0,13	0	4,06	71%
São Paulo Das Missoes	R$	60.939,28	0,13	0	9,04	70%
Ibirapuita	R$	74.002,50	0,11	0	26,96	70%
Capitao	R$	130.867,11	0,13	71	1,19	70%
Porto Alegre	R$	85.120,08	0,06	48.761	0,85	70%
Coronel Barros	R$	100.952,14	0,13	5	7,21	70%
Cacequi	R$	47.657,49	0,12	0	5,49	70%
Arambare	R$	87.235,46	0,13	0	2,01	70%
Roque Gonzales	R$	53.410,71	0,12	0	10,44	70%
Paraiso Do Sul	R$	47.659,85	0,12	124	12,57	70%
Ciriaco	R$	63.762,67	0,12	0	4,91	69%
Nonoai	R$	46.032,13	0,12	0	9,14	69%

Fagundes Varela	R$	115.248,57	0,13	108	2,78	69%
Erval Grande	R$	55.478,99	0,12	0	11,87	69%
Serio	R$	110.666,85	0,13	0	15,64	69%
São Francisco De Assis	R$	44.777,30	0,12	0	5,35	69%
São Joao Da Urtiga	R$	60.365,53	0,12	0	4,76	69%
Boa Vista Das Missoes	R$	117.167,77	0,07	0	33,40	69%
Tres Forquilhas	R$	84.414,19	0,12	0	27,37	69%
Andre Da Rocha	R$	177.285,15	0,13	103	0,18	69%
Capao Da Canoa	R$	51.857,16	0,10	11.542	1,28	69%
Dom Feliciano	R$	47.470,29	0,12	992	9,57	69%
Gravatai	R$	41.304,64	0,08	23.031	1,64	68%
Sinimbu	R$	50.650,32	0,12	0	9,12	68%
Nova Boa Vista	R$	132.758,54	0,13	0	23,26	68%
Aurea	R$	74.194,80	0,13	0	3,53	68%
Ibarama	R$	72.045,10	0,12	0	12,30	68%
Nova Hartz	R$	42.395,89	0,11	3.275	0,41	68%
Parobe	R$	40.456,59	0,10	6.726	1,27	68%
Canela	R$	50.047,34	0,11	5.604	0,45	68%
Amaral Ferrador	R$	52.224,88	0,12	613	10,52	67%
Passa Sete	R$	60.740,56	0,12	510	18,21	67%
Chiapetta	R$	83.351,40	0,13	0	8,17	67%
Dezesseis De Novembro	R$	80.566,90	0,13	0	19,16	67%
Lagoa Dos Tres Cantos	R$	155.168,79	0,13	0	12,63	66%
Braga	R$	70.307,62	0,12	0	13,55	66%
Machadinho	R$	71.179,61	0,12	0	7,90	66%
Tupanci Do Sul	R$	129.559,02	0,12	0	4,92	66%
Porto Lucena	R$	55.171,12	0,12	0	9,21	66%
Butia	R$	39.801,40	0,11	84	1,79	66%
Monte Belo Do Sul	R$	108.380,10	0,12	0	3,50	65%
Jaguari	R$	44.664,20	0,11	0	1,84	65%
Gramado Dos Loureiros	R$	100.687,22	0,11	0	26,99	65%
Santo Augusto	R$	50.238,17	0,11	0	2,14	65%
Chapada	R$	60.112,83	0,12	0	14,00	65%
Garruchos	R$	107.146,43	0,12	0	24,23	65%
Macambara	R$	85.556,36	0,12	0	1,63	65%
Espumoso	R$	51.312,97	0,11	2	6,48	65%
Ilopolis	R$	67.455,69	0,12	0	2,18	65%
Tavares	R$	55.374,59	0,11	9	9,32	65%
Cerro Branco	R$	68.935,72	0,12	157	9,06	65%
Charrua	R$	75.644,55	0,12	0	6,12	64%
Vila Flores	R$	93.140,17	0,12	121	3,35	64%
Camargo	R$	126.147,73	0,08	94	31,31	64%
Rondinha	R$	59.836,42	0,11	0	1,46	64%
Sertao Santana	R$	54.810,91	0,11	578	1,38	64%
Morrinhos Do Sul	R$	74.751,93	0,12	0	7,36	64%

Piratini	R$	42.513,76	0,11	427	6,72	64%
Alegria	R$	71.975,99	0,12	0	13,05	64%
Agua Santa	R$	90.360,93	0,12	0	5,13	64%
Rio Grande	R$	42.336,88	0,09	10.684	1,42	64%
São Luiz Gonzaga	R$	40.490,60	0,11	0	7,06	64%
Venancio Aires	R$	41.964,26	0,10	4.712	3,03	64%
Ipe	R$	63.065,04	0,11	560	1,57	63%
São Leopoldo	R$	53.572,62	0,08	20.540	1,25	63%
Dom Pedro De Alcantara	R$	83.222,17	0,12	0	6,25	63%
Inhacora	R$	114.327,30	0,12	0	10,56	63%
Severiano De Almeida	R$	89.829,40	0,12	0	1,66	63%
Porto Xavier	R$	43.928,01	0,11	0	8,74	63%
Passo Fundo	R$	38.184,96	0,08	16.122	0,81	63%
Sapucaia Do Sul	R$	40.403,88	0,09	8.206	1,22	63%
Encruzilhada Do Sul	R$	42.841,25	0,11	977	5,58	63%
Ipiranga Do Sul	R$	141.831,25	0,12	0	2,14	63%
Itacurubi	R$	96.734,05	0,12	0	16,14	63%
Cristal	R$	46.384,48	0,11	648	4,14	63%
Tapejara	R$	43.732,32	0,10	5.077	2,20	63%
Santa Maria	R$	36.288,50	0,07	17.420	1,14	62%
Palmeira Das Missoes	R$	37.955,78	0,10	0	5,25	62%
Nicolau Vergueiro	R$	141.326,09	0,08	0	30,25	62%
Tres De Maio	R$	39.707,83	0,10	0	2,29	62%
Cacapava Do Sul	R$	43.602,59	0,11	0	3,35	62%
Vanini	R$	131.025,87	0,08	97	29,58	62%
Tres Coroas	R$	45.996,73	0,10	4.418	0,26	62%
Marau	R$	49.490,19	0,10	8.003	1,64	62%
Dois Irmaos Das Missoes	R$	126.549,40	0,11	0	24,39	62%
Jari	R$	80.834,69	0,12	0	18,47	61%
Ronda Alta	R$	47.134,71	0,11	170	5,61	61%
Canoas	R$	59.274,95	0,09	17.734	0,78	61%
Cachoeirinha	R$	40.206,64	0,09	10.714	0,72	61%
Ajuricaba	R$	55.631,95	0,11	0	2,85	61%
Augusto Pestana	R$	59.106,47	0,11	0	9,71	61%
Charqueadas	R$	50.008,96	0,10	5.359	0,33	61%
Portao	R$	43.374,55	0,10	6.263	1,23	61%
Sarandi	R$	46.254,66	0,10	3.123	1,39	61%
Santo Antonio Da Patrulha	R$	38.733,07	0,10	2.650	2,31	60%
Eldorado Do Sul	R$	56.979,17	0,10	7.075	2,11	60%
Mata	R$	53.883,75	0,11	0	2,27	60%
Palmitinho	R$	54.360,07	0,11	0	11,64	60%
Caseiros	R$	85.481,56	0,11	146	4,98	60%
Barra Do Quarai	R$	93.565,28	0,11	128	1,12	60%
Maquine	R$	47.927,96	0,10	0	11,40	60%
Victor Graeff	R$	117.726,10	0,11	0	6,60	60%

Catuipe	R$	51.531,53	0,10	0	5,57	60%
Santo Antonio Das Missoes	R$	53.051,66	0,10	0	14,71	60%
Alegrete	R$	38.564,70	0,10	0	3,62	60%
Palmares Do Sul	R$	60.970,38	0,11	115	4,53	60%
Santa Cruz Do Sul	R$	57.505,88	0,09	10.742	2,11	60%
Tenente Portela	R$	43.986,83	0,10	0	11,71	60%
Pinhal Grande	R$	121.298,43	0,11	0	8,89	60%
Formigueiro	R$	52.545,34	0,10	0	6,66	59%
Roca Sales	R$	51.121,97	0,10	1.006	1,33	59%
São Martinho Da Serra	R$	85.902,58	0,11	0	20,20	59%
São Borja	R$	40.501,57	0,10	0	2,39	59%
Planalto	R$	44.316,29	0,10	0	11,25	59%
Cerro Largo	R$	44.323,86	0,10	624	1,79	59%
Agudo	R$	48.474,28	0,10	0	2,31	59%
Soledade	R$	38.806,17	0,10	317	3,29	59%
Bossoroca	R$	67.253,99	0,11	0	12,70	59%
São Jose Do Ouro	R$	53.811,55	0,10	0	2,56	59%
Capivari Do Sul	R$	78.563,24	0,11	783	1,85	59%
São Valerio Do Sul	R$	86.825,86	0,11	22	17,53	59%
São Lourenco Do Sul	R$	40.701,49	0,10	0	3,21	58%
Ijui	R$	54.565,07	0,10	3.180	2,71	58%
Marata	R$	122.869,48	0,11	123	22,67	58%
Caibate	R$	67.405,91	0,11	0	6,82	58%
Guapore	R$	42.181,30	0,10	2.750	0,97	58%
Mucum	R$	68.907,67	0,11	63	0,11	58%
Entre Rios Do Sul	R$	106.790,36	0,11	0	11,00	57%
Erechim	R$	38.396,44	0,08	8.729	1,09	57%
Vila Maria	R$	93.527,27	0,10	48	23,30	57%
Tupancireta	R$	49.139,29	0,10	1.334	4,06	57%
Vista Alegre	R$	88.370,44	0,11	0	1,88	57%
Jacutinga	R$	79.738,51	0,11	0	1,68	57%
Gentil	R$	153.074,17	0,11	0	21,80	57%
Novo Machado	R$	69.071,86	0,10	0	10,55	57%
Restinga Seca	R$	47.739,07	0,10	0	2,30	57%
Capao Do Leao	R$	42.117,08	0,10	580	5,34	56%
Irai	R$	45.986,99	0,10	0	5,36	56%
São Domingos Do Sul	R$	94.844,66	0,07	95	27,38	56%
Picada Cafe	R$	87.541,80	0,11	509	0,30	56%
Rolante	R$	41.192,27	0,09	1.634	1,94	56%
Farroupilha	R$	50.178,45	0,09	8.327	0,19	56%
Tabai	R$	60.210,68	0,10	568	7,88	56%
Tramandai	R$	63.581,78	0,09	10.545	0,71	56%
Porto Maua	R$	95.110,46	0,11	0	4,93	56%
Santo Expedito Do Sul	R$	93.050,66	0,11	0	3,06	56%
Joia	R$	60.771,29	0,10	47	7,98	56%

São Vicente Do Sul	R$	50.502,61	0,10	104	1,64	56%
São Pedro Do Sul	R$	46.869,99	0,10	0	2,73	56%
Santo Cristo	R$	51.830,21	0,10	0	5,26	55%
Santo Antonio Do Palma	R$	126.769,37	0,10	0	22,68	55%
Estrela	R$	47.584,06	0,09	3.218	5,13	55%
Casca	R$	57.042,65	0,10	211	8,58	55%
São Jeronimo	R$	36.167,53	0,09	1.851	3,23	55%
São Sepe	R$	46.230,37	0,09	0	2,61	55%
Taquari	R$	38.923,02	0,09	205	2,58	55%
Bom Retiro Do Sul	R$	72.472,94	0,10	684	5,83	55%
São Francisco De Paula	R$	44.709,37	0,09	812	3,71	55%
São Jorge	R$	95.723,96	0,10	0	0,00	55%
Senador Salgado Filho	R$	90.204,13	0,10	0	15,80	55%
Rio Pardo	R$	34.884,18	0,08	0	4,71	55%
Passo Do Sobrado	R$	62.518,11	0,10	690	1,39	55%
Paim Filho	R$	73.586,10	0,10	0	5,34	54%
Santo Angelo	R$	36.740,28	0,09	0	2,35	54%
Sobradinho	R$	47.033,70	0,09	410	4,52	54%
Anta Gorda	R$	66.513,60	0,10	0	1,46	54%
Montenegro	R$	48.467,05	0,09	5.168	2,00	54%
Girua	R$	55.790,02	0,10	0	3,03	54%
Vila Nova Do Sul	R$	63.484,02	0,10	0	3,11	54%
Estancia Velha	R$	45.683,55	0,08	7.442	1,51	54%
Humaita	R$	68.346,26	0,10	0	2,95	54%
Camaqua	R$	40.782,47	0,09	2.381	1,08	54%
Turucu	R$	86.712,73	0,10	0	5,94	54%
Parai	R$	62.168,59	0,10	792	2,57	54%
Tupandi	R$	110.540,89	0,06	966	25,56	54%
Vitoria Das Missoes	R$	76.049,24	0,10	0	11,29	54%
Salto Do Jacui	R$	73.121,82	0,10	346	1,81	54%
São Pedro Da Serra	R$	92.224,65	0,10	472	0,02	54%
São Miguel Das Missoes	R$	69.034,69	0,10	97	9,58	53%
Ibiruba	R$	46.913,22	0,09	742	2,56	53%
Ivoti	R$	52.200,98	0,09	4.556	0,37	53%
Mostardas	R$	55.669,89	0,09	466	4,38	53%
Boa Vista Do Burica	R$	56.087,57	0,09	0	3,42	53%
Entre Ijuis	R$	49.307,23	0,09	0	3,56	53%
Pelotas	R$	42.788,15	0,08	7.680	1,79	53%
Cidreira	R$	59.920,48	0,09	3.786	0,69	53%
Teutonia	R$	48.048,93	0,08	6.128	4,86	53%
São Vendelino	R$	144.621,29	0,10	262	5,91	53%
Feliz	R$	53.398,49	0,09	1.043	1,09	53%
Xangri-La	R$	95.222,37	0,09	4.237	2,46	53%
Uruguaiana	R$	34.892,08	0,08	0	3,48	53%
Quinze De Novembro	R$	94.314,43	0,10	71	3,09	53%

Poco Das Antas	R$	125.446,26	0,10	0	11,35	53%
Julio De Castilhos	R$	47.660,59	0,09	0	5,12	53%
Vale Verde	R$	75.805,97	0,10	196	14,95	53%
Vacaria	R$	37.529,87	0,08	4.001	0,93	53%
Lagoa Vermelha	R$	40.547,39	0,09	0	1,98	52%
Rosario Do Sul	R$	36.388,83	0,08	0	4,23	52%
Independencia	R$	57.677,74	0,09	0	4,07	52%
Barra Funda	R$	129.401,76	0,10	136	19,82	52%
Fortaleza Dos Valos	R$	101.409,41	0,10	0	6,98	52%
Salvador Das Missoes	R$	109.812,29	0,10	4	1,72	52%
Carazinho	R$	48.750,91	0,09	1.662	1,11	52%
Jaguarao	R$	39.660,36	0,09	0	1,31	52%
Arroio Dos Ratos	R$	43.859,61	0,09	271	3,96	52%
Estacao	R$	55.947,53	0,09	0	2,13	52%
Cotipora	R$	76.793,18	0,10	0	1,06	52%
Mariana Pimentel	R$	86.646,24	0,10	35	3,47	52%
Protasio Alves	R$	120.991,12	0,10	0	3,19	52%
São Pedro Do Butia	R$	105.051,88	0,10	11	7,26	52%
Unistalda	R$	97.691,24	0,10	0	8,45	52%
Marcelino Ramos	R$	68.753,00	0,09	0	3,12	51%
Dom Pedrito	R$	44.604,86	0,09	0	3,32	51%
Campinas Do Sul	R$	77.276,02	0,10	0	0,93	51%
Cruzeiro Do Sul	R$	41.559,36	0,09	656	7,24	51%
Sananduva	R$	46.833,48	0,09	629	5,54	51%
Santa Rosa	R$	51.572,13	0,08	3.571	1,60	51%
Rodeio Bonito	R$	59.517,73	0,09	0	14,15	51%
Riozinho	R$	73.008,03	0,09	259	3,47	51%
Santana Da Boa Vista	R$	47.691,19	0,08	0	13,25	51%
Imbe	R$	84.201,33	0,09	5.428	0,41	50%
Bento Goncalves	R$	51.803,18	0,07	15.792	0,46	50%
Alto Feliz	R$	91.470,41	0,09	83	3,13	50%
São Martinho	R$	58.406,09	0,09	0	4,85	50%
Barao De Cotegipe	R$	50.500,43	0,09	0	2,58	50%
Tapera	R$	54.797,70	0,09	0	4,74	50%
Tuparendi	R$	51.193,17	0,09	0	2,08	50%
Caicara	R$	57.041,27	0,09	0	11,35	50%
Torres	R$	50.759,27	0,08	3.776	1,23	49%
Colorado	R$	96.546,06	0,09	0	6,82	49%
São Valentim Do Sul	R$	118.920,21	0,09	28	5,27	49%
Santa Vitoria Do Palmar	R$	53.795,79	0,09	0	3,37	49%
Cacique Doble	R$	54.334,51	0,09	98	3,34	49%
Coronel Bicaco	R$	54.889,45	0,09	0	6,83	49%
Serafina Correa	R$	54.789,47	0,08	3.359	0,91	49%
Nova Petropolis	R$	51.911,04	0,08	2.154	0,84	49%
Frederico Westphalen	R$	36.500,53	0,08	2.084	4,16	49%

Dona Francisca	R$	81.178,50	0,09	0	1,20	49%
Faxinalzinho	R$	88.307,72	0,09	0	7,59	49%
Pinhal	R$	100.491,30	0,09	10	5,65	49%
Bage	R$	44.180,26	0,08	1.954	1,91	49%
Morro Reuter	R$	64.376,88	0,09	692	0,31	49%
Guaiba	R$	35.749,99	0,08	897	1,19	49%
Tucunduva	R$	60.396,12	0,09	0	2,43	49%
Osorio	R$	60.585,01	0,08	4.775	0,26	49%
Flores Da Cunha	R$	52.235,45	0,08	3.448	0,36	48%
Muliterno	R$	123.595,80	0,09	45	16,09	48%
Eugenio De Castro	R$	96.963,05	0,09	0	7,14	48%
Pejucara	R$	94.648,84	0,09	0	1,08	48%
Vista Alegre Do Prata	R$	161.571,79	0,09	0	0,00	48%
Cachoeira Do Sul	R$	40.940,52	0,08	0	3,32	48%
Tres Passos	R$	45.797,72	0,08	0	1,52	48%
Itaqui	R$	52.094,05	0,08	0	2,26	48%
Tres Cachoeiras	R$	39.363,38	0,08	694	0,54	48%
Silveira Martins	R$	93.207,32	0,09	0	0,53	48%
Getulio Vargas	R$	44.406,49	0,08	0	0,80	48%
Taquara	R$	37.606,30	0,08	1.818	2,08	48%
Pareci Novo	R$	95.070,33	0,09	269	8,85	48%
Vila Langaro	R$	121.129,44	0,09	0	9,68	47%
Nova Prata	R$	55.109,67	0,08	4.486	0,20	47%
Lajeado	R$	44.651,00	0,06	11.638	0,98	47%
Campo Bom	R$	61.119,40	0,08	6.056	0,49	47%
São Gabriel	R$	36.721,45	0,08	352	3,62	47%
Nova Palma	R$	69.127,46	0,09	30	3,18	47%
Balneario Pinhal	R$	57.104,18	0,08	3.404	1,71	47%
Terra De Areia	R$	44.622,49	0,08	1.261	1,67	47%
Candido Godoi	R$	55.066,03	0,08	0	2,84	46%
Panambi	R$	49.919,17	0,07	5.448	1,37	46%
Ivora	R$	103.900,16	0,09	0	0,99	46%
São Sebastiao Do Cai	R$	49.037,28	0,08	2.232	1,60	46%
Harmonia	R$	84.054,53	0,09	595	16,25	46%
Arroio Do Meio	R$	56.874,48	0,08	1.832	11,01	46%
Novo Hamburgo	R$	53.042,30	0,08	2.747	0,69	46%
Santa Maria Do Herval	R$	61.689,97	0,08	162	13,83	45%
Santiago	R$	35.223,29	0,07	0	2,13	45%
Bom Principio	R$	53.114,51	0,08	2.295	0,77	45%
Ibiraiaras	R$	57.171,82	0,08	8	3,76	45%
Garibaldi	R$	59.988,60	0,07	4.229	1,01	45%
Campestre Da Serra	R$	89.927,32	0,08	77	6,33	45%
Guabiju	R$	138.452,57	0,08	0	7,99	45%
Vespasiano Correa	R$	126.826,83	0,08	0	2,51	45%
Tapes	R$	45.572,44	0,08	338	2,33	45%

Quarai	R$	38.590,40	0,07	0	2,91	45%
Faxinal Do Soturno	R$	54.065,00	0,08	0	1,51	44%
Carlos Barbosa	R$	59.508,01	0,07	4.673	0,59	44%
Cerrito	R$	50.334,45	0,08	0	6,46	43%
Antonio Prado	R$	51.423,39	0,08	0	0,03	43%
Arroio Do Sal	R$	71.762,54	0,08	2.467	1,29	43%
Gaurama	R$	58.073,46	0,08	0	5,11	43%
Veranopolis	R$	53.518,11	0,07	3.344	0,52	43%
Dois Irmaos	R$	45.663,51	0,07	5.137	0,20	43%
São Marcos	R$	50.991,33	0,07	1.145	0,43	43%
Pinheiro Machado	R$	67.966,22	0,08	0	5,86	43%
Cruz Alta	R$	38.901,41	0,07	0	3,44	43%
Nao-Meque	R$	58.135,14	0,07	1.523	1,26	42%
Hulha Negra	R$	59.657,76	0,07	684	9,01	42%
Salvador Do Sul	R$	71.935,97	0,08	1.033	2,50	42%
Nova Bassano	R$	60.833,71	0,07	1.004	0,10	42%
Pantano Grande	R$	53.152,79	0,07	0	2,69	41%
Candiota	R$	99.154,53	0,08	706	6,83	41%
Arroio Grande	R$	46.919,00	0,07	0	4,42	40%
Encantado	R$	50.360,61	0,07	1.982	3,48	40%
General Camara	R$	41.871,38	0,07	0	4,57	40%
Santa Barbara Do Sul	R$	69.887,73	0,07	0	1,88	40%
Mariano Moro	R$	123.477,52	0,07	0	1,93	39%
Lavras Do Sul	R$	63.715,50	0,07	0	4,82	39%
Gramado	R$	69.643,77	0,07	3.680	0,56	39%
Nova Padua	R$	120.834,54	0,07	54	0,00	39%
Boa Vista Do Sul	R$	136.383,25	0,07	0	3,38	39%
Saldanha Marinho	R$	107.077,96	0,07	0	0,92	39%
Santana Do Livramento	R$	40.354,01	0,06	0	4,99	38%
Sertao	R$	64.169,33	0,07	0	1,91	37%
Uniao Da Serra	R$	157.988,37	0,07	0	2,41	37%
Esteio	R$	51.542,27	0,06	707	0,61	36%
Marques De Souza	R$	79.907,92	0,06	0	13,33	35%
Nova Roma Do Sul	R$	100.878,40	0,06	311	1,99	34%
Ibiaca	R$	70.726,25	0,06	0	7,49	34%
Dois Lajeados	R$	89.019,23	0,06	54	1,40	34%
Mato Castelhano	R$	107.721,01	0,06	16	12,80	33%
São Joao Do Polesine	R$	95.491,12	0,06	0	0,54	33%
Horizontina	R$	68.784,93	0,06	649	2,14	32%
Doutor Mauricio Cardoso	R$	72.814,84	0,06	0	8,63	31%
Barra Do Ribeiro	R$	45.138,53	0,05	727	0,74	30%
Chui	R$	53.165,89	0,05	750	1,28	30%
Nova Araca	R$	79.107,89	0,05	765	0,33	29%
Selbach	R$	69.959,12	0,04	68	10,77	27%
Mínimo*	**R$**	**23.737,09**	**0,04**	**0**	**0,00**	**27%**

Média*	**R$**	**70.292,47**	**0,11**	**1.430**	**7,56**	**62%**
Desvio Padrão*	**R$**	**28.604,48**	**0,03**	**5.139**	**8,56**	**15%**
Máximo*	**R$**	**177.285,15**	**0,19**	**76.202**	**48,61**	**100%**

Municípios De Santa Catarina	GPT_99		IDHG_99	POP_99	INFRA_99	EFI_99
Anita Garibaldi	R$	77.187,53	0,15	0	35,08	100%
Camboriu	R$	31.489,65	0,13	17.789	0,89	100%
Dona Emma	R$	176.978,74	0,23	0	12,87	100%
Itapema	R$	50.194,90	0,20	13.693	0,96	100%
Joinville	R$	93.664,59	0,13	84.375	0,85	100%
Palhoca	R$	29.551,37	0,12	34.178	1,14	100%
Timbo Grande	R$	109.825,91	0,07	1.229	35,56	100%
Dionisio Cerqueira	R$	81.838,70	0,15	530	24,88	93%
Witmarsum	R$	164.045,42	0,21	0	6,52	93%
São Lourenco Do Oeste	R$	91.135,58	0,18	1.792	13,75	93%
Galvao	R$	154.627,78	0,20	0	13,39	93%
Aguas Mornas	R$	124.490,91	0,20	499	4,09	93%
Antonio Carlos	R$	117.256,20	0,20	821	3,53	92%
Chapeco	R$	106.888,01	0,15	37.006	7,61	91%
São Jose	R$	44.454,91	0,09	41.351	0,44	90%
São Jose Do Cerrito	R$	94.173,02	0,15	0	27,03	90%
São Domingos	R$	174.032,86	0,20	0	13,40	89%
Presidente Nereu	R$	178.241,50	0,19	0	15,00	88%
Santa Rosa Do Sul	R$	85.515,52	0,18	583	1,51	85%
Caxambu Do Sul	R$	155.686,58	0,19	0	13,23	85%
Lontras	R$	77.853,75	0,17	803	5,75	85%
Ita	R$	141.987,24	0,18	517	13,08	85%
Guaraciaba	R$	108.694,86	0,17	0	10,44	85%
Agua Doce	R$	117.018,95	0,18	0	4,64	84%
Guaruja Do Sul	R$	138.119,19	0,15	0	22,65	84%
Balneario Camboriu	R$	80.130,65	0,15	30.997	1,48	84%
São Carlos	R$	107.435,56	0,17	0	11,42	84%
Forquilhinha	R$	94.207,34	0,17	4.783	4,71	83%
Lindoia Do Sul	R$	172.050,43	0,19	0	7,83	83%
Icara	R$	46.803,80	0,15	10.539	1,54	82%
Palma Sola	R$	107.138,20	0,16	0	15,38	82%
Maravilha	R$	143.179,86	0,17	1.725	15,26	81%
Itaiopolis	R$	79.667,13	0,13	1.400	20,59	81%
Aguas De Chapeco	R$	106.655,50	0,13	0	25,15	80%
Massaranduba	R$	98.255,91	0,15	1.571	11,92	79%
Salto Veloso	R$	192.075,66	0,18	400	5,87	78%
Saudades	R$	114.589,96	0,16	104	9,93	78%
Jaguaruna	R$	85.131,55	0,16	2.298	1,16	78%
Agronomica	R$	136.835,25	0,17	0	0,00	78%

Treze De Maio	R$	96.481,91	0,16	106	0,00	77%
Blumenau	R$	138.497,64	0,12	50.226	0,00	77%
Piratuba	R$	99.966,70	0,15	1.290	11,40	77%
Bom Jardim Da Serra	R$	134.707,62	0,16	0	12,17	76%
Guabiruba	R$	68.705,09	0,15	3.071	1,15	76%
Araquari	R$	68.107,08	0,13	3.604	16,07	75%
Alfredo Wagner	R$	121.725,18	0,16	0	7,31	75%
Cunha Pora	R$	100.229,49	0,15	0	10,53	75%
São Jose Do Cedro	R$	122.067,65	0,15	0	11,49	74%
Coronel Freitas	R$	108.912,73	0,16	133	5,30	74%
Pedras Grandes	R$	127.163,45	0,16	0	0,59	74%
Salete	R$	118.586,90	0,16	0	0,64	74%
Campo Alegre	R$	73.420,62	0,14	2.327	10,55	74%
Pinhalzinho	R$	82.156,25	0,13	1.683	14,05	73%
Ituporanga	R$	84.869,20	0,14	541	6,91	73%
Canoinhas	R$	62.332,79	0,13	1.260	7,66	73%
Pomerode	R$	128.365,42	0,16	3.115	3,39	72%
Campos Novos	R$	89.875,63	0,13	2.898	12,01	72%
Pouso Redondo	R$	93.758,20	0,15	0	4,21	72%
Ilhota	R$	69.431,95	0,14	1.722	3,48	72%
Sombrio	R$	66.566,90	0,14	4.293	0,59	72%
Aurora	R$	119.243,08	0,15	218	0,00	71%
Ipumirim	R$	133.227,16	0,15	0	12,63	71%
Santa Rosa De Lima	R$	243.412,54	0,17	0	5,36	71%
Petrolandia	R$	107.199,67	0,15	0	7,57	71%
São Joao Batista	R$	71.633,65	0,14	1.320	1,08	71%
Laurentino	R$	127.103,97	0,15	0	0,16	71%
Paulo Lopes	R$	97.644,31	0,15	890	1,59	71%
Meleiro	R$	124.415,87	0,15	0	7,11	70%
Penha	R$	52.814,33	0,14	4.570	0,13	70%
Anitapolis	R$	205.748,52	0,15	231	11,48	70%
Concordia	R$	106.115,03	0,15	6.753	3,13	70%
Rio Do Oeste	R$	104.553,71	0,15	880	3,12	70%
Rio Do Campo	R$	114.391,97	0,14	0	8,56	69%
Treze Tilias	R$	158.829,43	0,16	1.319	6,08	69%
Romelandia	R$	151.643,14	0,14	0	14,76	69%
Rodeio	R$	91.803,46	0,14	1.377	2,02	69%
Taio	R$	92.608,73	0,14	3.053	2,83	69%
Porto Uniao	R$	67.039,05	0,13	2.277	6,28	69%
Morro Da Fumaca	R$	73.858,05	0,14	2.178	0,00	68%
Brusque	R$	93.836,06	0,13	17.388	0,00	68%
Ibirama	R$	100.079,34	0,14	2.312	3,21	68%
Criciuma	R$	71.317,50	0,12	23.578	0,30	67%
Agrolandia	R$	94.894,19	0,14	0	6,45	67%
Arroio Trinta	R$	163.207,73	0,15	0	1,90	67%

Lages	R$	94.278,14	0,12	15.384	5,74	67%
São Miguel Do Oeste	R$	105.175,53	0,14	2.312	4,30	67%
Grao Para	R$	106.371,83	0,14	414	5,58	67%
Santo Amaro Da Imperatriz	R$	66.842,34	0,13	2.596	0,00	67%
Armazem	R$	83.660,16	0,14	320	0,00	67%
Vitor Meireles	R$	119.537,92	0,14	643	8,57	66%
Ipora Do Oeste	R$	86.202,36	0,12	0	10,72	66%
Praia Grande	R$	88.781,43	0,13	0	4,61	66%
Garuva	R$	77.193,38	0,11	3.144	15,76	66%
Orleans	R$	63.968,29	0,13	1.536	0,74	66%
Abelardo Luz	R$	126.954,65	0,14	3.312	8,47	65%
Presidente Getulio	R$	87.649,60	0,13	961	0,37	65%
Major Gercino	R$	179.257,30	0,15	0	1,91	65%
Jabora	R$	163.837,66	0,15	0	6,38	64%
Erval Velho	R$	157.312,05	0,14	0	9,83	64%
Ponte Serrada	R$	119.864,06	0,12	1.715	13,16	63%
Jacinto Machado	R$	88.355,18	0,13	0	3,36	63%
Mafra	R$	68.754,17	0,11	4.395	8,77	63%
Capinzal	R$	104.325,37	0,12	4.115	8,25	63%
São Bento Do Sul	R$	91.663,64	0,12	15.650	4,60	63%
Nova Trento	R$	84.052,64	0,13	1.506	2,81	62%
Nova Erechim	R$	180.686,32	0,14	429	9,95	62%
São Joao Do Sul	R$	116.397,01	0,13	1.255	4,53	62%
São Joaquim	R$	50.659,48	0,10	541	6,16	62%
Ararangua	R$	63.559,11	0,12	10.144	1,74	61%
Luiz Alves	R$	86.454,94	0,13	1.534	0,18	61%
Timbe Do Sul	R$	103.918,86	0,13	333	1,01	61%
Laguna	R$	61.516,77	0,12	3.814	0,58	60%
Videira	R$	108.464,97	0,12	8.090	3,23	60%
Itajai	R$	85.287,87	0,10	27.266	0,21	60%
Bom Retiro	R$	84.538,29	0,11	794	9,75	60%
Presidente Castelo Branco	R$	332.835,73	0,14	592	0,00	59%
Rio Das Antas	R$	124.342,86	0,12	330	8,03	59%
Trombudo Central	R$	169.467,00	0,14	420	0,02	59%
Tubarao	R$	85.916,20	0,12	7.629	0,08	59%
Gaspar	R$	76.262,58	0,11	10.800	0,86	58%
Corupa	R$	88.849,06	0,12	1.458	4,39	58%
Imbituba	R$	65.716,65	0,12	4.291	0,77	58%
Rio Do Sul	R$	87.696,17	0,12	5.999	1,42	58%
Peritiba	R$	176.278,53	0,13	345	8,60	57%
Turvo	R$	103.912,47	0,12	713	1,74	55%
Navegantes	R$	45.271,89	0,08	16.117	2,56	55%
Nova Veneza	R$	79.953,21	0,11	1.127	0,80	55%
Catanduvas	R$	173.140,04	0,13	1.595	5,57	55%
Curitibanos	R$	87.891,77	0,11	3.265	6,37	55%

Otacilio Costa	R$	162.042,29	0,13	1.258	5,59	55%
Descanso	R$	139.811,48	0,12	0	6,97	54%
Angelina	R$	134.133,28	0,12	0	3,47	54%
Rancho Queimado	R$	224.488,14	0,13	0	3,06	54%
Cacador	R$	70.369,25	0,09	12.807	7,47	54%
Rio Negrinho	R$	61.684,07	0,10	6.688	4,46	53%
Correia Pinto	R$	125.865,80	0,11	0	5,86	53%
Sideropolis	R$	134.504,61	0,12	1.452	1,16	52%
Ibicare	R$	172.501,79	0,12	21	6,63	52%
Urupema	R$	228.983,13	0,12	0	5,76	50%
Barra Velha	R$	91.553,48	0,10	5.094	5,05	50%
Governador Celso Ramos	R$	58.273,57	0,10	1.969	0,00	48%
Pinheiro Preto	R$	215.789,70	0,11	924	0,06	48%
Benedito Novo	R$	93.196,19	0,10	686	1,39	48%
Joacaba	R$	147.261,91	0,11	1.891	2,29	48%
São Francisco Do Sul	R$	100.867,95	0,08	9.024	0,37	42%
Gravatal	R$	76.696,38	0,08	4.249	0,60	38%
Matos Costa	R$	208.016,57	0,08	1.060	6,29	37%
São Bonifacio	R$	166.393,21	0,08	0	1,13	35%
Mínimo*	**R$**	**29.551,37**	**0,07**	**0**	**0,00**	**35%**
Média*	**R$**	**111.669,92**	**0,14**	**4.376**	**6,32**	**70%**
Desvio Padrão*	**R$**	**45.590,79**	**0,03**	**10.449**	**6,59**	**14%**
Máximo*	**R$**	**332.835,73**	**0,23**	**84.375**	**35,56**	**100%**

Municípios de Santa Catarina	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Camboriu	R$	28.513,79	0,13	20.916	3,03	100%
Chapadao Do Lageado	R$	102.546,53	0,21	201	13,54	100%
Florianopolis	R$	61.427,20	0,08	78.545	0,35	100%
Joinville	R$	57.899,35	0,10	76.068	0,41	100%
Palhoca	R$	26.694,27	0,10	34.592	1,48	100%
Santa Cecilia	R$	27.931,02	0,15	955	9,88	100%
Santa Terezinha Do Progresso	R$	91.980,05	0,13	0	43,09	100%
Tigrinhos	R$	122.836,37	0,18	0	39,18	100%
Timbo Grande	R$	50.674,47	0,21	666	18,44	100%
Entre Rios	R$	83.790,47	0,17	161	32,89	100%
Garuva	R$	42.244,14	0,17	3.383	10,35	93%
Calmon	R$	88.539,01	0,20	0	12,54	92%
Navegantes	R$	35.578,75	0,13	21.239	0,91	91%
Bandeirante	R$	97.724,85	0,12	0	38,54	90%
Bela Vista Do Toldo	R$	59.692,07	0,18	283	14,96	89%
Irineopolis	R$	43.698,25	0,17	714	8,82	89%
Presidente Nereu	R$	94.758,58	0,19	0	1,58	88%
Lebon Regis	R$	39.566,42	0,15	156	12,22	86%
Princesa	R$	85.611,43	0,17	145	20,86	86%

Brunopolis	R$	84.532,58	0,18	0	11,96	85%
Saltinho	R$	66.483,30	0,12	0	25,04	84%
Santa Terezinha	R$	42.280,01	0,14	0	13,86	84%
Paial	R$	127.316,84	0,17	0	14,86	82%
Sangao	R$	34.706,69	0,13	2.272	7,23	82%
Itaiopolis	R$	40.926,34	0,15	1.215	8,43	81%
Papanduva	R$	38.096,06	0,14	1.106	9,65	81%
Chapeco	R$	50.691,69	0,11	36.563	1,56	80%
Araquari	R$	34.786,87	0,13	10.339	4,15	80%
São Miguel Da Boa Vista	R$	115.437,86	0,16	0	17,10	80%
Santiago Do Sul	R$	159.212,93	0,14	0	30,17	80%
Santa Rosa De Lima	R$	117.311,64	0,17	58	0,27	79%
Bom Jesus	R$	99.965,13	0,17	480	6,03	79%
São Bernardino	R$	90.302,40	0,16	0	20,52	79%
Imbuia	R$	53.026,37	0,16	461	0,00	79%
Monte Castelo	R$	41.860,00	0,10	0	13,37	78%
Barra Bonita	R$	123.268,63	0,16	0	16,89	78%
Sul Brasil	R$	95.919,16	0,16	0	17,40	78%
São Jose Do Cerrito	R$	41.157,54	0,13	0	11,86	78%
Ipora Do Oeste	R$	49.006,09	0,16	532	2,82	77%
Irati	R$	119.478,62	0,16	0	14,54	77%
Cerro Negro	R$	74.182,71	0,15	0	20,69	77%
Icara	R$	37.516,34	0,13	10.199	0,83	77%
Jacinto Machado	R$	45.051,98	0,15	0	0,17	77%
Romelandia	R$	53.453,93	0,16	0	11,55	77%
Pouso Redondo	R$	38.278,94	0,13	2.607	3,35	76%
Serra Alta	R$	83.329,11	0,16	0	5,27	76%
Treviso	R$	110.689,02	0,16	383	1,19	76%
Itajai	R$	85.982,73	0,11	35.879	0,60	76%
Aguas Mornas	R$	49.699,39	0,15	904	4,99	75%
Ascurra	R$	42.633,38	0,14	478	0,58	75%
Porto Uniao	R$	33.520,32	0,12	1.635	1,86	75%
Bom Retiro	R$	43.592,66	0,14	975	3,71	74%
Mondai	R$	45.092,24	0,14	1.503	3,63	74%
Campo Belo Do Sul	R$	55.093,31	0,15	0	9,69	74%
Piratuba	R$	127.599,69	0,16	0	6,49	74%
Rio Fortuna	R$	68.897,49	0,15	0	0,44	74%
Ponte Alta	R$	61.416,82	0,15	0	1,19	74%
Braco Do Trombudo	R$	84.705,37	0,16	270	2,18	73%
Celso Ramos	R$	105.332,18	0,16	0	3,52	73%
Paraiso	R$	67.824,38	0,15	0	2,87	73%
Blumenau	R$	69.622,48	0,08	50.507	0,19	73%
Maracaja	R$	53.155,19	0,14	863	14,68	73%
Agrolandia	R$	41.992,98	0,13	1.513	1,87	72%
Timbe Do Sul	R$	58.478,20	0,15	0	0,81	72%

Gravatal	R$	39.641,97	0,13	0	1,01	72%
Rio Do Campo	R$	53.132,99	0,15	0	3,57	72%
Leoberto Leal	R$	77.251,31	0,15	0	1,09	71%
Tangara	R$	59.070,69	0,15	0	0,67	71%
Ipuacu	R$	54.603,14	0,15	676	10,34	71%
Laguna	R$	30.323,13	0,11	3.064	4,87	71%
São Cristovao Do Sul	R$	65.757,09	0,15	508	3,57	71%
Matos Costa	R$	90.850,45	0,15	0	13,20	70%
Anita Garibaldi	R$	54.461,83	0,14	0	13,17	70%
Rancho Queimado	R$	95.013,89	0,15	111	0,81	70%
Nova Itaberaba	R$	77.929,74	0,15	11	8,50	70%
Capao Alto	R$	100.732,31	0,15	0	6,50	69%
Irani	R$	48.092,31	0,14	758	1,67	69%
Bom Jardim Da Serra	R$	62.637,97	0,14	316	3,28	69%
Novo Horizonte	R$	92.085,61	0,15	0	1,75	69%
Belmonte	R$	92.434,48	0,15	47	7,67	69%
São Bonifacio	R$	73.720,27	0,14	0	0,00	68%
Arvoredo	R$	127.254,93	0,15	0	2,39	68%
Benedito Novo	R$	41.473,32	0,12	1.265	0,56	68%
Campo Alegre	R$	46.261,05	0,13	114	1,76	68%
Ituporanga	R$	37.694,41	0,12	2.758	1,47	68%
Aguas Frias	R$	102.208,48	0,15	0	6,81	68%
Major Vieira	R$	48.552,39	0,11	573	13,25	68%
Agronomica	R$	57.042,99	0,14	647	0,27	67%
Guatambu	R$	73.202,32	0,14	0	3,32	67%
Jupia	R$	104.027,05	0,14	0	14,11	67%
Garopaba	R$	41.053,22	0,12	4.974	3,94	67%
Bocaina Do Sul	R$	91.472,99	0,14	0	0,92	67%
Bom Jesus Do Oeste	R$	104.496,77	0,14	0	4,46	67%
Coronel Freitas	R$	56.930,99	0,14	0	2,79	67%
Presidente Castelo Branco	R$	147.862,69	0,14	63	2,35	66%
Penha	R$	39.370,14	0,11	7.463	2,48	66%
Biguacu	R$	34.233,77	0,10	6.825	0,76	66%
Anchieta	R$	54.657,67	0,14	0	3,11	66%
Canoinhas	R$	40.366,98	0,12	1.134	4,08	66%
Guaraciaba	R$	47.223,41	0,13	0	2,72	66%
Angelina	R$	54.374,85	0,14	0	2,90	65%
Descanso	R$	50.772,57	0,13	0	1,47	65%
Itapoa	R$	65.003,08	0,13	5.924	4,10	65%
Vitor Meireles	R$	57.245,98	0,13	0	6,08	65%
Palma Sola	R$	51.785,33	0,13	0	5,35	65%
Ibiam	R$	119.991,93	0,14	0	6,74	64%
Ponte Serrada	R$	47.603,07	0,13	470	1,96	64%
Atalanta	R$	70.466,32	0,13	0	3,51	64%
Painel	R$	92.256,81	0,14	250	2,60	64%

Dionisio Cerqueira	R$	41.812,05	0,12	561	9,71	64%
Pinhalzinho	R$	45.458,66	0,12	3.976	2,75	64%
Aurora	R$	55.496,37	0,13	75	0,31	64%
Indaial	R$	42.432,43	0,10	14.660	1,06	64%
Alto Bela Vista	R$	163.511,46	0,14	0	0,22	64%
Apiuna	R$	51.812,53	0,13	1.080	0,65	64%
Aguas De Chapeco	R$	54.641,78	0,13	328	6,84	63%
Vidal Ramos	R$	50.519,45	0,13	0	1,49	63%
Petrolandia	R$	50.687,68	0,13	0	1,01	63%
Palmitos	R$	43.473,51	0,12	0	6,73	63%
Campo Ere	R$	55.105,47	0,13	0	11,23	63%
Jose Boiteux	R$	60.399,46	0,13	127	4,34	63%
São Joao Do Itaperiu	R$	74.992,51	0,13	274	4,13	62%
Campos Novos	R$	53.025,42	0,13	2.799	3,06	62%
Barra Velha	R$	45.805,60	0,11	7.779	3,57	62%
Imbituba	R$	39.849,51	0,11	5.400	1,96	62%
Taio	R$	46.728,53	0,12	1.003	0,64	62%
Modelo	R$	74.422,17	0,13	115	4,28	62%
Alfredo Wagner	R$	46.044,73	0,12	553	2,43	62%
Treze Tilias	R$	69.106,87	0,13	1.501	0,83	62%
Morro Da Fumaca	R$	47.508,40	0,12	1.575	2,55	62%
Flor Do Sertao	R$	143.348,87	0,12	356	16,59	62%
Santo Amaro Da Imperatriz	R$	37.283,50	0,10	3.369	1,34	61%
Praia Grande	R$	46.981,50	0,12	0	1,44	61%
Botuvera	R$	61.746,89	0,13	975	0,00	61%
Sombrio	R$	37.230,46	0,10	3.651	1,83	61%
Capinzal	R$	62.469,96	0,12	2.311	1,04	61%
Bombinhas	R$	76.294,25	0,12	5.577	2,18	61%
Morro Grande	R$	93.946,02	0,13	0	2,80	61%
Criciuma	R$	45.305,60	0,09	21.687	0,59	61%
Rio Negrinho	R$	54.042,53	0,12	2.139	1,56	60%
Treze De Maio	R$	49.601,56	0,12	160	0,02	60%
Forquilhinha	R$	45.807,59	0,11	4.200	0,97	60%
Imarui	R$	42.274,12	0,11	0	3,06	60%
São Joaquim	R$	35.421,89	0,10	1.976	3,73	60%
São Joao Do Sul	R$	49.638,11	0,12	218	2,34	60%
Palmeira	R$	109.894,65	0,13	240	7,10	59%
Orleans	R$	46.985,09	0,12	1.362	1,26	59%
Ermo	R$	112.748,68	0,13	0	2,08	59%
Saudades	R$	49.558,74	0,12	692	2,32	59%
Ararangua	R$	35.848,95	0,09	6.604	1,01	59%
Ouro	R$	49.381,73	0,12	0	1,34	59%
Brusque	R$	51.549,10	0,08	29.445	0,30	59%
Herval D'oeste	R$	40.435,26	0,10	1.195	1,13	58%
Itapema	R$	52.752,32	0,09	19.928	1,27	58%

Ipumirim	R$	63.190,43	0,12	313	0,47	58%
Rio Do Oeste	R$	48.803,86	0,12	360	0,06	58%
Jabora	R$	85.685,41	0,12	0	0,90	58%
Paulo Lopes	R$	49.821,00	0,12	768	5,18	58%
Gaspar	R$	44.269,50	0,10	11.567	0,01	58%
Cunha Pora	R$	42.545,77	0,11	384	1,63	58%
Xanxere	R$	42.748,15	0,10	6.699	1,12	58%
Passos Maia	R$	74.523,49	0,12	0	12,95	58%
Balneario Gaivota	R$	41.456,62	0,10	2.784	1,89	58%
Curitibanos	R$	39.085,18	0,10	1.687	3,25	57%
Armazem	R$	41.400,79	0,10	880	1,13	57%
Jaguaruna	R$	42.975,87	0,11	2.677	3,83	57%
Abelardo Luz	R$	53.613,68	0,12	660	11,01	57%
Vargem Bonita	R$	94.062,36	0,12	0	0,30	57%
Trombudo Central	R$	56.702,71	0,12	758	0,20	57%
Urubici	R$	40.143,38	0,10	447	1,98	57%
Anitapolis	R$	97.809,75	0,12	0	2,75	57%
Urupema	R$	86.897,90	0,12	0	2,27	57%
Porto Belo	R$	48.010,89	0,11	5.379	0,76	57%
Lontras	R$	33.144,45	0,09	1.863	1,41	57%
São Miguel Do Oeste	R$	38.198,81	0,10	3.982	6,32	57%
São Joao Do Oeste	R$	63.537,13	0,12	247	5,05	57%
Rio Do Sul	R$	57.077,14	0,10	9.548	0,42	57%
Macieira	R$	120.755,45	0,12	0	1,93	57%
Seara	R$	58.459,86	0,12	452	2,02	56%
Formosa Do Sul	R$	104.183,23	0,12	0	11,16	56%
São Francisco Do Sul	R$	87.325,89	0,10	10.219	2,75	56%
São Bento Do Sul	R$	61.318,17	0,10	9.364	0,70	56%
Iraceminha	R$	63.464,17	0,12	0	8,83	56%
Santa Helena	R$	99.181,68	0,12	0	2,58	56%
Quilombo	R$	65.091,71	0,12	0	6,42	56%
São Jose Do Cedro	R$	43.768,82	0,10	6	4,72	55%
Abdon Batista	R$	97.202,68	0,12	0	2,46	55%
Jardinopolis	R$	161.444,79	0,12	0	6,42	55%
Correia Pinto	R$	67.484,30	0,12	0	1,90	55%
Tunapolis	R$	67.754,96	0,12	0	1,50	55%
Governador Celso Ramos	R$	51.400,66	0,11	1.401	0,57	55%
Santa Rosa Do Sul	R$	45.173,05	0,11	244	1,79	55%
Nova Trento	R$	44.510,07	0,10	2.338	4,66	54%
Jaragua Do Sul	R$	67.118,73	0,06	34.634	0,23	54%
Braco Do Norte	R$	38.465,30	0,09	4.663	1,10	54%
Nova Veneza	R$	51.373,82	0,11	1.798	1,90	54%
São Joao Batista	R$	33.902,16	0,08	11.399	1,12	54%
Sideropolis	R$	47.241,70	0,11	916	2,19	53%
Ponte Alta Do Norte	R$	88.309,57	0,11	82	3,08	53%

Rio Dos Cedros	R$	46.518,64	0,10	1.345	0,68	53%
Luiz Alves	R$	46.412,57	0,10	2.464	1,12	53%
Tres Barras	R$	55.808,00	0,11	1.005	4,23	53%
Rio Das Antas	R$	68.729,63	0,11	14	0,28	53%
Arabuta	R$	74.544,97	0,11	33	3,74	52%
Peritiba	R$	90.151,01	0,11	0	1,19	52%
Riqueza	R$	60.418,18	0,11	0	9,45	52%
Ilhota	R$	46.688,59	0,10	1.781	0,60	52%
Ita	R$	135.682,68	0,11	0	0,34	52%
Doutor Pedrinho	R$	69.977,68	0,11	522	0,13	52%
Otacilio Costa	R$	66.637,07	0,11	2.344	0,87	52%
Maravilha	R$	44.849,19	0,10	3.580	1,10	52%
Itapiranga	R$	58.038,28	0,11	1.411	1,71	51%
Rio Rufino	R$	93.923,65	0,11	22	3,54	51%
Major Gercino	R$	72.040,10	0,11	136	0,37	51%
Marema	R$	121.177,36	0,11	0	5,12	51%
Cunhatai	R$	116.507,58	0,10	60	11,25	51%
Xaxim	R$	49.812,03	0,10	2.856	1,29	51%
Fraiburgo	R$	52.449,49	0,10	1.605	1,43	51%
São Domingos	R$	50.264,40	0,10	0	5,29	51%
Coronel Martins	R$	105.002,17	0,11	70	7,21	51%
Nova Erechim	R$	81.117,92	0,11	732	2,23	51%
Timbo	R$	58.400,09	0,09	7.416	0,33	50%
Lauro Muller	R$	44.858,23	0,10	763	2,92	50%
Dona Emma	R$	68.533,94	0,10	412	2,60	49%
Balneario Arroio Do Silva	R$	45.374,62	0,09	3.543	4,24	49%
Guabiruba	R$	34.396,24	0,08	5.454	0,68	49%
Grao Para	R$	58.952,62	0,10	183	2,23	49%
Faxinal Dos Guedes	R$	59.154,75	0,10	0	2,22	49%
São Carlos	R$	48.837,05	0,10	927	4,87	49%
Salete	R$	54.819,72	0,10	207	1,82	49%
São Lourenco Do Oeste	R$	47.152,86	0,09	2.512	4,06	49%
Lajeado Grande	R$	156.432,65	0,10	0	3,43	49%
São Pedro De Alcantara	R$	54.965,88	0,10	1.120	0,68	48%
Capivari De Baixo	R$	55.433,56	0,10	3.113	0,59	48%
Canelinha	R$	35.740,17	0,08	1.599	0,39	48%
Presidente Getulio	R$	42.676,27	0,09	2.554	0,76	48%
Concordia	R$	54.572,16	0,09	5.563	0,86	47%
Tubarao	R$	40.275,42	0,08	8.765	0,29	47%
Caibi	R$	54.171,81	0,10	0	2,75	47%
Lages	R$	50.160,80	0,10	0	1,45	47%
Meleiro	R$	56.821,04	0,10	0	2,27	47%
Vargem	R$	88.218,91	0,10	0	4,61	46%
Witmarsum	R$	70.433,65	0,10	349	5,16	46%
Uniao Do Oeste	R$	91.898,34	0,10	0	3,49	46%

São Ludgero	R$	51.198,90	0,09	2.406	0,00	46%
Xavantina	R$	79.729,03	0,10	0	0,93	46%
Cordilheira Alta	R$	94.554,00	0,10	674	0,36	45%
Catanduvas	R$	56.888,94	0,09	1.264	0,45	45%
Ipira	R$	115.625,55	0,10	0	2,63	45%
Mirim Doce	R$	350.479,00	0,10	0	1,30	45%
Laurentino	R$	49.552,78	0,09	942	1,26	45%
Arroio Trinta	R$	84.209,32	0,09	12	1,37	45%
Luzerna	R$	63.902,97	0,09	28	0,47	44%
Galvao	R$	79.099,92	0,08	0	12,57	44%
Rodeio	R$	41.557,62	0,08	542	1,76	43%
Joacaba	R$	74.291,14	0,09	3.395	0,89	43%
Videira	R$	52.161,11	0,08	5.599	0,45	43%
Antonio Carlos	R$	60.901,85	0,09	1.024	0,91	43%
Ibicare	R$	75.577,03	0,09	0	0,56	43%
Erval Velho	R$	68.594,80	0,09	83	2,13	43%
Guaramirim	R$	42.821,50	0,07	9.407	1,46	42%
Cocal Do Sul	R$	53.425,33	0,09	1.433	1,76	42%
Ibirama	R$	49.000,12	0,08	1.528	1,24	41%
Planalto Alegre	R$	94.286,91	0,09	202	1,18	41%
Iomere	R$	114.702,22	0,09	186	0,46	41%
Lindoia Do Sul	R$	73.807,64	0,08	0	1,69	40%
Turvo	R$	48.710,26	0,08	967	0,25	39%
Balneario Barra Do Sul	R$	55.602,66	0,08	2.385	2,48	39%
Guaruja Do Sul	R$	59.098,25	0,08	212	3,53	39%
Pomerode	R$	57.744,97	0,07	5.632	0,55	39%
Massaranduba	R$	43.981,33	0,07	2.112	0,52	38%
Lacerdopolis	R$	117.107,16	0,08	26	0,48	38%
Schroeder	R$	36.323,81	0,06	6.476	1,02	37%
Urussanga	R$	52.618,68	0,07	1.100	0,80	36%
Caxambu Do Sul	R$	75.685,40	0,07	0	8,95	35%
Agua Doce	R$	62.462,87	0,07	118	2,54	34%
Ouro Verde	R$	129.157,24	0,06	0	5,36	29%
Vargeao	R$	81.891,12	0,05	6	2,15	22%
Mínimo*	**R$**	**26.694,27**	**0,05**	**0**	**0,00**	**22%**
Média*	**R$**	**66.895,83**	**0,12**	**2.969**	**4,54**	**62%**
Desvio Padrão*	**R$**	**32.436,24**	**0,03**	**8.873**	**6,35**	**15%**
Máximo*	**R$**	**350.479,00**	**0,21**	**78.545**	**43,09**	**100%**

Municípios Do Espirito Santo	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Agua Doce Do Norte	R$	87.558,79	0,18	50	25,12	100%
Alto Rio Novo	R$	101.880,32	0,20	219	19,65	100%
Cariacica	R$	45.028,87	0,12	49.928	13,23	100%

Ibatiba	R$	47.354,51	0,17	3.180	19,12	100%
Jaguare	R$	74.155,43	0,10	4.768	31,41	100%
Laranja Da Terra	R$	92.563,45	0,20	0	13,56	100%
Pedro Canario	R$	64.466,80	0,16	613	25,63	100%
Vila Velha	R$	63.368,74	0,10	80.909	5,17	100%
Castelo	R$	60.666,89	0,18	2.195	4,77	99%
Atilio Vivacqua	R$	93.310,33	0,19	1.661	9,78	98%
Presidente Kennedy	R$	107.903,43	0,16	122	24,82	97%
Ibitirama	R$	84.320,33	0,13	1.150	27,18	95%
Venda Nova Do Imigrante	R$	66.551,16	0,17	4.504	4,71	94%
Santa Maria De Jetiba	R$	73.303,50	0,17	5.506	17,07	94%
Guarapari	R$	58.899,69	0,14	26.284	10,28	92%
Afonso Claudio	R$	72.862,99	0,17	662	12,08	91%
Mimoso Do Sul	R$	65.011,61	0,16	3.005	18,28	90%
Pancas	R$	80.297,32	0,17	0	14,63	89%
Iuna	R$	72.042,86	0,16	2.238	16,33	88%
Vargem Alta	R$	64.751,55	0,15	3.367	10,54	86%
Rio Bananal	R$	96.810,90	0,16	1.074	18,40	85%
Ibiracu	R$	116.762,73	0,17	1.061	11,12	85%
Itapemirim	R$	84.899,63	0,15	4.236	16,58	84%
Viana	R$	96.467,01	0,15	8.845	15,33	84%
Baixo Guandu	R$	59.674,04	0,15	1.016	15,76	83%
Dores Do Rio Preto	R$	102.960,94	0,16	923	8,27	82%
Muqui	R$	86.389,60	0,16	0	7,84	82%
Alegre	R$	66.573,23	0,15	1.697	13,96	82%
Santa Leopoldina	R$	95.828,20	0,15	1.165	18,71	82%
Conceicao Do Castelo	R$	74.301,39	0,14	509	17,24	80%
Ecoporanga	R$	99.760,71	0,15	0	19,32	80%
Anchieta	R$	162.897,99	0,16	4.242	11,33	80%
Domingos Martins	R$	109.400,94	0,15	5.397	9,51	80%
Cachoeiro De Itapemirim	R$	67.727,56	0,11	35.561	5,21	78%
Jeronimo Monteiro	R$	83.521,31	0,15	1.291	7,01	78%
Muniz Freire	R$	70.214,32	0,14	0	14,45	78%
Itaguacu	R$	74.690,69	0,14	1.102	6,05	76%
Pinheiros	R$	78.874,96	0,14	0	8,53	76%
Aracruz	R$	168.984,55	0,14	12.111	10,47	76%
São Jose Do Calcado	R$	98.993,27	0,15	1.058	10,67	74%
Montanha	R$	91.570,25	0,14	0	16,85	73%
Apiaca	R$	83.611,43	0,13	620	15,52	70%
Piuma	R$	68.715,85	0,12	5.557	10,11	68%
Colatina	R$	68.501,00	0,11	13.343	5,87	68%
Santa Teresa	R$	91.743,19	0,13	1.565	3,47	65%
Guacui	R$	63.069,66	0,11	3.647	6,07	64%
Alfredo Chaves	R$	90.019,94	0,12	969	3,72	64%
Rio Novo Do Sul	R$	67.790,42	0,11	1.267	5,79	63%

Joao Neiva	R$	100.077,61	0,12	1.505	3,08	62%
Marilandia	R$	78.115,62	0,12	920	9,80	62%
Bom Jesus Do Norte	R$	86.179,20	0,11	648	4,84	59%
Itarana	R$	83.548,52	0,10	1.031	11,56	55%
Fundao	R$	90.362,00	0,10	2.325	5,39	54%
Mínimo*	**R$**	**45.028,87**	**0,10**	**0**	**3,08**	**54%**
Média*	**R$**	**83.685,61**	**0,14**	**5.756**	**12,66**	**82%**
Desvio Padrão*	**R$**	**22.836,54**	**0,03**	**13.796**	**6,69**	**13%**
Máximo*	**R$**	**168.984,55**	**0,20**	**80.909**	**31,41**	**100%**

Municípios Do Espírito Santo	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Cariacica	R$	23.340,72	0,11	24.453	7,43	100%
Mucurici	R$	91.859,54	0,15	0	23,73	100%
Santa Maria De Jetiba	R$	47.846,10	0,17	5.402	0,62	100%
Serra	R$	49.434,84	0,11	87.815	3,00	100%
Vila Pavao	R$	64.397,48	0,16	342	7,28	100%
Vila Valerio	R$	59.493,24	0,16	0	9,95	100%
Vila Velha	R$	34.052,73	0,09	69.260	2,17	100%
Sooretama	R$	44.880,00	0,14	5.574	7,00	97%
Divino De São Lourenco	R$	79.705,84	0,16	0	2,22	97%
Jaguare	R$	77.144,59	0,15	5.139	8,59	96%
Conceicao Da Barra	R$	57.738,53	0,11	1.955	14,91	95%
Santa Leopoldina	R$	69.077,37	0,16	0	3,76	95%
Pancas	R$	47.117,89	0,14	1.146	5,58	93%
Alto Rio Novo	R$	65.884,93	0,10	353	15,99	91%
Brejetuba	R$	60.437,64	0,15	0	5,51	90%
São Mateus	R$	48.152,03	0,13	18.568	6,35	90%
Irupi	R$	54.970,37	0,15	1.369	0,65	89%
Iuna	R$	44.130,89	0,14	1.216	1,56	85%
Ibitirama	R$	59.452,70	0,14	0	3,66	84%
Pedro Canario	R$	42.736,72	0,11	1.833	7,69	83%
Ponto Belo	R$	72.404,94	0,12	716	14,09	83%
Cachoeiro De Itapemirim	R$	38.903,84	0,12	16.546	0,87	82%
Itapemirim	R$	62.750,81	0,13	2.867	8,08	81%
Presidente Kennedy	R$	136.511,20	0,13	759	12,69	81%
Pinheiros	R$	51.486,87	0,11	2.575	9,89	80%
Atilio Vivacqua	R$	65.789,14	0,13	1.523	2,34	80%
Marataizes	R$	36.382,73	0,10	3.537	5,39	80%
Domingos Martins	R$	54.419,91	0,13	1.288	2,05	77%
Aracruz	R$	101.116,58	0,11	17.195	3,69	75%
Marechal Floriano	R$	65.299,93	0,13	2.074	2,13	75%
Boa Esperanca	R$	54.953,11	0,12	520	7,06	75%
São Domingos Do Norte	R$	68.166,03	0,12	454	6,72	74%
Rio Novo Do Sul	R$	50.972,88	0,12	54	4,17	74%

Fundao	R$	60.422,65	0,12	4.016	2,37	72%
Montanha	R$	57.081,45	0,11	586	7,76	72%
Apiaca	R$	64.550,74	0,12	0	2,04	72%
Viana	R$	43.555,38	0,09	11.549	5,98	71%
Conceicao Do Castelo	R$	66.316,84	0,12	771	0,55	70%
Guarapari	R$	38.607,95	0,09	16.886	2,98	70%
Rio Bananal	R$	61.712,55	0,11	1.206	4,43	70%
Baixo Guandu	R$	60.138,87	0,11	1.262	6,99	69%
Muqui	R$	49.865,92	0,11	726	4,81	69%
São Gabriel Da Palha	R$	40.075,20	0,09	5.271	4,00	66%
Ibatiba	R$	45.791,04	0,11	3.156	1,61	66%
Vitoria	R$	113.848,69	0,09	34.857	0,99	65%
Piuma	R$	48.276,16	0,10	3.136	2,55	65%
Nova Venecia	R$	47.378,26	0,09	3.016	7,07	65%
Laranja Da Terra	R$	59.922,79	0,11	0	4,30	64%
Vargem Alta	R$	58.351,11	0,11	1.754	0,78	64%
Muniz Freire	R$	56.910,57	0,11	0	2,96	64%
Alfredo Chaves	R$	56.657,40	0,11	339	1,75	63%
Alegre	R$	51.867,88	0,11	0	1,46	63%
Guacui	R$	47.776,32	0,10	2.359	0,86	62%
Anchieta	R$	132.222,21	0,10	4.726	0,47	62%
Mimoso Do Sul	R$	50.387,65	0,10	0	3,04	61%
Itarana	R$	59.751,84	0,10	0	0,60	61%
Marilandia	R$	58.663,29	0,10	1.183	1,48	59%
Jeronimo Monteiro	R$	54.194,43	0,10	690	0,43	58%
São Roque Do Canaa	R$	50.576,47	0,10	1.148	1,27	58%
Colatina	R$	47.913,63	0,09	8.351	1,38	57%
Joao Neiva	R$	69.760,63	0,10	508	1,16	57%
Santa Teresa	R$	61.335,48	0,09	1.201	1,17	56%
Itaguacu	R$	58.691,41	0,09	0	1,69	54%
Dores Do Rio Preto	R$	64.329,63	0,08	209	0,89	50%
São Jose Do Calcado	R$	69.019,84	0,08	0	0,68	48%
Venda Nova Do Imigrante	R$	54.901,21	0,07	4.282	1,28	45%
Iconha	R$	62.135,98	0,08	1.042	1,51	45%
Ibiracu	R$	68.093,20	0,07	1.035	1,57	44%
Castelo	R$	49.879,43	0,08	1.991	0,34	44%
Mínimo*	**R$**	**23.340,72**	**0,07**	**0**	**0,34**	**44%**
Média*	**R$**	**59.738,79**	**0,11**	**5.678**	**4,38**	**74%**
Desvio Padrão*	**R$**	**19.244,03**	**0,02**	**14.232**	**4,37**	**16%**
Máximo*	**R$**	**136.511,20**	**0,17**	**87.815**	**23,73**	**100%**

Municípios De Minas Gerais	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Agua Boa	R$	38.653,47	0,20	2.026	31,62	100%
Betim	R$	144.677,95	0,16	135.741	9,46	100%

Claro Dos Pocoes	R$	45.500,25	0,22	0	25,94	100%
Felicio Dos Santos	R$	63.246,33	0,19	0	65,57	100%
Ibirite	R$	24.653,97	0,17	54.954	17,08	100%
Novo Cruzeiro	R$	32.324,11	0,19	0	25,88	100%
Ribeirao Das Neves	R$	22.949,14	0,18	107.967	6,79	100%
Santa Fe De Minas	R$	97.026,77	0,26	0	21,49	100%
Santo Antonio Do Rio Abaixo	R$	120.481,14	0,22	0	71,78	100%
Uberlandia	R$	90.163,08	0,13	134.153	2,16	100%
Japaraiba	R$	118.698,39	0,26	158	23,22	99%
Rio Vermelho	R$	46.328,52	0,18	0	43,01	98%
Santo Antonio Do Jacinto	R$	46.515,81	0,20	51	33,08	97%
Turmalina	R$	55.780,11	0,21	723	29,83	95%
Aracuai	R$	31.555,45	0,18	1.887	22,47	93%
São Francisco De Paula	R$	63.869,78	0,21	381	30,55	93%
Alto Rio Doce	R$	58.658,57	0,20	0	39,18	93%
Chapada Do Norte	R$	36.375,48	0,16	0	29,35	92%
Onca De Pitangui	R$	209.232,49	0,24	0	12,40	92%
Unai	R$	62.549,48	0,20	8.706	26,12	91%
Mutum	R$	39.522,22	0,19	0	24,43	90%
Cabo Verde	R$	65.194,71	0,21	1.504	5,31	90%
Padre Paraiso	R$	48.653,67	0,18	148	39,12	90%
Luminarias	R$	82.772,21	0,22	289	17,16	89%
Ibiai	R$	55.086,85	0,20	154	20,55	89%
Desterro De Entre Rios	R$	59.994,00	0,18	0	45,89	89%
Santana Do Riacho	R$	90.399,12	0,20	335	40,89	88%
Ladainha	R$	40.655,21	0,15	0	32,56	88%
Comercinho	R$	39.117,29	0,15	0	30,59	87%
São Romao	R$	105.234,26	0,22	474	26,07	87%
São Tome Das Letras	R$	76.526,12	0,21	504	25,57	86%
Itamarandiba	R$	39.855,49	0,17	1.301	25,35	86%
Juruaia	R$	68.365,89	0,21	1.102	0,00	86%
Cambui	R$	59.059,76	0,20	4.758	5,34	86%
Alterosa	R$	56.532,86	0,20	1.361	13,95	86%
Buritis	R$	57.314,94	0,19	1.979	26,50	85%
Itueta	R$	68.345,99	0,20	0	12,86	85%
Delfinopolis	R$	126.396,15	0,22	0	22,16	85%
Olaria	R$	185.294,42	0,22	21	28,65	85%
Jesuania	R$	85.995,38	0,22	478	14,83	85%
Miradouro	R$	62.865,33	0,19	0	25,99	85%
São Sebastiao Do Maranhao	R$	39.648,84	0,17	0	25,30	85%
Monte Siao	R$	53.660,34	0,19	867	5,76	85%
Santa Rita Do Ibitipoca	R$	109.271,88	0,21	0	35,19	84%
Rio Manso	R$	79.112,30	0,20	185	29,08	84%
Virginopolis	R$	57.047,80	0,19	0	26,66	84%

São Sebastiao Do Rio Preto	R$	200.032,25	0,20	0	38,13	84%
Braunas	R$	74.306,03	0,12	0	55,75	83%
São Francisco	R$	37.756,32	0,14	5.473	27,90	83%
Porteirinha	R$	41.177,33	0,17	9	25,45	83%
São Jose Do Jacuri	R$	72.469,62	0,18	0	36,32	83%
Ilicinea	R$	60.692,83	0,19	1.749	6,37	82%
Monjolos	R$	167.838,52	0,20	0	36,82	82%
Eugenopolis	R$	51.145,53	0,18	0	24,30	82%
Caranaiba	R$	140.979,39	0,19	17	45,36	82%
Morro Do Pilar	R$	100.037,09	0,21	0	22,39	82%
Sobralia	R$	62.799,94	0,18	0	33,26	82%
São Joao Da Ponte	R$	39.771,09	0,16	0	24,28	82%
Arinos	R$	47.816,04	0,17	584	31,29	81%
Santa Luzia	R$	40.675,77	0,17	47.078	4,10	81%
Divino Das Laranjeiras	R$	82.124,99	0,19	0	25,76	81%
Pote	R$	54.339,55	0,18	104	26,03	81%
Urucania	R$	72.743,82	0,20	0	13,12	81%
Virgem Da Lapa	R$	52.481,97	0,17	0	35,03	81%
Passa Tempo	R$	65.617,50	0,18	328	26,08	81%
Dores De Guanhaes	R$	110.833,96	0,20	0	38,06	81%
Alpinopolis	R$	82.009,14	0,20	3.067	14,25	81%
Raposos	R$	64.181,38	0,19	47	0,15	80%
Divino	R$	60.712,98	0,19	1.833	15,68	80%
Oliveira Fortes	R$	190.594,57	0,19	0	39,08	80%
Entre Rios De Minas	R$	58.184,27	0,18	859	18,08	80%
Senador Modestino Goncalves	R$	73.841,57	0,19	0	18,93	80%
Joaquim Felicio	R$	117.863,04	0,20	0	29,21	80%
Queluzita	R$	191.200,78	0,20	63	22,37	80%
Carmo Do Cajuru	R$	60.947,98	0,18	2.742	7,37	80%
Ataleia	R$	52.923,66	0,18	0	22,19	80%
Nova Serrana	R$	57.038,49	0,18	19.534	5,33	79%
Camacho	R$	138.483,57	0,19	0	36,28	79%
Simonesia	R$	45.009,56	0,17	573	24,22	79%
Cristais	R$	89.733,48	0,20	676	19,45	79%
Comendador Gomes	R$	173.517,31	0,21	0	14,43	79%
Pecanha	R$	53.165,40	0,16	0	36,12	79%
Cana Verde	R$	85.766,26	0,19	62	26,64	79%
Cristalia	R$	66.641,94	0,17	580	31,93	79%
Serrania	R$	74.581,47	0,19	529	4,61	79%
Simao Pereira	R$	152.894,68	0,21	65	5,28	79%
Pedrinopolis	R$	201.755,34	0,21	0	12,62	79%
Senhora Dos Remedios	R$	38.828,20	0,15	299	27,04	79%
Itutinga	R$	96.127,30	0,20	0	9,52	78%
São Francisco Do Gloria	R$	74.280,28	0,19	0	16,36	78%

Pedra Do Indaia	R$	103.997,07	0,20	0	25,16	78%
Buritizeiro	R$	45.688,88	0,17	1.427	15,13	78%
Diogo De Vasconcelos	R$	104.366,87	0,17	0	51,56	78%
São Roque De Minas	R$	89.147,50	0,19	2	29,90	78%
Varzelandia	R$	42.397,48	0,14	2.132	30,70	78%
Lagoa Dourada	R$	49.594,90	0,17	1.368	16,44	78%
Santa Barbara Do Tugurio	R$	86.479,10	0,17	0	41,03	78%
Augusto De Lima	R$	97.798,40	0,20	0	24,36	78%
Bueno Brandao	R$	62.535,61	0,18	145	9,63	78%
Ouro Fino	R$	63.284,02	0,18	0	3,26	78%
Itaobim	R$	51.396,76	0,17	913	15,68	77%
Tapirai	R$	200.903,79	0,20	0	18,88	77%
São Jose Do Goiabal	R$	70.596,64	0,17	0	30,39	77%
Santa Maria Do Suacui	R$	54.415,31	0,16	0	31,23	77%
Bom Jesus Da Penha	R$	103.536,28	0,20	601	17,68	77%
São Joao Evangelista	R$	61.416,06	0,17	151	23,23	77%
Ingai	R$	142.973,42	0,20	96	17,87	77%
Itinga	R$	59.900,21	0,16	0	31,68	77%
Brasilia De Minas	R$	60.433,97	0,17	643	27,74	77%
Itacarambi	R$	61.369,57	0,18	2.725	20,94	77%
Contagem	R$	143.924,08	0,14	84.084	5,85	77%
Santana Do Manhuacu	R$	62.100,72	0,17	0	23,83	77%
Santana Dos Montes	R$	97.712,36	0,18	0	35,13	77%
Pedra Do Anta	R$	120.526,74	0,19	0	29,41	77%
Sericita	R$	69.795,51	0,16	608	35,16	76%
Candeias	R$	61.574,39	0,18	852	17,70	76%
Nazareno	R$	72.624,89	0,18	319	21,46	76%
Esmeraldas	R$	38.645,53	0,16	22.792	10,22	76%
Maria Da Fe	R$	57.985,46	0,17	978	3,29	76%
Natercia	R$	101.285,93	0,20	283	6,92	76%
Itumirim	R$	64.648,76	0,18	264	14,42	76%
Pedralva	R$	58.432,59	0,17	1.010	5,36	76%
Piranga	R$	44.632,77	0,15	678	29,11	76%
Minas Novas	R$	36.067,20	0,14	1.715	23,47	76%
Carmopolis De Minas	R$	57.286,22	0,17	713	21,92	76%
Santa Rosa Da Serra	R$	134.256,16	0,19	247	22,59	75%
Salinas	R$	53.421,92	0,17	3.758	20,62	75%
Florestal	R$	110.160,17	0,20	594	6,65	75%
Manhuacu	R$	45.742,65	0,16	9.446	13,20	75%
Formoso	R$	72.213,53	0,17	0	27,34	75%
Carmo Do Rio Claro	R$	72.586,55	0,18	2.262	8,73	75%
Abre Campo	R$	58.389,76	0,16	215	28,42	75%
Paraguacu	R$	61.353,13	0,17	2.444	6,65	75%
Aimores	R$	45.887,48	0,16	0	15,91	75%
Bonfim	R$	66.289,95	0,16	0	34,18	75%

Joanesia	R$	74.465,08	0,17	0	29,79	75%
Arcos	R$	110.665,09	0,19	5.269	3,83	75%
Abaete	R$	56.771,81	0,17	1.671	10,16	75%
Presidente Juscelino	R$	105.023,16	0,19	27	23,32	75%
Claudio	R$	51.933,66	0,17	4.041	11,57	74%
Heliodora	R$	72.397,73	0,18	401	5,98	74%
Caratinga	R$	50.253,26	0,16	3.426	18,06	74%
Riacho Dos Machados	R$	58.719,19	0,16	0	31,81	74%
Jacui	R$	60.252,25	0,17	773	15,76	74%
Montes Claros	R$	58.231,58	0,15	56.885	12,63	74%
Lagamar	R$	78.353,04	0,18	0	20,48	74%
Gurinhata	R$	120.814,86	0,19	0	19,36	73%
Bom Despacho	R$	67.366,83	0,17	4.613	6,65	73%
Sapucai-Mirim	R$	73.074,65	0,18	1.181	7,82	73%
Guanhaes	R$	64.949,71	0,17	2.655	23,47	73%
Capetinga	R$	84.872,82	0,18	124	7,79	73%
Itamonte	R$	80.760,82	0,18	2.170	10,75	73%
Palma	R$	66.420,12	0,17	0	19,33	73%
Serra Da Saudade	R$	453.003,01	0,19	21	12,87	73%
Lagoa Dos Patos	R$	84.907,13	0,16	334	40,10	73%
Tiros	R$	78.004,91	0,16	0	35,82	73%
Santo Antonio Do Aventureiro	R$	112.328,15	0,18	24	27,28	73%
Januaria	R$	44.399,45	0,15	886	23,71	73%
Malacacheta	R$	62.403,97	0,16	644	25,82	73%
Santa Rita De Caldas	R$	66.237,10	0,17	20	7,11	73%
Carbonita	R$	82.184,28	0,17	772	23,13	73%
São Jose Do Divino	R$	97.663,41	0,18	0	23,24	73%
Frei Gaspar	R$	59.410,03	0,16	0	25,81	73%
Belo Vale	R$	98.048,09	0,19	389	17,77	72%
Ipatinga	R$	230.411,18	0,17	32.427	5,00	72%
Lambari	R$	64.445,53	0,17	2.178	3,99	72%
Nepomuceno	R$	62.691,82	0,17	753	8,33	72%
Buenopolis	R$	61.148,46	0,17	432	13,60	72%
Santa Cruz Do Escalvado	R$	82.879,11	0,15	0	46,54	72%
Itambacuri	R$	43.236,95	0,14	1.473	28,28	72%
Nova Uniao	R$	86.806,94	0,18	562	22,02	72%
Santa Margarida	R$	72.276,61	0,16	908	24,94	72%
Formiga	R$	74.416,13	0,17	6.187	6,44	72%
Guape	R$	100.273,85	0,19	1.768	9,08	72%
Inhapim	R$	49.799,47	0,16	0	22,66	72%
Coronel Xavier Chaves	R$	109.041,99	0,19	197	7,22	72%
Tres Marias	R$	122.874,08	0,19	2.169	12,15	71%
Tabuleiro	R$	108.058,20	0,18	211	27,66	71%
Teofilo Otoni	R$	39.350,63	0,15	0	14,90	71%

Diamantina	R$	42.966,87	0,15	0	20,74	71%
Santo Antonio Do Itambe	R$	87.293,26	0,15	141	40,47	71%
Piedade Do Rio Grande	R$	74.141,85	0,17	28	14,39	71%
Rochedo De Minas	R$	200.903,56	0,19	361	14,42	71%
Conselheiro Pena	R$	64.254,90	0,17	0	14,64	71%
Iguatama	R$	122.022,60	0,19	0	9,22	71%
Ibertioga	R$	76.801,19	0,16	286	27,67	71%
Rio Doce	R$	139.513,65	0,18	0	17,73	71%
Antonio Dias	R$	74.169,27	0,17	78	21,66	71%
Coimbra	R$	78.526,93	0,17	1.046	22,12	71%
Gonzaga	R$	62.054,69	0,15	0	30,36	71%
Visconde Do Rio Branco	R$	60.936,42	0,16	4.077	18,15	71%
Cachoeira Dourada	R$	361.566,83	0,19	21	8,28	71%
Douradoquara	R$	397.676,83	0,17	202	33,40	71%
Campos Gerais	R$	56.665,03	0,16	2.595	13,53	71%
Mirabela	R$	59.244,42	0,15	717	27,12	71%
Lajinha	R$	40.709,42	0,14	2.297	20,79	71%
Conceicao De Ipanema	R$	86.258,85	0,17	0	24,01	71%
Santa Maria De Itabira	R$	62.487,66	0,15	108	28,13	70%
Pirauba	R$	53.577,12	0,16	1.998	17,61	70%
Ibitiura De Minas	R$	110.729,42	0,18	610	6,32	70%
São Jose Do Mantimento	R$	138.566,57	0,17	155	28,17	70%
Jacinto	R$	63.440,91	0,15	0	31,38	70%
Iturama	R$	226.896,14	0,18	4.944	11,34	70%
Acucena	R$	127.262,60	0,18	0	23,37	70%
Ervalia	R$	55.593,20	0,14	1.467	33,15	70%
Ipanema	R$	65.755,10	0,16	1.188	15,68	70%
Presidente Bernardes	R$	90.085,69	0,16	0	30,05	70%
Campina Verde	R$	85.287,68	0,18	0	12,77	70%
Jequitai	R$	80.867,27	0,16	0	23,65	70%
Marmelopolis	R$	106.131,10	0,18	349	8,62	69%
Bocaiuva	R$	75.353,25	0,17	4.039	16,46	69%
Nova Resende	R$	49.455,52	0,14	2.145	26,37	69%
Campanha	R$	62.289,41	0,16	1.838	3,85	69%
Vespasiano	R$	90.550,17	0,16	28.410	6,89	69%
Carai	R$	165.972,58	0,18	0	22,22	69%
Igarape	R$	93.063,54	0,17	8.881	5,82	69%
São Sebastiao Do Oeste	R$	109.098,24	0,17	0	25,30	69%
Alpercata	R$	88.520,09	0,18	214	12,34	69%
São Goncalo Do Rio Preto	R$	144.482,25	0,17	0	27,79	69%
Coromandel	R$	71.794,19	0,17	2.498	12,40	69%
Rio Pardo De Minas	R$	62.548,83	0,16	1.407	17,38	69%
Perdigao	R$	71.786,25	0,17	1.161	11,43	69%
Sete Lagoas	R$	94.347,61	0,15	40.857	4,32	69%
Caetanopolis	R$	87.288,32	0,17	1.168	2,41	68%

Vazante	R$	130.864,79	0,18	129	18,04	68%
Fernandes Tourinho	R$	144.283,61	0,17	0	28,72	68%
Bocaina De Minas	R$	80.806,50	0,16	39	27,23	68%
Cachoeira De Pajeu	R$	48.600,72	0,13	0	30,30	68%
Baldim	R$	83.473,52	0,16	0	23,67	68%
São Jose Do Alegre	R$	99.289,31	0,18	482	12,63	68%
Medina	R$	48.014,53	0,15	0	15,98	68%
São Miguel Do Anta	R$	68.681,71	0,14	326	33,14	68%
Varzea Da Palma	R$	91.153,83	0,17	2.118	18,55	68%
Cascalho Rico	R$	314.468,74	0,18	0	18,50	68%
Goncalves	R$	92.418,54	0,18	246	14,38	68%
Dionisio	R$	60.300,76	0,15	41	23,38	68%
Resende Costa	R$	49.526,70	0,15	630	14,52	68%
Conceicao Da Aparecida	R$	58.450,19	0,16	214	15,50	68%
Martinho Campos	R$	85.096,11	0,17	0	11,67	68%
Patrocinio	R$	71.237,94	0,16	12.377	9,05	68%
Conceicao Do Mato Dentro	R$	47.217,31	0,11	0	30,66	67%
Raul Soares	R$	49.438,12	0,14	0	25,99	67%
Bom Repouso	R$	57.352,81	0,15	1.613	7,86	67%
Rio Do Prado	R$	106.129,22	0,17	0	16,87	67%
Caete	R$	69.315,94	0,16	3.048	2,79	67%
Curvelo	R$	49.927,93	0,15	8.331	12,79	67%
Itanhomi	R$	86.833,07	0,16	0	27,67	67%
Almenara	R$	50.622,27	0,15	1.707	19,10	67%
Monte Belo	R$	71.168,05	0,16	0	13,02	67%
Divinopolis	R$	87.278,91	0,15	32.483	3,05	67%
Santa Barbara	R$	194.516,93	0,17	2.397	8,65	67%
São Vicente De Minas	R$	75.794,46	0,16	756	9,52	67%
Cordisburgo	R$	56.172,04	0,15	71	15,99	67%
Carrancas	R$	104.003,83	0,17	0	15,75	67%
Coluna	R$	57.347,09	0,15	0	18,93	67%
Paraopeba	R$	78.034,97	0,16	3.368	17,57	67%
São Jose Da Varginha	R$	188.293,38	0,17	535	8,08	66%
Lagoa Formosa	R$	58.028,69	0,15	344	14,81	66%
Bom Sucesso	R$	58.521,51	0,15	592	22,07	66%
Muzambinho	R$	51.709,18	0,15	2.702	3,10	66%
Belo Oriente	R$	259.851,55	0,16	2.798	25,78	66%
Itaguara	R$	74.423,42	0,16	631	18,71	66%
Patos De Minas	R$	61.820,24	0,15	20.935	7,24	66%
Campo Belo	R$	45.769,23	0,14	4.660	7,54	66%
São Francisco De Sales	R$	215.161,90	0,17	333	22,01	66%
Corrego Danta	R$	137.335,35	0,17	0	14,42	66%
Grao Mogol	R$	81.410,70	0,14	2.174	34,37	66%
Matozinhos	R$	89.774,44	0,17	6.547	5,54	66%
Coronel Fabriciano	R$	50.493,93	0,15	10.012	4,18	66%

Aguanil	R$	126.134,99	0,17	365	17,29	66%
Para De Minas	R$	72.171,29	0,16	11.814	2,72	66%
Joao Pinheiro	R$	84.098,35	0,16	694	16,60	66%
São Pedro Da Uniao	R$	95.779,19	0,17	546	14,32	66%
Pains	R$	104.073,94	0,17	0	12,91	66%
Santo Hipolito	R$	138.737,07	0,16	0	27,28	66%
Carmesia	R$	155.497,81	0,15	4	41,72	65%
São Tiago	R$	52.526,00	0,15	603	10,62	65%
Liberdade	R$	103.391,08	0,16	0	22,94	65%
Divinolandia De Minas	R$	67.026,47	0,15	661	16,79	65%
Catas Altas Da Noruega	R$	109.719,54	0,17	0	13,15	65%
Nova Lima	R$	251.070,64	0,16	11.987	0,85	65%
Merces	R$	77.992,75	0,16	0	19,32	65%
Camanducaia	R$	54.062,94	0,15	3.610	8,76	65%
Paracatu	R$	74.419,12	0,16	12.442	12,30	65%
Fortuna De Minas	R$	149.156,41	0,16	152	24,42	65%
Antonio Prado De Minas	R$	208.657,15	0,17	0	4,23	65%
Galileia	R$	109.474,12	0,16	0	24,37	65%
Ipuiuna	R$	63.751,26	0,15	1.207	9,71	65%
Porto Firme	R$	61.687,79	0,13	35	37,76	64%
Rubim	R$	64.831,70	0,14	0	27,96	64%
Nanuque	R$	52.920,48	0,15	0	13,33	64%
Conceicao Das Pedras	R$	143.795,16	0,17	221	5,02	64%
Pedra Azul	R$	66.871,19	0,15	1.540	12,34	64%
Descoberto	R$	124.659,79	0,16	448	18,81	64%
Cristina	R$	76.534,05	0,16	342	13,76	64%
Joaima	R$	62.481,45	0,15	722	16,91	64%
Pedra Dourada	R$	196.665,68	0,16	194	26,34	64%
Juramento	R$	153.149,74	0,16	138	19,77	64%
Ijaci	R$	84.605,28	0,16	591	12,37	64%
Senador Firmino	R$	68.578,20	0,15	357	18,67	64%
Lima Duarte	R$	63.821,32	0,15	1.067	13,03	64%
São Geraldo Da Piedade	R$	72.939,38	0,14	0	26,18	64%
Guidoval	R$	60.213,90	0,14	313	24,23	64%
Campestre	R$	59.018,94	0,15	3.113	6,96	64%
Luz	R$	65.998,10	0,15	401	13,11	64%
Leandro Ferreira	R$	119.580,48	0,16	299	26,76	64%
Inconfidentes	R$	70.189,52	0,15	258	11,21	64%
Pirajuba	R$	240.439,14	0,17	0	13,21	64%
Ferros	R$	62.398,44	0,13	0	31,30	64%
Passa Quatro	R$	80.460,29	0,16	1.447	4,22	64%
Santo Antonio Do Monte	R$	47.275,03	0,14	5.494	7,04	64%
São Pedro Dos Ferros	R$	65.274,84	0,15	0	19,32	63%
Santa Rita De Jacutinga	R$	91.916,22	0,16	96	12,63	63%
Guarda-Mor	R$	106.646,91	0,17	737	13,45	63%

Sabara	R$	43.094,90	0,13	25.590	6,86	63%
Guaranesia	R$	71.690,28	0,15	2.377	3,15	63%
Piracema	R$	64.366,96	0,15	449	17,62	63%
Itanhandu	R$	83.289,68	0,16	1.642	3,84	63%
Bambui	R$	61.937,21	0,15	1.124	7,20	63%
Biquinhas	R$	136.898,87	0,15	0	29,66	63%
Araponga	R$	53.221,24	0,12	42	33,46	63%
Paraisopolis	R$	55.596,23	0,14	2.884	5,78	63%
Antonio Carlos	R$	59.964,53	0,14	1.058	18,59	63%
São Joao Batista Do Gloria	R$	96.216,12	0,16	919	10,65	63%
Carandai	R$	96.731,73	0,16	2.224	12,49	63%
Monsenhor Paulo	R$	84.526,71	0,16	564	5,49	63%
Datas	R$	79.682,35	0,15	0	24,20	63%
Vargem Bonita	R$	174.920,01	0,16	0	15,32	63%
Lamim	R$	106.066,67	0,14	15	35,58	63%
Prados	R$	55.288,73	0,14	332	18,05	63%
Campanario	R$	169.389,21	0,16	319	15,53	63%
Matias Barbosa	R$	62.843,64	0,15	1.368	1,57	63%
Lagoa Da Prata	R$	61.272,23	0,14	7.942	8,57	63%
Vieiras	R$	106.247,29	0,16	156	18,23	63%
Santana Do Garambeu	R$	192.174,61	0,14	227	39,21	63%
Serro	R$	45.532,58	0,13	2.151	19,45	62%
Tocantins	R$	53.237,64	0,14	2.169	20,28	62%
Santo Antonio Do Amparo	R$	66.855,54	0,15	2.356	14,69	62%
Senhora De Oliveira	R$	67.455,96	0,12	554	39,59	62%
Teixeiras	R$	69.221,58	0,15	1.125	17,91	62%
São Tomas De Aquino	R$	96.891,41	0,16	358	7,47	62%
Agua Comprida	R$	350.126,87	0,16	284	13,35	62%
Passabem	R$	202.185,30	0,10	263	44,49	62%
São Goncalo Do Rio Abaixo	R$	99.243,41	0,15	140	22,59	62%
Santa Maria Do Salto	R$	74.940,07	0,13	126	31,73	62%
Dores Do Turvo	R$	90.548,37	0,14	0	28,88	62%
Itamogi	R$	72.915,90	0,15	1.460	3,54	62%
Brasopolis	R$	59.194,82	0,14	1.454	11,71	62%
Botelhos	R$	67.067,64	0,15	854	8,21	62%
Rio Espera	R$	60.546,24	0,13	0	30,63	62%
Conquista	R$	132.546,46	0,16	0	6,21	62%
Montalvania	R$	53.450,64	0,14	0	15,55	62%
Oliveira	R$	51.381,11	0,14	5.028	9,90	62%
Fortaleza De Minas	R$	96.084,26	0,16	0	9,54	61%
Espera Feliz	R$	52.935,96	0,14	985	12,64	61%
Machado	R$	74.439,47	0,15	4.168	4,01	61%
Jequeri	R$	92.957,84	0,15	0	24,44	61%
Juiz De Fora	R$	91.924,91	0,11	69.273	1,84	61%
Perdizes	R$	87.072,42	0,15	1.629	16,64	61%

Cedro Do Abaete	R$	272.818,87	0,15	0	29,79	61%
Serranos	R$	239.663,62	0,16	35	5,10	61%
Delfim Moreira	R$	58.784,74	0,14	172	11,52	61%
Capinopolis	R$	141.879,97	0,16	0	6,44	61%
Paiva	R$	216.325,45	0,16	206	17,66	61%
Cachoeira De Minas	R$	58.137,46	0,14	1.232	6,76	61%
Conceicao Do Rio Verde	R$	79.219,34	0,15	1.801	5,55	61%
Careacu	R$	76.736,26	0,15	303	6,80	61%
Passa Vinte	R$	198.637,87	0,16	0	11,13	61%
Laranjal	R$	74.904,94	0,15	178	8,19	61%
Itapecerica	R$	79.091,03	0,15	0	12,11	60%
Piedade Dos Gerais	R$	87.321,84	0,13	48	35,30	60%
São Joao Do Oriente	R$	81.954,00	0,14	326	21,98	60%
Rio Acima	R$	84.383,25	0,15	592	6,12	60%
Engenheiro Caldas	R$	57.929,90	0,13	532	21,30	60%
Ewbank Da Camara	R$	109.915,64	0,16	322	14,18	60%
Morada Nova De Minas	R$	140.760,12	0,16	947	13,21	60%
Conceicao Dos Ouros	R$	64.933,37	0,14	1.234	6,64	60%
Carangola	R$	59.040,07	0,14	906	8,88	60%
Inhauma	R$	100.058,49	0,15	429	21,97	60%
Serra Do Salitre	R$	79.922,34	0,15	1.406	9,56	60%
Tres Coracoes	R$	78.444,85	0,15	8.246	2,87	60%
Aguas Formosas	R$	50.299,09	0,13	1.158	22,00	60%
Barao De Cocais	R$	98.051,01	0,15	3.100	6,70	60%
São Joao Da Mata	R$	145.276,84	0,16	211	6,14	60%
Consolacao	R$	207.687,32	0,15	0	16,86	60%
Itatiaiucu	R$	155.747,40	0,16	1.151	7,56	60%
Alfenas	R$	68.012,84	0,14	14.257	1,71	60%
Brumadinho	R$	152.565,20	0,15	7.306	12,54	60%
Bela Vista De Minas	R$	81.575,40	0,15	252	7,97	60%
São Goncalo Do Para	R$	69.599,58	0,14	428	6,63	60%
Rio Casca	R$	65.492,75	0,14	0	18,97	59%
Lagoa Santa	R$	80.333,95	0,15	11.419	7,37	59%
Itapagipe	R$	102.342,06	0,15	629	18,87	59%
Presidente Olegario	R$	95.326,15	0,15	709	20,04	59%
São Bento Abade	R$	96.976,10	0,15	1.181	10,64	59%
Conceicao Da Barra De Minas	R$	107.886,66	0,15	123	17,65	59%
Itauna	R$	90.436,05	0,15	10.467	2,86	59%
Caiana	R$	99.294,42	0,15	0	13,67	59%
Pimenta	R$	68.919,66	0,14	1.091	17,50	59%
Paula Candido	R$	54.424,26	0,12	742	28,73	59%
Passos	R$	61.387,23	0,14	12.589	4,33	59%
Carlos Chagas	R$	60.108,47	0,13	0	19,82	59%
Campo Do Meio	R$	80.238,81	0,15	553	14,46	59%

Leopoldina	R$	65.200,87	0,14	3.655	5,41	59%
Muriae	R$	51.704,12	0,13	10.970	6,81	59%
Pocos De Caldas	R$	126.727,85	0,14	25.504	2,79	59%
Itabira	R$	260.066,41	0,14	12.716	7,69	59%
Cipotanea	R$	55.273,97	0,12	105	24,02	59%
Piumhi	R$	58.879,18	0,13	3.845	6,04	59%
Estiva	R$	59.983,63	0,14	685	11,50	59%
Conselheiro Lafaiete	R$	52.514,63	0,13	13.777	2,67	59%
Alvinopolis	R$	66.265,80	0,13	264	20,43	58%
Tres Pontas	R$	87.634,81	0,15	5.192	5,57	58%
Ibiraci	R$	95.065,81	0,15	1.707	8,42	58%
Ouro Preto	R$	136.816,97	0,15	3.763	8,17	58%
Medeiros	R$	128.047,21	0,15	310	20,44	58%
Bonfinopolis De Minas	R$	131.006,46	0,14	0	28,62	58%
Piranguinho	R$	72.137,42	0,14	1.029	7,65	58%
Pitangui	R$	79.408,08	0,14	2.096	5,91	58%
Bom Jesus Do Amparo	R$	102.774,60	0,15	0	19,79	58%
Santa Rita Do Sapucai	R$	98.624,96	0,15	4.947	2,06	58%
Dores De Campos	R$	77.917,48	0,14	1.094	9,12	58%
Barra Longa	R$	79.131,39	0,13	0	25,93	58%
Marlieria	R$	109.320,70	0,14	504	26,40	57%
Uberaba	R$	92.289,41	0,12	43.466	3,00	57%
Astolfo Dutra	R$	82.790,00	0,14	393	14,83	57%
Bras Pires	R$	101.969,19	0,14	0	24,91	57%
Lavras	R$	66.651,06	0,13	12.879	3,49	57%
Pompeu	R$	50.398,55	0,12	5.739	19,50	57%
Andradas	R$	96.060,17	0,15	4.591	3,48	57%
São Sebastiao Do Paraiso	R$	65.765,31	0,13	9.282	1,44	57%
Nova Era	R$	103.149,50	0,15	149	10,70	57%
Sabinopolis	R$	49.150,61	0,11	215	26,12	57%
Bias Fortes	R$	110.940,74	0,14	0	17,11	57%
Prudente De Morais	R$	92.211,15	0,14	1.413	16,86	57%
Piau	R$	145.138,58	0,14	0	23,35	57%
Poco Fundo	R$	53.748,89	0,13	1.331	6,58	56%
Bertopolis	R$	99.926,16	0,12	0	36,98	56%
Ressaquinha	R$	141.953,56	0,14	0	21,15	56%
Tiradentes	R$	93.795,92	0,15	1.461	1,22	56%
Governador Valadares	R$	60.743,18	0,13	16.607	8,54	56%
Madre De Deus De Minas	R$	89.408,24	0,14	763	13,11	56%
Congonhas	R$	206.864,92	0,14	5.892	7,80	56%
Carmo Do Paranaiba	R$	87.858,85	0,14	2.102	15,42	56%
Andrelandia	R$	65.455,53	0,13	0	14,18	56%
Rio Paranaiba	R$	119.163,88	0,14	2.075	19,85	55%
São Goncalo Do Abaete	R$	155.369,84	0,13	0	28,65	55%
Rio Novo	R$	101.699,10	0,14	625	8,62	55%

Cordislandia	R$	153.721,38	0,14	329	8,96	55%
Caldas	R$	77.241,28	0,14	394	9,98	55%
Igaratinga	R$	119.464,31	0,14	1.369	12,92	55%
Felixlandia	R$	88.306,16	0,13	858	22,80	55%
Itabirito	R$	89.063,35	0,14	5.810	1,23	55%
Silveirania	R$	204.639,01	0,14	91	21,62	55%
Monte Carmelo	R$	62.635,94	0,12	9.194	14,78	55%
Albertina	R$	125.104,48	0,14	355	8,15	55%
Tombos	R$	52.558,41	0,12	1.885	11,46	55%
Cruzilia	R$	66.160,28	0,13	2.091	8,56	55%
Barbacena	R$	58.105,93	0,12	14.172	4,58	55%
Santana Da Vargem	R$	86.275,65	0,14	675	7,49	55%
Monte Santo De Minas	R$	77.553,85	0,13	1.921	3,12	54%
Pedro Leopoldo	R$	99.527,04	0,13	10.775	6,96	54%
Lassance	R$	85.317,46	0,13	0	18,28	54%
Tupaciguara	R$	153.954,66	0,14	959	10,47	54%
Pouso Alto	R$	82.287,21	0,14	786	11,14	54%
Uba	R$	61.092,28	0,12	18.554	6,55	54%
São Gotardo	R$	70.344,48	0,13	7.934	8,08	54%
Fronteira	R$	81.206,11	0,13	1.122	10,89	54%
Extrema	R$	78.338,51	0,13	4.905	9,22	54%
Jaguaracu	R$	158.789,67	0,14	110	19,38	54%
Araxa	R$	122.330,89	0,13	9.086	4,53	54%
Maravilhas	R$	67.198,30	0,12	826	22,30	54%
Moema	R$	77.878,10	0,13	1.008	14,64	54%
Itaverava	R$	65.149,32	0,12	47	23,35	54%
Dona Euzebia	R$	87.941,66	0,14	558	10,97	54%
Argirita	R$	154.731,17	0,14	82	7,48	54%
Areado	R$	68.222,44	0,13	1.411	5,89	54%
Rio Piracicaba	R$	77.603,19	0,13	462	9,15	53%
Turvolandia	R$	111.561,27	0,14	583	14,07	53%
Arantina	R$	109.761,70	0,14	268	16,97	53%
Carmo Da Mata	R$	65.837,56	0,12	169	17,13	53%
Espirito Santo Do Dourado	R$	103.443,06	0,14	117	9,18	53%
Ibia	R$	93.430,90	0,14	2.727	8,22	53%
Funilandia	R$	135.282,11	0,13	665	19,39	53%
Monte Alegre De Minas	R$	93.613,83	0,14	87	10,15	53%
São Jose Da Safira	R$	79.693,88	0,12	193	19,30	53%
Desterro Do Melo	R$	122.637,48	0,12	0	37,80	53%
Dom Joaquim	R$	83.405,13	0,12	0	23,89	52%
Patrocinio Do Muriae	R$	86.713,26	0,12	412	21,02	52%
Guarani	R$	69.551,45	0,12	474	16,63	52%
Chiador	R$	128.209,21	0,13	58	14,16	52%
Fama	R$	188.192,00	0,14	238	7,13	52%
Bom Jardim De Minas	R$	71.054,09	0,13	407	12,17	52%

Frutal	R$	79.571,00	0,13	5.142	4,25	52%
Abadia Dos Dourados	R$	114.224,82	0,13	0	23,19	52%
Cachoeira Da Prata	R$	171.702,83	0,14	124	4,57	52%
Papagaios	R$	70.251,47	0,11	2.353	21,35	51%
Santos Dumont	R$	60.381,65	0,12	1.824	9,43	51%
Araguari	R$	78.858,37	0,12	10.691	3,71	51%
Machacalis	R$	53.513,91	0,10	47	25,89	51%
Mariana	R$	131.128,49	0,13	8.530	8,82	51%
Pratapolis	R$	245.340,94	0,13	0	3,14	51%
Wenceslau Braz	R$	141.660,62	0,13	109	12,35	51%
Casa Grande	R$	183.063,90	0,13	171	1,21	51%
Recreio	R$	53.830,73	0,11	0	9,48	50%
Pequi	R$	108.115,19	0,13	530	9,45	50%
Pouso Alegre	R$	90.003,50	0,11	24.940	2,75	50%
Presidente Kubitschek	R$	131.813,37	0,13	19	17,40	50%
Rio Preto	R$	107.606,26	0,12	420	20,54	50%
Itajuba	R$	65.318,14	0,12	9.121	3,72	50%
Faria Lemos	R$	116.832,77	0,13	503	5,26	50%
Ritapolis	R$	79.685,67	0,12	0	11,44	50%
Engenheiro Navarro	R$	62.680,56	0,12	0	11,25	50%
Cruzeiro Da Fortaleza	R$	117.625,82	0,12	652	24,29	50%
Rio Pomba	R$	66.263,00	0,12	1.475	8,82	50%
Doresopolis	R$	289.409,18	0,12	103	19,42	50%
Congonhal	R$	66.485,31	0,12	1.632	5,85	50%
Felisburgo	R$	66.170,59	0,12	240	10,65	50%
Joao Monlevade	R$	93.451,94	0,12	7.350	1,54	50%
Coqueiral	R$	81.793,35	0,12	398	4,06	50%
Nova Ponte	R$	147.071,66	0,13	0	8,71	49%
Divisa Nova	R$	75.955,92	0,12	622	5,06	49%
Jordania	R$	45.335,27	0,11	341	9,10	49%
Virgolandia	R$	62.255,88	0,10	0	28,36	49%
Cassia	R$	86.897,40	0,12	1.460	2,06	49%
Marilac	R$	99.628,52	0,11	7	23,35	49%
Varginha	R$	114.558,27	0,11	20.976	1,46	48%
Guaxupe	R$	86.257,76	0,12	7.425	0,77	48%
Ouro Branco	R$	185.941,70	0,12	2.960	10,45	48%
Santo Antonio Do Grama	R$	87.742,05	0,11	0	19,69	48%
Jacutinga	R$	81.290,38	0,12	1.469	1,82	48%
Alvorada De Minas	R$	126.779,19	0,12	0	18,58	48%
Bandeira Do Sul	R$	86.976,44	0,12	799	9,11	48%
Prata	R$	83.551,74	0,12	0	7,23	47%
São Joao Nepomuceno	R$	54.301,17	0,11	2.354	1,92	47%
Gouveia	R$	63.878,63	0,11	232	7,11	47%
Francisco Dumont	R$	101.819,74	0,11	822	21,04	47%
Sacramento	R$	114.595,35	0,12	928	7,28	47%

Olimpio Noronha	R$	166.727,40	0,11	408	19,67	47%
Timoteo	R$	256.590,97	0,11	13.180	0,13	47%
Ituiutaba	R$	95.379,04	0,12	4.514	6,97	46%
Canapolis	R$	102.550,38	0,12	0	7,01	46%
Borda Da Mata	R$	65.591,54	0,11	2.696	6,70	46%
São Goncalo Do Sapucai	R$	63.932,52	0,11	2.697	3,58	46%
Conceicao Das Alagoas	R$	96.230,71	0,12	3.102	9,63	46%
Carvalhopolis	R$	115.479,18	0,12	514	4,55	46%
Aracitaba	R$	185.590,53	0,11	0	19,85	45%
Volta Grande	R$	93.587,86	0,12	388	10,02	45%
Pratinha	R$	164.989,29	0,11	380	22,54	45%
Silvianopolis	R$	75.724,66	0,11	30	7,02	45%
Mendes Pimentel	R$	109.418,82	0,10	0	29,39	45%
Senador Jose Bento	R$	173.318,07	0,12	358	10,13	45%
Capela Nova	R$	74.012,69	0,07	0	29,46	44%
Itapeva	R$	91.584,60	0,11	1.832	9,55	44%
Santana Do Deserto	R$	113.673,21	0,11	357	6,76	44%
Caxambu	R$	89.260,96	0,11	2.638	2,27	44%
Santa Vitoria	R$	206.117,49	0,11	0	14,01	43%
Matutina	R$	113.575,89	0,10	80	20,31	43%
Frei Inocencio	R$	77.013,26	0,10	931	12,20	43%
Arceburgo	R$	94.790,55	0,11	776	0,66	42%
Manhumirim	R$	76.308,66	0,10	2.743	11,38	42%
Barroso	R$	99.950,63	0,11	1.345	7,39	42%
Carvalhos	R$	77.901,37	0,09	53	17,85	42%
Bicas	R$	67.373,41	0,10	1.554	3,46	41%
Itau De Minas	R$	172.612,90	0,11	2.738	1,34	41%
Alem Paraiba	R$	68.230,09	0,10	2.678	8,33	41%
Munhoz	R$	68.117,16	0,10	1.004	3,27	41%
Senhora Do Porto	R$	103.453,59	0,08	0	28,25	40%
Dores Do Indaia	R$	74.954,47	0,09	501	20,46	40%
Barao De Monte Alto	R$	73.424,35	0,09	20	13,52	40%
Ibituruna	R$	141.656,81	0,09	183	21,56	40%
Aracai	R$	253.980,30	0,10	167	11,52	39%
Alagoa	R$	138.360,90	0,10	44	4,86	39%
Maripa De Minas	R$	150.577,52	0,10	307	9,14	38%
Conceicao Do Para	R$	145.575,38	0,10	894	7,94	38%
Guimarania	R$	79.135,21	0,09	645	10,40	38%
Claraval	R$	158.642,08	0,09	833	13,14	37%
Planura	R$	88.314,03	0,08	988	5,45	33%
Seritinga	R$	243.894,87	0,07	15	14,41	29%
Verissimo	R$	183.881,06	0,07	0	2,32	26%
Mínimo*	**R$**	**22.949,14**	**0,07**	**0**	**0,00**	**26%**
Média*	**R$**	**94.415,16**	**0,15**	**3.157**	**16,76**	**65%**
Desvio Padrão*	**R$**	**52.196,87**	**0,03**	**11.623**	**10,71**	**13%**

Máximo*	**R$ 453.003,01**	**0,26**	**135.741**	**71,78**	**100%**

Municípios De Minas Gerais	GPT_09	IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Belo Horizonte	R$ 71.925,35	0,08	136.637	1,01	100%
Ibiracatu	R$ 46.246,76	0,19	0	53,72	100%
Icarai De Minas	R$ 29.169,01	0,16	1.431	39,96	100%
Minas Novas	R$ 28.503,13	0,21	381	21,65	100%
Novo Cruzeiro	R$ 25.056,57	0,14	272	32,90	100%
Patis	R$ 53.121,92	0,20	415	50,27	100%
Ribeirao Das Neves	R$ 21.161,00	0,11	42.772	10,33	100%
São Sebastiao Do Maranhao	R$ 30.813,97	0,14	0	45,09	100%
Uberlandia	R$ 47.338,50	0,09	102.799	0,60	100%
Verdelandia	R$ 50.981,12	0,23	1.167	38,41	100%
Ubai	R$ 36.536,15	0,15	907	47,56	99%
Frei Lagonegro	R$ 64.511,69	0,14	138	52,57	98%
Olhos-D'agua	R$ 58.506,09	0,22	983	9,24	97%
Rio Pardo De Minas	R$ 35.978,21	0,20	1.862	29,52	97%
Ninheira	R$ 34.303,01	0,19	459	35,57	96%
Ponto Dos Volantes	R$ 39.689,47	0,19	816	37,70	95%
Setubinha	R$ 28.492,87	0,16	1.594	35,92	95%
Franciscopolis	R$ 51.026,13	0,20	0	41,53	95%
Bonito De Minas	R$ 31.141,34	0,20	1.810	18,96	95%
Conceicao Do Mato Dentro	R$ 34.296,67	0,20	0	20,23	95%
Indaiabira	R$ 43.742,18	0,21	0	31,95	94%
Betim	R$ 82.063,54	0,14	71.414	1,62	93%
Catuti	R$ 57.163,30	0,21	0	35,71	92%
Monte Formoso	R$ 52.735,48	0,18	245	49,33	92%
Esmeraldas	R$ 24.546,21	0,13	13.181	21,74	92%
Japonvar	R$ 39.294,90	0,18	320	33,92	90%
Itacambira	R$ 54.279,53	0,19	430	40,33	90%
Contagem	R$ 42.887,96	0,11	69.970	1,49	90%
Ibirite	R$ 28.661,00	0,14	25.910	4,05	89%
Montezuma	R$ 38.452,12	0,18	891	33,01	88%
Fruta De Leite	R$ 48.966,78	0,20	0	33,69	88%
Ladainha	R$ 31.799,30	0,15	1.162	36,98	88%
Itamarandiba	R$ 28.114,27	0,17	2.775	21,45	87%
Capelinha	R$ 27.540,11	0,16	3.649	21,50	87%
Riacho Dos Machados	R$ 41.387,08	0,19	0	25,93	87%
Santo Antonio Do Retiro	R$ 48.792,26	0,19	300	28,81	86%
Jequitiba	R$ 59.377,80	0,20	0	11,37	86%
Comercinho	R$ 39.127,84	0,18	0	29,72	86%
Montes Claros	R$ 38.432,00	0,11	54.968	3,73	85%
Varzelandia	R$ 29.697,43	0,18	0	22,16	85%

Aricanduva	R$	49.030,79	0,17	515	43,58	85%
Claraval	R$	67.606,32	0,19	300	1,56	85%
Serranopolis De Minas	R$	58.895,27	0,19	387	21,69	85%
Luislandia	R$	40.177,90	0,19	279	22,40	85%
Serro	R$	29.290,75	0,16	0	25,23	85%
Palmopolis	R$	38.445,18	0,15	0	40,74	84%
Nova Serrana	R$	24.936,49	0,10	36.252	0,95	84%
Aracuai	R$	25.587,65	0,15	300	20,62	84%
Santa Cruz De Salinas	R$	62.383,36	0,17	0	41,54	84%
São Joao Das Missoes	R$	37.353,13	0,17	1.485	30,41	84%
Angelandia	R$	42.344,57	0,18	535	27,11	84%
Frei Gaspar	R$	53.755,99	0,19	0	22,53	84%
Gameleiras	R$	60.480,90	0,19	0	28,46	84%
Guaraciama	R$	55.313,23	0,19	249	14,46	84%
São Joao Do Paraiso	R$	32.014,20	0,17	1.309	23,06	84%
Jaiba	R$	30.928,89	0,17	6.300	12,70	83%
Uruana De Minas	R$	91.361,23	0,19	0	19,06	83%
Francisco Sa	R$	29.799,88	0,17	1.350	17,20	82%
Lontra	R$	35.586,92	0,17	613	28,42	82%
Conego Marinho	R$	42.670,25	0,18	624	17,07	82%
Porteirinha	R$	31.027,88	0,17	0	22,34	82%
Fronteira Dos Vales	R$	57.536,93	0,17	0	37,00	81%
Amparo Da Serra	R$	52.570,52	0,18	0	2,91	81%
Vargem Grande Do Rio Pardo	R$	57.819,06	0,18	276	27,22	81%
Josenopolis	R$	57.928,58	0,18	313	32,39	81%
Itinga	R$	33.217,95	0,16	513	26,76	81%
Chapada Gaucha	R$	35.763,64	0,15	3.535	30,11	81%
Francisco Dumont	R$	61.264,69	0,18	375	24,11	80%
São Francisco	R$	28.373,78	0,15	2.331	21,63	80%
Luisburgo	R$	41.822,27	0,18	0	5,30	80%
Santa Cruz Do Escalvado	R$	62.847,66	0,18	0	11,23	80%
Mamonas	R$	47.332,18	0,18	183	12,60	80%
Santa Maria Do Salto	R$	53.801,81	0,18	0	25,10	79%
Serra Azul De Minas	R$	55.973,07	0,12	23	42,51	79%
Jose Raydan	R$	55.203,12	0,17	729	33,61	79%
Engenheiro Navarro	R$	41.309,12	0,17	37	12,76	79%
Novo Oriente De Minas	R$	35.080,72	0,17	365	23,68	79%
Mendes Pimentel	R$	50.524,66	0,18	45	14,01	79%
São Joao Da Ponte	R$	34.884,13	0,16	0	25,00	79%
Ipaba	R$	26.186,91	0,15	2.177	4,51	79%
Medina	R$	29.778,74	0,15	0	25,54	79%
Umburatiba	R$	88.659,10	0,18	0	24,35	78%
Turmalina	R$	35.312,59	0,17	2.167	18,27	78%
Novorizonte	R$	55.172,89	0,18	353	25,54	77%

Gouveia	R$	33.791,16	0,17	0	8,43	77%
Divisopolis	R$	35.726,84	0,16	2.494	15,17	77%
Santana Dos Montes	R$	63.906,12	0,17	0	8,16	77%
Pote	R$	34.383,37	0,15	887	26,17	76%
Padre Carvalho	R$	46.453,61	0,16	607	32,33	76%
São Sebastiao Do Anta	R$	51.913,22	0,17	960	12,41	76%
Acucena	R$	44.266,98	0,17	0	18,66	75%
Montalvania	R$	30.530,48	0,11	0	32,59	75%
Itapeva	R$	44.789,53	0,17	1.303	0,72	75%
Jose Goncalves De Minas	R$	57.089,05	0,17	0	21,34	75%
Santana Do Riacho	R$	62.875,21	0,17	284	16,18	75%
Machacalis	R$	42.551,41	0,17	59	13,14	75%
Miravania	R$	59.798,74	0,14	362	39,96	75%
Agua Boa	R$	32.073,87	0,13	0	31,71	75%
Carai	R$	32.038,93	0,13	1.362	27,68	74%
Pedras De Maria Da Cruz	R$	33.406,10	0,16	1.444	18,16	74%
Jaboticatubas	R$	37.238,26	0,16	3.604	11,10	74%
Cachoeira De Pajeu	R$	38.748,97	0,16	436	20,75	74%
Ponto Chique	R$	62.588,22	0,14	315	38,35	74%
Santo Antonio Do Jacinto	R$	39.045,98	0,15	0	30,02	74%
Cristalia	R$	57.795,83	0,13	177	39,43	74%
Santo Antonio Do Itambe	R$	61.752,06	0,17	0	19,86	73%
Mario Campos	R$	31.734,75	0,15	2.657	5,77	73%
Capela Nova	R$	50.525,83	0,17	0	4,14	73%
Campo Azul	R$	70.360,94	0,13	110	39,21	73%
Alvorada De Minas	R$	63.959,38	0,14	19	39,22	73%
Braunas	R$	63.799,20	0,17	0	6,13	73%
Piedade Do Rio Grande	R$	54.306,26	0,17	0	12,47	73%
Espinosa	R$	27.525,12	0,13	135	20,22	73%
Presidente Bernardes	R$	46.249,23	0,16	0	4,34	73%
Curral De Dentro	R$	42.300,52	0,15	940	31,50	73%
Berizal	R$	59.161,79	0,16	400	11,22	73%
Delfinopolis	R$	77.952,11	0,16	253	1,05	73%
Piedade Dos Gerais	R$	59.080,44	0,16	366	13,52	73%
Rosario Da Limeira	R$	66.047,56	0,16	378	6,92	73%
Taiobeiras	R$	31.026,21	0,15	3.570	12,75	72%
São Pedro Do Suacui	R$	47.968,54	0,16	0	28,71	72%
Santa Maria Do Suacui	R$	32.377,86	0,14	45	23,11	72%
Bugre	R$	54.871,94	0,16	43	21,61	72%
Ressaquinha	R$	64.919,73	0,16	154	6,57	72%
Bom Jesus Do Galho	R$	29.201,46	0,15	0	14,92	72%
Mato Verde	R$	38.372,38	0,16	0	15,98	72%
Porto Firme	R$	29.528,81	0,15	943	10,15	72%
Senhora Dos Remedios	R$	30.664,56	0,15	172	3,66	72%
Jacinto	R$	37.312,11	0,15	47	24,45	72%

Sarzedo	R$	35.910,82	0,15	8.540	2,48	72%
Cipotanea	R$	37.298,44	0,14	202	27,50	72%
Monte Azul	R$	33.448,43	0,15	0	13,98	72%
Itaipe	R$	37.131,36	0,14	1.047	27,84	71%
Senhora Do Porto	R$	71.380,96	0,16	0	29,48	71%
Rio Do Prado	R$	56.780,59	0,15	0	33,09	71%
Santana De Pirapama	R$	41.578,67	0,16	0	17,22	71%
Botumirim	R$	46.998,89	0,12	0	37,90	71%
Pavao	R$	43.247,82	0,16	0	15,94	71%
Carbonita	R$	43.262,11	0,16	181	12,75	71%
Corrego Fundo	R$	56.911,75	0,16	611	18,75	70%
Lamim	R$	63.847,03	0,16	0	13,57	70%
Leme Do Prado	R$	54.275,92	0,16	68	19,67	70%
Tumiritinga	R$	50.698,08	0,16	462	13,58	70%
Mirai	R$	39.418,50	0,15	1.329	0,88	70%
Dom Joaquim	R$	57.214,43	0,15	0	30,09	70%
Bertopolis	R$	60.203,18	0,16	62	24,56	69%
Senhora De Oliveira	R$	44.380,49	0,15	40	9,35	69%
Guaraciaba	R$	35.366,52	0,15	0	12,22	69%
Naque	R$	44.619,35	0,15	740	13,63	69%
Guiricema	R$	40.327,29	0,15	0	6,45	69%
Lagoa Dourada	R$	36.563,45	0,15	770	7,97	69%
Veredinha	R$	50.486,33	0,15	215	28,38	69%
Manga	R$	36.410,99	0,15	0	17,55	69%
Rubelita	R$	46.022,75	0,14	0	31,69	69%
Carvalhopolis	R$	72.126,56	0,16	252	0,23	69%
Morro Da Garca	R$	109.027,57	0,16	0	21,38	69%
Nova Belem	R$	62.903,14	0,16	0	15,77	69%
Mirabela	R$	40.294,73	0,15	490	18,59	68%
Santana Do Paraiso	R$	31.083,21	0,13	9.110	16,58	68%
Juruaia	R$	36.814,99	0,15	1.558	2,14	68%
Salinas	R$	32.559,30	0,14	2.458	14,82	68%
Camacho	R$	71.127,63	0,15	0	5,30	68%
São Joao Do Manhuacu	R$	32.567,33	0,14	1.529	3,89	68%
Bandeira Do Sul	R$	52.271,04	0,15	439	0,29	68%
Reduto	R$	41.786,75	0,15	646	0,89	68%
Arinos	R$	40.268,32	0,14	0	23,82	67%
Canapolis	R$	61.016,29	0,15	732	1,81	67%
Formoso	R$	49.731,49	0,14	1.655	31,54	67%
Rio Espera	R$	37.585,37	0,15	0	14,54	67%
Rubim	R$	37.196,96	0,14	253	21,80	67%
Pompeu	R$	37.934,48	0,14	3.016	7,74	67%
Delfim Moreira	R$	36.054,37	0,15	0	1,36	67%
Passabem	R$	105.564,43	0,15	0	11,13	67%
Ferros	R$	39.488,60	0,15	0	8,04	67%

Joaima	R$	38.478,01	0,15	386	15,98	66%
Pouso Alto	R$	52.478,11	0,15	0	1,04	66%
Itatiaiucu	R$	60.104,68	0,15	1.411	5,47	66%
Almenara	R$	27.268,95	0,11	3.390	18,99	66%
Dionisio	R$	44.129,18	0,15	0	4,62	66%
São Joao Da Lagoa	R$	53.296,92	0,15	256	25,83	66%
Antonio Dias	R$	59.670,82	0,15	0	14,19	65%
Coronel Xavier Chaves	R$	70.220,83	0,15	116	1,51	65%
Pratinha	R$	80.436,63	0,15	382	7,82	65%
Santa Barbara Do Tugurio	R$	54.956,67	0,15	0	6,69	65%
Semixe	R$	75.948,68	0,15	0	5,13	65%
Juiz De Fora	R$	51.385,59	0,08	59.451	0,21	65%
Araponga	R$	39.403,87	0,14	236	13,68	65%
Rio Manso	R$	50.345,27	0,15	630	16,29	65%
Mata Verde	R$	36.865,42	0,14	789	12,81	65%
Conceicao Da Barra De Minas	R$	59.222,32	0,15	0	5,44	65%
Lagoa Dos Patos	R$	66.093,60	0,15	0	21,49	65%
Igarape	R$	30.913,76	0,13	10.013	10,91	65%
São Goncalo Do Rio Abaixo	R$	132.094,65	0,15	1.315	4,90	65%
Felicio Dos Santos	R$	47.069,38	0,15	0	18,90	65%
Santa Vitoria	R$	97.175,66	0,15	1.773	3,39	65%
Ouro Verde De Minas	R$	48.098,51	0,13	0	31,60	65%
Augusto De Lima	R$	55.230,46	0,15	0	9,08	65%
Tocos Do Moji	R$	61.224,08	0,15	129	0,85	65%
Santa Luzia	R$	29.988,11	0,11	18.039	4,52	65%
Aguas Formosas	R$	30.419,86	0,14	634	14,73	64%
Nova Lima	R$	91.649,29	0,13	16.611	0,81	64%
Durande	R$	37.074,98	0,14	418	4,57	64%
Piranga	R$	32.573,29	0,14	222	16,50	64%
Belo Oriente	R$	89.095,29	0,14	3.881	13,94	64%
Paracatu	R$	41.187,29	0,13	9.502	7,39	64%
São Joaquim De Bicas	R$	33.218,11	0,13	7.385	12,49	64%
Ataleia	R$	35.114,45	0,13	0	22,82	64%
Piedade De Caratinga	R$	36.899,31	0,14	1.763	8,93	64%
Joanesia	R$	53.171,20	0,15	0	13,96	64%
Presidente Olegario	R$	50.776,73	0,14	796	6,41	64%
Quartel Geral	R$	77.921,03	0,14	281	6,54	64%
Carmopolis De Minas	R$	35.042,17	0,14	2.700	4,54	64%
Claro Dos Pocoes	R$	38.665,19	0,13	0	22,28	64%
Vespasiano	R$	32.159,11	0,09	28.105	7,80	63%
Cantagalo	R$	57.353,72	0,14	357	21,03	63%
Oratorios	R$	66.891,33	0,14	134	1,48	63%
Rio Paranaiba	R$	64.184,48	0,14	357	7,45	63%

Santo Hipolito	R$	77.289,49	0,14	0	22,87	63%
Senador Modestino Goncalves	R$	63.409,86	0,14	0	27,08	63%
Merces	R$	31.019,43	0,14	307	12,23	63%
Nacip Raydan	R$	72.870,81	0,12	32	33,95	63%
São Jose Da Safira	R$	51.202,90	0,12	181	33,61	63%
Miradouro	R$	39.917,85	0,14	481	6,12	63%
Lajinha	R$	34.846,19	0,14	81	3,77	63%
Malacacheta	R$	38.603,57	0,14	0	19,26	63%
Grao Mogol	R$	49.904,67	0,14	800	25,24	63%
Faria Lemos	R$	69.357,50	0,14	0	0,97	63%
São Sebastiao Da Bela Vista	R$	53.956,61	0,14	637	0,23	63%
Pedra Bonita	R$	44.508,58	0,14	436	16,97	63%
Rio Vermelho	R$	35.284,05	0,12	0	24,40	63%
Lagoa Santa	R$	40.836,52	0,12	14.648	5,59	62%
Uba	R$	25.705,17	0,10	16.454	0,95	62%
Periquito	R$	52.681,26	0,13	0	30,23	62%
Santana Do Garambeu	R$	95.146,11	0,14	252	9,83	62%
São Geraldo Da Piedade	R$	56.413,23	0,14	0	17,20	62%
Nova Resende	R$	36.382,17	0,13	1.487	1,57	62%
Juvenilia	R$	48.559,76	0,14	0	24,61	62%
Materlandia	R$	59.543,79	0,14	0	26,07	62%
Berilo	R$	41.409,36	0,13	0	23,01	62%
Guanhaes	R$	33.135,94	0,13	3.434	14,24	62%
Jampruca	R$	50.366,81	0,14	351	19,84	62%
Coluna	R$	37.986,42	0,12	0	25,07	62%
São Bento Abade	R$	56.543,18	0,14	840	3,25	62%
Conceicao De Ipanema	R$	55.455,89	0,14	79	10,06	62%
Leandro Ferreira	R$	65.910,39	0,14	0	5,23	62%
Riachinho	R$	43.242,14	0,12	34	30,63	62%
Itambacuri	R$	36.875,86	0,13	141	19,23	62%
Paula Candido	R$	34.348,63	0,13	234	7,84	62%
Poco Fundo	R$	30.946,81	0,13	811	0,49	62%
Iapu	R$	35.466,68	0,13	597	12,16	62%
São Geraldo Do Baixio	R$	68.600,37	0,13	622	26,92	62%
Belmiro Braga	R$	80.153,94	0,14	0	2,29	62%
Carvalhos	R$	52.852,31	0,14	0	4,06	62%
Dores De Guanhaes	R$	60.171,56	0,14	0	23,48	62%
Fernandes Tourinho	R$	73.550,24	0,14	467	4,25	62%
Estiva	R$	35.914,70	0,13	479	1,49	61%
Senador Amaral	R$	47.303,70	0,14	91	3,11	61%
Diogo De Vasconcelos	R$	67.323,40	0,14	0	14,33	61%
Januaria	R$	26.592,01	0,12	1.858	12,62	61%
São Tome Das Letras	R$	46.830,16	0,14	451	1,39	61%

Jequeri	R$	38.114,34	0,13	0	17,60	61%
Barra Longa	R$	51.719,01	0,14	0	4,57	61%
Barroso	R$	41.174,44	0,13	1.240	4,27	60%
Lassance	R$	56.423,55	0,13	0	25,33	60%
Perdizes	R$	67.939,94	0,14	2.040	4,98	60%
Matipo	R$	32.092,55	0,13	1.348	5,28	60%
Catuji	R$	48.649,37	0,14	0	22,30	60%
Maria Da Fe	R$	34.737,31	0,13	0	2,70	60%
São Felix De Minas	R$	73.568,31	0,13	0	24,60	60%
Aracitaba	R$	98.811,94	0,14	0	5,68	60%
Fortuna De Minas	R$	90.314,86	0,14	268	0,71	60%
São Jose Do Divino	R$	61.085,03	0,14	0	13,18	60%
Serranos	R$	104.038,15	0,14	0	3,90	60%
Taquaracu De Minas	R$	76.915,30	0,14	303	11,42	60%
Itaobim	R$	28.558,43	0,09	0	24,12	60%
Inimutaba	R$	46.635,53	0,13	779	8,71	60%
Fervedouro	R$	33.837,58	0,13	678	6,54	60%
Simonesia	R$	28.922,51	0,13	1.423	9,04	60%
Prados	R$	36.470,17	0,13	688	7,99	60%
Alto Rio Doce	R$	35.487,44	0,13	0	17,83	60%
Sete Lagoas	R$	44.150,51	0,10	29.281	3,21	60%
São Domingos Do Prata	R$	34.099,97	0,13	0	6,07	60%
Sabara	R$	29.410,05	0,11	10.302	7,23	60%
Ijaci	R$	67.398,93	0,14	795	1,35	60%
Bras Pires	R$	53.750,64	0,14	0	20,69	60%
Consolacao	R$	109.942,26	0,14	28	2,79	60%
Dom Bosco	R$	60.147,40	0,14	0	9,33	60%
Rochedo De Minas	R$	107.428,34	0,14	209	1,06	60%
Andrelandia	R$	35.468,74	0,13	0	4,83	60%
Desterro De Entre Rios	R$	41.288,90	0,13	195	14,52	60%
Toledo	R$	46.756,01	0,13	542	2,92	60%
Extrema	R$	55.931,73	0,13	9.380	0,40	59%
Tapira	R$	163.116,47	0,13	785	7,44	59%
Carneirinho	R$	146.480,14	0,13	561	6,81	59%
Juramento	R$	59.724,97	0,13	212	6,48	59%
Virgolandia	R$	51.896,37	0,13	0	20,43	59%
Camanducaia	R$	41.008,46	0,13	543	1,01	59%
Janauba	R$	32.011,04	0,12	5.152	14,52	59%
Sabinopolis	R$	37.864,45	0,12	0	21,46	59%
Piranguinho	R$	39.993,34	0,13	617	1,22	59%
Canaa	R$	58.368,83	0,13	0	11,88	59%
Cristiano Otoni	R$	54.512,13	0,13	102	2,34	59%
Estrela Do Indaia	R$	81.478,23	0,13	0	2,84	59%
Queluzita	R$	108.093,36	0,13	70	3,42	59%
Manhumirim	R$	35.151,13	0,13	1.357	1,50	59%

Monte Belo	R$	37.744,17	0,13	0	2,43	59%
Ibiai	R$	37.360,39	0,12	588	22,69	59%
Buritizeiro	R$	37.575,96	0,13	1.018	15,62	59%
Carandai	R$	36.848,94	0,13	2.289	8,29	59%
São Geraldo	R$	25.680,85	0,11	2.547	10,48	59%
Ibertioga	R$	54.345,87	0,13	0	11,71	58%
Santo Antonio Do Rio Abaixo	R$	109.393,67	0,13	0	6,63	58%
Bocaiuva	R$	37.474,71	0,12	3.848	8,31	58%
Jequitai	R$	45.826,27	0,13	0	21,19	58%
Santa Rita De Minas	R$	47.248,26	0,13	752	0,25	58%
São Domingos Das Dores	R$	49.863,81	0,13	216	3,79	58%
Coracao De Jesus	R$	33.467,76	0,13	304	11,74	58%
Crucilandia	R$	50.336,72	0,13	280	1,46	58%
Tiradentes	R$	49.357,66	0,13	1.202	7,75	58%
Ipanema	R$	30.962,54	0,12	1.884	5,13	58%
Monte Carmelo	R$	38.755,16	0,13	1.873	2,41	58%
Biquinhas	R$	93.072,15	0,13	0	25,11	58%
Glaucilandia	R$	79.161,10	0,13	195	6,82	58%
Morada Nova De Minas	R$	83.089,27	0,13	649	2,28	58%
Pedro Teixeira	R$	110.548,23	0,13	0	21,50	58%
Lima Duarte	R$	37.733,27	0,13	441	4,53	58%
Itacarambi	R$	49.153,91	0,13	265	11,33	58%
Santa Maria De Itabira	R$	38.224,60	0,13	0	5,77	58%
Uberaba	R$	51.582,77	0,08	43.937	0,56	58%
Teixeiras	R$	38.931,28	0,13	206	3,26	58%
Paulistas	R$	55.284,78	0,11	0	30,40	58%
Virginia	R$	34.100,59	0,12	0	1,53	58%
Capitao Andrade	R$	52.964,83	0,13	619	11,23	58%
Congonhal	R$	33.343,65	0,12	1.742	0,58	58%
Santa Margarida	R$	33.261,46	0,12	1.298	2,27	57%
Inconfidentes	R$	41.949,53	0,13	429	0,66	57%
Mariana	R$	77.649,96	0,12	7.509	3,82	57%
Carmesia	R$	114.405,00	0,13	200	18,22	57%
Dom Vicoso	R$	69.654,75	0,13	0	1,94	57%
Inhauma	R$	61.389,50	0,13	565	1,01	57%
Presidente Juscelino	R$	65.384,71	0,13	0	4,48	57%
Areado	R$	35.083,04	0,12	1.503	0,27	57%
Varjao De Minas	R$	50.642,95	0,13	1.353	2,19	57%
São Goncalo Do Para	R$	39.229,83	0,12	2.429	2,25	57%
Conselheiro Lafaiete	R$	28.359,57	0,10	13.676	2,39	57%
São Jose Da Varginha	R$	70.522,84	0,13	973	5,66	57%
Piracema	R$	44.588,25	0,13	0	5,30	57%
Felisburgo	R$	43.508,35	0,12	636	20,54	57%
Conceicao Do Para	R$	56.697,71	0,13	365	2,13	57%

Seritinga	R$	121.671,55	0,13	51	5,27	57%
Central De Minas	R$	45.620,02	0,13	224	7,80	57%
Buenopolis	R$	43.035,72	0,13	0	13,95	57%
Coroaci	R$	44.229,94	0,13	0	15,18	56%
Salto Da Divisa	R$	45.911,77	0,12	80	20,39	56%
Santa Barbara Do Leste	R$	39.095,58	0,12	474	2,17	56%
Jeceaba	R$	50.446,83	0,13	0	9,35	56%
Brumadinho	R$	73.731,11	0,12	7.359	2,88	56%
Albertina	R$	88.404,21	0,13	72	0,14	56%
Marmelopolis	R$	68.708,37	0,13	0	4,10	56%
Pedra Do Anta	R$	67.619,85	0,13	0	11,63	56%
São Francisco De Paula	R$	52.893,79	0,13	0	2,05	56%
Tabuleiro	R$	59.370,52	0,13	0	3,96	56%
Carlos Chagas	R$	42.699,71	0,12	0	12,49	56%
Candeias	R$	40.695,48	0,12	134	2,96	56%
Espera Feliz	R$	31.055,54	0,12	2.328	0,76	56%
São Jose Do Jacuri	R$	43.837,32	0,09	0	29,27	56%
Presidente Kubitschek	R$	79.528,47	0,10	8	29,97	56%
Carrancas	R$	67.230,25	0,13	61	3,42	56%
São Romao	R$	45.979,24	0,12	2.493	13,27	56%
Couto De Magalhaes De Minas	R$	61.278,68	0,12	197	23,26	56%
Divisa Alegre	R$	55.617,29	0,13	1.069	16,48	56%
Nova Porteirinha	R$	44.538,29	0,12	9	13,70	55%
Joao Pinheiro	R$	36.388,14	0,12	3.892	6,63	55%
Cabeceira Grande	R$	67.971,18	0,13	533	12,54	55%
Natalandia	R$	73.455,61	0,13	0	15,58	55%
Santo Antonio Do Grama	R$	61.400,47	0,13	0	5,09	55%
São Francisco Do Gloria	R$	53.686,22	0,13	0	1,86	55%
Frei Inocencio	R$	37.805,47	0,12	744	8,38	55%
Itanhomi	R$	33.817,49	0,12	284	3,97	55%
Cruzilia	R$	36.080,14	0,12	826	0,90	55%
São Sebastiao Do Rio Preto	R$	122.860,56	0,11	0	28,72	55%
Curvelo	R$	28.612,65	0,11	6.536	7,92	55%
Antonio Carlos	R$	35.713,58	0,12	244	4,32	55%
Bonfim	R$	44.493,81	0,12	0	4,60	55%
Limeira Do Oeste	R$	84.112,69	0,12	720	2,95	55%
Itaguara	R$	38.565,79	0,12	1.070	1,63	55%
Divinolandia De Minas	R$	45.669,86	0,12	699	14,86	55%
Resende Costa	R$	32.571,27	0,12	577	6,39	55%
Galileia	R$	49.354,28	0,12	0	7,59	55%
Munhoz	R$	40.643,68	0,12	0	5,83	55%
Santa Rita Do Itueto	R$	43.924,37	0,12	0	6,41	55%
Catas Altas Da Noruega	R$	60.621,12	0,12	174	24,93	55%
Prata	R$	38.640,51	0,12	2.226	3,94	55%

Vazante	R$	54.823,68	0,12	795	4,84	54%
Ritapolis	R$	50.872,72	0,12	0	6,65	54%
Piedade De Ponte Nova	R$	64.586,27	0,12	33	1,53	54%
Sobralia	R$	45.099,16	0,12	0	5,92	54%
Teofilo Otoni	R$	35.463,13	0,11	5.321	10,24	54%
Guidoval	R$	45.145,00	0,12	0	6,31	54%
Congonhas	R$	86.515,00	0,12	7.263	2,88	54%
São Joao Evangelista	R$	35.769,74	0,11	27	18,66	54%
Papagaios	R$	44.447,90	0,12	1.703	7,38	54%
Lagoa Da Prata	R$	34.620,53	0,11	7.226	1,98	54%
Matutina	R$	72.832,59	0,12	0	2,84	54%
Pedra Azul	R$	36.352,00	0,11	231	18,37	54%
Rio Acima	R$	105.262,18	0,12	1.432	2,59	54%
Lavras	R$	43.413,31	0,10	13.428	1,77	54%
Pirapora	R$	47.053,50	0,12	3.068	4,17	54%
Chiador	R$	93.897,19	0,12	0	8,67	54%
Divisa Nova	R$	45.739,53	0,12	224	2,30	53%
Itau De Minas	R$	74.275,72	0,12	1.254	2,34	53%
Dores Do Turvo	R$	53.966,97	0,12	0	14,75	53%
Santa Rita Do Ibitipoca	R$	60.372,97	0,12	0	11,91	53%
Campo Florido	R$	69.167,00	0,12	1.542	1,30	53%
Claudio	R$	37.288,50	0,11	3.249	1,52	53%
Brasilandia De Minas	R$	32.000,73	0,11	2.753	11,70	53%
Aracai	R$	99.481,27	0,12	98	4,38	53%
Paiva	R$	134.774,76	0,12	0	1,71	53%
Pedra Do Indaia	R$	67.042,47	0,12	61	5,04	53%
Aiuruoca	R$	48.089,04	0,12	0	3,45	53%
São Gotardo	R$	34.618,65	0,11	4.188	2,07	53%
Inhapim	R$	30.371,86	0,11	0	8,54	53%
Cristina	R$	39.610,59	0,12	0	0,87	53%
Jequitinhonha	R$	32.332,39	0,10	1.229	16,72	53%
Bom Repouso	R$	37.328,54	0,11	0	1,12	52%
Itabira	R$	89.325,81	0,11	11.461	2,26	52%
São Goncalo Do Sapucai	R$	33.134,87	0,11	1.598	2,27	52%
Dona Euzebia	R$	47.804,49	0,12	639	2,39	52%
Brasopolis	R$	35.290,85	0,11	0	0,55	52%
Morro Do Pilar	R$	75.167,58	0,05	0	28,06	52%
Cedro Do Abaete	R$	162.385,74	0,12	0	8,75	52%
Estrela Dalva	R$	88.379,82	0,12	0	4,15	52%
Goiabeira	R$	75.297,93	0,12	338	7,88	52%
Jaguaracu	R$	82.886,38	0,12	135	5,57	52%
Santana Do Manhuacu	R$	32.803,16	0,11	0	3,66	52%
Coqueiral	R$	42.219,07	0,12	0	1,14	52%
Dores Do Indaia	R$	45.400,80	0,12	0	5,12	52%
Barbacena	R$	52.551,71	0,11	12.158	1,71	52%

Lagoa Formosa	R$	38.497,03	0,11	868	3,54	52%
Sardoa	R$	44.816,33	0,12	819	8,70	52%
São Goncalo Do Abaete	R$	73.618,56	0,12	832	9,00	52%
Entre Folhas	R$	50.773,50	0,12	121	6,28	52%
São Joao Batista Do Gloria	R$	102.734,55	0,12	616	1,07	52%
Bom Jesus Da Penha	R$	67.393,15	0,12	364	0,86	52%
Descoberto	R$	56.607,10	0,12	237	3,72	52%
Rio Piracicaba	R$	51.141,76	0,12	11	9,89	52%
Felixlandia	R$	45.431,07	0,11	1.337	12,31	52%
Pouso Alegre	R$	40.122,98	0,08	23.839	0,20	52%
Passos	R$	33.964,20	0,10	9.079	0,80	52%
Ibiraci	R$	63.106,50	0,12	1.947	0,48	52%
Bocaina De Minas	R$	53.440,78	0,12	24	5,87	51%
Santo Antonio Do Aventureiro	R$	67.776,86	0,12	24	2,78	51%
Campos Gerais	R$	33.731,18	0,11	1.059	0,96	51%
Tres Marias	R$	60.042,74	0,11	4.750	6,27	51%
Ervalia	R$	33.781,61	0,11	928	6,76	51%
Abaete	R$	37.867,75	0,11	330	5,63	51%
Divinopolis	R$	43.784,44	0,08	28.945	1,65	51%
Datas	R$	51.355,88	0,12	171	2,77	51%
Estrela Do Sul	R$	53.672,82	0,12	563	2,73	51%
Mutum	R$	27.269,09	0,10	0	7,43	51%
Ipatinga	R$	66.236,81	0,09	26.972	1,30	51%
Conceicao Das Alagoas	R$	58.301,31	0,11	5.887	2,44	51%
Itabirinha De Mantena	R$	36.355,71	0,11	883	11,15	51%
Tarumirim	R$	31.225,74	0,11	0	7,50	51%
Tombos	R$	43.994,82	0,11	0	2,90	51%
Abadia Dos Dourados	R$	53.878,51	0,11	258	4,94	50%
Conquista	R$	73.027,57	0,11	425	3,64	50%
Rio Casca	R$	44.910,38	0,11	0	7,12	50%
Arceburgo	R$	48.332,73	0,11	1.474	0,08	50%
Muriae	R$	34.684,10	0,10	8.664	1,64	50%
Barao De Cocais	R$	56.439,43	0,11	5.051	4,66	50%
Caratinga	R$	33.774,31	0,10	7.450	5,67	50%
Maravilhas	R$	44.711,22	0,11	931	10,09	50%
Virgem Da Lapa	R$	33.489,00	0,10	0	17,75	50%
Confins	R$	68.413,81	0,11	897	2,81	50%
Bueno Brandao	R$	34.012,82	0,11	0	3,20	50%
Maripa De Minas	R$	82.856,79	0,11	194	2,07	50%
Piau	R$	80.647,80	0,11	0	7,55	50%
Cristais	R$	43.091,91	0,11	1.768	2,88	50%
Varzea Da Palma	R$	37.025,21	0,10	4.168	12,83	50%
Capim Branco	R$	36.339,56	0,11	981	5,10	50%
Raul Soares	R$	34.368,07	0,11	0	5,08	50%

Nova Uniao	R$	47.650,50	0,11	128	2,24	50%
Acaiaca	R$	64.021,60	0,11	31	5,46	50%
Dom Silverio	R$	52.237,18	0,11	0	0,81	50%
Itutinga	R$	67.540,47	0,11	0	8,43	50%
Joaquim Felicio	R$	68.142,54	0,11	433	5,04	50%
Santa Rosa Da Serra	R$	77.956,60	0,11	110	7,16	50%
Turvolandia	R$	54.985,92	0,11	415	2,25	50%
Araguari	R$	39.867,12	0,10	7.827	2,36	50%
Governador Valadares	R$	46.642,35	0,09	16.558	5,77	49%
Tres Pontas	R$	39.678,97	0,11	2.836	0,32	49%
Bonfinopolis De Minas	R$	72.333,18	0,11	0	8,82	49%
Liberdade	R$	51.193,01	0,11	0	5,65	49%
Pedra Dourada	R$	112.413,81	0,11	369	2,26	49%
Romaria	R$	84.526,76	0,11	0	2,79	49%
Alvarenga	R$	50.807,44	0,11	0	11,69	49%
Nanuque	R$	34.335,23	0,11	0	8,64	49%
Verissimo	R$	88.001,18	0,11	609	0,64	49%
Pingo D'agua	R$	60.079,47	0,11	600	9,93	49%
Entre Rios De Minas	R$	31.273,85	0,10	1.128	4,52	49%
Cachoeira Dourada	R$	271.078,91	0,11	200	4,82	49%
Guarda-Mor	R$	65.264,08	0,11	0	3,09	49%
Vicosa	R$	38.090,08	0,10	7.366	1,79	49%
Carmo Da Mata	R$	45.744,71	0,11	527	1,25	49%
Patos De Minas	R$	42.049,57	0,09	14.829	0,91	48%
Funilandia	R$	62.857,19	0,11	574	8,60	48%
Goncalves	R$	57.481,65	0,11	97	0,55	48%
Pescador	R$	62.786,91	0,11	91	18,03	48%
Caetanopolis	R$	36.601,48	0,10	1.647	5,56	48%
Conceicao Dos Ouros	R$	36.182,45	0,10	1.459	0,43	48%
Pedralva	R$	35.286,11	0,10	0	1,04	48%
Juatuba	R$	66.448,45	0,10	5.813	8,99	48%
Serra Dos Aimores	R$	46.114,15	0,11	230	10,37	48%
Campo Do Meio	R$	46.441,69	0,11	40	0,84	48%
Itabirito	R$	73.396,15	0,10	7.548	1,01	48%
Mantena	R$	40.295,34	0,11	239	7,55	48%
Imbe De Minas	R$	40.793,48	0,11	513	9,57	48%
Buritis	R$	50.713,69	0,11	2.341	4,73	48%
Lagamar	R$	50.625,36	0,11	0	5,69	48%
Divino	R$	32.554,43	0,10	713	1,04	48%
Ubaporanga	R$	31.280,74	0,10	358	2,90	48%
Nova Modica	R$	69.567,91	0,11	0	14,26	48%
Pirapetinga	R$	54.833,81	0,11	330	2,46	48%
Vermelho Novo	R$	53.151,78	0,11	117	5,19	48%
Wenceslau Braz	R$	78.671,00	0,11	0	1,94	48%
Santo Antonio Do Monte	R$	36.476,47	0,10	2.502	1,34	48%

Carmo Do Rio Claro	R$	42.731,48	0,11	694	1,38	48%
Mateus Leme	R$	36.043,40	0,10	3.712	10,54	47%
Santos Dumont	R$	30.334,95	0,10	0	2,87	47%
Alagoa	R$	88.729,75	0,11	0	2,32	47%
Ewbank Da Camara	R$	59.590,46	0,11	145	1,97	47%
Pimenta	R$	52.944,27	0,11	412	2,17	47%
Formiga	R$	35.258,97	0,10	2.221	1,11	47%
Alterosa	R$	39.549,44	0,10	741	1,00	47%
Centralina	R$	48.862,62	0,11	30	1,57	47%
Santa Barbara	R$	47.974,17	0,10	3.696	2,85	47%
Bom Sucesso	R$	35.639,28	0,10	179	3,01	47%
Alvinopolis	R$	35.693,86	0,10	0	8,71	47%
Virginopolis	R$	36.679,31	0,10	0	7,17	47%
Leopoldina	R$	30.079,82	0,10	1.033	0,97	47%
Olaria	R$	111.925,83	0,11	0	4,87	47%
Ribeirao Vermelho	R$	67.043,66	0,11	55	0,27	47%
Orizania	R$	42.544,53	0,10	827	3,78	47%
Santa Cruz De Minas	R$	28.441,20	0,10	823	1,34	47%
Santa Helena De Minas	R$	44.820,32	0,10	302	13,94	47%
Guaxupe	R$	37.643,82	0,10	2.394	0,51	47%
Araxa	R$	51.411,23	0,09	14.675	0,65	47%
Bias Fortes	R$	60.258,13	0,11	0	9,73	46%
Caparao	R$	56.334,48	0,11	209	0,80	46%
Madre De Deus De Minas	R$	54.635,61	0,11	170	2,18	46%
São Tomas De Aquino	R$	51.205,71	0,11	0	1,44	46%
Vargem Bonita	R$	119.342,73	0,11	0	7,37	46%
Carmo Do Cajuru	R$	37.692,71	0,10	2.855	2,22	46%
Ouro Preto	R$	73.306,06	0,10	4.004	1,98	46%
Guaranesia	R$	42.424,40	0,10	86	0,29	46%
Baependi	R$	37.804,90	0,10	784	2,39	46%
Muzambinho	R$	33.029,60	0,10	0	0,23	46%
Cambui	R$	38.906,10	0,10	3.519	0,74	46%
Oliveira	R$	37.276,77	0,10	2.216	1,50	46%
Goiana	R$	62.349,95	0,10	336	0,76	46%
Itamarati De Minas	R$	72.786,40	0,10	288	0,79	46%
Bela Vista De Minas	R$	37.519,87	0,10	158	7,63	46%
Alfredo Vasconcelos	R$	46.789,61	0,10	974	4,41	46%
Botelhos	R$	38.033,14	0,10	0	0,41	46%
Rio Pomba	R$	30.293,48	0,10	751	1,67	46%
Perdoes	R$	36.472,16	0,10	1.500	0,71	46%
São Joao Do Oriente	R$	38.706,41	0,10	0	6,17	46%
Arapora	R$	215.539,93	0,10	835	1,65	46%
Chacara	R$	82.906,81	0,10	422	0,35	46%
Espirito Santo Do Dourado	R$	55.339,85	0,10	267	3,78	46%
Marlieria	R$	69.494,60	0,10	0	5,04	46%

São Goncalo Do Rio Preto	R$	79.399,95	0,10	93	10,51	46%
São Pedro Da Uniao	R$	57.280,13	0,10	0	3,54	46%
Soledade De Minas	R$	62.699,01	0,10	521	1,03	46%
Paraisopolis	R$	46.570,36	0,10	1.881	0,95	46%
Nepomuceno	R$	33.021,46	0,10	911	0,95	46%
Cachoeira De Minas	R$	35.896,40	0,10	479	0,36	45%
Cataguases	R$	37.509,19	0,09	5.777	0,91	45%
Passa Vinte	R$	106.202,88	0,10	0	8,26	45%
Pratapolis	R$	54.634,96	0,10	0	0,33	45%
Igaratinga	R$	40.127,21	0,10	1.909	1,44	45%
Monte Siao	R$	44.887,31	0,10	3.008	2,57	45%
São Tiago	R$	34.548,10	0,10	316	1,74	45%
São Joao Do Manteninha	R$	49.826,06	0,10	782	16,13	45%
Raposos	R$	31.336,62	0,10	1.053	3,13	45%
Indianopolis	R$	97.350,82	0,10	803	2,33	45%
Engenheiro Caldas	R$	38.598,23	0,10	933	11,09	45%
Itumirim	R$	40.102,79	0,10	0	5,04	45%
Bambui	R$	36.127,89	0,10	1.037	1,79	45%
Para De Minas	R$	33.945,74	0,08	11.208	1,14	45%
Tocantins	R$	33.153,98	0,10	818	3,37	45%
Martins Soares	R$	39.579,13	0,10	1.488	3,32	44%
São Joao Nepomuceno	R$	33.004,68	0,09	1.271	1,15	44%
Manhuacu	R$	33.687,00	0,08	12.451	1,76	44%
Cuparaque	R$	51.079,34	0,10	313	12,21	44%
Medeiros	R$	77.933,10	0,10	406	7,41	44%
Sapucai-Mirim	R$	46.131,26	0,10	786	1,94	44%
Monjolos	R$	97.732,48	0,10	0	17,21	44%
Recreio	R$	38.870,21	0,10	111	5,27	44%
Guape	R$	50.910,85	0,10	252	1,49	44%
Caranaiba	R$	69.321,71	0,10	0	5,82	44%
Ponte Nova	R$	52.979,15	0,10	2.087	1,42	44%
Andradas	R$	36.807,08	0,09	4.302	0,42	44%
Itapagipe	R$	52.577,95	0,10	1.824	2,29	44%
Palma	R$	39.409,19	0,10	0	4,84	43%
Bom Jardim De Minas	R$	46.959,31	0,10	0	4,70	43%
São Vicente De Minas	R$	45.087,73	0,10	845	2,30	43%
Fama	R$	92.862,93	0,10	0	0,57	43%
São Jose Do Alegre	R$	53.243,24	0,10	194	0,85	43%
Sericita	R$	40.021,62	0,09	138	13,74	43%
Alpercata	R$	48.671,97	0,10	206	12,59	43%
Alpinopolis	R$	36.710,62	0,09	1.457	0,31	43%
Conceicao Das Pedras	R$	82.071,99	0,10	35	0,26	43%
Douradoquara	R$	160.728,16	0,10	56	6,16	43%
Onca De Pitangui	R$	73.163,04	0,10	70	1,16	43%
Tiros	R$	52.242,70	0,10	0	6,03	43%

Frutal	R$	41.811,07	0,09	6.902	1,45	43%
Bom Despacho	R$	31.743,80	0,09	5.681	1,90	43%
Capetinga	R$	46.092,97	0,10	0	1,94	43%
Caxambu	R$	42.414,83	0,09	0	1,19	43%
Santo Antonio Do Amparo	R$	43.340,22	0,09	1.236	1,55	42%
Corrego Danta	R$	76.890,49	0,10	0	13,98	42%
São Bras Do Suacui	R$	77.024,41	0,10	231	10,35	42%
Passa Tempo	R$	39.692,69	0,09	0	3,42	42%
Ilicinea	R$	38.904,83	0,09	956	1,10	42%
Cordisburgo	R$	37.517,60	0,09	145	13,89	42%
Ituiutaba	R$	47.771,96	0,09	8.080	3,60	42%
Araujos	R$	36.381,04	0,09	1.666	2,78	42%
Eugenopolis	R$	33.055,01	0,09	774	6,44	42%
Belo Vale	R$	50.295,58	0,10	107	4,74	42%
Caiana	R$	54.885,79	0,10	601	0,00	42%
Urucania	R$	43.181,72	0,09	0	7,52	42%
Pedro Leopoldo	R$	50.484,04	0,09	7.350	2,92	42%
Ibituruna	R$	82.571,62	0,10	111	3,15	42%
Silveirania	R$	96.985,81	0,10	54	10,52	42%
Unai	R$	44.652,70	0,09	7.532	4,40	42%
Santa Rita De Caldas	R$	37.231,10	0,09	0	0,72	42%
São Joao Del Rei	R$	39.108,86	0,09	5.853	3,13	42%
Capinopolis	R$	53.082,33	0,09	887	2,81	42%
Aimores	R$	39.061,75	0,09	0	9,27	42%
Antonio Prado De Minas	R$	120.784,53	0,09	0	1,68	42%
Rio Doce	R$	101.547,43	0,09	147	2,33	42%
Prudente De Morais	R$	41.440,26	0,09	1.341	3,36	41%
Carmo Da Cachoeira	R$	41.463,41	0,09	236	0,37	41%
Dom Cavati	R$	46.962,15	0,09	0	3,26	41%
Gurinhata	R$	76.462,16	0,09	0	1,48	41%
Pains	R$	61.188,13	0,09	216	3,29	41%
Paraopeba	R$	39.938,16	0,09	2.180	5,82	41%
Alfenas	R$	52.762,77	0,09	6.817	0,40	41%
Machado	R$	36.406,16	0,09	3.811	0,33	41%
Joao Monlevade	R$	55.817,71	0,09	6.920	2,64	41%
Matias Barbosa	R$	55.737,05	0,09	1.112	2,12	41%
Resplendor	R$	40.784,76	0,09	114	6,81	41%
Itapecerica	R$	33.444,97	0,09	142	1,77	41%
Varginha	R$	48.032,00	0,08	14.083	0,85	41%
Monte Santo De Minas	R$	37.839,33	0,09	22	0,93	41%
Alto Jequitiba	R$	34.092,23	0,09	0	1,16	41%
Catas Altas	R$	83.921,51	0,09	605	3,52	41%
Argirita	R$	87.289,00	0,09	0	2,73	41%
Capitolio	R$	52.903,77	0,09	446	0,61	41%
Mathias Lobato	R$	70.061,93	0,09	0	12,06	41%

Santana De Cataguases	R$	66.929,28	0,09	262	0,88	41%
Santana Do Deserto	R$	69.315,16	0,09	86	1,25	41%
São Sebastiao Do Rio Verde	R$	99.907,52	0,09	134	0,23	41%
Conceicao Da Aparecida	R$	38.284,94	0,09	448	0,48	40%
Alto Caparao	R$	53.397,07	0,09	624	0,96	40%
Arantina	R$	82.035,13	0,09	0	6,76	40%
Taparuba	R$	73.111,31	0,09	0	6,81	40%
Heliodora	R$	43.962,32	0,09	464	0,56	40%
São Sebastiao Do Paraiso	R$	37.225,37	0,08	6.645	1,40	40%
Matozinhos	R$	42.500,07	0,08	4.139	2,20	40%
Pirauba	R$	33.143,82	0,09	0	1,29	40%
Corinto	R$	29.577,65	0,09	0	7,25	40%
Patrocinio	R$	47.387,71	0,08	9.341	1,92	40%
Boa Esperanca	R$	43.388,38	0,09	1.442	1,94	40%
Cachoeira Da Prata	R$	75.483,28	0,09	0	1,38	40%
Coimbra	R$	45.114,76	0,09	531	1,90	40%
Pirajuba	R$	81.926,92	0,09	1.915	1,20	40%
Cabo Verde	R$	36.826,74	0,09	96	0,17	40%
Jacutinga	R$	41.902,65	0,08	3.768	2,42	39%
Santana Da Vargem	R$	42.112,97	0,09	0	0,04	39%
Cassia	R$	42.656,28	0,09	134	0,30	39%
Aguanil	R$	63.922,65	0,09	492	2,99	39%
Senador Jose Bento	R$	108.900,49	0,09	0	2,68	39%
Caldas	R$	37.927,95	0,09	867	1,88	39%
Ipuiuna	R$	37.878,79	0,09	563	0,80	39%
Florestal	R$	47.779,59	0,09	953	0,02	39%
Conceicao Do Rio Verde	R$	35.204,42	0,08	676	1,42	39%
Campanario	R$	72.155,97	0,08	145	17,81	39%
Pitangui	R$	27.891,69	0,08	3.042	2,99	39%
Lambari	R$	40.566,90	0,08	1.305	0,48	39%
Irai De Minas	R$	67.082,89	0,09	564	0,59	39%
Campos Altos	R$	46.986,90	0,09	1.387	1,67	39%
Nova Ponte	R$	74.186,22	0,08	3.320	0,33	38%
São Roque De Minas	R$	50.964,81	0,09	361	8,96	38%
Doresopolis	R$	159.715,23	0,09	90	6,01	38%
Martinho Campos	R$	40.811,63	0,08	794	6,00	38%
Conselheiro Pena	R$	40.343,35	0,08	138	10,83	38%
Santa Juliana	R$	51.133,15	0,08	3.259	0,46	38%
Arcos	R$	42.761,78	0,08	3.910	0,53	38%
Cana Verde	R$	52.752,63	0,09	0	1,00	38%
Itueta	R$	55.199,61	0,09	189	4,65	38%
Rio Preto	R$	59.755,76	0,09	150	3,16	38%
Volta Grande	R$	67.586,31	0,09	151	1,06	38%
São Sebastiao Do Oeste	R$	57.745,50	0,09	1.157	3,49	38%

Tupaciguara	R$	56.909,06	0,09	1.071	2,41	38%
Piumhi	R$	41.601,69	0,08	3.100	1,48	38%
Luminarias	R$	45.493,93	0,08	0	6,62	38%
Campo Belo	R$	35.201,27	0,08	2.357	0,89	38%
Itamonte	R$	44.816,50	0,08	1.806	0,49	38%
Rodeiro	R$	39.391,85	0,08	1.492	2,77	38%
Santana Do Jacare	R$	53.210,96	0,09	199	2,17	38%
Campina Verde	R$	43.366,08	0,08	224	2,91	38%
Timoteo	R$	60.274,87	0,08	9.765	1,77	38%
Delta	R$	66.702,33	0,08	3.024	5,13	37%
Cajuri	R$	64.317,96	0,08	0	15,14	37%
Paraguacu	R$	36.762,89	0,08	1.303	0,45	37%
Pequeri	R$	77.985,50	0,08	149	0,00	37%
Iturama	R$	76.979,96	0,08	5.642	2,36	37%
Campanha	R$	37.009,41	0,08	1.335	3,15	37%
Itauna	R$	47.900,20	0,07	8.601	0,52	37%
Grupiara	R$	242.347,33	0,08	0	1,17	37%
Ouro Branco	R$	71.542,62	0,08	4.885	0,39	37%
Ingai	R$	78.923,88	0,08	135	5,07	36%
Serrania	R$	44.416,92	0,08	38	0,86	36%
Baldim	R$	40.039,28	0,08	0	10,54	36%
Guarara	R$	67.067,20	0,08	0	0,57	36%
Dores De Campos	R$	37.190,39	0,08	950	1,18	36%
Guimarania	R$	49.888,25	0,08	881	2,12	36%
Pocos De Caldas	R$	93.815,44	0,06	16.808	0,14	35%
Itamogi	R$	48.439,92	0,08	0	0,37	35%
Monte Alegre De Minas	R$	50.538,44	0,08	1.613	3,97	35%
Alem Paraiba	R$	40.917,51	0,08	739	2,20	35%
Comendador Gomes	R$	109.585,79	0,08	130	6,64	35%
Moema	R$	44.318,92	0,08	515	5,00	34%
Japaraiba	R$	64.270,62	0,08	466	3,57	34%
Santa Rita Do Sapucai	R$	37.546,95	0,07	6.490	0,94	34%
Passa Quatro	R$	42.132,89	0,07	727	0,07	34%
São Francisco De Sales	R$	79.642,45	0,08	502	4,30	34%
Nova Era	R$	46.074,07	0,08	0	2,54	34%
Arapua	R$	84.245,95	0,08	31	2,65	34%
Caete	R$	32.423,32	0,07	4.451	3,43	34%
Careacu	R$	48.056,40	0,08	488	0,26	34%
Divinesia	R$	71.915,71	0,08	105	5,32	33%
Coronel Pacheco	R$	82.816,31	0,07	83	1,80	33%
Bicas	R$	40.140,96	0,07	860	0,39	33%
Senador Firmino	R$	44.656,42	0,07	632	10,03	33%
São Jose Da Barra	R$	87.724,12	0,07	725	1,57	32%
Itanhandu	R$	44.212,67	0,07	1.260	0,32	32%
Agua Comprida	R$	165.523,17	0,07	0	0,04	31%

Serra Da Saudade	R$	260.167,56	0,07	0	0,19	31%
Perdigao	R$	34.200,20	0,06	3.205	0,14	31%
Ibia	R$	56.752,78	0,07	2.174	3,42	31%
Minduri	R$	68.792,01	0,07	6	2,56	31%
Simao Pereira	R$	117.552,25	0,07	58	2,29	31%
Jesuania	R$	55.290,80	0,07	0	1,41	30%
Divino Das Laranjeiras	R$	51.275,19	0,07	0	9,20	30%
Astolfo Dutra	R$	33.916,45	0,06	1.244	2,23	29%
São Lourenco	R$	46.520,00	0,06	4.730	0,29	29%
Carmo Do Paranaiba	R$	38.283,65	0,06	275	1,92	29%
Luz	R$	39.455,59	0,06	653	2,11	29%
Fronteira	R$	70.293,85	0,06	5.017	0,25	28%
Cordislandia	R$	66.756,73	0,06	76	0,83	27%
Carangola	R$	35.705,08	0,06	375	0,35	27%
Ibitiura De Minas	R$	64.982,90	0,06	81	0,33	26%
Pedrinopolis	R$	113.050,81	0,06	129	0,29	26%
Coromandel	R$	42.154,72	0,05	95	2,41	25%
Cruzeiro Da Fortaleza	R$	81.263,48	0,06	214	1,53	25%
Natercia	R$	55.667,96	0,05	14	0,14	23%
Santa Barbara Do Monte Verde	R$	87.012,65	0,05	422	8,98	22%
Mínimo*	**R$**	**21.161,00**	**0,05**	**0**	**0,00**	**22%**
Média*	**R$**	**53.679,34**	**0,12**	**2.252**	**9,52**	**56%**
Desvio Padrão*	**R$**	**25.761,29**	**0,03**	**8.672**	**10,49**	**15%**
Máximo*	**R$**	**271.078,91**	**0,23**	**136.637**	**53,72**	**100%**

Municípios Do Rio De Janeiro	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Itaborai	R$	48.790,41	0,14	46.865	9,11	100%
Laje Do Muriae	R$	160.920,94	0,13	445	27,38	100%
Mangaratiba	R$	129.675,27	0,16	6.976	11,34	100%
Nova Iguacu	R$	61.598,05	0,10	140.337	1,40	100%
Santa Maria Madalena	R$	185.964,42	0,16	0	23,66	100%
São Goncalo	R$	30.364,70	0,10	111.287	0,02	100%
São Joao De Meriti	R$	32.201,91	0,11	23.704	0,55	100%
Sumidouro	R$	125.671,62	0,16	1.199	22,17	100%
Trajano De Morais	R$	191.115,59	0,17	0	16,37	100%
Silva Jardim	R$	135.418,13	0,16	3.124	20,40	98%
Bom Jardim	R$	108.673,33	0,15	2.021	13,83	96%
Quissama	R$	335.071,03	0,16	3.207	18,70	95%
São Fidelis	R$	95.566,04	0,14	2.208	11,60	93%
Bom Jesus Do Itabapoana	R$	75.763,33	0,14	3.782	7,79	92%
Araruama	R$	63.834,97	0,13	23.779	10,68	92%
Macae	R$	126.529,06	0,13	38.747	2,85	89%
Miguel Pereira	R$	96.648,12	0,14	4.456	2,10	89%

Duque De Caxias	R$	79.895,57	0,10	106.398	0,15	89%
Saquarema	R$	85.451,43	0,13	14.573	6,53	88%
Rio Bonito	R$	73.101,73	0,13	4.530	10,18	87%
Teresopolis	R$	69.160,47	0,13	17.372	2,01	86%
Rio Claro	R$	160.253,98	0,15	2.563	11,76	86%
São Pedro Da Aldeia	R$	66.050,64	0,12	22.194	2,18	85%
Duas Barras	R$	128.555,36	0,14	1.349	9,67	84%
Itatiaia	R$	245.575,40	0,14	8.666	0,63	84%
Itaocara	R$	107.972,26	0,13	70	14,16	84%
Conceicao De Macabu	R$	112.037,20	0,13	1.586	10,73	84%
Cambuci	R$	199.906,55	0,14	0	17,65	84%
Cachoeiras De Macacu	R$	90.225,61	0,13	8.335	10,78	83%
Nova Friburgo	R$	68.545,18	0,12	6.337	3,46	81%
Itaperuna	R$	71.074,73	0,11	8.720	9,60	78%
Mendes	R$	85.218,14	0,11	691	2,83	73%
Miracema	R$	98.367,59	0,11	1.973	7,90	73%
Itaguai	R$	70.072,22	0,11	19.631	2,60	73%
Angra Dos Reis	R$	256.741,62	0,11	33.676	5,13	73%
Vassouras	R$	76.817,32	0,11	2.703	5,14	73%
Carmo	R$	142.076,82	0,12	1.126	7,50	72%
Sapucaia	R$	113.851,32	0,11	1.728	9,88	72%
Barra Mansa	R$	116.523,19	0,11	7.335	2,59	71%
Paty Do Alferes	R$	105.146,87	0,11	4.592	6,30	70%
Tres Rios	R$	103.882,87	0,11	6.015	2,04	67%
Petropolis	R$	118.331,49	0,10	30.645	0,45	67%
Valenca	R$	82.346,88	0,10	5.503	5,73	67%
Volta Redonda	R$	204.735,36	0,10	20.111	3,41	66%
Engenheiro Paulo De Frontin	R$	128.000,54	0,11	1.034	1,90	65%
Rio Das Flores	R$	202.637,93	0,10	1.174	13,64	65%
Resende	R$	170.951,97	0,10	19.914	2,77	64%
Nilopolis	R$	62.956,97	0,09	0	0,19	64%
Niteroi	R$	104.477,84	0,09	23.296	0,69	61%
Paraiba Do Sul	R$	70.473,80	0,09	3.488	5,46	60%
Parati	R$	106.795,99	0,09	5.616	7,24	59%
Barra Do Pirai	R$	70.034,04	0,09	9.304	1,48	59%
Pirai	R$	231.315,74	0,10	3.299	1,86	59%
Mínimo*	**R$**	**30.364,70**	**0,09**	**0**	**0,02**	**59%**
Média*	**R$**	**118.554,14**	**0,12**	**15.428**	**7,66**	**81%**
Desvio Padrão*	**R$**	**61.012,58**	**0,02**	**28.122**	**6,72**	**14%**
Máximo*	**R$**	**335.071,03**	**0,17**	**140.337**	**27,38**	**100%**

Municípios do Rio de Janeiro	GPT_09		IDHG_09	POP_09	INFRA_09	EFI_09
Armacao De Buzios	R$	180.738,86	0,12	9.356	15,34	100%

Itaborai	R$	37.239,59	0,14	32.585	13,94	100%
Queimados	R$	24.026,86	0,13	15.969	8,62	100%
Rio Das Ostras	R$	162.669,75	0,15	69.257	11,63	100%
Rio De Janeiro	R$	71.583,31	0,08	462.542	0,80	100%
São Goncalo	R$	17.970,89	0,10	108.609	3,39	100%
Mage	R$	34.696,60	0,14	21.492	4,57	98%
Marica	R$	33.741,55	0,13	50.724	9,60	97%
Tangua	R$	47.080,40	0,13	4.675	12,42	95%
Quissama	R$	362.729,56	0,14	6.568	6,75	93%
Belford Roxo	R$	23.383,53	0,11	34.858	3,73	92%
Paty Do Alferes	R$	56.475,63	0,13	1.574	1,88	92%
Seropedica	R$	35.803,48	0,13	12.926	6,27	91%
Nova Iguacu	R$	30.724,96	0,12	41.738	5,41	89%
Italva	R$	68.714,44	0,13	1.442	7,08	89%
Cardoso Moreira	R$	91.185,57	0,13	5	5,32	88%
Itaguai	R$	71.561,34	0,13	27.088	4,10	88%
Porciuncula	R$	65.277,16	0,13	1.808	2,35	87%
Saquarema	R$	52.131,60	0,12	21.773	12,30	87%
Angra Dos Reis	R$	90.461,05	0,13	50.264	1,22	87%
Cabo Frio	R$	83.717,45	0,12	61.508	8,14	86%
Cachoeiras De Macacu	R$	57.633,79	0,12	5.730	6,61	84%
Duque De Caxias	R$	46.709,38	0,11	81.234	5,16	83%
Engenheiro Paulo De Frontin	R$	70.034,75	0,12	1.359	1,28	82%
São Pedro Da Aldeia	R$	36.946,90	0,11	22.294	3,12	82%
São Joao Da Barra	R$	152.238,67	0,12	5.065	6,41	81%
Duas Barras	R$	88.937,17	0,12	0	0,81	80%
Valenca	R$	36.395,89	0,11	5.535	1,64	80%
Barra Do Pirai	R$	31.818,28	0,11	6.275	3,04	79%
Sumidouro	R$	78.606,40	0,11	724	0,99	77%
Parati	R$	73.682,14	0,11	7.989	3,39	77%
Bom Jesus Do Itabapoana	R$	51.220,46	0,11	1.756	1,41	76%
Santo Antonio De Padua	R$	51.493,13	0,11	1.897	3,35	76%
Resende	R$	65.391,69	0,11	15.220	0,74	76%
São Jose De Uba	R$	102.563,02	0,11	590	3,35	75%
Mangaratiba	R$	118.101,73	0,11	11.555	3,09	75%
Itaperuna	R$	55.025,36	0,11	9.121	1,97	75%
Silva Jardim	R$	92.578,76	0,11	84	9,75	75%
Paracambi	R$	63.328,82	0,11	6.649	1,95	74%
Teresopolis	R$	51.453,95	0,10	25.665	0,93	73%
Laje Do Muriae	R$	107.436,92	0,11	0	6,40	73%
São Jose Do Vale Do Rio Preto	R$	68.319,20	0,10	1.607	1,06	73%
Miguel Pereira	R$	64.376,44	0,10	740	0,69	72%
Natividade	R$	78.186,29	0,10	0	2,59	72%

Nilopolis	R$	30.501,71	0,10	3.713	1,13	72%
São Fidelis	R$	52.685,79	0,10	754	3,08	71%
Pinheiral	R$	52.825,91	0,10	3.238	3,24	71%
Casimiro De Abreu	R$	145.339,70	0,11	13.195	2,03	71%
Bom Jardim	R$	47.771,29	0,10	2.682	2,44	70%
Tres Rios	R$	42.286,69	0,10	5.456	2,63	70%
Quatis	R$	74.192,04	0,10	2.063	3,29	69%
Rio Claro	R$	74.331,63	0,10	1.197	1,91	69%
Conceicao De Macabu	R$	61.998,71	0,10	2.662	3,14	68%
Macae	R$	165.867,41	0,10	74.324	0,93	68%
Cantagalo	R$	91.249,91	0,10	0	2,97	67%
Mendes	R$	58.884,57	0,09	0	2,11	66%
Nova Friburgo	R$	47.733,52	0,09	8.664	0,63	64%
Santa Maria Madalena	R$	111.816,37	0,10	0	5,00	64%
Pirai	R$	137.187,62	0,10	4.196	4,21	64%
São Sebastiao Do Alto	R$	100.198,74	0,09	493	6,09	63%
Sapucaia	R$	68.663,68	0,09	368	2,64	62%
Barra Mansa	R$	56.013,50	0,09	7.060	1,50	62%
Volta Redonda	R$	81.047,96	0,09	15.740	0,64	62%
Itaocara	R$	58.102,35	0,09	0	3,11	60%
Comendador Levy Gasparian	R$	94.889,28	0,09	384	3,77	60%
Cordeiro	R$	48.720,45	0,09	1.829	1,11	60%
Carmo	R$	73.415,65	0,08	2.145	1,12	52%
Rio Das Flores	R$	118.890,87	0,08	936	2,11	52%
Macuco	R$	143.139,12	0,08	383	3,27	52%
Areal	R$	81.707,58	0,07	1.524	0,43	50%
Niteroi	R$	70.946,97	0,07	28.111	4,27	47%
Mínimo*	**R$**	**17.970,89**	**0,07**	**0**	**0,43**	**47%**
Média*	**R$**	**77.109,88**	**0,11**	**20.126**	**3,99**	**77%**
Desvio Padrão*	**R$**	**49.678,51**	**0,02**	**57.613**	**3,38**	**14%**
Máximo*	**R$**	**362.729,56**	**0,15**	**462.542**	**15,34**	**100%**

Municípios De São Paulo	**GPT_99**		**IDHG_99**	**POP_99**	**INFRA_99**	**EFI_99**
Ferraz De Vasconcelos	R$	44.644,75	0,16	46.211	0,33	100%
Francisco Morato	R$	25.477,70	0,13	49.853	11,93	100%
Guapiara	R$	73.488,02	0,17	1.445	24,80	100%
Guarulhos	R$	174.413,29	0,13	285.977	1,44	100%
Iporanga	R$	127.152,60	0,23	74	16,36	100%
Itapevi	R$	49.559,79	0,16	56.662	6,78	100%
Itaquaquecetuba	R$	58.386,67	0,15	107.985	4,48	100%
Pardinho	R$	204.076,65	0,23	1.288	1,00	100%
Pirapora Do Bom Jesus	R$	145.926,77	0,20	4.439	31,00	100%
Ribeirao Branco	R$	62.701,00	0,16	1.953	28,46	100%
Santa Lucia	R$	104.013,70	0,22	1.569	3,35	100%

Barrinha	R$	71.700,79	0,18	5.354	1,48	97%
Moncoes	R$	278.938,96	0,22	0	3,38	97%
Barra Do Turvo	R$	85.969,26	0,16	984	26,97	96%
Ibiuna	R$	63.479,70	0,17	15.197	4,13	95%
Guzolandia	R$	160.156,48	0,22	0	6,94	95%
Pilar Do Sul	R$	83.059,46	0,19	4.460	6,78	94%
Taquarituba	R$	72.308,24	0,17	3.445	8,69	93%
Nova Independencia	R$	306.546,36	0,21	69	4,71	93%
Guapiacu	R$	105.023,80	0,21	3.426	0,00	93%
Cunha	R$	66.916,45	0,15	0	21,43	93%
Santana Da Ponte Pensa	R$	323.273,90	0,21	0	0,63	92%
Pedra Bela	R$	95.086,64	0,17	467	22,11	92%
Paraibuna	R$	122.164,31	0,21	2.118	4,85	91%
Guarei	R$	87.236,96	0,18	1.727	15,09	91%
Bofete	R$	92.270,40	0,19	1.690	8,57	91%
Tejupa	R$	131.408,12	0,20	604	1,87	91%
Buri	R$	75.677,81	0,16	3.304	13,63	90%
Juquitiba	R$	69.826,20	0,17	6.490	0,06	90%
Mira Estrela	R$	295.087,63	0,20	0	2,48	89%
Rinopolis	R$	141.798,17	0,20	0	4,69	88%
Taiacu	R$	163.360,85	0,20	604	0,14	88%
Jandira	R$	102.160,09	0,18	29.110	0,77	88%
Piedade	R$	81.463,28	0,17	6.550	8,18	87%
Santa Barbara D'oeste	R$	63.852,61	0,16	24.724	0,35	87%
Timburi	R$	273.722,60	0,20	0	7,75	87%
Ubirajara	R$	147.527,66	0,20	0	11,96	87%
Santana De Parnaiba	R$	84.529,87	0,16	42.339	7,31	86%
Votorantim	R$	72.007,08	0,16	15.197	0,96	86%
Analandia	R$	183.548,20	0,19	562	0,76	85%
Embu-Guacu	R$	81.425,08	0,17	20.639	1,56	85%
Luis Antonio	R$	208.543,15	0,19	1.320	0,81	84%
Indaiatuba	R$	93.862,02	0,16	46.102	0,02	84%
Lutecia	R$	255.057,06	0,19	257	6,16	84%
Cabreuva	R$	63.760,62	0,15	14.286	5,17	84%
Varzea Paulista	R$	88.244,56	0,17	23.879	2,80	84%
Santa Albertina	R$	149.500,11	0,19	0	5,74	84%
Boa Esperanca Do Sul	R$	122.228,95	0,19	2.096	0,86	83%
Angatuba	R$	104.109,05	0,18	2.078	9,70	83%
Jambeiro	R$	155.878,88	0,19	707	8,37	83%
Salto De Pirapora	R$	86.649,92	0,17	9.728	2,54	83%
Ouro Verde	R$	142.938,72	0,17	55	22,44	83%
Itarare	R$	61.502,06	0,14	4.716	11,69	83%
Arandu	R$	140.613,12	0,19	445	1,96	83%
Avai	R$	148.651,44	0,19	0	4,25	83%
Oscar Bressane	R$	284.078,17	0,19	20	1,36	83%

Alvares Florence	R$	176.686,57	0,19	0	7,37	83%
Estrela Do Norte	R$	246.370,64	0,19	0	5,44	83%
Arealva	R$	110.002,53	0,18	352	6,46	83%
Sorocaba	R$	123.895,74	0,14	114.462	1,02	82%
Bady Bassitt	R$	81.291,57	0,16	5.833	0,94	82%
Poa	R$	85.285,03	0,17	19.499	0,10	82%
São Francisco	R$	286.625,21	0,19	319	3,48	82%
Carapicuiba	R$	49.950,38	0,13	60.935	0,50	82%
Rifaina	R$	371.888,63	0,19	433	2,07	82%
Ibitinga	R$	63.146,88	0,15	8.378	2,29	82%
Apiai	R$	104.326,49	0,16	260	17,22	82%
Caconde	R$	82.508,26	0,16	1.095	2,24	82%
Piracaia	R$	78.059,06	0,16	4.348	0,00	82%
Paranapanema	R$	84.484,67	0,16	2.714	4,87	82%
Jaguariuna	R$	213.450,40	0,18	6.641	0,00	81%
Macaubal	R$	124.379,06	0,18	5	5,06	81%
Sabino	R$	179.993,66	0,18	380	2,21	81%
Bom Jesus Dos Perdoes	R$	94.660,74	0,17	3.459	3,01	81%
Aracoiaba Da Serra	R$	89.620,27	0,16	5.272	6,91	81%
Maraba Paulista	R$	248.152,82	0,17	205	19,92	81%
Tapiratiba	R$	124.071,84	0,18	1.143	0,00	81%
Balsamo	R$	103.474,05	0,18	135	0,50	81%
Itaporanga	R$	91.783,31	0,16	0	12,92	80%
Restinga	R$	165.187,40	0,18	1.177	0,00	80%
Votuporanga	R$	75.252,17	0,15	11.003	4,55	80%
Campos Novos Paulista	R$	217.589,17	0,18	166	1,94	80%
Barueri	R$	167.635,21	0,16	74.786	3,24	80%
Vargem Grande Paulista	R$	111.873,21	0,17	14.608	2,70	80%
Sebastianopolis Do Sul	R$	190.981,33	0,18	30	1,82	79%
Batatais	R$	106.799,61	0,18	7.006	0,06	79%
Quata	R$	154.798,58	0,18	297	3,87	79%
Brotas	R$	99.389,51	0,17	4.484	0,61	79%
Mendonca	R$	205.826,39	0,18	258	4,95	79%
Itapecerica Da Serra	R$	68.693,55	0,14	44.135	0,19	79%
Embu	R$	80.939,29	0,14	51.673	0,18	79%
Neves Paulista	R$	123.385,61	0,18	1.046	0,48	79%
Campo Limpo Paulista	R$	113.186,96	0,17	18.337	4,22	79%
Avare	R$	65.719,92	0,14	15.726	1,97	79%
Ibirarema	R$	207.571,61	0,18	178	4,55	79%
Monte Castelo	R$	187.809,64	0,18	0	0,00	79%
Tabatinga	R$	83.962,92	0,16	2.049	4,13	79%
Itapeva	R$	97.826,11	0,16	9.304	8,80	78%
Igaracu Do Tiete	R$	94.177,09	0,17	1.745	2,77	78%
São Jose Do Rio Preto	R$	93.774,79	0,14	77.698	0,16	78%
Valparaiso	R$	137.752,84	0,18	2.024	2,81	78%

Mirassolandia	R$ 184.908,01	0,18	721	1,50	78%
Monte Mor	R$ 88.508,60	0,16	11.781	2,84	78%
Altinopolis	R$ 174.808,84	0,18	1.839	1,31	78%
Tabapua	R$ 170.473,08	0,18	532	0,38	77%
Santo Antonio Do Pinhal	R$ 133.494,47	0,17	973	6,68	77%
São Joaquim Da Barra	R$ 103.761,51	0,17	5.623	2,74	77%
Joanopolis	R$ 97.262,44	0,16	2.223	5,78	77%
Florida Paulista	R$ 123.801,44	0,13	0	23,40	77%
Galia	R$ 163.461,24	0,17	0	13,46	77%
Severinia	R$ 147.716,57	0,17	3.325	2,38	77%
Gastao Vidigal	R$ 231.691,28	0,18	0	0,00	77%
Palmeira D'oeste	R$ 123.798,54	0,17	0	8,67	77%
Garca	R$ 79.921,11	0,15	1.670	1,32	77%
Matao	R$ 126.876,16	0,17	8.288	0,00	77%
Rubineia	R$ 572.521,60	0,15	379	22,98	77%
Jeriquara	R$ 205.146,46	0,17	31	11,77	76%
Santa Mercedes	R$ 351.688,67	0,16	0	16,75	76%
Guaraci	R$ 217.329,47	0,17	1.033	1,54	76%
Cravinhos	R$ 76.468,39	0,15	5.850	0,69	76%
Igarapava	R$ 115.686,24	0,17	3.601	3,67	76%
Chavantes	R$ 170.146,39	0,17	467	0,65	76%
Monte Alegre Do Sul	R$ 132.344,68	0,17	882	1,06	76%
Jarinu	R$ 89.804,80	0,16	6.163	1,50	76%
Vinhedo	R$ 187.949,05	0,17	13.603	0,33	76%
Palmital	R$ 110.756,01	0,17	2.018	2,02	76%
Cruzalia	R$ 413.638,54	0,17	0	0,60	76%
Sales	R$ 211.272,12	0,17	805	6,58	76%
Guaira	R$ 113.186,16	0,17	3.539	0,54	76%
Mirassol	R$ 112.548,05	0,17	9.280	0,69	76%
Praia Grande	R$ 144.658,11	0,15	70.090	1,77	76%
Sumare	R$ 216.318,07	0,15	59.421	2,19	75%
Urania	R$ 194.572,89	0,17	391	6,25	75%
Pompeia	R$ 145.013,76	0,17	935	3,42	75%
Nova Luzitania	R$ 250.265,90	0,17	103	2,19	75%
Itariri	R$ 102.005,52	0,15	2.005	16,02	75%
Valentim Gentil	R$ 85.500,14	0,15	2.700	1,79	75%
Riversul	R$ 190.414,67	0,15	0	22,19	75%
Monte Azul Paulista	R$ 140.340,09	0,17	1.855	0,58	75%
Sandovalina	R$ 568.461,34	0,13	686	23,17	75%
Lagoinha	R$ 114.100,12	0,16	322	15,11	75%
Meridiano	R$ 191.903,96	0,17	241	4,37	75%
Eldorado	R$ 81.128,76	0,14	1.274	13,71	75%
Cristais Paulista	R$ 139.872,07	0,17	981	0,17	75%
Peruibe	R$ 138.281,77	0,16	18.678	7,85	75%
Alvares Machado	R$ 75.187,91	0,12	3.796	20,22	75%

Socorro	R$	87.466,89	0,15	1.941	1,81	75%
Salmourao	R$	156.708,61	0,16	0	15,63	74%
Queluz	R$	126.241,96	0,17	1.402	1,12	74%
Urupes	R$	128.477,07	0,17	822	1,29	74%
Nipoa	R$	214.756,92	0,17	471	2,07	74%
Itobi	R$	90.053,47	0,15	683	4,91	74%
Caieiras	R$	83.378,31	0,14	32.152	1,45	74%
Divinolandia	R$	123.984,37	0,17	205	2,14	74%
Herculandia	R$	90.581,00	0,15	956	7,26	74%
Boraceia	R$	199.753,66	0,17	279	0,39	74%
São Pedro Do Turvo	R$	128.118,34	0,16	587	13,94	74%
Roseira	R$	96.482,50	0,16	2.360	3,97	73%
Piquerobi	R$	213.655,19	0,17	210	2,42	73%
Vargem Grande Do Sul	R$	82.600,18	0,15	5.350	0,55	73%
Santo Anastacio	R$	84.798,29	0,15	789	3,41	73%
Itai	R$	101.923,30	0,14	3.217	16,96	73%
São Miguel Arcanjo	R$	83.461,75	0,14	5.412	9,60	73%
Ipeuna	R$	161.063,04	0,16	1.642	1,69	73%
Maracai	R$	153.683,28	0,16	537	4,20	73%
Mairipora	R$	93.668,51	0,15	20.174	0,66	72%
Cardoso	R$	141.857,39	0,15	0	17,53	72%
Regente Feijo	R$	103.410,79	0,16	2.035	3,90	72%
Indiana	R$	168.451,79	0,16	310	3,13	72%
São Roque	R$	171.559,85	0,16	9.657	0,23	72%
Andradina	R$	108.496,42	0,16	2.752	6,98	72%
Maua	R$	181.791,33	0,14	68.394	0,60	72%
Tremembe	R$	80.520,30	0,14	7.251	0,00	72%
Osasco	R$	183.956,94	0,13	89.566	0,00	72%
Vista Alegre Do Alto	R$	208.404,73	0,16	1.140	0,00	72%
Sagres	R$	213.147,11	0,16	0	6,91	72%
Presidente Venceslau	R$	103.204,21	0,16	1.227	3,17	72%
Barretos	R$	95.885,34	0,15	8.499	3,55	72%
Moji Das Cruzes	R$	118.432,54	0,14	66.905	3,19	72%
Piraju	R$	94.073,81	0,15	1.821	1,49	71%
Capao Bonito	R$	93.929,25	0,15	286	3,41	71%
Pindamonhangaba	R$	97.239,07	0,15	23.963	4,14	71%
Ribeirao Bonito	R$	115.140,20	0,16	917	2,27	71%
Estrela D'oeste	R$	172.087,67	0,16	0	3,14	71%
Aracatuba	R$	113.413,79	0,15	18.011	2,05	71%
Irapua	R$	134.945,50	0,16	566	5,12	71%
Tatui	R$	70.362,20	0,13	18.566	1,38	71%
Coronel Macedo	R$	140.990,79	0,16	0	4,96	71%
Iepe	R$	154.389,74	0,16	0	9,42	71%
Corumbatai	R$	198.675,71	0,16	638	0,26	71%
Mineiros Do Tiete	R$	93.068,78	0,15	1.943	0,34	71%

Catigua	R$	158.581,30	0,16	294	0,00	71%
Bauru	R$	91.815,33	0,13	54.952	2,52	71%
Itatiba	R$	106.080,56	0,15	19.552	0,02	71%
Jardinopolis	R$	115.318,44	0,16	6.606	0,00	71%
Aguai	R$	95.105,83	0,15	4.832	0,41	71%
Cerquilho	R$	103.594,70	0,15	9.460	0,00	71%
Lupercio	R$	143.920,57	0,16	148	2,52	71%
Rio Das Pedras	R$	111.729,37	0,16	4.390	1,90	70%
Registro	R$	97.612,42	0,14	4.799	11,14	70%
Iguape	R$	180.071,00	0,16	1.848	4,37	70%
Caiua	R$	176.764,88	0,16	851	10,55	70%
Presidente Epitacio	R$	82.493,41	0,13	4.447	9,58	70%
São Pedro	R$	101.325,58	0,15	7.721	0,60	70%
Lucianopolis	R$	291.016,75	0,16	0	2,22	70%
Areiopolis	R$	89.232,73	0,15	305	2,73	70%
Barbosa	R$	152.651,72	0,16	458	6,52	70%
Guararema	R$	178.229,57	0,16	3.943	6,50	70%
Aparecida D'oeste	R$	159.113,12	0,16	0	2,66	70%
Ribeira	R$	224.970,63	0,16	0	5,44	70%
Paranapua	R$	225.216,49	0,15	0	14,80	70%
Agudos	R$	122.129,23	0,16	2.433	9,51	70%
Quintana	R$	130.572,44	0,16	255	10,34	70%
Descalvado	R$	125.517,71	0,16	3.059	0,88	70%
Silveiras	R$	146.139,89	0,16	464	12,28	70%
Florinia	R$	270.111,09	0,16	115	1,11	70%
Louveira	R$	101.722,67	0,15	7.644	0,73	70%
Pongai	R$	160.657,31	0,16	112	3,29	70%
Getulina	R$	98.140,82	0,14	249	11,70	69%
Aguas De São Pedro	R$	519.547,74	0,16	186	0,00	69%
Itabera	R$	101.530,21	0,14	1.012	15,19	69%
Fernandopolis	R$	80.059,89	0,13	5.503	4,96	69%
Campinas	R$	189.960,00	0,12	122.659	1,68	69%
Cacapava	R$	108.725,95	0,15	10.072	2,55	69%
Fartura	R$	97.059,63	0,15	677	2,81	69%
Itu	R$	151.910,77	0,15	28.052	0,32	69%
Jales	R$	76.368,05	0,13	4.943	1,62	69%
Itatinga	R$	86.234,83	0,14	1.677	3,25	69%
Inubia Paulista	R$	178.948,59	0,16	0	1,75	69%
Potirendaba	R$	99.690,77	0,15	2.455	0,99	69%
Glicerio	R$	220.669,91	0,16	194	3,43	69%
Pirajui	R$	86.539,52	0,14	1.266	8,40	69%
Narandiba	R$	166.139,22	0,16	605	4,14	69%
Santa Ernestina	R$	118.314,66	0,15	128	3,74	69%
Tres Fronteiras	R$	200.542,69	0,16	55	4,96	69%
Americo De Campos	R$	183.614,65	0,16	4	3,45	68%

Dobrada	R$	133.074,10	0,15	87	0,00	68%
Itirapina	R$	133.725,68	0,15	2.883	6,18	68%
Santa Cruz Das Palmeiras	R$	86.016,59	0,14	3.737	0,00	68%
Ipua	R$	174.196,46	0,15	1.514	2,60	68%
Guaranta	R$	116.723,55	0,15	785	4,21	68%
Sud Mennucci	R$	164.624,36	0,15	160	0,00	68%
Natividade Da Serra	R$	110.917,37	0,14	494	11,33	68%
Santa Maria Da Serra	R$	170.233,24	0,15	370	1,47	68%
Nova Granada	R$	95.832,68	0,15	2.125	1,13	68%
Aruja	R$	126.120,50	0,15	21.563	0,87	68%
Adolfo	R$	204.821,06	0,15	412	1,85	68%
Santo Antonio Do Jardim	R$	111.126,90	0,15	467	1,39	68%
Jundiai	R$	153.582,48	0,14	34.128	0,00	68%
Marilia	R$	78.025,68	0,12	36.149	3,44	68%
Santa Adelia	R$	127.290,63	0,15	834	0,74	68%
Franca	R$	86.402,46	0,12	54.639	0,43	68%
Ariranha	R$	219.187,28	0,15	1.632	1,39	68%
Leme	R$	64.852,21	0,12	12.542	1,70	67%
Reginopolis	R$	145.220,35	0,15	0	0,93	67%
Suzano	R$	165.020,51	0,13	60.011	4,36	67%
Franco Da Rocha	R$	87.223,79	0,13	22.587	0,39	67%
Itapolis	R$	99.456,78	0,15	4.697	0,45	67%
Limeira	R$	166.930,91	0,14	41.276	0,34	67%
Itapetininga	R$	85.666,10	0,13	23.977	4,83	67%
São Vicente	R$	85.306,37	0,13	34.933	2,51	67%
Miguelopolis	R$	132.881,54	0,15	1.857	0,75	67%
Porto Feliz	R$	82.041,58	0,13	8.578	1,52	67%
Diadema	R$	147.411,25	0,14	48.812	0,26	67%
Taguai	R$	128.452,56	0,15	1.040	1,84	67%
São Joao Das Duas Pontes	R$	234.725,88	0,15	0	4,03	67%
Itapura	R$	223.040,77	0,14	84	16,39	67%
Nhandeara	R$	128.342,32	0,15	0	1,61	67%
Taquaritinga	R$	108.483,78	0,15	5.143	2,00	67%
Pederneiras	R$	91.121,13	0,14	4.593	4,96	67%
Caiabu	R$	168.586,96	0,15	223	13,41	67%
Cerqueira Cesar	R$	87.697,59	0,14	1.936	2,91	67%
Piacatu	R$	160.544,19	0,15	86	3,11	67%
São Manuel	R$	120.783,67	0,15	4.220	3,07	67%
Cafelandia	R$	116.024,91	0,15	536	6,69	67%
Coroados	R$	231.729,92	0,15	555	3,10	67%
Taciba	R$	345.295,48	0,15	471	2,34	67%
Magda	R$	231.285,97	0,15	0	2,03	67%
Turiuba	R$	367.944,88	0,15	0	1,89	67%
Redencao Da Serra	R$	138.447,16	0,15	39	8,57	67%
Uru	R$	418.915,10	0,15	55	0,00	67%

Dracena	R$ 97.741,12	0,14	807	3,66	66%
Vera Cruz	R$ 153.202,37	0,15	43	2,01	66%
Cotia	R$ 119.799,56	0,14	41.534	0,33	66%
Moji-Mirim	R$ 121.338,40	0,14	16.714	1,17	66%
Itapira	R$ 125.060,98	0,15	6.791	2,04	66%
Penapolis	R$ 113.062,56	0,15	6.060	0,74	66%
Bebedouro	R$ 133.765,56	0,15	7.052	0,38	66%
Santa Rita D'oeste	R$ 267.431,75	0,15	0	2,07	66%
Anhembi	R$ 157.020,24	0,15	998	2,33	66%
Pirapozinho	R$ 113.574,42	0,15	1.112	3,28	66%
Salesopolis	R$ 155.356,00	0,15	2.998	3,89	66%
Olimpia	R$ 115.643,52	0,15	3.106	2,10	66%
Valinhos	R$ 164.626,07	0,14	15.087	0,21	66%
Campos Do Jordao	R$ 139.586,19	0,15	7.117	0,40	66%
Castilho	R$ 261.578,58	0,13	340	19,39	66%
Macedonia	R$ 249.519,92	0,15	0	1,66	66%
Viradouro	R$ 99.890,11	0,14	2.871	0,47	66%
Monte Aprazivel	R$ 121.396,76	0,15	652	2,35	65%
Tupi Paulista	R$ 124.387,21	0,15	0	0,74	65%
Elias Fausto	R$ 108.979,92	0,15	2.256	2,65	65%
Santo Expedito	R$ 246.947,37	0,15	304	9,11	65%
Riolandia	R$ 137.222,08	0,12	800	20,03	65%
Manduri	R$ 117.012,84	0,15	994	5,43	65%
Monteiro Lobato	R$ 271.866,82	0,15	235	5,32	65%
Braganca Paulista	R$ 102.751,95	0,13	25.157	0,55	65%
Piracicaba	R$ 128.944,96	0,13	50.443	1,53	65%
Sertaozinho	R$ 126.027,41	0,14	16.229	0,48	65%
Ituverava	R$ 113.257,91	0,15	3.019	1,96	65%
Rio Grande Da Serra	R$ 78.918,49	0,13	7.190	0,20	65%
Nova Guataporanga	R$ 332.327,75	0,15	0	8,16	65%
São Jose Do Rio Pardo	R$ 117.457,91	0,14	4.941	0,41	65%
Charqueada	R$ 74.335,95	0,12	2.302	4,91	65%
Guarani D'oeste	R$ 1.325.536,62	0,15	137	3,12	64%
Ibira	R$ 191.526,85	0,15	734	2,61	64%
Moji-Guacu	R$ 158.398,27	0,14	23.436	0,57	64%
Jaborandi	R$ 206.148,88	0,15	88	1,03	64%
Jose Bonifacio	R$ 103.498,85	0,14	5.067	1,20	64%
Avanhandava	R$ 170.137,30	0,15	1.146	4,86	64%
Pacaembu	R$ 124.555,67	0,14	153	10,57	64%
Lavinia	R$ 159.298,27	0,14	0	10,72	64%
Taiuva	R$ 166.399,61	0,15	288	1,59	64%
Tiete	R$ 103.108,43	0,14	6.144	0,33	64%
Brauna	R$ 168.300,26	0,15	119	3,02	64%
Cachoeira Paulista	R$ 75.741,36	0,12	3.993	1,28	64%
Ribeirao Pires	R$ 122.350,10	0,14	18.828	0,00	64%

Atibaia	R$ 97.574,14	0,13	24.964	1,42	64%
Presidente Alves	R$ 156.333,86	0,14	0	10,26	64%
Onda Verde	R$ 223.192,73	0,15	584	1,66	64%
Teodoro Sampaio	R$ 339.486,00	0,14	1.069	12,44	64%
Santo Antonio De Posse	R$ 93.677,84	0,14	4.054	3,04	64%
Artur Nogueira	R$ 124.620,27	0,14	13.993	0,40	64%
PromisSão	R$ 100.846,07	0,13	3.124	8,36	64%
Salto Grande	R$ 131.760,77	0,14	1.075	8,49	64%
Dolcinopolis	R$ 307.706,40	0,14	58	6,69	63%
Araraquara	R$ 123.029,97	0,14	22.943	1,09	63%
Platina	R$ 287.854,75	0,14	38	5,30	63%
Mococa	R$ 124.074,17	0,14	7.200	0,41	63%
Birigui	R$ 106.476,55	0,13	19.175	0,37	63%
Lencois Paulista	R$ 130.854,93	0,14	9.922	0,72	63%
Araras	R$ 143.019,11	0,14	16.737	0,59	63%
Bora	R$ 632.733,03	0,14	44	2,65	63%
Guaracai	R$ 138.732,95	0,14	600	3,05	63%
Santa Clara D'oeste	R$ 254.203,72	0,14	0	1,83	63%
Tanabi	R$ 102.908,16	0,14	1.074	4,73	63%
Nuporanga	R$ 167.453,52	0,14	520	1,34	63%
Santo Antonio Da Alegria	R$ 118.605,46	0,14	609	2,05	63%
Jacupiranga	R$ 255.116,03	0,14	2.526	6,74	63%
Amparo	R$ 120.508,32	0,14	9.607	0,77	63%
Boituva	R$ 96.498,04	0,13	11.228	1,04	63%
Palmares Paulista	R$ 135.948,43	0,14	1.116	0,00	63%
São Bernardo Do Campo	R$ 207.510,88	0,10	136.183	0,88	63%
Lins	R$ 82.434,16	0,13	8.325	1,58	63%
Oriente	R$ 130.474,95	0,14	0	1,18	63%
Americo Brasiliense	R$ 91.526,44	0,13	8.220	0,00	63%
Santa Rita Do Passa Quatro	R$ 129.996,79	0,14	1.853	0,70	62%
Itirapua	R$ 114.128,24	0,14	369	1,67	62%
Alto Alegre	R$ 233.776,41	0,14	0	12,49	62%
Colombia	R$ 208.959,39	0,14	672	3,90	62%
São Joao Da Boa Vista	R$ 106.800,86	0,14	8.239	0,44	62%
Conchal	R$ 105.065,42	0,13	3.404	5,81	62%
Colina	R$ 219.372,43	0,14	755	1,06	62%
Cesario Lange	R$ 109.262,92	0,14	1.730	5,21	62%
Porangaba	R$ 114.437,48	0,14	1.052	8,54	62%
Bernardino De Campos	R$ 99.302,48	0,13	671	5,13	62%
Taboao Da Serra	R$ 121.906,13	0,13	37.560	0,08	62%
Pontes Gestal	R$ 253.988,17	0,14	0	2,49	62%
Nazare Paulista	R$ 85.625,11	0,12	2.739	8,40	62%
Casa Branca	R$ 151.079,06	0,14	1.492	2,14	62%
Paulo De Faria	R$ 134.908,60	0,14	153	10,59	62%
Miracatu	R$ 76.304,68	0,11	3.413	11,36	62%

Candido Mota	R$	107.256,52	0,14	3.830	3,10	62%
Assis	R$	98.880,57	0,13	11.609	2,60	62%
Cosmopolis	R$	123.807,77	0,14	8.414	2,07	62%
Alvaro De Carvalho	R$	161.459,41	0,14	976	0,00	62%
Iacanga	R$	121.623,51	0,14	715	6,26	61%
Aguas De Lindoia	R$	150.564,26	0,14	4.617	0,66	61%
Pedro De Toledo	R$	113.823,55	0,13	1.351	10,68	61%
Itapui	R$	99.895,99	0,13	1.320	2,48	61%
Tupa	R$	96.164,02	0,13	4.654	4,34	61%
Icem	R$	156.026,93	0,14	672	0,84	61%
Cajuru	R$	100.276,36	0,13	2.230	2,37	61%
Borborema	R$	123.142,94	0,14	1.084	2,81	61%
Morro Agudo	R$	132.880,15	0,14	4.175	0,08	61%
Bariri	R$	88.976,57	0,13	3.959	0,65	61%
Itajobi	R$	140.770,87	0,14	790	0,97	61%
Cajamar	R$	287.350,14	0,13	14.447	3,03	61%
Itanhaem	R$	193.953,71	0,13	25.921	1,69	61%
Jau	R$	119.321,51	0,13	17.988	0,69	60%
Bastos	R$	113.738,46	0,14	1.472	1,01	60%
Presidente Prudente	R$	105.316,47	0,12	23.702	3,51	60%
Mairinque	R$	232.539,54	0,13	10.536	0,31	60%
Bilac	R$	139.663,01	0,14	628	2,29	60%
Martinopolis	R$	107.181,73	0,13	2.673	6,39	60%
Mirandopolis	R$	119.781,56	0,13	1.503	7,16	60%
Americana	R$	165.912,02	0,13	28.753	2,00	60%
Barao De Antonina	R$	244.597,46	0,13	110	12,65	60%
São Luis Do Paraitinga	R$	88.457,31	0,12	507	7,95	60%
Piquete	R$	96.440,31	0,13	451	3,60	60%
Tapirai	R$	114.690,75	0,13	2.836	0,19	60%
Novo Horizonte	R$	104.810,48	0,13	1.986	2,01	60%
Bocaina	R$	132.481,91	0,13	2.188	0,73	59%
Morungaba	R$	151.323,81	0,13	1.701	1,43	59%
Nova Europa	R$	156.756,97	0,13	1.926	0,76	59%
Cosmorama	R$	130.928,16	0,13	0	2,16	59%
Pirangi	R$	134.096,23	0,13	171	0,00	59%
Laranjal Paulista	R$	129.468,28	0,13	3.001	4,51	59%
Rincao	R$	136.380,75	0,13	0	3,13	59%
Parapua	R$	136.543,63	0,13	0	8,24	59%
Rio Claro	R$	130.911,83	0,12	30.257	0,75	59%
Catanduva	R$	96.615,77	0,12	15.068	2,03	59%
Julio Mesquita	R$	159.175,87	0,13	323	7,32	59%
Biritiba-Mirim	R$	82.079,97	0,11	6.820	5,15	59%
Rafard	R$	147.871,21	0,13	350	1,49	59%
Fernando Prestes	R$	151.312,20	0,13	259	0,32	59%
São Carlos	R$	105.829,44	0,12	34.777	0,68	58%

Ribeirao Preto	R$ 133.024,12	0,11	74.292	0,08	58%
Santopolis Do Aguapei	R$ 189.138,37	0,13	0	5,66	58%
Ourinhos	R$ 123.043,98	0,13	16.945	3,39	58%
Paraguacu Paulista	R$ 108.185,03	0,12	5.475	6,90	58%
Guaratingueta	R$ 94.264,34	0,12	12.221	3,37	58%
Nova Odessa	R$ 127.476,29	0,13	8.008	1,20	58%
Pitangueiras	R$ 115.120,42	0,13	4.252	1,75	58%
Monte Alto	R$ 116.301,43	0,13	3.871	0,62	58%
Ribeirao Corrente	R$ 176.430,12	0,13	652	3,81	58%
Turmalina	R$ 350.492,25	0,13	0	3,30	58%
Santa Cruz Do Rio Pardo	R$ 106.547,11	0,13	4.349	5,29	58%
Conchas	R$ 89.683,97	0,12	3.014	1,22	58%
Echapora	R$ 147.376,92	0,13	509	4,32	58%
Adamantina	R$ 110.588,52	0,13	1.406	4,04	58%
Iacri	R$ 166.517,62	0,13	0	5,68	58%
Cedral	R$ 116.796,30	0,13	996	0,28	58%
Buritama	R$ 122.608,84	0,13	1.088	1,25	57%
Cabralia Paulista	R$ 131.834,47	0,13	794	4,75	57%
Serra Negra	R$ 171.358,91	0,13	2.147	1,14	57%
Poloni	R$ 169.370,48	0,13	248	0,00	57%
Cordeiropolis	R$ 185.637,79	0,13	4.253	0,42	57%
Uniao Paulista	R$ 387.992,71	0,13	34	11,12	57%
Paulinia	R$ 768.156,24	0,13	13.828	0,64	57%
Floreal	R$ 186.253,48	0,13	0	0,20	57%
Mongagua	R$ 210.461,82	0,12	16.072	1,87	57%
São Sebastiao Da Grama	R$ 112.248,00	0,13	644	4,34	57%
Aparecida	R$ 93.470,58	0,12	1.657	0,74	57%
Planalto	R$ 207.138,15	0,13	173	9,35	56%
São Simao	R$ 164.686,68	0,13	1.688	2,00	56%
Iracemapolis	R$ 139.878,60	0,13	3.524	0,00	56%
Guaicara	R$ 104.340,71	0,12	1.866	8,21	56%
Rancharia	R$ 108.958,21	0,12	1.859	4,38	56%
Espirito Santo Do Pinhal	R$ 98.056,54	0,12	3.302	1,91	55%
Osvaldo Cruz	R$ 115.525,05	0,12	730	0,95	55%
Porto Ferreira	R$ 107.540,32	0,12	9.218	0,23	55%
Tarabai	R$ 137.947,48	0,12	1.072	5,02	55%
Guararapes	R$ 118.035,15	0,12	2.154	0,21	55%
São Joao Do Pau D'alho	R$ 285.614,30	0,12	0	5,67	55%
Orlandia	R$ 188.478,76	0,12	4.814	0,19	55%
Ocaucu	R$ 193.321,88	0,12	0	4,13	55%
Jaboticabal	R$ 111.709,31	0,12	8.275	0,00	55%
Pindorama	R$ 110.635,63	0,12	735	0,40	54%
São Jose Da Bela Vista	R$ 123.921,87	0,12	956	0,00	54%
Uchoa	R$ 236.174,56	0,12	700	1,34	54%
São Caetano Do Sul	R$ 304.058,42	0,12	0	0,00	54%

Tambau	R$ 122.361,24	0,12	2.401	0,40	54%
Torrinha	R$ 107.555,51	0,12	1.334	0,00	54%
Pereiras	R$ 122.596,58	0,12	1.779	4,33	54%
Cubatao	R$ 523.653,36	0,12	17.173	0,08	54%
Santa Cruz Da Conceicao	R$ 179.227,93	0,12	594	0,40	54%
Luiziania	R$ 162.228,20	0,12	117	2,31	54%
Auriflama	R$ 105.223,57	0,12	748	1,12	54%
Junqueiropolis	R$ 144.555,11	0,11	0	12,27	54%
Indiapora	R$ 221.689,50	0,12	0	3,53	53%
Pereira Barreto	R$ 321.108,87	0,12	0	9,30	53%
Brodowski	R$ 126.067,29	0,12	3.351	0,04	53%
Itaju	R$ 219.697,46	0,12	2	0,72	53%
Ribeirao Do Sul	R$ 137.882,09	0,12	0	8,50	53%
Macatuba	R$ 185.231,22	0,12	2.284	1,04	53%
Palestina	R$ 117.092,47	0,12	89	5,85	53%
Pedregulho	R$ 131.071,55	0,12	1.208	0,00	53%
Paraiso	R$ 150.337,88	0,12	696	0,76	52%
Pedreira	R$ 159.451,22	0,12	7.247	0,58	52%
Lucelia	R$ 121.768,58	0,12	577	7,04	52%
Santo Andre	R$ 208.032,57	0,11	32.340	0,04	52%
Pirassununga	R$ 103.005,36	0,11	8.118	1,79	52%
Dumont	R$ 149.088,86	0,12	1.327	0,14	52%
Piratininga	R$ 105.303,28	0,12	928	0,00	52%
Aguas Da Prata	R$ 155.594,78	0,12	439	2,35	51%
Dois Corregos	R$ 102.004,19	0,11	3.684	1,56	51%
Ipero	R$ 68.627,61	0,09	7.809	0,00	51%
Serrana	R$ 80.207,15	0,10	9.384	0,41	50%
Aramina	R$ 186.667,66	0,11	699	5,22	50%
Cajobi	R$ 178.669,34	0,11	418	0,44	49%
Pontal	R$ 96.916,67	0,11	6.876	2,28	49%
Marinopolis	R$ 245.715,20	0,11	107	0,70	49%
Clementina	R$ 143.938,07	0,11	521	4,53	49%
Rubiacea	R$ 245.020,54	0,11	0	1,33	49%
Aguas De Santa Barbara	R$ 158.530,46	0,11	1.327	0,64	48%
Duartina	R$ 104.336,35	0,11	578	0,74	48%
Sarutaia	R$ 142.752,17	0,10	716	9,12	47%
Gabriel Monteiro	R$ 218.748,23	0,11	254	1,91	47%
Presidente Bernardes	R$ 112.291,91	0,10	1.252	4,24	46%
Queiroz	R$ 256.091,48	0,09	235	14,21	46%
Mombuca	R$ 257.693,72	0,08	510	14,32	46%
General Salgado	R$ 176.522,56	0,10	545	2,72	46%
Barra Bonita	R$ 200.209,12	0,10	4.646	0,07	46%
Populina	R$ 179.732,95	0,10	0	0,82	46%
Balbinos	R$ 440.170,95	0,10	92	4,96	46%
Nova Alianca	R$ 154.141,87	0,10	574	0,78	45%

Murutinga Do Sul	R$	195.057,17	0,10	189	0,19	45%
Santa Gertrudes	R$	91.403,94	0,09	5.421	1,21	43%
Santa Rosa De Viterbo	R$	139.981,68	0,10	2.240	0,44	43%
Alfredo Marcondes	R$	168.332,15	0,10	204	2,87	42%
Altair	R$	189.586,93	0,10	291	1,57	42%
Santos	R$	278.472,10	0,10	533	0,39	42%
Guaimbe	R$	135.072,63	0,10	69	1,42	42%
Bento De Abreu	R$	277.738,44	0,10	0	0,40	42%
Alvinlandia	R$	210.707,00	0,09	296	4,97	42%
Capivari	R$	135.292,44	0,09	7.248	3,27	41%
Buritizal	R$	195.236,87	0,09	0	0,31	38%
Pedranopolis	R$	271.446,67	0,09	0	3,94	38%
Anhumas	R$	183.739,95	0,07	169	6,69	33%
Mínimo*	**R$**	**25.477,70**	**0,07**	**0**	**0,00**	**33%**
Média*	**R$**	**153.377,67**	**0,15**	**7.959**	**4,05**	**68%**
Desvio Padrão*	**R$**	**95.540,93**	**0,02**	**20.603**	**5,02**	**12%**
Máximo*	**R$**	**1.325.536,62**	**0,23**	**285.977**	**31,00**	**100%**

Municípios De São Paulo	**GPT_09**		**IDHG_09**	**POP_09**	**INFRA_09**	**EFI_09**
Barra Do Chapeu	R$	66.003,72	0,17	398	18,87	100%
Carapicuiba	R$	21.556,75	0,11	24.988	0,87	100%
Francisco Morato	R$	30.886,66	0,13	20.734	6,58	100%
Itaoca	R$	81.634,55	0,15	2	18,99	100%
Itaquaquecetuba	R$	28.550,51	0,12	48.828	2,38	100%
Ribeirao Branco	R$	47.355,63	0,18	1	13,36	100%
São Paulo	R$	75.860,30	0,07	816.300	0,60	100%
Taquarivai	R$	77.552,49	0,18	678	10,92	100%
Rio Grande Da Serra	R$	28.162,09	0,12	6.883	2,73	100%
Jeriquara	R$	106.162,15	0,17	1	1,50	93%
Alvinlandia	R$	86.581,63	0,17	163	0,93	92%
Palmares Paulista	R$	41.857,69	0,15	2.497	0,81	91%
Itapirapua Paulista	R$	84.126,09	0,16	303	14,30	90%
Candido Rodrigues	R$	119.155,17	0,16	55	0,01	88%
Cunha	R$	41.190,56	0,14	1	5,53	88%
Natividade Da Serra	R$	69.632,40	0,16	1	3,62	88%
Anhumas	R$	77.213,47	0,16	327	0,22	86%
Platina	R$	98.912,05	0,16	325	1,99	86%
Pontal	R$	38.191,00	0,13	10.563	0,66	86%
Ferraz De Vasconcelos	R$	26.478,48	0,10	25.929	1,59	85%
Itapevi	R$	38.493,29	0,13	38.336	2,46	85%
Vitoria Brasil	R$	117.937,09	0,15	62	2,99	85%
Trabiju	R$	161.581,49	0,15	164	0,01	83%
Franco Da Rocha	R$	28.807,98	0,10	23.482	1,72	82%
Barrinha	R$	42.954,30	0,13	4.289	0,98	81%

Ibiuna	R$	43.025,94	0,13	6.833	6,79	81%
Capao Bonito	R$	46.995,53	0,14	1	3,23	81%
Ribeirao Grande	R$	76.665,95	0,15	32	3,00	80%
Ribeirao Do Sul	R$	70.155,23	0,14	1	1,21	80%
Queiroz	R$	102.811,64	0,14	637	3,22	79%
Ubirajara	R$	70.305,31	0,14	271	0,29	78%
Igaracu Do Tiete	R$	36.803,78	0,12	748	0,89	78%
Terra Roxa	R$	62.929,58	0,14	753	0,29	78%
Alambari	R$	64.758,63	0,14	1.234	2,41	78%
São Miguel Arcanjo	R$	40.314,09	0,12	247	0,97	78%
Varzea Paulista	R$	35.907,86	0,11	14.289	1,91	78%
Capela Do Alto	R$	42.306,74	0,13	3.285	0,75	77%
Marapoama	R$	104.841,14	0,14	395	0,14	77%
Ribeirao Corrente	R$	91.524,96	0,14	392	0,59	77%
Torre De Pedra	R$	94.094,65	0,14	110	1,75	77%
Miracatu	R$	55.610,18	0,13	1	3,20	75%
Canitar	R$	81.821,52	0,14	888	0,11	75%
Lucianopolis	R$	111.431,68	0,14	95	0,28	75%
Itai	R$	53.352,60	0,13	2.969	2,98	74%
Guaranta	R$	54.709,36	0,13	81	1,85	74%
Lupercio	R$	71.233,67	0,13	123	0,91	73%
Elisiario	R$	94.109,47	0,13	543	0,60	73%
Gabriel Monteiro	R$	103.815,73	0,13	1	0,01	73%
Taquaral	R$	91.617,73	0,13	4	0,05	73%
Pariquerau	R$	39.577,81	0,11	797	4,71	73%
Narandiba	R$	99.691,06	0,13	545	0,85	72%
Pedranopolis	R$	112.699,83	0,13	1	0,30	72%
Pedra Bela	R$	59.729,23	0,13	171	1,07	72%
Coronel Macedo	R$	69.404,98	0,13	1	3,01	72%
Macatuba	R$	69.660,89	0,13	507	0,44	72%
São Lourenco Da Serra	R$	65.551,22	0,13	1.774	3,23	71%
Alvaro De Carvalho	R$	64.781,50	0,13	541	3,37	71%
Sagres	R$	100.676,92	0,13	1	2,85	71%
Santa Rita D'oeste	R$	116.289,51	0,13	1	1,11	71%
Sete Barras	R$	57.265,02	0,13	1	4,47	71%
Itaporanga	R$	49.202,14	0,13	195	4,15	71%
Guarei	R$	38.359,33	0,11	4.368	2,50	71%
Tejupa	R$	76.424,97	0,13	1	4,44	71%
Guaicara	R$	46.839,24	0,12	1.459	1,30	71%
Canas	R$	77.781,78	0,13	771	4,53	70%
Borebi	R$	140.849,87	0,13	360	0,01	70%
Buritizal	R$	115.619,84	0,13	379	0,01	70%
Pracinha	R$	70.544,39	0,13	1.427	2,11	70%
Novais	R$	73.501,84	0,13	1.367	0,41	70%
Herculandia	R$	42.802,64	0,12	704	1,62	70%

Biritiba-Mirim	R$	39.661,10	0,11	3.922	3,60	70%
Buri	R$	63.943,74	0,13	934	2,42	70%
Cristais Paulista	R$	64.259,78	0,13	1.009	1,37	70%
Itabera	R$	46.639,85	0,12	1	3,44	70%
Tuiuti	R$	56.839,92	0,12	974	0,63	70%
Campina Do Monte Alegre	R$	67.855,02	0,13	358	0,57	70%
Moncoes	R$	125.652,42	0,13	77	0,09	69%
Santa Clara D'oeste	R$	144.881,80	0,13	1	0,35	69%
Ipero	R$	42.665,74	0,11	9.916	2,86	69%
Fernando Prestes	R$	80.648,54	0,12	100	0,49	69%
Lourdes	R$	125.633,67	0,12	121	0,01	69%
Ribeira	R$	85.615,27	0,12	1	5,02	69%
Maua	R$	42.543,03	0,10	53.672	0,65	68%
Potim	R$	34.695,94	0,10	5.792	2,01	68%
Espirito Santo Do Turvo	R$	86.699,52	0,12	567	0,96	68%
Onda Verde	R$	96.144,41	0,12	471	0,01	68%
Nova Castilho	R$	248.814,91	0,12	134	0,76	68%
São Luis Do Paraitinga	R$	68.400,38	0,12	1	2,42	68%
Itirapua	R$	59.756,26	0,12	502	2,22	68%
Itobi	R$	42.150,55	0,11	80	0,62	68%
Guaimbe	R$	65.183,85	0,12	218	0,94	67%
Pinhalzinho	R$	43.372,43	0,11	2.119	0,18	67%
Gaviao Peixoto	R$	95.900,04	0,12	293	0,66	67%
Piracaia	R$	48.210,38	0,12	1.769	5,90	67%
São Bento Do Sapucai	R$	49.019,37	0,12	113	0,85	67%
Catigua	R$	52.226,33	0,12	572	1,04	67%
Aracoiaba Da Serra	R$	51.727,18	0,12	7.483	0,34	67%
Bom Sucesso De Itarare	R$	81.254,80	0,12	340	3,61	67%
Macedonia	R$	96.471,69	0,12	1	1,02	67%
Santa Rosa De Viterbo	R$	45.783,56	0,12	2.427	0,12	67%
Aruja	R$	46.956,30	0,11	15.720	2,85	67%
Joao Ramalho	R$	95.600,30	0,12	308	0,73	66%
Serrana	R$	52.882,77	0,12	6.275	0,18	66%
Ubatuba	R$	72.646,65	0,12	11.940	1,01	66%
Piedade	R$	37.389,96	0,10	2.012	2,72	66%
Pirapozinho	R$	42.467,61	0,11	2.590	1,00	66%
Itapetininga	R$	40.058,43	0,10	18.818	1,44	66%
Areiopolis	R$	55.880,11	0,12	283	0,63	66%
Guariba	R$	53.371,54	0,12	3.821	1,53	66%
Guaruja	R$	79.305,87	0,12	26.519	0,42	65%
Cajobi	R$	61.352,99	0,12	594	0,09	65%
Sumare	R$	46.025,07	0,10	44.588	1,02	65%
Paraiso	R$	79.560,68	0,12	469	0,47	65%
Barao De Antonina	R$	96.366,82	0,12	322	1,09	65%
Teodoro Sampaio	R$	57.268,75	0,12	1.383	4,33	65%

Quadra	R$	100.895,88	0,11	585	12,25	65%
Itarare	R$	49.518,68	0,12	1.380	3,83	65%
Cabralia Paulista	R$	73.080,68	0,12	1	4,15	65%
Sarapui	R$	44.195,92	0,11	1.222	4,34	65%
Boraceia	R$	77.625,17	0,12	529	2,65	65%
Mira Estrela	R$	143.824,30	0,12	224	0,12	65%
Timburi	R$	110.863,43	0,12	1	1,13	65%
Itapecerica Da Serra	R$	42.454,30	0,10	22.929	1,85	65%
Mairipora	R$	45.044,65	0,11	20.845	1,13	64%
Tarabai	R$	62.352,67	0,12	821	0,02	64%
Socorro	R$	39.021,88	0,10	3.982	1,51	64%
Rifaina	R$	133.717,03	0,12	111	1,09	64%
Suzano	R$	45.278,17	0,10	33.790	1,59	64%
Mongagua	R$	72.643,59	0,11	11.195	4,71	64%
São Jose Da Bela Vista	R$	46.679,09	0,11	331	1,28	64%
Itapeva	R$	56.440,43	0,11	4.887	3,72	64%
Cabreuva	R$	51.052,39	0,11	8.504	1,49	64%
Ouro Verde	R$	64.967,14	0,11	652	1,03	64%
Sales Oliveira	R$	60.216,90	0,11	1.243	0,15	63%
Vargem Grande Paulista	R$	53.159,64	0,11	10.314	0,85	63%
Porto Feliz	R$	54.548,28	0,11	3.379	0,34	63%
Parapua	R$	51.787,87	0,11	1	1,44	63%
Taquarituba	R$	46.438,81	0,11	309	3,70	63%
Planalto	R$	77.168,43	0,11	793	1,04	63%
Itapura	R$	103.198,50	0,11	519	1,25	63%
Campos Novos Paulista	R$	88.082,19	0,11	358	2,59	63%
Registro	R$	43.130,85	0,10	509	4,27	63%
Louveira	R$	102.299,74	0,11	13.222	0,36	63%
Franca	R$	38.969,22	0,09	30.903	0,30	63%
Vargem Grande Do Sul	R$	42.110,16	0,10	2.964	0,17	63%
Salmourao	R$	63.431,29	0,11	417	2,69	63%
Salesopolis	R$	53.339,07	0,11	1.278	1,34	63%
Brejo Alegre	R$	107.688,30	0,11	265	0,97	62%
Corumbatai	R$	114.814,00	0,11	80	0,03	62%
Mombuca	R$	105.302,06	0,11	159	3,03	62%
Populina	R$	80.615,78	0,11	1	1,40	62%
Itatinga	R$	59.054,14	0,11	2.606	0,28	62%
Taguai	R$	40.280,68	0,10	3.360	1,12	62%
Barbosa	R$	61.332,48	0,11	756	2,08	62%
Itapui	R$	47.005,66	0,11	1.802	0,66	62%
Caieiras	R$	38.885,55	0,09	15.308	0,18	62%
Joanopolis	R$	54.761,08	0,11	1.359	5,13	62%
Aramina	R$	80.771,86	0,11	389	0,01	62%
Guarani D'oeste	R$	130.680,85	0,11	1	0,29	62%
Duartina	R$	53.942,50	0,11	1	0,87	62%

Tambau	R$	56.108,51	0,11	148	0,01	62%
Boituva	R$	54.771,43	0,11	13.946	3,70	62%
Manduri	R$	47.306,95	0,11	721	1,01	62%
Lavrinhas	R$	69.814,00	0,11	582	1,32	62%
Espirito Santo Do Pinhal	R$	45.482,08	0,11	1.427	0,21	62%
Jambeiro	R$	86.479,60	0,11	1.357	0,86	61%
Echapora	R$	76.350,33	0,11	1	0,55	61%
São Sebastiao	R$	154.106,12	0,11	15.904	1,15	61%
Pontes Gestal	R$	124.285,31	0,11	1	0,21	61%
Ipua	R$	71.790,53	0,11	2.278	0,01	61%
Lagoinha	R$	70.265,53	0,11	1	0,57	61%
Jandira	R$	39.344,71	0,09	16.537	0,60	61%
Cedral	R$	63.500,50	0,11	1.272	0,01	61%
Riversul	R$	61.798,21	0,11	1	2,81	61%
Angatuba	R$	48.857,20	0,11	2.913	1,29	61%
Tapiratiba	R$	59.453,61	0,11	1	0,07	60%
Itariri	R$	44.896,40	0,08	1.858	7,44	60%
Ribeirao Dos Indios	R$	116.049,18	0,11	1	1,55	60%
Conchal	R$	54.452,22	0,11	2.553	1,72	60%
Cosmopolis	R$	49.530,02	0,10	14.472	0,66	60%
Santa Mercedes	R$	100.552,82	0,11	28	2,43	60%
Tres Fronteiras	R$	65.027,37	0,11	268	0,24	60%
Elias Fausto	R$	55.572,79	0,11	1.887	0,23	60%
Iaras	R$	63.831,01	0,11	3.322	0,01	59%
Santa Cruz Das Palmeiras	R$	41.807,68	0,10	4.376	0,26	59%
Apiai	R$	49.842,66	0,11	1	5,34	59%
Bastos	R$	44.548,76	0,10	1	0,78	59%
Pirapora Do Bom Jesus	R$	74.142,10	0,11	3.338	4,44	59%
Nipoa	R$	70.505,21	0,11	1.007	0,58	59%
Guarulhos	R$	58.695,21	0,09	149.262	1,57	59%
Ipaucu	R$	52.118,14	0,10	1.110	2,52	59%
Aspasia	R$	123.978,05	0,11	1	0,01	59%
Avai	R$	80.377,30	0,11	363	3,36	59%
Glicerio	R$	85.533,79	0,11	137	0,79	59%
Mirante Do Paranapanema	R$	51.430,74	0,09	846	8,51	59%
Divinolandia	R$	52.645,29	0,10	1	0,22	59%
Euclides Da Cunha Paulista	R$	65.963,85	0,11	1	2,95	59%
Iacri	R$	56.523,14	0,10	1	0,26	58%
Holambra	R$	94.293,84	0,11	4.088	1,45	58%
Santana De Parnaiba	R$	98.916,86	0,10	33.985	3,09	58%
Oriente	R$	49.474,60	0,10	325	0,63	58%
Guaraci	R$	86.529,21	0,11	1.130	0,11	58%
Redencao Da Serra	R$	80.926,02	0,11	1	5,91	58%
Sabino	R$	85.161,28	0,11	266	0,08	58%
São Pedro Do Turvo	R$	67.966,56	0,10	310	1,14	58%

Silveiras	R$	70.183,08	0,10	414	3,58	58%
Mirassolandia	R$	71.335,21	0,10	554	0,21	58%
Galia	R$	58.109,54	0,10	1	2,37	58%
Pedreira	R$	57.280,16	0,10	6.339	0,19	58%
Cubatao	R$	192.932,07	0,10	10.411	2,06	58%
Paranapanema	R$	80.990,63	0,10	2.298	1,82	58%
Buritama	R$	64.437,07	0,10	1.564	0,99	58%
Ubarana	R$	85.519,20	0,10	1.069	0,77	58%
Sales	R$	82.619,85	0,10	888	0,18	57%
Caiua	R$	89.305,86	0,10	847	2,48	57%
Palmeira D'oeste	R$	46.338,16	0,10	1	0,49	57%
Itupeva	R$	59.411,93	0,10	18.693	0,54	57%
Alvares Machado	R$	44.614,95	0,10	852	2,03	57%
Piratininga	R$	44.117,08	0,10	1.488	2,61	57%
Julio Mesquita	R$	74.676,44	0,10	264	2,03	57%
Caiabu	R$	77.178,14	0,10	1	3,87	57%
Nuporanga	R$	93.267,09	0,10	508	0,07	57%
Colombia	R$	116.918,22	0,10	40	1,95	57%
Nova Canaa Paulista	R$	121.892,37	0,10	1	0,43	57%
Caconde	R$	52.838,74	0,10	160	1,01	57%
Aracariguama	R$	73.073,67	0,10	4.298	0,17	57%
Pereira Barreto	R$	67.745,91	0,10	1	0,73	57%
Estiva Gerbi	R$	70.864,93	0,10	1.188	0,06	57%
Tapirai	R$	70.298,61	0,10	1	3,46	57%
Pedro De Toledo	R$	60.189,35	0,10	1.017	4,68	57%
Charqueada	R$	49.264,87	0,10	2.048	0,56	57%
Ouroeste	R$	129.946,80	0,10	2.115	0,83	56%
Taciba	R$	123.280,91	0,10	493	0,70	56%
Sebastianopolis Do Sul	R$	103.778,61	0,10	485	0,44	56%
Monte Castelo	R$	82.196,01	0,10	1	2,23	56%
Borborema	R$	54.263,15	0,10	1.336	0,34	56%
Bananal	R$	66.812,04	0,10	510	2,88	56%
Salto De Pirapora	R$	49.434,18	0,10	5.060	0,95	56%
Itapolis	R$	40.535,34	0,09	2.301	0,43	56%
Americo De Campos	R$	70.895,62	0,10	112	0,07	56%
Luiziania	R$	59.443,91	0,10	756	0,53	56%
Dobrada	R$	43.342,32	0,09	932	1,87	56%
Cachoeira Paulista	R$	40.147,48	0,09	2.886	0,63	56%
Rincao	R$	60.825,55	0,10	84	0,18	56%
Artur Nogueira	R$	43.145,49	0,09	11.053	0,21	56%
Jacupiranga	R$	48.844,89	0,10	167	1,65	56%
Arandu	R$	77.657,77	0,10	58	0,23	56%
São Manuel	R$	56.364,55	0,10	1.797	1,22	56%
Fartura	R$	55.209,90	0,10	310	0,49	56%
Paraguacu Paulista	R$	59.757,62	0,10	2.660	1,07	56%

Bom Jesus Dos Perdoes	R$	46.568,01	0,10	6.395	0,90	56%
Santo Antonio Do Jardim	R$	57.379,53	0,10	1	1,15	56%
Moji Das Cruzes	R$	44.298,59	0,08	57.538	1,53	55%
Cerqueira Cesar	R$	50.959,25	0,10	2.388	0,55	55%
Tabatinga	R$	50.825,35	0,10	1.696	0,09	55%
Ariranha	R$	181.510,53	0,10	1.070	0,01	55%
Pardinho	R$	99.712,63	0,10	850	0,33	55%
Jumirim	R$	100.730,20	0,10	602	1,37	55%
Pontalinda	R$	79.210,37	0,10	535	1,37	55%
Taruma	R$	71.966,29	0,10	2.142	0,59	55%
Jose Bonifacio	R$	47.006,72	0,10	4.049	0,71	55%
Avanhandava	R$	51.042,46	0,10	2.481	1,51	55%
Florida Paulista	R$	44.649,24	0,09	1.742	1,58	55%
Quintana	R$	61.336,20	0,10	561	1,37	55%
Santa Cruz Da Conceicao	R$	98.341,07	0,10	471	0,26	55%
Santa Salete	R$	143.329,86	0,10	68	0,01	55%
Pitangueiras	R$	47.427,70	0,10	4.151	0,55	55%
Americo Brasiliense	R$	45.464,56	0,09	6.191	0,31	55%
Ilhabela	R$	96.075,20	0,10	7.360	2,80	55%
Diadema	R$	56.788,16	0,09	32.298	0,77	55%
Palestina	R$	57.128,14	0,10	1.951	0,59	55%
Irapua	R$	57.498,63	0,10	617	0,32	54%
Bertioga	R$	118.248,58	0,10	17.606	0,58	54%
Ibitinga	R$	37.165,41	0,08	6.538	0,63	54%
Orindiuva	R$	104.464,83	0,10	1.514	0,79	54%
Junqueiropolis	R$	51.154,47	0,10	1.721	1,33	54%
Auriflama	R$	49.928,28	0,10	689	0,82	54%
Santo Antonio Do Aracangua	R$	118.007,93	0,10	697	0,32	54%
Sud Mennucci	R$	90.429,18	0,10	70	1,33	54%
Santa Cruz Do Rio Pardo	R$	43.458,41	0,09	3.002	1,31	54%
Pirajui	R$	36.794,77	0,08	2.609	1,07	54%
Capivari	R$	55.289,05	0,10	7.108	0,73	54%
Castilho	R$	97.542,44	0,10	3.055	1,12	54%
Rafard	R$	72.625,26	0,10	252	0,49	54%
Monteiro Lobato	R$	76.154,28	0,10	505	1,07	54%
Roseira	R$	50.474,29	0,10	1.022	1,63	54%
Paraibuna	R$	63.530,23	0,10	379	1,67	54%
Areias	R$	95.792,60	0,10	96	4,19	54%
Bora	R$	259.767,84	0,10	10	0,96	54%
Dirce Reis	R$	132.081,12	0,10	66	0,62	54%
Mesopolis	R$	146.913,36	0,10	1	0,87	54%
Cacapava	R$	51.822,07	0,09	8.622	2,64	54%
Rio Das Pedras	R$	61.688,09	0,10	6.007	0,55	54%
São Sebastiao Da Grama	R$	51.618,34	0,10	1	0,26	54%

Santa Maria Da Serra	R$	67.289,22	0,10	740	0,09	53%
Campos Do Jordao	R$	81.210,56	0,10	3.537	0,65	53%
Getulina	R$	49.120,77	0,09	395	1,22	53%
Iguape	R$	52.413,19	0,09	1.414	0,96	53%
Alfredo Marcondes	R$	66.142,58	0,10	194	1,03	53%
Cajamar	R$	90.016,46	0,09	13.353	2,69	53%
Mineiros Do Tiete	R$	43.482,84	0,09	628	0,32	53%
Cotia	R$	53.056,03	0,09	52.163	1,64	53%
Cananeia	R$	68.188,12	0,10	1	3,44	53%
Santo Antonio Da Alegria	R$	69.330,70	0,10	540	0,08	53%
PromisSão	R$	45.411,74	0,09	4.569	0,70	53%
Aparecida D'oeste	R$	71.075,44	0,10	1	0,34	53%
Itanhaem	R$	70.695,68	0,09	15.062	3,77	53%
Peruibe	R$	73.534,19	0,09	8.322	1,86	53%
Santa Ernestina	R$	58.811,01	0,09	1	0,36	53%
Anhembi	R$	97.073,90	0,10	1.118	0,34	53%
Dolcinopolis	R$	115.105,94	0,10	1	0,33	52%
Estrela Do Norte	R$	105.437,51	0,10	33	2,28	52%
Inubia Paulista	R$	79.528,36	0,10	312	1,28	52%
Santa Gertrudes	R$	61.710,03	0,09	5.728	0,22	52%
Viradouro	R$	54.648,58	0,09	1.335	0,18	52%
Botucatu	R$	42.151,85	0,08	19.022	0,65	52%
Colina	R$	70.957,88	0,09	707	0,45	52%
Campo Limpo Paulista	R$	53.235,00	0,09	10.350	0,82	52%
Braganca Paulista	R$	50.402,45	0,09	21.713	0,60	52%
Morro Agudo	R$	74.326,29	0,09	3.688	0,66	52%
Atibaia	R$	60.812,63	0,09	15.303	2,42	51%
Maraba Paulista	R$	88.554,36	0,09	1.113	0,90	51%
Urania	R$	47.408,06	0,09	11	1,56	51%
Bernardino De Campos	R$	49.387,31	0,09	55	0,34	51%
Piraju	R$	50.813,32	0,09	578	1,02	51%
Maracai	R$	65.704,45	0,09	328	0,41	51%
Candido Mota	R$	52.283,77	0,09	604	0,48	51%
Miguelopolis	R$	74.916,18	0,09	1.432	1,87	51%
Monte Azul Paulista	R$	60.881,91	0,09	1	0,12	51%
Jaborandi	R$	76.538,65	0,09	168	0,01	51%
Indaiatuba	R$	65.498,73	0,08	54.569	0,99	51%
Brodowski	R$	55.020,55	0,09	3.968	0,58	51%
Tatui	R$	41.510,45	0,08	13.896	1,39	51%
Iepe	R$	84.311,89	0,09	371	1,41	51%
Emilianopolis	R$	101.998,97	0,09	127	0,29	51%
Piquerobi	R$	94.441,58	0,09	59	3,45	51%
São Francisco	R$	86.743,35	0,09	1	0,01	51%
Engenheiro Coelho	R$	45.150,12	0,09	5.688	0,62	51%
Taboao Da Serra	R$	47.661,89	0,08	46.884	1,33	51%

Ibira	R$	58.767,49	0,09	1.449	0,59	51%
Nova Independencia	R$	103.699,15	0,09	1.005	0,78	50%
Taiacu	R$	62.875,28	0,09	275	0,06	50%
Iracemapolis	R$	56.755,61	0,09	4.474	0,19	50%
Sorocaba	R$	55.569,22	0,08	93.157	0,44	50%
Jaci	R$	67.188,55	0,09	1.540	0,09	50%
Vera Cruz	R$	52.511,61	0,09	1	0,79	50%
Bofete	R$	56.965,07	0,09	2.262	4,47	50%
Ibate	R$	46.831,41	0,09	4.272	0,47	50%
Pedregulho	R$	57.045,86	0,09	706	0,34	50%
Pirassununga	R$	46.331,67	0,09	5.217	0,15	50%
Nova Granada	R$	45.008,72	0,09	2.160	0,57	50%
Salto	R$	52.630,57	0,09	12.357	0,35	50%
Cravinhos	R$	53.002,53	0,09	3.280	0,08	50%
Santo Antonio Do Pinhal	R$	76.930,18	0,09	158	1,24	50%
Cafelandia	R$	50.110,41	0,09	814	0,35	50%
Clementina	R$	66.999,13	0,09	1.661	0,69	50%
Coroados	R$	66.658,87	0,09	821	0,79	50%
Aguas Da Prata	R$	67.450,43	0,09	453	0,83	50%
Reginopolis	R$	56.871,87	0,09	2.581	0,74	50%
Pereiras	R$	57.063,16	0,09	1.228	2,62	49%
Ocaucu	R$	74.587,76	0,09	1	1,18	49%
Olimpia	R$	52.691,15	0,09	4.011	0,13	49%
Tupa	R$	42.090,83	0,08	143	0,45	49%
Zacarias	R$	150.548,19	0,09	388	1,85	49%
Aguas De Santa Barbara	R$	112.013,74	0,09	377	0,95	49%
Indiapora	R$	93.551,15	0,09	1	0,46	49%
Lucelia	R$	52.075,06	0,09	1.566	0,65	49%
Itajobi	R$	51.959,02	0,09	326	0,69	49%
Panorama	R$	54.013,96	0,09	934	1,93	49%
Nova Odessa	R$	58.832,71	0,09	9.171	0,02	49%
General Salgado	R$	71.450,29	0,09	1	1,05	49%
Nova Europa	R$	59.849,96	0,09	1.993	0,32	49%
Piacatu	R$	73.514,76	0,09	662	0,26	49%
Paranapua	R$	72.901,99	0,09	183	0,80	49%
Matao	R$	54.021,31	0,09	5.033	0,53	49%
Paulistania	R$	140.715,65	0,09	1	0,70	49%
Chavantes	R$	63.724,33	0,09	1	2,21	49%
Bebedouro	R$	46.790,73	0,09	220	0,20	48%
Presidente Epitacio	R$	47.181,41	0,09	2.020	1,70	48%
Nova Guataporanga	R$	98.027,56	0,09	90	0,71	48%
Presidente Bernardes	R$	67.190,09	0,09	1	1,81	48%
Dois Corregos	R$	46.283,49	0,08	2.239	0,13	48%
Mairinque	R$	63.329,20	0,09	3.248	1,30	48%
Avare	R$	54.755,12	0,08	6.462	0,56	48%

São Vicente	R$	48.027,24	0,08	28.894	0,21	48%
Valentim Gentil	R$	49.266,38	0,08	2.431	0,76	48%
Quata	R$	62.215,86	0,09	1.144	0,53	48%
Tremembe	R$	44.844,74	0,08	6.161	1,90	48%
Motuca	R$	109.777,34	0,09	419	2,69	48%
Arapei	R$	112.908,06	0,09	1	2,81	48%
Arco-Iris	R$	139.454,75	0,09	1	0,46	48%
Pongai	R$	81.914,63	0,09	1	0,80	48%
Mococa	R$	47.861,90	0,08	716	0,01	47%
Porangaba	R$	50.522,30	0,08	1.674	4,37	47%
Gastao Vidigal	R$	64.962,16	0,09	607	0,76	47%
Garca	R$	53.386,21	0,08	1	1,26	47%
Taquaritinga	R$	57.836,53	0,08	1.923	0,33	47%
Restinga	R$	74.287,52	0,09	1.003	0,69	47%
Monte Aprazivel	R$	45.935,05	0,08	3.333	0,22	47%
Nantes	R$	124.296,81	0,09	438	0,37	47%
Campinas	R$	76.324,24	0,07	110.717	0,96	47%
Pederneiras	R$	42.218,77	0,08	4.883	0,19	47%
Mariapolis	R$	70.452,15	0,08	62	4,12	47%
Guzolandia	R$	71.894,88	0,08	459	1,02	47%
Santo Antonio De Posse	R$	60.696,90	0,08	2.526	0,83	47%
Ourinhos	R$	59.915,73	0,08	9.167	0,24	47%
Jundiai	R$	80.391,36	0,08	46.729	0,31	47%
Ipeuna	R$	81.534,11	0,08	1.676	0,65	47%
Aluminio	R$	128.036,99	0,08	1.587	1,47	47%
Indiana	R$	59.314,16	0,08	1	2,31	46%
Monte Alegre Do Sul	R$	77.671,33	0,08	831	0,27	46%
Alto Alegre	R$	77.361,73	0,08	1	0,53	46%
Rubiacea	R$	105.158,82	0,08	392	2,37	46%
Cruzalia	R$	125.615,99	0,08	1	1,21	46%
Estrela D'oeste	R$	63.460,38	0,08	1	0,25	46%
Pirangi	R$	48.633,54	0,08	585	0,12	46%
Juquia	R$	51.552,27	0,08	1	3,03	46%
Jales	R$	42.861,15	0,08	826	0,41	46%
Pindamonhangaba	R$	51.243,45	0,08	20.969	0,75	46%
Arealva	R$	57.269,48	0,08	597	0,39	46%
Birigui	R$	46.153,78	0,08	14.428	0,37	46%
Barra Bonita	R$	57.955,31	0,08	1	0,38	46%
Floreal	R$	100.310,57	0,08	1	0,86	46%
São Joaquim Da Barra	R$	43.945,51	0,08	4.925	0,34	46%
Guaratingueta	R$	54.652,45	0,08	7.853	0,62	46%
Votorantim	R$	50.967,06	0,08	12.884	0,96	45%
Salto Grande	R$	57.795,46	0,08	343	2,36	45%
Paulo De Faria	R$	75.776,75	0,08	117	0,47	45%
Tiete	R$	54.854,33	0,08	5.125	1,22	45%

Altair	R$	95.803,43	0,08	285	0,90	45%
Rubineia	R$	143.696,24	0,08	247	0,54	45%
Tanabi	R$	51.117,27	0,08	1.468	0,75	45%
Santo Andre	R$	61.517,65	0,08	27.076	0,29	45%
Catanduva	R$	66.816,34	0,08	6.973	0,13	45%
Torrinha	R$	45.228,49	0,08	493	0,08	45%
Valinhos	R$	77.613,24	0,08	23.820	0,92	45%
Dourado	R$	59.108,63	0,08	3	0,11	45%
São Roque	R$	53.927,78	0,08	12.184	1,58	45%
Turiuba	R$	142.338,31	0,08	35	0,43	45%
Ribeirao Preto	R$	68.339,26	0,07	99.868	0,59	45%
Jacarei	R$	61.786,49	0,08	19.923	0,75	45%
Piracicaba	R$	63.809,47	0,08	35.413	0,22	44%
Jaboticabal	R$	65.100,56	0,08	4.254	0,32	44%
São Jose Dos Campos	R$	74.784,73	0,07	90.608	0,61	44%
Americana	R$	69.439,40	0,08	28.045	0,09	44%
Pratania	R$	75.321,96	0,08	649	1,27	44%
Barretos	R$	77.377,31	0,08	8.188	0,74	44%
Nova Luzitania	R$	88.955,48	0,08	692	0,13	44%
Orlandia	R$	69.397,58	0,08	3.777	0,14	44%
Limeira	R$	55.665,05	0,08	26.976	0,18	44%
São Pedro	R$	55.865,76	0,08	3.765	0,66	44%
Itu	R$	56.492,58	0,08	18.781	0,67	44%
Assis	R$	49.006,70	0,08	7.893	0,46	44%
Boa Esperanca Do Sul	R$	67.542,25	0,08	1.072	0,40	44%
Conchas	R$	54.579,92	0,08	1.384	0,95	44%
Regente Feijo	R$	48.426,55	0,08	1.496	1,73	44%
Macaubal	R$	47.544,20	0,08	278	0,25	44%
Guaira	R$	72.891,55	0,08	2.794	0,57	43%
Guararapes	R$	46.883,67	0,08	1.754	0,59	43%
Santa Branca	R$	68.633,05	0,08	753	1,59	43%
Aguai	R$	44.585,64	0,07	3.953	0,43	43%
Jau	R$	47.735,30	0,07	18.936	0,42	43%
Santa Fe Do Sul	R$	87.083,68	0,08	2.727	0,65	43%
Severinia	R$	59.823,05	0,08	1.896	0,69	43%
Mendonca	R$	79.132,67	0,08	881	0,57	43%
São Joao Das Duas Pontes	R$	101.445,95	0,08	1	1,49	43%
Tabapua	R$	62.307,56	0,08	870	0,01	43%
Fernandopolis	R$	41.244,97	0,07	3.049	0,41	43%
São Simao	R$	64.722,32	0,08	671	0,01	43%
Martinopolis	R$	52.882,26	0,08	1.873	2,02	43%
Praia Grande	R$	69.995,94	0,07	68.469	0,61	43%
Agudos	R$	59.581,08	0,08	2.040	1,79	43%
Mirandopolis	R$	44.312,45	0,07	1.547	0,72	43%
Caraguatatuba	R$	71.280,98	0,07	21.919	1,12	43%

Brotas	R$	62.666,38	0,08	2.694	0,32	43%
Araraquara	R$	65.297,32	0,07	26.191	0,14	43%
Jardinopolis	R$	55.964,91	0,08	6.932	0,80	43%
Paulinia	R$	322.527,86	0,07	30.820	0,32	43%
São Joao Da Boa Vista	R$	55.965,44	0,08	6.252	0,23	43%
Itatiba	R$	58.582,15	0,07	20.274	0,05	42%
Vista Alegre Do Alto	R$	71.944,89	0,08	2.132	0,50	42%
Marilia	R$	63.820,56	0,07	19.291	0,75	42%
Lorena	R$	40.891,78	0,07	4.547	0,52	42%
Novo Horizonte	R$	50.813,15	0,07	4.161	0,09	42%
Itapira	R$	71.219,49	0,08	5.160	0,36	42%
Palmital	R$	67.684,12	0,08	485	0,74	42%
Moji-Guacu	R$	62.015,63	0,07	13.017	0,49	42%
Penapolis	R$	48.648,21	0,07	3.875	0,29	41%
Embauba	R$	105.416,61	0,08	1	0,83	41%
Parisi	R$	130.414,40	0,08	84	0,77	41%
Poa	R$	48.947,49	0,07	10.212	0,27	41%
Iacanga	R$	56.444,61	0,07	1.731	0,04	41%
São Jose Do Rio Pardo	R$	59.717,75	0,07	1.557	0,31	41%
Potirendaba	R$	61.012,16	0,07	1.793	0,33	41%
Icem	R$	111.126,33	0,07	690	0,01	41%
Piquete	R$	42.723,95	0,07	1	0,71	41%
São Carlos	R$	60.106,62	0,07	28.952	0,09	41%
Votuporanga	R$	44.195,33	0,07	9.051	0,40	41%
Guararema	R$	87.048,47	0,07	3.940	2,73	41%
Bauru	R$	46.497,44	0,07	27.873	0,69	41%
São Bernardo Do Campo	R$	97.430,77	0,07	62.369	0,58	40%
Osasco	R$	52.807,47	0,07	14.147	0,51	40%
Araras	R$	72.288,73	0,07	14.647	0,09	40%
Nova Alianca	R$	64.420,71	0,07	1.123	0,03	40%
Lins	R$	40.234,61	0,06	5.480	0,93	40%
Ribeirao Pires	R$	44.194,96	0,07	8.451	1,59	40%
Altinopolis	R$	71.474,73	0,07	126	0,10	40%
Rio Claro	R$	64.495,35	0,07	17.915	0,28	40%
Rancharia	R$	59.971,60	0,07	32	1,77	40%
Pilar Do Sul	R$	44.455,17	0,07	2.458	1,71	40%
Santa Albertina	R$	65.148,04	0,07	255	0,59	40%
Taubate	R$	61.328,12	0,07	34.521	0,15	39%
Cerquilho	R$	61.136,45	0,07	10.109	0,09	39%
Sertaozinho	R$	86.707,15	0,07	15.410	0,55	39%
Florinia	R$	132.802,74	0,07	1	0,61	39%
São Joao De Iracema	R$	144.023,23	0,07	109	3,15	39%
Jaguariuna	R$	126.294,73	0,07	14.714	1,51	39%
Dumont	R$	53.748,83	0,07	1.836	0,19	39%
Amparo	R$	66.897,57	0,07	5.425	0,52	39%

Vinhedo	R$	97.082,88	0,07	16.396	0,61	39%
Laranjal Paulista	R$	55.287,20	0,07	3.106	0,04	38%
Rinopolis	R$	48.870,74	0,07	1	1,30	38%
Cajuru	R$	44.836,37	0,06	2.594	0,70	38%
Santa Lucia	R$	53.652,65	0,07	395	0,37	38%
Morungaba	R$	77.617,56	0,07	1.858	0,28	38%
Uchoa	R$	73.949,10	0,07	436	0,25	38%
Adamantina	R$	75.095,30	0,07	300	0,94	38%
Santa Cruz Da Esperanca	R$	124.124,03	0,07	157	0,01	38%
Lencois Paulista	R$	60.322,40	0,07	6.386	0,15	38%
Brauna	R$	68.085,56	0,07	638	0,13	38%
Ribeirao Bonito	R$	60.093,80	0,07	889	1,35	38%
Batatais	R$	52.940,39	0,07	5.364	0,12	38%
Moji-Mirim	R$	65.825,38	0,07	5.038	0,11	37%
Pompeia	R$	77.742,82	0,07	1.793	0,47	37%
Aparecida	R$	54.731,86	0,07	103	0,88	37%
Poloni	R$	57.616,28	0,07	621	0,01	37%
Cardoso	R$	64.438,96	0,07	200	2,76	37%
Monte Alto	R$	54.153,44	0,07	3.029	0,04	37%
Pacaembu	R$	51.640,02	0,06	708	0,32	37%
Santo Expedito	R$	83.097,98	0,07	277	0,88	36%
Bocaina	R$	66.994,96	0,06	1.417	0,09	36%
Ituverava	R$	61.369,34	0,06	2.427	0,31	36%
Oscar Bressane	R$	121.661,01	0,06	1	1,57	36%
Porto Ferreira	R$	57.194,02	0,06	3.963	0,48	36%
Serra Negra	R$	60.623,70	0,06	2.536	1,62	35%
Presidente Prudente	R$	52.852,19	0,06	18.424	0,73	35%
Andradina	R$	48.670,41	0,06	173	0,97	35%
Presidente Venceslau	R$	49.992,85	0,06	563	0,99	35%
Taiuva	R$	71.851,60	0,06	1	0,15	35%
Aguas De São Pedro	R$	189.114,19	0,06	824	0,01	35%
Sandovalina	R$	161.256,37	0,06	610	1,37	35%
Adolfo	R$	112.719,38	0,06	1	0,01	35%
Alvares Florence	R$	88.965,70	0,06	1	1,02	35%
Lutecia	R$	122.376,88	0,06	1	0,28	35%
Bady Bassitt	R$	44.259,90	0,06	3.053	0,37	35%
Neves Paulista	R$	54.370,61	0,06	1	0,19	34%
Itaju	R$	90.673,28	0,06	608	0,58	34%
Fernao	R$	151.704,84	0,06	131	0,44	34%
Descalvado	R$	64.978,44	0,06	2.135	0,18	34%
Dracena	R$	48.200,39	0,06	2.758	0,63	34%
Osvaldo Cruz	R$	44.978,60	0,06	1.269	1,53	33%
Ilha Solteira	R$	108.553,11	0,06	1.068	0,26	33%
Urupes	R$	58.028,11	0,06	881	0,52	33%
Bilac	R$	64.208,50	0,06	960	0,28	33%

Itirapina	R$	69.536,30	0,06	2.688	0,21	33%
São Jose Do Rio Preto	R$	55.133,61	0,05	50.001	0,11	33%
Luis Antonio	R$	145.271,62	0,06	4.126	0,47	33%
Mirassol	R$	43.957,50	0,05	5.465	0,39	32%
Murutinga Do Sul	R$	79.374,99	0,06	215	3,28	32%
Valparaiso	R$	53.481,55	0,06	4.002	1,40	32%
Lindoia	R$	83.448,17	0,06	1.028	0,89	32%
Tupi Paulista	R$	55.064,84	0,06	983	0,08	32%
Guaracai	R$	61.636,89	0,06	1	0,01	31%
Santos	R$	100.482,51	0,05	1.417	0,39	30%
Santa Rita Do Passa Quatro	R$	63.570,38	0,05	340	0,08	30%
Cordeiropolis	R$	93.774,99	0,05	3.489	0,42	29%
Balsamo	R$	55.076,64	0,05	820	1,22	29%
Nhandeara	R$	52.916,22	0,05	531	0,01	28%
Aguas De Lindoia	R$	70.067,58	0,05	1.429	1,55	28%
Guapiacu	R$	63.410,06	0,05	3.783	0,10	26%
Ibirarema	R$	67.533,04	0,05	1.024	3,42	26%
Aracatuba	R$	64.694,78	0,04	13.952	0,50	26%
Pedrinhas Paulista	R$	119.891,83	0,04	79	0,99	24%
São Caetano Do Sul	R$	173.292,85	0,04	9.104	0,21	24%
Saltinho	R$	67.290,70	0,04	1.260	0,65	22%
Ilha Comprida	R$	173.204,75	0,03	2.321	3,29	18%
Casa Branca	R$	54.879,70	0,03	1.507	0,50	18%
Balbinos	R$	59.260,00	0,03	2.389	0,01	17%
Mínimo*	**R$**	**21.556,75**	**0,03**	**1**	**0,01**	**17%**
Média*	**R$**	**71.215,67**	**0,09**	**6.917**	**1,28**	**54%**
Desvio Padrão*	**R$**	**31.266,20**	**0,02**	**36.094**	**1,88**	**14%**
Máximo*	**R$**	**322.527,86**	**0,18**	**816.300**	**18,99**	**100%**

APÊNDICE E – VARIÁVEIS ENDÓGENAS E EXÓGENAS

SIGLA	NOME CURTO - SAÚDE
ESPVID00	Esperança de vida ao nascer
TxFEC00	Taxa de fecundidade total
MORTIN00	Mortalidade infantil
MORTIN500	Mortalidade até 5 anos de idade
PROBSOBA00	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos
PROBSOBB00	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
TxENV00	Taxa de envelhecimento
PercMFA00	% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos
PercMFB00	% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos
ESPVID10	Esperança de vida ao nascer
TxFEC10	Taxa de fecundidade total
MORTIN10	Mortalidade infantil
MORTIN510	Mortalidade até 5 anos de idade
PROBSOBA10	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos
PROBSOBB10	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
TxENV10	Taxa de envelhecimento
PercMFA10	% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos
PercMFB10	% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos
VarESPVID10	Variação 2000-2010 da Esperança de vida ao nascer
VarTxFEC10	Variação 2000-2010 da Taxa de fecundidade total
VarMORTIN10	Variação 2000-2010 da Mortalidade infantil
VarMORTIN510	Variação 2000-2010 da Mortalidade até 5 anos de idade
VarPROBSOBA10	Variação 2000-2010 da Probabilidade de sobrevivência até 40 anos
VarPROBSOBB10	Variação 2000-2010 da Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
VarTxENV10	Variação 2000-2010 da Taxa de envelhecimento
VarPercMFA10	Variação 2000-2010 do % de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos
VarPercMFB10	Variação 2000-2010 do % de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos
HIV00	Número de casos de HIV entre 2000-2009
IntCap1Infec09	Número de internações no Cap 01_Doenças infecciosas e parasitárias entre 2000-2009
IntCap2Neopla09	Número de internações no Cap 02_Neoplamas (tumores) entre 2000-2009
IntCap3Hemato09	Número de internações no Cap 03_Doenças do sangue e dos órgão hematopoéticos e transtornos imuitários entre 2000-2009
IntCap4Endoc09	Número de internações no Cap 04_Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas entre 2000-2009
IntCap5Ment09	Número de internações no Cap 05_Transtornos mentais e comportamentais entre 2000-2009
IntCap6Nervo09	Número de internações no Cap 06_Doenças do sistema nervoso entre 2000-2009
IntCap7Olho09	Número de internações no Cap 07_Doenças do olho e anexos entre 2000-2009
IntCap8Ouvi09	Número de internações no Cap 08_Doenças do ouvido e da apófise mastóide entre 2000-2009
IntCap9Circu09	Número de internações no Cap 09_Doenças do aparelho circulatório entre 2000-2009
IntCap10Resp09	Número de internações no Cap 10_Doenças do aparelho respiratório entre 2000-2009
IntCap11Diges09	Número de internações no Cap 11_Doenças do aparelho digestivo entre 2000-2009
IntCap12Pele09	Número de internações no Cap 12_Doenças da pele e do tecido subcutâneo entre 2000-

	2009
IntCap13Osteo09	Número de internações no Cap 13_Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo entre 2000-2009
IntCap14Genit09	Número de internações no Cap 14_Doenças do aparelho geniturinário entre 2000-2009
IntCap15Gravi09	Número de internações no Cap 15_Gravidez, parto e puerpério entre 2000-2009
IntCap16Afec09	Número de internações no Cap 16_Algumas afecções originadas no período perinatal entre 2000-2009
IntCap17Malf09	Número de internações no Cap 17_Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas entre 2000-2009
IntCap18Exam09	Número de internações no Cap 18_Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte entre 2000-2009
IntCap19Leso09	Número de internações no Cap 19_Lesões, envenenamentos e algumas outras conseqüências de causas externas entre 2000-2009
IntCap20Morbi09	Número de internações no Cap 20_Causas externas de morbidade e de mortalidade entre 2000-2009
IntCap21ServSa09	Número de internações no Cap 21_Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde entre 2000-2009
ObitC1Infec09	Número de óbitos no Cap 01_Doenças infecciosas e parasitárias entre 2000-2009
ObitC2Neopla09	Número de óbitos no Cap 02_Neoplamas (tumores) entre 2000-2009
ObitC3Hemato09	Número de óbitos no Cap 03_Doenças do sangue e dos órgão hematopoéticos e transtornos imuitários entre 2000-2009
ObitC4Endoc09	Número de óbitos no Cap 04_Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas entre 2000-2009
ObitC5Ment09	Número de óbitos no Cap 05_Transtornos mentais e comportamentais entre 2000-2009
ObitC6Nervo09	Número de óbitos no Cap 06_Doenças do sistema nervoso entre 2000-2009
ObitC7Olho09	Número de óbitos no Cap 07_Doenças do olho e anexos entre 2000-2009
ObitC8Ouvi09	Número de óbitos no Cap 08_Doenças do ouvido e da apófise mastóide entre 2000-2009
ObitC9Circu09	Número de óbitos no Cap 09_Doenças do aparelho circulatório entre 2000-2009
ObitC10Resp09	Número de óbitos no Cap 10_Doenças do aparelho respiratório entre 2000-2009
ObitC11Diges09	Número de óbitos no Cap 11_Doenças do aparelho digestivo entre 2000-2009
ObitC12Pele09	Número de óbitos no Cap 12_Doenças da pele e do tecido subcutâneo entre 2000-2009
ObitC13Osteo09	Número de óbitos no Cap 13_Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo entre 2000-2009
ObitC14Genit09	Número de óbitos no Cap 14_Doenças do aparelho geniturinário entre 2000-2009
ObitC15Gravi09	Número de óbitos no Cap 15_Gravidez, parto e puerpério entre 2000-2009
ObitC16Afec09	Número de óbitos no Cap 16_Algumas afecções originadas no período perinatal entre 2000-2009
ObitC17Malf09	Número de óbitos no Cap 17_Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas entre 2000-2009
ObitC18Exam09	Número de óbitos no Cap 18_Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte entre 2000-2009
ObitC19Leso09	Número de óbitos no Cap 19_Lesões, envenenamentos e algumas outras conseqüências de causas externas entre 2000-2009
ObitC20Morbi09	Número de óbitos no Cap 20_Causas externas de morbidade e de mortalidade entre 2000-2009
ObitC21ServSa09	Número de óbitos no Cap 21_Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde entre 2000-2009
TxMorC1Infec07	Taxa de Mortalidade no Cap 01_Doenças infecciosas e parasitárias entre 2000-2007
TxMorC2Neopla07	Taxa de Mortalidade no Cap 02_Neoplamas (tumores) entre 2000-2007
TxMorC3Hemato07	Taxa de Mortalidade no Cap 03_Doenças do sangue e dos órgão hematopoéticos e transtornos imuitários entre 2000-2007

TxMorC4Endoc07	Taxa de Mortalidade no Cap 04_Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas entre 2000-2007
TxMorC5Ment07	Taxa de Mortalidade no Cap 05_Transtornos mentais e comportamentais entre 2000-2007
TxMorC6Nervo07	Taxa de Mortalidade no Cap 06_Doenças do sistema nervoso entre 2000-2007
TxMorC7Olho07	Taxa de Mortalidade no Cap 07_Doenças do olho e anexos entre 2000-2007
TxMorC8Ouvi07	Taxa de Mortalidade no Cap 08_Doenças do ouvido e da apófise mastóide entre 2000-2007
TxMorC9Circu07	Taxa de Mortalidade no Cap 09_Doenças do aparelho circulatório entre 2000-2007
TxMorC10Resp07	Taxa de Mortalidade no Cap 10_Doenças do aparelho respiratório entre 2000-2007
TxMorC11Diges07	Taxa de Mortalidade no Cap 11_Doenças do aparelho digestivo entre 2000-2007
TxMorC12Pele07	Taxa de Mortalidade no Cap 12_Doenças da pele e do tecido subcutâneo entre 2000-2007
TxMorC13Osteo07	Taxa de Mortalidade no Cap 13_Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo entre 2000-2007
TxMorC14Genit07	Taxa de Mortalidade no Cap 14_Doenças do aparelho geniturinário entre 2000-2007
TxMorC15Gravi07	Taxa de Mortalidade no Cap 15_Gravidez, parto e puerpério entre 2000-2007
TxMorC16Afec07	Taxa de Mortalidade no Cap 16_Algumas afecções originadas no período perinatal entre 2000-2007
TxMorC17Malf07	Taxa de Mortalidade no Cap 17_Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas entre 2000-2007
TxMorC18Exam07	Taxa de Mortalidade no Cap 18_Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte entre 2000-2007
TxMorC19Leso07	Taxa de Mortalidade no Cap 19_Lesões, envenenamentos e algumas outras conseqüências de causas externas entre 2000-2007
TxMorC20Morbi07	Taxa de Mortalidade no Cap 20_Causas externas de morbidade e de mortalidade entre 2000-2007
TxMorC21ServSa07	Taxa de Mortalidade no Cap 21_Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde entre 2000-2007
EstGeral02	Número de Estabelecimentos na Categoria Geral (com as quatro especialidades básicas: Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Obstetrícia e Pediatria) em 2002
EstEsp02	Número de Estabelecimentos na Categoria Especializado: com um especialidade predominante em 2002
EstComEsp02	Número de Estabelecimentos na Categoria Com especialidades: não geral, sem predominância de uma especialidade em 2002
EstTotal02	Número de Estabelecimentos no Total em 2002
EstTotal99	Número de Estabelecimentos Total em 1999
TxVarEstTotal02	Taxa de Variação do Número de Estabelecimentos Total 1999-2002 (2002/1999)
InterHProp09	Número de internações em Hospital Próprio (pertencentes ao extinto INAMPS) entre 2000-2009
InterHCont09	Número de internações em Hospital Contratados (privados não filantrópicos e não universitários) entre 2000-2009
InterHFed09	Número de internações em Hospital Federal entre 2000-2009
InterHEst09	Número de internações em Hospital Estadual entre 2000-2009
InterHMun09	Número de internações em Hospital Municipal entre 2000-2009
InterHFil09	Número de internações em Hospital Filantrópico entre 2000-2009
InterHUni09	Número de internações em Hospital Universitário, de Ensino ou Pesquisa entre 2000-2009
InterHSin09	Número de internações em Hospital de Sindicato entre 2000-2009
InterTot09	Número total de internações em hospitais entre 2000-2009
FamPSF09	Número de famílias cadastradas no Programa Saúde da Família em média entre 2000-2009

PesPSF09	Número de pessoas cadastradas no Programa Saúde da Família em média entre 2000-2009
PesAtESFB109	Número de pessoas atendidas em média entre 2000-2009 por tipo de equipe ESFSB1 - Equipe Saúde Família com Saúde Bucal Modalidade 1.
PesAtESFB209	Número de pessoas atendidas em média entre 2000-2009 por tipo de equipe ESFSB2 - Equipe Saúde Família com Saúde Bucal Modalidade 2.
PesAtEACS09	Número de pessoas atendidas em média entre 2000-2009 por tipo de equipe EACS - Equipe de Agentes Comunitários de Saúde e Outros .
PesAtESFT09	Número total de pessoas atendidas em média entre 2000-2009 pelos 3 tipos de equipe em 1999 (ESFB1, ESFB2 e EACS).
PeAtotESFB109	Número de pessoas atendidas no total entre 2000-2009 por tipo de equipe ESFSB1 - Equipe Saúde Família com Saúde Bucal Modalidade 1.
PeAtotESFB209	Número de pessoas atendidas no total entre 2000-2009 por tipo de equipe ESFSB2 - Equipe Saúde Família com Saúde Bucal Modalidade 2.
PeAtotEACS09	Número de pessoas atendidas no total entre 2000-2009 por tipo de equipe EACS - Equipe de Agentes Comunitários de Saúde e Outros .
PeAtotESFT09	Número total de pessoas atendidas no total entre 2000-2009 pelos 3 tipos de equipe em 1999 (ESFB1, ESFB2 e EACS).
Imuni09	Média do percentual de imunização entre 2000-2009
ProdAmb09	Número de atendimentos ambulatoriais entre 2000-2009 (soma)
LeitosFed99	Número de leitos na esfera Federal em 1999
LeitosEst99	Número de leitos na esfera Estadual 1999
LeitosMun99	Número de leitos na esfera Municipal 1999
LeitosPri99	Número de leitos na esfera Privada 1999
LeitosTot99	Número de leitos Totais 1999
Anest02	Número de Anestesista
AssSoc02	Número de Assistente Social
BioFarm02	Número de Bioquímico/Farmacêutico
Cirur02	Número de Cirurgião
ClinGer02	Número de Clínico Geral
Enferm02	Número de Enfermeiro
Fisio02	Número de Fisioterapeuta
Fono02	Número de Fonoaudiólogo
Gine02	Número de Gineco-obstetra
MedFam02	Número de Médico de família
Nutri02	Número de Nutricionista
Odont02	Número de Odontólogo
Pedia02	Número de Pediatra
Psico02	Número de Psicólogo
Psiq02	Número de Psiquiatra
Radio02	Número de Radiologista
Resid02	Número de Residente
Sanit02	Número de Sanitarista
OutEsMed02	Número de Outras especialidades médicas
OutNiVSup02	Número de Outros - nível superior
AuxEnf02	Número de Auxiliar de nfermagem
FiscSan02	Número de Fiscal sanitário
TecEnf02	Número de Técnico de nfermagem

TecAuxFarm02	Número de Técnico e auxiliar de farmácia
TecAuxLab02	Número de Técnico e auxiliar de laboratório
TecAuxNut02	Número de Técnico e auxiliar em nutrição e dietética
TecAuxReab02	Número de Técnico e auxiliar em reabilitação
TecSauO02	Número de Técnico em saúde oral
TecAuxVigSan02	Número de Técnico e auxiliar em vig sanitária e ambiental
TecEqMed02	Número de Técnico em equipamentos médico-hospitalares
TecRad02	Número de Técnico em radiologia médica
TecAuxHem02	Número de Técnico e auxiliar em hematologia/hemoterapia
TecAuxHis02	Número de Técnico e auxiliar em histologia
TecCito02	Número de Técnico em citologia/citotécnica
OutTeA02	Número de Outros - nível técnico e auxiliar
AgenSau02	Número de Agente comunitário de saúde
AgenSPub02	Número de Agente de saúde pública
AtEnfAuOper02	Número de Atend de nfermagem/aux operador servs divs assem
EndeZoo02	Número de Guarda endemias/agent contr zoon/agent contr vetor
Parteira02	Número de Parteira
OutNivEle02	Número de Outros - nível elementar
Admin02	Número de Administração
ServLC02	Número de Serviços de limpeza, conservação e segurança
ServSeg02	Número de Segurança
TotSaude02	Número de Total de pessoas atuantes na área da Saúde

SIGLA	NOME CURTO - EDUCAÇÃO
ExpAE00	Expectativa de anos de estudo
TxAnA00	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos
TxAnB00	Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos
TxAnC00	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais
TxAnD00	Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos
TxAnE00	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais
TxAnF00	Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos
TxAnG00	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais
PerSAtA00	% de 6 a 17 anos no básico sem atraso
PerSAtB00	% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso
PerSAtC00	% de 15 a 17 anos no médio sem atraso
PerSAtD00	% de 6 a 17 no básico com 1 ano de atraso
PerSAtE00	% de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso
PerSAtF00	% de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso
PerSAtG00	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso
PerSAtH00	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso
PerSAtI00	% de 15 a 17 anos no médio com 2 anos de atraso
TxFreqA00	Taxa de frequência bruta ao básico
TxFreqB00	Taxa de frequência bruta ao fundamental
TxFreqC00	Taxa de frequência bruta ao médio

TxFreqD00	Taxa de frequência bruta à pré-escola
TxFreqE00	Taxa de frequência bruta ao superior
TxFreqF00	Taxa de frequência líquida ao básico
TxFreqG00	Taxa de frequência líquida ao fundamental
TxFreqH00	Taxa de frequência líquida ao médio
TxFreqI00	Taxa de frequência líquida à pré-escola
TxFreqJ00	Taxa de frequência líquida ao superior
PerAEK00	% de 0 a 3 anos na escola
PerAEA00	% de 11 a 14 anos na escola
PerAEB00	% de 15 a 17 anos na escola
PerAEC00	% de 18 a 24 anos na escola
PerAED00	% de 25 a 29 anos na escola
PerAEL00	% de 4 a 5 anos na escola
PerAEM00	% de 4 a 6 anos na escola
PerAEE00	% de 5 a 6 anos na escola
PerAEH00	% de 6 anos na escola
PerAEI00	% de 6 a 14 anos na escola
PerAEJ00	% de 6 a 17 anos na escola
PerAFA00	% de 15 a 17 anos no fundamental
PerAFB00	% de 18 a 24 anos no fundamental
PerAFC00	% de 4 a 5 anos no fundamental
PerAMA00	% de 18 a 24 anos no médio
PerAMB00	% de 6 a 14 anos no médio
PerAS00	% de 15 a 17 anos no superior
PerAFFA00	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo
PerAFFB00	% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo
PerAFCA00	% de 15 a 17 anos com fundamental completo
PerAFCB00	% de 16 a 18 anos com fundamental completo
PerAFCC00	% de 18 a 24 anos com fundamental completo
PerAFCD00	% de 18 anos ou mais com fundamental completo
PerAFCE00	% de 25 anos ou mais com fundamental completo
PerAMCA00	% de 18 a 20 anos com médio completo
PerAMCB00	% de 18 a 24 anos com médio completo
PerAMCC00	% de 18 anos ou mais com médio completo
PerAMCD00	% de 19 a 21 anos com médio completo
PerAMCE00	% de 25 anos ou mais com médio completo
PerESC00	% de 25 anos ou mais com superior completo
PerCDNF00	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo
PerCFEA00	% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola
PerCFE00	% de crianças de 6 a 14 fora da escola
PerPDNF00	% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo
PerMSFF00	% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos
ExpAE10	Expectativa de anos de estudo
TxAnA10	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos
TxAnB10	Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos

TxAnC10	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais
TxAnD10	Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos
TxAnE10	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais
TxAnF10	Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos
TxAnG10	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais
PerSAtA10	% de 6 a 17 anos no básico sem atraso
PerSAtB10	% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso
PerSAtC10	% de 15 a 17 anos no médio sem atraso
PerSAtD10	% de 6 a 17 no básico com 1 ano de atraso
PerSAtE10	% de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso
PerSAtF10	% de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso
PerSAtG10	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso
PerSAtH10	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso
PerSAtI10	% de 15 a 17 anos no médio com 2 anos de atraso
TxFreqA10	Taxa de frequência bruta ao básico
TxFreqB10	Taxa de frequência bruta ao fundamental
TxFreqC10	Taxa de frequência bruta ao médio
TxFreqD10	Taxa de frequência bruta à pré-escola
TxFreqE10	Taxa de frequência bruta ao superior
TxFreqF10	Taxa de frequência líquida ao básico
TxFreqG10	Taxa de frequência líquida ao fundamental
TxFreqH10	Taxa de frequência líquida ao médio
TxFreqI10	Taxa de frequência líquida à pré-escola
TxFreqJ10	Taxa de frequência líquida ao superior
PerAEK10	% de 0 a 3 anos na escola
PerAEA10	% de 11 a 14 anos na escola
PerAEB10	% de 15 a 17 anos na escola
PerAEC10	% de 18 a 24 anos na escola
PerAED10	% de 25 a 29 anos na escola
PerAEL10	% de 4 a 5 anos na escola
PerAEM10	% de 4 a 6 anos na escola
PerAEE10	% de 5 a 6 anos na escola
PerAEH10	% de 6 anos na escola
PerAEI10	% de 6 a 14 anos na escola
PerAEJ10	% de 6 a 17 anos na escola
PerAFA10	% de 15 a 17 anos no fundamental
PerAFB10	% de 18 a 24 anos no fundamental
PerAFC10	% de 4 a 5 anos no fundamental
PerAMA10	% de 18 a 24 anos no médio
PerAMB10	% de 6 a 14 anos no médio
PerAS10	% de 15 a 17 anos no superior
PerAFFA10	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo
PerAFFB10	% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo
PerAFCA10	% de 15 a 17 anos com fundamental completo
PerAFCB10	% de 16 a 18 anos com fundamental completo

PerAFCC10	% de 18 a 24 anos com fundamental completo
PerAFCD10	% de 18 anos ou mais com fundamental completo
PerAFCE10	% de 25 anos ou mais com fundamental completo
PerAMCA10	% de 18 a 20 anos com médio completo
PerAMCB10	% de 18 a 24 anos com médio completo
PerAMCC10	% de 18 anos ou mais com médio completo
PerAMCD10	% de 19 a 21 anos com médio completo
PerAMCE10	% de 25 anos ou mais com médio completo
PerESC10	% de 25 anos ou mais com superior completo
PerCDNF10	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo
PerCFEA10	% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola
PerCFE10	% de crianças de 6 a 14 fora da escola
PerPDNF10	% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo
PerMSFF10	% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos

SIGLA	NOME CURTO - INFRAESTRUTURA
PerDSEL00	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica
PerPDA00	% da população em domicílios com água encanada
PerPDBA00	% da população em domicílios com banheiro e água encanada
PerPDD00	% da população em domicílios com densidade > 2
PerPDCL00	% da população em domicílios com coleta de lixo
PerPDEL00	% da população em domicílios com energia elétrica
PerDAE00	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
PerDSEL10	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica
PerPDA10	% da população em domicílios com água encanada
PerPDBA10	% da população em domicílios com banheiro e água encanada
PerPDD10	% da população em domicílios com densidade > 2
PerPDCL10	% da população em domicílios com coleta de lixo
PerPDEL10	% da população em domicílios com energia elétrica
PerDAE10	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados

SIGLA	NOME CURTO - POPULAÇÃO
POPMA00	População masculina de 0 a 4 anos
POPMB00	População masculina de 10 a 14 anos
POPMC00	População masculina de 15 a 19 anos
POPMD00	População masculina de 20 a 24 anos
POPME00	População masculina de 25 a 29 anos
POPMF00	População masculina de 30 a 34 anos
POPMG00	População masculina de 35 a 39 anos
POPMH00	População masculina de 40 a 44 anos
POPMI00	População masculina de 45 a 49 anos
POPMJ00	População masculina de 50 a 54 anos

POPMK00	População masculina de 55 a 59 anos
POPML00	População masculina de 5 a 9 anos
POPMM00	População masculina de 60 a 64 anos
POPMN00	População masculina de 65 a 69 anos
POPMO00	População masculina de 70 a 74 anos
POPMP00	População masculina de 75 a 79 anos
POPRM00	População residente masculina
POPM8000	População masculina com 80 anos e mais
POPFA00	População feminina de 0 a 4 anos
POPFB00	População feminina de 10 a 14 anos
POPFC00	População feminina de 15 a 19 anos
POPFD00	População feminina de 20 a 24 anos
POPFE00	População feminina de 25 a 29 anos
POPFF00	População feminina de 30 a 34 anos
POPFG00	População feminina de 35 a 39 anos
POPFH00	População feminina de 40 a 44 anos
POPFI00	População feminina de 45 a 49 anos
POPFJ00	População feminina de 50 a 54 anos
POPFK00	População feminina de 55 a 59 anos
POPFL00	População feminina de 5 a 9 anos
POPFM00	População feminina de 60 a 64 anos
POPFN00	População feminina de 65 a 69 anos
POPFO00	População feminina de 70 a 74 anos
POPFP00	População feminina de 75 a 79 anos
POPF8000	População feminina com 80 anos e mais
POPRF00	População residente feminina
PEAA00	PEA - 10 anos ou mais
PEAB00	PEA - 10 a 14 anos
PEAC00	PEA - 15 a 17 anos
PEAD00	PEA - 18 anos ou mais
POPR00	População de até 1 ano
POPA00	População de 11 a 14 anos
POPB00	População de 11 a 13 anos
POPC00	População de 12 a 14 anos
POPS00	População de 1 a 3 anos
POPD00	População de 15 anos ou mais
POPE00	População de 15 a 17 anos
POPF00	População de 15 a 24 anos
POPG00	População de 16 a 18 anos
POPH00	População de 18 anos ou mais
POPI00	População de 18 a 20 anos
POPJ00	População de 18 a 24 anos
POPK00	População de 19 a 21 anos
POPL00	População de 25 anos ou mais
POPT00	População de 4 anos

POPM00	População de 5 anos
POPN00	População de 6 anos
POPO00	População de 6 a 10 anos
POPP00	População de 6 a 17 anos
POPQ00	População de 65 anos ou mais
PMULA00	Mulheres de 10 a 14 anos
PMULB00	Mulheres de 15 a 17 anos
PMULC00	Mulheres de 15 anos ou mais
PMULD00	Mulheres de 25 anos ou mais
POPRUR00	População rural
POPTOT00	População total
POPURB00	População urbana
POPU00	População de 10 anos ou mais
POPV00	População de 10 a 14 anos
POPE00	População de 15 a 17 anos
POPH00	População de 18 anos ou mais
POTDPP00	População total em domicílios particulares permanentes
PTDPPA00	População total em domicílios particulares permanentes, exceto com renda nula
POPMA10	População masculina de 0 a 4 anos
POPMB10	População masculina de 10 a 14 anos
POPMC10	População masculina de 15 a 19 anos
POPMD10	População masculina de 20 a 24 anos
POPME10	População masculina de 25 a 29 anos
POPMF10	População masculina de 30 a 34 anos
POPMG10	População masculina de 35 a 39 anos
POPMH10	População masculina de 40 a 44 anos
POPMI10	População masculina de 45 a 49 anos
POPMJ10	População masculina de 50 a 54 anos
POPMK10	População masculina de 55 a 59 anos
POPML10	População masculina de 5 a 9 anos
POPMM10	População masculina de 60 a 64 anos
POPMN10	População masculina de 65 a 69 anos
POPMO10	População masculina de 70 a 74 anos
POPMP10	População masculina de 75 a 79 anos
POPRM10	População residente masculina
POPM8010	População masculina com 80 anos e mais
POPFA10	População feminina de 0 a 4 anos
POPFB10	População feminina de 10 a 14 anos
POPFC10	População feminina de 15 a 19 anos
POPFD10	População feminina de 20 a 24 anos
POPFE10	População feminina de 25 a 29 anos
POPFF10	População feminina de 30 a 34 anos
POPFG10	População feminina de 35 a 39 anos
POPFH10	População feminina de 40 a 44 anos
POPFI10	População feminina de 45 a 49 anos

POPFJ10	População feminina de 50 a 54 anos
POPFK10	População feminina de 55 a 59 anos
POPFL10	População feminina de 5 a 9 anos
POPFM10	População feminina de 60 a 64 anos
POPFN10	População feminina de 65 a 69 anos
POPFO10	População feminina de 70 a 74 anos
POPFP10	População feminina de 75 a 79 anos
POPF8010	População feminina com 80 anos e mais
POPRF10	População residente feminina
PEAA10	PEA - 10 anos ou mais
PEAB10	PEA - 10 a 14 anos
PEAC10	PEA - 15 a 17 anos
PEAD10	PEA - 18 anos ou mais
POPR10	População de até 1 ano
POPA10	População de 11 a 14 anos
POPB10	População de 11 a 13 anos
POPC10	População de 12 a 14 anos
POPS10	População de 1 a 3 anos
POPD10	População de 15 anos ou mais
POPE10	População de 15 a 17 anos
POPF10	População de 15 a 24 anos
POPG10	População de 16 a 18 anos
POPH10	População de 18 anos ou mais
POPI10	População de 18 a 20 anos
POPJ10	População de 18 a 24 anos
POPK10	População de 19 a 21 anos
POPL10	População de 25 anos ou mais
POPT10	População de 4 anos
POPM10	População de 5 anos
POPN10	População de 6 anos
POPO10	População de 6 a 10 anos
POPP10	População de 6 a 17 anos
POPQ10	População de 65 anos ou mais
PMULA10	Mulheres de 10 a 14 anos
PMULB10	Mulheres de 15 a 17 anos
PMULC10	Mulheres de 15 anos ou mais
PMULD10	Mulheres de 25 anos ou mais
POPRUR10	População rural
POPTOT10	População total
POPURB10	População urbana
POPU10	População de 10 anos ou mais
POPV10	População de 10 a 14 anos
POPE10	População de 15 a 17 anos
POPH10	População de 18 anos ou mais
POTDPP10	População total em domicílios particulares permanentes

PTDPPA10	População total em domicílios particulares permanentes, exceto com renda nula

SIGLA	NOME CURTO - RENDA
RazDEP00	Razão de dependência
RENMA00	Renda per capita máxima do 1º quinto mais pobre
RENMB00	Renda per capita máxima do 2° quinto mais pobre
RENMC00	Renda per capita máxima do 3° quinto mais pobre
RENMD00	Renda per capita máxima do 4°quinto mais pobre
RENMR00	Renda per capita mínima do décimo mais rico
IGINI00	Índice de Gini
PerEP00	% de extremamente pobres
PerCEP00	% de crianças extremamente pobres
PerPob00	% de pobres
PercCPob00	% de crianças pobres
PerVulP00	% de vulneráveis à pobreza
PercCVulp00	% de crianças vulneráveis à pobreza
PerRAA00	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos
PerRAB00	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres
PerRAC00	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos
PerRAD00	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres
PerRAE00	Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres
PerRAF00	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres
PerRPRT00	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho
RazMRA00	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres
RazMRB00	Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres
RENPC00	Renda per capita
RENPCA00	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre
RENPCB00	Renda per capita média do décimo mais rico
RENPCC00	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre
RENPCD00	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre
RENPCE00	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre
RENPCF00	Renda per capita média do quinto mais rico
RENPCG00	Renda per capita , exceto renda nula
RENPCH00	Renda per capita média dos extremamente pobres
RENPCI00	Renda per capita média dos pobres
RENPCJ00	Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza
ITHEIL00	Índice de Theil - L
PercTCP00	% de trabalhadores por conta própria - 18 anos ou mais
PerEMPG00	% de empregadores - 18 anos ou mais
PerOSAG00	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais
PerOSCM00	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais
PerOSCT00	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais
PerOSEM00	% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais
FOROCUP00	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais

PerOFC00	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais
PerOEM00	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais
PerOSSE00	% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais
PerOSSI00	% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais
PerOSSC00	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais
PerOSIT00	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais
PerOSSR00	% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais
PerOSRA00	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais
PerOSRB00	% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais
PerOSRC00	% dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais
PerOSRD00	% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais
TxATIVA00	Taxa de atividade - 10 anos ou mais
TxATIVB00	Taxa de atividade - 10 a 14 anos
TxATIVC00	Taxa de atividade - 15 a 17 anos
TxATIVD00	Taxa de atividade - 18 a 24 anos
TxATIVE00	Taxa de atividade - 18 anos ou mais
TxATIVF00	Taxa de atividade - 25 a 29 anos
TxDESOA00	Taxa de desocupação - 10 anos ou mais
TxDESOB00	Taxa de desocupação - 10 a 14 anos
TxDESOC00	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos
TxDESOD00	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos
TxDESOE00	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais
TxDESOF00	Taxa de desocupação - 25 a 29 anos
ITHEILRT00	Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais
PerEC00	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais
PerTSP00	% de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais
PerESC00	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais
PerPNNVP00	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.
PerPVPPDI00	% de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho
PerDVPDI00	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos
PerDVPNF00	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.
PerPSFOI00	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
RazDEP10	Razão de dependência
RENMA10	Renda per capita máxima do 1º quinto mais pobre
RENMB10	Renda per capita máxima do 2° quinto mais pobre
RENMC10	Renda per capita máxima do 3° quinto mais pobre
RENMD10	Renda per capita máxima do 4°quinto mais pobre
RENMR10	Renda per capita mínima do décimo mais rico
IGINI10	Índice de Gini
PerEP10	% de extremamente pobres
PerCEP10	% de crianças extremamente pobres
PerPob10	% de pobres
PercCPob10	% de crianças pobres

PerVulP10	% de vulneráveis à pobreza
PercCVulp10	% de crianças vulneráveis à pobreza
PerRAA10	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos
PerRAB10	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres
PerRAC10	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos
PerRAD10	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres
PerRAE10	Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres
PerRAF10	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres
PerRPRT10	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho
RazMRA10	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres
RazMRB10	Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres
RENPC10	Renda per capita
RENPCA10	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre
RENPCB10	Renda per capita média do décimo mais rico
RENPCC10	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre
RENPCD10	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre
RENPCE10	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre
RENPCF10	Renda per capita média do quinto mais rico
RENPCG10	Renda per capita , exceto renda nula
RENPCH10	Renda per capita média dos extremamente pobres
RENPCI10	Renda per capita média dos pobres
RENPCJ10	Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza
ITHEIL10	Índice de Theil - L
PercTCP10	% de trabalhadores por conta própria - 18 anos ou mais
PerEMPG10	% de empregadores - 18 anos ou mais
PerOSAG10	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais
PerOSCM10	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais
PerOSCT10	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais
PerOSEM10	% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais
FOROCUP10	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais
PerOFC10	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais
PerOEM10	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais
PerOSSE10	% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais
PerOSSI10	% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais
PerOSSC10	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais
PerOSIT10	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais
PerOSSR10	% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais
PerOSRA10	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais
PerOSRB10	% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais
PerOSRC10	% dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais
PerOSRD10	% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais
TxATIVA10	Taxa de atividade - 10 anos ou mais
TxATIVB10	Taxa de atividade - 10 a 14 anos
TxATIVC10	Taxa de atividade - 15 a 17 anos
TxATIVD10	Taxa de atividade - 18 a 24 anos

TxATIVE10	Taxa de atividade - 18 anos ou mais
TxATIVF10	Taxa de atividade - 25 a 29 anos
TxDESOA10	Taxa de desocupação - 10 anos ou mais
TxDESOB10	Taxa de desocupação - 10 a 14 anos
TxDESOC10	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos
TxDESOD10	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos
TxDESOE10	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais
TxDESOF10	Taxa de desocupação - 25 a 29 anos
ITHEILRT10	Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais
PerEC10	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais
PerTSP10	% de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais
PerESC10	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais
PerPNNVP10	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.
PerPVPPDI10	% de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho
PerDVPDI10	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos
PerDVPNF10	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.
PerPSFOI10	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal

SIGLA	NOME CURTO - AGRICOLA
FAMAS99	1990_2013_Famílias_assentadas_número
CAPAS99	1990_2013_Capacidade_assentamento_número_famílias
AREAS99	1990_2013_Área_assentamento_ha
PROAS99	1990_2013_Número_Projetos_assentamento
ALGO99	1990_2010_Algodão_arbóreo_Área_colhida_ha
AMEN99	1990_2010_Amendoim_Área_colhida_ha
BAN99	1990_2010_Banana_Área_colhida_ha
BATA99	1990_2010_Batata_Inglesa_Área_colhida_ha
CACAU99	1990_2010_Cacau_Área_colhida_ha
CAFE99	1990_2010_Café_Área_colhida_ha
CANA99	1990_2010_Cana-de-açúcar_Área_colhida_ha
FEIJ99	1990_2010_Feijão_Área_colhida_ha
MILHO99	1990_2010_Milho_Área_colhida_ha
SOJA99	1990_2010_Soja_Área_colhida_ha
TOMA99	1990_2010_Tomate_Área_colhida_ha
TRIG99	1990_2010_Trigo_Área_colhida_ha
UVA99	1990_2010_Uva_Área_colhida_ha
PIME99	1990_2010_Pimenta do Reino_Área_colhida_ha

SIGLA	NOME CURTO - SEGURANÇA
HOFEJ99	Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos do sexo feminino
HOMAJ99	Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino
HOFEM99	Número de homicídios do sexo feminino
HOMAS99	Número de homicídios do sexo maculino

VATRAN99	Número de vítimas de acidente de trânsito
NHOM99	Número de homicídios
HOFEJ09	Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos do sexo feminino
HOMAJ09	Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino
HOFEM09	Número de homicídios do sexo feminino
HOMAS09	Número de homicídios do sexo maculino
VATRAN09	Número de vítimas de acidente de trânsito
NHOM09	Número de homicídios

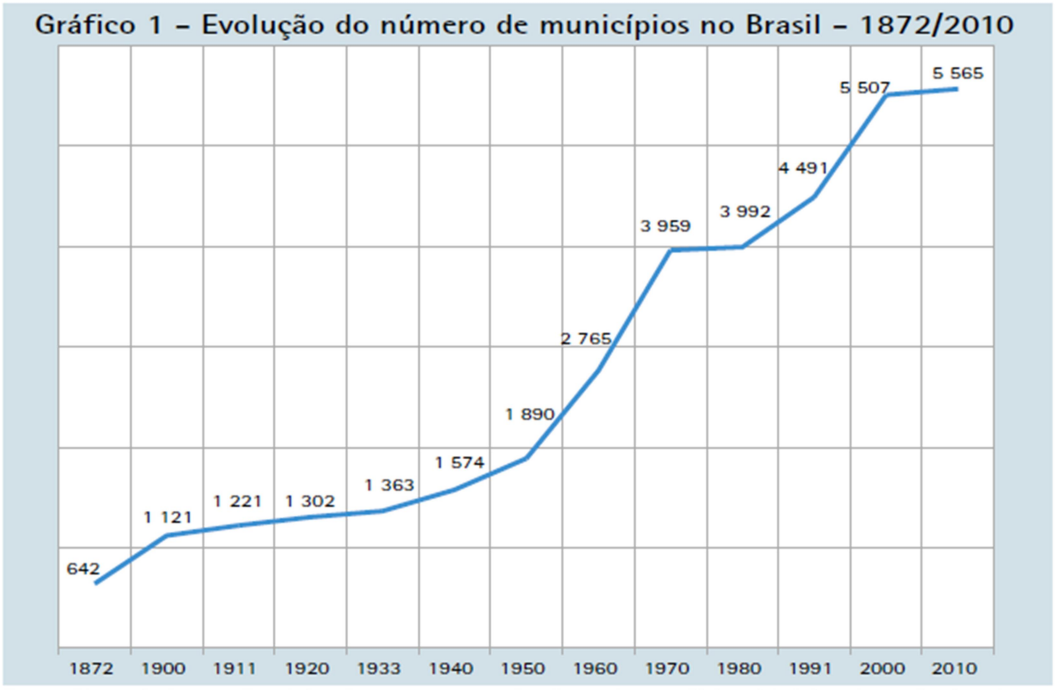
SIGLA	NOME CURTO - GEOGRAFIA
PEQI	Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes
PEQII	Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes
MED	Municípios de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes
GRA	Municípios de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes
MET	Metrópole: 900.001 habitantes ou mais
CAPEST	Capital estadual
DISTCAPEST	Distância da capital estadual
AREAGEO91	Área geográfica - censo - Km2 ( ) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - AREA
AREAGEO95	Idem a Área geográfica, mas para o ano de 1995
AREAGEO98	Idem a Área geográfica, mas para o ano de 1998
AREAGEO00	Idem a Área geográfica, mas para o ano de 2000
AREAGEO10	Idem a Área geográfica, mas para o ano de 2010

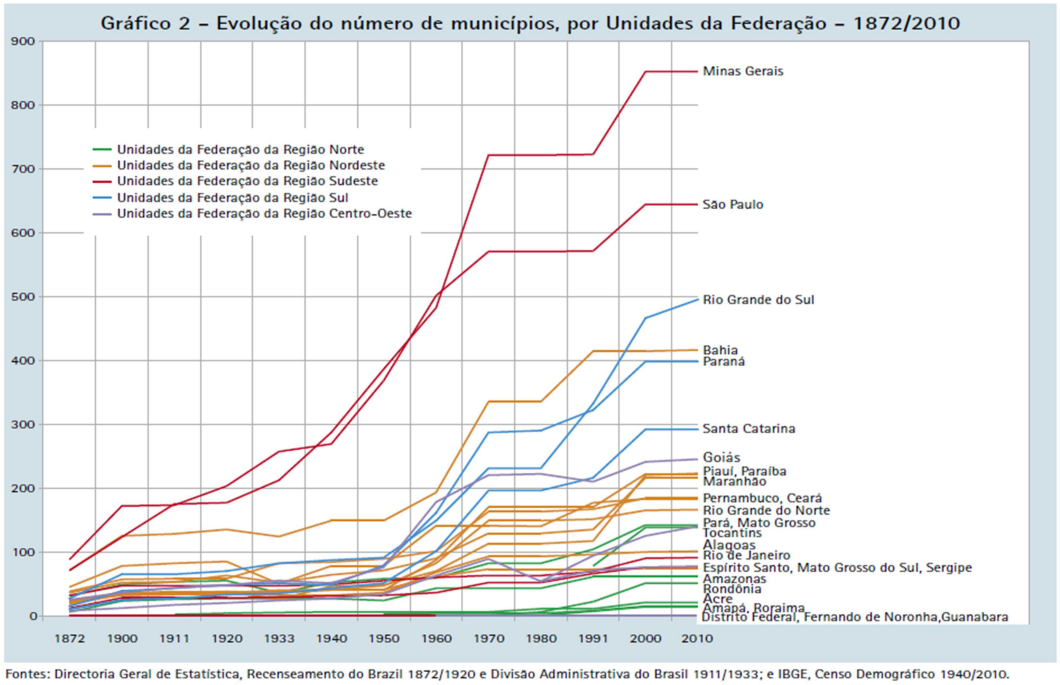
SIGLA	NOME CURTO - OCUPAÇÃO
ADH_P_FORM00	Grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_FORMAL
ADH_P_FUND00	Percentual dos ocupados com fundamental completo (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_FUND
ADH_P_MED00	Percentual dos ocupados com médio completo (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_MED
ADH_P_SUPER00	Percentual dos ocupados com superior completo (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_SUPER
ADH_P_TRABCC00	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados com carteira (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRABCC
ADH_P_TRABPUB00	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores do setor público (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRABPUB
ADH_P_TRABSC00	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados sem carteira (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRABSC
ADH_P_CPR00	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores por conta própria (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_CPR
ADH_P_EMP00	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregadores (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_EMP
ADH_P_SERV00	Percentual dos ocupados no setor serviços (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_SERV
ADH_P_SIUP00	Percentual dos ocupados nos setores de serviços industriais de utilidade pública (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_SIUP

ADH_P_TRANSF00	Percentual dos ocupados na indústria de transformação (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRANSF
ADH_T_ATIV101400	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_T_ATIV1014
ADH_T_ATIV151700	Taxa de atividade das pessoas de 15 a 17 anos de idade (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_T_ATIV1517
ADH_T_ATIV18M00	Taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_T_ATIV18M
ADH_P_AGRO00	Percentual dos ocupados no setor agropecuário (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_AGRO
ADH_P_COM00	Percentual dos ocupados no setor comércio (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_COM
ADH_P_CONSTR00	Percentual dos ocupados no setor de construção (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_CONSTR
ADH_P_EXTR00	Percentual dos ocupados no setor extrativo mineral (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_EXTR
ADH_P_FORM10	Grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_FORMAL
ADH_P_FUND10	Percentual dos ocupados com fundamental completo (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_FUND
ADH_P_MED10	Percentual dos ocupados com médio completo (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_MED
ADH_P_SUPER10	Percentual dos ocupados com superior completo (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_SUPER
ADH_P_TRABCC10	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados com carteira (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRABCC
ADH_P_TRABPUB10	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores do setor público (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRABPUB
ADH_P_TRABSC10	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados sem carteira (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRABSC
ADH_P_CPR10	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são trabalhadores por conta própria (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_CPR
ADH_P_EMP10	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregadores (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_EMP
ADH_P_SERV10	Percentual dos ocupados no setor serviços (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_SERV
ADH_P_SIUP10	Percentual dos ocupados nos setores de serviços industriais de utilidade pública (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_SIUP
ADH_P_TRANSF10	Percentual dos ocupados na indústria de transformação (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_TRANSF
ADH_T_ATIV101410	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_T_ATIV1014
ADH_T_ATIV151710	Taxa de atividade das pessoas de 15 a 17 anos de idade (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_T_ATIV1517
ADH_T_ATIV18M10	Taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_T_ATIV18M
ADH_P_AGRO10	Percentual dos ocupados no setor agropecuário (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_AGRO
ADH_P_COM10	Percentual dos ocupados no setor comércio (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_COM
ADH_P_CONSTR10	Percentual dos ocupados no setor de construção (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_CONSTR
ADH_P_EXTR10	Percentual dos ocupados no setor extrativo mineral (Atlas DH - Censo) - (%) - Atlas do Desenvolvimento Humano (Censo Demográfico) - ADH_P_EXTR

ANEXO ÚNICO

ANEXO ÚNICO – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS: 1872-2010





Fonte: Silva e Lima (2013).